

Dossier de Habitação
Janeiro - Dez 2016

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola



Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.



Redação

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos, Sobriano César Capit-ao e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

RESUMO DE NOTÍCIAS - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016 9

Plano Director de Luanda	9
Requalificação Urbana	9
Novo Alojamento Urbano Campanha de tributação	10
Gestão das terras na diversificação da economia	12
Mercados da habitação	13

I. JANEIRO 1

1.1	Luanda acolhe encontro sobre gestão das cidades	1
1.2	Relação do Executivo com os espaços abertos	1
1.3	“A cidade de Luanda tem potencial”	2
1.4	Mais um plano para Luanda...	5
1.5	Bento Soito com poderes esvaziados	7
1.6	Obras de modernização de Luanda conferem uma nova imagem á Capital	8
1.7	Projectos integrados melhoram mobilidade	9
1.8	Primeiras casas são habitadas ainda este ano	10
1.9	Entrega de casa retoma esta semana	10
1.10	Milhares de casas são construídas ainda este ano	11
1.11	Conclusão das obras satisfazem os jovens	11
1.12	Dundo melhora imagem com novas urbanizações	12
1.13	Benfica recebe novas moradias.	13
1.14	Multiáfrica investe USD 100 milhões na construção de 2500 casas.	14
1.15	Ilha de Luanda recebe 49 edifícios de habitação	14
1.16	Ruas do Panguila “clamam” por intervenção	15
1.17	Centralidade do Dundo com mais famílias	16
1.18	Contrato de adesão da Imogestin é igual do tempo da ditadura brasileira	17
1.19	Cidadãos devem pagar até fim do mês	17
1.20	Administração prevê construir centros médicos	18
1.21	Antigos militares na Huíla recebem habitações sociais	18
1.22	Fundo Soberano fomenta inovação nas comunidades	19
1.23	Habitação social na agenda	20
1.24	Imóveis em arrendamento pagam imposto este mês	22
1.25	Imposto predial Urbano	23
1.26	Nova vida no arrendamento urbano?	23
1.27	Código de Registo Predial Vai á Votação	24
1.28	Casas sociais gozam: de isenção	25
1.29	6.29 Incentivada a autoconstrução	25
1.30	Lei do Código Predial regula negócio imobiliário	26
1.31	Autóctones divididos em relação ao pagamento de imposto predial	27
1.32	Centralidade da Quilemba quase concluída	28

2. FEVEREIRO 30

2.1	IPU calculado abaixo do preço de construção	30
2.2	Milhares de moradias concluídas no Cuito	32
2.3	Quem trava o desgaste das vias da urbanização Nova vida	32
2.4	Famílias receberam residências	33
2.5	Governador entrega moradias sociais	33

2.6	Casas sociais são entregues em Março	34
2.7	Casas sociais respondem a procura de habitações	34
2.8	Governo com medo de anunciar a destruição de mais de 20 prédios	35
2.9	Imogestin vende lojas no Sequele	35
2.10	Imposto casebral	36
2.11	Mais de 200 mil casas encontram-se Fechadas em Angola	37
2.12	6Moradores não têm que pagar já prestações de 2015, diz AADIC	38
2.13	Prédio Anangola recebe novos moradores	39
2.14	Pedreiros com a mão na massa para garantir a sustentabilidade	40
2.15	Imogestin apresenta prémio	41
2.16	Centenas de casas para antigos combatentes	41
2.17	População recebeu habitações	42
2.18	Urbanismo tem metas satisfatórias	42
2.19	ONU elogia programa de assentamentos	43

3. MARÇO 44

3.1	Alguns edifícios já comercializados	44
3.2	Mobilidade urbana em Luanda carece de medidas urgentes	44
3.3	Politec investe USD 5 milhões na construção da Urbanização Boa Vida	45
3.4	Condomínio Boa Vida investe 500 milhões de dólares	46
3.5	Metade dos moradores do Kilamba já começou a pagar prestações em atraso	46
3.6	Moradores do Condomínio Glakeni dizem-se enganados pelo senhorio	47
3.7	Preços da habitação e escritórios recuam mais de 30% mas a queda não terminou	48
3.8	Preços da habitação e escritórios recuam mais de 30% mas a queda não terminou	48
3.9	Preços em queda em Luanda	50
3.10	Programa sectorial responde objectivos	50
3.11	Projecto “Boa Vida” nasce na via expresso	51
3.12	Um período "difícil que tornará mais forte quem for mais flexível	52
3.13	Acto central na Huíla com entrega de casas	52
3.14	Imposto Predial Urbano	53
3.15	Oferta habitacional aumenta em Malange	54
3.16	Promete ajudar ultrapassar dificuldades económicas	54
3.17	Sector que aposta na construção de casas	55
3.18	Construção de casas sociais continua	56
3.19	Imogestin premeia competência	57
3.20	Mais de um milhão de angolanos afectados pelas mudanças climáticas	57
3.21	“Nunca a Imogestin disse que havia dívidas da Sonip”	58
3.22	“Apesar de todos os esforços que o Estado faz em proporcionar habitação ao cidadão este produto não é acessível há uma boa franja da população”	61
3.23	Prémios para engenheiros e arquitectos	62

4. ABRIL 63

4.1	Actividade imobiliária com novo regulamento	63
4.2	Jovens em Cacula recebem moradias	63
4.3	Casas sociais entregues à população	63
4.4	Comunicação da fixação e alteração de residência	64
4.5	Comunicação da fixação e alteração de residência	65
4.6	Oportunidades para o Novo Urbanismo em Angola após a baixa da economia petrolífera	66
4.7	Desmobilizados recebem casas	68
4.8	Novas urbanizações no Chibodo recebem os primeiros moradores	68
4.9	Centenas de casas sociais foram entregues no Soyo	70
4.10	Plano de requalificação do Lobito deverá ser aprovado em Junho	70

5. MAIO	71
5.1 África toma conhecimento dos projectos de habitação	71
5.2 Milhares de casas são construídas para professores	71
5.3 Famílias bem abrigadas	71
5.4 Nos próximos tempos as estradas esburacadas vão conhecer novas intervenções	72
5.5 Mais celeridade no crédito à habitação	73
5.6 Consórcio privado constrói casas sociais em Angola	74
5.7 Famílias recebem residências condignas	74
5.8 Dezenas de casas sociais são entregues aos jovens	75
5.9 Americanos querem investir USD5 mil milhões na construção de 60 mil habitações	75
5.10 Lei obriga números de porta nas casas dos cidadãos	76
5.11 Kilamba: mais de metade dos moradores não paga prestações das casas	77
5.12 Taxa de Urbanização favorece crescimento	78
5.13 Polícia nacional desaloja moradores de forama ilegal	78
6. JUNHO	81
6.1 Ilídio Daio: “parcerias privadas devem trabalhar com o Estado na solução da problemática habitacional”	81
6.2 Municípios devem ter direitos exclusivos na urbanização	82
6.3 População ganha novas casas	83
6.4 Novas moradias atraem quadros aos municípios	83
6.5 Imogestim premeia bons projectos	84
6.6 Moradores da vila Pacífica denunciam más condições dos imóveis	84
6.7 Ministério realiza Conselho Consultivo	85
6.8 Moradores desalojados da ilha de Luanda continuam em tenda	86
6.9 Urbanismo e Construção avalia novas acções	86
7. JULHO	87
7.1 Faltou fiscalização nas centralidades	87
7.2 Plano de Luanda considerado um exemplo	87
7.3 Nova linha de transportes serve Kilamba e Sequele	88
7.4 Plano metropolitano, entre outras obras não são do conhecimento da ordem	89
7.5 “As Centralidades foram um mal necessário, hoje os preços das casas baixaram”	95
7.6 "O património tem que ter utilidade, senão fica abandonado"	97
7.7 Programas habitacionais devem reflectir realidade urbanística de cada região	98
7.8 Mais de três dezenas de pessoas ao relento	99
7.9 Novas construções invadem cemitérios no Huambo	100
7.10 Secretário visita o local	101
7.11 Venda de casas tem de ser declarada	101
7.12 O ciclo vicioso dos realojamentos em Luanda	102
7.13 9.12 Bom Jesus casas Sociais	103
7.14 Imogestim nega morosidade nas vendas	103
7.15 "Abandonam as casas e voltam a queixar-se"	104
7.16 Cinco anos depois os elogios e as críticas à Cidade do Kilamba	104
7.17 CITIC construction coloca em risco a vida dos moradores da centralidade do Kilamba	105
7.18 'Estou satisfeito com os moradores pela sua participação'	106
7.19 Governo devia fazer habitação social e não casa de lixo	107
7.20 Populares de Caxicane queixam-se de não receberem casa	107
7.21 Beneficiários da Nova Caxicane arrendam suas casas	108
7.22 Casas Sociais no Quimbele Entregues nos Próximos Dias	109
7.23 Cidade do Kilamba Comemorou cinco anos	109
7.24 Distribuídos lotes para autoconstrução	110

7.25	Hora de colocar de lado o espírito de rico"	110
7.26	Angola no encontro de análise da Nova Agenda Urbana	112
7.27	6.26 Nova agenda urbana em análise	113

8. AGOSTO

114

8.1	Programa de Redução da pobreza beneficia 500 famílias	114
8.2	A imagem do Kilamba	115
8.3	Mais casas no Cuvango	116
8.4	AADIC quer punição severa contra administradores das centralidades do Kilamba e Sequele	116
8.5	Angola, o maior beneficiário da ajuda financeira da China e da África	117
8.6	Crise em Angola afecta sector imobiliário da Namíbia	118
8.7	Toda "Tramoia" do GPL e de Rui Cruz	119
8.8	Seminário hoje sobre as cidades	120
8.9	Venda de apartamentos e residências nos Zangos 'O' e 'I' à espera da água e da luz	120
8.10	Dezenas de casas para pensionistas foram concluídas	121
8.11	General Wala	121
8.12	José Eduardo Dos Santos	121
8.13	Fórum recomenda novo impulso ao programa	122
8.14	Auto-construção com vários lotes para distribuição	123
8.15	Kilamba "Village" nasce a Sul da cidade de Luanda	123
8.16	Sequele terá casas sociais	124
8.17	Técnicos projectam casas com custo máximo de 32 mil USD	124
8.18	Chinesa Sinohydro recebe novas obras em Angola	125
8.19	Censo mostra habitações	126
8.20	Empresas chinesas garantem mais cinco obras de 163,5 milhões USD	126
8.21	Trabalhadores ameaçam vandalizar centralidade"	127
8.22	Trabalho & Política	128
8.23	Vias urbanas em reabilitação	129

9. SETEMBRO

131

9.1	Projetos de habitação garante melhor qualidade de vida á população	131
9.2	Vamos lançar um sistema de endereço de números	132
9.3	Consultora imobiliária angolana distinguida pela Euromoney	135
9.4	Nova urbanização da Quiçama recebe primeiros moradores	135
9.5	Supervisor da ONU-Habitat em Angola	136
9.6	A ADIC acusa administração da Centralidade do Sequele de violar a Lei 15/03	137
9.7	Aida Cristina" constrói mais de 300 condomínio	138
9.8	Casas sociais são entregues	138
9.9	Luanda com capacidade para ser cidade inteligenteNovo Jornal	139
9.10	Linha férrea em Luanda vai finalmente avançar Jornal Manchete	139
9.11	Cacuaco tem a maior taxa de desemprego	140
9.12	Milhares de casas são construídos em Caluapanda Jornal Expansão	140
9.13	Afritrack cria projecto imobiliário Aida Cristina	141
9.14	Novas Casas das Centralidades com Fissuras... E outras Sem Luz Nem Água.	141
9.15	Habitantes clamam pela construção de centralidades	142

10. OUTUBRO

143

10.1	Conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável ministra representa o chefe de estado	143
10.2	Luanda moderniza vias alternativas	143
10.3	Municípios da Nova Urbanização dão lição a Carlos Cavukila	144
10.4	Projecto de desenvolvimento urbano do Mussulo apresentado em Conselho de Ministros	145
10.5	"Temos que estar preparados para urbanização dos musseques"	146

10.6	Nova Agenda Urbana Mundo à procura de uma sociedade justa e inclusiva Angola apresenta em Quito resultados do Programa Nacional de Habitação e Urbanismo	150
10.7	Urbanismo e sustentabilidade	151
10.8	Taxa urbana é satisfatória	152
10.9	Luanda cresce duas vezes mais depressa que Angola	152
10.10	Obras impulsionam crescimento	153
10.11	Habitação no centro das prioridades governamentais.	154
10.12	Executivo mobiliza sector empresarial	155
10.13	Fomento do Programa Habitacional	156
10.14	Jornalistas do Huambo agastados com governo	156
10.15	Aldeia Pacata do Zaire ganha vitalidade	157
10.16	Uma parte dos edifícios estão privados de energia	158
10.17	Cartoon	159
10.18	Ministra do Urbanismo na conferência Habitat III no Equador	159
10.19	Governo finta pobres e constrói Centralidade para ricos	160
10.20	Pânico na Centralidade do Dundo	161
10.21	Novo padrão de qualidade de vida nasce com a Centralidade da Quilemba	161
10.22	Executivo está a repensar o papel da banca no sector imobiliário	164
10.23	Ministra do Urbanismo e Habitação	167
10.24	No projecto Maquis. O antigo combatente tem prioridade mas não tem capacidade de compra	170
10.25	Drama das famílias no Panguila permanece	171
10.26	Angotec vai produzir mais de 100 casas contentorizadas até 2017	172
10.27	APIMA quer parques industriais para assegurar o sector imobiliário	172
10.28	Auto-construção dirigida ganha terreno na Huíla	173
10.29	Cartoon	174
10.30	Distribuição de terrenos atinge 1.412 lotes no 'Bié	174
10.31	Mais soluções habitacionais	175
10.32	Mercado imobiliário nacional continua atractivo e dinâmica	175
10.33	Operadores criam fórmulas para contornar crise na comercialização dos imóveis	176
10.34	Seguro de habitação obrigatória	178
10.35	Seguro habitação vai ser obrigatório em centralidades	178
10.36	Seguro habitacional obrigatório para centralidades	179
10.37	Vem aí seguro obrigatório multi-risco habitação	179
10.38	Venda das casas nas centralidades aguarda conclusão das obras externas	180
10.39	Funcionários da SONIP detidos	180
10.40	Mais de noventa famílias sem residências	181
10.41	Moradores das centralidades serão obrigados a pagar seguro habitação	182
10.42	“Os invasores vieram do prédio da Cuca”	182
10.43	Projectos habitacionais	183

11. NOVEMBRO

185

11.1	Infra-estruturas estão quase concluídas	185
11.2	Prestações com novas modalidades	185
11.3	Seguro habitacional multi-risco obrigatório nas centralidades	186
11.4	China lidera importação e exportações de Angola	186
11.5	Preços dos terrenos estão em estudo	187
11.6	Angola, na SADC, destaca-se com proposta económica adequada	188
11.7	Hoje o mercado habitacional já não aceita preços especulativos	189
11.8	Projecto Habitacional do Mucaba	190
11.9	Proprietários de imóveis seguros de multi-risco	191

12. DEZEMBRO

192

12.1	Surge um novo Sambila	192
12.2	Executivo ordena o território nacional	192

12.3	Reabilitação das vias urbanas da cidade comprometida por falta de verbas	193
12.4	Imobiliária simplifica acesso a casas	194
12.5	Casas não chegaram para todos	195
12.6	Mais de 700 residências entregues no Panguila	195
12.7	Projecto habitacional em fase de conclusão	196
12.8	Novos bairros conferem dignidade a moradores	197
12.9	Arrecadamos à volta de 500 milhões kz por mês de rendas nas centralidades	199
12.10	Não haverá venda física	200
12.11	Protecção dos imóveis	200
12.12	Venda das habitações nas centralidades arranca no 2º semestre de 2017	201
12.13	SOS Habitat fala de 6 mil casas demolidas este ano	202
12.14	China garante financiamento a projectos económicos	203
12.15	Centralidade do Lossambo no Huambo “ Aquisição de residências com novo modelo”	204
12.16	Famílias que partilham a mesma casa excluídas das novas	205
12.17	Novo projecto habitacional beneficia jovens do Cuito	206
12.18	Carta do Leitor “ assim não dá...”	206
12.19	Lotes do Prenda deixam descontos moradores	207
12.20	Temos o prédio mais organizado do Prenda	207
12.21	Venda de casas com regras mais flexíveis	208
12.22	Programa habitacional vai disponibilizar casas	208
12.23	Mais moradias para agentes de ordem	209
12.24	Imposto Predial Urbano a pagamento em Janeiro	209
12.25	Imposto Predial Urbano vai ser pago em Janeiro de 2017	210
12.26	Mais de 170 mil casas disponíveis no próximo ano	210

RESUMO DE NOTÍCIAS – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

Plano Director de Luanda

O plano mestre para a área metropolitana de Luanda PDGML () foi publicamente lançado em Janeiro de 2016. O PDGML os planos para o período 2015/2030 pelo tempo que a população da província atinge 12,9 milhões de habitantes. O plano deve ser revisto de cinco em cinco anos a fim de se adaptar às novas realidades que possam surgir. O PDGML havia saído a "concurso público" URBINVESTTE e venceu por uma empresa angolana detida pelo Estado da filha do Presidente Isabel dos Santos. O PDGML fornece para a construção, a reabilitação e a modernização de infra-estrutura integrada, com ênfase na melhoria da mobilidade com o objetivo de aumentar a capacidade da rede de auto-estradas e primária, secundária e terciária e estradas, bem como criar uma rede integrada de transportes públicos eficiente.

O pacote inclui políticas nacionais e programas de habitação e o planeamento e a preparação de planos de desenvolvimento, pelo Ministério dos Assuntos Urbanos e habitação, fundamental para a prevenção de favela evitando habitação precária e informal set5cobranças relativas nos arredores da cidade, ou dispersas em áreas rurais, o que torna difícil para fornecer serviços básicos 1 .

O presidente da Ordem dos Arquitectos profissionais angolanos Associação Arq. Victor Leonel Antonio reclamou em uma entrevista com o Jornal Expansao em 1 de Julho de 2016, que até muito recentemente a Ordem dos Arquitectos de Angola não tinha sido consultado e não tiveram nenhum contato com a equipe de consultores que estavam a preparar a região metropolitana de Luanda Master-Plan 2

Requalificação Urbana

O programa de modernização dos espaços públicos e estradas começou no centro da cidade de Luanda em Janeiro incluindo a erradicação de água permanente, reparos em calçadas e guias de contenção e estrada de resurfacing bem como nova tempestade de esgotos. O plano é começar no centro da cidade e de trabalho para o exterior para a periferia. O trabalho envolve a colocação de passarelas de paralelepípedos usando técnicas de mão-de-obra intensiva e tem como objectivo formar e empregar um número significativo de trabalhadores angolanos.

O programa sob a égide do Governo Provincial de Luanda abrange a revitalização e expansão da avenidas, ruas e áreas funcionais para dar uma qualidade de vida melhor para habitantes da capital. Em Outubro de 2016 o projeto tinha abrangido um total de 250 quilómetros de estradas secundárias e terciárias, nas áreas dos Mártires de Kifangondo, Cassenda, Palanca, Kilamba Kiaxi, Rangel, Sambizanga, Ingombota e Maianga , beneficiando mais de dez mil habitantes. O empreiteiro Mota-Engil implementado 100 quilômetros de ruas e avenidas da cidade capital. Uma empresa comum com a na área sul de Luanda, Odebrecth reparou mais de 64 quilômetros de estrada e sistema de rede de 225 energia eléctrica, para além da iluminação pública, drenagem, suprimento de

1 Yara Simon (2016), *entrevista com o Ministro da Administração territorial, Bornito de Sousa* , Jornal de Angola 06 de Julho de 2016

2 Felix Abias (2016) *Entrevista com o Arq. Victor Leonel Antonio, presidente da Ordem dos Arquitectos profissionais angolanos* , Jornal Expansao 01 de Julho de 2016 .

água e sistema de esgotos. O trabalho inclui a reparação de furos, passeios e guias de contenção, para além da repor ou colocação de sinais de trânsito, colectores de saneamento, pintura de contenção e sinais de trânsito (horizontal e vertical) que empregam cerca de 250 trabalhadores ³

A reabilitação das estradas de acesso do casco da cidade de Cabinda e parte de projectos de fornecimento de energia e de água para a população não foram concretizadas em função da crise financeira e económica que o país está a viver, tendo sido relegado para o próximo ano fiscal ⁴

O Ministro do Desenvolvimento urbano e habitação Branca do Espírito Santo na véspera da sua partida de Quito para liderar a delegação angolana para o habitat III Conferência sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável falou sobre o programa de renovação urbana em Luanda ⁵. Ela observou que os bairros de Cassenda, Mártires de Kifangondo, Bês e c, casa do Patriot, Benfica, Morro Bento, centro de Viana e outros foram atualizados. Todos estes bairros foram fornecidos com o abastecimento de água de drenagem e de electricidade, incluindo iluminação pública e de estradas pavimentadas. Também se registaram progressos nos grandes projectos de renovação urbana, particularmente Cazenga e Sambizanga, cujo trabalho se concentra em uma área de cerca de 90 hectares que tem a infra-estrutura concluída e parte das habitações fornecidas para um total de 2.770 habitações no Cazenga e 1.268 casas em Sambizanga. Estes desenvolvimentos urbanos tenham já beneficiado de investimentos sociais sob a forma de escolas primárias e secundárias.

Novo Alojamento Urbano Campanha de tributação

Em Janeiro de 2016 uma nova campanha de sensibilização sobre o dever cívico de pagar impostos sobre o urbano foi lançado. Até este último ano tinha sido pouco incentivo por parte do governo central para utilização da fiscalidade, estipulados na 2011 reforma fiscal que entrou em vigor em 2015, para financiar o orçamento do Estado que tinha dependia de royalties da produção de petróleo. A queda nos preços das commodities mundiais desde 2014 obrigou o governo a adoptar uma nova estratégia. A campanha informa o público que é com o dinheiro dos impostos que o estado constrói escolas, hospitais e melhora as condições de vida das populações. O objectivo é tornar as pessoas conscientes da necessidade de cumprir com a sua obrigação, voluntariamente para que o Estado não tem o recurso a medidas coercivas mecanismos para fazer cumprir a lei. O imposto sobre a propriedade é um valor monetário que cada cidadão deve pagar ao Estado para posse, posse, fruição dos bens ou rendas de edifícios. Todos os cidadãos e residentes estrangeiros que tenham um prédio urbano, que é definida como a habitação, a terra ou o espaço previsto para o efeito do alojamento são obrigados a pagar impostos ⁶. O imposto sobre a propriedade (UIP) é de 0,5 por cento para as casas ou apartamentos que custam mais de cinco milhões de kwanzas. Os donos de propriedades avaliadas menos de cinco milhões de kwanzas são isentas do pagamento do imposto. A avaliação dos níveis de tributação com base no metros quadrados de área construída são ajustados tendo em conta questões como a localização, a condição da propriedade e o acesso aos serviços básicos.

Jose Chilundulo um professor universitário argumenta que a nova tributação do setor imobiliário é complicado, demorado e ineficiente. Ele afirma que o imposto, na sua forma actual devido ao elevado nível de burocracia e

³ Antonio Eugenio (2016) *formas alternativas de modernização de Luanda*, em Economia e Financas 14 de Outubro de 2016.

⁴ Jornal de Angola (2016) *a reabilitação de estradas urbanas da cidade comprometida pela falta de fundos?* JA 31 de Dezembro 2016.

⁵ Branca do Espírito Santo (2016) *Governo é repensar o papel dos bancos no setor imobiliário*, Jornal de Angola - 19 de Outubro de 2016

⁶ Yara Simon (2016) Jornal de Angola, em 1 de Fevereiro de 2016

complexidade , irá desencorajar o investimento directo estrangeiro que Angola necessita neste momento de crise económica. Ele observa que a 2016 Banco Mundial Fazendo Negócios Relatório sobre Angola mostra que uma empresa de médio porte iria gastar 287 horas por ano no seguinte através de procedimentos, apenas para pagar os seus impostos e que o país ocupa 157 fora de 190 na dificuldade para atender às exigências fiscais 7 .

O activista dos direitos do consumidor Diogenes de Oliveira e presidente da Associação dos Direitos do Consumidor de Angola (AADIC), tem efectivamente faladas positivamente sobre esta verdadeira-break direito fiscal, desde que ele sinta que o "prevê a preservação dos activos dos proprietários das suas casas" 8

No entanto, a imposição de novos impostos não é popular. "Eu não vou pagar este imposto, primeiro porque sou pobre, segundo porque eu construí minha casa com muito sacrifício, teve de sacrificar a educação dos filhos, para alguns anos", explicou Joaquina Miranda de 41 anos de idade, uma camareira em Down Town, que residem perto do estádio 9 . "Mas eles (governo) querem obrigar as pessoas a pagar um imposto sobre a nossa residências que temos construído sem a ajuda de ninguém".

Francisca de Brito, que falou no VI Fórum sobre a "Luta contra o branqueamento de capitais" em Julho de 2016, declarou que "quando você vender uma casa para um valor superior a quinze mil dólares (2,5 milhões de kwanzas), a empresas imobiliárias são obrigados a declarar a operação para a Unidade de Informação Financeira (UIF) do Banco Nacional de Angola". O novo regulamento visa criar as condições para que o dinheiro ilegal circuitos anteriormente se tornam parte do sistema económico formal, onde há uma maior transparência e uma maior conformidade legal em transações e para a cobrança de impostos 10 .

Para além da obrigação de pagar impostos sobre a propriedade, o Governo angolano planos sobre a introdução da obrigatoriedade de seguro de habitação. Ministro de Assuntos Urbanos e habitação, Branca do Espírito Santo , anunciou em 27 de Outubro de 2016 11 que os residentes de complexos de habitação nova " centralities" do país pode em breve, de subscrever a obrigatoriedade de seguro multi-riscos habitação. O seguro irá cobrir, entre outras coisas, assegurar a reparação de danos associados com a ocorrência de riscos de incêndios e de inundações, riscos eléctricos e a compensação de furto ou roubo. Na opinião de Branca do Espírito Santo este passo irá incentivar os bancos comerciais para a concessão de empréstimos hipotecários, além de aumentar as receitas fiscais no país. As reformas para a economia real-break são projetados para garantir a sustentabilidade dos projectos de habitação e a necessidade de adaptar o plano de construção de novas habitações para a actual situação de escassez de divisas que o país enfrenta. O ministro também fez uma proposta de actualização de prestações mensais pagos por residentes do centralities no contexto de rent-para-compra usando uma taxa justa a não aplicação da actualização da taxa de câmbio, nem uma referência para o Índice de Preços ao Consumidor (CPI). As mudanças na propriedade do alojamento de rent-a-compra de introduzir também a possibilidade de

7 Josué Chilundulo (2017) *Uma reforma Tributaria para maximização da producto nacional*, O PAIS 06 de Janeiro 2017, [Http://opais.co.ao/planada-centrismo-uma-reforma-tributaria-mais-visionaria-para-uma-maior-maximizacao-da-producao-nacional](http://opais.co.ao/planada-centrismo-uma-reforma-tributaria-mais-visionaria-para-uma-maior-maximizacao-da-producao-nacional) .

8 Neusa Salgado (2016) *multi-riscos habitação seguro exigidos em Expansao Centralities*, Jornal. 4 de Novembro de 2016 .

9 Antunes Zongo (2016) Folio 8, 30 de Janeiro de 2016

10 Frances de Brito (2016) VI Fórum sobre a "Luta contra o branqueamento de capitais" o Jornal de Angola de 9 de Julho de 2016

11 Branca do Espírito Santo (2016) *Home seguro obrigatório* , ECONOMIA E FINANÇAS 28 de Outubro de 2016

formas de venda para permitir que o cidadão comum a comprar uma propriedade. Antes era apenas a funcionários públicos que foram autorizados a comprar no rent-a-regime de compra 12

A coleta da primeira parcela do imposto sobre a propriedade (UIP), a contribuição anual que o cidadão tem de pagar ao Estado para a posse ou ocupação de uma casa apartamento ou pedaço de terra, é executado a partir de 1 a 31 de Janeiro de cada ano. O imposto é cobrado sobre o valor da propriedade ou do rendimento gerado pelo arrendamento. O imposto pode ser pago em duas parcelas, a segunda durante o mês de Julho. A fim de apresentar uma declaração fiscal, documentos devem ser apresentados que mostram uma descrição da propriedade, um plano da propriedade, certificado ou título imobiliário ou um contrato promessa de compra e venda. A ausência de tais documentos não deve impedir que o ocupante da obrigação de pagar impostos sobre a propriedade. Edifícios com um valor de até cinco milhões de kwanzas são isentas do pagamento do imposto. Acima deste valor, a linha de base anual taxa de imposto, calculados a uma taxa de 0 por cento 13 .

O AGT estima que vai elevar a cerca de quatro mil milhões de kwanzas em 800 mil propriedades em todo o território nacional.

Gestão das terras na diversificação da economia

O Secretário de Estado da Administração territorial é promover uma revisão de legislação relacionada com a lei ou código de terra que regula o sector imobiliário 14 . A alteração à legislação visa corrigir procedimentos que ainda limitam o acesso à habitação por cidadãos angolanos. O antigo código de registo de terras, actualmente em vigor, contém e complexos procedimentos burocráticos para a aquisição e registo de propriedade imobiliária. Nos últimos anos muito do alojamento novo estoque foi construída na nova cidade complexos, referido como "Centralidades" . O Secretário de Estado explicou que a maioria desses cidadãos adquiram casas nestes Centralities , através do sistema de rent-a-compra, mas não podem fazer o registo desta propriedade até após o último pagamento está concluída". Isto significa que o imóvel não se torne propriedade do cidadão até depois de quinze ou vinte anos, dependendo do contrato de arrendamento. Da mesma forma, de terrenos adquiridos por cidadãos de instituições públicas ou privadas para fins de construção de habitação, ainda não efectuar a protecção dos direitos de propriedade plena. A legislação assim alterada será fornecer mecanismos de autorização e de protecção de propriedade, de certificados emitidos por administrações locais, que terá a autoridade de registo desta propriedade, mesmo se ele não tiver um edifício existente ou já não está sujeita a registo. O Secretário de Estado disse que "esta inovação irá permitir que o cidadão para obter o valor económico do imóvel e os direitos legais que podem servir como um meio de promover o melhor negócio, no caso de o real-break pode ser utilizado para obtenção de crédito bancário". Durante o debate parlamentar sobre a revisão da lei foi salientado que, enquanto garantias jurídicas para habitação e imobiliário seria melhorado, seria também fornecem mais poderes do governo elevar os impostos sobre a propriedade. O documento continua em estudo em uma comissão parlamentar antes da sua aprovação final e subsequente publicação e entrada em vigor.

Em 22 de Junho o Conselho Consultivo do Ministério do urbanismo e da habitação se reuniram para lançar uma nova estratégia intitulada "Land Management na diversificação da economia" e são abordados temas tais como "ambiente urbano como uma fonte de diversificação da economia" . O ministro se queixaram de que na ausência de planos urbanos populações tiveram de encontrar as suas próprias soluções para suas necessidades básicas de alojamento e ter sido obrigada a participar nas práticas de construção ilegal. O Conselho Consultivo

12 Faustino Diogo (2016) *benefícios com novas modalidades* , no Novo jornal, 04 de Novembro de 2016 .

13 Jornal de Angola (2016) o *imposto sobre a propriedade de ser pagos em Janeiro* , Jornal de Angola de 29 de Dezembro de 2016

14 Adao de Almeida (2016) *Lei de terra Código regula negócios imobiliários*, Jornal de Economia e Financas , 29 de Janeiro de 2016

procurou definir mecanismos, procedimentos técnicos e administrativos para o licenciamento de operações urbanas.

O Ministério anunciou que vai continuar a orientar a implementação de políticas de alienação e de conversão do alojamento ativos do Estado em conformidade com a legislação e promover a participação de cooperativas, a promotores privados e as próprias populações. O Ministro afirmou que "planeamento deverá garantir a ampla mobilização e participação de todos os interessados na discussão, de negociação e de tomada de decisão. Esta é uma política alternativa que envolve a negociação e a tomada de decisão colectiva e de uma visão partilhada sobre o futuro comum dos municípios",

O ministro apresentou uma nova estratégia em matéria de avaliação de terrenos que devem estar em conformidade com o conceito de um justo valor do rendimento da terra combinada com o seu valor patrimonial (activo), dividido em duas partes: os custos dos investimentos em todas as operações envolvidas no processo de desenvolvimento, construção e comercialização e o correspondente valor do ativo do solo. Ela reiterou que os investimentos em infra-estruturas de base tais como estradas, telecomunicações, energia, água, saneamento, entre outros, com os fatores impulsionadores que crie a base para a expansão de uma economia competitiva e sustentável. 15

O ministro de Assuntos Urbanos e habitação disse que está em curso um trabalho sobre a modernização do Sistema de Informação Geográfica (GIS), que permitirá a criação de um terreno adequado de informação, a fim de melhorar o registro e títulos das concessões das áreas concedidas e a conceder, também no contexto das reservas fundiárias. Em relação às actividades do Instituto Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo (INOTU), o Ministério de Assuntos Urbanos e habitação (MINUHA) fornecerá serviços técnicos para as administrações municipais, para o acompanhamento dos planos urbanos (construção de 60.000 habitações no âmbito do Programa Nacional de planeamento urbano e habitação), realizado por INOTU, também merecem a atenção do titular do sector 16

Mercados da habitação

Programa Nacional de Habitação prevê 200 casas em cada um dos 164 municípios está sendo concluída e começa a ser habitada desde o primeiro trimestre de 2016. As residências têm um custo na ordem de 70 mil dólares por unidade.

Os cidadãos estão cada vez mais insatisfeitos com uma série de violações de contratos, muitos rubricado com empresas estatais. Queixas à Procuradoria-Geral da República foram arquivados pela Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC), em nome da casa ocupantes no Kilamba e Cacucaco mas permanecem sem resposta.

O presidente da Ordem dos Arquitectos Profissional angolano considera que as novas cidades "Centralidades" como Kilamba eram um mal necessário e sem ter em conta a cultura de Angola. Se olharmos para o país no final da guerra, de que precisávamos para resolver rapidamente o problema da habitação e se necessário violar alguns princípios. Olhamos para o estabelecimento de preços antes e após a centralities, e a diferença é interessante. Tivemos um quarto apartamentos custando 500 mil dólares. Foi horrível. Angola foi o país mais caro do mundo, em grande medida porque de imóveis. Para resolver um problema urgente e dentro de um prazo muito curto

15 António Paulo (2016), os *municípios devem ter direitos exclusivos para a urbanização* , novo jornal de 1 de Julho de 2016

16 Branca do Espírito Santo (2016) Diretor Executivo direciona o território nacional, Jornal de Angola de 27 de Dezembro de 2016 .

mass housing Centralidades foram construídas. Após este, os preços baixaram. Os custos de habitação são hoje mais razoável e os preços são mais em conformidade com aquilo que está a ser feito a nível internacional 17

Quando você vender uma casa para um valor superior a quinze mil dólares (2,5 milhões de kwanzas), a empresas imobiliárias são obrigados a declarar a operação para a Unidade de Informação Financeira (UIF) do Banco Nacional de Angola 18 . O novo regulamento visa criar as condições para que o dinheiro ilegal circuitos anteriormente se tornam parte do sistema económico formal, onde há uma maior transparência e uma maior conformidade legal em transações e para a cobrança de impostos.

Engenheiro António Henriques Ferreira entrevistados em 15 de Julho de 2016 chamado a "aprender com os erros" no programa de habitação social do governo. Ele disse que o país perdeu a oportunidade de desenvolver a indústria de construção, indústria de materiais de construção e a qualificação dos trabalhadores dessas indústrias e a aquisição de experiência no domínio da engenharia. Ele disse que o Estado tem "ido demasiado longe" para a construção de habitação. " Ele observou que a boa prática internacional mostra que os governos deveriam fornecer infra-estrutura e parcelas de terra e depois deixe que o sector privado construir habitações 19 .

O Recenseamento Geral da População e da Habitação teve lugar de 16 a 31 de Maio de 2014 e publicado em Agosto de 2016. O número de unidades de alojamento que estão registados no país é 5,544,834, de acordo com os números finais do Censo da População e Habitação realizado em 2014 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). De acordo com o relatório final do estudo, cerca de 69,7% das casas são ocupadas pelos proprietários e 19.2 são locados. O estudo aponta que a proporção de agregados de acordo com o regime de ocupação da habitação é de 69,7 por cento construído pela própria, 18,5 alugados do sector privado, 4.3 transferidos pelo privado, 3.5 totalmente pagos 2.2 no processo de compra, 7 alugados do Estado e dois não declarada. Cada unidade de alojamento tem, de acordo com o Censo, tem em média três divisões, sendo o número médio de quartos por unidade de alojamento é de 1,6 e o povo para cada papel higiénico é 2,9 20 .

Comentando sobre o Programa Nacional de planeamento urbano e habitação no dia 16 de Outubro, Thomaz Ramalho, o representante das Nações Unidas Habitat de notar que é muito corajoso. O objetivo de um milhão de casas, anunciado pelo Presidente José Eduardo dos Santos, 2008, o Dia Mundial do Habitat, em termos quantitativos foi para o fornecimento de 1 milhões de casas. O componente do programa de alojamento produzidos pelo governo foi muito bem executada. A construção de habitação pelo Estado já ultrapassou mesmo a meta. O que falta no Programa Nacional de planeamento urbano e habitação é a maior produção de alojamento pelo sector privado, com o financiamento dos bancos. Os bancos infelizmente não investir o financiamento como esperado. Há necessidade de um quadro jurídico para os bancos a se sentir seguro para fazer empréstimos. Este é o maior entrave. O segundo componente que falhou tem a ver com a construção de auto-direcionado, que deve ser a maior parte do programa. Este órgão não tiver ainda começado efetivamente 21

17 Felix Abias (2016) *Entrevista com o Arq. Victor Leonel Antonio, presidente da Ordem dos Arquitectos profissionais angolanos* , Jornal Expansão 01 de Julho de 2016 .

18 Frances de Brito (2016) VI Fórum sobre a "Luta contra o branqueamento de capitais" o Jornal de Angola de 9 de Julho de 2016

19 António Henriques Ferreira (2016) *Governo deverá tornar a habitação social não privado Lixeira* , entrevistado em O país de 15 de Julho de 2016

20 ECONOMIA E FINANÇAS (2016) F petência em números do Censo da População e Habitação realizado em 2014 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), publicada em Economia e Finanças 26 de Agosto de 2016

21 Thomaz Ramalho (2016), *temos de estar preparados para a urbanização de musseques* , como entrevistados no Jornal de Angola de 16 de Outubro de 2016 .

O Ministro de Assuntos Urbanos e habitação, Branca do Espírito Santo , deu uma entrevista ao jornal de Angola na véspera da sua partida de Quito, capital do Equador, onde ela viajou para representar o Chefe de Estado na terceira conferência sobre a habitação e desenvolvimento urbano sustentável. Ela disse que infelizmente a crise financeira, derivada da redução do preço do petróleo tem afetado o grau de implementação do Programa Nacional de Planeamento urbano e habitação. Hoje o papel do Estado é criar condições condições macroeconómicas favoráveis para o desenvolvimento do sector, o sector privado prestador de serviço na cadeia de valor de um projeto de construção e o sistema financeiro fornecer produtos financeiros para alojamento. As cooperativas de habitação são também um veículo importante para o acesso das famílias ao alojamento e é uma forma de os beneficiários que participam na resolução do seu problema. Outra questão muito importante é a regularização da propriedade dos edifícios, uma condição para o acesso ao crédito e as garantias de segurança em caso de transacção de uma propriedade 22

O presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), Miguel Ribeiro disse em uma entrevista ao JE , que as vendas no mercado imobiliário registou uma queda de 50%, em comparação com anos anteriores, resultante da actual crise económica e financeira. Acesso à moeda estrangeira e a falta de capacidade do mercado nacional da construção civil tem contribuído para este declínio nas vendas. A parte de mercado aumentou, apesar da nova produção de cimento, considerada uma das componentes importantes para o sector da construção, há necessidades de outras matérias-primas, cuja produção deve ser local. Mesmo com a desaceleração nas vendas, o país continua a ser um mercado onde não há espaço para crescer, porque, segundo disse, ainda existe uma procura de alojamento como para escritórios. Contudo há ainda muito de informalidade nos mercados, que em muitos casos pode gerar "insegurança para os investidores". É essencial para melhorar o ambiente de negócios no mercado imobiliário para atrair investidores externos. , a banca comercial deve ser o pilar do mercado imobiliário, mas propriedade deve ter segurança para tanto para aqueles que desejam investir como para quem queira comprar 23 .

O empresário, Tomasz Palankovski Diretor do grupo empresarial Poltec "investimentos", com quase vinte anos de experiência no mercado angolano argumenta que o actual contexto económico global finance, também negativamente o sector imobiliário, daí tendo defendido "audácia" e criatividade por parte dos investidores. Para ele, a crise serve como um catalisador para diversas iniciativas, e por esse motivo necessário que os empresários possam encontrar soluções nesta difícil fase, a criação de mais postos de trabalho e ajudar as pessoas a poupar mais 24

Um novo projeto em parceria com o banco de investimento de bancos de Angola (BAI) e Comercio e Industria (BCI), foi anunciado por Diacatte Quipuco, director comercial, que simplificou os procedimentos para permitir que funcionários públicos e privados, incluindo as pessoas que não têm um rendimento mensal regular para o acesso à casa própria e ter uma residência decente na cidade de Luanda 25 . A aquisição de uma residência é alcançada dentro de um período máximo de 35 anos. A empresa está a promover um sistema de rent-a-compra de 55.000 Kwanzas por mês, começando com um simples pagamento de 200 mil kwanzas. "Não queremos ter lucros imediatos. Queremos ajudar as pessoas a adquirir a sua residência em uma forma confortável e segura, quer através de compra ou através de crédito bancário", disse Diacatte Quipuco.

22 Branca do Espírito Santo (2016) *Governo é repensar o papel dos bancos no setor imobiliário* , entrevistado no Jornal de Angola de 19 de Outubro de 2016 .

23 Miguel Ribeiro (2016) *APIMA reforçar a indústria da habitação para garantir que o sector imobiliário* , entrevista em Economia e Finanças 28 de Outubro de 2016

24 Adérito Veloso (2016) *Operadores criar fórmulas para superar a crise na comercialização de imóveis*, entrevista with Tomasz Palankovski em Economia e Finanças 28 de Outubro de 2016 .

25 Katia Ramos (2016) *Imóveis simplifica o acesso à habitação* , Jornal de Angola 01 de Dezembro de 2016

Imog estin recebe mensalmente os rendimentos das Centralities como Kilamba de 400 a 500 milhões de kwanzas por mês. Imogestin gerencia 40 mil famílias nas quatro províncias, com 50% em Luanda. Os trabalhadores que têm salários abaixo de 100.000 kzs por mês pagar rendas de 12.000 Kwanzas para 40.000 Kwanzas por mês. Os rendimentos da Imogestin foram inferiores a uma disposição anterior. Rendimentos inferiores são devido à degradação do contexto económico e a renda das pessoas, o resultado da inflação e desvalorização da moeda nacional. Houve uma perda de poder de compra geral causado insegurança económica. O programa de habitação do Estado não é sustentável. Nenhum estado no mundo é capaz de criar programas apoiados financeiramente pelo Estado para resolver o problema de toda a população. Só as pessoas com baixos rendimentos devem ter maior apoio do Estado para resolver questões de alojamento. Classes de médio e alto rendimento deve ter outros tipos de apoio ao acesso de financiamento comercial que não pode ser o mesmo para as pessoas com baixos rendimentos 26 .

Um novo mecanismo para a venda de casas para o pessoal de médias e grandes empresas é configurado com a ajuda do Ministério de urbanismo. As empresas que terão acesso, se eles têm mais de 500 funcionários e será capaz de cada acesso até 50 casas. O rendimento mínimo exigido é de cerca de trinta a quarenta mil Kwanzas mês para a menor classe. 30%, das unidades de classe média atribuída para peop le deve ganhar um salário acima de 100 a 110.000 kwanzas por mês 27 .

26 Mauricio Vieira Dias (2016) *Centralidades levantar cerca de 500 milhões de Kz por mês em renda* , Jornal Expansao 09 de Dezembro de 2016

27 Ibid

1. JANEIRO

1.1 Luanda acolhe encontro sobre gestão das cidades

Jornal de Angola
6 De Janeiro de 2016

O Ministério da Administração do Território realiza amanhã, em parceria com o Governo Provincial de Luanda, um seminário sob o tema "Barcelona entre as cinco Cidades Inteligentes de 2015". O encontro serve para a abordagem da experiência de Barcelona na gestão integrada e inteligente das cidades.

O seminário está marcado para o salão nobre do Governo Provincial.

Segundo o comunicado enviado ao Jornal de Angola, o seminário tem como orador o especialista espanhol Djamel Embarek, que no ano passado integrou o júri que classificou as cidades do mundo melhor posicionadas como bem geridas. À margem do encontro, Djamel Embarek, que desembarcou ontem em Luanda e permanece no país até sexta-feira, vai realizar reuniões de trabalho e visitas às administrações da Cidade do Kilamba, município do Cazenga e Comissão Administrativa da Cidade de Luanda.

Para o seminário estão convidados os órgãos auxiliares da Casa Civil do Presidente da República, representantes de ministérios, administrações municipais e de cidades; universidades e operadoras imobiliárias. A entrada para os interessados é livre, mas está sujeita a inscrição.

1.2 Relação do Executivo com os espaços abertos

Jornal A República
8 De Janeiro de 2016

E impressionante a forma como o «Executivo» e algumas entidades ocupam os espaços abertos, em Luanda.

Assisto, com tristeza, à construção do edifício do «Ministério das Finanças», por detrás do antigo edifício, recentemente restaurado.

Sempre pensei que aquele espaço, que era utilizado como parque de estacionamento, seria usado para

outros fins, que o não o da construção de mais um prédio.

Em Luanda, infelizmente, há poucas áreas abertas, como tenho dito, designadamente parques, praças ou largos. Os terrenos desocupados, na via pública ou dentro de algumas instituições foram ocupados pelos Estado ou por alguns particulares, com o consentimento, expresso ou tácito do poder, central ou local.

Não faz sentido a construção de um edifício num espaço privilegiado para a construção de um largo, cujo subsolo deveria ser aproveitado para um parque de estacionamento com quatro pisos, o que permitiria que os funcionários do «Ministério das Finanças», do «Ministério da Construção», «Ministério do Urbanismo», Grupo Sonangol, Governo Provincial de Luanda e demais interessados pudessem parquear as suas viaturas. Sinceramente, constato muita incoerência em relação ao ordenamento da cidade de Luanda.

Quanto à construção de um grande parque de estacionamento, a grande opção é negociar o quarteirão onde está localizado a MAQUIL. Com efeito, o Executivo pode conceder terrenos, na Chicala ou noutras áreas bem localizadas, aos proprietários dos estabelecimentos comerciais daquele espaço. Se houver êxito nas negociações, na baixa de Luanda, poderá haver um grande espaço de estacionamento, que, decerto, será de grande utilidade para os funcionários e trabalhadores das instituições mencionadas, bem como os do «Ministério das Relações Exteriores», «Ministério da Indústria», Banco Nacional de Angola, Banco de Poupança e Crédito, nomeadamente. À superfície desse eventual parque de estacionamento, deve ser um largo, com acentos.

É importante dizer aos governantes que uma cidade precisa de espaços abertos, nos quais a população possa estar para tomar ar, marcar encontros ou, simplesmente, apreciar a evolução ou a beleza da cidade para depois continuar a marcha para o seu destino.

Em Luanda, há muitas obras que jamais deveriam ser autorizadas, nomeadamente, o Shopping Fortaleza, a sede da Fundação Lwini, na Praça da Independência; o Velório adjacente ao Cemitério de Santana; as bibliotecas dentro do quintal das escolas Njinga Mbande e Ngola Mbande; o ISCED, dentro do quintal da Escola Salvador Correia, um dos monumentos da cidade. O ISCED está a destoar; a sede da Orion e Banco BIC, que ocultam a Escola Ngola Kanine, outro monumento da cidade, as Oficinas da Toyota, numa área reservada para a

construção de obras de carácter social. Seria exaustivo se descreve todas as obras mal autorizadas e localizadas. Infelizmente, o mal já está consumado.

A questão é que o Estado não quer gastar dinheiro com a expropriação de alguns terrenos, que seriam privilegiados para a construção dos edifícios mencionados, porém, noutros espaços. Seria um autêntico início da requalificação da cidade. Infelizmente, o Estado os Governos de então e o actual «Executivo» - ao invés de apostar numa verdadeira requalificação, prefere ocupar espaços abertos e, algumas vezes, como se pôde analisar, constrói anarquicamente, tal como alguns populares, que edificam habitações em locais impróprios.

Cidade administrativa proposta

Sempre esperei que o «Executivo» fosse construir uma cidade administrativa, com vários edifícios, com denominações de províncias e de outras localidades de Angola. Seria ou pode ser uma boa estratégia para a concentração dos diferentes «departamentos ministeriais».

Pode ser uma cidade bem organizada. Uma cidade em que haja creches, escolas, centro de saúde ou clínica, estações de serviço, posto de abastecimento de combustível, restaurantes, hotel, ginásios e espaços para comércio. A existência de um SIAC não deve ser ignorada.

A concentração das diferentes instituições pode contribuir para a diminuição da circulação rodoviária e trânsito congestionado habitual na província de Luanda, em particular na sua principal cidade. A localização de diferentes instituições da administração pública tem muitas vantagens na actividade laboral, na relação e comunicação entre os seus funcionários. Uma cidade administrativa traz muitos ganhos à administração pública.

Localização da Cidade Administrativa

A construção de uma cidade administrativa será um passo gigantesco para a requalificação de Luanda. Ela pode ser construída próximo à cidade do Kilamba, Samba, no Sossego ou noutra área do Sul de Luanda, devida à grande concentração de edifícios e residências construídas pelo Estado, por empresas privadas ou pelos demais cidadãos, no âmbito do plano de concessão de terrenos para a autoconstrução dirigida. A Construção da cidade deverá ser cercada com grades usadas para delimitar os palácios e as mansões do século XIX. Deverá ter câmara de vídeo, bem como ter uma esquadra de polícia. Os passeios largos, os jardins, as praças, a toponímia serão aspectos que serão levados em conta. Também, dever-se-á apostar na existência de

estátuas de figuras, angolanas e estrangeiras, que consensualmente, mereçam uma homenagem do género.

Se o Estado permitir que as empresas petrolíferas construam as suas sedes a sul de Luanda, será uma forma de fazer com que essa área se desenvolva com celeridade. Além disso, essas empresas poderão gizar projectos habitacionais para os seus trabalhadores, pois, no sul de Luanda, há muito terreno mal aproveitado, pelo Estado e pelos cidadãos. O sul de Luanda pode transformar-se numa verdadeira cidade a cidade da era pós-colonização.

Mais uma razão para a construção de uma cidade administrativa no sul de Luanda é a existência do Aeroporto de Bom Jesus e a construção da segunda Marginal da baixa a sul de Luanda.

Existindo a cidade administrativa, o Estado pode criar uma empresa para gerir o seu património imobiliário.

Os edifícios podem ser vendidos ou arrendados aos eventuais interessados para, consoante os casos, servirem de habitações, escritórios, representações diplomáticas, representações de governos provinciais. Alguns deles poderão ser concedidos aos principais partidos políticos, de modo a terem melhores condições para o exercício das suas actividades políticas. Alguns andares desses edifícios também poderão servir de sedes para as distintas federações desportivas.

1.3 “A cidade de Luanda tem potencial”

Jornal de Angola

11 De Janeiro de 2016

Texto: João Dias

O espanhol Dan Embarek é especialista em desenvolvimento de planos de negócios regionais e internacionais. Na semana passada deu um seminário, no Salão Nobre do Governo Provincial de Luanda, sobre "Barcelona Cidade Inteligente de 2015". No ano passado, Embarek integrou o Júri que classificou as cidades do mundo melhor posicionadas no que toca à gestão.

Em entrevista ao *Jornal de Angola*, o especialista sublinha que Luanda tem condições e potencial que a podem tornar numa cidade de referência mundial na base da resiliência, eficiência e sustentabilidade. Mas refere que são os modelos de gestão o pano de fundo para que as cidades sejam consideradas Inteligentes e funcionais.

Dan Embarek defende que a gestão de uma cidade se faz com a participação dos munícipes, como intervenientes e contribuintes. Além disso, é apologista de que o sistema de governação da cidade deve sempre adequar-se à realidade dos novos tempos. O entrevistado convidou os angolanos a visitarem Barcelona, a primeira "smartcity" (cidade inteligente) do mundo.

Jornal de Angola - Hoje as cidades são construídas para serem integradas, eficientes e funcionais. Deste ponto de vista, dada a sua experiência, podíamos falar na existência da cidade ideal?

Dan Embarek - Esta questão da cidade ideal é inalcançável do ponto de vista de realização e satisfação do homem enquanto ser com singularidades. Penso que, como seres humanos, nunca estaremos satisfeitos. Andaremos sempre atrás da perfeição, mas ela nunca chegará. Mas, se falarmos da cidade ideal como tentativa de criar algo em que nos espelhemos, então direi que existe, só que não na acepção em que pergunta. Devido à natureza humana, não chegamos a este nível. Mas há um ideal que é alcançável desde que a participação de todos munícipes se torna efectiva, porque a construção da cidade é uma soma de aspirações e vontades cristalizadas num contributo. Ainda assim, não conseguimos a cidade ideal em parte alguma, porque dificilmente ela há-de satisfazer todos em simultâneo e ao mesmo nível e proporção.

Jornal de Angola - Mesmo aquelas com uma gestão e funcionamento que se aproximam da perfeição não estão dentro do padrão de cidade ideal?

Dan Embarek - Ainda assim, não. Olhe, se lhe oferecer um fato, primeiro, terei de saber quais são as suas medidas reais e a preferência quanto à cor e ao estilo. Sem estas, por mais que queira, posso não conseguir satisfazer-lhe o gosto e a necessidade. A construção das cidades deve ser feita a olhar para as verdadeiras necessidades dos munícipes. Por isso é que insisto em dizer que a participação dos cidadãos é necessária, na medida em que eles têm sempre uma palavra a dizer. É fundamental que se tenha o contributo de cada cidadão para que se chegue a um modelo quase perfeito, que grande parte dos cidadãos se revejam na cidade e no que ela tem e dá.

Jornal de Angola - Está há poucos dias em Luanda, mas provavelmente terá procurado pesquisar um pouco mais sobre a capital angolana quando lhe foi feito o convite para cá vir. Como Luanda deve ser gerida para alcançar o nível de uma cidade inteligente e funcional?

Dan Embarek - Antes de chegar aqui pesquisei muito sobre Luanda, interagi e fiz comparações. O que devo dizer é que Luanda está no caminho certo. Luanda passa por uma etapa em que muitos países já passaram, mas penso que Luanda tem muitos aspectos importantes a seu favor e tem também o que considero ser um elemento necessário para se tomar numa cidade de referência. Angola ultrapassou um longo conflito armado, agora está em paz, estável e tem o suficiente para poder lançar-se numa verdadeira empreitada própria de uma grande "smartcity".

Jornal de Angola - O que o leva a dizer isso?

Dan Embarek - O que quero dizer com ter o suficiente? Quero dizer que Angola tem recursos petrolíferos, diamantíferos e minerais para avançar. Mais do que tudo isso: Angola é, sobretudo, um país jovem. Tenho as minhas raízes em África e sinto-me orgulhoso sempre que venho ao continente e encontro países como Angola, que dependem de si mesmos para vencer. Sinto que todo este processo está a ser feito de uma forma evolutiva Angola está a passar por um processo de evolução notável. O que notei é que aqui existe um sentido convergente em direcção a um porto seguro. Sinto que aqui está a ser construído um progresso, que pode ser visto como lento para alguns, mas que pode ir sem sobressaltos. O fundamental é que todos participem na construção de uma cidade que seja uma referência mundial. Quando a administração está ligada ao munícipe e ouve o necessário do cidadão, e este, por sua vez, acautela, acompanha e sugere, estão lançadas as bases para o êxito. Muitas cidades tomaram-se referência porque foram construídas nesta perspectiva. Angola tem estabilidade e todas as condições para tudo dar certo.

Jornal de Angola - Com as variáveis a que fez referência sobre o país em geral e Luanda em particular, quer dizer que, se aliarmos a estas vontades e engenho, podemos alcançar o nível de uma cidade sustentável, eficiente e inteligente?

Dan Embarek - Angola, em particular Luanda, está no caminho certo e tem um futuro promissor e conta com uma juventude que está disposta a trabalhar. Tem todo o potencial. Andei um pouco por Luanda, conversei com os dirigentes e visitei a cidade do Kilamba, que, para mim, é espectacular, apesar do que se tem dito sobre ela no estrangeiro. Existem aqueles que depreciam o projecto. Passei por lá e notei que é um lugar de convergência, na medida em que representa a coesão do país, porque acolhe cidadãos vindos de todas as partes do país. Só este facto é um ponto forte para os angolanos. Mas, respondendo à pergunta que me faz, diria que falta

um pouco de autonomia dos municípios para que eles próprios traçam programas que se adequam às suas necessidades e realidade. O país tem potencial e recursos humanos. Naqueles casos em que os recursos humanos nacionais não responderem aos desafios, pode-se recorrer à terciarização. Quando o país sente que não tem capacidade para realizar determinadas tarefas, deve buscar peritos internacionais.

Acho que Luanda tem tudo para o grande êxito como cidade de referência. Tem praias bonitas, clima favorável, cultura e um povo acolhedor. O fundamental é que o sistema de governação se adapte também aos desafios da construção de cidades sustentáveis, eficientes e inteligentes. A situação que se coloca em muitas cidades na actualidade é que o sistema de governação tem de se adaptar aos novos tempos, em que os desafios são outros e as necessidades das cidades também. Digo isto no sentido de se dar uma certa autonomia aos municípios para poderem liderar a resolução de problemas que lhes dizem respeito e não esperarem sempre que tudo venha da Administração Central ou do Governo Central. E preciso deixar que os municípios façam a gestão dos seus próprios problemas, isso seria uma mais-valia.

Jornal de Angola - Falou reiteradas vezes das cidades inteligentes. Actualmente, está em voga a questão das chamadas cidades resilientes. Olhando para o perfil de Luanda, o que nos diz?

Dan Embarek - Não posso adiantar soluções sem que saiba a fundo os reais problemas de Luanda. Os únicos que estão em condições de dizer com profundidade os problemas que vivem são as populações e são elas que podem levar também os projectos a bom porto, com a sua participação.

Mas, para a grande mudança, é preciso remover barreiras, que existem não pelo facto da ausência de vontade em fazer a mudança, mas simplesmente porque existem aquelas perguntas que ainda não foram respondidas. Por isso, convido-vos a irem à Barcelona para verem o que conseguimos alcançar. Desta forma, muitas questões vão ser levantadas sobre os métodos e o caminho usado para que Barcelona chegasse ao nível de primeira "smartcity" mundial. Por mais retórica e conhecimento que tenha, não posso, assim de repente, dizer o que Luanda precisa ou não. O mundo está globalizado e temos tudo para fazer um intercâmbio válido e eficaz. Só fazendo visitas a Barcelona é que vão poder ver o que vos interessa para Luanda. O que importa é trocar experiências e dialogar. Tudo está preparado para o êxito, mas é preciso remover as barreiras.

Jornal de Angola - Hoje fala-se das políticas de gestão de cidades assente em modelos holísticos e estratégicos. Qual é o significado e o alcance destes conceitos?

Dan Embarek - Quando se fala em modelos baseados em sistemas holísticos e estratégicos de cidades, estamos a falar de modelos que são vistos como um todo. O mundo mudou de tal forma que gerir uma Administração Municipal não deve ser visto como se via antigamente. Tem de ser visto como um empreendimento. Neste sistema, o Administrador Municipal é visto como uma espécie de Presidente do Conselho de Administração de uma empresa e tem que ver quais são os investimentos que devem gerar retornos satisfatórios. Aqui, o retorno não é visto numa perspectiva de rendimento pecuniário, mas na melhoria da qualidade dos serviços e na qualidade de vida dos cidadãos. Neste sistema, o lucro é traduzido na satisfação dos munícipes. Quanto mais satisfeitos estiverem os munícipes, mais dispostos estarão em investir no município.

Jornal de Angola - Existem, de facto, muitas cidades que se tornaram referência em todo mundo. Muitas vezes mal falamos dos países de que fazem parte. Na sua opinião, Luanda caminha para aí?

Dan Embarek - A cidade de Luanda tem tudo para alcançar outro nível. Isto está claro. Mas parte da estratégia da cidade de Luanda deve girar em torno da questão de saber como ela se pode tornar numa cidade de referência.

Hoje não se fala tanto dos países como se fala das cidades. Fala-se em Nova Iorque e não nos Estados Unidos, fala-se de Londres, Paris e Roma, e pouco se fala dos respectivos países. Por que não falar de Luanda, nos próximos anos?

Essa é uma política que deve ser preparada agora para os anos vindouros. Temos muito boas cidades em Angola, mas a cidade de Luanda devia servir de referência para os outros países africanos, e não só. Mas para isso, é preciso promover um forte intercâmbio e, mais do que isso: quando se fala de estratégia não falo apenas da nossa experiência. Luanda tem tudo de bom. Está tudo aqui, é só decidirem o que utilizar e o que fazer.

Jornal de Angola -E hora de começar a traçar o caminho para os grandes palcos mundiais e dar a conhecer a perspectiva de Luanda como cidade eficiente e funcional

Dan Embarek - Organizámos em Barcelona, todos os anos, o encontro de cidades inteligentes. Por que

razão Luanda não realiza o encontro de cidades africanas, em vez de ser sempre na Europa? Os europeus também deviam vir cá e "beber" da experiência e conhecer mais a realidade de Luanda. É o que digo: Angola tem tudo para ter cidades de referência mundial. Por que não servir do que temos aqui para ir em frente. Estou a dizer isto porque Luanda não é a primeira cidade que passou por experiências do género. O que era o Dubai e o Qatar há pouco anos? Serviram-se do que têm e agora tomaram-se em grandes placas giratórias e é quase obrigatório passar por elas. Tiveram limão nas mãos e fizeram limonadas. Luanda tem o suficiente para fazer o mesmo. Tem em construção um grande e moderno aeroporto, tem cultura, tem história, religião, línguas e grupos étnicos. Tem tudo para se tomar numa cidade de passarelas; uma cidade que atraía o mundo! É isso que os angolanos devem ambicionar fazer e ter uma visão que traga as pessoas para conferências, "workshops" e outros grandes eventos. Luanda deve começar a jogar já nos grandes palcos mundiais.

Jornal de Angola - Geralmente, as cidades são construídas na base de metas meticulosamente delineadas. O Plano Director Geral Metropolitano de Luanda traduz isso?

Dan Embarek - Traçar metas é fundamental para a construção. Mas é também preciso rigor, disciplina e compromisso. O Plano Director Metropolitano de Luanda é fantástico, mas deve adiantar-se no tempo e tirar proveito dos recursos que existem. Obtive muita informação sobre o plano e, pelas informações que encontrei, devo deixar aqui louvores. Porém, devo acautelar que, apesar do projecto ser bom, o modelo de governação tem de se adaptar ao desenvolvimento que se pretende. Seria contraproducente construir uma cidade que teria dificuldades de gestão. O importante é criar uma cidade que se tome a longo prazo auto-suficiente e que preste serviços aos munícipes, que, por sua vez, devem ser os que sustentam a estrutura através de impostos e taxas. Mas a estrutura não pode.

Fazer cobranças sem prestar um serviço de qualidade. E aí onde tem de se começar a ver o modelo de gestão a ser aplicado. Podemos desejar ter cidades inteligentes, mas é preciso haver uma reflexão séria e profunda sobre os desafios da sua gestão. Há uns 50 anos Dubai não tinha grandiosidade e imponentia. Hoje é invejada. Porque ouviu os seus munícipes.

Jornal de Angola - Então, quer dizer que a participação dos munícipes na concepção e posterior gestão da cidade é fundamental?

Dan Embarek - Os munícipes devem ser intervenientes nos projectos da cidade. Quanto a Luanda, parece-me estar num momento propício para se lançar no grande objectivo. Luanda tem 15 anos para amadurecer. O Plano Director 2015/2030 traça caminhos para este crescimento e amadurecimento.

Jornal de Angola - Uma cidade inteligente é, necessariamente, tecnológica?

Dan Embarek - As tecnologias fazem parte do sistema, mas elas por si só não tornam uma cidade inteligente. Não é apenas a tecnologia que faz a cidade inteligente. Quem constrói a cidade inteligente são os munícipes como parte do sistema que tem a tecnologia como factor de facilidade na sua relação com a administração. As tecnologias fazem parte do século XXI e por isso não devem ser descuradas.

Passsei por algumas partes de Luanda e notei que a iluminação pública está deficiente. Que resultados é que a falta de iluminação pode trazer à cidade? Muitos acidentes na via, para não falar da segurança do cidadão. Esses são aspectos interessantes quando se fala de uma cidade inteligente. Os munícipes e as autoridades devem velar por isso.

Mas aqui, se calhar, a solução passaria pela instalação de sistemas eficientes de iluminação inteligente. A tecnologia é importante, mas é o ser humano que faz as cidades inteligentes. A tecnologia é apenas um elemento que favorece o desenvolvimento humano.

1.4 Mais um plano para Luanda...

Folha8

16 De Janeiro de 2016

Desde que começamos a ouvir falar em planos directores para Luanda, já se passaram mais de 40 anos, sendo o primeiro aquele que remonta aos últimos anos do tempo colonial, mais exactamente a 1973.

Temos assim na origem de todo este processo de planificação urbana que esta semana, com alguma pompa e circunstância, conheceu mais uma etapa, o histórico Plano Director para a Cidade de Luanda (PDCU).

O PDCL acabou por nunca ser implementado pelas autoridades coloniais devido ao facto de, um ano depois, ter acontecido a Revolução de Abril, que viria a abrir o caminho para a Independência de Angola em Novembro de 1975.

Da informação que conseguimos recolher sobre o PDCL, soubemos que ele começou a ser elaborado por uma empresa francesa de nome O.TAM. (Omnium Technique d'Aménagement) e que propunha a criação de três pólos de crescimento em Viana, Cacuaco e Camama.

Depois, já com Angola independente, seguiram-se, por ordem cronológica, em 1979, o Plano Director para Luanda; e, entre 1995 e 1997, o Plano de Gestão do Crescimento Urbano da Cidade, que daria origem ao Plano de Drenagem de Estradas e de Águas Pluviais para um Musseque Piloto.

Em 2006, surge o Plano da Nova Cidade de Luanda, visando o desenvolvimento de uma nova cidade, elaborado sob a responsabilidade do China International Fund Ltd (CIF).

Para além destas iniciativas aqui citadas para ilustrar o panorama, fomos tendo conhecimento de várias outras mais distantes e mais recentes, todas elas apontadas para o mesmo grande objectivo, até que surgiu o Plano Director-Geral Metropolitano de Luanda (PDGML) que esta semana foi apresentado ao país.

A ter em conta o principal rosto executivo do PDGML, poucas serão as pessoas que terão nesta altura muitas dúvidas em admitir que este é aquele que vai mesmo valer, sobretudo depois de termos visto o Chefe da Casa Civil da Presidência da República a fazer a sua apresentação oficial!

No contexto da realidade angolana, já não é possível ignorar a força desta proximidade, por mais que nos queiramos abstrair dela, considerando a figura em causa como sendo apenas a líder da empresa angolana que ganhou o concurso promovido pelo GPL.

Isabel dos Santos até pode ser mais uma empresária angolana, mas na prática todos sabemos que esta igualdade termina exactamente aí, no significado da palavra, porque depois o resto do "filme" passa a ter um guião bem diferente.

A diferença aqui é, claramente, o "espaço de manobra" que os empresários têm (ou não têm) no relacionamento com o poder político, sendo esta vantagem decisiva na hora de se marcar a diferença e de se levar a bom porto o nosso barco.

Ao introduzirmos aqui esta nota mais "fulanizada", queremos chamar a atenção para algo muito concreto que foi dito pela empresária e que, por razões óbvias, não podíamos deixar passar em branco. No conjunto de toda a informação prestada relacionada com o novo projecto, é quanto a nós

pât" a já a referência mais preocupante, por acharmos que ela tem algum conflito com a realidade dos factos.

O que foi dito é que o PDGML, cujos contornos ainda não dominamos suficientemente, também foi o resultado de uma ampla auscultação social levada a cabo pelos consultores.

Ora o que temos ouvido é exactamente o contrário, se estivermos a falar de uma auscultação em qualidade técnico-científica, que é aquela que mais se precisa para alavancar o desenvolvimento.

O que temos ouvido dos dignos representantes das instituições da sociedade civil mais especializada que, quanto a nós, deveriam obrigatoriamente ser consultadas para projectos públicos tão abrangentes, é que elas nunca são tidas nem achadas por quem de direito.

Ainda este domingo, ouvindo numa das rádios locais um interessante e amigoso bate-papo sobre a cidade de Luanda, voltamos a confirmar esta informação que já não constitui novidade para ninguém.

E quem falava deste divórcio assumido era nem mais nem menos que o Bastonário da Ordem dos Arquitectos de Angola.

A OAA deveria ser a primeira organização da sociedade civil a ser parceira do Executivo, como consultora a tempo inteiro, na hora de se tomarem as grandes decisões relacionadas com o presente e o futuro de Luanda em matéria de urbanização. Depois, e numa outra rádio, ainda fui a tempo de ouvir alguém ligado à Ordem dos Engenheiros a pronunciar-se na mesma direcção e com as mesmas preocupações relacionadas com o divórcio existente que é quanto a nós a referência mais problemática da forma como o Executivo está a conduzir os destinos dos bens colectivos.

A estas duas vezes ainda poderíamos associar a "cruzada" permanente que a arquitecta Ângela Mingas tem vindo, de algum tempo a esta parte, a levar a cabo contra a falta de inclusividade na gestão urbana de Luanda, considerando que a cidade é mesmo de todos nós.

Diante destas e de várias outras opiniões convergentes, é-nos muito difícil aceitar que o PDGML tenha assente as suas decisões numa auscultação mais comprometida com a diversidade de visões que existem para Luanda. Gostaríamos de estar enganados, mas não tardaremos em constatar os resultados deste divórcio na definição de alguma das opções que foram tomadas ao nível do PDGM, a começar pelas zonas verdes, pela conservação da

parte histórica da cidade e pela ocupação da orla marítima.

A ver vamos ... *In Rede Angola

1.5 Bento Soito com poderes esvaziados

Jornal A Capital

23 De Janeiro de 2016

Texto: Paulo Beltrão

Informações privilegiadas que este jornal teve acesso dão conta que Bento Soito estará a experimentar um momento delicado na sua posição de director do GTRUCS. Ao que se diz, o também arquitecto não sabe se ri ou chora: é que nos tempos que correm o mesmo está feito uma figura decorativa, praticamente desprovida de poder real na posição que ocupa.

As insónias de Soito, garante a fonte deste jornal, terão começado em 2013 a partir do momento em que o Presidente da República nomeou José Alberto Punazau para o cargo de director do Gabinete Técnico de Coordenação da Requalificação e Reconversão Urbana do Perímetro Costeiro demarcado da Cidade de Luanda. De lá para cá, a performance do antigo vice-governador de Luanda para a Área Técnica nunca mais foi a mesma. Ou seja, todo o poderio de que dispunha no projecto de requalificação dos dois emblemáticos municípios de Luanda foi praticamente esvaziado com a entrada em campo do também antigo director do Gabinete de Obras Especiais (GOE), um organismo afecto à Presidência da República.

Quando, em 2010, se decidiu pela criação do gabinete que tem Bento Soito à testa foi com a ideia de execução, coordenação, acompanhamento, controlo e fiscalização do processo de implementação dos projectos de reconversão dos municípios do Cazenga e Sambizanga, que funcionaria na directa dependência da Comissão Nacional para a Implementação do Programa de Urbanismo e Construção.

Até aqui nada de anormal, mais a mais em se tratando de um plano de reconversão urbana que visa, sobretudo, apetrechar aquelas áreas (Sambizanga e Cazenga) de infra-estruturas técnicas, de circulação rodoviária e pedonal adequadas, de espaços verdes, áreas de comércio, lazer, equipamentos sociais e habitações condignas.

A José Eduardo dos Santos, porém, terão chegado as informações menos boas sobre a forma como todo o

processo estava a ser conduzido que o terá levado a franzir a testa. No Cazenga, por exemplo, cujo plano de requalificação contempla a construção dos edifícios que albergariam os moradores de áreas desordenadas e sem saneamento básico acabou por revelar-se desastroso.

Ao Chefe do Executivo desagradou completamente a forma atabalhoada como se deu o desalojamento dos populares das áreas abrangidas pela requalificação, que obrigou a demolição de residências, entretanto com um processo de realojamento pouco ortodoxo, que deixou muitos sem saber onde abrigar-se por supostos favorecimentos a pessoas alheias aos municípios visados.

Mas, como se não bastasse apenas isso, o PR mostrou-se bastante agastado com a forma rocambolesca como sumiram, em 2013, mais de um bilião de kwanzas, à data dos factos cerca de 14 milhões de dólares, pertencentes ao gabinete dirigido por Bento Soito, mas que foram transferidos para a conta de uma empresa fantasma criada por dois quadros seniores daquele organismo, numa rede que envolveu mais quatro funcionários, após falsificarem a assinatura do principal responsável do gabinete encarregue da requalificação do Sambizanga e do Cazenga.

No espaço de apenas um mês, a conta do GTRUCS foi sendo desfalcada numa arrojada manobra financeira de astutos funcionários da instituição. Apesar de ter denunciado a fraude, Bento Soito nunca mais se livrou da má fama que aquela operação provocou ao organismo. Nunca mais foi visto com bons olhos, daí que a partir desta altura se tenha iniciado o 'desossar' do protagonismo que então vinha tendo à frente do organismo.

Consta que a Soito, foi retirado uma peça chave da sua instituição. Por exemplo, no que ao Sambizanga diz respeito todo o dossier está e entregue a Puna Zau, sendo que ao primeiro resta apenas o populoso Cazenga, entretanto sem o poder financeiro que envolveu a fase inicial do processo de requalificação.

Em boa verdade, ainda que aparentemente não seja visto desta forma, é o director do gabinete Técnico de Coordenação da Requalificação e Reconversão Urbana do Perímetro Costeiro demarcado da Cidade de Luanda quem, na realidade, 'mija mais grosso', ao passo que o seu colega de profissão (arquitecto) vê-se verdadeiramente esvaziado dos poderes que lhe haviam sido confiados por altura da criação de um gabinete que, além do Sambizanga e Cazenga, tem a responsabilidade de requalificar também o distrito urbano do Rangel, que se acha enclausurado entre os

dois pontos do Plano e eixo de ligação e mobilidade urbana entre os dois pontos.

1.6 Obras de modernização de Luanda conferem uma nova imagem á Capital

Jornal De Economia e Finanças

29 De Janeiro De 2016

Autor: António Eugénio

Depois do trabalho de reabilitação de algumas ruas de Luanda, pela construtora Mota-Engil, a cidade capital apresenta um novo postal e um novo colorido.

Por exemplo, a Avenida Brasil e a Eugénio de Castro estão com novo aspecto. Na rua da ex Liga Africana, o cenário também já é diferente, se comparado ao passado recente, onde praticamente a circulação era feita de forma "sofrível", tudo porque frequentemente apresentava águas paradas, as tampas dos esgotos eram várias vezes vandalizadas, o que permitia que muitas viaturas encalhassem.

A Avenida Brasil, Joaquim Kapango, Largo do Ambiente fazem parte das ruas onde a construtora interveio e o cenário é agradável. A empreitada da Mota-Engil incidiu principalmente na reparação de buracos, de passeios e lancis, a colocação de placas de sinais de trânsito, de tampas nas caixas colectoras de saneamento, entre outros.

Na altura as autoridades governativas, apontavam que a cidade precisava de uma intervenção profunda, e a necessidade prioritária eram as zonas centrais, e posteriormente atingir os arredores da capital.

Contrato de execução

Segundo um documento a que o JE teve acesso, o contrato da primeira fase do plano de revitalização dos eixos viários de Luanda, que arrancou em Novembro do ano passado, permitiu reparar 16 ruas do centro de Luanda, altura em que foi rubricado pelo Conselho da Administração da Mota-Engil e o Governo Provincial de Luanda avaliado em 78,9 milhões de dólares (12,2 mil milhões de kwanzas), para reparar as estradas, passeios, lancis e sinais de trânsito.

Fruto deste acordo, a circulação está fluida, resultante de trabalhos de terraplanagem, saneamento e colocação do tapete asfáltico em curso nas vias secundárias e terciárias no interior.

No interior do bairro Benfica, nas proximidades do mercado, as vias permitem que o automobilista circule à vontade e conserva melhor a sua viatura. Este trabalho tem deixado os transeuntes e automobilistas bastante satisfeitos.

Jorge Carlos ao volante de uma viatura gaba-se pelo trabalho feito na estrada. Na mesma senda, está a cidadã Emília Tavares, "anteriormente a minha viatura tinha sempre problemas, com a reabilitação destas ruas tudo mudou".

O bairro localizado no antigo controlo, por detrás do novo Tribunal provincial de Luanda, mereceu a mesma operação.

Circulação fácil

Outra estrada reabilitada e agora conta com duas faixas de rodagem é a que sai de Luanda Sul passando pela Universidade Utanga, no município de Viana.

A beira da estrada pode ser divisadas bombas de combustível, casas comerciais, shopping, e vários outros serviços que beneficiam automobilistas, ciclistas, motociclistas e transeuntes.

"Está uma maravilha e muito bonita, antes aqui era só poeira e quando chovesse era intransitável. Actualmente, o trânsito mais fluído e sem qualquer problema", disse ao JE, o cidadão Fernando Calha.

A reabilitação da via valorizou muito os bens imobiliários ali construídos, segundo Fernando Calha, que arrendou a sua pequena casa na ordem de 40 mil kwanzas mês contra os 20 mil anteriores.

A ronda feita pela reportagem do JE passou também pela zona Norte da cidade de Luanda, onde constatamos que os acessos aos terminais marítimos estão a ser asfaltados, desde o ano passado.

Após a compactação do solo e criação de valas de drenagem para escoar as águas da chuva. Os trabalhos incidiram nas entradas aos terminais da Unicargas, Multi-Terminais, Mano Porto, MPCO e Sogester, uma reabilitação inserida no programa de recuperação dos 850 metros, do troço rodo-viário Unicargas/Sogester, na zona da Boavista.

Segundo um trabalhador da empresa, antes da compactação foi colocada uma nova rede de distribuição de água potável e de energia eléctrica, e de comunicações.

O trabalho abarcou também na colocação de placas de sinalização e postes de iluminação pública, para

facilitar a mobilidade do tráfego automóvel da zona da Boavista aos terminais.

A fase seguinte da empreitada, que conta com a contribuição de 77 trabalhadores consistirá na colocação de placa de sinalização e postes de iluminação pública.

A requalificação da zona da Boavista, via da Sonils à estrada do Kima Kienda, a continuidade da estrada da Sonils e sua ligação com a via expressa Luanda/Kifangondo, as duplicações das pontes sobre a rotunda da Boavista, a passagem superior do Caminho de Ferro e o Rio Suroca, o projecto de protecção e estabilização das encostas da Boavista, consta no leque de trabalho.

Este trabalho contou com a participação de 77 trabalhadores, na sua maioria angolanos.

1.7 Projectos integrados melhoram mobilidade

Jornal Economia e Finanças
29 DE Janeiro De 2016
Autor: Adérito Veloso

Nos seus 440 anos de existência, completados na passada segunda-feira (25), Luanda, capital do país, com um universo de mais de 6,5 milhões de habitantes, continua a registar um grande défice na mobilidade.

Para se ultrapassar este grande problema que interfere directa e indirectamente no desenvolvimento sócio económico, foi concebido, recentemente, o Plano Director Geral Metropolitano de Luanda (PDGML), que é um "mapa" onde estão definidos um conjunto de acções, para melhorar a qualidade de vida da população.

Entre as várias acções, a iniciativa incorpora a construção, reabilitação e modernização de infra-estruturas integradas, com realce para a estratégia de melhoria da mobilidade, visando aumentar a sua capacidade, nomeadamente a da rede de vias rápidas existentes, assim como criar uma rede integrada eficiente dos transportes públicos.

Estratégia

O projecto dá prioridade a intervenção nas estradas primárias, secundárias e terciárias. Em declarações recentes à RNA, a directora-geral da Urbinvest, empresa coordenadora do Plano Director Metropolitano de Luanda (PDGML), Isabel dos Santos, revelou que no projecto foram traçados os

"sítios" onde poderão passar as estradas, cabendo ao Instituto Nacional de Estradas (INEA) definir as prioridades para a execução das obras e projectos.

Segundo disse, para Luanda será necessário criar uma rede de estradas primárias, com cerca de 500 km (auto-estradas urbanas), que possam permitir atingir velocidade superior a 80 km/hora.

A engenheira revelou que as estradas secundárias estão previstas 1.050 km e um total de 1.200 para as terciárias. "Algumas destas estradas já existem, mas que serão reabilitadas e outras não existem e terão de ser construídas", disse Isabel dos Santos.

A engenheira também revelou que Luanda, de "ponta à ponta" conta com uma extensão de 70 km, sendo uma cidade muito vasta, daí que, para se poder atingir um tempo de trajecto de viagem de 35 minutos, o PDGML prevê a construção de auto-estradas que "permitam uma maior mobilidade e com maior segurança rodoviária".

Sobre o comboio de "alta velocidade", prevê-se que a capital angolana desenvolva um projecto que possa aglutinar vários outros projectos de transporte público. A fonte acrescenta que para suportar o corredor ferroviário estima-se que serão necessários cerca de 200 quilómetros (km) de uso exclusivo para o comboio de transporte público.

Serão necessários 200 km para sistemas segregados (onde a faixa destinada para o transporte público não interfere com a faixa dos carros particulares), e mais de 300 para um sistema de transporte público parcialmente segregado (onde o transporte público tem prioridade, mas haverá situações em que poderá interferir com a circulação urbana).

"Apresentamos o mapa, já que o Plano Director não constrói, só indica aonde que deverão ser construídas as estradas, as linhas de metro", disse Isabel dos Santos.

Missão

O PDGML será revisto a cada cinco anos, de forma a adequá-lo a novas realidades que possam surgir, bem como prevê para o período 2015/2030 que a população da província atinja os 12,9 milhões de habitantes.

Só no município de Viana, deverá atingir, dentro de 15 anos, cerca de 3,1 milhões de habitantes. Até 2030 está planeada a construção de 1,4 milhões de casas, além de 13 novos hospitais, 160 centros de saúde e 1.500 escolas.

A iniciativa prevê a criação de um centro económico, industrial, agro-industrial e de uma praça financeira junto aos rios Kwanza e Bengo.

Quanto ao segmento do fornecimento de energia eléctrica, o PDGML planeia a construção de novas centras hidroeléctricas e térmicas, de forma a garantir um aumento da potência dos actuais 1.700 megawatts para os 5.600.

O plano tem uma abordagem integrada dos principais problemas da província, que resultou na sua fase inicial na procura de concertação com todos os autores e agentes sociais e económicos e com a auscultação na identificação dos problemas e na definição dos recursos para o seu desenvolvimento.

1.8 Primeiras casas são habitadas ainda este ano

Jornal de Angola
6 De Janeiro de 2016
José Chaves

A centralidade do Andulo, construída no âmbito do Programa Nacional de Habitação de 200 casas para cada município, conta com 172 apartamentos concluídos e começa a ser habitada a partir do primeiro trimestre deste ano, anunciou ontem governador provincial do Bié.

Boavida Neto disse que a nova centralidade é um projecto que se enquadra no Programa Nacional de Habitação, traçado pelo Executivo com vista a diminuir o problema da falta de casas, principalmente no seio da juventude e de funcionários públicos.

Os prédios da central idade são de três pisos e do tipo T3. Na segunda fase vão ser construídos edifícios habitacionais modernos, hospitais, escolas, quadras desportivas multiusos e uma rede viária com cinco quilómetros, mercados, centros comerciais e outras estruturas.

O projecto da nova cidade, construída numa reserva de 72.235 hectares, onde foram desminados 164 hectares, consta igualmente do Programa de Investimentos Públicos (PIP), com vista ao desenvolvimento social e económico da província do Bié. O projecto engloba postos de saúde, parques de estacionamento, creches, lojas, escolas, igrejas, postos policiais, entre outros estabelecimentos. Na província do Bié estão ainda em construção duas centralidades, sendo uma no município do Andulo, com mil fogos habitacionais, e outra na cidade do Cuito, com seis mil.

1.9 Entrega de casa retoma esta semana

Jornal De Angola
7 De Janeiro de 2016
Autor: Armando Sapalo

Mais de três mil apartamentos, de um total de 5.004 construídos na centralidade do Dundo, estão disponíveis para os trabalhadores da Administração Pública, disse, ontem, o vice-governador provincial para o Sector Técnico e Infra-estruturas da Lunda Norte. Lino dos Santos prestou estes esclarecimentos devido à grande agitação e ansiedade que se regista por parte de alguns candidatos à aquisição de apartamentos na centralidade do Dundo, cujo processo de venda começou no dia 28 de Dezembro de 2015, com o acto formal de entrega das chaves aos primeiros moradores.

Não há razões para tanta agitação, pois neste momento apenas 2.174 trabalhadores da função pública se mostraram disponíveis para adquirir residências na centralidade do Dundo, dos quais 180 candidatos já receberam as chaves das moradias, disse Lino dos Santos, que tranquilizou os cidadãos que já cumpriram com todos os requisitos, pois o processo é contínuo e a Imogestín vai atender todas as pessoas. O processo de entrega das chaves aos moradores da centralidade do Dundo, disse o vice-governador provincial, sofreu uma interrupção devido às festas da passagem de ano e é retomado ainda esta semana.

"Os técnicos da Imogestín retomam os trabalhos esta semana depois de terem passado as festas com familiares em Luanda", afirmou Lino dos Santos, assegurando que o número de casas disponíveis é superior ao das inscrições.

Lino dos Santos destacou que no quadro da atribuição das quotas por grupos, 25 por cento é para a venda ao público dirigido, nomeadamente empresas e institutos Públicos, e 15 por cento para a venda livre.

O vice-governador provincial para Sector Técnico e Infra-estruturas revelou que entre os critérios estabelecidos para se habilitar à compra de um apartamento na central idade do Dundo, destacam-se a apresentação de uma declaração negativa de compra de uma casa ao Estado e um salário mínimo de 90.000 Kwanzas. Lino dos Santos informou que todo o cidadão que já tenha comprado ou está a adquirir

uma casa ao Estado em qualquer projecto habitacional construído pelo Executivo não pode candidatar-se. A prioridade, disse, é para aqueles cidadãos que nunca beneficiarem das facilidades do Estado para a compra de um imóvel, pelo facto de o défice habitacional nas famílias angolanas ser ainda bastante acentuado.

O vice-governador provincial disse que um funcionário público com um rendimento mensal de 90.000 kwanzas está apto a candidatar-se para comprar o apartamento mais barato da central idade do Dundo, do tipo T3 e T3+ I, para pagar num período de 30 anos.

1.10 Milhares de casas são construídas ainda este ano

Jornal de Angola
8 De Janeiro de 2016
Texto: Kayila Silvina

Um total de quatro mil casas sociais do tipo T3 geminadas, 1.500 para cidade de Mbanza Congo e 2.500 para o município do Soyo, o ser construídos este ano, de modo a colmatar o défice habitacional nas duas regiões, anunciou ontem o director provincial do Ordenamento do Território Urbanismo e Ambiente no Zaire.

Cláudio Fortunato disse, a saída da reunião ordinária do Conselho Provincial da Auscultação e Concertação Social, orientado pelo governador provincial, Joanes André, terem já sido identificadas as áreas para a construção.

O projecto habitacional contempla obras das redes técnicas e construção de condutas para o abastecimento de água potável, colectores e esgotos para a drenagem de águas pluviais e residuais, assim como a tubagem para as telecomunicações.

Ao intervir na sessão de abertura da reunião Ordinária do Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social, o governador provincial do Zaire aconselhou os membros do conselho a continuarem a trabalhar na arrecadação de receitas não petrolíferas, de modo a prestar maior contributo ao Orçamento Geral do Estado.

Joanes André exortou os membros do Governo da província a redobrem esforços para melhoria da gestão dos gastos face às dificuldades financeiras que o país vive.

1.11 Conclusão das obras satisfazem os jovens

Jornal de Angola
9 De Janeiro de 2016
Texto: Estanislau Costa

Os Jovens das terras da Cheia estão expectantes na conclusão das obras da nova centralidade da Quilemba, localizada dez quilómetros a norte da cidade do Lubango, onde estão a ser construídas onze mil casas de rés-do-chão e edificios de dois pisos.

Há quem já se antecipasse em saber os requisitos das demais centralidades espalhadas um pouco por todo o país e com moradores a desfrutar do sonho de casa nova, que levou alguns a juntar os documentos e criar outras condições exigidas para apresentar no "dia D".

Por isso, José Francisco, 28 anos de idade, professor numa escola do ensino secundário do bairro Nambambi, considera que a província da Huíla fechou 2015 com chave de ouro. "Entramos para o novo ano com diversos programas animadores capazes de promover o desenvolvimento e a diversificação económica", afirmou, referindo que falta muito pouco para a distribuição em massa de moradias numa área urbanizada, com diversas infra-estruturas sociais, ruas asfaltadas, água e energia. "O Lubango tem agora uma nova cidade para acolher mais famílias."

A jovem Ndiliweke Fernanda, técnica de enfermagem de um dos hospitais da urbe, afirma que os novos casais com filhos vão brevemente ter condições adequadas para viver. "Há muitos jovens que constituíram família e que vivem bem, facto que os estimula a ter mais filhos".

O projecto do Executivo que visa a criação de novas centralidades em várias províncias "foi bem concebido por favorecer a expansão das cidades, dar novo caris as estruturas arquitectónicas e garantir o bem-estar das populações", disse Ndiliweke, para encorajar a continuidade do programa.

O que mais espanta os jovens é o brilho evidenciado pela iluminação pública e das milhares de casas no período nocturno. Na verdade, surgiu uma nova cidade nos arredores do Lubango. O movimento de técnicos de construção civil e máquinas ainda prossegue.

Moradias prontas

Cerca de oito mil casas do tipo T3 e T2 rés-do-chão e apartamentos, dos onze mil fogos habitacionais projectados na centralidade da Quilemba, estão já concluídas. O Jornal de Angola soube que estão em curso obras de acabamento de outras 800 moradias.

Os técnicos chineses da empresa CITIC e angolanos estão cada vez mais animados em levar a empreitada até final. Tudo indica que em Novembro são entregues ao proprietário da obra as primeiras residências.

Está também em curso a construção de cinco escolas do ensino primário e quatro do ensino secundário com 24 salas de aulas cada. Compõem as infra-estruturas escolares sala dos professores, área administrativa, bibliotecas, balneários, jardins, entre outros espaços relevantes para o processo de ensino. O vice-governador para o Sector Técnico e Infra-estruturas, Nuno Mahapi Dala, esclareceu há dias que os pais e encarregados de educação que residirem na centralidade do Quilemba deixam de se preocupar com a acomodação das crianças recém-nascidas, com a construção de dois berçários, numa área de dois mil metros quadrados.

Ao todo, três mil técnicos angolanos estão ao lado dos chineses a transformar um enorme matagal em espaço habitável moderno. As avenidas asfaltadas equivalem a 70 quilómetros. Neste momento os trabalhos centram-se na drenagem fluvial, arruamentos e passeios.

Acções do ano.

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Typinge, anunciou as boas novas para o presente ano, realçando a construção e apetrechamento do Instituto de Formação e Gestão Económica dos PALOP, de residência de professores, escolas de quatro salas de aulas em Caluquembe e escola de seis salas de aulas no Rio de Areia, nos Gambos. O programa prevê a construção e apetrechamento de uma casa T2, no Ndogua, em Quipungo, um posto de Saúde no Ndongue, nos Gambos, uma escola de seis salas de aulas e casa para os professores, em Caconda e na Cacula.

O governador João Marcelino Typinge garantiu igualmente a construção do Centro Regional do Instituto de Formação de Administração Local (IFAL), do Serviço Integrado de Atendimento' ao Cidadão (SIAC).

Vai ainda proceder-se a estudos para a reabilitação das barragens e perímetros irrigados do Waba, do Chicungo, do Kuê I, de Quipungo, Sendi e das

Neves, assim como da reabilitação e ampliação do hospital da IESA em Caluquembe.

João Marcelino Typinge disse que a circulação nos municípios vai ser feita com maior fluidez com a reabilitação das estradas Bibala-Lubango, Caconda-Chipindo, Quipungo-Chicomba-Caconda e da circular da cidade do Lubango.

O governador provincial revelou que a província vai gerir no presente ano mais de 58 mil milhões de kwanzas, dos quais 49 por cento são canalizados para o sector da Educação, 20 por cento para a Saúde, 14 por cento para os serviços públicos gerais, 12 por cento para habitação e serviços comunitários e dois por cento para a Protecção social.

Nova Universidade

As obras de construção da Universidade Evangélica Sinodal de Angola (UESA), numa área de seis hectares, na zona de expansão da sede da província, Quilemba, vai custar mais de 777 milhões e 819 milkwanzas. O director provincial da Educação, Américo Chicoty lançou a primeira pedra que simbolizou o começo das obras.

O complexo universitário tem cinco blocos, onde estão distribuídas as 45 salas de aulas, biblioteca, sala para os docentes, laboratórios para aulas práticas, área para serviços administrativos, balneários, espaços de recreação e lazer e um parque de estacionamento.

O presidente da Universidade Evangélica Sinodal de Angola (UESA), Diniz Eurico, informou que a nova Universidade dá prioridade à formação de quadros com qualidade e competência para participar no processo de desenvolvimento do país. "Estamos empenhados para que a instituição tenha mais capacidade de receber mais jovens que concluem o ensino médio."

A UESA representa um projecto de ensino de nível superior e diversificado criado com o propósito de formar os fiéis da congregação religiosa e de outras denominações com membros interessados em aumentar os conhecimentos e estar apto para os novos desafios, concluiu Diniz Eurico.

1.12 Dundo melhora imagem com novas urbanizações

Jornal De Angola 9 de Janeiro de 2016
Autor: Vitorino Matias

A cidade do Dundo, a capital da Lunda Norte, conhece dias melhores com a construção de várias Infra-estruturas sociais e o melhoramento de algumas vias secundárias e terciárias, o que tem permitido devolver a Imagem de uma bela metrópole.

Na quinta-feira, Dundo assinalou o seu primeiro aniversário, desde que foi elevado à categoria de cidade, por via do decreto presidencial n° 21 /15 de 7 de Janeiro.

A data foi marcada com a realização de um fórum sobre os Desafios de Expansão, Renovação, Recuperação e Reordenamento Urbano da Cidade, sob o lema "Transformar a sociedade para a diversificação da economia".

O seminário abordou vários temas relacionados com a Administração e Cidadania, Expansão Urbana da Cidade e o Plano de Gestão do Centro Histórico da Cidade do Dundo. Os temas foram apresentados pela administradora da empresa de consultoria, "Intersismet Consul-ting", Natália Ramos, e pela administradora do distrito urbano do Dundo, Inocência Finada Costa.

O vice-governador provincial para infra-estruturas e serviços técnicos, Lino dos Santos, disse que o evento vai permitir capacitar e tirar ideias de como se pode gerir e governar uma cidade com novas urbanizações e os limites geográficos com êxito. Lino dos Santos exortou os munícipes no sentido de preservarem as infra-estruturas sociais existentes na nova urbanização, de modo a conservar e dignificar a imagem da cidade, devendo os cidadãos cumprir e respeitar as leis e os limites distritais plasmados no decreto presidencial 211I 5, de 7 de Janeiro, publicado em 2015.

A administradora do distrito urbano do Dundo, Inocência Fina da Costa, em representação do administrador da cidade, Alteres Malenga, enalteceu o empenho do Executivo e do Governo da província pela criação da cidade e seus distritos, bem como a elevação da antiga comuna do Lóvuva à categoria de município.

Inocência Fina da Costa convidou os munícipes do Dundo a participarem activamente na conservação e na gestão dos bens públicos construídos em prol do desenvolvimento harmonioso do espaço urbano e que estão a conferir boa imagem à cidade capital da Lunda Norte.

Inauguradas estradas

No quadro das comemorações do primeiro aniversário da cidade do Dundo, o governador da província, Ernesto Muangala, inaugurou na quinta-

feira o troço rodoviário que liga a Estrada Nacional 180 com a 225, que passa junto da Centralidade do Dundo.

Com um 1,6 quilómetros de comprimento, o troço rodoviário vai facilitar a mobilidade dos cidadãos da nova urbanização do Dundo. A estrada tem uma largura de oito metros e duas faixas de rodagem de 3,5 metros de largura cada e uma berma de 0,50 metros. As obras de construção do troço rodoviário iniciaram em Setembro do ano passado e foram concluídas em Dezembro do mesmo ano e foram financiadas por linha de crédito do governo chinês. A estrada vai ajudar na melhoria da circulação rodoviária na região.

1.13 Benfica recebe novas moradias.

Jornal De Angola
13 de Janeiro de 2016

A empresa angolana de construção civil Jefran vai construir este ano 7.500 moradias em Benfica, província de Luanda, para famílias de baixo e médios rendimentos.

A informação foi avançada segunda-feira à comunicação social pelo presidente do conselho de administração da Jefran, Francisco Simões da Silva, quando fazia a entrega a 1.500 famílias de moradias construídas no âmbito da primeira fase do projecto da empresa em Luanda, denominado "Urna família uma casa".

O gestor frisou que a iniciativa da Jefran simboliza a participação do empresariado nacional no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação desenvolvido pelo Executivo. O projecto habitacional que a Jefran desenvolve, disse, permite que os cidadãos realizem o sonho da casa própria por "preços imbatíveis".

O empresário disse ser necessário que se leve a informação aos interessados de que é possível adquirir uma habitação a preços baixos, através da renda resolúvel ou a pronto pagamento. A adesão ao projecto é boa, apesar de haver algum cepticismo, pelo facto de a Jefran ser nova no mercado, acentuou Francisco da Silva, declarando que "tudo tem sido feito para atrair mais pessoas ao projecto", que criou 840 postos de trabalhos directos, 800 dos quais ocupados por nacionais.

1.14 Multi-áfrica investe USD 100 milhões na construção de 2500 casas.

Semanário Económico

14 De Janeiro de 2016

Texto: Nadina Txipungo

Através da Multi-efante, empresa de construção civil criada há dois meses, a Multi-áfrica lançou-se ao desafio de participar no processo de reconstrução nacional. O administrador do grupo Multi-áfrica, Virendra Carsandás, fez saber que a primeira pedra deste projecto será lançada no mês de Fevereiro e numa primeira fase serão construídas apenas 2500 casas, referindo igualmente que as habitações serão erguidas.

" Investimos 100 milhões de dólares neste projecto habitacional, visto que já possuímos uma fábrica de mobiliários em Portugal e, fazemos trabalhos de decoração de interiores e torna - se tudo mais facilitado", refere.

Virendra Carsandás fez saber que 80% do material de construção a ser usado no novo projecto será nacional, atendendo à situação económica e por considerar que já há qualidade do "feito em Angola".

Para o responsável esta é uma forma de ajudar os cidadãos a concretizarem o sonho da casa própria, por isso as mesmas serão comercializadas a um preço inferior a 70 mil dólares.

O administrador do grupo, Virendra Carsandás fez saber ainda, que a Multi-áfrica possui também a Multiframe, empresa virada para a montagem de casas do tipo frame (casas metálicas e de madeira) e tem uma fábrica sediada no bairro Benfica.

Sem avançar o número de casas já montadas, Virendra Carsandás fez saber ainda que as casas do tipo frame custam 50 mil dólares, acrescentando mesmo que "neste momento contamos com um projecto de mais de 100 casas a serem montadas em Malanje", avançou.

Com três empresas viradas para o Comércio geral e de bens alimentares, através da Multi-áfrica, decoração de interiores e mobiliários, pela Laskasas Angola e montagem de casas do tipo frames, pela Multiframe.

Multi-áfrica regista prejuízo de 15 milhões de USO em 2015 com uma facturação de 30 milhões de dólares no ano de 2014, o grupo Multi-áfrica registou uma queda nas vendas durante o ano de 2015 de 15 milhões de dólares.

De acordo com o administrador do grupo Multi-áfrica em Angola, Virendra Carsandás, este prejuízo deve-se ao atraso nos pagamentos aos fornecedores devido à falta de divisas no mercado nacional, assim como à redução nas vendas de cabazes registadas em Dezembro.

"Está difícil pagar os fornecedores a tempo e os clientes não podem pagar o total do valor sem receber a mercadoria, mas as vendas de cabazes também caíram muito em 2015", lamenta. Virendra Carsandás refere que das três empresas que gere a Multi-áfrica é a que mais rende para as contas do grupo, pois representa 80% dos lucros.

A operar no mercado nacional há oito anos, o grupo Multi-áfrica está dividido entre os sectores do Comércio geral e de bens alimentares, através da Multi-áfrica, decoração de interiores e mobiliários, pela Laskasas Angola e montagem de casas do tipo frames, pela Multiframe, a Multi-áfrica criou a Multi-efante há dois meses e entra assim para o sector da construção.

A Multi-áfrica conta com mais de 70 colaboradores, dos quais apenas sete são expatriados, e em época de natal, devido a venda de cabazes, criam aproximadamente 20 postos de trabalho temporários.

1.15 Ilha de Luanda recebe 49 edifícios de habitação

Jornal O PAÍS

15 De Janeiro de 2016

A ilha de Luanda vai receber 49 edifícios de habitação' com até 14 andares, investimento privado de dois mil milhões de euros que envolve uma das três parcelas de terreno conquistadas ao mar na baía da capital angolana. Trata -se de uma área de 27 hectares, infraestruturada, desenvolvida e promovida pela sociedade Baía de Luanda (que resulta de uma parceria público-privada) e que prevê a construção de 58 edifícios, oito dos quais de escritórios, cada um com 10.000 metros quadrados, além de um centro comercial de 40.000 quadrados.

Em entrevista à Lusa, o administrador da sociedade Baía de Luanda, Miguel Carneiro, explicou que cada um destes edifícios a construir terá entre oito a 14 andares' representando o maior projecto do género no centro de Luanda, com mais de 2.500 apartamentos e uma área de construção total de 600.000 metros quadrados.

"Estamos a falar de um investimento de 2,2 mil milhões de dólares na construção, a que se somam os

70 milhões de dólares investidos pela sociedade Baía de Luanda nas infraestruturas. Mas é um investimento a realizar por privados, pelos parceiros, com o nosso apoio técnico", explicou Miguel Carneiro. A tipologia dos apartamentos dos 49 edifícios de habitação da baía - voltados da 'ilha' ao centro da cidade de Luanda - será opção dos respetivos investidores, sendo que 30 por cento do total de lotes para construção estão já vendidos' apesar da crise financeira e económica que afeita o país.

O primeiro dos edifícios de habitação foi entretanto concluído e o segundo deverá ser entregue até Junho, estando mais dois em construção, decorrendo a infra-estruturação dos 27 hectares.

"Nos próximos três anos seguramente teremos nove dos edifícios concluídos e entregues. Desde que o ano começou já fechamos o equivalente a vendas de mais dois edifícios de 14 andares. Os investidores estão cientes de que é preciso investir rápido para preservar o valor das poupanças em kwanzas, moeda nacional em forte depreciação no último ano", disse o administrador daquela sociedade, participada pelo Estado angolano e por bancos nacionais.

Este projecto envolve empresas de construção portuguesas, casos da Mota - Engil, Soares da Costa ou Teixeira Duarte, e investidores de Portugal e de Israel, além de angolanos.

Os apartamentos estão a ser comercializados a cerca de 3.500 dólares por metro quadrado, abaixo dos valores praticados na zona, e destinam-se à classe média emergente angolana, tendo "como mais-valia a proximidade ao centro de Luanda" e a "oferta de lazer" na 'ilha', ligada a terra por ponte e um dos pontos turísticos mais importantes da capital.

A sociedade Baía de Luanda investiu mais de 650 milhões de dólares na requalificação daquela área da capital - inaugurada em 2012 - e no loteamento das três áreas, as restantes duas do lado da cidade e essencialmente para escritórios e negócios.

A ilha de Luanda está em requalificação há já alguns anos, num processo com altos e baixos, aplausos e protestos. Parte de habitantes retirados da "terra dos Axilundas e realojados em novos assentamentos habitacionais têm se queixado de falta de condições condignas nos novos assentamentos.

1.16 Ruas do Panguila “clamam” por intervenção

Jornal Manchete

15 De Janeiro de 2016

Autor: Moreira Mário

Em alguns sectores que compõem o Complexo Habitacional do Panguila, no município do Dande, província do Bengo, são notórias as péssimas condições das ruas que ficaram danificadas em consequência das chuvas que se abateram nos últimos dias.

Ocorre que a composição do solo em toda a extensão da região do Panguila é argilosa. Obviamente, este tipo de solo por natureza possui consistência muito fina, que toma-lhe impenetrável à água e todos os outros líquidos.

É assim que após uma chuva as ruas do Complexo Habitacional do Panguila ficam completamente lamacentas e intransitáveis, o que compromete seriamente a mobilidade dos moradores. O Manchete conversou com os alguns moradores, tendo estes, lamentado a situação em que algumas ruas se encontram. "Ninguém faz nada para melhorar as condições de vida dos moradores", reclamou Zeferino Paca, que aponta a falta de elaboração de um plano de intervenção das principais vias de acesso na zona, por parte das autoridades locais, como sendo a razão do seu sofrimento.

Morador do sector cinco há sete anos, Zeferino Paca explicou que no Panguila sempre que chove é um "Deus nos acuda", não se consegue transitar nem a pé, nem de carro. "Dos dez sectores que compõe a localidade apenas no sector nº 1 as ruas são asfaltadas, enquanto nos restantes sectores são de terra batida", lamentou.

Por sua vez, Ernesto Sapuíle, morador do sector nº 8 e que também exerce a actividade de moto táxi no seu bairro, é da mesma opinião que a semelhança do que foi feito no sector um, devia ser o mesmo nos restantes sectores.

"Periodizando as vias estruturantes irá melhorar significativamente a circulação dos moradores e automobilistas locais", frisou a fonte.

Outros habitantes clamam pela intervenção urgente das administrações do Panguila e do Dande, para pôr cobro à situação.

O Projecto Habitacional do Panguila foi inaugurado em Janeiro de 2003, para acudir a população que vivia em zonas de risco na capital do país.

Consta que os primeiros moradores dos bairros urbanizados chegaram em 2002 naquele complexo habitacional.

A maior parte deles chegou do então município da Samba. O projecto, na primeira fase, tinha mil casas pré fabricadas, escolas, hospitais e outros empreendimentos públicos. Hoje, tem quatro mil fogos habitacionais.

Tirando o problema do mau estado das ruas e do saneamento básico o bairro não tem porquê se queixar quanto à distribuição ou fornecimento de energia eléctrica e água potável, tal como afirmaram os moradores ao Manchete. Este jornal sabe que há seis anos foi aumentada a capacidade de fornecimento de água potável e de energia eléctrica. Soube ainda que em Junho de 2006 foram instalados dois reservatórios de água com a capacidade de 1.200 litros.

Seis sectores são abastecidos de água potável através do Projecto Candelabro (estação de tratamento de água), enquanto os sectores sete, oito e nove são abastecidos por cisternas.

1.17 Centralidade do Dundo com mais famílias

Jornal de Angola

16 De Janeiro de 2016

Texto: Armando Sapalo

Perto de 490 apartamentos, dos 3.002 disponíveis na Centralidade do Dundo, província da Lunda Norte, já foram entregues aos futuros Inquilinos, revelou ontem o coordenador de divisão provincial da Imogestin, entidade encarregue da gestão de novos projectos habitacionais do Estado.

Pedro Mélice disse que o processo de distribuição de apartamentos aos candidatos inscritos na primeira fase de urbanização da cidade do Dundo, que reservou a quota aos funcionários da administração pública, decorre sem sobressaltos.

Depois do interregno registado por força das festas de passagem do ano, o processo de venda de unidades habitacionais na Centralidade Dundo retomou no dia li deste mês. Pedro Mélice disse que estão a ser entregues todos os dias 50 apartamentos e os respectivos contratos aos cidadãos, que cumpriram os requisitos mínimos que permitem aceder à candidatura.

O representante da Imogestin disse que a instituição continua a receber as candidaturas, através da comissão provincial de acompanhamento da venda dos apartamentos da centralidade do Dundo.

Até ao dia 13 deste mês, a Imogestin procedeu à entrega das chaves para 489 apartamentos do tipo T3, T3+ 1, além de T4 e T4+ 1, sendo que as casas de tipologia T5 e T5+ 1 começam a ser concedidas apenas nos próximos dias, após a conclusão dos trabalhos de vistoria pela empresa de fiscalização.

Em termos de atribuição de quotas por grupo, explicou que 60 por cento estão reservados para os trabalhadores da administração pública, 25 por cento para a venda ao público ligado a empresas e institutos públicos e outros 15 por cento para a comercialização livre.

Todo o cidadão que já tenha comprado ou está a adquirir uma casa ao Estado em qualquer projecto habitacional, construído pelo Executivo, não pode candidatar-se outra vez.

"A prioridade é para aqueles cidadãos que nunca beneficiaram da compra de um imóvel ao Estado, em qualquer parte do território nacional, pelo facto de o défice habitacional nas famílias angolanas ser ainda bastante acentuado", explicou.

A primeira fase da centralidade do Dundo compreende apartamentos do tipo T3, T4 e T5 em edifícios de 18, 11, nove e cinco andares, com um total de 419 prédios, num total de 5.004 apartamentos.

Para o projecto, enquadrado no Programa Nacional de Fomento Habitacional, estão disponíveis 523 apartamentos do tipo T3, igual quantidade do tipo T3+ 1,82 do tipo T4 e 1.752 outros da tipologia T4+1. Há ainda 41 apartamentos do tipo T5 e 82 T5+ 1.

Outros serviços

Quanto à distribuição de água potável e fornecimento de energia eléctrica, Pedro Mélice garantiu que está em fase final o estudo para a entrega das infra-estruturas que comportam esses serviços da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) e do departamento de Águas. Os moradores que já receberam as chaves dos imóveis ainda não estão a habitar nos mesmos, devido à falta de água e de energia eléctrica. "Dentro de dias, a situação fica resolvida", garantiu.

Neste momento, foi montado uma central térmica, com capacidade de produção de 32 mega watts de energia eléctrica, e um sistema de captação de água,

com um sistema de bombagem de 300 metros cúbicos por hora, para produzir diariamente 20 mil litros de água.

O coordenador disse que a Imogestín está igualmente a receber as candidaturas de interessados na compra de um estabelecimento comercial. Ao todo, estão disponíveis 150 lojas, que vão ser comercializadas ao preço de mil dólares por metro quadrado. A forma de pagamento do estabelecimento comercial, segundo Pedro Mélice, é feita em função da proposta apresentada pela entidade interessada.

1.18 Contrato de adesão da Imogestín é igual do tempo da ditadura brasileira

Jornal Folha8

16 De Janeiro de 2016

Os cidadãos estão cada vez mais descontentes com uma série de violações de contratos, muitos rubricados com empresas de capitais públicos.

A redacção do F8, acusou a recepção de uma denúncia da Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC), face ao imobilismo e descaso da Procuradoria-Geral da República, que à mais de três meses, nada faz para atender a reclamação, que lhe foi enviada.

"Nós enquanto cidadãos esperávamos uma posição da PGR face ao "contrato de adesão" da Imogestín, nas centralidades, cujo objecto é leonino em toda a sua latitude", denunciou João Marques.

Para este, as empresas de capitais públicas angolanas, estão longe de defender os cidadãos face a natureza e inspiração partidária, que as colocam nos patamares das entidades comerciais fascistas ou ditatoriais. "Se alguém verificar os regimes comerciais fascistas português, militar brasileiro e comunista cubano, vai encontrar semelhanças com actuais normas existentes nos contratos de venda e renda dos apartamentos das centralidades geri das pela IMOGESTIN", disse o economista que temos vindo a citar.

A AADIC pedia, na denúncia, que as autoridades do Ministério Público e judiciais analisassem o duplo enriquecimento da IMOGESTIN na " cobrança de 3% referente a uma suposta taxa de serviço administrativo, que é ilegal, por estarem incluídos nas taxas iniciais, indiciando dupla tributação, contrariando o n.º 1 do art. n.º1, a. b) do Decreto Presidencial n.º 329/14 de 29 de Dezembro".

A AADIC diz, agora que foi dentro do espírito e responsabilidade social que fez a queixa a PGR, "que parece comprometida, pois dizem-nos, terem muitos procuradores, sido corrompidos com casas no Kilamba e Cacucaco, que os inibe a avançar ou intentar, um processo crime, contra a IMOGESTIN, que violando acordos e explorando terceiros de boa-fé, cobra duas prestações mensais até Abril de 2016". Com vista a remunerar a PGR e os leitores eis, na íntegra a carta denúncia da AADIC enviada.

1.19 Cidadãos devem pagar até fim do mês

Jornal de Angola

18 De Janeiro de 2016

A primeira prestação do Imposto Predial Urbano (IPU) deve ser paga até ao último dia do mês em curso e a segunda prestação em Julho próximo junto das repartições fiscais das áreas de localização dos imóveis, informou ontem em comunicado a Administração Geral Tributária (AGT).

Os contribuintes devem preencher o Documento de Liquidação de Impostos (DLI) e proceder ao pagamento do Imposto Predial Urbano na dependência bancária instalada junto da repartição fiscal ou através do Portal do Contribuinte, acrescenta o comunicado.

O Imposto Predial Urbano incide sobre o valor patrimonial dos prédios, casas, moradias, terrenos ou sobre o seu rendimento caso estejam arrendados. Todo o cidadão nacional ou estrangeiro que possua imóveis deve inscrevê-los na Repartição Fiscal da área da respectiva localização e se os imóveis estiverem já inscritos na Repartição Fiscal devem os seus titulares actualizar o respectivo valor patrimonial. A Administração Geral Tributária esclarece que, para os casos de imóveis não inscritos (omissos), devem os seus titulares proceder à inscrição na Repartição Fiscal da localização do imóvel.

"Em qualquer destes casos, os interessados devem apresentar a Declaração Modelo Cinco do Imposto Predial Urbano na referida repartição, onde lhes é prestado todo o apoio e esclarecimentos para o respectivo preenchimento. Esta declaração deve ser apresentada pelo proprietário ou qualquer outro beneficiário", explica a Administração Geral Tributária no comunicado. A instituição lembra que cabe ao Estado, através da Repartição Fiscal, proceder à inscrição dos mesmos por sua própria iniciativa.

A Declaração Modelo Cinco deve ser acompanhada sempre, entre outros documentos, com a memória descritiva, a Planta, Certidão ou título de constituição de propriedade horizontal, título de direito de superfície, escritura pública ou contrato promessa de compra e venda.

A não apresentação de qualquer um dos documentos não impede a apresentação da Declaração Modelo Cinco e inscrição do imóvel, devendo o titular juntar posteriormente a documentação complementar, avisa a instituição. "Todos os imóveis estão sujeitos à inscrição e à tributação em Imposto Predial Urbano, logo que concluídos, ocupados ou com licença de utilização emitida, devendo a respectiva Declaração Modelo Cinco ser apresentada ao até fim do mês seguinte. Para esse efeito, os seus proprietários devem apresentá-la, na Repartição Fiscal da área onde se localiza o imóvel", conclui o documento.

Os factores intervenientes na avaliação fiscal do imóvel, designados coeficientes, são os seguintes: província e município de localização do imóvel, idade, afectação, disponibilidade de serviço (água, luz e saneamento básico) e área coberta de construção. A multiplicação destes factores determina o resultado da avaliação que, em princípio, corresponde ao respectivo valor patrimonial. A taxa do Imposto Predial Urbano é de 0,5 por cento sobre o montante do valor patrimonial que exceda os cinco milhões de kwanzas. Para os prédios arrendados, aplica-se a taxa efectiva de 15 por cento sobre o total da renda.

1.20 Administração prevê construir centros médicos

Jornal de Angola
20 De Janeiro de 2016

A Administração do Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi perspectiva construir, este ano, novos hospitais nos bairros Anibal Rocha e nos Rastas, comuna do Golfe, anunciou ontem o administrador distrital.

Domingos João Lourenço, que falava na inauguração dos serviços de Estomatologia do Hospital Materno Infantil do Kilamba Kiaxi, assegurou que no programa deste ano, a Administração Distrital vai reduzir os problemas de sanidade no Kilamba Kiaxi.

O novo serviço de especialidade conta com nove técnicos e uma médica estomatologista. Domingos João Lourenço pediu aos técnicos que preservem o equipamento e que tenham em atenção a manutenção do mesmo.

A directora do Hospital, Ermelinda Soito, afirmou que a população tem de estar cada vez mais sensibilizada que a procura por serviços de saúde oral não deve ser apenas no momento deve fazer parte do perfil de saúde de todo o cidadão. Sublinhou que o hospital vai incluir este serviço na consulta pré-natal, para que a mulher grávida tenha boa saúde oral para o seu bem-estar e para que tenha um bebé saudável.

1.21 Antigos militares na Huíla recebem habitações sociais

Jornal de Angola
20 De Janeiro de 2016
Texto: Mazarino Da Cunha

Antigos combatentes, veteranos da pátria e viúvas inscritos na província da Huíla vão, a partir de Março, receber do Ministério de tutela habitações sociais, segundo informações avançadas ontem, em Luanda, pelo ministro Cândido Pereira Van-Dúnem.

O ministro, que procedia à entrega simbólica da segunda fase do projecto habitacional no bairro do Ramiros, disse que, se não houver imprevistos, o condomínio para os antigos combatentes e veteranos da pátria e viúvas, inscritos na província da Huíla, fica concluído em Março, devendo no dia 15 do mesmo mês ser entregues as 50 casas.

Cândido Van-Dúnem explicou que as 32 casas entregues ontem aos antigos combatentes, veteranos da pátria e viúvas da província de Luanda são do tipo T3, possuem água corrente, energia eléctrica, são mobiladas e ficaram avaliadas em 70 mil dólares.

Mais do que o valor gasto pelo Executivo, sublinhou, o projecto habitacional é mais uma forma de reconhecer aqueles que contribuíram para a libertação do país.

Inocência Talijo, um dos antigos combatentes e veteranos da pátria beneficiado, agradeceu o acto e sublinhou que acabava de ganhar a sua primeira casa. "Ainda que eu morra vou com a memória livre, porque vou deixar uma casa condigna à família", afirmou Inocência.

1.22 Fundo Soberano fomenta inovação nas comunidades

Jornal de Angola

20 De Janeiro de 2016

Texto: João Dias

Vários projectos apoiados pelo Fundo Soberano de Desenvolvimento de Angola (FSDEA) virados para a área de inovação tecnológica para o desenvolvimento foram apresentados ontem em Luanda, num encontro que contou com a participação de líderes comunitários e representantes de organizações não governamentais, além de jornalistas.

O director da Fundação Africana para a Inovação, Carlos Figueiredo, instituição financiada pelo Fundo Soberano de Angola, fundamentalmente para acções de impacto social, destacou dez projectos em curso, avaliados em 12 milhões de dólares.

Os projectos incidem sobre as áreas da saúde, formação, fornecimento de água e empreendedorismo e estão a ser desenvolvidos nas províncias de Cabinda, Bengo, Huambo, Bié, Cunene, Benguela e Cuanza Norte.

Cerca de três mil famílias agrícolas e 15 micro e pequenas empresas estão a ser formadas Fundação Africana para a Inovação para o fornecimento de bens e serviços essenciais às comunidades, numa parceria com Fundo Soberano de Angola.

Carlos Figueiredo falou também dos projectos em curso na área da saúde, como parte da missão social do Fundo Soberano de Desenvolvimento de Angola. No sul do país, está em desenvolvimento um programa de cirurgias a cataratas, através da técnica de faco-emulsificação, cirurgia feita com anestesia local e sedação, permitindo que o paciente tenha alta logo a seguir. Nas zonas rurais do Chiulo, Cuando Cubango, está a ser apoiada, segundo Figueiredo, a prestação dos serviços de saúde à população através da formação dos profissionais em procedimentos cirúrgicos.

Carlos Figueiredo lembrou que o actual contexto de crise reforça a importância deste tipo de projectos, que têm por objectivo melhorar o acesso da população à água, à qualidade da educação e o acesso aos mercados por parte de associações ou cooperativas de agricultores.

"A crise pode ser vencida se apostarmos nos recursos que temos", disse o director da Fundação Africana para a Inovação, sublinhando ainda as acções de fornecimento de água, através de postos de

distribuição e a manutenção dos existentes, utilizando métodos de perfuração mais baratos.

No âmbito da acção de inovação para o desenvolvimento, foi ainda lançado o programa "Kijinga", que tem por objectivo a reconstrução da antiga fábrica de sabão "Super". OFSDEA e a Fundação Africana para a Inovação estimulam ainda o desenvolvimento de actividades comerciais, de artes e ofícios, com recurso à tecnologia moderna e ao aconselhamento profissional.

Formação de quadros

Num vídeo exibido para os presentes, o presidente do conselho de administração do Fundo Soberano de Desenvolvimento de Angola, Filomeno dos Santos, fez uma apresentação dos avanços do FSDEA na sua missão social, cujo foco está centrado na formação. "E essencial que a juventude participe, cada vez mais, na geração do Produto Interno Bruto (PIB) do país", disse, lembrando que, em Agosto passado, foi lançada a última fase do projecto "Kamba Dyami", baseado na atribuição de um computador por criança.

O objectivo é estimular o ensino através de meios electrónicos em algumas áreas mais desfavorecidas do país. Em Fevereiro de 2014, o Fundo Soberano de Angola iniciou um programa de bolsas, denominado "Futuros Líderes em Angola", baseado na formação de novos profissionais, e ofereceu 46 bolsas de estudo a jovens angolanos licenciados. Em Abril de 2015, o Fundo Soberano apoiou a organização do Fórum sobre a Nutrição e Segurança Alimentar em Angola.

A estratégia de investimento do FSDEA está alicerçada no seu compromisso com o desenvolvimento socioeconómico do país, e por isso, recebeu uma doação inicial de cinco mil milhões de dólares do Governo angolano.

O Fundo Soberano de Angola lançou sete fundos de capital privado para Angola e a África Subsaariana, que incluem: um fundo de 1,1 mil milhões de dólares para infra-estruturas; um de 500 milhões de dólares para a hotelaria em África; outro de 250 milhões de dólares destinado ao investimento mineiro; outro ainda de 225 milhões de dólares para a agricultura; um fundo de investimento de 225 milhões de dólares para a sicultura; um fundo de investimento de 250 milhões para a saúde e 200 milhões de dólares de investimento em soluções de construção do tipo "Mezzanine".

Experiências reais

O encontro de ontem contou com a participação de dois prelectores, o administrador do Instituto

Nacional de Apoio às Pequenas e Médias (INAPEM), Samora Kitumba, e a presidente do conselho de administração da Ajuda ao Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP) da Noruega, Rikke Volhm. Samora Kitumba aconselhou os empreendedores nacionais a investirem na formação para que tomem os negócios rentáveis e a promoverem a geração de riqueza para o desenvolvimento da comunidade, defendendo que se comece a inculcar na juventude noções de empreendedorismo desde o Ensino Secundário.

Samora Kitumba falou da importância das incubadoras do INAPEM e afirmou que, no ano passado, mais de 400 projectos de negócios foram aprovados, embora tenha reconhecido que esse número seja ainda insuficiente para os reais desafios do país. "Temos de mudar de paradigma, obedecendo às regras e abraçar a diversificação económica, mas é também preciso que exista um compromisso político forte e com foco no estabelecimento de metas", realçou Samora Kitumba.

O administrador do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias falou também das causas do alto nível de informalidade dos negócios. Samora Kitumba disse que, além do excesso de burocracia e das dificuldades no acesso ao crédito, está também a falta de formação na vertente empresarial de muitos empreendedores angolanos.

Rikke Volhm destacou a importância da educação, sublinhando que a sua falta provoca um crónico atraso no desenvolvimento. Como exemplo citou o projecto Escola de Professores do Futuro, que começou há 30 anos em Caxito e até agora formou 8.310 professores.

A escola, referiu, deve ser um "verdadeiro centro de inovação na comunidade", tendo a infra-estrutura como um "factor importante", mas com os recursos humanos criativos como "o seu elo fundamental".

O debate de ontem insere-se nos objectivos do Fundo Soberano de Desenvolvimento de Angola de contribuir para a promoção de uma educação de qualidade, destinada a fazer face aos desafios do futuro com suporte na inovação, num contexto de desenvolvimento e de vertiginosas mutações socioeconómicas e políticas no mundo.

1.23 Habitação social na agenda

Jornal Economia e Finanças

22 De Janeiro de 2016

Em 2012, O Executivo angolano lançou mãos a um ambicioso projecto de construção de 200 fogos habitacionais em cada um dos 164 municípios.

Garantir casa própria aos segmentos mais desfavorecidos e às famílias de renda baixa tem sido um compromisso desse desiderato da governação.

O cenário económico internacional agrava-se a cada dia e a baixa da principal matéria-prima de exportação de Angola -O petróleo - faz com que muitos dos projectos públicos e privados diminuam a sua intensidade e percam profundidade.

No caso da habitação, as metas continuam e os esforços de manter as construções iniciadas e lançar mãos de outras é ainda um compromisso às mãos dos promotores das diferentes iniciativas públicas.

Um sinal mais recente vem do Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, que concedeu, na semana passada, 32 residências na comuna dos Ramiros, município de Belas, em Luanda. Em meados do ano passado, outras 32 casas já haviam sido disponibilizadas no âmbito da resposta aos problemas da habitação familiar a este segmento.

O ministro Cândido Pereira dos Santos Van-Dúnen garantiu que, nos próximos 18 meses, a edificação de residências para os ex-militares e veteranos da pátria continua, já numa terceira fase do projecto.

"O Executivo no âmbito das suas políticas tem feito um esforço para acudir dentre outras necessidades também esta necessidade dos nossos camaradas que deram o melhor da sua contribuição ao longo deste processo. Não obstante quadro macroeconómico que país está a viver, tendo merecido sempre o inquestionável apoio de sua excelência o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, titular do poder executivo e antigo combatente também, ternos estado a fazer um esforço para que estes nossos cidadãos possam beneficiar de alguns direitos com qualidade", garantiu.

Segundo o governante, as residências têm um custo na ordem dos 70 mil dólares, e estão equipadas com

mobiliário de qualidade. Têm água e energia que consideramos ser que consideramos ser também uma prioridade para que estas habitações possam ser úteis e funcionais. Mais do que o valor, estamos a falar do reconhecimento meritório daqueles cidadãos aos quais devemos todo o carinho e apoio do Executivo e de todo o povo angolano pelos seus feitos.

Governos provinciais

Esta semana, o governador do Cuanza Sul assegurou que a construção de habitações prosseguem e que no Cassongue serão entregues 100 casas.

Já no Mussende, outro município do Cuanza Sul, foram construídas 40 residências das 200 programadas. As autoridades locais, apesar de reconhecerem as dificuldades existentes, asseguram que elas vão continuar em ritmo aceitável.

No Zaire, o director provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente no Zaire, Cláudio Fortunato, informou que o grau de execução do projecto de 200 fogos habitacionais em construção nos quatro dos seis municípios da região encontra-se em fase avançada.

Em declarações à Angop, o responsável reconheceu haver abrandamento no grau de execução física das obras, mas assegurou que o projecto poderá ser concluído na sua totalidade no decurso deste ano.

Cláudio Fortunato informou que as novas zonas habitacionais contam já com as infra-estruturas básicas nos domínios da energia e água, arruamentos, redes de esgoto e escoamento de águas pluviais e residuais, entre outras.

"Nós criamos as condições mínimas para que os inquilinos destas residências sociais possam viver com algum conforto", disse.

Perspectivou que, para o presente ano, dentre outras acções, o asfaltamento dos arruamentos, construção de passeios e lancis e calçadas nos referidos projectos habitacionais.

O programa de construção de 200 fogos habitacionais nos municípios foi lançado em 2012 pelo executivo e abrange as 18 províncias do país.

A nível da província do Zaire, este programa decorre nos municípios do Cuimba, Nzeto, Tomboco e Nóqui, enquanto para Mbanza Congo e Soyo está prevista a construção de novas centralidades.

Centralidades

O governador do Bié anunciou, recentemente, a conclusão até ao momento de mil apartamentos na Centralidade do Cuito, capital da província, dos seis mil previstos.

Segundo Álvaro de Boavida Neto, neste momento, a Centralidade habitacional do Andulo, tem concluídos 200 apartamentos, dos mil previstos.

De acordo com o governante, o projecto engloba postos de saúde, parques de estacionamento, creches, lojas, escolas, igrejas, postos policiais, entre outros estabelecimento.

A província do Bié, centro de Angola, no quadro do programa habitacional vai ganhar sete mil apartamentos, nos municípios do Andulo e Cuito, sendo que, nos municípios do Cuimba, Chinguar, Cunhinga, Nharea, Catabola, Chitembo e Camacupa, decorrem a construção de 200 fogos cada.

No mês passado, começou o processo de venda dos 5-004 apartamentos da Centralidade do Dundo, com a entrega simbólica das chaves aos moradores, num acto que contou com a presença do secretário de Estado da Habitação' Joaquim Silvestre.

Na ocasião, o governante disse que o início da comercialização dos apartamentos e das lojas constituem um marco importante para a província da Lunda Norte.

Já o vice-governador da Lunda Norte para o sector das infra-estruturas, Lino dos Santos, ressaltou a importância do surgimento da nova centralidade que vai conferir à urbe, antigamente considerada "Vila do Dundo", o estatuto de capital da Lunda Norte.

A Centralidade do Dundo ocupa um milhão e quinhentos mil metros quadrados.

A área habitacional é de um milhão 150 mil metros quadrados. A sua construção teve início em 2009.

No quadro da estratégia de implementação do subprograma de construção das centralidades, foram construídas de 2011 a 2015, um total de 45 mil residências de diversas tipologias, segundo informações divulgadas durante o V Conselho Consultivo do Ministério do Urbanismo e Habitação.

A fonte adianta que a meta será atingir cerca de 120 mil habitações' em todas as centralidades do país até 2016, sendo que a Imogestin tem a responsabilidade de construir 80 mil casas e a Kora Angola vai edificar 44 mil fogos habitacionais.

O número de residências construídas resultou da parceria existente entre o Ministério do Urbanismo e

Habituação e as empresas construtoras privadas Imogestín, que construiu 40 mil casas, e a Kora Angola, que tem 5.008 habitações construídas, em seis centralidades das províncias de Luanda, Huambo, Uíge, Bié, Cuanza Sul e Moxico.

1.24 Imóveis em arrendamento pagam imposto este mês

Jornal Economia e Finanças

22 De Janeiro de 2016

Texto: Isaque Lourenço

O pagamento do Imposto Predial Urbano (IPU) iniciado este e que decorre neste mês de Janeiro, em todo o território nacional, é ainda pouco conhecido por grande parte dos contribuintes. No seguimento da sua estratégia de esclarecimento, mobilização de contribuintes e apelo à consciência fiscal dos cidadãos, a Administração Geral Tributária (AGT) organizou, esta semana, em Luanda, uma conferência de imprensa.

De acordo com o director Nacional dos Serviços Fiscais, Miguel Panzo, a AGT está a implementar a iniciativa das brigadas fiscais IPU, com vista a potenciar a arrecadação de receitas provenientes do referido imposto, regularizar os imóveis não inscritos, actualizar o valor patrimonial e fiscalizar o pagamento do imposto.

Segundo o Responsável, as brigadas fiscais de IPU actuam por meio de averiguações no domicílio fiscal dos contribuintes, solicitando que este faculte toda a informação necessária no prazo legalmente previsto.

No encontro, a AGT aproveitou lembrar que a taxa do Imposto Predial Urbano (IPU) é de 0,5 por cento para as casas ou apartamentos que custem acima de cinco milhões de kwanzas. Para os prédios que se encontram arrendados, aplica-se a taxa de 25 sobre 60 por cento da renda paga.

O IPU é um imposto que se incide sobre 60 por cento do valor da renda de prédios urbanos quando estes estejam arrendados e sobre o valor patrimonial dos prédios urbanos quando o não estejam. Conforme esclarece o órgão competente, no primeiro caso, é devido pelo titular ou beneficiário das rendas. Já no segundo, é devido pelo proprietário, usufrutuário ou beneficiário do direito de superfície (detentor).

Prédios arrendados

Para prédios arrendados, cobram-se 25 por cento de taxa de imposto ao passo para os não arrendados a cobrança fiscal recai para o valor patrimonial do

imóvel. Assim, para um património de até cinco milhões, a taxa é nula e corresponde ao 1º escalão. Entre os 5,0 e os 10 milhões, aplica-se a taxa de 0,1 por cento correspondente ao 2º escalão. Para determinação do imposto a pagar abatem-se cinco mil kwanzas.

Quando o imóvel está acima de 100 milhões de kwanzas, aplica-se a taxa de 0,2 por cento que corresponde ao 3º escalão. Aqui, para determinação do imposto a pagar abatem-se 105 mil.

Com base nestes esclarecimentos, o JE fez contas simples e ilustrativas de como o cidadão deve cumprir essa obrigação legal. Para um imóvel arrendado no valor mensal de 30 mil kwanzas, o titular ou beneficiário (inquilino) deve desembolsar para os cofres do Estado o valor de 4.500 kwanzas (equivalentes a 25 por cento dos 60 tomados como base de cálculo). O pagamento deve ser presente a repartição do bairro, distrito ou município de domicílio até ao último dia do mês seguinte.

O inquilino pode fazer retenção na fonte ou seja deduz das rendas o valor calculado e apresentar ao senhorio a outra parte e o comprovativo de liquidação fiscal, através do Documento de Arrecadação de Receitas (DAR) passado pela administração tributária. A AGT esclarece, contudo, que para os pagamentos se obedece dois métodos de liquidação.

*Quando haja retenção na fonte, o IPU é entregue pelo contribuinte que procedeu a liquidação até ao dia 30 do mês seguinte ao da retenção na Repartição Fiscal através do preenchimento de DLI.

*Quando não haja lugar a retenção na fonte, o pagamento deve ser efectuado em duas prestações, designadamente em Janeiro (primeiro semestre) e Julho (segundo semestre).

Não arrendados

Sobre os prédios não arrendados, o imposto deve ser pago, igualmente, em duas prestações, isto em Janeiro e Julho, respectivamente. Pode ainda a pedido do contribuinte ser pago em quatro prestações, concretamente nos meses de Janeiro, Abril, Julho e Outubro, ou seja, trimestralmente.

Isenções

Segundo consta da informação publicada na página de internet da AGT, estão isentos desta contribuição fiscal o Estado, institutos públicos e associações que gozem do estatuto de utilidade pública. Estados estrangeiros, quanto aos imóveis destinados às respectivas representações diplomáticas ou

consulares, quando haja reciprocidade. Ainda as instituições religiosas legalizadas, quanto aos imóveis destinados exclusivamente ao culto.

Segundo a AGT, estão também isentas as pessoas colectivas cujo objecto social principal consista na prática habitual de actividades de construção ou comercialização de prédios urbanos, durante um período de cinco anos, a contar da , data em que for apresentada a declaração de inscrição de cada prédio novo na matriz, e apenas quanto a este, excepto se antes de decorrido o prazo, o prédio for entregue, por qualquer título, com a intenção de ocupação, utilização ou mera detenção, a terceiro, presumindo-se entregues, ocupados ou em utilização.

Há ainda os prédios urbanos cuja licença de construção tenha sido emitida: há mais de sete anos, sendo que, caso dentro dos prazos referidos se constate por qualquer meio, que o prédio foi entregue, ocupado ou utilizado, cessam as isenções, ficando o prédio sujeito ao regime geral deste imposto, com efeitos imediatos;

Ficam ainda isentos, os prédios urbanos cujo valor não exceda os 100 milhões de kwanzas afectos, pelos respectivos titulares, exclusivamente a habitação, por um período de 10 anos a contar da respectiva aquisição.

O IPU

O Imposto Predial Urbano é um valor monetário que cada cidadão deve pagar ao Estado pela posse, detenção, usufruto de imóvel ou de rendas referentes a imóveis. O IPU incide sobre o valor patrimonial dos prédios, casas, moradias, terrenos, ou sobre o seu rendimento caso estejam arrendados.

1.25 Imposto predial Urbano

Novo Jornal

22 De Janeiro de 2016

Embora este assunto não seja propriamente um exclusivo da cidade de Luanda, ainda assim nunca é mais lembrar às entidades governamentais que os países sobrevivem por conta das arrecadações das receitas fiscais. Angola deverá fazer um esforço no sentido de tornar real este pressuposto de gestão das cidades.

Em Luanda abundam uma série de condomínios. O próprio centro urbano seria uma fonte de receitas para os cofres do Estado para começarmos a responder cabalmente às várias questões apresentadas pelos cidadãos. Não bastará viver numa cidade limpa,

organizada, sem que haja uma comparticipação do cidadão.

Mas quem deverá despertar para esta realidade são as autoridades do país. E o Governo Provincial de Luanda poderia ser um impulsionador para que tal se começasse a efectivar.

1.26 Nova vida no arrendamento urbano?

Jornal Expansão

22 De Janeiro de 2016

Entrou em vigor no dia 21 de Janeiro o Regime do Arrendamento Urbano (RAU), que revoga expressamente a lei em vigor (conhecida por 'lei do Inquilinato') e algumas disposições do Código Civil. Importa assim fazer uma avaliação, ainda que sumária, de algumas novidades introduzidas e das questões que as mesmas suscitam.

O RAU aplicar-se-á apenas aos contratos de arrendamento urbano celebrados após a sua entrada em vigor, mantendo-se os contratos já celebrados sujeitos à referida lei do Inquilinato. Uma excepção será, porém, a moeda em que deve ser fixada e paga a renda. Com efeito, o RAU prevê a obrigatoriedade de fixação e pagamento da renda em kwanzas, dispondo que a cláusula pela qual se convencie o pagamento da renda em moeda estrangeira é nula, sem prejuízo da validade do contrato.

Acrescenta, todavia, que os contratos de arrendamento já celebrados deverão ajustar-se àquela obrigação, com efeitos à data da entrada em vigor do RAU, o que indica que o legislador terá querido que a obrigação de estipulação e pagamento da renda em kwanzas fosse universal e aplicável independentemente da data da celebração do contrato. O impacto e alcance desta alteração são evidentes.

Outra novidade é a previsão de um conteúdo mínimo para o contrato de arrendamento, designadamente quanto à identificação das partes e do imóvel, finalidade e prazo do arrendamento, existência de certificado de habitabilidade, o seu número, data e a entidade emitente, quantificação da renda e data de celebração. A importância do certificado de habitabilidade e a sua utilidade enquanto instrumento de política urbanística são de realçar, procurando-se disciplinar a utilização dos imóveis em conformidade com o uso autorizado e fim a que se destinam.

A actualização de rendas com recurso a coeficientes a determinar e publicar anualmente pelo Executivo e a

agilização processual das acções de despejo são também novidades a destacar.

Uma regra importante respeita à proibição da antecipação do pagamento de rendas superior a três meses. Embora se aumente o número de rendas que podem ser pagas antecipadamente (ao abrigo da lei do Inquilinato não era possível a antecipação superior a um mês), o RAU mantém restrições e fixa um limite que, ainda assim, é inferior à prática comum (que desconsiderava a proibição, sendo comum a convenção de pagamento de vários meses/anos de renda antecipadamente). Desconhecemos se alguma vez um tribunal angolano se pronunciou sobre esta matéria, mas veremos se, no futuro, a prática será alterada.

O RAU introduz também uma nova regra relativa à possibilidade de celebração de contratos de arrendamento para habitação com uma duração limitada mínima de cinco anos, que o senhorio pode denunciar para o seu termo (impedindo a sua renovação automática), sem obrigação de indemnização do arrendatário. Embora o regime possa suscitar dúvidas, consideramos que a duração mínima dos contratos de arrendamento para fins habitacionais continua a poder ser fixada pelas partes, aplicando-se, na falta de previsão, o prazo supletivo de dois anos.

O prazo de cinco anos aplicar-se-á apenas aos contratos de duração limitada ou efectiva, que permitem ao senhorio pôr termo ao arrendamento no fim do prazo, mas que, em contrapartida, conferem aos inquilinos o direito de revogar os mesmos a todo o tempo, mediante determinado pré-aviso. O regime destes contratos suscita também questões quanto aos prazos de denúncia aplicáveis, uma vez que o RAU é omissivo a este respeito, mas serão de aplicar os prazos supletivos previstos no Código Civil.

Por último, o RAU veio introduzir maior flexibilização quanto aos requisitos de forma e consequências da sua inobservância. Manteve, porém, a exigência de celebração de escritura pública para os arrendamentos sujeitos a registo e para os arrendamentos para fins comerciais, industriais e para o exercício de profissões liberais, não obstante a prática generalizada de não observância daquela forma prevista na lei em vigor até agora.

Esta opção do legislador é significativa e a prática terá que ser (re) ajustada, pois a inobservância da forma determina a nulidade do contrato e deixam de valer os argumentos do desuso e da prática corrente. Veremos como o mercado se ajusta, mas será, sem dúvida, um desafio a seguir com atenção, já que a necessária intervenção de notário introduz uma maior

exigência a nível da documentação e controlo dos contratos.

Há, seguramente, nova vida no Arrendamento Urbano. Veremos como será vivida.

1.27 Código de Registo Predial

Vai á Votação

Jornal De Angola

25 De Janeiro de 2016

Os deputados à Assembleia Nacional apreciam e votam, na próxima quarta-feira, na generalidade, três propostas de Lei, entre as quais a de Alteração ao Código de Registo Predial, anunciou a sua porta-voz, Emília Carlota Dias.

Em declarações à imprensa no final da primeira Conferência dos Presidente dos Grupos Parlamentares deste ano, a deputada informou que estão previstos oito pontos para a 33 Reunião Plenária Ordinária e descartou a realização, este mês, de qualquer debate mensal.

De acordo com a porta-voz, consta da agenda a discussão e votação, na generalidade, das Propostas de Lei dos Contratos Públicos e da Proposta de Lei da Actividade de Jogos prevê-se ainda a apreciação e votação do Projecto de Resolução sobre o Relatório Anual da Provedoria de Justiça, referente a 2014.

Outro Projecto de Resolução aprovado pelos líderes parlamentares, na conferência orientada na passada semana pelo Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, refere-se aos Relatórios da Procuradoria-Geral da República, referentes aos anos de 2011, 2012 e 2013.

De acordo com a ordem de trabalho, é ainda discutido o Orçamento da Assembleia Nacional para o Exercício Económico de 2016, e apreciadas as Actas Sínteses referentes à 1ª e 2ª Reuniões Plenárias Extraordinárias da 4ª Sessão Legislativa da III Legislatura do Parlamento, a 27 de Novembro e 11 de Dezembro de 2015 Há também movimentação de deputados e a leitura de expedientes, este último ponto antes da ordem do dia.

Quanto à Proposta de alteração da Lei que estabelece o Código de Registo Predial, já apreciada em 2015 pelo Conselho de Ministros, segue ao Parlamento para permitir, sobretudo, "acolher a questão da renda resolúvel".

Segundo. Explicações recentes do ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, "no

actual quadro tem estado a ser feita a alienação e venda de imóveis por pagamentos, através de contas bancárias e, eventualmente, a pronto pagamento."

Com esta alteração, uma das formas estabelecidas é o pagamento através da renda resolúvel, em que o cidadão vai reembolsando a renda, até acabar por tornar-se proprietário do imóvel.

O actual Código do Registo Predial não prevê o registo dessas situações, nem o registo dos actos autorizados de loteamento e respectivas alterações, daí a Proposta de Alteração à Lei. Durante o ano de 2015 foram aprovados vários diplomas e resoluções, muitos dos quais receberam voto unânime de todas as bancadas representadas na Assembleia Nacional.

Os deputados aprovaram pela primeira vez por unanimidade um diploma relacionado com a matéria eleitoral, proposto pelo Grupo parlamentar do MPLA que prevê a realização de eleições autárquicas. Trata-se da Resolução sobre o Plano das tarefas essenciais para a preparação e realização das Eleições Gerais e Autárquicas, que foi aprovado com 166 votos a favor, em votos contra ou abstenções.

Alguns consensos, mesmo os mais difíceis de se conseguir, foram alcançados em muitas outras matérias e temas, como na aprovação, por unanimidade, da Lei Orgânica dos Tribunais de Relação, da Resolução que aprova o acordo de cooperação entre a República de Angola e a República Socialista do Vietname no domínio da Segurança e Ordem Pública, da Resolução que aprova o Acordo de Cooperação entre a República de Angola e a Organização Internacional de Polícia Criminal Interpol, sobre o Reconhecimento do documento de Viagem da Interpol e a Resolução que aprova, para ratificação pelo Presidente da República, o Pacto de Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos.

1.28 Casas sociais gozam: de isenção

Jornal de Angola

26 De Janeiro de 2016

Texto: Ana Paulo e Carla Bumba

Os proprietários de Imóveis avaliados abaixo de cinco milhões de kwanzas estão isentos do pagamento do Imposto predial urbano, disse, ontem, em Luanda, o responsável pelas brigadas fiscais da Administração Geral Tributária (AGT).

João Bernardo, que falava durante uma campanha de sensibilização sobre o imposto predial urbano, frisou

que os imóveis sujeitos ao pagamento são aqueles orçados acima de cinco milhões de kwanzas.

A campanha de sensibilização sobre o imposto predial, que a Administração Geral Tributária desenvolve em todo o país, é feita nas igrejas, escolas, mercados e unidades militares, com o objectivo de esclarecer as pessoas sobre os procedimentos necessários para o cumprimento deste dever cívico. Os procedimentos para o pagamento do Imposto estão a ser esclarecidos em todo o país.

Afluência nas repartições

O imposto predial urbano incide sobre as rendas efectivamente recebidas, nos casos em que o prédio urbano é arrendado, e sobre o valor locativo do imóvel (renda potencial), nos casos de prédios não arrendados. João Bernardo aconselhou os proprietários de imóveis a consultarem a repartição fiscal mais próxima para obterem informações sobre o registo dos seus imóveis e os procedimentos para o pagamento do imposto predial urbano.

As repartições fiscais registam, desde o início da campanha, em Julho de 2015, uma afluência de pessoas que procuram informar-se dos detalhes sobre os procedimentos para o registo e pagamento do imposto predial, disse João Bernardo, que sublinhou que o pagamento do imposto é obrigatório.

Cumprimento voluntário

"É com o dinheiro dos impostos que o Estado constrói escolas, hospitais e melhora as condições de vida das populações", salientou João Bernardo. Com a campanha de sensibilização, a Administração Geral Tributária tem como meta atingir 100 mil alunos nas 18 províncias do país. "O que se pretende é consciencializar as pessoas para a necessidade de cumprirem voluntariamente as suas obrigações tributárias, para que o Estado não tenha de recorrer a mecanismos coercivos para fazer cumprir a lei, concluiu o responsável pelas brigadas fiscais da Administração Geral Tributária.

1.29 6.29 Incentivada a autoconstrução

Jornal De Angola

26 de Janeiro de 2016

Autor: Jesus Silva

O administrador municipal do Lobito, Alberto N'gongo, fez no sábado a entrega de 120 lotes e os seus respectivos títulos de concessão para a construção de residências, no âmbito de um projecto

que visa a solução paulatina dos problemas habitacionais no bairro do Golf.

Na ocasião, Alberto N'gongo disse que vai ser construída na localidade uma loja de registo para a aquisição do Bilhete de Identidade, uma escola, entre outras infra estruturas para que a população tenha junto da área de residência os serviços essenciais básicos.

"Ninguém está autorizado a construir sem que para o efeito obtenha a licença e está proibida a construção de casas de chapa e de papelão", disse o administrador municipal do Lobito, que aconselhou os beneficiários dos lotes a não ultrapassarem as zonas demarcadas, para não arranjam confusão com os vizinhos, facto que já se registou por diversas vezes, tendo sido necessária a intervenção das autoridades para a solução dos conflitos.

Alberto N'gongo disse que o diálogo é a melhor forma para resolver os problemas e foi nessa base que Administração Municipal do Lobito e a população do Golfe chegaram a consenso para distribuir os 120 lotes, exemplo que deve ser seguido noutros bairros urbanos.

A área para a construção de moradias para mais de 100 famílias no bairro do Golfe encontra-se numa zona adjacente à nova Refinaria do Lobito.

Reabilitação de estradas

o Governo da Província de Benguela tem como prioridade para 2016 asfaltara via entre o Bar Africano e a Catumbela (Via rápida), visando desviar os camiões provenientes de Luanda e outras regiões do país, de modo a evitar a circulação de viaturas pesadas na cidade e constrangimentos na mobilidade do trânsito, anunciou administrador do Lobito.

Alberto N'gongo disse que já foram encetados contactos com a empresa Mota Engil para que, nos próximos dias, essa empreitada comece, assim como as obras na estrada entre Liro e Bombeiros e entre o bairro da Luz e Kalumba, o que vai trazer mais fluidez à circulação de automóveis, motociclos, peões e o descongestionamento da Estrada Nacional 100 que liga Luanda, Sumbe e Benguela.

Alberto N'gongo anunciou a abertura de um novo acesso rodoviário entre a Bomba de Combustíveis da Bulama e o Chivilí, no sentido de desafogar o trânsito na cidade do Lobito. "Na zona adjacente ao Bar Africano serão erguidas as estações de autocarros e táxis, com variados destinos locais e interprovinciais".

O mercado informal do Thapanguele, que funciona no Quintalão, vai ser construído de forma definitiva

no perímetro do bairro do Tchivilí, numa área de 40 hectares, acrescentou o administrador.

Para o efeito, a Administração Municipal do Lobito criou uma comissão que se reuniu com os feirantes, para encontrar consenso, para não acontecer o mesmo que no M'Bamgubangu, onde após o gasto de avultados valores monetários, os feirantes se retiraram do local, alegando falta de clientes e condições para efectuarem as suas vendas.

1.30 Lei do Código Predial regula negócio imobiliário *Jornal Economia e Finanças* *29 De Janeiro De 2016*

O Executivo angolano pretende, a partir deste ano, conferir maior certeza nos negócios jurídicos imobiliários, porquanto a política de fomento habitacional fez surgir "um parque imobiliário cuja aquisição, pelos cidadãos, não era possível nas formas e nos preços praticados".

Este forte argumento de razão justificou a aprovação, na quarta-feira (27), na proposta de Lei de alteração do Código de Registo Predial pelos deputados à Assembleia Nacional.

O secretário de Estado da Administração do Território, Adão de Almeida, apresentou o documento aos parlamentares, que depois de analisado e discutido, decidiram, por maioria, dar provimento ao documento, conforme publicado pela Angop, que cobriu o acto.

Parecer especializado

De acordo com o relatório parecer conjunto da 1ª e 5ª comissão especializadas da Assembleia Nacional, este instrumento visa adequar à realidade sócio económica vigente, do acesso à habitação de cidadãos angolanos. e, fundamentalmente, à correcção de possíveis falhas procedimentais que possam ter ocorrido no decurso da sua aquisição.

Ao apresentar a Proposta de Lei, Adão de Almeida disse que a mesma é curta, de impacto e significado bastante relevante para a vida dos cidadãos angolanos.

Disse pretenderem, com essa alteração, colmatar duas insuficiências que se julgam importantes no domínio do registo e da garantia do património imobiliário dos angolanos.

Explicou que o Código de Registo Predial em vigor estabelece os actos e factos sujeitos a registo, sendo

que o Registo Predial é um elemento garantístico do património dos cidadãos.

Destes actos, sublinhou, não constam nesse momento no Código de Registo em vigor dois elementos fundamentais, entre os quais o regime de renda resolúvel.

Este regime tem estado em vigor na maior parte dos casos na comercialização de imóveis, sobretudo no quadro das novas centralidades.

"Boa parte desses cidadãos adquire imóveis nessas centralidades, através do regime de renda resolúvel, mas não pode fazer o registo desse património", advertiu.

Com essa alteração, esclareceu, pretende-se assegurar o Registo Predial, para a protecção do património, mesmo no caso em que a aquisição ainda ocorra.

De igual modo, conforme Adão de Almeida, buscam incluir urna alínea no quadro dos factos e actos sujeitos a registo, para a protecção dos casos em que, não havendo ainda imóvel, existem terrenos loteáveis, quer o loteamento tenha sido feito por instituição pública, quer por privada.

"É para que o loteamento devidamente autorizado e tutelado, com o alvará passado pelos órgãos da administração local, seja igualmente sujeito a registo e esse património, mesmo que sobre ele não existe qualquer edificação, seja já sujeito a registo", venceu.

Para si, a inovação vai "permitir que o cidadão ganhe outro valor económico e possa servir de melhor meio de rentabilização e instrumento de negócio, no caso de busca de crédito bancário".

Adão de Almeida esclareceu aos deputados que a presente Proposta de Lei fixa-se apenas na melhoria da garantia jurídica dos imóveis, não tendo qualquer relação directa com o imposto predial, como fundamentaram alguns parlamentares da oposição.

O documento será agora apreciado pelas comissões de especialidade, antes da sua aprovação final global e posterior entrada em vigor.

Lei dos jogos

Angola passará a contar proximamente com uma Lei para regular os jogos de fortuna ou azar e alargar a base tributária do Estado. Para tal, o Parlamento aprovou nesta quarta-feira, na generalidade, a Proposta de Lei da Actividade de Jogos, submetida pelo Executivo.

A Proposta de Lei surge para melhorar a legislação de uma área até então regulada por uma portaria do período colonial nº 517/70, de 16 de Outubro, desactualizada face à realidade demográfica, económica e social, bem como constitucional.

Exige mais garantias jurídicas para os cidadãos nacionais ou estrangeiros que exercem ou beneficiem e também a sua responsabilização, nos termos do Artigo 89º da Constituição, segundo o relatório parecer conjunto da 1ª a 5ª comissão especializada do Parlamento.

Segundo Leonel Silva, trata-se de um diploma que vai procurar, além de alargar a base tributária do Estado, prevenir e combater o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

A mesma, disse, consubstancia-se na proibição generalizada dos jogos, com excepção daqueles autorizados pelo órgão responsável do Executivo.

Explicou que, à luz dessa proposta, a actividade de jogos é exclusiva do Estado, podendo, através de contrato de concessão, autorizar-se a exploração a entidades públicas e privadas.

O diploma, sublinhou, visa também a criação de um regime de concessão específico para a actividade de jogos, existência de entidade única com competências para licenciar, supervisionar, fiscalizar e inspeccionar.

Leonel Silva adiantou que o texto inclui algumas limitações, proibições, interdições e acessos para os recintos de jogo, bem como criar um regime de imposto especial de jogo.

Para tal, a Proposta de Lei que se estrutura em nove capítulos e 76 artigos, propõe-se regulamentar os seguintes jogos: de fortuna ou azar, praticados em casino e salas de jogo, sociais (como lotarias) e jogos remotos em linha.

1.31 Autóctones divididos em relação ao pagamento de imposto predial

Jornal Folha8

30 De Janeiro de 2016

Texto: Antunes Zongo

Vários habitantes da metrópole Iuandina negam-se a pagar o Imposto Predial Urbano (IPU), anunciado em conferência de imprensa por Miguel Panzo, director Nacional dos Serviços Fiscais da Administração Geral Tributária (AGT), a 19.01.16. Do ponto de vista formal, ou legal, o Imposto Predial

Urbano, cujo objectivo é colmatar o défice das receitas públicas, não é "fenómeno" novo na República de Angola, mas devido aos altos preços do crude registados anos atrás no mercado internacional, a administração de José Eduardo dos Santos, alegadamente julgava irrelevante intensificar a cobrança de tal imposto. Ora, hoje, face à descida exponencial do referido ouro negro no mercado mundial, o executivo quer exigir o registo e pagamento de imposto das empresas, residências e terrenos a uma população sem educação da importância do TIJU para a funcionalidade das actividades públicas. "Não vou pagar este imposto, primeiro porque sou pobre, segundo porque construí a minha casa com muito sacrifício, tive até de sacrificar a formação académica dos filhos, por alguns anos", justificou Joaquina Miranda de 41 anos de idade, empregada doméstica na baixa da cidade, residente na zona do estádio 11 de Novembro. Acrescentando, "Mas eles (Governo) querem obrigar as pessoas a pagarem imposto das suas residências que construíram sem ajuda de ninguém, já se dignaram explicar ao povo, onde foi que colocaram os dinheiros arrecadados no tempo das vacas gordas petrolíferas?", questionou a mesma que diz aguardar resposta, e que, naturalmente, desconhece as consequências que podem advir no incumprimento ao pagamento do tão propalado imposto.

No entanto, nesta decisão (do não pagamento do IPU), dona Joaquina não está só, pois, o vizinho desta, Edgar Bumba, defende ser insensato a cobrança do imposto predial por parte do Governo. Para o mesmo, o executivo e o partido que o sustenta, sabem que o autóctone é "desafortunado", e que, por isso mesmo, "Ao invés de aumentar os preços dos serviços básicos, devia cortar alguns benefícios materiais dos deputados, ministros, secretários, governadores até administradores, pois, por além dos desvios e roubos no erário público, são estes senhores e seus respectivos filhos que também viajam às custas do Estado em classe executiva, que atrofiam os cofres do país", acusou.

Por sua vez, Arnaldo Weka, gestor de formação, considera que o país está sem governo, porque, em "sua" opinião, os governos existem para servir o povo e não o contrário.

"O que temos aqui, é um grupo de indivíduos mais esperto que todos nós, capturaram o poder político, económico e militar, e em face disso, servem-se livremente do banquete. Eles (dirigentes) saberão o que fazer comigo, porque não trabalho, no entanto, não tenho dinheiro para pagar imposto, por acaso até ouvi que as residências com valor patrimonial abaixo dos cinco milhões de kwanzas estão isentos do imposto, e que a sua inscrição será grátis, até aqui

tudo bem", serenou. Entretanto, com opinião oposta aos nossos interlocutores anteriores, encontramos Raul Muenho, morador do São Paulo, distrito urbano do Sambizanga, município de Luanda. O referido "sambizanguense" rotula de analfabetos os cidadãos que se mostram contra a cobrança ao pagamento do TIJU "É só aqui (em Angola) que o cidadão espera que o Governo crie brigada de fiscalização para passar porta a porta, persuadindo-o a pagar o imposto predial, noutros países, isso já não é problema para ninguém. Só mesmo um indivíduo analfabeto e vazio se nega pagar este imposto", disse, adicionando, "outros até, ironicamente, perguntam onde [oram canalizados os dinheiros que o estado arrecadara do petróleo ao longo dos anos, isso é brincadeira, então as estradas, os catamarãs, as centralidades, o novo aeroporto, as pontes, os hospitais e muitos outros projectos não foram resultados dos lucros do petróleo?", questionou o mesmo, de alguma forma em defesa do Executivo de José Eduardo dos Santos.

No mesmo diapasão, mas um pouco mais comedido no linguajar, está Jorge Rafael, o jovem entende ser importante pagar o imposto para depois cobrar melhor serviço aos dirigentes. "Sei que estes tipos (governantes) já não mudam, mas vou pagar o meu imposto. Não sou de falar muito, mantenho em segredo a minha insatisfação e no dia das eleições, faço um voto consciente", afiançou.

1.32 Centralidade da Quilemba quase concluída

Jornal DE Angola
31 De Janeiro 2016

Um total de oito mil residências das mais de 11 mil em construção na centralidade da Quilemba, nos arredores da cidade do Lubango, estão concluídas e em Março são entregues ao Governo, informou ontem o responsável da empreiteira CITIC.

Em declarações após uma visita do embaixador da China em Angola, Cui Aimin, Shao Sicheng referiu que as residências do tipo de T3 e T4 e os apartamentos estão concluídos, e neste momento os técnicos estão a instalar a rede eléctrica e a canalização.

Os técnicos, acrescentou Shao Sicheng, estão a executar obras de acabamento de edifícios públicos, nomeadamente nove escolas, esquadras policiais, jardins, lojas, centros de saúde, creches, quadras desportivas, entre outras infra-estruturas sociais. "Logo que estas infra-estruturas estejam concluídas, em Março deste ano, fazemos a entrega da

centralidade, uma vez que nos foi solicitado pelo dono da obra mais dinamismo no processo." Sobre as outras três mil residências incluídas no projecto, Shao Sicheng indicou que o dono da obra apenas recomendou oito mil, alegando que as restantes casas estão cabimentadas para o município da Matala.

Na execução do projecto foram, igualmente, construídas 400 residências ao longo do perímetro, em benefícios de igual número de famílias que residem na área, assim como o realojamento em outras localidades. Informou Shao Sicheng. "Conseguimos enquadrar estas pessoas em casas próprias, mas alguns ainda persistem em construir ao redor da centralidade, no sentido de obter a custo zero residências e outros aproveitam para realizarem actos de vandalismo, situação que deixa preocupada a empresa."

O embaixador da China permaneceu na Huíla durante dois dias, manteve encontro com o governador provincial, visitou a escola profissional do Lubango e constatou o funcionamento do Caminho de Ferro de Moçâmedes.

Deslocação ao Namibe O embaixador da China em Angola, Cui Aimin, visitou ontem a província do Namibe, onde constatou as possíveis áreas de cooperação em vários sectores da vida económica. O diplomata chinês esclareceu que a sua visita ao Namibe visava essencialmente conhecer os vários sectores de desenvolvimento, para poder obter informações detalhadas e necessárias para os empresários chineses interessados em investir naquela parcela do território angolano.

Cui Aimin disse ainda que este encontro serviu ainda para fortalecer os laços de amizade e cooperação entre os governos angolano e chinês. "Abordamos (com o governador) aspectos que têm a ver com a nossa cooperação futura.

Considero que a província do Namibe é abundante em recursos naturais e também tem um bom posicionamento geográfico, com muitas potencialidades económicas para o seu desenvolvimento, como o sector marítimo, turismo, transporte e mineiro", reconheceu. O embaixador chinês prometeu trabalhar com o Governo do Namibe para tentar atrair, cada vez mais, investidores para os sectores atrás enumerados. "Espero um bom futuro de cooperação e de desenvolvimento para o Namibe", disse..

2. FEVEREIRO

2.1 IPU calculado abaixo do preço de construção

Jornal de Angola

1 De Fevereiro de 2016

Texto: Yara Simão

A falta ao pagamento do Imposto Predial Urbano (IPU) incorre em sanções de acordo com as leis fiscais, alertou o director nacional dos Serviços Fiscais, Miguel Panzo. Em entrevista ao Jornal de Angola, o responsável afirmou que "ninguém está acima da Lei" e "todos têm de pagar", mas esclareceu que o valor estabelecido está 45 por cento abaixo do preço normal e o modelo de avaliação leva em consideração questões como a localização, o estado do imóvel e o acesso a serviços básicos.

Jornal de Angola- Quem paga o imposto predial Urbano?

Miguel Panzo - Todo o cidadão nacional ou estrangeiro que possui um prédio urbano, que é definido como uma casa para habitação, terra ou espaço concedido para efeitos de habitação. Todos os outros espaços, segundo a legislação, não concorrem para o Imposto Predial Urbano.

JA - Qual é o valor que os cidadãos devem pagar?

MP - O valor está abaixo do preço do custo de construção do mercado, porque, quando se fez o trabalho da formulação, a base foi essa. O fisco cotou 45 por cento abaixo do preço normal. Vamos supor que, na Ingombota, o metro quadrado de construção é de 700 dólares, ao preço do mercado. O fisco, no modelo que formulou, definiu 350 dólares. Se o metro quadrado de construção em Benfica é mais barato que na Ingombota, 500 dólares, por exemplo, o fisco cobra 200 dólares.

JA - Como é definido o valor do Imposto Predial Urbano?

MP - Para determinar o valor patrimonial do imóvel, existe um modelo de avaliação criado na perspectiva fiscal. É um modelo conservador, pois a avaliação fiscal não se processa na perspectiva de mercado. Os coeficientes que foram criados para formar este modelo de avaliação de imóveis cotaram para baixo muitos aspectos, como a localização do imóvel, o metro quadrado de construção, o preço por metro quadrado abaixo do preço de custo real, e varia

também em função da localização, porque um metro quadrado na Ingombota é mais caro que em Benfica.

JA - Suponhamos que a casa esteja degradada.

MP - Este modelo é conservador e uma casa velha tem uma cota mais baixa do que uma nova. Também temos em conta o coeficiente de conforto. Refiro-me aos serviços que o Estado presta ao imóvel do cidadão além da terra, como água, luz, esgotos, porque são pagos impostos e os cidadãos têm esse privilégio. Mas quem tem o imóvel e não usufrui desses serviços paga mais baixo.

JA - Como devem proceder os herdeiros de propriedades que vêm de há várias gerações e nunca tiveram documentos?

MP - Temos de saber separar, porque prédios urbanos são os imóveis ou casas construídas para fins de habitação, apartamentos, lojas, escritórios e até aqueles espaços ou terrenos concedidos para efeitos habitacionais. Prédios rústicos são terrenos concedidos para agricultura, pecuária, exploração mineira. Esses não concorrem para o Imposto Predial Urbano, logo, aquelas pessoas que têm habitação nas lavras fiquem descansadas porque não vão pagar e os governos provinciais já estão esclarecidos sobre isso.

JA- Quem já tem a escritura também é obrigado a pagar o imposto?

MP - Se tem escritura é porque o imóvel está inscrito na repartição fiscal. Se os cidadãos reconhecidos na base de dados do Estado alterarem as modalidades da sua casa, devem dirigir-se à repartição fiscal para actualizar a informação. Quem tem a escritura e não paga é devedor do Estado. Todos devem pagar porque é um dever de cada cidadão, segundo a legislação vigente no país.

JA- Há quem tenha escritura há muitos anos e nunca pagou impostos.

MP - Aquando da publicação dos novos códigos fiscais, o Estado, além da reforma tributária que começou em 2011, fez correcções que resultaram em valores muito volumosos e foi necessário estabelecer um divisor de águas. Em 2014, durante a publicação dos novos códigos fiscais, que entraram em vigor em 2015, o Executivo perdoou todo o contribuinte que tinha dívidas de 2012 para trás. O que implica que as dívidas a pagar são de 2013 a 2015.

JA - Os cidadãos estão em condições de pagar três anos de Imposto Predial Urbano num momento de crise e no primeiro mês do ano?

MP- Quem tem dívidas em atraso, paga. Quem adquiriu o imóvel só em 2014 paga apenas 2014 e 2015. Mas todos têm de pagar até ao final do mês. O pagamento pode ser feito em duas prestações, uma em Janeiro e a outra em Julho. É uma facilidade que a Lei confere ao cidadão. O processo é contínuo e os imóveis não inscritos podem sempre ser inscritos.

JA - Quem constrói uma loja no quintal de casa também a deve inscrever e pagar imposto?

MP - Essa área já faz parte do terreno inscrito. O que deve fazer é ir à repartição fiscal para actualizar os documentos e, se por ventura, arrendar esse espaço, paga um imposto sobre a renda, que são 15 por cento do valor arrecadado na renda do imóvel.

JA - Como ficam os contribuintes que têm os seus imóveis ou empresas arrendados?

MP - Nos imóveis detidos para arrendamento, sobre o valor da renda efectiva incide uma taxa de 15 por cento, que dever ser encaminhada para os cofres do Estado. Para os imóveis que estão arrendados a empresas com contabilidade organizada, no acto de pagamento do imposto devem fazer o desconto de 15 por cento, ao mesmo tempo que têm a obrigação de, no prazo de 30 dias, fazer a entrega deste valor aos cofres do Estado, ou seja, na repartição fiscal onde o imóvel está registado.

JA - As residências construídas em terrenos ocupados ilegalmente também pagam imposto?

MP - O cidadão tem direitos e deveres, logo, tem de pagar. Apesar de construir num espaço que não seja seu, mas do Estado, a Lei diz que o imposto é para o proprietário ou alguém que tire benefício desse imóvel. Tem de registar e pagar imposto. Não lhe é dada a titularidade jurídica do imóvel, mas os serviços fiscais obrigam-no a pagar pelo facto de tirar benefício do mesmo.

JA - Os moradores das novas centralidades vão pagar Imposto Predial Urbano?

MP - Os cidadãos que fizeram um contrato com o Estado que permite que paguem não sobre referida, mas sobre a propriedade, A Lei diz que quem tem uma propriedade resolúvel deve pagar imposto. O que existe nas centralidades são contratos de arrendamento, mas o imóvel já é seu. O Estado colocou a casa à sua disposição e vai pagar num tempo determinado e só deixa de pagar se não quiser mais. Logo a casa é sua.

JA - Qual é a modalidade para as centralidades e quando começam a pagar?

MP - Vamos divulgar quando as centralidades vão começar a fazer os pagamentos, porque ainda estão a ser feitos alguns acertos internos entre os ministérios da Justiça, Finanças, a Imogestim e parceiros provinciais. Depois, vamos determinar o processo de cobrança dos contribuintes, para iniciar o pagamento do Imposto Predial Urbano, imposto de sisa, selo e contrato da Justiça, porque os contratos feitos entre a Imogestim e o promitente-comprador devem ser selados pela Justiça. O que quer dizer que podem ficar descansados que não vão fazer parte desta fase de pagamento que termina no final do mês.

JA - Milhares de pessoas vivem a muitos quilómetros de distância de uma repartição fiscal. Essa situação foi levada em conta?

MP - Apelo à calma de todos os contribuintes. O prazo termina no fim deste mês e todos devem afluir às repartições fiscais. Se não houver capacidade para atendermos todos, vamos encontrar estratégias para resolver o assunto. O que se exige é que o proprietário do imóvel esteja munido de documentos, mesmo os que não tenham a titularidade do imóvel, para que o trabalho seja facilitado e mais pessoas possam inscrever os seus imóveis e pagar o imposto.

JA - Os cidadãos reclamam das dificuldades para adquirir o modelo de registo, que custa 2.500 kwanzas.

MP - O Modelo 5 está a esse preço em função do custo da sua produção. Esse valor é do Ministério das Finanças e não tira nenhum dividendo acima disso. Estamos a trabalhar no sentido de, nos próximos anos, melhorarmos esses serviços.

JA - Vocês estão capacitados suficiente para atender a procura a nível nacional?

MP - Preciso admitir que a máquina administrativa fiscal tem limitações e nem sempre tem sido possível atender todos os contribuintes nos prazos previstos. Se, porventura, até ao fim do tempo determinado não conseguirmos atender todos, vamos, a partir dos nossos superiores hierárquicos, encontrar soluções. Temos um pessoal dinâmico para que o trabalho seja um êxito.

JA - O que acontece a quem teimarem não pagar o Imposto Predial Urbano?

MP - Ninguém está acima da Lei. Aquele indivíduo que tenha um imóvel, não o regista nem paga os impostos tem problemas com a Lei, porque a Direcção Geral Tributária, através das leis fiscais, tem mecanismos para sancionar esse contribuinte, que vão desde a penhora, a execução dos bens do contribuinte, como contas bancárias, bens móveis e

imóveis, mercadorias e créditos comerciais. E quando se tratar de crimes tributários, o assunto é encaminhado ao Ministério Público para o devido tratamento.

2.2 Milhares de moradias concluídas no Cuito

4 De Fevereiro de 2016

Jornal de Angola

Texto: João Constantino

As primeiras residências da nova centralidade do Cuito podem começar a ser entregues a partir de 2017, quando estiverem concluídos os serviços de captação e distribuição de água, a central de tratamento de águas residuais, assim como o sistema de fornecimento de energia eléctrica e de melhoria do saneamento básico, garantiu terça-feira, ao Jornal de Angola, o director nacional do Urbanismo.

A conclusão das obras está a depender dos fundos da linha de crédito da China, disse Fernando Francisco. "A construção do sistema de captação de águas e de tratamento de águas residuais já teve início, estamos a verificar as infra-estruturas externas, como a energia e o saneamento básico", disse Fernando Francisco, que acrescentou que cerca de 2.800 residências estão concluídas e prontas para serem habitadas.

Nesse momento, acrescentou, estão em fase de conclusão as construções de esquadras polícias, dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, escolas do ensino primário e infantários.

Fernando Francisco anunciou a implementação do projecto de requalificação de alguns bairros da cidade do Cuito, no âmbito do projecto de infra-estruturas sociais integradas no município do Cuito e da comuna do Cunje. A conclusão das referidas obras está prevista para Janeiro de 20 17. O secretário de Estado do Urbanismo, Nhangá de Assunção, constatou na semana finda a execuções física das obras que vão beneficiar da linha de crédito da China.

Requalificação de bairros

Além da centralidade do Cuito, alguns bairros da cidade capital do Bié são requalificados, dentro do projecto de infra-estruturas integradas.

Durante a visita à cidade do Cuito, o secretário de Estado do Urbanismo, acompanhado pelo vice-governador provincial para as infra-estruturas, José Chatuvela, visitou alguns bairros do Cuito. O vice-governador provincial José Chatuvela disse que a requalificação dos bairros consiste no arruamento,

serviços de drenagem de águas fluviais, sistemas abastecimento de água, iluminação pública e melhoramento das estradas.

"Estas obras de infra-estruturas integradas são feitas nos bairros Militar, Azul e São José. Vamos ainda construir uma circular e estradas que vão ligar às estradas nacionais aos bairros do São José, Chissindo, Paraíso, até à sub-estação de água, ao redor da cidade, para facilitar a circulação rodoviária ", concluiu o vice-governador provincial.

2.3 Quem trava o desgaste das vias da urbanização Nova vida

Jornal Grandes Noticias

6 De Fevereiro De 2016

Passados mais de 10 anos, mesmo com o surgimento de novas centralidades, o Nova Vida, dentre todos, continua ainda melhor posicionado no que tange a sua localização geográfica, pois se situa precisamente no centro de todos conglomerados humanos recentes e da grande cidade, o que a partida, mesmo possuindo habitações com área construída diminuta e vivendas com um quintal invejável que permitem, inclusive, para fazer piscinas e puxadas de todos tipos e feitios, é ainda aquele que mais agrada quem tem o seu dinheiro para comprar casas. Verifica-se que, com a febre das novas centralidades, os últimos edifícios construídos já possuem uma área interna mais ampla e melhores acabamentos o que deu bom aproveitamento aos apartamentos e, como óbvio, mais valor.

Pois, sendo um dos primeiros condomínios abertos, com requisitos de uma cidade, tendo em atenção que possui energia da rede, água canalizada, estradas asfaltadas, iluminação pública, áreas de recreio, serviços públicos, lojas e etc, não se esperava que adaptasse os vícios da velha Luanda.

Desengana-se quem assim pensou, porque esta localidade, não se sabe por quê, quando caem quedas pluviométricas, o bairro secciona-se em pequenas ilhas internas. Mas isto, não sucede só quando é abençoado com chuva, já que há vias estruturantes que passar nelas é um "calcanhar de aquiles", e por conta disso, já protagonizaram várias cenas de pugilato, por todos pretenderem passar no mesmo espaço que, não havendo caminho alternativo, dava para poupar o carro. Mas o que não se compreende, é que, às vezes, a Imogestin gestora da urbanização' vê os buracos, realiza a operação para tapa-los, mas dias depois,

bastou que o 'general Chuva' abrir as torneiras, tudo volta a primeira forma. Isto é visível na rua nº 54, a que passa diante da Shoprite e do edifício da FAF, que ao terminar, bate mesmo com tribunal da família. Como se vê, é das mais importantes vias que o bairro possui e não escapa ao trabalho desregrado daquela empresa.

Numa situação de extremo constrangimento, um funcionário sénior da Shoprite, estrangeiro por sinal, que conseguiu fazer o seu passeio em condições que nem chuvas nem transgressões dos automobilistas conseguem o destruir dado a consistência da obra, interrogou-se, que se "a empresa que está a reparar a estrada, não percebe que se tapar os buracos sem atacar a causa destes, só vai perder tempo e dinheiro? Um cidadão angolano ao lado, cheio de bom humor, respondeu alto e bom som, que eles estavam a justificar o dinheiro que tinham tirado da conta da empresa" E só pode ser mesmo isso, porque sabe-se a partida, que esta estrada esfervite que um grande músico da banda cantou, não resiste a águas. Então, os paliativos que fazem, é mesmo para no momento repararem e esperar um mês ou dois, e estragar de novo e, de seguida, tornarem a reparar de novo. Claro que estas actividades são sempre quantificadas, o que justifica a teoria de estarem a fazer obras para benefícios obscuros, pois os residentes, não precisam estradas momentâneas; queriam sim, aquelas que resistem a chuvas e a águas provenientes dos quintais. Portanto, aos exemplos já citados, acrescemos os da rua 46, junto aos bancos Keve e BIC e, para não variar, na própria rua onde se situa a administração do bairro, que constantemente está intransitável por causa de águas residuais, e parece que a administradora não vê isso.

Note-se que no tempo da confusão, em que os fiscais tinham na remoção de viaturas a sua principal actividade, um fiscal, era capaz de remover, à força, uma viatura que estava a ser limpada ou mesmo lavada que não fazia influência nenhuma ao asfalto e ignorar uma ruptura que vaza água para a estrada e rompe o asfalto.

Então, vê-se logo, em princípio, qual é a mentalidade de quem gere estes projectos, que bem geridos, servem o interesse social, porque desafogam a cidade e criam novos modelos de convivência na periferia da cidade.

É nossa sugestão, para o administrador do Nova Vida ou a Imogestín, que as ruas citadas onde várias vezes já desperdiçaram dinheiro e tempo a repararem, antes de tornarem a repetir este trabalho, concertem os canos com fugas de água. Nem que estiverem nos quintais, usem o vosso poder, vão lá repar e em seguida apresentem as facturas aos proprietários e,

assim, vão poupar recursos e os usuários das vias, vão agradecer.

2.4 Famílias receberam residências

Jornal de Angola
7 De Fevereiro de 2016

Um total de quarenta casas sociais, do tipo T3, foram entregues quinta-feira, no município o Mussende, 349 quilómetros a nordeste da cidade do Sumbe, província do Cuanza Sul, a igual número de famílias.

As casas fazem parte do programa do Executivo de construção de 200 fogos habitacionais em cada município do país.

A cerimónia de entrega foi orientada pelo vice-governador provincial do Cuanza Sul para o sector técnico e Infra-estruturas, António Gama, na presença de membros do governo, autoridades tradicionais e outros convidados.

António Gama disse que é mais um passo para a execução do programa do Executivo, visando a concretização do sonho da casa própria, principalmente para a juventude da província.

Referiu que cada beneficiário deve honrar o seu compromisso de pagamento em todos os finais de cada mês, cabendo às estruturas de direito garantirem a sua continuidade, salientando que a juventude tem direito a 30 por cento das residências.

Na província do Cuanza Sul, no âmbito do projecto dos fogos habitacionais, os municípios do Cassongue e Ebo já procederam a entrega das habitações.

2.5 Governador entrega moradias sociais

Jornal de Angola
7 De Fevereiro de 2016

O governador do Cuanza Norte, Henrique André Júnior, entregou ontem, na vila de Lucala, as chaves de cem moradias aos primeiros beneficiários do programa social do executivo de construção de fogos habitacionais em todos os municípios.

Na ocasião, Henrique André Júnior sublinhou que a construção das habitações, de tipo T3, enquadra-se na política social do Governo angolano para suprir as necessidades da população.

Apesar das dificuldades económicas e financeiras que o país enfrenta, o Executivo nunca deixou de honrar os seus compromissos, lembrou o governador.

Henrique André Júnior anunciou para breve a entrega de moradias aos habitantes dos municípios de Ambaca, Samba Cajú, Bolongongo, Ngonguambo e Golungo Alto, construídas no quadro do mesmo programa social.

Os beneficiários, através de uma mensagem, agradeceram o empenho do Executivo em resolver os problemas da população e comprometeram-se a cumprir os contratos de pagamento das casas.

O administrador do município de Lucala, José Teixeira da Conceição, justificou a realização de um sorteio para a distribuição das moradias, por haver um desequilíbrio entre a procura e oferta. O processo começou com a inscrição dos candidatos à obtenção de uma residência e, como tivemos mais inscrições em relação ao número de casas, passou-se por um mecanismo de selecção dos candidatos que culminou com um sorteio, frisou. O critério distribuição das moradias estabelecido pelo Executivo beneficia a juventude em 30 por cento, seguindo-se os funcionários públicos e outros interessados.

José Teixeira da Conceição não avançou os valores de cada prestação mensal, mas frisou que as casas são pagas através do sistema de renda resolúvel, num período de 30 anos. O município de Lucala compreende uma superfície de 2.399 quilómetros quadrados e tem 20.148 habitantes, segundo dados provisórios do censo geral da população e habitação, realizado em 2014. A sede fica a 38 quilómetros a leste de Ndalatando.

2.6 Casas sociais são entregues em Março

Jornal de Angola

8 de Fevereiro de 2016

Texto: Domingos Mucuta

As primeiras 52 casas sociais do bairro dos antigos combates e veteranos da pátria, em construção na comuna da Arimba, município do Lubango, são entregues no próximo mês.

O director provincial dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Benjamim Kapata, prestou esta informação à vice-governadora para o sector Político e Social, Maria João Chipalevala, durante uma visita ao empreendimento.

O bairro terá 200 habitações do tipo T2 e T3, com quartos, sala comum, cozinha, casa de banho e um quintal com espaço para a construção de anexos ou plantação de horta. Benjamim Kapata salientou que a construção do bairro está inserida num programa de habitação social para antigos combatentes e veteranos da pátria, concebido pelo governo, e tem algumas componentes. A primeira é financiada pelo Programa de Fomento Habitacional do Executivo e a segunda depende do orçamento do Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, que prevê a construção de aglomerados habitacionais em todas as províncias.

O director provincial disse que a distribuição de habitações contempla, numa primeira fase, os antigos combatentes e veteranos da pátria portadores de deficiência física e sem casa própria, cuja selecção já foi realizada. A direcção provincial da Huíla recenseou 6.149 antigos combatentes e veteranos da pátria, que recebem uma pensão mensal, e presta apoio a quatro cooperativas agrícolas constituídas por 271 associados. Os moradores das quatro zonas residenciais do Tchico, arredores da cidade do Lubango, começaram ontem a consumir água potável, com a entrada em funcionamento dos sistemas de captação, tratamento e distribuição.

O sistema inaugurado pela vice-governadora da Huíla para o sector Político e Social, Maria Chipalevala, substitui o processo de recolha de água de cacimbas e poços. A vice-governadora procedeu à abertura simbólica da rede de água canalizada das zonas 10, 7, 4C e 4D que beneficia cerca de seis mil moradores. A zona 10 serve mais de 3.500 habitantes e a zona 7 abrange cinco mil. Os fontenários das zonas 4C e 4D beneficiam mais de cinco mil habitantes. Os pontos de abastecimento, orçados em 10 milhões de kwanzas cada, estão equipados com painéis solares, que permitem a distribuição de água sem interrupção. O chefe de departamento da Direcção Provincial das Águas, Orlando Braz, revelou que o governo da Huíla continua a construir pontos de distribuição, no âmbito da expansão dos serviços sociais.

2.7 Casas sociais respondem a procura de habitações

Jornal de Economia e Finanças

12 De Fevereiro de 2016

As primeiras 100 casas sociais construídas no município de Lucala, província do Cuanza Norte, no âmbito do programa governamental de construção de 200 fogos habitacionais em cada município do país, foram entregues, recentemente, naquela localidade

pelo governador do Cuanza Norte, Henrique André Júnior.

Beneficiaram das residências cidadãos de diversos extractos sociais, com maior predominância para jovens, por serem a faixa etária que mais está contemplada no projecto. Na ocasião, o governador procedeu também à assinatura dos termos de entrega das casas, que foram igualmente entregues aos beneficiários.

Segundo Henrique Júnior, a construção das referidas habitações, de tipologia T3, de carácter gemelares e unifamiliar ou isoladas, constitui uma política do Governo angolano que visa dar resposta ao défice de moradias que o país vive.

Apesar das dificuldades inerentes aos diversos fenómenos socioeconómicos que o país está a registar, o Executivo nunca deixou de honrar os seus compromissos, lembrou, tendo anunciado para breve a entrega de moradias aos habitantes dos municípios de Ambaca, Samba Caju, Bolongongo, Ngonguambo e Golungo Alto, construídas no quadro do mesmo projecto.

Empenho do Executivo

Na ocasião, os beneficiários, através de uma mensagem, agradeceram o empenho do Executivo em resolver os problemas do povo e comprometeram-se em cumprir os contratos estabelecidos para o pagamento das casas, assim como apelaram os demais jovens que não foram contemplados nessa primeira fase a manterem-se esperançosos, pelo facto do projecto ser abrangente.

Sem revelar o número de candidatos inscritos, o administrador do município de Lucala, José Teixeira da Conceição, referiu que em função da elevada concorrência para a obtenção das residências, foi feito um sorteio, o que possibilitou apurar os beneficiários das mesmas. Este é um processo que começou com a inscrição dos candidatos à obtenção de uma residência e como tivemos mais inscrições em relação ao número de casas passou-se por mecanismos de selecção dos candidatos que culminaram com um sorteio", frisou.

Para a obtenção das casas obedeceram-se alguns critérios estabelecidos pelo Governo central, onde a juventude beneficia de 30 por cento do total das residências, seguindo depois outros organismos sedeados no município e os cidadãos em geral que comprovem a capacidade que lhes permita pagar um valor, mensalmente.

José Teixeira da Conceição absteve-se de avançar os valores a serem pagos em cada prestação mensal, mas

frisou que as residências serão pagas através do sistema de renda resolúvel, num período de 30 anos.

Beneficiários

Na ocasião, em declarações à imprensa, o administrador municipal de Lucala, José Teixeira da Conceição, adiantou que em função da elevada concorrência para a obtenção das residências foi feito um sorteio que possibilitou apurar os beneficiários das mesmas. Garantiu que as condições sociais como energia, água e pavimentação das ruas estão a ser acauteladas, para que os habitantes do novo bairro vivam condignamente.

2.8 Governo com medo de anunciar a destruição de mais de 20 prédios

Jornal A República

12 De Fevereiro de 2016

Texto: João Diala

O Plano Director Metropolitano de Luanda prevê 410 quilómetros de estradas primárias e outros 621 quilómetros de estradas secundárias, para facilitar a mobilidade rodoviária.

Para a construção de corredores de infra-estruturas de transportes públicos, (estradas, caminhos-de-ferro e metro), o Plano Director Geral Metropolitano de Luanda prevê a destruição de todas as infra-estruturas de construção adjacentes, para lá de toda extensão da linha férrea, no sentido Viana ao Largo 10 de Maio ou Largo da Independência, em Luanda. Esta destruição casas abrangidas, dos previstos 50 metros da linha férrea para lá da FILDA, está a gerar grande preocupação no seio do Governo.

O Jornal A REPÚBLICA sabe que o Governo Angolano tem medo de tomar pública esta informação, devido à suspeição da reacção do povo. Sendo que muitos dos prédios abrangidos têm menos de 10 anos de construção, toda esta problemática pode enfurecer os populares, devido à tamanha desorganização urbana que levou o consentimento das autoridades na construção desses fogos habitacionais naquele local, sem nunca terem perspectivado futuros alargamentos de estradas e linhas férreas naquela zona urbana.

2.9 Imogestin vende lojas no Sequele

Novo Jornal

12 De Fevereiro de 2016

A IMOGESTIN anunciou a abertura de candidaturas para a aquisição de lojas na cidade de Sequele, em Luanda, anunciou a empresa em nota de imprensa divulgada nesta semana, a que o NJ teve acesso.

Com efeito, a Imogestín estabeleceu entre as modalidades das candidaturas o envio de carta de intenções dirigida à empresa, cópias do bilhete de identidade do requerente, do cartão de contribuinte, certidão comercial e pacto social da empresa publicado em Diário da República respectivamente.

Inclui ainda o comprovativo de pagamento de impostos e segurança social nos últimos dois anos e o alvará comercial.

Entre os critérios de selecção, definiu que priorizará as candidaturas apresentadas pelos moradores do Sequele que cumpram os requisitos exigidos.

Segundo a nota, o apoio ao empresariado local constitui outro dos critérios a ter em conta, sendo que 60% das lojas serão disponibilizadas aos comerciantes e empresários mais experientes.

"Após o processo de avaliação das candidaturas, os promitentes-compradores seleccionados serão convidados para uma entrevista presencial, para a eventual assinatura de contrato e entrega da factura próforma do valor do imóvel", lê-se ainda no documento da Imogestín.

Informou também que colocará à disposição dos comerciantes e empreendedores nacionais 158 lojas no Sequele, cujo valor em kwanzas é o equivalente a 1500 dólares por metro quadrado, à data da assinatura do contrato. Para o efeito, os interessados seleccionados, terão 12 meses como prazo máximo para pagamento do valor total do investimento, a partir da data do pagamento da primeira prestação. As modalidades de pagamento constam de um pagamento inicial de 40% do valor da loja, como primeira prestação. Adiciona-se um pagamento de 30% do valor da loja como segunda prestação seis meses após o pagamento da primeira prestação e um pagamento de 30% do valor da loja, como terceira e última prestação, 6 meses depois do pagamento da segunda prestação.

A empresa angolana encarregada do processo de comercialização das centralidades e que tem também investimentos nos sectores da gestão e manutenção de empreendimentos imobiliários, gestão de parques de estacionamento e hotelaria em Angola, planificou a comercialização das lojas no sentido de dar

primazia de aquisição aos moradores do Sequele e convida os interessados neste processo, a visitar o seu "site", a sua loja sita no bloco 1, nº 15 da cidade do Sequele, ou ainda enviar propostas pelo endereço electrónico:candidatura-lojasequele@imogestín.co.ao.

2.10 Imposto casebral

Jornal Manchete

12 De Fevereiro de 2016

Texto: Francisco Cabila

De alguns dias há esta parte, a maralha do Zengá e não só, tem acordado "fitucada", tudo porque o Sê Ngunvulo de Angola, depois de lhe "bassularem" na Senhora Crise Económica entendeu jogar toda a sua "njinda" (raiva) aos pacatos cidadãos, não poupando os "ngadiamas" (pobres), muitos dos quais nem se quer sabem aonde se segurarem para sobreviver, com esta vida que estamos com ela. Dizem aos quatro ventos que temos, obrigatoriamente, que pagar o tal de "Imposto Casebral". Quero dizer, os que têm prédios e outros cubicos fixos, devem pagar Imposto Predial e nós que vivemos em casebres, temos de pagar "Imposto Casebral". Deixa que voz explique um coxito bem, porque destes mambos também ainda não sou barra e desde que montei o meu Casebre no Zengá, em Mil Quatrocentos e Waweééé, nunca alguém, do "Nguvulu", veio meter-se comigo, faça chuva ou faça Sol. Hoje, por hoje, portanto sou obrigado a contribuir para engordar os cofres do "Dimixi" (Governo) por ter conseguido erguer, com tanto sacrifício, um casebre. Não sou o único, claro, vocês, os outros "Casebristas" do Zengá, do Marçal, Rangel, Chicala, Tunga Ngó, Rocha "Pintainho" ou Rocha GalolFrango, sei lá, os do Grafanil Bar ou Grafanil Lanchonete e Barraca, os de Viana, naquelas bandas da Sapú, Estalagem e tantos outros "Casebristas" dos "maxocololos" que vagueiam por esta Luanda, em particular, e em Angola em Estatal, stão, também "paiados".

"Ngongo Yove", seremos abrigados a mexer nos "cafocolos" de si há muito furados, para darmos "esmolos" aos muadiês da "massa", do "kumbú" e do "tutú" que em momento algum se solidarizaram connosco aquando da construção - ou "ergueção?" - dos nossos Casebres. Os "muzangalas" que apanharam berrida nas antigas barrocas da Boa - ou má? - Vista que "stão" nas tendas da Zango I e em outros casebres espalhados por Viana, também irão apanhar por tabela. Dizem mesmo que os cobradores dos "Impostos Casebrais" irão passar de "Casebre"

Mais de 200 mil casas e apartamentos encontram-se fechados e sem decisão de mercado, arrendamento ou venda, principalmente na província de Luanda. Este fenómeno tem a ver com a actual conjuntura política e económica do nosso país.

Depois do fim da guerra em Angola, o mercado imobiliário registou uma forte procura de imóveis e, sem legislação, regulação e execução tributária para acautelar todo o procedimento e os excessos do mercado imobiliário, houve uma desmedida "corrida às armas", procura, especulação e compra de terrenos, com processos de aprovação das obras e dos créditos imobiliários servilmente corruptos.

De facto, houve investimentos totalmente desmedidos, vivendas, condomínios e edifícios moderníssimos, caros, com perspectivas totalmente divagadas do real estado da economia Angolana.

Com o excesso na procura do imobiliário (vivendas, apartamentos, lojas, e escritórios), o mercado imobiliário entrou numa bolha especulativa em Angola, levando a que muitos investidores, na expectativa de construir e erguerem grandes obras para vender, a fim de obter lucro contínuo e aumentar o ritmo suficientemente rápido, mantendo a escalada de preços.

A explosão imobiliária, em Angola, levou a que instituições financeiras (bancos) oferecessem créditos imobiliários, com taxas de juros altíssimas, e ainda assim muita boa gente foi se endividando (hipotecas) na expectativa que fossem ter ganhos e rentabilidade na venda dos imóveis, o que não aconteceu, devido ao equilíbrio do mercado. Ou seja, rapidamente houve um equilíbrio no mercado imobiliário (arrendamento, compra e venda de casas e terrenos) em Angola. Construiu-se o suficiente de maneira que os preços foram-se ajustando. Claramente que não era admissível que uma vivenda no bairro Alvalade custasse cerca de 10 milhões de dólares. Um apartamento na zona da Maianga mais de 500 mil dólares.

Estávamos completamente numa situação de desequilíbrio de mercado, total especulação imobiliária, tornando-se bolha imobiliária. Com a envolvimento de vários agentes económicos no mercado da compra e venda de terrenos e construção de vivendas, condomínios e edifícios em situação de dívidas aos bancos e a queda repentina dos preços no mercado angolano, claramente que estagnou o sector imobiliário em Angola. "A seguir ao excesso vem a escassez".

Esta situação de bolha imobiliária tornou o negócio improdutivo, não se vendem nem se compram

terrenos, vivendas e apartamentos neste momento em Angola, porque os preços caíram totalmente. Os agentes económicos que compraram terrenos e construíram vivendas e apartamentos, quer para o arrendamento ou para venda, não conseguem dar procedimento devido aos preços especulativos na altura da compra dos terrenos, material de construção, incluindo o cimento caríssimo, acrescentando as taxas de juros altíssimas (preço do dinheiro) na época, que, com o actual preço baixo do mercado imobiliário, impossibilita qualquer ganho, que consiga cobrir todos os encargos.

2.12 6 Moradores não têm que pagar já prestações de 2015, diz AADIC

Jornal Expansão

12 De Fevereiro de 2015

Texto: Osvaldo Manuel

Os moradores do Kilamba não são obrigados a liquidar duas prestações por mês, para compensar pagamentos não realizados no ano passado, defendeu o conselheiro da Associação Angolana dos Direitos do Consumidores (AADIC). Segundo Miguel Ângelo que falou aos jornalistas após uma reunião, na passada quinta-feira, 4 de Fevereiro, com moradores da centralidade, os atrasados de 2015 devem ser pagos no final dos contratos, que assim devem ser estendidos pelo prazo de um ano.

"As obrigações dos moradores começaram em Janeiro [de 2016] e não há nenhum diploma legal que obrigue ao pagamento de prestações anteriores", disse, acrescentando que a AADIC já "endereço duas cartas à Procuradoria-Geral República (PGR) a manifestar descontentamento e a ilegalidade na cobrança de prestações em atraso".

"Até ao momento, a PGR mantém-se em silêncio", referiu, lembrando que a entidade gestora do projecto, a Imogestim, não tem competências para exigir o pagamento de prestações atrasadas. "APGR é o órgão competente constitucionalmente para atender a questões ligadas aos direitos colectivos", sublinhou Miguel Ângelo, reiterando que "no âmbito do princípio da legalidade, questionamos o fundamento legal das cobranças das prestações de 2015".

"As cobranças não foram feitas no devido tempo e, não sendo feitas, não retroagem, porque houve impossibilidade de cumprimento da obrigação" por parte dos moradores, por responsabilidade da entidade gestora.

Em Outubro de 2015, recorde-se, a Imogestin anunciou que os moradores das centralidades teriam que começar a pagar, a partir de Novembro desse ano, duas prestações mensais, para ir liquidar os valores atrasados relativos ao ano passado.

Agora, responsável da AADIC alega que os moradores das centralidades e urbanizações de Luanda, em particular o Kilamba, não estão em incumprimento, porque a gestora do empreendimento não entregou nenhuma notificação formal para os inquilinos cumprirem com os pagamentos.

Ludmila Dinis, coordenadora jurídica da Comissão de Moradores do Kilamba, disse estar de acordo com a posição da AADIC, garantindo que os moradores estão disponíveis apenas para efectuarem os pagamentos das prestações de 2016.

"Não pretendemos pagar agora as prestações em falta, porque os constrangimentos não foram causados por nós", sublinhou.

Moradores indignados

No encontro com a AADIC, vários moradores mostraram-se descontentes com a forma como o processo tem sido conduzido por parte da Imogestin em relação ao pagamento dos atrasados.

"A Lei é clara. Isto não está na Lei", afirmaram alguns.

Adílio Lisboa, residente na centralidade do Kilamba há três anos, afirmou ser "muito pesado" realizar o pagamento de duas prestações por mês e garantiu que "a prevalecer esta decisão, vai tudo parar a tribunal".

"Não estamos preparados financeiramente nem psicologicamente para pagarmos as prestações de 2015, porque sabemos que estamos a viver um período difícil e, para além de liquidarmos a renda de casa, temos outras despesas com a família", disse, por seu turno, Graciete António, outra moradora.

Emanuel Gaspar, igualmente residente no Kilamba, sublinhou que a Imogestin "devia manter contacto permanente com os inquilinos", no sentido de evitar contradições. "Sentimo-nos um pouco apertados, porque, repentinamente obrigam-nos a pagar uma dupla mensalidade", afirmou.

Também Fernanda Van-Dúnen, residente do Kilamba há três anos, manifestou o seu descontentamento. "Convido o senhor [Mário] Guerra [assessor jurídico da Imogestin] para um debate com a nossa comissão", apelou.

2.13 Prédio Anangola recebe novos moradores

Jornal de Angola

13 De Fevereiro de 2016

Os moradores do prédio 55 do Kinaxixi, evacuado no dia 3 por apresentar problemas estruturais capazes de originar o desabamento, vão ser transferidos para o edifício Anangola e urbanização Nova Vida até decisão definitiva, refere um comunicado oficial.

O comunicado da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda anuncia também que terminou na quinta-feira o alojamento temporário daquelas pessoas no Hotel Tivoli e na Residencial Capital, onde foram instalados face "à ameaça de desabamento" do prédio 55.

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda justifica a intervenção no processo por se enquadrar no âmbito das competências que lhe estão atribuídas.

No edifício Anangola são instaladas 28 famílias em apartamentos T3 e T2 e na urbanização Nova Vida dez em apartamentos T3.

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda salienta que esta solução provisória foi adoptada "para acautelar o direito à habitação e protecção dos cidadãos".

O comunicado da instituição que administra o município de Luanda, o único constituído por distritos, realça estar garantido o apoio em meios de transporte, bem como o acompanhamento da Polícia Nacional e do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros. No prédio evacuado, de 38 apartamentos, apenas continuavam a viver 11 pessoas. Os restantes moradores abandonaram o local antes da ameaça de desabamento. O prédio Anangola, no distrito urbano do Sambizanga, construído no âmbito da requalificação do Bairro Operário, começou a ser habitado há cerca de um ano. Trata-se do primeiro edifício construído no âmbito do processo de requalificação do Bairro Operário, cujo moradores fora registados há quatro anos a fim de a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda ter o número exacto de habitantes.

O Bairro Operário, encravado no casco urbano, é um dos mais emblemáticos bairros suburbanos que nasceram no período anterior à Independência Nacional. Reza a história que entre os seus primeiros moradores está um número expressivo de famílias provenientes da Ingombota, de onde século XX na sequência da expansão da cidade de Luanda. A

população do Bairro Operário era composta maioritariamente por operários.

2.14 Pedreiros com a mão na massa para garantir a sustentabilidade

Jornal Economia & Finanças

19 De Fevereiro de 2016

Texto: André Sibi

O sector da construção civil continua a ser uma das principais fontes de renda para muitas famílias em Angola. Apesar do actual contexto financeiro e económico, o mercado local ainda absorve um número considerável de jovens, oriundos de várias províncias e que buscam o seu bem-estar.

O JE fez uma ronda em algumas zonas de Luanda.

Por exemplo, no município de Viana, encontramos Casimiro Dambi, natural de Cabinda, que vive em Luanda há mais de 10 anos. O jovem, descobriu a sua veia pela construção civil aos 15 anos de idade. Não frequentou um curso como tal.

"Aquele tempo não havia tantos centros de formação profissional como hoje", lembra.

À semelhança dos demais, aprendeu a profissão com um vizinho do bairro, que se chamava mestre João de Deus.

Segundo contou, foi necessário um ano para aprender alinhar uma casa, colocar na esquadria, cavar o cabouco, fazer as sapatas, cofragem, encher e levantar a obra.

Envolvidos pouco mais de dezassete anos de profissão, Casimiro passou a ser conhecido como um exímio construtor. Hoje, constrói, reboca, mosaica, canaliza e pinta, obras de pequena, média e grande dimensão.

"Já tenho um grupo que tralha comigo", conta o mestre Casimiro.

No princípio foi difícil, mais hoje, sobrevivo destes trabalhos. Hoje, os mais novos mostram resistência em aprender uma profissão.

No passado, com ou sem dinheiro íamos ao encontro dos mestres para aprender a profissão. Antes desta crise, eu acumulava três, quatro obras por mês. Hoje, a velocidade das obras diminuiu um pouco. Somos solicitados para um reboque, pavimentar uma obra,

até mesmo para levantar embora com menor intensidade.

"Eu não tenho um salário mensal. Sobrevivo de contratos", disse. Nas suas obras, os preços variam de acordo a planta, dimensão, número de quartos e o capital humano necessário para atender à demanda e os adornos em termos de estética. Normalmente recebo a obra, e faço estudo da planta por dois ou mais dias, de seguida, parto para negociação, disse o mestre.

Mestre Casimiro explicou, que está a levantar um primeiro andar de dez metros de comprimento e onze de largura e cobrou o equivalente a um milhão e 500 mil kwanzas. Este valor inclui o alicerce, levantamento e a placa de betão.

O JE procurou saber se fosse convidado para rebocar a casa, quanto cobraria pelo trabalho mestre Casimiro, explicou, que o roboque desta mesma obra é mais trabalhoso, que a construção. Pelo que não hesitaria em manter o preço.

Fala acenando a cabeça. Mais adiante, explicou, que fruto da amizade granjeada durante os primeiros dias de trabalho, faria um desconto de trezentos mil em relação a construção.

Já o mestre Venâncio Miguel é natural da província do Huambo. Ao chegar em Luanda, depois constituir a sua família, viu-se obrigado a encontrar formas para sustentá-la. Ele conta, que aprendeu a profissão nas mãos do seu sogro. Era desempregado, quando se juntou à sua esposa. Foram necessários seis meses ao lado do sogro, fim dos quais, já era chamado para fazer pequenas intervenções, na construção e reboque.

Hoje, a sua vida passa por duas províncias. Luanda e Huambo respectivamente.

"Nas obras faço de tudo um pouco, até a escada, confessa o mestre".

Os orçamentos variam de acordo a obra. A obra mais cara que fez até agora ficou orçada em cinco milhões de kwanzas. Diante desta capacidade técnica, o JE, procurou saber se pensa um dia criar uma empresa! Mestre Venâncio, explicou, que a meta é tornar a sua equipa uma empresa sólida.

Diferenças

Durante a ronda realizada, foi ainda possível constar uma diversidade de opiniões em relação às preferências em trabalhar com mestres angolanos e chineses.

Maria Tussamba, acredita que os chineses são mais responsáveis. Pois recebem a obra, e automaticamente fixam residência no local até terminar.

Segundo a fonte, o patrão não precisa se preocupar com ausências devido a óbitos, feriados, fins-de-semana e supostas doenças, tão-pouco roubo do material. Por outro, Maria mostrou-se preocupada com a qualidade das obras. Já Diango Tomás, sublinhou, que nem todos chineses, fazem mau trabalho, e recomendou uma maior fiscalização. Tomás lembrou, que a sua casa fica junto o hospital geral de Luanda.

Foi construída na mesma época que esta unidade hospitalar de referência nacional. Hoje a sua obra existe e o Hospital Geral precisou de uma intervenção mais aturada para apresentar a actual estrutura.

Já Paulo Mendes, que durante muito tempo trabalhou, com os chineses, defende, que eles são bons, no entanto é preciso destacar uma equipa de fiscalização no local para acompanhar as obras.

Por outro, o agora encarregado de obras por conta própria, sublinhou, que estes são bons em termos de acabamento e respectivos adornos.

Para Bartolomeu Vicente, a entrada dos chineses no mercado de construção civil contribui em grande medida na mudança de mentalidade dos pedreiros angolanos.

Segundo contou, há um tempo a esta parte, já tivemos pedreiros, que recebiam obras, incluindo até a primeira prestação do orçamento mais sem presença constante no trabalho.

Era preciso ir atrás destes. Como justificação, eram desculpas atrás de outras. Uma realidade que ainda não mudou por completo mais melhorou significativamente concluiu.

2.15 Imogestim apresenta prémio

Jornal De Angola
20 De Fevereiro de 2016

A imobiliária Imogestim apresenta amanhã, na cidade do Lobito, na sua 98 Reunião de Quadros, o Prémio "Inovação na Concepção de Projectos de Habitação Social Urbana e Rural", destinado a arquitectos e engenheiros, que devem candidatar-se com os seus trabalhos até ao dia 15 de Março.

De acordo com uma nota de imprensa, a imobiliária pretende, por outro lado, estimular a criação de microempresas de prestação de serviços de manutenção de edificações sociais, no seio das centralidades. A meta é beneficiar 50 jovens com idades entre 18 e 40 anos, de ambos os sexos, que devem desenvolver o seu empreendedorismo nas áreas de carpintaria, pintura, construção civil (pedreiro), serralharia, electricidade, canalização, caixilharia de alumínio, frio e jardinagem.

No encontro de quadros vão ser avaliados "os macro processos na cadeia de valor dos projectos imobiliários internacionais e, no caso específico de Angola, serão analisados os macro processos na cadeia de valor dos projectos imobiliários aplicados ao caso das centralidades". Num painel que tem como participantes empreendedores e empresários, vão ser discutidos os temas "Proposta de Programa Piloto de Incentivo ao empreendedorismo nas Centralidades do Dundo e Sequele" e "Incubadora para Empreendedores Comunitários".

O encontro, que busca caminhos "para se atingir um atendimento de excelência aos clientes, assentes na ética e responsabilidade", vai igualmente debater o próprio processo de reestruturação da Imogestim.

2.16 Centenas de casas para antigos combatentes

Jornal DE Angola
22 De Fevereiro
Texto: Arão Martins

O ministro Cândido Van-Dúnem anunciou a inauguração e distribuição, no próximo dia 15 de Março, de 54 casas, construídas na comuna da Arimba, na Huíla, para os antigos combatentes e veteranos da pátria, além de outros projectos em outras localidades do país.

As casas da comuna da Arimba fazem parte de um total de 200 que vão ser distribuídas para ajudar a minimizar uma das grandes carências com que se batem os antigos combatentes e veteranos da pátria, que é de ter uma casa própria. Cândido Van-Dúnem, que visitou as obras na semana passada, explicou que as casas de três e quatro quartos vão ser entregues a antigos combatentes, viúvas, órfãos e deficientes físicos.

Foram definidas as quotas, incluindo os funcionários do sector.

O Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, no âmbito da sua estratégia, definiu a

construção de condomínios de até 200 habitações com pólo académico e integração de posto médico, clínica ou mesmo hospital.

Os projectos têm uma abrangência nacional. Outros quatro condomínios estão a ser construídos gradualmente com recurso aos Programas de Investimentos Públicos. Na comuna dos Ramiros, em Luanda, arrancou recentemente a segunda fase de um condomínio com 200 casas. As primeiras 32 já foram distribuídas. Na província do Cuanza Sul, recentemente, fez-se de igual modo a entrega de dez habitações, integradas no programa de Investimentos Públicos. Estão ainda em curso projectos nas províncias do Uíge e Lunda Norte.

Projectos agro-pecuários

O ministro Cândido Van-Dúnem afirmou que a capacidade produtiva dos antigos combatentes e veteranos da pátria está a mudar gradualmente, como cumprimento das políticas traçadas pelo Executivo. "Temos noção de que ainda temos muita coisa para fazer e nesta perspectiva, o departamento Ministerial, em coordenação com outros sectores do Executivo, está a trabalhar para identificar fontes de financiamento para continuarmos a desenvolver projectos no domínio da agricultura, agropecuária, num formato de cooperativa, e continuarmos a fazer a integração social e produtiva dos antigos combatentes ali onde eles estão", adiantou.

O propósito, esclareceu, é levar ao antigo combatente a sua comodidade e sua capacidade de se integrar no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, ter capacidade de renda para sustentar as suas famílias. Recentemente, numa reunião com líderes de partidos políticos, o ministro Cândido Van-Dúnem garantiu que apesar da baixa das receitas do Estado, os projectos para os antigos combatentes e veteranos da pátria vão continuar a ser desenvolvidos.

2.17 População recebeu habitações

Jornal De Angola

22 De Fevereiro de 2016

Texto: Matias da Costa

Quarenta e duas mil pessoas vão receber habitações condignas nas localidades do Cuito e Andulo, na província do Bié, anunciou ontem o vice-governador para a Área Técnica e Infra-estruturas.

Segundo José Tchatuvela, a centralidade do Cuito tem três mil moradias concluídas, das seis mil em construção, ao passo que no Andulo já estão

concluídas mil residências. Os estabelecimentos sociais, como escolas e postos médicos, estão em fase de construção. A estação de tratamento de águas residuais da centralidade do Cuito já está concluída.

"A conclusão efectiva das sete mil moradias, todas de tipologia T3, entre vivendas e apartamentos em edifícios com três pisos, vai reduzir o défice de habitação.

Reabilitação do troço

José Tchatuvela destacou também a realização de obras de contenção das ravinas que atingem os bairros periféricos da cidade Cuito, com realce para a zona do Catraio. O vice-governador anunciou para breve a reabilitação do troço rodoviário que liga o Instituto Médio de Administração e Gestão ao bairro São José.

2.18 Urbanismo tem metas satisfatórias

Jornal de Angola

27 De Fevereiro de 2016

O ministro do Urbanismo e Habitação, José da Silva, afirmou ontem em Abuja, Nigéria, que Angola tem cumprido o programa de desenvolvimento urbano que corresponde aos objectivos delineados pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos (ONU-Habitat).

Em entrevista à Angop sobre a participação na reunião de ministros da União Africana responsáveis pelo desenvolvimento urbano, no quadro do programa Habitat, que termina hoje em Abuja, Nigéria, José da Silva frisou que os resultados até aqui alcançados em Angola são satisfatórios.

"É satisfatório o resultado alcançado até ao momento por Angola, no que diz respeito às metas estabelecidas. O país tem especificidades próprias de uma nação que recupera de um período longo de guerra", referiu o ministro.

De acordo com José da Silva, o país tem estado a cumprir os objectivos de acesso à habitação, combate à fome e à pobreza, igualdade de género e distribuição de água à população.

O ministro informou que foi criado o Comité Nacional do Habitat para responder aos desafios do sector, cuja missão é elaborar a política de urbanismo, tendo em conta as directrizes do programa ONU-Habitat. José da Silva adiantou que a participação no encontro de Abuja é uma oportunidade para debater

e projectar novos caminhos para responder aos desafios da urbanização e às necessidades de desenvolvimento sustentável.

"A conferência promete ser única no sentido de trazer diferentes actores urbanos, tais como governos, autoridades locais, sociedade civil, sector privado, instituições académicas e todos os grupos relevantes para rever as políticas urbanas", disse o ministro. A conferência tem como finalidade definir a agenda internacional em matéria de desenvolvimento urbano para as próximas décadas e a posição africana sobre o programa Habitat III. O evento reúne cerca de 50 participantes, incluindo ministros, especialistas e profissionais dos sectores de assentamentos humanos e desenvolvimento urbano, bem como os principais parceiros da agenda Habitat de África.

2.19 ONU elogia programa de assentamentos

Jornal de Angola

28 De Janeiro de 2016

O Secretário-geral adjunto das Nações Unidas, Joan Clos, elogiou, em Abuja, Nigéria, o programa de assentamentos do Executivo e pediu o envolvimento de Angola na liderança dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP).

O encontro entre o ministro do Urbanismo e Habitação, José da Silva, e o também secretário-executivo do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), Joan Clos decorreu à margem da reunião de ministros da União Africana responsáveis pelo desenvolvimento urbano, no quadro do programa Habitat III e serviu para avaliar a aplicação do contrato para elaboração da política de urbanismo em Angola, ao abrigo do acordo celebrado em 2015.

José Silva apresentou as perspectivas de Angola sobre a cooperação com o escritório do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos em Luanda face aos desafios da urbanização.

Política de urbanismo

Em declarações à Angop na quinta-feira, o ministro do Urbanismo e Habitação afirmou que foi criado, em Angola, o Comité Nacional do Habitat cuja missão é elaborar a política de urbanismo, tendo em conta as directrizes do programa ONU-Habitat. José Silva garantiu que Angola está a cumprir os objectivos de acesso à habitação, combate à fome e à pobreza, igualdade de género e distribuição de água à

população, em linha com os objectivos delineados pela ONU-Habitat.

Num balanço sobre a participação na reunião de ministros da União Africana responsáveis pelo desenvolvimento urbano, no quadro do programa Habitat III, que terminou ontem em Abuja, Nigéria, José da Silva frisou que os resultados até aqui alcançados em Angola são satisfatórios. "É satisfatório o resultado alcançado até ao momento por Angola, no que diz respeito às metas estabelecidas. O país tem especificidades próprias de uma nação que recupera de um período longo de guerra", referiu o ministro do Urbanismo e Habitação que adiantou que a participação no encontro de Abuja foi uma oportunidade para debater e projectar novos caminhos para responder aos desafios da urbanização e às necessidades de desenvolvimento sustentável.

"A conferência promete ser única no sentido de trazer diferentes actores urbanos, tais como Governos, autoridades locais, sociedade civil, sector privado, instituições académicas e todos os grupos relevantes para rever as políticas urbanas", disse o ministro.

Com uma participação de mais de 50 individualidades, entre ministros, especialistas e profissionais dos sectores de assentamentos humanos e desenvolvimento urbano e os principais parceiros da agenda Habitat de África, a conferência de Abuja teve como objectivo definir a agenda internacional sobre desenvolvimento urbano para as próximas décadas e a posição africana sobre o programa Habitat III.

Angola foi eleita em 2015 membro do Conselho de Governação do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos e tem recebido assistência técnica qualificada, com vista à formulação, de uma política nacional de ordenamento do território e urbanismo..

3. MARÇO

3.1 Alguns edifícios já comercializados

Jornal de Angola

11 De Março de 2016

Texto: Arcângela Rodrigues

Os primeiros edifícios construídos no âmbito do empreendimento "Baía de Luanda" já foram comercializados, estando inscritos vários clientes para a segunda fase, informou ontem o presidente da Comissão Executiva do Projecto Baía de Luanda, Miguel Carneiro.

Miguel Carneiro fez a apresentação dos projectos comerciais e residenciais ao governador da província de Luanda, Higinio Carneiro, que ontem visitou as obras do empreendimento Baía de Luanda".

O presidente da Comissão Executiva do projecto deu a conhecer que o centro residencial do empreendimento está a ser construído junto ao hotel "Panorama", estando já concluídas 60 por cento das infra-estruturas.

"Alguns edifícios já foram erguidos e estamos a preparar-nos para dar início à segunda fase" de construção das habitações, afirmou Miguel Carneiro, acrescentando que a segunda fase prevê a construção de 1.000 apartamentos.

"Os apartamentos são de diversas tipologias e os preços vão de 300 mil a 380 mil dólares", indicou o presidente da Comissão Executiva do Projecto Baía de Luanda, que está a negociar a venda e o financiamento imobiliário com instituições bancárias.

Segundo Miguel Carneiro, a zona comercial em toda a extensão da baía já foi criada e vai ser desenvolvida em cinco fases. As primeiras lojas, disse, já foram abertas e a primeira fase está em período de conclusão.

"O Projecto Baía de Luanda tem uma extensão de 3, I quilómetros de extensão", precisou Miguel Carneiro, acrescentando que as infra-estruturas ficam concluídas no final deste ano, mas, a construção dos apartamentos vai continuar. As obras estão a cargo das empresas "Mota-Engil", "Teixeira Duarte", "Soares da Costa" e "Griner".

Na Baía está a ser edificado o distrito financeiro da cidade de Luanda, será constituído não apenas por instituições bancárias, mas também por empresas do

ramo financeiro, centros de negócios com qualidade, entre outros.

Dos 20 edifícios previstos, o primeiro já encontra-se em fase de avançada de construção e aguarda-se pelo início de outros, enquanto comercializa-se os espaços disponíveis ainda existentes para o mesmo efeito.

3.2 Mobilidade urbana em Luanda carece de medidas urgentes

Jornal O País

16 De Março de 2016

Texto: Domingos Bento

Mover-se de um lado para outro na cidade de Luanda ainda é um exercício bastante difícil para a grande maioria dos cidadãos que escolheram a capital do país para viver e trabalhar. A deficiente rede viária, os engarrafamentos e o mau estado dos passeios criam enormes embaraços à mobilidade dos seus habitantes que, volta e meia, clamam por mudanças urgentes.

Todavia, para contrariar esses embaraços que dificultam a mobilidade urbana, especialistas brasileiros do sector dos transportes e trânsito defenderam ontem, em Luanda, durante um seminário sobre transportes públicos, melhorias urgentes que contribuam para um maior movimento da cidade e aumento da produtividade.

De acordo com Marcos Vinício, professor brasileiro do curso de Transportes e Trânsito, para uma melhor mobilidade urbana em Luanda é preciso um melhoramento significativo da rede viária, dos passeios, iluminação pública e a aposta num sistema de transporte público eficaz e eficiente que iniba as pessoas de usarem viaturas particulares nas horas de pico. Segundo o especialista, esses itens já estão a ser usados em muitas cidades do mundo e têm servido de autênticos aliados na fluidez urbana e os efeitos se reflectem na maior qualidade de vida dos habitantes.

"Quando as pessoas têm à sua disposição uma linha de transporte público funcional, elas não terão a necessidade de usar os carros particulares. Isso evita engarrafamentos e cria maior mobilidade. Mas, para isso, todo o sistema viário deve funcionar", frisou.

Para Marcos Vinício, diferente Cios que existem hoje em Luanda, os transportes públicos devem ser uma mais-valia no processo da mobilidade urbana, transportando as pessoas com segurança, conforto e rapidez a um preço que esteja ao alcance de qualquer habitante. "Se a ideia é implementarmos uma melhor mobilidade urbana, então os transportes públicos não podem ser uma dor de cabeça ao ponto de serem

vistos como um inferno. Eu, enquanto cidadão, devo me sentir bem dentro de um autocarro ou outro meio público", explicou.

De acordo ainda com o professor, todas as medidas criadas com vista a garantir maior mobilidade urbana devem estar acompanhadas de uma doze de educação para se evitar situações constrangedoras, assim como os atropelamentos que são muito frequentes em Luanda.

"Quanto mais educação as pessoas tiverem, menos punição terão. É preciso educar as pessoas para garantir melhor educação na via".

Já Artur Dias, outro palestrante brasileiro no seminário sobre transporte público, organizado pela empresa Macon, esclareceu que Luanda deve adoptar políticas de mobilidade urbana que assentem na liberdade e respeito pelas normas da boa convivência social. Na voz do especialista, à semelhança de outras cidades do mundo, a capital do país deve criar condições que permitam a deslocação dos cidadãos de um ponto para outro sem interrupções nem limitações.

"É preciso que todos sintam-se parte da cidade. E isso começa pelas infra-estruturas que devem estar preparadas para acolher quaisquer tipos de pessoas e meios", disse.

3.3 Politec investe USD 5 milhões na construção da Urbanização Boa Vida

Jornal O País

1 De Março de 2016

Texto: Brenda Sambo

A nova Urbanização Boa Vida é um complexo habitacional com condomínios fechados e independentes, localizado no município de Belas, na via Expresso, numa área extensiva de 722 mil metros quadrados, equivalente a 72 hectares. Do lado esquerdo situa-se a área comercial com 112 lojas duplex, com S4 metros quadrados no piso de baixo e S4 metros quadrados no de cima. Do lado direito, ergue-se um edifício de 2 pisos para escritórios, onde se encontra o comité do MPLA.

O eixo principal da via será coberto de vários serviços, desde escolas, com patente internacional, um hotel, duas creches, quadra desportiva, ginásio, salão de festas, clínica e também a SPA, e outros serviços. Este complexo, onde foram investidos USD 5 milhões, oriundos de fundos próprios, é composto por cinco condomínios, sendo um deles denominado

"Country State". Cada condomínio, que possui uma entrada independente e muro divisório, à entrada contará com uma área de lazer e a sua quadra desportiva.

Segundo o vice-presidente da Politec Investimentos, a infra-estrutura representa um novo conceito de uma pequena cidade satélite, construída dentro do novo plano urbanístico da cidade de Luanda, que vai proporcionar novas condições e benefícios tanto para os moradores da Urbanização Boa Vida como para as pessoas que vivem ao redor, através dos serviços implementados dentro da urbanização. Nenhum outro projecto privado possui as mesmas condições de diversificação, desde lojas de conveniência, supermercados, escolas, farmácias etc, sendo muito mais compacto que a cidade do Kilamba.

O novo empreendimento, ainda em construção, apresenta preços 30% a 40% abaixo do preço do mercado, um dos argumentos que utiliza face à concorrência.

Comercialização, preços e investidores

De momento, apenas se encontram a ser comercializados dois dos condomínios.

A primeira tipologia de casa, é a T3 denominada T3 'Terria'. Tem uma área de 70 metros quadrados, estando representada num lote de 360 a 540 metros quadrados. A T3 duplex, que também serve de casa modelo, é a que já se encontra erguida de momento. Refira-se que o maior apartamento dos quatro condomínios é o T5, com uma área de construção de 440 metros quadrados, podendo estar enquadrado num lote de 900 a 1.800 metros quadrados.

A gerente comercial da Politec Investimentos, Gisela Silva, ao referir-se à qualidade do imóvel bem como aos preços propostos, adiantou que, para além da energia da rede, os condomínios serão equipados com um gerador de reserva, e também um tanque de 10 mil litros por cada residência, tendo cada condomínio segurança e gestão independente. O saneamento básico da Urbanização Boa Vida ficará a cargo de uma empresa especializada. Gisela Silva acrescentou que, para além de residir, o morador passará a usufruir de todos os serviços existentes no projecto como agências bancárias, restaurantes, pastelarias, lavandarias, centro comercial, escola, clínica e SPA, que estarão no eixo principal da Urbanização Boa Vida.

A infra-estrutura propõe formas especiais de pagamento para o seu extenso leque de produtos. O pagamento é feito de três formas, podendo ser a pronto ou a prestações ou ainda através de recurso ao

crédito bancário. A renda resolúvel ainda não está ser praticada. Quanto aos preços, variam entre USD 300 mil (um T3) e USD 1 milhão, no caso do T5.

No que concerne à adesão das pessoas ao projecto, Gisela Santos disse que tem sido "massiva e positiva, desde o momento que foi lançada a pedra há dois anos, pois o projecto está a ser construído de acordo com os gostos dos angolanos. São casas espaçosas com grande conforto, com algo que o angolano procura, o espaço". Adiantou que neste momento 90% do centro comercial se encontra vendido e será entregue daqui a 15 dias, assim como também se encontram erguidas 315 casas que serão entregues em Julho de 2017, salvo algumas cuja entrega será feita em Janeiro e Fevereiro do próximo ano. Quando concluído, o projecto contará com cerca de 1.000 residências. A Politec está aberta a possíveis investidores que queiram investir na Urbanização Boa Vida, referiu ainda Gisela Silva.

3.4 Condomínio Boa Vida investe 500 milhões de dólares

Novo Jornal

4 De Março de 2016

Texto: Dulcineia Lafua

Um projecto imobiliário denominado Boavida, avaliado em 500 milhões de dólares, foi apresentado esta semana, em Luanda, por uma consultora do ramo.

Localizada na Via Expresso, a primeira faseado empreendimento que será lançado em Julho de 2017, contará com cinco condomínios, num total de 732 lotes e centros comerciais que comportarão 112 lojas, 3 creches, ginásios, salas de cinema, escolas, hotéis, além de um sistema de segurança 24 sob 24 horas.

Este projecto arquitectónico está a cargo da empresa Politec, tendo já sido vendidos 90% dos espaços do centro comercial, cujas instalações estão na fase final e os restantes imóveis numa percentagem de 70 por cento também já comercializados ao longo de 2015 e no princípio do ano em curso.

"Aqui o cliente terá a possibilidade de escolher o lote onde se situará a sua casa. Um apartamento do tipo T3 custará 401 mil dólares. O modelo T3 462.690 dólares e o T4, 1.019.801 dólares, sendo que os valores variam segundo a área de localização do lote",deram a conhecer Ellen Silva durante a cerimónia de apresentação do projecto pela consultora.

Por seu lado, o vice-presidente da Politec, Wojchiech Dowbor, revelou-se pessimista quanto à concorrência no sector imobiliário, dada a actual situação de crise que o País atravessa, onde, "só irão sobreviver empresas que estudaram o mercado e que fizeram projectos para o comprador nacional conhecendo a sua cultura e a forma de viver em Angola".

De acordo com Dowbor, o material utilizado na empreitada é quase na totalidade importado, mas resta ainda um ano e meio para a conclusão das casas sendo importante agora investir mais na produção nacional, nomeadamente no cimento e ferragens. A empresa está a negociar uma linha de crédito com a Polónia, da qual fazem parte dois bancos polacos, no sentido de viabilizar a importação de material de acabamento sem elevados desembolsos.

3.5 Metade dos moradores do Kilamba já começou a pagar prestações em atraso

Jornal Expansão

4 De Março de 2016

Texto: Neusa João

Cerca de metade dos moradores da centralidade do Kilamba já começou a pagar as prestações em atraso referentes a 2015, revelou ao Expansão o porta-voz da Imogestim. Segundo Mário Guerra, " os pagamentos estão a ser feitos em kwanzas, ao câmbio da data de assinatura dos contratos", conforme previsto, e os moradores que insistirem em não entregar as prestações atrasadas "poderão ver os seus contratos rescindidos".

"Os pagamentos já não estão indexados ao dólar americano", lembrou o porta-voz, garantindo que "as cobranças serão efectuadas sempre nestes moldes".

Quanto aos moradores que continuarem sem pagar nos próximos meses, disse, "a Imogestim vai rescindir os contratos".

A Comissão de Moradores, a Associação Angolana dos Direitos dos Consumidores (AADIC) e alguns moradores, recorde-se, reuniram em Fevereiro, tendo ficado decidido que apenas seriam feitos os pagamentos das prestações de 2016.

De acordo com a AADIC, os moradores não podem ser considerados responsáveis pelas cobranças em atraso por parte da Imogestim, pelo que a empresa responsável pela gestão da centralidade não pode exigir o pagamento nos moldes previstos, ou seja, através da liquidação de duas prestações por mês.

Na reunião, que teve como palavra de ordem "Vamos pagar sim, mas com justiça", ficou acordado que, ao fazerem os pagamentos, os moradores devem referir que estão a liquidar prestações de 2016, devendo ficar com uma cópia do bordereaux do banco entregue à Imogestin.

"A Imogestin faz o Executivo acreditar que os moradores não querem pagar, mas tal não constitui a verdade. Desde o princípio do processo que dissemos que vamos pagar, mas com justiça. Não aceitamos imposições ilegais", lê-se na acta da reunião, a que o Expansão teve acesso.

Imogestin recusa bordereaux

De acordo com o coordenador-geral da Comissão de Moradores, Manuel Victoriano, a Imogestin, entretanto, está a recusar receber os bordereaux entregues por quem apenas está a pagar prestações de 2016.

No entanto, confrontado com esta afirmação, o porta-voz da Imogestin disse não ter como confirmar, alegando que estas são "questão que tem a ver com a área comercial".

"Os moradores não vão pagar duas prestações mensais, porque a Lei do Arrendamento não o prevê", garantiu ao Expansão Manuel Victoriano, acrescentando que "pela condição social que o País vive, não temos como pagar dois meses de uma vez".

Na reunião de Fevereiro, a Comissão sugeriu aos moradores a elaboração de um dossier sobre o problema das prestações em atraso para enviar à Provedoria de Justiça, Tribunal Constitucional, Procuradoria-Geral da República, Assembleia Nacional, Casa Civil e Gabinete do Presidente da República, entre outros.

3.6 Moradores do Condomínio Glakeni dizem-se enganados pelo senhorio

Jornal O País

4 De Março de 2016

Texto: André Mussamo

Os moradores do projecto habitacional Glakeni, sito no Zango II acusam a entidade promotora do projecto de lhes ter vendido "gato por lebre".

Segundo os mesmos, as casas do projecto de iniciativa privada com custos a rondar entre os 80 e os 100 mil dólares não reúne condições de habitabilidade e o proprietário recusa-se a completar

os serviços e benefícios prometidos à data do contrato.

O espaço residencial, com 420 casas apenas cerca, de 100 estão habitadas fazendo com que a higienização das restantes residências passa a ser outro problema para os moradores confrontados com a efusão de lixo e capim.

Dizem que o projecto vive sérios problemas de fornecimento de electricidade, tendo neste momento dois transformadores eléctricos avariados, com debilidades na recolha de resíduos sólidos, com fraca limpeza e saneamento, um deficitário fornecimento de água e a insegurança generalizada por falta de vedação ou policiamento regular.

Manuel Rodrigues, eleito em assembleia como coordenador da comissão de moradores, diz que inicialmente a vivencia no complexo podia ser descrita como de "mil maravilhas", até que despoletaram os problemas, o de mais grave dos quais deles é o fornecimento de electricidade.

Os moradores dizem que, por instrução do proprietário do condomínio, inicialmente não pagavam o consumo de electricidade até que à dada altura foram surpreendidos com uma cobrança de 2 mil e quinhentos kwanzas/mês, operação que entretanto durou pouco.

A seguir, foram instruídos para que celebrassem contratos com a então EDEL, todavia, contactada, a mesma empresa de distribuição de electricidade de Luanda, terá recusado celebrar tais contratos, alegando que a zona era "um projecto privado, pelo que a empresa não tinha responsabilidade de fornecer o serviço".

De lá para cá, tem sido uma parada de troca de "galhardetes" entre moradores e o detentor do projecto a quem acusam de "ignorar" as suas reclamações. "O senhor Pedro Neto da Glakeni tem se evitando ao diálogo com a comissão de moradores que representa as pessoas às quais a sua empresa vendeu as casas", Manuel Rodrigues.

Glakeni declina responsabilidade

Contactada, a direcção da imobiliária Glakeni esclarece que é de facto detentora do complexo residencial e que celebrou contratos com entidades públicas e privadas para a construção de casas a serem vendidas aos seus funcionários.

Quanto à promessa de "água e luz", a empresa reconhece que tal benefício vem designado no contrato celebrado mas, esclarece que "aqueles serviços são fornecidos e geridos por empresas

públicas. Enquanto empreiteira, proporcionamos a infra-estrutura, e à data da ocupação os moradores deviam celebrar os respectivos contratos de consumo" com a então EDEL e a EPAL, o que não fizeram.

"Apesar de não ser responsabilidade das construtoras montar a infra-estrutura de média tensão, por exemplo, no fornecimento de electricidade, a Glakeni, tendo em conta a morosidade registadas optou por custear tais investimentos na esperança de ser ressarcida mais tarde" esclarece uma fonte da empreiteira.

A Glakeni reconhece estar em falta no domínio da limpeza das casas desabitadas e a recolha dos resíduos sólidos ao longo do perímetro do complexo, mas considera que está a equacionar uma solução para breve, tal como está engajada uma vez mais na procura de alternativas para os dois transformadores de média tensão avariados.

"Lamentados os constrangimentos, apesar de grande parte deles não serem de directa responsabilidade da Glakeni, mas prometemos que em breve o quadro muda" refere a fonte da construtora que acrescenta ainda que nunca fechou as portas ao diálogo e diz-se estar ao corrente dos passos que são dados pela comissão de moradores' que considera ser "um parceiro indispensável para a procura de soluções aos problemas decorrentes da vivência em condomínio".

3.7 Preços da habitação e escritórios recuam mais de 30% mas a queda não terminou

Jornal Expansão

4 De Março de 2016

Texto: Maurício Vieira Dias

A procura de habitação está a cair em Luanda, fruto da crise económica e financeira, e da saída de muitos expatriados da cidade, levando à baixa de preços, afirmam especialistas do sector.

Também no segmento de escritórios há menos procura. Em ambos os casos, os preços por metro quadrado, para arrendamento ou venda, chegaram a recuar mais de 30% desde o ano passado. Os especialistas ouvidos pelo Expansão alertam que a queda vai continuar, porque os preços são "desajustados".

Em 2014, por exemplo, o preço por metro quadrado de um apartamento novo de tipologia T3, no centro

de Luanda, podia atingir 11.800 USD. Actualmente (ver infografia nas páginas seguintes), está estimado em 8 mil USD, uma queda de quase 33%, segundo contas do Expansão baseadas no Relatório de Mercado Imobiliário da Abacus, referente a 2014, com uma actualização de valores feita pela Proimóveis.

Também no centro, o custo por metro quadrado de um apartamento usado, em 2014, podia chegar a 8.000 mil USD; hoje, o valor não ultrapassa os 5.500 USD, uma queda de 31%, em linha com a de imóveis novos.

Em Talatona, a Sul de Luanda, cenário não é diferente. Residências T3 cujo metro quadrado podia valer 7.000 USD, hoje estão a ser comercializadas por 6.000 USD - menos 14%.

Ao Expansão, Cléber Corrêa, director-geral da Proimóveis, garante que a queda nos preços se regista "em todos os segmentos do mercado imobiliário", com realce para o arrendamento de casas antigas. Mas, afirma, no seguimento prime o cenário é semelhante. "É a lei da oferta e da procura em acção. Quando a procura diminui, o preço também baixa, tendo em conta que a oferta aumenta", explica.

Segundo Cléber Corrêa, as zonas que mais registam desvalorizações nos preços dos projectos habitacionais são aquelas que estão fora do 'casco urbano', como Camama, Benfica e Viana. "Quanto mais longe o imóvel estiver do centro, menor é a procura e também menor é o preço", diz o especialista.

3.8 Preços da habitação e escritórios recuam mais de 30% mas a queda não terminou

Jornal Expansão

4 De Março de 2016

Texto: Maurício Vieira Dias

A procura de habitação está a cair em Luanda, fruto da crise económica e financeira, e da saída de muitos expatriados da cidade, levando à baixa de preços, afirmam especialistas do sector.

Também no segmento de escritórios há menos procura. Em ambos os casos, os preços por metro quadrado, para arrendamento ou venda, chegaram a recuar mais de 30% desde o ano passado. Os especialistas ouvidos pelo Expansão alertam que a

queda vai continuar, porque os preços são "desajustados".

Em 2014, por exemplo, o preço por metro quadrado de um apartamento novo de tipologia T3, no centro de Luanda, podia atingir 11.800 USD. Actualmente (ver infografia nas páginas seguintes), está estimado em 8 mil USD, uma queda de quase 33%, segundo contas do Expansão baseadas no Relatório de Mercado Imobiliário da Abacus, referente a 2014, com uma actualização de valores feita pela Proimóveis.

Também no centro, o custo por metro quadrado de um apartamento usado, em 2014, podia chegar a 8.000 mil USD; hoje, o valor não ultrapassa os 5.500 USD, uma queda de 31%, em linha com a de imóveis novos.

Em Talatona, a Sul de Luanda, cenário não é diferente. Residências T3 cujo metro quadrado podia valer 7.000 USD, hoje estão a ser comercializadas por 6.000 USD - menos 14%.

Ao Expansão, Cléber Corrêa, director-geral da Proimóveis, garante que a queda nos preços se regista "em todos os segmentos do mercado imobiliário", com realce para o arrendamento de casas antigas. Mas, afirma, no seguimento prime o cenário é semelhante. "É a lei da oferta e da procura em acção. Quando a procura diminui, o preço também baixa, tendo em conta que a oferta aumenta", explica.

Segundo Cléber Corrêa, as zonas que mais registam desvalorizações nos preços dos projetos habitacionais são aquelas que estão fora do 'casco urbano', como Camama, Benfica e Viana. "Quanto mais longe o imóvel estiver do centro, menor é a procura e também menor é o preço", diz o especialista.

Acabou-se o "tempo da "bonança em Angola"

"O tempo da abonança já se foi. Hoje, em Angola, dificilmente se vende uma vivenda por mais de dois milhões USD, como no passado", diz ao Expansão um agente do sector que prefere manter o anonimato. Este, garante, "é o momento de o mercado se ajustar".

No passado, exemplifica, o arrendamento de vivendas em zonas como o Miramar ou Alvalade "podia ter um custo mensal de 45 mil USD. Hoje, só paga este valor quem quer, porque há cada vez mais opções em regiões diferentes".

"O mesmo acontecia nas rendas de apartamentos na Maianga ou Vila Alice, zonas onde os preços rondavam os cinco mil USD por um T2. Hoje, já não

são cobrados estes valores, porque há mais opções", adianta.

O poder de aquisição "baixou significativamente desde o início de 2015", devido à constante queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional, lembra Woljtek Dowbor, vice-presidente da Poltec Investimento, empresa que opera no mercado imobiliário nacional há mais de 15 anos.

Por outro lado, a saída do País de muitos expatriados tem feito com que o mercado de arrendamento de escritórios e residências "tenha vindo a retrair-se", acrescenta,

"O mercado imobiliário estava principalmente focado nas petrolíferas e noutras grandes empresas, tanto para habitação como escritório. Hoje, estas empresas, sobretudo as petrolíferas olham de forma mais atenta para cada kwana que gastam", explica o responsável.

Angola está "desfasada" do mundo

Resultado: "O único mercado com alguma oportunidade de ser comercializável, nesta conjuntura, é o que se situa ente os 1.500 a 3.000 mil USD por metro quadrado, mas é muito difícil conseguir este preço tão baixo com boa qualidade", refere.

Para o empresário, o actual contexto "é completamente diferente" dos anos de 'ouro' do sector imobiliário nacional, quando era possível vender a bruto imóveis a preços entre 5.000 e 6.000 USD por metro quadrado. "Actualmente, quem assim pensa comete um grande erro de cálculo, erro de avaliação de risco", alerta.

Para Cléber Corrêa, a redução na procura - que foi 'arrastada' pela saída de estrangeiros - deve-se a um conjunto de factores, destacando-se razões cambiais. "As empresas, devido ao problema cambial e à consequente falta de liquidez no mercado, dispensaram muitos expatriados, fazendo sobrar imóveis", afirma.

O especialista considera que o ajustamento do mercado vai continuar "uma vez que os preços em Angola ainda são muito desfasados dos praticados no resto do mundo".

Acabou-se o "tempo da "bonança em Angola"

"O tempo da abonança já se foi. Hoje, em Angola, dificilmente se vende uma vivenda por mais de dois milhões USD, como no passado", diz ao Expansão um agente do sector que prefere manter o anonimato. Este, garante, "é o momento de o mercado se ajustar".

No passado, exemplifica, o arrendamento de vivendas em zonas como o Miramar ou Alvalade "podia ter um custo mensal de 45 mil USD. Hoje, só paga este valor quem quer, porque há cada vez mais opções em regiões diferentes".

"O mesmo acontecia nas rendas de apartamentos na Maianga ou Vila Alice, zonas onde os preços rondavam os cinco mil USD por um T2. Hoje, já não são cobrados estes valores, porque há mais opções", adianta.

O poder de aquisição "baixou significativamente desde o início de 2015", devido à constante queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional, lembra Woljtek Dowbor, vice-presidente da Poltec Investimento, empresa que opera no mercado imobiliário nacional há mais de 15 anos.

Por outro lado, a saída do País de muitos expatriados tem feito com que o mercado de arrendamento de escritórios e residências "tenha vindo a retrair-se", acrescenta,

"O mercado imobiliário estava principalmente focado nas petrolíferas e noutras grandes empresas, tanto para habitação como escritório. Hoje, estas empresas, sobretudo as petrolíferas olham de forma mais atenta para cada kwana que gastam", explica o responsável.

Angola está "desfasada" do mundo Resultado: "O único mercado com alguma oportunidade de ser comercializável, nesta conjuntura, é o que se situa entre os 1.500 a 3.000 mil USD por metro quadrado, mas é muito difícil conseguir este preço tão baixo com boa qualidade", refere.

Para o empresário, o actual contexto "é completamente diferente" dos anos de 'ouro' do sector imobiliário nacional, quando era possível vender a bruto imóveis a preços entre 5.000 e 6.000 USD por metro quadrado. "Actualmente, quem assim pensa comete um grande erro de cálculo, erro de avaliação de risco", alerta.

Para Cléber Corrêa, a redução na procura - que foi 'arrastada' pela saída de estrangeiros - deve-se a um conjunto de factores, destacando-se razões cambiais. "As empresas, devido ao problema cambial e à consequente falta de liquidez no mercado, dispensaram muitos expatriados, fazendo sobrar imóveis", afirma.

O especialista considera que o ajustamento do mercado vai continuar "uma vez que os preços em Angola ainda são muito desfasados dos praticados no resto do mundo".

3.9 Preços em queda em Luanda *Jornal Expansão* 4 De Março 2016

Zonas	Estado	Venda/m ²	Venda actual	Arrendamento (mês/m ²)
Prime	Novo	8.000-11.900	6000 - 8000	150-200
	Usado	5.000-9.000	4000 - 6000	90-135
Central	Novo	7.100-2.500	6000 - 7000	90-160
	Usado	3.500-5.000	2500 - 3500	80-120
Praia do Bispo	Novo	N.D	N.D.	N.D
	Usado	N.D	N.D.	N.D
Talatona	Novo	5.500-7.300	média 6500	95-110
	Usado	N.D	3500 - 5000	90-100

Residencial				Comercial			
Valor	Estado	Metragem	Localização	Valor	Estado	Metragem	Localização
4.000-7000	Novo	55m ² -4000	4.000 a 3.000	N.D	N.D	4.000 a 3.000	N.D
2500-3500	Usado	1500-3000	1.500 a 1.000	1.500 a 1.000	Usado	1.500 a 1.000	1.500 a 1.000
8.000-11.900	Novo	8000-9000	12.000 a 2.000	2.000 a 1.000	N.D	N.D	N.D
4.500 a 8.000	Usado	3000-5000	4.000 a 3.000	2.000 a 1.000	N.D	N.D	N.D
1.200-2.000	Novo	1100-4000	9.000 a 11.000	4.000 a 1.000	N.D	N.D	N.D
1.500-4.000	Usado	1800-3500	1.300-11.000	1.500 a 1.000	2.500-5.500	2.000-3.000	4.000
1.900-2.200	Novo	1175-1.900	1.300-3.000	400 a 300	3.000-3.000	1.500-1.500	N.D
1.000-2.200	Usado	1.000-1.300	N.D	300 a 200	N.D	1.000-1.300	300 a 200
1.000-2.200	Novo	1150-1.800	1.300-4.000	400	N.D	N.D	N.D
1.500-1.800	Usado	N.D	N.D	400 a 1.000	N.D	N.D	300 a 500
1.500-1.800	Novo	900-1300	1.000-4.000	400 a 1.000	3.000-5.000	1.000-4.000	400 a 500
600-1.300	Usado	N.D	N.D	400 a 1.000	N.D	N.D	400 a 500

3.10 Programa sectorial responde objectivos *Jornal Economia e Finanças* 4 De Março de 2016

O ministro do Urbanismo e Habitação, José da Silva, afirmou que o programa multisectorial executado pelo Executivo angolano responde aos objectivos delineados pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos (UN-HABITAT).

Em entrevista à Angop para uma abordagem sobre a participação do país na reunião de ministros da União Africana, responsáveis pelo desenvolvimento urbano sobre habitat III que decorreu até o dia 27, em Abuja, Nigéria, José da Silva frisou que Angola tem

cumprido as directrizes emanadas pelo programa da ONU.

"É bastante satisfatório o resultado alcançado até ao momento por Angola no que diz respeito às metas estabelecidas pelo ONU-Habitat. Angola tem especificidades próprias de um país que recupera de uma longa guerra", referiu.

De acordo com José da Silva, o país tem estado a cumprir na íntegra os objectivos ligados à organização, acesso à habitação, combate à pobreza e à fome, igualdade do género e água para todos.

Desafios do sector

O ministro avançou que, para responder aos desafios do sector, foi criado, pelo Chefe do Executivo, o Comité Nacional do Habitat cuja missão é elaborar a política do urbanismo, tendo em conta as directrizes do UN-Habitat.

Sobre a participação no encontro, o ministro adiantou que foi uma oportunidade para debater e projectar novos caminhos para responder aos desafios da urbanização e às oportunidades que isso oferece para a implementação de objectivos de desenvolvimento sustentável.

"A conferência juntou diferentes actores, tais como governos, autoridades locais, sociedade civil, sector privado, instituições académicas e todos os grupos relevantes para revisar as políticas urbanas", disse o ministro.

A reunião teve como finalidade definir a agenda internacional em matéria de desenvolvimento urbano para as próximas décadas e a posição comum africana sobre o habitat III.

O evento juntou cerca de 50 participantes, dentre ministros, decisores políticos, especialistas e profissionais das áreas, sectores de assentamentos humanos e desenvolvimento urbano, bem como os principais parceiros da agenda habitat da África.

3.11 Projecto "Boa Vida" nasce na via expresso

Jornal Economia e Finanças

4 De Março de 2016

Texto: André Sibi

Um total de 730 apartamentos, com a tipologia T3, T4 e TS estão a ser construídos pela empresa angolana "Politec Investimentos", num projecto habitacional denominado "Urbanização Boa Vida", localizado na zona Sul de Luanda.

Segundo a gerente comercial e institucional da empresa, Gisela dos Santos, que falava à imprensa, durante a cerimónia que marcou a apresentação pública do projecto habitacional, a meta é colocar à disposição do consumidor angolano, mais uma "urbanização com um estilo de vida moderno e serviços à altura da necessidade dos clientes".

Com um investimento de 500 milhões de dólares (79 mil milhões de kwanzas), depois de concluída, explicou, a urbanização terá um total de 730 residências distribuídas em cinco condomínios fechados de 150 a 205 casas, com infra-estruturas sociais, culturais e financeiras.

Destes serviços destacam-se zonas comerciais, escritórios, hotel de 60 suites, ginásio, SPA, clínica, creche, quadra polivalente, supermercado, restaurante, dependências bancárias, salão de festas, bem como 102 lojas e uma escola do I e 11 Ciclos, respectivamente.

Projecto

A responsável assegurou que as dimensões das residências variam de acordo com a tipologia. Por exemplo, as casas T3 contarão com uma área de 150 metros quadrados, sendo que estarão num lote de 360 metros. Já as residências TS, as de alto padrão, possuem um total de 1.080 metros quadros.

Para ela, a "Urbanização Boa Vida" vem dar resposta a procura que este segmento tem tido.

"As residências em termos de estrutura e preço vão de encontro às necessidades dos nossos clientes e ao momento actual da economia", disse.

Preços

Durante a apresentação do projecto, a gerente informou que os preços variam entre 300 mil dólares norte-americanos ou o equivalente em kwanzas e até um milhão, tendo como principais clientes a classe média alta.

O pagamento pode ser feito em duas prestações ou a pronto pagamento. Segundo destacou, na modalidade de pronto pagamento, o cliente poderá beneficiar de cinco por cento de desconto.

Para os que pretendem adquirir em duas prestações, os proponentes pagam, numa primeira

fase 50 por cento do valor total da residência e o restante em 20 prestações mensais.

Até ao mês de Junho de 2017 será concluída a primeira fase das obras do projecto habitacional, que espera "conferir conforto e bem-estar aos compradores de classe média alta".

Construção

Por sua vez, o vice-presidente da Politec Investimentos, Wojciech Dowbor, assegurou que os edifícios estão a ser erguidos com material de construção que garantem qualidade aos habitantes.

Quanto ao nível de execução das obras, o responsável assegurou que estão avançadas em 30 por cento.

A Politec Investimentos é uma empresa de capitais mistos, com sócios angolanos e polacos, e emprega um total de 700 trabalhadores, entre angolanos e expatriados.

3.12 Um período "difícil que tornará mais forte quem for mais flexível

Jornal Expansão

4 De Março de 2016

Texto: Maurício Vieira Dias

O ponto da situação do mercado imobiliário levanta muitas dúvidas nos tempos que correm, considera Francisco Barros Virgolino, director da Proprime, empresa de consultoria e avaliação imobiliária.

Para o responsável, o problema dos preços no sector deriva do facto de a economia nacional continuar alicerçada nas actividades petrolíferas e na desvalorização da moeda nacional.

Estes factores, defende, num artigo publicado no portal Finanças Imobiliário, causaram uma "travagem no dinamismo do sector imobiliário", dada a falta de liquidez que atinge a economia de Angola.

Francisco Barros Virgolino lembra que, em 2015, a desvalorização da moeda nacional fez com que muitos particulares se "refugiassem" no sector imobiliário, como forma de se defenderem. Naquele contexto, as mediadoras imobiliárias fizeram negócios no centro da cidade de Luanda.

No segmento do arrendamento que, segundo Francisco Virgolino, continua ser a opção dominante, principalmente no acesso à habitação, os valores têm

observado "alguma contracção", o que se deve, sobretudo, "ao aumento da oferta disponível, como resultado normal das leis de mercado e de equilíbrio entre oferta e procura".

O especialista considera, que em função do actual cenário, não se consegue antecipar como evoluirá o mercado imobiliário nos próximos tempos, dada a sua interligação com a evolução da economia, e, principalmente, com o que respeita ao "investimento público, investimento ex-terno e liquidez do próprio sistema financeiro".

Segundo Francisco Virgolino, 2015 foi "um ano difícil" para o mercado imobiliário angolano, mas também serviu para uma "correcta adequação de recursos". No ano passado, afirma, recorreu-se a novas ferramentas de investimento, "com o propósito de se encontrar soluções para atrair mais capital estrangeiro".

A intenção, defende, é "contribuir para o esforço nacional de diminuição da dependência das receitas do sector petrolífero".

De acordo com o director da Proprime, atravessa-se um período "difícil que tornará mais forte quem for mais flexível e capaz de se adaptar" à nova realidade. "Cautela é a palavra de ordem, neste momento", alerta.

3.13 Acto central na Huíla com entrega de casas

Jornal de Angola

8 De Março de 2016

Texto: Gabriel Bunga

A província da Huíla vai acolher o acto central das celebrações alusivas ao 15 de Março, data que assinala a Expansão da Luta Armada de Libertação Nacional, anunciou ontem, em Luanda, o ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Cândido Van-Dúnem.

Em declarações à imprensa, no final da reunião preparatória do evento, Cândido Van-Dúnem indicou que no âmbito da efeméride é inaugurado na Huíla um condomínio com 54 casas para os antigos combatentes. Na mesma altura também decorre, no Lubango, a reunião do Conselho Consultivo do Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria.

Cândido Van-Dúnem lembrou que a visita que efectuou de 3 a 5 deste mês à Coreia do Sul permitiu a troca de experiências relativas a inserção dos

antigos combatentes em vários projectos de reinserção social. As casas da comuna da Arimba fazem parte de um total de 200 que vão ser distribuídas para ajudar a minimizar uma das grandes carências com que se batem os antigos combatentes e veteranos da pátria, que é de ter uma casa própria. No mês passado, Cândido Van- Dúnem visitou as obras e explicou que as casas vão ser entregues a antigos combatentes, viúvas, órfãos e deficientes físicos.

O Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, no âmbito da sua estratégia, definiu a construção de condomínios de até 200 habitações com pólo académico e integração de posto médico, clínica ou mesmo hospital. Os projectos têm abrangência nacional.

3.14 Imposto Predial Urbano

Jornal Economia e Finanças
11 De Março de 2016

Imposto Predial Urbano (IPU) incide sobre os imóveis, apartamentos, vivendas, edifícios, terrenos, estabelecimentos fabris, comerciais e construções móveis que permanecem num determinado local por um período superior a seis meses e podem estar arrendados ou não. No caso dos prédios arrendados, o imposto incide sobre o valor da renda e aplica-se uma taxa de 15 por cento e para os prédios não arrendados o imposto incide sobre o valor do património, aplica-se uma taxa de 0,5 por cento e pode-se fazer um pagamento único ou em duas prestações. A primeira em Janeiro e a segunda em Julho.

No caso de propriedades com regime de renda resolúvel, paga o imposto quem habita ou usa o imóvel. Ficam isentos do imposto predial urbano, o Estado (ministérios, governos provinciais, administrações municipais e comunais), institutos públicos, associações que gozem do estatuto de utilidade pública, as representações diplomáticas e consulares quando haja reciprocidade, imóveis das instituições religiosas Legalizadas, questão destinados exclusivamente ao culto e os que tenham um valor até ou inferior a cinco milhões de kwanzas.

Quanto às isenções para representações diplomáticas, consulares e instituições religiosas, só é possível mediante um despacho do Ministério das Finanças, a requerimento das entidades interessadas e após o parecer do Ministério das Relações Exteriores e do Instituto para os Assuntos Religiosos.

Para efeito de imposto, o prédio urbano é toda a fracção do território abrangendo os edifícios e construções de qualquer natureza neles incorporados com carácter de permanência, desde que faça parte do património de uma pessoa singular ou colectiva, que, em circunstância normal, possa produzir rendimentos e que tenha quaisquer fins que não sejam a prática da agricultura, silvicultura ou pecuária.

Para se considerar prédio, é preciso observar três elementos: aspecto físico, valor económico, aspecto jurídico e pertencer a uma pessoa singular ou colectiva.

Os prédios são urbanos quando estão numa área urbana, excepto os terrenos para efeitos agrícolas.

Os prédios são rústicos quando estão fora da área urbana, excepto os terrenos para a construção.

Os prédios são mistos quando estão numa área urbana e não urbana.

Provavelmente, as pessoas estarão a perguntar como é que saberemos o valor do imposto a pagar para aqueles imóveis ou construções que ainda não estão inscritas e avaliados.

Os proprietários dos imóveis têm que inscrever os mesmos nas repartições fiscais e posteriormente o chefe de repartição fará um despacho a orientar a avaliação do imóvel para se saber o valor do mesmo. Em função disso, saber-se-á se está isento ou não do pagamento do imposto.

Para se fazer uma avaliação ou reavaliação do imóvel, tem que se seguir alguns critérios. Exemplo: valor base que é administrativo e corresponde ao valor médio do metro quadrado do imóvel e é em função de cada província.

Outro aspecto é a área de cobertura ou de construção que corresponde à dimensão total de cobertura do imóvel medida do limite exterior de construção e as áreas adjacentes (varandas, terraços, jardins e áreas mortas pertencentes ao imóvel). Outro aspecto é o coeficiente de localização.

No caso de um imóvel localizado no Talatona é mais caro do que o que se situa em Viana. O coeficiente de vetustez tem a ver com a idade do imóvel, desde a data de construção até à conclusão do imóvel.

O coeficiente qualidade e conforto combina com as condições mínimas no caso de o imóvel ter água, luz, piscina, garagem, escada rolante ou se for um condomínio.

O coeficiente de afectação tem a ver com um edifício para habitar, escritório, uma indústria ou um centro comercial.

3.15 Oferta habitacional aumenta em Malanje

Jornal Economia e Finanças
11 De Março de 2016

As obras da Centralidade de Malanje poderão arrancar dentro de três meses, com revisão de construção de seis mil apartamentos, no bairro Carreira de Tiro II a cargo empreiteira portuguesa Ingeniun.

A garantia foi dada, recentemente, na cidade de Malanje, pelo director-geral da construtora, Rui Belchior, à saída de uma audiência com o governador provincial, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", e o presidente do Conselho de Administração da Imogestim, Rui Cruz, que visou abordar questões preliminares sobre as obras.

Rui Belchior precisou que os meios logísticos e humanos, necessários para garantir o início da empreitada, estão assegurados, acrescentando que a construção deverá acontecer de forma faseada, devido à dimensão do projecto.

"Nesta altura, estão todas as condições criadas, está identificada a reserva fundiária e as informações que recebemos é e que o governo da província parte das referidas casas foram erguidas nas sedes comunais, de forma a abranger todos os cidadãos e atender as necessidades habitacionais, no interior da província fez de tudo junto do Executivo para trazer o projecto da centralidade", frisou.

O projecto de construção da centralidade, à semelhança de outras províncias, em Malanje, estará sob tutela da Imogestim na condição de empresa gestora das centralidades, novas urbanizações e vivendas do país.

A reserva fundiária da Carreira de Tiro II conta com uma extensão onde será erguida a centralidade e compreende outro espaço destinado à autoconstrução dirigida.

Casas concluídas

Um total de 1.083 residências, das 2.800 previstas, no âmbito dos 200 fogos habitacionais por municípios, está já concluído em 14 dos municípios da província de Malanje, informou, recentemente, o governador, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa".

O governante falava na abertura da I sessão ordinária do conselho provincial de auscultação e concertação social de Malanje, que, entre outros assuntos, analisou a situação socioeconómica da província.

De acordo com o dirigente, numa primeira fase, grande parte das referidas casas forma erguidas nas sedes comunais de forma a abranger todos os cidadãos e entender as necessidades habitacionais, no interior.

Com a construção das moradias, frisou, o governo local cumpre com as suas obrigações relativas à melhor ia da situação habitacional da população.

Segundo o responsável, o processo decomercialização das referidas residências já decorre desde 2015.

Concertação social

Orientada pelo governador provincial, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", na condição de presidente do referido conselho, nele participaram directores e delegados provinciais, administradores municipais, assessores e outros membros do governo, bem como representantes da sociedade civil, religiosos e partidos políticos.

O conselho de auscultação e concertação social é um órgão de consulta do governo da província, que participa na análise dos problemas da província e dos cidadãos, bem como na elaboração, sugestão e opiniões para a resolução dos mesmos.

3.16 Promete ajudar ultrapassar dificuldades económicas

Novo Jornal
11 De Março de 2016

A China tem participado no desenvolvimento urbano em Angola, em particular em Luanda, podendo a sua experiência neste campo ajudar a diversificação económica de Angola, com mais investimento no imobiliário, assim superando as actuais dificuldades económicas.

No artigo "Oportunidades para o novo urbanismo de Angola depois do colapso da economia petrolífera", publicado pela ONG Development Workshop (<http://www.dw.angonet.org>), o investigador Allan Cain sublinha que em países "pós-socialistas" a conversão de terrenos detidos por monopólios estatais para uso urbanístico é uma "oportunidade única", que pode vir a desencadear uma vaga de investimento.

"Aplicar algumas das reformas há muito aguardadas no crédito à habitação, planeamento participativo e descentralização orçamental para municípios pode encorajar os próprios proprietários de habitação e o sector privado a investir no desenvolvimento urbano

e oportunidades de habitação", "estimulando o investimento estrangeiro no sector imobiliário", afirma Cain.

"Angola comprometeu-se a encontrar novas formas de diversificar e fazer crescer a sua economia no novo ambiente de baixos preços das matérias-primas. A experiência chinesa de desenvolvimento urbano, se partilhada, pode comprovar ser tão valiosa como os seus empréstimos", adianta.

Para o "rápido crescimento urbano e económico" na China a partir dos anos 1980, adianta, foi essencial a municipalização e descentralização da governação, a par da maior autonomia financeira das autoridades locais, que tiraram partido do valor dos terrenos arrendando-os ou vendendo direitos de construção a investidores particulares.

As receitas captadas pelas autoridades locais foram depois usadas para financiar habitação social e infra-estruturas urbanas, aumentando o valor imobiliário e gerando maior riqueza e crescimento urbano.

"Tal como na China, as origens da riqueza que faz crescer e sustenta estas cidades são as poupanças dos compradores de casa e dos investidores do sector privado e estes recursos estão por aproveitar em Angola", afirma Cain.

Com a "captura de parte do valor do investimento privado para benefício público", adianta, os municípios podem usar as receitas para "melhorar infra-estruturas e disponibilizar habitação social, promover um ciclo virtuoso e aumentar os valores que acompanham a transformação urbana." Uma das razões da relutância dos investidores até ao momento tem sido a "falta de um mercado de terrenos funcional" em Angola, sendo a resolução das questões relacionadas com a propriedade o "primeiro passo para estimular o envolvimento do sector privado" no financiamento de projectos habitacionais de que o País precisa.

Luanda recebeu o maior empreendimento habitacional da China em África, o projecto Kilamba, composta por 20 mil apartamentos, havendo projectos semelhantes planeados para as restantes 18 províncias, que prevêem 150 mil unidades habitacionais.

O recentemente divulgado "Plano operacional da linha de crédito da China" a Angola, elaborado pelo

governo angolano com as obras a realizar pelas empresas chinesas, prevê a ligação eléctrica a 480 mil casas, a construção e recuperação de mais de 2200 quilómetros de estradas e a construção de 39 sistemas de abastecimento de água.

Com cerca de 155 projectos nos sectores da Saúde, Educação, Transportes, Agricultura, Indústria, entre outros sectores, o Plano tem um custo estimado em 5,2 mil milhões de dólares.

3.17 Sector quê aposta na construção de casas

Jornal de Angola

16 De Março de 2016

Texto: Arão Martins

O sector do Quê, no município de Chicomba, beneficiou da construção de 20 moradias da tipologia T3 e T2 no quadro do programa de 200 moradias por município, disse ontem o administrador do sector.

João Castro disse ao Jornal de Angola que o sector do Quê, com 55.521 habitantes, foi escolhido recentemente para ascender a comuna, daí a colocação de vários serviços.

As habitações destinam-se a funcionários públicos, antigos combatentes, comerciantes e autoridades tradicionais, explicou João Castro que acrescentou:

"Embora a região esteja a registar um certo crescimento, com a colocação de equipamentos sociais e a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, é necessário que faça uma aposta no incentivo dos quadros, para não que abandonem a localidade."

João Castro disse que, no quadro do Programa de Investimentos Públicos e de Combate à Pobreza, já entrou em funcionamento o edifício da administração e foi construído um centro de saúde de referência. João Castro referiu que estão em funcionamento o posto de saúde de Viópio e de Mpulo, onde trabalham seis enfermeiros para cada unidade sanitária.

João Castro avançou que os níveis de crescimento naquela localidade são muito acentuados no sector da Educação, que tem 249 professores, que asseguram as aulas a mais de 10.500 alunos inscritos em 42 escolas do ensino primário ao segundo ciclo do ensino secundário. O processo de alfabetização, disse, também é dinamizado, numa altura em que os adultos estão a aprender a ler e a escrever.

A inauguração do posto policial no sector permitiu conferir maior dignidade aos efectivos da polícia, que aumentaram as suas actividades com vista a manterem a ordem e tranquilidade públicas, disse João Castro.

O sector do Quê, potencialmente agro-pecuário, aposta na produção do milho, feijão, massango e massambala, no âmbito das acções de diversificação da economia na região.

João Castro disse que os apoios que o Governo Provincial da Huíla dá às comunidades permitem dinamizar a actividade do campo. O responsável mostrou-se preocupado com estado das três pontes que dão acesso à localidade, principalmente a ponte sobre o rio Quê.

"A recuperação destes equipamentos deve ser prioridade na comuna, para permitir a circulação segura nos sectores do Viópio e Chicomba Velha."

Sinais de progresso

A administradora municipal de Chicomba, Lúcia Francisco, disse que actualmente são visíveis os sinais de progresso nas comunas e sectores daquela região da província da Huíla.

"A população do Quê e de outras localidades do município precisavam de escolas, hospitais, centros de saúde, residências para os técnicos e da melhoria de outros serviços, daí a aposta das autoridades na execução de programas para mudarem a situação."

Quanto à melhoria das vias de acesso, Lúcia Francisco explicou que os projectos são diferenciados, existindo programas municipais com o orçamento definido e direccionado e outros projectos de investimentos públicos, que são de nível central e provincial, por exigirem maior capacidade de solução.

3.18 Construção de casas sociais continua

Jornal Economia e Finanças
18 De Março de 2016

O estado de execução das obras de construção dos projectos habitacionais das comunas de Nehone e Oshimolo, municípios do Cuanhama, foram radiografados, recentemente, pelo vice-governador para o sector Técnico e Infra-estrutura do Cunene, Cristino Mário Ndeitunga.

Falando à imprensa, à margem de uma visita de constatação da empreitada, referiu que, apesar da situação financeira que o país atravessa, os trabalhos

decorrem a nível satisfatório, com um grau de execução acima de 65 por cento.

Disse que as residências, enquadradas no programa nacional de construção de 200 fogos habitacionais por município, vão minimizar as condições de habitabilidade da população e quadros de diferentes organismos públicos.

Cristino Ndeitunga referiu que o projecto prevê a construção de casas da tipologia T3 por município.

Mais infra-estruturas

Por outro lado, o vice-governador do Cunene para o sector Técnico e Infra-estrutura avaliou a construção de uma escola de 24 salas de aula, na localidade de Onamayaka, do centro médico de Ondova, de projectos habitacionais e os sistemas de abastecimento de água.

Disse que o balanço das empreitadas é positivo pelo facto de as mesmas estarem a decorrer com normalidade.

Cristino Ndeitunga considerou os empreendimentos de grande relevância para o desenvolvimento socioeconómico da região, uma vez que os principais serviços básicos estarão junto das populações rurais.

Em relação ao abastecimento de água nas sedes comunais, referiu que os sistemas de captação e tratamento estão em pleno funcionamento devido às chuvas que se abateram nos últimos dias, permitindo o aumento do lençol freático.

Mais projectos

Ainda a nível da província, este ano, contará com 10 projectos socioeconómicos dos sectores da educação, energia e águas, saúde, construção e urbanismo, a serem implementados no quadro do plano, de investimentos públicos (PIP), informou, recentemente, o director do Gabinete de Estudo e Planeamento do governo local, Óscar Marcelino Kukeinge.

Segundo ele, constam do projecto a construção de quatro novos sistemas de abastecimento de água e bebedouros para o gado nas áreas rurais.

Sobre a agricultura e pescas, a fonte avançou que está assegurada a assistência em sementes e equipamentos de trabalho aos camponeses e aos pescadores.

Devido à situação económica que o país atravessa, não foi possível concluir alguns projectos de 2015; nesta senda, foi transferida para 2016 a conclusão da construção da Sé Catedral de Ondjiva, do edifício das

direcções provinciais e das 600 casas nos seis municípios.

3.19 Imogestim premeia competência

Jornal economia e finanças

18 De Março de 2016

Texto: Manel Barros

A Imogestim, entidade gestora de projectos do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, anunciou, recentemente, em Luanda, os requisitos para os prémios "Projectos de Habitação Social Urbana" e "Concepção de Habitação Rural".

O director executivo da Imogestim, Amarildo Van-Dúnem, disse que os concorrentes podem apresentar as suas propostas, por fazerem o uso predominante de recursos locais, até ao dia 15 de Abri I do ano em curso, sendo que os vencedores em cada categoria receberão um prémio equivalente em kwanzas a 15 mil dólares e um certificado.

Amarildo Van-Dúnem falava durante uma conferência de imprensa sobre a apresentação do processo de candidaturas e os critérios dos referidos prémios, que têm periodicidade bienal.

"Podem candidatar-se aos prémios todos os arquitectos e engenheiros, independentemente da sua nacionalidade, desde que comprovem tal qualidade profissional e ainda Universidades com residência ou sede em Angola", adiantou Amarildo Van-Dúnem.

Os vencedores vão ser anunciados no dia 15 de Junho deste ano, por ocasião ao 18º aniversário da Imogestim. As candidaturas podem ser apresentadas em nome de uma pessoa singular ou colectiva, tendo sempre, qualquer delas, de ser subscrita pelo menos por um arquitecto.

Afirmou que cada universidade pode apresentar até um máximo de três candidaturas

3.20 Mais de um milhão de angolanos afectados pelas mudanças climáticas

Jornal de Angola

22 De Março de 2016

A posição foi sustentada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância em comunicado enviado

ontem à imprensa, em Luanda, a propósito do Dia Mundial da Água, que se assinala hoje.

Entre os efeitos identificados pelo Unicef em Angola e que carecem de análise e de medidas concretas estão as secas prolongadas, mas também as fortes chuvas que se fazem sentir no país, levando a organização e outros parceiros "a incluir o tema nas suas agendas de trabalho", cita a Lusa.

"Quando a água se torna escassa durante as secas, as populações recorrem a água de superfície que muitas vezes é insegura, colocando em risco a vida de muitas crianças e as suas famílias", recorda ainda a Unicef.

Igualmente sobre Angola, a organização das Nações Unidas sublinha a importância do investimento em curso, em parceria com a União Europeia, o Banco Mundial e o Governo angolano, na construção em curso de um centro de formação profissional para o sector das águas, em Onga Zanga, a 15 quilómetros de Catete, arredores de Luanda.

o centro deverá estar concluído em 2017 e permitirá formar os actuais e novos trabalhadores do setor, como forma de contribuir para sistemas de abastecimento de água potável e de tratamento das águas residuais "sustentado por técnicos devidamente qualificados e capazes de dar resposta as necessidades mais urgentes do país".

As secas em Angola afectaram desde 1981 mais de seis milhões de pessoas, segundo a actualização do Plano de Prevenção e Redução do Risco de Desastres. De acordo com o documento, entre 1981 e 2015 registaram-se 12 anos de cheias ou de seca, esta última especialmente grave nos anos de 1989, com 1,9 milhões de pessoas afectadas, e de 2012, quando mais de 1,8 milhões de pessoas sofreram as consequências da falta de chuva, essencialmente no Sul de Angola. "Em termos de impacto dos desastres, o país continua a apresentar uma situação marcada pela ausência ou excesso de água, com secas e inundações que causam danos substanciais anualmente", lê-se no documento.

No período entre janeiro de 2013 e Maio de 2014, a província do Bié sofreu especialmente o efeito das chuvas, com quase 15.000 famílias afectadas, logo seguida do Uíge, com perto de 14.000 famílias atingidas. No plano inverso, Angola vive "com alguma regularidade" ciclos de seca nas províncias do Namibe, Kwanza Sul, Huíla, Kuando Kubango e Cunene, afectando as culturas de massango, massambala, milho e feijão, respectivamente. "Esta situação leva a que as colheitas nestas áreas sejam negativas. Os pontos de água de escorrimentos superficiais não têm recebido quantidades suficientes

de chuvas, antevendo-se uma grande escassez de água nos próximos anos", aponta a revisão do Plano Estratégico de Prevenção e Redução do Risco de Desastres em Angola.

3.21 “Nunca a Imogestin disse que havia dívidas da Sonip”

Jornal O País

24 De Março de 2016

Texto: Milton Manaça

Mário Guerra, o porta-voz da imobiliária Imogestin fala nesta entrevista do início da venda da segunda fase do Kilamba e de outras centralidades marcada para o próximo trimestre. A dado passo, considera que em Angola cometeu-se o erro de o problema da construção de habitações sociais a preços que não estão a alcance de todos os bolsos, fazendo com que muitos se inscrevessem mesmo não reunindo condições para pagar as casas. Entretanto prefere não alimentar polémica, mas realça que me momento algum a sua empresa acusou a Sonangol Imobiliária de ser a responsável por um alegado passivo nas centralidades.

Anunciou-se a venda de casas na centralidade do Dundo, como está nas restantes províncias?

Nós temos a expectativa de iniciar em Abril a comercialização das habitações de Cabinda, a cidade que está mais próxima de iniciar o processo comercial, caso não aconteça nada de anormal. Há outras províncias em que as centralidades estão bastante adiantadas mas que ainda não reúnem as condições de habitabilidade para se iniciar o processo de comercialização das habitações, como a centralidade do Kilemba (no Lubango), a centralidade do Lubito, cuja construção está bastante avançada e as centralidades da Catumbela e Baía Farta.

A execução física dos equipamentos que compõem as centralidades de Benguela e da Huíla está entre os 90 e os 96%, mas temos o problema com as infra-estruturas externas como o fornecimento de água e energia eléctrica e alguma dimensão do saneamento básico dessas centralidades. Essas tarefas não são da competência da gestora dos projectos mas das entidades que dependem do Ministério da energia e água. Da forma como estão desenhadas as coisas, a coordenação cabe ao Ministério do Urbanismo e Habitação e os projectos para a construção de linhas de abastecimento de energia e água existem. Agora, a forma como vão ser executadas e quando, essa resposta a Imogestin para já não as consegue dar. A

informação que temos recebido é que no segundo trimestre deste ano teremos esse problema resolvido e começaremos a comercialização dos apartamentos.

Quanto custarão?

Não lhe posso para já adiantar os preços concretamente, é um pouco difícil. O que lhe posso adiantar, são os critérios avançados pela Comissão Económica do Conselho de Ministros, que são as seguintes: Os preços para as províncias do litoral serão mais baixos que os praticados em Luanda por causa do poder de compra, mas serão mais altos do que os praticados nas províncias do interior, ou seja, o preço de uma habitação no Dundo será inferior da que será vendida no Lobito...

Preço será indexado ao dólar?

Sim, inicialmente vai ser indexado. Tem que haver uma referência ao dólar porque parte dos materiais de construção que encontramos naquelas obras são importados, portanto, não faz sentido não fazer-se essa indexação porque temos materiais incorporados. Mas a partir do momento que se estabelece o preço, as pessoas assinam o contrato e o apartamento custa por exemplo o equivalente aos USD 60 mil da banca comercial, deixa de se indexar porque só faz sentido se há materiais importados incorporados na altura, mas depois já não se importa mais nada e deixa de estar indexado ao dólar e passa à taxa de inflação.

Para Luanda, quando está prevista ao arranque da segunda fase?

Também temos expectativas que inicie no segundo trimestre de 2016, porque o problema das infra-estruturas externas é o mesmo. Estamos a falar do Zango (Vila Pacífica).

Mário Guerra, fale-nos um pouco mais do grau de implementação das obras, é ponto assente que a Imogestin recebeu algumas obras inacabadas.

Parte desta pergunta já respondi quando me referia as infra-estruturas externas, agora, é claro que o ritmo foi afectado tendo em conta a situação económica e financeira que nós estamos a viver.

Os recursos estão mais escassos, mas onde já há obra iniciada estão a decorrer a bom ritmo como é o caso do Namibe. Estamos no processo de mobilização de recursos para o início de construção noutras províncias.

O passivo que a Imogestin herdou, de cerca de um milhão e meio, é ou não verdade?

Creio que já esclarecemos esta questão... Nunca o Presidente do Conselho de Administração da Imogestín afirmou que havia dívidas da Sonip. O próprio comunicado da Sonip não indica as circunstâncias em que o PCA da Imogestín terá proferido aquelas declarações. O normal, quando fazemos um comunicado a desmentir certo facto devemos nos referir às circunstâncias em que tal aconteceu. O dia tal, o sítio tal... e isso nem sequer foi referido no comunicado. Agora, não vamos sequer alimentar essa polémica porque não é a postura da Imogestín alimentar guerras através dos órgãos de comunicação social e emitir desmentidos... Isso não abona a favor de ninguém. Se houver problemas a serem resolvidos a Imogestín prefere os meios institucionais para os resolver. De facto, há dívidas que não são imputáveis a Sonip, mas há dívidas dos empreiteiros, dos fiscais e de outros prestadores de serviços que reclamam, e o Estado assumiu este passivo que não são imputados a Sonip.

Muitos clientes dizem-se não estarem esclarecidos sobre as razões que terão levado a Imogestín a submetê-los a receber apartamentos inferiores às tipologias que pagaram?

Isso obriga-me a fazer uma retrospectiva... Como sabe, até certo momento, a gestão desses projectos esteve sob tutela de outra entidade e ocorreu uma série de percalços. Quando a Imogestín assumiu as centralidades e os projectos habitacionais do Estado naturalmente que encontrou apartamentos disponíveis que não eram aqueles que tinham sido previamente contactados, através de comunicados e por abordagem directa com os compradores em que declaramos o que havia disponível era esta tipologia inferior, mas a Imogestín não obrigou ninguém a receber. Pelo contrário, oferecemos outras hipóteses: aceitar a tipologia inferior ou então exigir o reembolso do capital adiantado.

Como está a questão dos clientes que alegadamente perderam os borderoux e que por esta via viram-se impossibilitados de receber os seus apartamentos?

Eu creio que se alguém diz que perdeu o borderoux sempre pode abordar a entidade bancária na qual fez o pagamento e solicitar a segunda via, porque este não é um problema insolúvel, mas as pessoas que dizem que perderam os borderoux e não "conseguem apresentar uma segunda via é difícil de acreditar que efectivamente perderam porque o processo de reclamações tarda a repetir-se. Há pessoas que estavam fora do país e que se aperceberam mais tarde e por isso nós estamos a considerar e a resolver a situação. Portanto, se alguém perdeu o seu comprovativo tem formas de resolver.

Há tempos numa entrevista à Rádio Luanda disse que existem cerca de mil apartamentos ocupados ilegalmente no Kilamba e no Sequele, aliás, uma posição reassumida pelo Dr. Rui Cruz em Dezembro último. Como anda esta situação?

Essa conclusão segundo a qual há mais de mil apartamentos, e para ser mais correcto são mil 234 apartamentos ocupados ilegalmente, é uma dedução. Porque, o Kilamba tem 22 mil apartamentos e a base de dados que nos foi passada pela Sonip contempla apenas 18 mil 768 apartamentos. Se a Sonip nos diz que só vendeu 18 mil 768 apartamentos há essa diferença entre os apartamentos construídos e aqueles que foram vendidos. Significa que essas ocupações não ocorreram por via dos processos normais e nós partimos do princípio que não foram ocupados dentro dessas regras sendo óbvio que eventualmente também possamos admitir que há falhas de uma e outra parte, por isso, à partida não consideramos todos ilegais, vamos fazer abordagens para que as pessoas façam provas que têm do ponto de vista jurídico a titularidade dos apartamentos, porque há quem conseguirá provar e outros não.

A Imogestín já recuperou algum apartamento?

Estamos neste momento no processo de identificação, porque não sabemos quais são esses apartamentos ou a sua localização. Em simultâneo com o processo de notificação, estamos a fazer as pessoas pagarem o ano de 2015, e aos poucos vamos começar a perceber quais são os apartamentos que não foram notificados e posteriormente faremos a prova de titularidade.

Há esse problema das pessoas que entraram por via ilegal e outros que pelo contrário madrugaram, sacrificaram-se em filas mas ficaram sem casa. O que pensa disso?

Não gostaria de fazer especulações... O processo que aconteceu anteriormente coloca-me numa posição constrangedora e não quero fazer críticas a quem esteve antes. Por isso, queremos fazer esse trabalho de identificação para sabermos de facto se as pessoas ocuparam de forma ilegal, porque nós ouvimos, e certamente os senhores também, que mesmos depois de se ter anunciado a transferência para a Imogestín havia histórias de pessoas que continuavam a comprar apartamentos e provavelmente há pessoas nesta condição. É isso que no futuro vamos poder provar.

Qual será o procedimento a ser adoptado para detectar os supostos infractores?

É uma questão de tribunal, e o poder judicial que se pronuncie relativamente a essas matérias... Criou-se uma grande polémica à questão dos pagamentos mensais.

Os clientes estão a pagar?

Sim, estão a pagar. Inicialmente tinham a expectativa de que seria um processo mais difícil e ao contrário do que pensávamos é no Kilamba onde há o maior nível percentual de pagamento. Estive a falar com o Director Financeiro e ele informou-me que percentualmente é no Kilamba onde se regista maior aderência.

Estamos convencidos que a maior parte das pessoas percebeu e vai pagar, mas eventualmente há cidadãos que não têm condições para fazer o pagamento, aquelas por exemplo que adulteraram os comprovativos de rendimento...

O que vai acontecer às pessoas que adulteraram os comprovativos?

Dos contratados também decorrem obrigações e não só direitos. Ninguém foi obrigado a assinar contratos, a grande obrigação do Estado é entregar o imóvel, o fez, e a obrigação de quem compra é fazer a sua parte pagando. O que nós vamos fazer é uma gestão mais pacífica possível oferecendo "timings" razoáveis para as pessoas cumprirem com as suas obrigações, mas ninguém pode ter um bem gratuitamente. Essa é a realidade aplicável a Angola ou a qualquer outro país do mundo. Eu, por exemplo, gostaria ter um apartamento super confortável aqui na baixa da cidade mas não tenho recursos e não me dedico a falsificar documentos para adquirir, mas não quero dizer que todos que têm dificuldades de pagar estejam nesta situação. Há muita gente que foi ao Kilamba e que pensou que aquilo seria uma confusão e não estaria organizada. Se alguém, por honestidade, assumir que não tem condições de pagar deve devolver, é o desejável. Fazemos mal as nossas coisas depois a culpa é do Estado e nunca é nossa. Nós cometemos um erro de Estado em resolver o problema da casa mas o preço não é para todos. Há cidadãos que resolveram não se inscrever porque entenderam que o preço das casas não é para todos, por isso, há muita gente a tentar sair do Kilamba para o KK5000 porque perceberam que o preço é mais baixo. O estado não pode levar todos ao colo, porque muita gente diz não ter possibilidades mas quando estamos fora do país pagamos.

Quanto se deve pagar concretamente?

Cada caso é um caso. Vamos especificar... Por exemplo, no Kilamba, na tipologia T3, os

apartamentos já foram vendidos e o valor da prestação está em função do que já se pagou e da data da assinatura do contrato, por isso é que dois cidadãos a viver em casas com a mesma tipologia podem pagar preços diferentes porque pode haver um que pagou antes e mais. Por outra, há o período de duração, porque uns têm o contrato de 20 anos e outros têm o contrato de 15 anos, sendo que o contrato para os de período mais curto a prestação é mais elevada. É difícil estabelecer um valor da prestação para todos...

A questão da dupla mensalidade ficou ultrapassada?

A cobrança aconteceu no final do ano o que não significa que não é para pagar. A Imogestim não está a dizer as pessoas para pagarem num curto período de tempo. Façamos a seguinte reflexão: na maioria esmagadora dos contratos, o que as pessoas têm é o pagamento de uma prestação única, ou seja uma anual de uma só vez. Se a prestação estava fixada no valor de USD 6 mil que valia a 600 mil kwanzas, que as pessoas têm no contrato é a obrigação de pagar esse valor de uma só vez. O que estamos a fazer é dividir essa prestação de 600 mil por seis, pagando 100 mil por mês o que dá uma dupla prestação por mês. Mas ainda assim, é muito mais favorável do que aquilo que têm no contrato porque quem se recusa a fazer tem de cumprir com o que está estabelecido no contrato que é o de pagar de uma vez.

É preciso que se diga que há pessoas que andam por lá de má-fé e outros que são agitados porque adquiriram de forma ilegal. A Imogestim deixou de indexar os valores à taxa de câmbio... Por isso é que há pessoas a pagarem o valor anual de uma só vez porque entenderam que é muito mais favorável. Aqui em Angola, as pessoas nunca mais vão adquirir habitação com qualidade como as do Kilamba a esse preço, são pessoas sortudas porque a renda resolúvel é subsidiada pelo Estado...

É o arrendatário ou o proprietário que deve pagar o Imposto Predial Urbano (IPU)?

Essa pergunta não deve ser feita a Imogestim, mas sim a quem gere as receitas do Estado, no caso a Agência Geral Tributária (AGT).

Mas faço-lhe o seguinte esclarecimento: não há arrendatário nas centralidades porque são compradores, diz-se renda resolúvel mas não é renda porque no contrato de arrendamento quem paga a renda não fica com o bem. Está a se falar de contratos promessas de habitação com regime de propriedade resolúvel. Agora, eu tenho a minha opinião enquanto jurista mas prefiro não imiscuir-me numa matéria que é do outro órgão.

A responsabilidade da Imogestim nas centralidades termina com a venda dos imóveis?

Sim, e o processo de cobrança das prestações, porque não se pode confundir as centralidades com condomínios, embora cada prédio possa constituir-se nesta linha e é desejável porque os moradores têm que se interessar pelo bem que adquiriram. A nossa responsabilidade é construir, promover a construção e comercializar, as receitas vão para a Conta do Fundo do Activo para o Desenvolvimento Habitacional, que é o fundo do Ministério das Finanças criado para o efeito.

E caso do Nova Vida? Há quem diga que a Imogestim faz mais pelo Nova Vida em relação as outras centralidades

O formato é o mesmo. Isso tem a ver com o passado: Houve uma experiência piloto com o Nova Vida que depois da construção da primeira fase foi constituído um consórcio Nova Vida integrado pela Imogestim e a Africon, uma empresa Sul Africana que fiscalizou essa primeira fase. Esse consórcio fez um contrato com o Estado nos termos do qual fazia a cobrança da energia, da água e de pequenas intervenções de tapa buraco, arranjos nas vias públicas, manutenção das águas residuais... O Estado pagava ao consórcio, por isso, até 2012 ela tinha uma imagem melhor do que existe actualmente, mas o consórcio terminou...

3.22 “Apesar de todos os esforços que o Estado faz em proporcionar habitação ao cidadão este produto não é acessível há uma boa franja da população”

Jornal O País

25 De Março de 2016

Essa pergunta como diriam os juristas é cavilosa (risos). Na condição em que eu me encontro de entidade gestora não posso me pronunciar nesta matéria porque sou parte interessada na defesa... Mas deviam colocar a ordem dos engenheiros, arquitectos e outros especialistas.

O que a Imogestim vai fazer quando acabarem as vendas nas centralidades?

Eu agradeço porque essa pergunta é realmente interessante, porque este é o reflexo da forma como a sociedade olha para nós. Nós somos uma empresa privada com accionistas privados que faz gestão de

projectos de terceiros, mas temos projectos próprios e participados porque o risco na indústria imobiliária é muito grande, sendo certo que a Imogestim não faz apenas gestão de imobiliário. Temos hotéis no Lobito, Ndalatando e Luanda... a Imogestim não se esgota na construção das centralidades e foi por conta da nossa capacidade que o Estado confiou-nos.

O que o KK 5000 oferece?

É um projecto habitacional como outro qualquer com escolas, lojas de conveniência, farmácias e tem de haver a integração de serviços com o Kilamba...

Sequle não tem nenhuma loja de conveniência?

As lojas estão em comercialização. O processo de negociação começou em Março e estamos neste momento em processo de triagem de candidaturas existentes.

Muitos interessados reclamam dos preços?

Não é verdade. Nós tivemos de suspender porque ao cabo de dois dias havia mais de 500 pessoas interessadas em comprar as mais 150 lojas, temos de avaliar com a devida atenção porque o preço do comércio é diferente das habitações. Queremos evitar o que aconteceu no Kilamba em que muita gente comprou e não faz nada com as lojas.

Quais são os benefícios do prémio Kubico?

Parte-se da seguinte constatação. Apesar de todos os esforços que o Estado faz em proporcionar habitação ao cidadão, este produto não é acessível há uma boa franja da população por isso muita gente não tem capacidade de fazer o pagamento da renda resolúvel. É preciso dar resposta a isto, é preciso pensar no que é preciso fazer para dar uma habitação ainda mais acessível aos angolanos.

Ali é que surge a ideia do prémio. Chamamos os especialistas que trabalham com a matéria (engenheiros e arquitectos) para criarem projectos que permitam reduzir o custo da habitação com recurso a materiais locais aprimorando por exemplo, as técnicas de produção do adobe. Por isso é que ela está dividida em habitação social Urbana e rural para permitir que a maioria tenha capacidade. Há também a questão do emprego local e por esta via a geração de impostos. Para os melhores criadores além do prémio de USD 15 mil terão os direitos autorais e quando o Estado ou o privado tiverem interessados deverão pagar e ganharão ainda muito mais.

3.23 Prémios para engenheiros e arquitectos

Jornal de Angola

25 De Março de 2016

A Imogestin lançou a meio do corrente mês o "Prémio Inovação na Concepção de Projectos de Habitação Social", que tem por objectivo estimular a iniciativa e a criatividade de arquitectos, engenheiros e entidades técnicas ligadas ao urbanismo.

A iniciativa pretende contribuir para a inovação nas soluções a encontrar com apelo aos recursos locais, respeitadoras do ambiente, sustentáveis do ponto de vista energético e hídrico e com custos adequados ao nível de rendimento médio da população angolana urbana e rural.

O prémio, subdividido nos segmentos rural e urbano. Foi criado no âmbito da responsabilidade social da empresa, que foi designada em Dezembro de 2014 para gerir alguns projetos habitacionais integrados no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

A Imogestin criou então o "Prémio Inovação na Concepção de Projectos de Habitação Social Urbana" e o "Prémio Inovação na Concepção de Projectos de Habitação Social Rural", para os quais concorrem todos os arquitectos e engenheiros, independentemente da sua nacionalidade, desde que comprovem ter esta qualidade profissional. Podem ainda concorrer Universidades ou Departamentos Universitários com residência ou sede em Angola. O Prémio é atribuído em cada dois anos, segundo o regulamento, que foi aprovado e contou com a contribuição de representantes da Ordem dos Arquitectos e da Ordem dos Engenheiros de Angola.

Os concorrentes devem apresentar a sua proposta sobre o uso predominante de recursos locais, até 15 de Abril, e os vencedores em cada categoria recebem como prémio o valor em kwanzas equivalente a 15 mil dólares e um certificado. Os dois projectos com classificação seguinte ao primeiro lugar receberão um certificado de menção honrosa.

4. ABRIL

4.1 Actividade imobiliária com novo regulamento

Jornal de Angola
2 De Abril 2016
Texto: Ana Paulo

Os agentes e promotores imobiliários do país devem doravante sujeitar as suas actividades ao novo regulamento dos deveres de medidas preventivas e repressivas de combate ao branqueamento de capitais, vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo no sector imobiliário.

O regulamento, que deriva da Lei 34/11 de 12 de Dezembro, Lei do Combate ao Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo, foi apresentado ontem em Luanda aos agentes imobiliários que operam no mercado nacional.

O diploma, que já está em vigor, foi criado com o objectivo de estabelecer medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais, vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo.

A ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, explicou que a Lei 34/11 exige rigor nas comunicações e cumprimento por parte das imobiliárias. De acordo com Branca do Espírito Santo, o Regulamento facilita o cumprimento das obrigações legais e reduz custos, numa altura em que está a ser organizado um site na Internet no qual devem estar disponíveis as informações e formulários necessários à actividade imobiliária.

"Isso vai dar lugar a uma maior interacção e troca de informação entre as instituições angolanas, principalmente as que lidam directamente com esta matéria, como é o caso da Unidade de Informação Financeira", sublinhou.

A ministra defendeu que é necessário disseminar a informação aos agentes imobiliários por via de palestras, o que vai contribuir para um melhor entendimento da matéria e tornar as instituições que operam no mercado imobiliário mais coesas.

O director do Instituto Nacional da Habitação, João Pedro, explicou que o encontro visou dar a conhecer aos promotores imobiliários a existência do regulamento.

4.2 Jovens em Cacula recebem moradias

Jornal de Angola
5 De Abril de 2016
Texto: Arão Martins

Os Jovens do município de Cacula viram minimizada a situação de carência de habitações, após a Inauguração, ontem, de 60 casas sociais, num bairro social, pelo governador João Marcelino Tyipinge, Informou a administradora municipal.

Carme Duarte informou que cada casa está implantada numa área de mil metros quadrados e contam com serviços técnicos, que propiciam uma vivência salutar. "O bairro dispõe de uma rede eléctrica alternada com um gerador superior a 300 KVA, abertura de um furo de água e colocação de um reservatório com capacidade de armazenar mais de 20 mil litros por hora".

Carme Duarte considerou que o bairro social da juventude é inaugurado num momento especial para a História de Angola, por ser entregue numa altura em que se comemora os 14 anos de paz e Reconciliação Nacional.

A administradora referiu que a província e o município promoveram acções concretas no sentido de conferir respostas céleres e eficazes às necessidades dos jovens e do bem-estar social, daí a construção de mais 60 moradias.

"O surgimento do bairro também oferece uma beleza paisagística e de urbanidade ao município da Cacula, que dista a 90 quilómetros a norte da cidade do Lubango", disse Carme Duarte, para acrescentar que, além das casas, as autoridades distribuíram igualmente aos jovens 40 lotes de terrenos para autoconstrução dirigida. Carme Duarte disse que as autoridades provinciais devem reforçar os programas que visem ajudar a baixar a taxa de desemprego dos jovens, o baixo nível de qualificação, principalmente nas profissões de natureza técnica e de empreendedorismo.

4.3 Casas sociais entregues à população

Jornal de Angola
6 De Abril de 2016
Texto: Armando Sapalo e Isidoro Samutula

As municipalidades do Lucapa, Cambulo e Culo, na província da Lunda Norte, contam, cada uma, com 50 casas, das duzentas previstas para cada município, no âmbito do Programa de Fomento Habitacional em curso no país, informou, no domingo, a ministra do Urbanismo e Habitação.

Branca do Espírito Santo fez, no sábado e domingo, a entrega formal das residências do tipo T-3 aos primeiros moradores a nível dos três municípios, no âmbito das festividades do 14º aniversário da assinatura dos acordos de Paz.

O vice-governador provincial da Lunda Norte para o sector Técnico e Infra-estruturas, Lino dos Santos, disse na ocasião que a primeira fase da construção das 200 habitações sociais iniciada em Março do ano 2012 fica concluída no princípio do próximo ano.

Lino dos Santos garantiu que as casas foram construídas de acordo com os modernos padrões de urbanização e em obediência ao impacto ambiental, com a plantação de árvores e reposição do manto vegetal, como forma de evitar a erosão dos solos.

Para dar continuidade à construção de passeios, lancis e colocação de postos de iluminação pública foram contratadas empresas especializadas em projectos de urbanização, informou Lino dos Santos, que lamentou o comportamento de algumas pessoas que vandalizaram as casas e os postos de iluminação pública, depois da conclusão das obras.

Para se evitar mais acções de vandalismo, acrescentou Lino dos Santos, o Governo da província tomou a decisão de apressar a entrega das primeiras 50 casas já concluídas aos moradores, mesmo antes da celebração dos contratos com o Instituto Nacional de Habitação.

O programa prevê a construção de 100 das duzentas casas nas sedes municipais e as restantes nas comunas, com vista à promoção do desenvolvimento harmonioso e atrair os quadros, que asseguram o funcionamento dos serviços da administração pública, disse Lino dos Santos.

O vice-governador provincial adiantou que a segunda fase da execução do Programa de Fomento Habitacional aguarda pela mobilização de recursos financeiros, tendo solicitado a intervenção do Ministério do Urbanismo e Habitação.

Os primeiros moradores foram unânimes em reconhecer a iniciativa do Executivo na construção de casas sociais, contribuindo para a melhoria da situação habitacional das famílias angolanas. Os munícipes do Lucapa, Cambulo e Cuilo destacaram a importância do projecto, considerando que a

iniciativa vai reduzir o problema do défice habitacional e um ponto de partida para a melhoria da imagem das localidades.

Obras nas estradas

O ministro da Construção, Valdemar Alexandre, garantiu que o Executivo trabalha para encontrar "uma solução imediata" para a conclusão dos últimos 40 quilómetros, dos 540 quilómetros da Estrada Nacional 225, que liga os municípios do Tchitado, Lovua, Cuilo, Lubalo, Cagula e Cuango, na província da Lunda Norte. Valdemar Alexandre referi que esse troço "não pode ficar refém dos quilómetros em falta", em função da sua importância para a circulação de pessoas e bens. Acrescentou que o seu sector pondera a alteração do traçado devido a fenómenos naturais, como as ravinas.

"Procuramos nos próximos tempos intervir no troço naquilo que forem as soluções técnicas que o Instituto de Estradas de Angola (INEA) encontrar para satisfazer os interesses da população", sublinhou o ministro, que destacou, igualmente, as obras de reabilitação do troço entre os município do Lucapa e Cambulo, e o da vila de Nzagi ao rio Cassai e da Estrada Nacional 180-A, do Dundo a Nzagi.

Valdemar Pires Alexandre disse que no âmbito dos projectos de investimentos públicos, nesta altura, em função da redução dos recursos financeiros, o Executivo estuda um plano de intervenção na reabilitação de estradas, que tem como prioridade a Estrada Nacional 180-A entre Dundo e Nzagi, cuja execução física está em 30 por cento.

O ministro da Construção disse que outros projectos são desenvolvidos paulatinamente na região, como a ligação entre Lucapa e Cambulo, estrada secundária de vital importância para o desenvolvimento dos projectos mineiros.

4.4 Comunicação da fixação e alteração de residência

Jornal de Angola

8 De Abril de 2016

Texto: Adelina Inácio

Os deputados aprovaram ontem, na especialidade, a Lei sobre Comunicação da Fixação e Alteração de Residência dos Cidadãos, diploma que regula o direito de livre circulação e residência no território nacional pelos cidadãos nacionais e estrangeiros.

O diploma, que recebeu votos contra dos deputados da oposição, consagra o procedimento para o registo

da mobilidade dos cidadãos, junto dos órgãos e serviços da Administração Pública do Estado, Administração Autárquica, Autoridades Tradicionais e outras.

A proposta, que aguarda agora pela votação final global, diz que a falta de registo ou actualização da mobilidade condiciona o acesso aos serviços médicos do Serviço Nacional de Saúde, água, luz, à emissão de atestados de estado civil, económico e de residência, limitação dos benefícios de subvenção dos serviços de saúde, excepto em casos graves. O diploma limita também o acesso aos benefícios municipais, com destaque para os programas habitacionais, impedimento de concessão de residência fiscal, limitação ao acesso ao ensino público geral e à bolsas de estudos.

A proposta de Lei sugere que todos os habitantes duma circunscrição territorial, nacionais ou estrangeiros, são obrigados a prestar informação aos serviços da administração pública sobre fluxos migratórios, com destaque para o acolhimento temporário ou prolongado em residência, mudança de domicílio para qualquer fim, acolhimento para fins de saúde, estudos ou outros.

O diploma esclarece que a Administração Pública deve implementar sistemas simplificados para a recolha de informação a ser prestada pelos cidadãos nacionais e estrangeiros, através de correio electrónico, existência de formulários digitais, aplicativos de uso simples em telemóvel. O documento propõe que os órgãos e serviços da Administração Pública devem organizar e manter actualizada a informação prestada numa base de dados populacional. A informação, adianta o documento, deve obedecer à legislação em vigor sobre bases de dados e tratamento de informação pessoal, sendo a sua recolha, tratamento e transmissão permitidos apenas entre órgãos e serviços da Administração Pública.

Ainda ontem, os deputados aprovaram a Proposta de Lei da Codificação das Circunscrições Territoriais que tem como objectivo a harmonização da codificação das provinciais, municípios, distritos urbanos e comunas. A proposta de Lei visa definir de forma clara as normas para implementar uma metodologia sobre o regime da codificação nacional, tendo em conta o desenvolvimento urbanístico.

4.5 Comunicação da fixação e alteração de residência

Jornal de Angola

8 De Abril de 2016

Texto: Adelina Inácio

Os deputados aprovaram ontem, na especialidade, a Lei sobre Comunicação da Fixação e Alteração de Residência dos Cidadãos, diploma que regula o direito de livre circulação e residência no território nacional pelos cidadãos nacionais e estrangeiros.

O diploma, que recebeu votos contra dos deputados da oposição, consagra o procedimento para o registo da mobilidade dos cidadãos, junto dos órgãos e serviços da Administração Pública do Estado, Administração Autárquica, Autoridades Tradicionais e outras.

A proposta, que aguarda agora pela votação final global, diz que a falta de registo ou actualização da mobilidade condiciona o acesso aos serviços médicos do Serviço Nacional de Saúde, água, luz, à emissão de atestados de estado civil, económico e de residência, limitação dos benefícios de subvenção dos serviços de saúde, excepto em casos graves. O diploma limita também o acesso aos benefícios municipais, com destaque para os programas habitacionais, impedimento de concessão de residência fiscal, limitação ao acesso ao ensino público geral e à bolsas de estudos.

A proposta de Lei sugere que todos os habitantes duma circunscrição territorial, nacionais ou estrangeiros, são obrigados a prestar informação aos serviços da administração pública sobre fluxos migratórios, com destaque para o acolhimento temporário ou prolongado em residência, mudança de domicílio para qualquer fim, acolhimento para fins de saúde, estudos ou outros.

O diploma esclarece que a Administração Pública deve implementar sistemas simplificados para a recolha de informação a ser prestada pelos cidadãos nacionais e estrangeiros, através de correio electrónico, existência de formulários digitais, aplicativos de uso simples em telemóvel. O documento propõe que os órgãos e serviços da Administração Pública devem organizar e manter actualizada a informação prestada numa base de dados populacional. A informação, adianta o

documento, deve obedecer à legislação em vigor sobre bases de dados e tratamento de informação pessoal, sendo a sua recolha, tratamento e transmissão permitidos apenas entre órgãos e serviços da Administração Pública.

Ainda ontem, os deputados aprovaram a Proposta de Lei da Codificação das Circunscrições Territoriais que tem como objectivo a harmonização da codificação das provinciais, municípios, distritos urbanos e comunas. A proposta de Lei visa definir de forma clara as normas para implementar uma metodologia sobre o regime da codificação nacional, tendo em conta o desenvolvimento urbanístico.

4.6 Oportunidades para o Novo Urbanismo em Angola após a baixa da economia petrolífera

Jornal O País

12 De Abril de 2016

Texto: Allan Cain

Desde o fim da guerra civil em 2002, o governo de Angola tem utilizado as facilidades da linha de crédito chinês apoiada por garantias de fornecimento de petróleo para a reabilitação maciça de infra-estruturas e ganhar prestígio através da construção de projectos urbanos. O mais notório é o empreendimento público-privado da “Centralidade” de Kilamba com 20.000 apartamentos, maior empreendimento urbanístico da China em África. Os apartamentos, numa primeira instância promovido como de habitação social, foram inicialmente muito caros para a maioria da população e o estado teve de recorrer a fundos do seu orçamento habitacional para subsidiar o sistema, e tornar as unidades acessíveis para funcionários públicos de nível médio e superior. Os novos projectos, compreendendo uma estimativa de cento e cinquenta mil unidades, estão previstos para as 18 Províncias em todo o país. Ao serviço desta visão, o sector privado, tanto a nível internacional como local, tem sido um dos principais beneficiários de subvenções da construção do Estado Angolano. Financiamentos estrangeiros, sob a forma de empréstimos garantidos por petróleo, têm estimulado um dos países do continente africano com mais rápido crescimento a lançar-se na construção de habitação. O fluxo financeiro foi sob a forma de linhas de crédito, em vez de verdadeiros investimentos estrangeiros directos (IED). O sector privado, tanto local como internacional, no entanto, tem mostrado relutância em investir o seu próprio

dinheiro no mercado imobiliário desde a deflação dos preços da habitação de luxo especulativos após 2010.

As lacunas na legislação fundiária e a falta de garantias de segurança jurídica são as razões apresentadas pela maioria dos bancos comerciais para a sua taxa de recusa de 86% a dos pedidos de empréstimo (hipoteca). Os construtores imobiliários estrangeiros procuram entretanto acordos de parcerias público-privadas (P3) com intervenientes não estatais que podem fornecer protecção contra as disputas de terras e riscos financeiros.

Angola é a terceira maior economia da África Subsariana com petróleo a representar a quase totalidade das suas exportações e mais de dois terços da receita do governo. A dramática queda de preços de petróleo a partir 2014 até 2016, resultou na redução substancial do orçamento do estado angolano. É improvável que o governo seja capaz de fornecer subsídios para investimento e continuar a construção de novas habitações da mesma forma e ritmo como antes. Entre 2014 e 2016 as dotações orçamentais do estado caíram de US\$ 74 biliões para US\$ 41 biliões. A proporção do PIE representada pelo sector da construção diminuiu de 8 % em 2014 para 3,1 % em 2016.

A entrega significativa de habitações pelo Estado durante a última década, totalizando 172,575 unidades até o final de 2015, tem satisfeito não apenas um importante segmento da classe média e funcionários melhor remunerados, mas criou também grandes expectativas em trabalhadores com salários inferiores, bem como na população urbana pobre economicamente activa, que também procura beneficiar de subvenções à habitação social. A procura não contemplada de habitação na parte inferior da pirâmide está emergindo como um importante impulsionador da economia habitacional. O governo continua empenhado politicamente em cumprir as suas promessas de habitação social, que foram anunciadas pelo Presidente da República em 2008. Na altura, o défice da habitação foi estimado em 1,9 milhões de unidades e o governo traçou um plano para fornecer um milhão dessas unidades. Os recursos que o governo deve ser capaz de mobilizar para fazer isso, porém, já não são tão significativos e são necessárias novas estratégias de mobilização de recursos.

Neste ambiente económico novo e desafiador, um recurso não explorado que poderia ser a chave para a crescente procura no sector de habitação e infra-estruturas urbanas de Angola é "terra". Países pós-socialistas como Angola, Moçambique, Etiópia e a China têm oportunidades únicas através da conversão do monopólio de terras para utilizações urbanas. O crescimento espectacular de propriedade das

idades chinesas durante as últimas três décadas tem sido em grande medida alimentado por valor de captura de terra. O caso frequentemente mencionado é o de Shenzhen, e o seu modelo de desenvolvimento habitacional. A experiência de Shenzhen pode oferecer lições para cidades africanas sobre o que poderia ser replicado ou adaptado; e sobre o que evitar a todo o custo. A decisão da China no início da década de 1980 de promover a municipalização, descentralizar a governação e dar às autoridades locais uma verdadeira autonomia financeira estimulou o rápido crescimento económico e urbano. O activo mais valioso das cidades chinesas foram as terras do Estado, o que conseguiram e foram capazes de arrendar ou vender os direitos de desenvolvimento aos investidores do sector privado. Municípios como Shenzhen foram capazes de utilizar as receitas das vendas de "direitos de uso" e de arrendamento para financiar a habitação social e a prestação de serviços de infra-estrutura urbana para o benefício público. A conversão de terrenos desta forma aumentou os valores imobiliários, gerou mais riqueza e estimulou o rápido crescimento urbano, mas também levou a conflitos com as comunidades rurais na periferia da cidade. O valor de captura de terra é um dos principais recursos empregues pelas cidades globalmente para financiar os orçamentos municipais, às vezes através do desenvolvimento de parcerias com investidores imobiliários e comunidades locais, ou pela tributação de ocupação ou cobrança de taxas por alterações na utilização dos solos. Na China, a origem da riqueza que cresce e sustenta essas cidades é a poupança do proprietário da casa e dos investidores do sector privado. Estes são recursos que permanecem inexplorados em Angola.

As cidades angolanas têm bairros de alta densidade não planeados 'musseques', onde a ocupação das terras permanece não documentada e as habitações sem manutenção. Nos países pós-socialistas como Angola, o Estado tem uma oportunidade única através do registo e de regularização de posse para aumentar os valores da terra e assegurar que parte deste valor é capturada do investimento privado em benefício do público. Os municípios podem utilizar as receitas sob forma de taxas de registo da utilização dos solos e impostos para transferências e melhoria de infra-estruturas e a prestação de habitação social, promovendo um ciclo virtuoso de aumento de valores que acompanham a transformação urbana.

Caso se pretenda abordar a habitação e outras necessidades em Angola, serão necessárias novas fontes de investimento e os recursos não explorados precisam de ser desbloqueados. Tanto o sector privado local como o internacional têm sido até agora

reticente em fornecer o seu próprio financiamento e investir em imóveis devido à fraca posse da terra e à falta de reformas legislativas para tornar um mercado fundiário funcional.

O primeiro passo para estimular o compromisso de participação do sector privado na prestação de financiamento da habitação será resolver os problemas sobre a posse de terra. A implementação de reformas pendentes há muito tempo sobre operações de crédito para habitação, planeamento participativo e descentralização fiscal para municípios, poderia incentivar os proprietários de casas por si e o sector privado a investir no desenvolvimento urbano e habitação de oportunidade. As mesmas reformas são também susceptíveis de estimular o investimento estrangeiro directo (IED) no sector habitacional.

Os registos de Terra e habitação e cadastros municipais estão fora de prazo e precisam de ser actualizados. Apenas alguns milhares de propriedades fora de Luanda, cerca de um milhão de habitações estão totalmente registadas e a pagar regularmente os impostos. Os impostos habitacionais contribuíram apenas em 1,27% das receitas para o orçamento do Estado em 2015. A legislação de posse segura e o mandato as administrações locais formadas para implementar reajustamento da terra e dos aglomerados informais continua por ser finalizada e publicada. A lei sobre créditos hipotecas precisa de ser finalizada permitindo que as instituições financeiras confiem no mercado imobiliário, dando a eles a confiança para investir os seus recursos próprios no mercado habitacional. A descentralização fiscal a partir do orçamento do Estado central para os municípios irá proporcionar incentivos para capturar o valor dos terrenos e investir em infra-estrutura pública que pode resultar em criar mais valor.

Enquanto o governo angolano continua a procurar empréstimos da China dando como garantia a projecção de produção de petróleo, as condições destes empréstimos têm sido renegociadas. Em Junho de 2015 foi acordada uma flexibilização das condições de reembolso destes empréstimos e foram prometidos novos empréstimos de infra-estruturas, vinculados a empresas chinesas, avaliados em US\$ 6 biliões. Angola comprometeu -se, no entanto, a encontrar novas formas de diversificação e crescimento da sua economia no novo ambiente da baixa dos preços das matérias-primas. A experiência da China de desenvolvimento urbano de captura de valor da terra, se for partilhada, poderá vir a ser tão valiosa quanto os seus empréstimos.

Se pretender tornar sustentável urna nova estratégia para financiar o sector habitacional e o crescimento urbano, é fundamental o envolvimento do sector

privado e as próprias famílias, isso depende de um ambiente político forte e um diálogo produtivo entre os sectores, público e privado. As planeadas reformas relacionadas com terrenos urbanos, crédito hipotecário financiamento municipal precisa de ser implementadas a fim de desbloquear oportunidades para responder à enorme demanda por habitação em Angola.

Biografia do autor: Allan Cain é um arquitecto e especialista em planeamento de projectos e desenvolvimento urbano. É o director e Development Workshop Angola.

Ele tem uma licenciatura em Estudos Ambientais, fez estudos de pós-graduação na Associação e Arquitectura (Londres, Reino Unido) e mais estudos especializados em Harvard Business School (em micro finanças e financiamento à habitação). Trabalhou como consultor e conduziu projectos e pesquisa para o Banco Mundial, a UN- Habitat, a União Europeia e é membro dos conselhos de várias instituições de desenvolvimento. Ministrou aulas em universidades na China, Angola, Noruega, África do Sul, Reino Unido e Canadá onde ele é professor visitante na Universidade de Ottawa. Os seus artigos trabalhos têm sido publicados em revistas internacionais. Ele é co-fundador da primeira instituição de micro finanças não bancária de Angola, que foi pioneira em micro-financiamento em Angola.

4.7 Desmobilizados recebem casas

Jornal de Angola

12 De Abril de 2016

Texto: António Gonçalves

Um total de 30 famílias de antigos combatentes e veteranos da pátria, no município do Bocoio, em Benguela, beneficiaram, ontem, de casas, numa cerimónia presidida pelo governador provincial.

Isaac dos Anjos explicou que o programa, de âmbito provincial, além de garantir casas para as famílias dos antigos combatentes, permite que os beneficiários possam praticar a agricultura, pois trata-se de uma agrovila. Isaac dos Anjos salientou que o formato do projecto facilita a colocação de infra-estruturas de saneamento e, por isso, as casas são em forma de meia-lua, concentrando os comportamentos de higiene no meio da aldeia, enquanto a parte traseira é aproveitada para a prática da agricultura.

O governador provincial disse que a execução do projecto prevê que todos os antigos combatentes das várias guerras ocorridas em Angola e residentes no

município do Bocoio estejam concentrados na agrovila.

Para além das residências, a agrovila possui uma escola de seis salas de aulas, para beneficiar 420 alunos, um pavilhão polidesportivo e um jardim infantil. Ainda no Bocoio, o governador provincial de Benguela fez a entrega à população de um centro de tratamento da tuberculose e de um centro materno infantil, que vão trabalhar no Hospital Municipal.

A directora clínica do Hospital Municipal do Bocoio, Delfina Arcanjo, disse que a entrada em funcionamento das duas infra-estruturas sanitárias é uma mais-valia, pelo facto de os utentes dos centros necessitarem de uma área de internamento melhorada. Em média, 30 doentes com tuberculose são atendidos por mês naquela unidade sanitária, onde foram melhoradas as condições infra-estruturais, técnicas e sanitárias.

4.8 Novas urbanizações no Chibodo recebem os primeiros moradores

Jornal de Angola

13 De Abril

Texto: Bernardo Capita

Os apartamentos da Urbanização 4 de Abril, na localidade do Chibodo, em Cabinda, começaram a ser comercializados, após a inauguração do complexo residencial pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo.

A nova Urbanização, localizada a oito quilómetros a norte da cidade de Cabinda, possui 90 edifícios de três andares, com um total de 1.002 apartamentos do tipo T3 e T4. O empreendimento foi construído no quadro do programa habitacional do Executivo angolano.

Depois do corte da fita e do descerramento da placa, a ministra do Urbanismo e Habitação e a governadora provincial de Cabinda, Aldina Catembo, procederam à entrega simbólica das chaves aos primeiros inquilinos da Urbanização.

Os apartamentos são comercializados pela Imogestin no regime de venda pública dirigida, processo destinado às empresas públicas e privadas de capital relevante na economia da província, e por venda pública livre.

Os apartamentos T3 custam o equivalente em kwanzas a 70 mil dólares e os T4 custam 80 mil dólares.

Cada funcionário público, cuja modalidade de pagamento é no sistema de renda resolúvel, paga entre 48 mil e 52 mil kwanzas por mês, conforme o tipo de imóvel, e num período de 20 a 30 anos.

Os interessados vinculados a empresas públicas e privadas devem, antes, efectuar um pagamento de 20 por cento do valor global do apartamento, independentemente da tipologia, e três milhões de kwanzas de garantia e, num período de 12 meses, concluir o pagamento de cerca de nove milhões de kwanzas. Só a partir daí, tem acesso à moradia.

A Urbanização 4 de Abril, com capacidade para mais de seis mil pessoas, dispõe de arruamentos, parques de estacionamento, esquadra policial, centro de saúde e cultural, lojas, sistemas de energia eléctrica e água potável, centro infantil para 240 crianças, uma escola primária e outra do primeiro ciclo, um pavilhão gimnodesportivo e um campo de futebol de onze.

Sonho da casa própria

O acto de entrega das chaves aos primeiros inquilinos ficou marcado por momentos de grande emoção. Ana Tomé, 57 anos, funcionária da Conservatória do Registo Civil de Cabinda há 37 anos, vai morar num apartamento T 4. Com um forte sorriso nos lábios, disse à reportagem do Jornal de Angola que há muito desejava ter casa própria para viver de forma condigna com a família.

Zeferino Mateus, um jovem funcionário público, também manifestou contentamento pela casa que recebeu e elogiou o Executivo por estar a cumprir a promessa de disponibilizar 30 por cento das moradias na Urbanização à juventude.

Novos fogos em Cacongo

Cerimónia idêntica à realizada na Urbanização 4 de Abril teve lugar na aldeia do Zena, município de Cacongo, com a entrega de 148 casas geminadas à população local.

A cerimónia foi testemunha pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, pela governadora provincial de Cabinda, responsáveis locais de distintos sectores e autoridades tradicionais de Cacongo.

As casas são do tipo T3 e foram construídas no âmbito do projecto do Executivo de 200 fogos habitacionais em cada município do país, iniciado em 2002.

O encarregado da fiscalização do projecto, Bongo Conde Pitra, valorizou a qualidade das obras e realçou que o empreiteiro cumpriu com rigor os preceitos da construção civil. As 52 moradias em falta

são concluídas ainda este ano, afirmou. "As casas oferecem boa qualidade para serem habitadas. Vejo alegria total no rosto dos futuros moradores", sublinhou.

Pascoalina Furtado, funcionária pública, primeira inquilina do projecto habitacional da aldeia do Zenga, ao receber a chave da sua moradia das mãos da ministra Branca do Espírito Santo, encorajou o Governo Provincial e o Executivo a continuarem a desenvolver projectos do género para abranger mais jovens que ainda não concretizaram o sonho da casa própria.

O regedor João Capita, da comuna de Dinge, afirmou que só com muitos projectos habitacionais em todo o país os angolanos podem melhorar o nível de vida. João Capita destacou o empenho do Governo Provincial na melhoria das condições de vida das populações.

"Em apenas 14 anos de paz, Angola tornou-se uma referência para muitos países de África."

Obrigações dos inquilinos

A governadora provincial Aldina Catembo afirmou que a Urbanização 4 de Abril "é o maior empreendimento do género na província desde a conquista da Independência Nacional", o que permitiu ao Governo Provincial distribuir as moradias de forma equitativa e transparente a todas as esferas da sociedade, com destaque para a juventude, que beneficiou de 30 por cento das casas, "cumprindo, desse modo, uma das orientações do Presidente José Eduardo dos Santos".

A governadora provincial sublinhou a presença de serviços básicos agregados à Urbanização e apelou aos moradores para cumprirem as cláusulas contratuais, de modo a permitir que investimentos do género tenham continuidade.

"Deve-se cuidar não só das moradias mas também dos espaços comuns para manter um ambiente sadio", afirmou. Aldina Catembo considerou importante o pagamento das taxas de condomínio para garantir a prestação de serviços condigna pela administração da Urbanização.

Combate às assimetrias

A ministra da Urbanização e Habitação, Branca do Espírito Santo, afirmou que a melhor forma de combater as assimetrias sociais consiste em boas políticas nos domínios da Urbanização e fomento habitacional.

A Urbanização 4 de Abril, disse a ministra, reflecte os esforços do Executivo na construção de infra-

estruturas, equipamentos e serviços, como estradas, pontes, portos, aeroportos, escolas e hospitais.

A governadora provincial, Aldina Catembo, anunciou que o Ministério do Urbanismo e Habitação vai, nos próximos tempos, promover a requalificação, a reabilitação e a valorização de centros urbanos e rurais, para permitir a fixação ordenada das populações.

"Pretendemos com isso organizar as comunidades, ordenar o território e proporcionar melhores condições de habitabilidade", concluiu a governadora provincial.

4.9 Centenas de casas sociais foram entregues no Soyo

Jornal de Angola

17 De Abril de 2016

Texto: Jaquelino Figueiredo

A cidade do Soyo ganhou mais 400 casas sociais, entregues ao Governo Provincial do Zaire pela Sonangol e suas associadas, através da Angola LNG.

Trata-se do condomínio "Kinganga Mavákala", construído a cerca de 20 quilómetros do Soyo.

A cerimónia de entrega das moradias do tipo T3 foi testemunhada pelo governador provincial do Zaire, José Joanes André, e enquadra-se nos festejos dos 42 anos de existência da cidade do Soyo, comemorados no passado dia 5 deste mês.

O condomínio "Kinganga Mavákala" possui um complexo escolar, infantário, parque infantil, campo multiuso e um outro de futebol de 11, além de posto policial, de um mercado, de sistemas de captação e abastecimento de água potável e de tratamento de águas residuais e uma central eléctrica.

4.10 Plano de requalificação do Lobito deverá ser aprovado em Junho

Jornal O País

28 De Abril de 2016

Texto: Zuleide de Carvalho

O primeiro passo para a grande transmutação que se espera da cidade dos flamingos foi dado a 25 de Setembro de 2015, quando uma equipa da Ordem dos Arquitectos de Angola se reuniu com o governador Isaac dos Anjos, com o administrador

Municipal do Lobito, Alberto Ngongo, bem como com empresários, autoridades tradicionais e religiosas, docentes e discentes Universitários assim como a sociedade civil.

O encontro visou traçar directrizes que permitam redefinir a estrutura geográfica, económica e social daquela cidade do litoral da província de Benguela, a fim de torná-la num pedaço de terra autónomo e competitivo, capaz de incrementar o PIE nacional e impulsionar activamente o potencial económico do país.

Daí em diante, o Governo provincial lançou um desafio ao empresariado local e à juventude, para que fizessem bom uso do seu intelecto e recursos de forma a engendrem planos que permitam transformar o Lobito numa cidade de sonho, que corresponda às mais elevadas expectativas de cada município.

Desde então, foram expostos quatro projectos que visam internacionalizar o município do Lobito, não só no aspecto físico, como nas relações económicas e turísticas, tendo sido o último apresentado nesta Quarta-feira, pela empresa "Líneas - desenho e engenharia", que ambiciona dotar a cidade de asas, proporcionando-lhe um vôo metaforicamente semelhante ao dos característicos flamingos.

O "Master Plan" explanado abrange a importância da geração de capital financeiro em pé de igualdade com o desenvolvimento sociológico do município, prevendo a criação de um "pulmão" para a cidade semelhante ao Central Park em Nova York, a ampliação do Porto do Lobito, a criação de uma marginal, grandes centros comerciais, novas e eficientes redes rodoviárias, estações eléctricas funcionais, escolas de arte e cultura, museus, turismo ecológico e, evidentemente, um crescimento urbano ultra-moderno e equilibrado.

Das diversas propostas feitas ao Governo Provincial, será aprovada em Junho deste ano uma com carácter duradouro, que poderá ser resultado da compilação dos protótipos recebidos ou do projecto que se apresente mais completo' abrangendo os futuros 30 a 50 anos da cidade dos flamingos, que se esperam dourados.

5. MAIO

5.1 África toma conhecimento dos projectos de habitação

Jornal De Angola

13 De Maio de 2016

Texto: Isidoro Samula

A ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, deu a conhecer em Rabat, os vários projectos urbanísticos e habitacionais em curso no país, com destaque para os programas do Governo relacionados com a requalificação de zonas críticas, o reassentamento humano e a construção de mais habitações com o concurso do sector privado.

Branca do Espírito Santo, que participou no Fórum Ministerial Africano sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano, decorrido entre quarta-feira e ontem na capital marroquina, apresentou aos participantes o Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, criado pelo Executivo.

Em declarações à RNA, a ministra disse que os ministros africanos ficaram a conhecer o programa do Executivo angolano, que visa dotar de habitação condigna as populações. "A experiência de Angola já é conhecida pelos demais países africanos, porquanto organizamos, em 2015, a Conferência Africana de Infra-estruturas, onde algumas entidades que também participaram neste certame tiveram a oportunidade de visitar a Centralidade do Kilamba e constatar que não é uma cidade fantasma, mas habitada e com vida própria", explicou.

Os ministros africanos, disse, ficaram encantados com os padrões urbanísticos e arquitectónicos dos vários projectos habitacionais em curso no país, com destaque para a Cidade do Kilamba. Branca do Espírito Santo disse ter transmitido aos presentes que Angola possui um novo pacote legislativo que regula e incentiva o desenvolvimento urbano, o fomento habitacional.

5.2 Milhares de casas são construídas para professores

Jornal de Angola

13 De Maio de 2016

Texto: Matias Da Costa

Um total de 14 mil residências sociais vão ser construídos em todo o país para os associados do Cofre de Previdência dos Professores, anunciou ontem, no Cuito, o presidente da agremiação.

Miguel Flávio Bongo, que falava no acto da criação do organismo na província do Bié, considerou o oportuno o projecto imobiliário de apoio aos professores e recordou que além de habitações, os associados vão também beneficiar da assistência de saúde, sobretudo em casos de invalidez e morte.

O presidente da agremiação explicou que os associados ao Cofre de Previdência são os professores e trabalhadores administrativos do quadro orgânico do Ministério da Educação.

"Todos os associados vão sofrer um desconto de até três por cento nos seus salários, para a prestação de serviços sociais", esclareceu, para referir que os professores foram informados de que os familiares directos gozam de apoios do órgão.

O Cofre de Previdência conta com parcerias institucionais, como bancos, que vão dar sustentabilidade as realizações do instrumento criado.

O professor João Gomes felicitou a criação do Cofre de Previdência dos Professores e entende ser a oportunidade para o equilíbrio social na vida dos profissionais da Educação.

O sector da Educação na província do Bié controla perto de 14 mil trabalhadores.

5.3 Famílias bem abrigadas

Jornal de Angola

17 De Maio de 2016

A qualidade de vida começa invariavelmente a partir da habitação, sendo fundamental que ela e o espaço circundante tenham condições para assegurar às famílias melhor usufruto.

Ao longo de muitos anos, o parque habitacional conheceu profundas deformações, nalguns casos destruição do que pouco que ainda se mantinha de pé, numa altura em que o crescimento populacional não pára. A procura por um espaço para abrigar famílias, em tempo de conflito armado, contribuiu para uma pressão demográfica sem precedentes na História de Angola independente. O caos urbanístico em muitas zonas, sobretudo a periferia das grandes cidades, aonde milhares de famílias encontravam segurança e sossego, passou a ser inevitável durante muito tempo.

O fim da guerra permitiu não apenas encarar o fardo pesado da herança de destruição do parque habitacional, mas igualmente pôr em marcha um amplo programa de reconstrução.

As instituições do Estado, ao lado de iniciativas privadas, meteram-se em campo para promover a construção de habitações das mais variadas tipologias em todo o país.

Nos últimos anos, foram erguidas milhões de casas, por via das iniciativas já mencionadas, sendo as centralidades um exemplo de que é viável no médio e longo prazos um programa de habitação condigna para todas as famílias. O Executivo Angolano impôs-se o desafio de tomar a habitação condigna não como um luxo ao alcance de uns poucos, mas um meio acessível a todas as famílias angolanas.

Com o exemplo das centralidades erguidas em várias províncias e iniciativas privadas está a ser possível reduzir a demanda por casas e tem jogado um papel importante na regulação do mercado imobiliário.

Foi igualmente criado um processo através do qual os habitantes das áreas precárias e zonas de risco fossem gradualmente realojados em localidades com condições dignas de habitabilidade, uma realidade ainda em curso em todo o país. Apenas para termos uma ideia do impacto daquele último projecto, desde 2010 foram realojadas na localidade do Zango, em Viana, mais de oito mil famílias que viviam em zonas de risco nas zonas periféricas de Luanda.

Não se trata de um processo perfeito, não raras vezes por culpa de alguns que procuram fraudar as instituições com duplo registo, regresso às anteriores de zonas de risco, venda da casa do Estado a si cedida, entre outras práticas condenáveis. Em todo o caso, as autoridades provinciais com processo de realojamento das populações das zonas de risco para locais mais com casas e condições mais condignas estão determinadas a continuar, para bem das famílias. Trata-se, no fundo, de passos modestos mas devidamente programados para gradualmente levar o país a assegurar a renovação do parque habitacional, dar habitabilidade, bem-estar, sustentabilidade, etc. Para grande parte das famílias, a vida nas zonas precárias e de risco constituía um verdadeiro retrocesso e um impedimento à mobilidade social. Com a falta de saneamento, água e luz, viver nas áreas em que milhares de famílias foram retiradas prolongava o ciclo de pobreza extrema em muitas se encontravam.

Angola esteve presente, recentemente, Fórum Ministerial Africano sobre Habitação e

Desenvolvimento Urbano, realizado em Rabat, através de uma delegação chefiada pela ministra do Urbanismo e Habitação. Na capital de Marrocos, a delegação angolana emprestou, para o enriquecimento do certame, a experiência do país no sector, numa altura em que temos alguma coisa a transmitir em matéria de construção de habitação condigna para as famílias. Foi igualmente útil receber importantes recomendações que tenham que ver com a necessidade da adopção de políticas públicas que concorram para dar à população do continente uma habitação condigna.

Trata-se de uma importante iniciativa que visa, entre outros objectivos, instar os Governos africanos no sentido de que a melhor forma de assegurar bem-estar das populações começa pela habitação. E não há dúvidas de que grande parte dos Governos e Estados africanos concebem as suas políticas habitacionais tendo no centro a comodidade, dignidade e sustentabilidade ambiental. Apenas com populações bem abrigadas e saudáveis podemos esperar, como contrapartida, melhor exercício de cidadania, maior participação na criação de riqueza por via do trabalho maior crescimento do PIB e progresso para o país.

Instamos todas as instituições do Estado e privados a dar continuidade a iniciativas que visam dar resposta à crescente demanda por habitação para que haja contínuo equilíbrio entre habitação e crescimento populacional.

Esperemos que as autoridades do sector que superintende a habitação e urbanismo no país saibam fazer bom proveito das recomendações saídas destes importantes fóruns. Neste aspecto, Angola deu e continua a dar passos seguros porque há muito que o Executivo concebe que só pode haver desenvolvimento enquanto as famílias continuam bem abrigadas.

5.4 Nos próximos tempos as estradas esburacadas vão conhecer novas intervenções

Jornal grande notícias

20 De Maio de 2016

Texto: António André

O ministro da Construção, Valdemar Pires Alexandre, falando em jeito de contrariar as alegações do líder do grupo parlamentar da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, que acusou em conferência de imprensa o Executivo angolano de construir as estradas mais caras do mundo, sem qualidade nem durabilidade, disse que a durabilidade de um projecto

de estrada baseia-se no tráfego diário de viaturas o governante, que falou na passada terça-feira (10), no telejornal da Televisão Pública de Angola depois das declarações do dirigente da UNITA, explicou que «as estradas são construídas ou projectadas para um determinado tempo de vida e de um horizonte temporal que garanta alguma viabilidade ao longo da sua exploração, porque o tráfego diário é um dado que não é estático, evolui com o tempo e é necessário alterar as características e o estado da estrada, portanto não é uma afirmação que tem fundamento técnico», disse.

Para o ministro, as obras de construção de novas estradas foram de grande impacto, «vamos recuar um pouco no tempo e recordarmos o cenário como se encontravam as estradas no período pós-conflito, logo que terminou a guerra. Estávamos com o país praticamente paralisado e as estradas estavam num estado de ruína generalizada. Nesta altura deu-se início a um processo de recuperação e, muito rapidamente, em tempo record, reabilitou-se as estradas da malha viária existente, ligando as principais cidades. Agora me questiono, terá sido preferível manter as estradas no estado em que nos encontrávamos? Quantos países no mundo fizeram tal esforço? Não conhecemos o registo de países no mundo em relação a esta matéria. Numa avaliação do custo benefício, toda a nação se orgulha dos resultados do crescimento do país e são visíveis para o povo». Recordou que em 2002 o país não tinha recursos financeiros «e só em 2004 é que teve início o programa de reconstrução nacional com financiamento chinês; foi um esforço muito grande que o governo empreendeu e reconhecemos inúmeros constrangimentos desde os condicionamentos técnicos e humanos inexistentes. Reconhecemos que é natural em qualquer processo que nós realizamos num curto espaço de tempo, que haja alguns erros. Mas mesmo assim, no património de estradas reabilitadas, temos registados 36 por cento que se encontram num estado de degradação, o que nos empenhar muito rapidamente para alterarmos este cenário. O que quer dizer que isto vai decorrer muito brevemente», garantiu.

O ministro adiantou que nos próximos dias vão intervir ou mesmo reabilitar os troços mais críticos das estradas nacionais, como são os casos do eixo que liga Huambo - Benguela, Huambo - Waco Kungo e Luanda -Malanje -Saurimo. O processo de degradação ocorreu muito rapidamente e há a necessidade de se reforçar a estrutura do pavimento, bem como fazer uma aposta nos projectos de drenagem. Nos próximos tempos as estradas vão conhecer uma reparação geral do seu pavimento.

5.5 Mais celeridade no crédito à habitação

Jornal de Angola

22 De Maio de 2015

Texto: João Pedro

O processo de obtenção de crédito à habitação junto dos bancos comerciais ganha celeridade com a criação da Lei sobre Alienação Fiduciária de Imóveis em Garantia, que aguarda a aprovação pelo Conselho de Ministros, anunciou ontem, em Luanda, o assessor do ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

Etiandro Slovan, que falava durante a reunião de auscultação com os agentes imobiliários da Associados Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), adiantou que o novo diploma dá maior garantia às instituições bancárias em cederem crédito habitacional aos seus clientes, oferecendo alternativas em caso de incumprimento no pagamento da dívida.

"Nestes casos, o novo diploma reduz a intervenção judicial e aposta noutras vias alternativas de mediação de conflito onde as partes podem chegara uma resolução que satisfaça as duas partes", disse Etiandro Slovan.

O assessor do ministro da Justiça e dos Direitos Humanos afirmou que a criação da Lei reflecte a preocupação do Executivo angolano em criar condições legislativas e administrativas para melhorar o acesso da população ao crédito bancário para aquisição de imóveis.

"Hoje as instituições bancárias têm muita reserva em ceder créditos habitacionais, pelo facto de haver demora nos processos judiciais quando os clientes não têm condições de liquidar as prestações do crédito solicitado", frisou o assessor do ministro.

Antes da aprovação da lei, o Executivo pretende promover uma discussão pormenorizada de artigo por artigo e testar as soluções, de modo a que os agentes privados encontrem a opção mais viável.

"Ao invés de aprovar uma Lei e não conversar com ninguém, preferimos partir para uma via de diálogo com os agentes imobiliários, uma vez que são as pessoas que, na prática, vão lidar com ela", ressaltou. A reunião de auscultação visou trabalhar nas soluções que vão ao encontro das preocupações e anseios, quer das pessoas que precisam adquirir um imóvel quer daqueles que devem disponibilizar o crédito e ainda das imobiliárias que constroem e vendem as casas.

Sobre o regime de venda de imóveis, Etiandro Slovan afirmou que o processo deve ser simplificado em relação à desocupação dos imóveis em caso de incumprimento no pagamento das prestações, com vista a permitir que a entidade que emprestou o dinheiro possa recuperar o seu investimento e disponibilizar os recursos financeiros a outros clientes.

"Esperamos que com os acertos a serem feitos esta Lei possa ajudar a banca a disponibilizar créditos habitacionais de forma a que a população possa obter a sua casa própria", frisou Cleber Correia da APIMA.

A APIMA foi fundada em Abril de 2008 e congrega arquitectos, juristas, economistas, entre outras áreas profissionais.

5.6 Consórcio privado constrói casas sociais em Angola

Jornal OPAÍS

25 DE Maio de 2016

Um grupo com sede nos Estados Unidos pretende financiar um projecto privado para construir 60.000 habitações sociais em dez províncias de Angola, avaliado em mais de 5 mil milhões de dólares americanos.

A informação consta de uma adenda ao contrato de Abril de 2015 rubricado entre a empresa privada Organizações Ribeirinho e a extinta Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP), dando conta que o financiamento anteriormente contratado falhou.

O valor do investimento "seria integralmente financiado com recurso a fundos alheios provenientes da linha de crédito Astq Hollíngs Corporation, Canadá", financiamento que "não foi possível obter", lê-se no documento de 18 acesso. A adenda ao contrato que não adianta as razões da saída dos investidores canadianos define que o financiamento será agora garantido junto da Salomon Werner Hab Privee Group, com escritórios em Nova Iorque. O projecto envolve empreiteiros angolanos, norte-americanos e italianos para, nos próximos 15 anos, construir 60.000 habitações sociais, num esboço privado angolano, orçado em 5 mil milhões de dólares, o maior empreendimento imobiliário privado do género no país.

"Temos um projecto para 15 anos, vamos fazer um grande esforço porque sabemos a carência que existe, de habitação, no país", explicou na altura aos jornalistas Hernâni Ribeiro, director-geral das

Organizações Ribeirinho, promotor angolano do investimento. 14.000 trabalhadores angolanos e seis mil expatriados, sob administração e gestão de empreiteiros de várias nacionalidades. "Afinal de contas, 60.000 casas não se constroem apenas com um empreiteiro. Temos vários", assegurou Hernâni Ribeiro.

De acordo com os termos do contrato de investimento, conforme noticiado anteriormente pela Lusa, está prevista a construção de 60.000 casas da tipologia T3, de 100 metros quadrados, entre as províncias de Luanda (15.000), Bengo, Zaire, Malanje, Kwanza Sul, Lunda Sul, Moxico, Huambo, Huíla e Benguela.

Ao abrigo da Lei do Investimento Privado, este projecto contará com apoios públicos, nomeadamente a isenção do pagamento de vários impostos Industrial sobre Aplicação de Capitais, nomeadamente Aduaneiros, entre outros., durante três a cinco anos.

A execução de um projecto habitacional "com viabilidade socioeconómica e com qualidade", a promoção das regiões "mais desfavorecidas" do país e a criação de novos postos de trabalho, são objectivos assumidos pelos promotores deste investimento.

5.7 Famílias recebem residências condignas

Jornal de Angola

25 De Maio de 2016

Texto: Fula Martins

Centenas de famílias que viviam em zonas de risco, nas encostas da Boavista, Distrito Urbano da Ingombota, beneficiaram ontem de habitações condignas no Zango, no âmbito do programa de habitação social do Governo da Província de Luanda (GPL).

As zonas em que as famílias viviam tinham sérios problemas de desnivelamento de terras, ausência de saneamento básico, inundações, falta de fornecimento de água potável e energia eléctrica, delinquência e grandes amontoados de lixo, devido ao difícil acesso.

José Gama, presidente da comissão dos moradores da Boavista, disse que os beneficiados estão satisfeitos com a qualidade das moradias, agradecem a iniciativa do Governo da Província de Luanda e comprometem-se a cuidar dos imóveis. Disse ser importante que os cidadãos apoiem os projectos do

Executivo, de melhoria das condições sociais, evitando provocar embaraços.

Ceies tino Gouveia, um dos beneficiados, considerou oportuno o desalojamento das famílias das residências degradadas e em situação de risco, onde viviam, na Boavista, e disse que as condições atribuídas no Zango "proporcionam excelência na convivência social, uma vez que há o saneamento básico, fornecimento de energia eléctrica, água potável e ordenamento territorial".

Guilhermina Sambala pediu aos jovens para não danificarem os bens que o Estado pôs à sua disposição.

A urbanização do Zango, que surgiu como resposta de emergência, por parte do Estado, para realojar famílias desabrigadas pelas chuvas ou que viviam em áreas em processo de requalificação, é, actualmente, uma das zonas mais cobiçadas e que mais crescem na província de Luanda.

Abrigo na Funda

O administrador da Comuna da Funda, Município de Cacucaco, em Luanda, disse, na segunda-feira, que mais de mil famílias, provenientes de zonas de risco nos bairros Boa Esperança, Cerâmica e Balumuca vão ser albergadas no bairro do Fortim, que para o efeito beneficia de obras de urbanização.

José Bandeira, que falava à Angop, lançou um apelo aos moradores da Funda, e não só, a fazerem a aquisição de terrenos em respeito às orientações das autoridades.

José Bandeira referiu que foram publicadas posturas municipais, para acabar com a desordem na ocupação de terrenos. Tais posturas, esclareceu, solicitam às comissões de moradores e às igrejas, para sensibilizarem e esclarecerem os munícipes a respeito do cumprimento das normas legais. O administrador comunal da Funda adiantou que as pessoas que construíram à beira da estrada, em desrespeito às medidas legalmente convencionadas, vão ser sancionadas de acordo com a lei das transgressões administrativas. "Não queremos a continuidade de construções anárquicas, sem a autorização de quem de direito", afirmou.

A Comuna da Funda possui catorze bairros, cujos habitantes, maioritariamente, dedicam-se à agricultura de subsistência, à criação de gado bovino e caprino e aos pequenos negócios.

5.8 Dezenas de casas sociais são entregues aos jovens

Jornal de Angola

26 DE Maio de 2016

Texto: Lourenço Bule

Mais de 30 casas, da segunda fase do projecto "Angola jovem", construídas no bairro Macueva, município de Menongue, província do Cuando Cubango, vão ser distribuídos nos próximos dias aos jovens da região, informou o director provincial da Juventude e Desportos.

Antunes Huambo disse que no projecto, iniciado em 2010, estão previstas a construção de 60 casas do tipo T3, mas sublinhou que por falta de recursos financeiros as obras não foram concluídas. Tendo em conta a actual situação financeira que o país vive, disse Antunes Huambo, foi encontrada a melhor via de os jovens verem realizado o sonho da casa própria, através do sistema de renda resolúvel.

O Governo Provincial do Cuando Cubango decidiu distribuir as casas aos jovens, mediante concurso público para ver solucionado o problema habitacional e o sonho da casa própria.

O director provincial do Cuando Cubango da Juventude e Desportos realçou a importância da realização do concurso público para atribuição de casa e explicou que os funcionários públicos, estudantes, líderes partidários e religiosos são os potenciais candidatos.

5.9 Americanos querem investir USD5 mil milhões na construção de 60 mil habitações

27 De Maio de 2016

Jornal OPAÍS

Texto: Hélder Caculo

Um grupo empresarial, com sede nos Estados Unidos, pretende financiar um projecto privado para construção de 60 mil habitações sociais em dez províncias do país, avaliado em mais de USD 5 mil milhões.

A informação consta de uma adenda ao contrato de Abril de 2015 entre a empresa privada Organizações Ribeirinho e a extinta Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP), dando conta que falhou o financiamento anteriormente contratado.

Segundo informações, o valor do investimento "seria integralmente financiado com recurso a fundos alheios provenientes da linha de crédito Astq Holdings Corporation, Canadá", financiamento que não foi possível obter".

O contrato, que não adianta as razões da saída dos investidores canadianos, define que o financiamento será agora garantido junto da Salomon Werner Hab Privee Group, com escritórios em Nova Iorque.

O projecto envolve empreiteiros angolanos, norte-americanos e italianos para, nos próximos 15 anos, construir 60 mil habitações sociais, num projecto privado angolano, orçado em USD 5 mil milhões, o maior empreendimento imobiliário privado do género no país.

Ainda de acordo com os termos do contrato de investimento está prevista a construção de 60 mil casas de tipologia T3, de 100 metros quadrados, entre as províncias de Luanda (onde serão construídas cerca de 15 mil habitações), Bengo, Zaire, Malanje, Cuanza Sul, Lunda Sul, Moxico, Huambo, Huíla e Benguela.

Ao abrigo da Lei do Investimento Privado, este projecto contará com apoios públicos, nomeadamente a isenção do pagamento de vários impostos, como o industrial, sobre aplicação de capitais, aduaneiros entre outros, durante três a cinco anos.

A execução de um projecto habitacional "com viabilidade socioeconómica com qualidade", a promoção das regiões "mais desfavorecidas" do país e a criação de novos postos de trabalho são objectivos assumidos pelos promotores deste investimento.

Não é primeira vez que um investidor americano apresenta projectos do género para o país. Em 2015, a American Plastics Technologies (APT), outra empresa norte-americana, apresentou ao Governo angolano um projecto imobiliário visando a construção de residências de tipologias T3 e T4, cujos valores de venda seriam, no mínimo, USD 24 mil, cada.

Numa entrevista exclusiva ao Semanário Económico (Jornal do Grupo Media Nova), o presidente da referida empresa, Rao K. Murukurthy, chegou a revelar que houve interesse da parte do Governo de Angola de receber o investimento.

Aquela empresa americana tem como alvo as províncias de Luanda, Benguela, Cabinda, Huíla e Cuanza Sul, onde pretende investir cerca de USD 10 milhões.

O projecto prevê a construção, numa primeira fase, de cerca de 2.500 residências em cada província, as quais serão comercializadas a USD 24 mil cada.

"Se este projecto estiver implementado em cinco províncias, poderemos construir cerca de 12.500 residências por ano", explicou o responsável na altura.

A American Plastics Technologies (APT) é uma empresa americana com sucesso notável no sector da indústria, construção e serviços. Além do investimento no sector imobiliário, a empresa pretende fornecer equipamentos hospitalares em Angola. Os investimentos americanos em Angola estão mais concentrados no sector petrolífero. Mas actualmente já há investidores americanos com interesse em noutras áreas, como a agricultura, a indústria e os serviços. Em 2015, por exemplo, aquando da realização do fórum empresarial Angola-Estados

Unidos, na província de Cabinda, a ACR Group, empresa norte-americana que desde 1996 exporta bebidas africanas para EUA, manifestou o desejo de exportar a cerveja Cuca para aquele país.

5.10 Lei obriga números de porta nas casas dos cidadãos

Jornal O PAÍS

27 De Maio de 2016

Texto: Venâncio Rodrigues

A informação consta do comunicado final da quinta reunião ordinária do Conselho de Ministros que decorreu sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, tendo aprovado legislação com "normas que disciplinam a atribuição de nomes" a ruas, praças, largos, avenidas, aldeias ou bairros.

A proposta, que será enviada à Assembleia Nacional para discussão e aprovação, define igualmente regras e procedimentos para efeitos de atribuição de números de porta no país, existentes apenas em algumas zonas centrais das principais cidades.

O final de 2014 foi divulgada a intenção de Angola elaborar um código postal nacional (Código de Endereçamento Postal), para acabar com a "tarefa heróica" dos carteiros angolanos que entregam o correio ao domicílio apenas com base em referências, conforme admitiu na altura a administração da empresa pública de correios do país.

A inexistência de um código postal, bem como de números de porta, tornam virtualmente impossível a entrega ao domicílio em Angola de encomendas

postais internacionais, admitiu oportunamente a empresa de correios.

Entre outras propostas, a reunião do Conselho de Ministros aprovou esta Quarta-feira a nova Lei de Base da Organização Territorial, que estabelece os fundamentos para a organização do território angolano "para fins político-administrativos", definindo critérios para a criação e modificação do estatuto das unidades urbanas e outros aglomerados populacionais. Ainda no domínio da administração do território, foi aprovada a proposta de Lei sobre a Divisão Político-Administrativa, diploma legal que "redefine" o modelo organizacional do território nacional para "assegurar uma maior capacidade de resposta às exigências colocadas pela expansão, repovoação, recuperação e o reordenamento urbano e melhorar o serviço público prestado às populações".

O secretário para os Assuntos Institucionais e Eleitorais, Adão de Almeida, explicou que estas novas legislações integram o plano de tarefas para a preparação e realização das eleições gerais (2017) autárquicas (ainda sem data para realização) no país.

Acrescentou que com a nova organização do território e a divisão político administrativa, com impacto serão criados na capital os novos municípios de Talatona e do Kilamba Kiaxi (mais os sete já existentes), mas outros poderão seguir-se no resto do país, em razão das regras ora estabelecidas para a classificação.

Angola passará a ter, nessa fase, 174 municípios distribuídos pelas mesmas 18 províncias, 517 comunas - sobretudo fora dos grandes centros - e 45 distritos urbanos

5.11 Kilamba: mais de metade dos moradores não paga prestações das casas

Jornal Expansão

27 De Maio de 2016

Texto: Neusa Salgado

Cerca de 60% dos moradores da centralidade do Kilamba não pagam as prestações mensais a que estão obrigados, revela o porta-voz e director jurídico da entidade gestora do projecto, a Imogestín. Quem não paga, diz Mário Guerra, ao Expansão, acabará por ser privado das suas residências.

Segundo o responsável, num universo de 13.866 contratos, cerca de 5.416 clientes cumprem com o

pagamento das prestações, o que significa aproximadamente 40%. "Os promitentes-compradores que se recusem a pagarem colocar-se-ão numa situação de incumprimento contratual. O que os contratos prevêem em caso de incumprimento por não pagamento das prestações é a sua rescisão", explica.

"Os contratos prevêem que o incumprimento da obrigação de pagamento dá lugar à sua resolução, mas a Imogestín não está ainda a fazer uso dessa prerrogativa, pois muitos promitentes - compradores foram interpelados há mais de 5 meses e ainda não pagaram", esclarece.

Ouvido pelo Expansão, o presidente da Comissão de Moradores da centralidade do Kilamba, Manuel Victoriano, sublinha que se apenas 40% dos moradores têm pago as prestações mensais, é porque "ou os outros 60% se recusam a fazer o duplo pagamento ou ainda não receberam a nota de cobrança".

Para Manuel Victoriano "é justo" que haja pouca gente a cumprir o contrato, porque a Lei angolana prevê apenas o pagamento de uma prestação mensal. "E isso que os moradores devem pagar", sublinha.

Em Novembro de 2015, recorde-se, a Imogestín anunciou que os moradores das centralidades do Kilamba, Sequei e, Musseque Kapire e Quilometro 44 iriam regularizar os pagamentos atrasados de 2015 desembolsando duas prestações mensais durante seis meses.

Moradores contestam, AADIC promete queixa

A medida gerou forte contestação entre muitos moradores, que se recusaram a realizar os pagamentos desta forma, alegando que os atrasos se deveram à não cobrança por parte da Imogestín.

Em Dezembro do ano passado, a Associação Angolana dos Direitos do Consumidores (AADIC) veio a público dizer que os moradores não devem pagar as duas prestações e prometeu levar o caso à Procuradoria Geral da República, o que veio a acontecer sem que, entretanto, o organismo tenha tomado qualquer posição pública.

O regime de aquisição de imóveis em vigor nas centralidades é o da propriedade resolúvel, processo através do qual o inquilino procede à compra da sua habitação por via do pagamento de rendas mensais, que se destinam a amortizar ao longo de vários anos o valor do imóvel.

Os pagamentos dos moradores são canalizados para o Fundo de Activos de Desenvolvimento

Habitacional (FADEH), do Ministério das Finanças, sendo os fundos maioritariamente aplicados no Programa Nacional de Habitação, servindo para financiar novas centralidades.

5.12 Taxa de Urbanização favorece crescimento

Jornal Economia e Finanças
27 De Maio de 2016

A taxa de urbanização de Angola encontra-se acima dos níveis do continente africano, estimando-se em 62,3 por cento em 2015, revelou esta semana, em Lusaka (Zâmbia), o African Economic Outlook.

De acordo com um comunicado do Ministério das Finanças, a que Angop teve acesso, o tema central do relatório neste ano versa sobre "Cidades sustentáveis e transformação estrutural" e o documento prevê que dois terços dos africanos irão viver em zonas urbanas até 2050, uma vez que o processo de urbanização tem registado grande aceleração.

Sobre Angola, o relatório considera que o país é urbanizado, com 62,3 por cento da população a viver nas zonas urbanas, e deverá alargar as oportunidades de desenvolvimento humano que oferece aos cidadãos, olhando para metas estabelecidas pelo Executivo em documentos estruturantes como o Plano Nacional de Habitação, no contexto do qual emergiram novas centralidades em todo o país, aponta o comunicado.

"Caso se proceda à implementação de políticas adequadas, a urbanização poderá ajudar a promover o desenvolvimento económico através de uma maior produtividade da agricultura, industrialização, serviços impulsionados pelo crescimento da classe média e investimento directo estrangeiro nos corredores urbanos, bem como poderá promover uma gestão ambiental sustentável, ao abordar os efeitos das alterações climáticas e a escassez de água e de outros recursos naturais, ao controlar a poluição do ar, ao desenvolver sistemas de transportes públicos menos poluentes e com uma boa relação custo-benefício, ao melhorar a recolha de resíduos e ao aumentar o acesso à electricidade", destaca o documento.

O continente africano está a ser urbanizado a um ritmo histórico em termos de rapidez, com uma expansão demográfica sem precedentes, desde 1995, a população que reside em cidades duplicou, atingindo 472 milhões de pessoas em 2015", realça.

Segundo o comunicado, o capítulo do relatório específico sobre o tema indica que o fenómeno não encontra paralelo no que aconteceu noutras regiões, como a Ásia, e que está a ser acompanhado de uma lenta transformação estrutural.

Na óptica do director do Centro de Desenvolvimento da OCDE, Mario Pezzini, a transição urbana multifacetada a que se assiste em África, assim como a densificação que a mesma gera, oferece novas oportunidades para melhorar o desenvolvimento económico e social e, ao mesmo tempo, proteger o ambiente de uma forma holística. Estas oportunidades podem ser bem aproveitadas com o fim de alcançar os objectivos de desenvolvimento sustentável.

"As vantagens podem beneficiar tanto os moradores urbanos como rurais, desde que os Governos adoptem uma abordagem integrada", concluiu.

Por outro lado, o director do Gabinete Regional para África do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Abdoulaye Mar Dieye, afirmou que em 2016 a posição comum emergente em África em matéria de desenvolvimento urbano e a nova agenda urbana internacional, que será debatida em Outubro, em Quito (Equador), proporcionarão a oportunidade de começar a converter políticas urbanísticas ambiciosas em estratégias concretas para a transformação estrutural do continente africano.

"Temos de investir na criação de oportunidades económicas, nomeadamente para as mulheres, 92 por cento das quais trabalham no sector informal. As cidades e vilas têm um papel fundamental a desempenhar neste processo, mas apenas se os Governos enveredarem por uma acção política audaz", acrescenta a nota.

5.13 Polícia nacional desaloja moradores de forama ilegal

Jornal O Crime
28 De Maio de 2016
Texto: Glória Alberto

A Polícia Nacional (PN) é acusada de, sem notificação e ordem de despejo do tribunal, desalojar cidadãos e colocar, nas residências destes, pessoas com contratos falsos da SONIP' alegando que são proprietárias dalguns apartamentos. Revoltados, os moradores denunciam que os agentes recebem as chaves e até arrombam as portas, tudo para tirá-los de lá.

O jornal 'O Crime' soube, dos moradores, que a operação policial é a segunda que ocorre naquele edifício, numa altura em que e deteve cidadãos a quem já pesava um processo judicial, mas, em tribunal, em 2014, acabaram absolvidos. Como se não bastasse, o tribunal atribuiu-lhes título de identidade de residência, ordenando que não saíssem dos apartamentos sem a sua ordem.

Mas, foi exactamente na sexta-feira, 1 S (considerado pelos supersticiosos como dia do azar), que efectivos da Polícia Nacional (P surpreenderam os moradores do antigo prédio Cuca, hoje a residir no condomínio Vida Pacífica, no Zango Zero, tendo acabado em detenções de algumas pessoas por alegada ocupação ilegal dos apartamentos.

Encontram-se, entre os despejados e detidos, ex-moradores do antigo edifício da Cuca, no Kinaxixi, transferidos pelo Governo aquando do processo de realojamento daquele edifício, em 2010, devido à sua degradação.

Existem, de facto, muitos invasores no edifício que, segundo eles, "são indivíduos que constavam da lista para despejo, porque, a partir de 201 S, teriam ocupado ilegalmente os apartamentos e sobre eles já pesava um processo judicial", acrescentando que "a SONIP atribuiu a nós, os ex-moradores do prédio Cuca, dois edifício, de 12º andares cada, só que o segundo foi ocupado apenas até ao oitavo andar, tendo facilitado a ocupação por outras pessoas". Embora muito esforço façam, não conseguem perceber a detenção de pessoas que já tinham sido julgadas libertadas pelo tribunal. "Estão a deter-nos sem qualquer notificação prévia. Por outra, nós fomos, em tribunal, julgados e libertados pela inexistência de um queixoso", defendem.

Os residentes, mesmo não sendo profundos conhecedores de Direito, isto juristas e/ ou advogados, sustentam que quando alguém está a responder a um processo em tribunal não pode receber outro do mesmo caso, por uma outra entidade. Referem-se, nesse caso, à esquadra da Polícia do Zango Zero. 'Ainda que haja uma ordem de despejo, as pessoas deviam ser notificadas previamente', sustentam, tendo, por outro lado, dito que "a partir do momento que a Polícia arromba a porta de alguém, nestas condições, está a passar de Polícia para ladrão. O que a lei dita, segundo sabemos, é notificar o cidadão e, através dessa notificação, responder a um processo-crime. Logo, quando a Polícia chega, arromba a porta, troca a fechadura e, pior, coloca no apartamento alguém para lá viver, é roubo. Não se tira alguém duma casa assim, ainda que tenha invadido, porque a lei da habitação não permite isso. Trata-se, por isso, de

abuso de poder e, por fazer isso, a Polícia pode ter problemas".

O despejo começou na sexta-feira, 13. Na quarta-feira, 17, quando a nossa equipa de reportagem se deslocou àquele edifício, ainda havia elementos afectos à Polícia Nacional, mas a civil. Tanto que os moradores, que entrevistamos, optaram por desligar o elevador e trancar as portas, sob pena de serem surpreendidos. Pode ser incrível, mas os moradores desalojados do centro da cidade estão até hoje, passados seis anos, em qualquer documento que comprove a propriedade dos actuais apartamentos, além dos recibos atribuídos pelo Estado aquando do processo de realojamento.' Nós estamos aqui há seis anos sem contrato, ou seja, temos apenas os recibos que assinámos durante o 'cada tramento' da mudança", afirmam.

Os antigos moradores do prédio Cuca são, constantemente, incomodados pela Polícia Nacional e, como e não bastasse, sob o silencioso das entidades de Direito. "Os agentes vêm munidos de martelos e trocam imediatamente as fechaduras dos apartamentos", explicam, acrescentando que "o processo de mudança das fechaduras, por parte da Polícia, é acompanhado de pessoas que dizem serem os verdadeiro proprietários dos apartamentos, o que, para nós, levanta suspeitas entre os actuais moradores, uma vez que a SO IP encerrou o processo de comercialização dos apartamentos na centralidades, em Luanda, no primeiro trimestre de 2013".

"Eles chegam aqui e dão a terceira notificação, mas como, se ainda não recebi a primeira nem a segunda. Há um vizinho que recebeu, só para lustrar, uma notificação data de Fevereiro de 2015, tendo ele dito que não podia assinar uma notificação de 2015. Eles sustentam que têm ordem de despejo, mas, quando pedimos que nos mostrem o mandado de ordem de despejo, não têm, enfim, dizem que vieram para deter. Batem à tua porta e, depois de abrires, recebem-te a chave, rompem a fechadura e colocam outra, na ausência do dono do apartamento. Se a pessoa disser, por exemplo, que perdeu dinheiro, quem e a responsabiliza alguns casos, depois de eles retirar a pessoa, colocam um polícia para passar a noite no corredor, ou seja, para dar segurança ou controlar o indivíduo que entrou no apartamento", acusam.

Desde que todo o processo foi entregue à gestão da Imogestín, pelo que 'O Crime' apurou, a SO I P deixou de se pronunciar sobre as centralidades. A nossa equipa de reportagem deslocou-se, sentido de obter mais informação à Esquadra do Zango Zero, mas sem sucesso. A ser verdade, esses elementos

afectos à P estão a desafiar o tribunal, uma vez que o me mo aconselhara, em 2014, os moradores a permanecer nos apartamentos até nova ordem.

6. JUNHO

6.1 Ilídio Daio: “parcerias privadas devem trabalhar com o Estado na solução da problemática habitacional”

Novo Jornal

01 De Julho de 2016

Texto: Hortêncio Sebastião

Como nasceu a sua inclinação para a arquitectura?

Descobri este jeito no ensino secundário. Gostava muito de desenhar, e o meu professor de desenho técnico disse que eu tinha que ser arquitecto. Até quis ser piloto, mas mudei de ideias. Segui os conselhos do professor do ensino pré-universitário e fiz arquitectura em Portugal, curso que terminei em 1998.

Como foi a sua participação no prémio Kubikuz 2015 da Imogestin?

Vi, tanto na internet como na televisão, alguns anúncios do concurso Kubikuz 2015 e, como já havia desenvolvido dois modelos de obras, porque é a minha especialidade - para além do curso de arquitectura, sou especialista em habitação social, formado em Espanha - achei que encaixava nos meus objectivos. Peguei em alguns projectos que já havia desenvolvido, melhorei-os e concorri com mais um engenheiro, já que era essa a condição de participação. São raros esses concursos, e foi uma oportunidade única. A iniciativa é louvável, tivemos de abraçar de corpo e alma e cumprir os procedimentos regulamentares.

Para quem projecta casas sociais, o que é que o concurso representou?

É um grande desafio o projecto de habitação social, face ao contexto actual de diversificação da economia e a um contexto também de grande carência habitacional o Executivo tem envidado esforços no sentido de diminuir o défice de habitação social. Construiu as centralidades, quer em Luanda, como em quase todo o país. Foram feitos esforços no quadro do Programa Habitacional do Ministério de urbanismo de 200 fogos por município. No contexto actual, as parcerias público-privadas deverão também entrar no jogo e ajudar o Governo a dotar a oferta de habitação social. Hoje fala-se da regeneração dos musseques, que é um dos objectivos do Plano Director de Luanda (PDG). Essa regeneração passa

pela oferta de habitação social de muito baixo custo. Os modelos de casas, como os das centralidades do Kilamba, do KK, ou mesmo do Sequele, obviamente surgiram para colmatar a demanda, mas deverão ser ajustados, tanto do ponto de vista económico, de forma a serem mais facilmente pagáveis com renda resolúvel, como também ser ajustados do ponto de vista social e cultural.

Essas questões vão ser acauteladas?

Este foi o primeiro concurso e serviu para ajustar as condições socioeconómicas das famílias que serão realojadas nos musseques, que são de muito baixo custo. Logo, os apartamentos deverão ter áreas mínimas; muito menores do que, por exemplo, os do KK. Deverão obedecer a um processo de auto-construção dirigida, isto é, os apartamentos serão entregues com os acabamentos em tosco. Aliás, é apenas entregue o apartamento acabado, só com instalações sanitárias e a cozinha. O restante da edificação será as próprias populações que iriam fazer com a auto-construção dirigida. São soluções, tanto de economia, como também da dimensão e redimensionamento dos apartamentos, que é uma novidade nesta solução. O nosso projecto de habitação social foi dirigido aos musseques de Luanda, concretamente o musseque do Cazenga. Foi feito um estudo aprofundado sobre o modo como as pessoas vivem nos musseques, como é o seu dia-a-dia, como é que interagem. Normalmente, são famílias alargadas, vizinhos que se encontram num pátio, onde é feito o acesso às moradias e são concebidos com ruelas estreitas. Toda esta interacção humana é salutar e, neste processo, foi tido em conta para a solução encontrada, que se resume a edifícios construídos em torno de um pátio, com quatro níveis de apartamentos. Isto vem recriar o modo de vida das pessoas que vivem nos musseques.

Acha que essas soluções estão a ser implementadas?

Poderão ser perfeitamente utilizadas. Aliás, o objectivo é que as parcerias público-privadas venham a acelerar a construção de habitação social, porque o Executivo face à crise financeira que vivemos não tem verbas para tudo.

Tem que criar mecanismos para que o sector privado possa também entrar nesta parceria.

Temos também de ser críticos e localizar as falhas. A centralidade do Kilamba resolveu muitos problemas de habitação, reduziu, e de que maneira, a demanda, mas do ponto de vista da adequação sociocultural, isto é, os espaços de recreio, para os óbitos, festas que são próprias da nossa identidade, esse projecto não deu resposta. Mas no nosso já encontra esta

solução. Por exemplo, no caso dos óbitos, os pátios que foram propostos podem funcionar na eventualidade de existir esse evento no piso térreo. Pode servir também como zona de recreio para as crianças, que poderão brincar de forma segura. Em casos de festas, existem zonas fechadas para não incomodar. São estes aspectos que vão de encontro ao nosso modo de estar e que foi tido em conta.

Está a dizer que as centralidades, por carecerem desses espaços, merecem ser melhoradas?

O projecto merece ser melhorado, porque também não houve muito tempo para afinar detalhes que são importantes para a adequação sociocultural. Havia, no momento, uma grande responsabilidade, ou um objectivo forte de reduzir o défice habitacional. Estamos a falar em termos quantitativos, agora, alguns aspectos qualitativos, como essa adequação sociocultural, como a economia, é de ter em conta e, justamente, agora quando se fala de diversificação da economia, é o momento também de as empresas angolanas participarem. Isto vai garantir emprego e uma maior inclusão social.

É o momento de se encontrar novos modelos de implementação de habitação social e não ser só o Estado a engajar-se nesse processo.

6.2 Municípios devem ter direitos exclusivos na urbanização

Novo Jornal

1 De Julho de 2016

Texto: António Paulo

Branca do Espírito Santos, que discursava no acto de abertura do VI Conselho Consultivo Alargado do Ministério do urbanismo e Habitação, salientou que a ausência de planos urbanísticos tem desorientado as populações que, não encontrando resposta às suas necessidades básicas de habitação, no sistema de planeamento, enveredam por práticas de construção clandestina.

Incidindo sobre o lema do encontro "A gestão fundiária na diversificação da economia", Branca do Espírito Santos disse ser urgente confrontar o planeamento com a gestão fundiária, de forma geral e em particular, com a formação do preço do solo. "A gestão fundiária como suporte da diversificação da economia sustenta o princípio de que o planeamento é fundamental para superar os desafios enfrentados

pelas cidades que constituem aglomerações urbanas", justificou.

Para a ministra do urbanismo e Habitação, o planeamento de áreas metropolitanas constitui espaço privilegiado de negociação entre actores sociais confrontando e articulando interesses e alternativas para a sociedade. "O planeamento deve assegurar a ampla mobilização e participação de todos os interessados na discussão, negociação e tomada de decisões. Trata-se de uma alternativa ao mesmo tempo política e técnica de negociação e decisão colectiva e partilhada, sobre o futuro comum dos municípios", pontualizou.

Branca do Espírito Santos entende que confronto deverá obedecer ao conceito de valor justo de rendimento com o valor patrimonial, decomposto em duas partes fundamentais: os custos de investimentos em todas as operações envolvidas no processo de adaptação, construção e comercialização, e o valor correspondente do solo.

Apontou os investimentos em infra-estruturas de base, como redes de estradas, telecomunicações, energia, água, saneamento, entre outros, com a factores impulsionadores que criam as bases para a expansão da actividade económica de forma competitiva e sustentável.

Chamado a intervir no Conselho Consultivo, o vice-governador para a Área Económica, José Cerqueira, considerou oportuna a realização do evento para a definição do uso dos solos, e para a análise e definição de questões inerentes à gestão fundiária e à diversificação económica.

O vice-governador considerou importante o lema do evento por se tratar de um assunto actual e ainda pelo facto da cidade de Luanda "ter sofrido uma pressão demográfica em relação às 17 províncias do País". Acrescentou que Luanda, por ser, também, uma localidade agrícola, exerce

uma pressão sobre o solo urbano, razão pela qual considerou ser importante a definição do uso do mesmo.

Sobre o plano Director Metropolitano da Província, José Cerqueira informou que o processo decorre a bom ritmo, porém considerou existirem questões concretas a serem resolvidas durante e depois da reunião do Ministério do urbanismo e Habitação.

No evento, foram discutidos temas como "Meio urbano como fonte de diversificação da economia" e "Os mecanismos e procedimentos técnicos e

administrativos relativos ao licenciamento de operações urbanísticas".

Durante o certame, a assembleia avaliou o plano de acção para 2016, tendo passado em revista o relatório de balanço do primeiro trimestre. No encontro, foi apresentada uma visão sobre como equacionar o ordenamento e o planeamento como suporte para a diversificação da economia. A plenária do MINUHA concluiu ser necessário e urgente tipificar como crime o acto de auxílio ou facilitação na ocupação ilegal de terrenos.

Advogou ainda a necessidade de o Estado priorizar o processo de loteamento, como iniciativa para ajudar a colmatar as necessidades habitacionais da população, bem como estabelecer parcerias estratégicas com o sector privado na prossecução do programa de urbanismo e habitação.

participaram do evento vice-governadores provinciais, directores nacionais e responsáveis de instituições tuteladas pelo Ministério do urbanismo e Habitação.

Nos próximos dias, a titular do urbanismo e Habitação irá deslocar-se ao Huambo para constatar o grau de execução dos projectos no seu sector.

Naquela província, a ministra irá encontrar-se com o governador Kundi Paihama, com quem irá deslocar-se às centralidades do Lossambo e da Caála.

Na Centralidade de Lossambo, Branca do Espírito Santos visitará as casas modelo, designadamente apartamentos, moradias duplex e simplex. A ministra vai avaliar as infra-estruturas de apoio (ETA/ Central Térmica/ ETAR).

Na nova urbanização da Caála, visitará infra-estruturas como escolas, infantário, centro de saúde, ETA, subestação Eléctrica e ETAR.

Durante a sua estadia no planalto central, a governante presidirá a uma reunião do Instituto Nacional da Habitação com os organismos privados no Huambo, em que serão abordados assuntos relacionados com a venda livre dos fogos habitacionais.

6.3 População ganha novas casas

Jornal De Angola

3 De Junho de 2016

Texto: Mazarino Da Cunha

Os habitantes da vila sede da Muxima e da comuna do Cabo Ledo, no município da Quiçama, contam desde ontem com 400 residências do tipo T2, uma

ambulância e dois geradores com capacidade de mil KVAS.

As 400 residências foram inauguradas pelo vice-governador provincial de Luanda para a Área Técnica, Joaquim Malaxe, no âmbito das comemorações dos 78 anos de existência do município da Quiçama, assinalado ontem.

Para além de inaugurações e da entrega de uma ambulância e outros meios de apoio às populações, as comemorações foram marcadas pela realização de uma feira de produtos agro-pecuários e de pesca artesanal, exposição fotográfica, desporto e um momento músico-cultural, onde participaram músicos, alguns dos quais locais.

Na ocasião, o vice-governador provincial de Luanda para a Área Técnica apelou aos munícipes para mais engajamento nas actividades locais e garantiu que o Governo provincial tudo vai fazer para resolver, a curto prazo, as principais preocupações do município da Quiçama.

O soba da comuna do Cabo-Ledo, Joaquim Palma, foi um dos vários beneficiários das casas do tipo T2. A autoridade tradicional disse ao Jornal de Angola que a sua vida vai durar mais com a nova moradia que acaba de receber das mãos do vice-governador provincial. O acto central das festividades dos 78 anos de fundação da Quiçama decorreu sob o lema "Unidos no trabalho para crescer e desenvolver".

6.4 Novas moradias atraem quadros aos municípios

Jornal de Angola

11 De Junho de 2016

Texto: Amo Marfins

A construção de um número considerável de moradias nos municípios da província da Huila está a motivar a fixação definitiva de quadros das instituições públicas, admitiu ontem, no Lubango, o responsável do Instituto Nacional de Habitação.

Muhatili Durão disse ao Jornal de Angola que, desde o processo de entrega de casas, se assistiu a uma melhoria significativa nas instituições a nível dos municípios, que passaram a funcionar em pleno.

Os projectos do Executivo de construção de 200 fogos habitacionais por cada município e de autoconstrução dirigida obteve resultados positivos. A materialização dos programas permitiu a construção de 522 moradias, actualmente habitadas por quadros nacionais.

O responsável provincial do Instituto Nacional de Habitação informou que neste momento estão concluídas as infra-estruturas necessárias para a construção de 280 habitações sociais nos municípios de Chipindo, Chicomba, Matala, Quilengues, Cacula, Chibia e Humpata.

Para obter uma melhor urbanização, disse que foram já loteados os espaços de implantação das casas e preparados os sistemas de abastecimento de água e energia eléctrica. Neste momento, acrescentou, estão a ser mobilizados meios para a construção de 155 habitações sociais nos municípios de Caconda, Jamba, Quipungo, Cuvango, Gambos, Lubango e Caluquembe e de 200 habitações evolutivas no município do Lubango.

Muhatili Durão considerou positivo os avanços registados na centralidade da Quilemba, arredores da cidade do Lubango, onde das onze mil casas previstas, sete mil dos quais estão concluídas e prontas para serem habitadas. A implantação da empreitada beneficia também infra-estruturas de apoio, como escolas, hospitais e espaços de lazer. Com a conclusão das obras, a carência habitacional deixa de ser um problema.

6.5 Imogestin premeia bons projectos

Jornal de Angola

15 De Junho de 2016

A Imogestin, uma das maiores empresas angolanas do sector imobiliário, anuncia hoje, às 15 horas, no Hotel Epic Sana, em Luanda, os vencedores da primeira edição dos Prémios Imogestin de Habitação Social 2015, que visa distinguir engenheiros e arquitectos que, com recurso a materiais locais, conceberam projectos de habitação rural e urbana acessíveis à maior parte dos cidadãos angolanos.

Nesta primeira edição, segundo a imobiliária, estão a participar 11 projectos distribuídos nas categorias Habitação Social Urbana e Habitação Social Rural. O acto, que vai contar com a presença da ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, vai distinguir três projectos em cada categoria.

Os vencedores recebem, como prémio, o equivalente em kwanzas a 15 mil dólares e um certificado. Os autores dos projectos que ficarem no segundo e terceiro lugar, em cada categoria, recebem um certificado de menção honrosa.

Com periodicidade bienal, o prémio resulta da política da Imogestin de valorização de projectos de

habitação social que recorram significativamente a recursos locais, que apresentem soluções respeitadoras do ambiente e sejam sustentáveis do ponto de vista energético e hídrico. A iniciativa, segundo a Imogestin, visa sobretudo que o custo de venda seja acessível ao nível de rendimento médio/baixo da população. Segundo a imobiliária, esta actividade, à semelhança da campanha de doação de sangue realizada pela empresa, no passado sábado, a favor das crianças do Hospital Pediátrico de Luanda, faz parte do programa de celebrações do seu 180 aniversário a ser comemorado hoje.

6.6 Moradores da vila Pacifica denunciam más condições dos imóveis

Jornal Expiação

17 De Junho de 2016

Texto: Neusa Salgado

A comissão de moradores do Condomínio Vida Pacífica, no Zango O, endereçou, em Maio, uma carta a Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip), entidade gestora da vila, solicitando a reparação de infiltrações de água, fissuras entre outros problemas, no bloco 4, mas o documento não teve resposta, soube Expiação.

Na carta, enviada em Maio passado, a comissão alerta ainda para o facto de as caixas de visita de água e energia estarem enferrujadas e de o circuito de televisão não funcionar na sua plenitude. Os moradores que estão na vila desde 2013 - queixam-se da existência de infiltrações de água nos quartos de banho e varandas, e de dificuldade em manusear o programa de gestão das cancelas, uma vez que o mesmo está escrito em mandarim.

O documento relata também a existência de fissuras nos tanques de água para extinção de incêndio bem como da falta de testagem e entrega de todo o sistema anti-incêndio.

, Segundo um dos coordenadores da comissão, Cristiano Kuame, trata-se da terceira carta enviada à Sonip expondo inúmeras preocupações dos moradores. A primeira, datada de 28 de Janeiro, seguiu também para a Casa Civil do Presidente da República, Provedoria Geral de Justiça, Instituto Nacional de Defesa dos Consumidores e Associação Angolana dos Direitos dos Consumidores, contestando os valores das rendas indexados ao dólar e a imposição do pagamento de uma taxa administrativa de 3%.

No dia 2 Março, a Sonip respondeu aos moradores informando que a taxa administrativa de 3% seria eliminada, mas explicou que "como resultado da aquisição do empreendimento Vida Pacífica no Zango, a Sonip ficou sem uma exposição em dólares considerável", lembrando que a moeda norte-americana era a referência dos contratos.

Dia 21 de Março, a comissão de moradores da Vida Pacífica voltou a enviar uma carta à direcção da Sonip manifestando interesse em reunir com a entidade gestora a fim de obter melhores esclarecimentos, mas a missiva não teve resposta.

A imposição da taxa administrativa surgiu após os moradores terem ficado dois anos sem pagar as suas prestações, por causa da Sonip, garante o coordenador, ao Expansão. A primeira anuidade, relativa ao período Abril 2013/Abril 2014, foi paga normalmente. Mas a segunda, do período Abril 2014/Abril 2015 não foi aceite pela empresa.

Cedências da Sonip

Em Novembro de 2015, alguns moradores receberam uma nota de pagamento relativa ao período Setembro/Dezembro de 2015, com a taxa de 3% e instrução para pagamento da prestação ao câmbio do BAI. E foi em resposta ao 'protesto' destes moradores que a Sonip

'deixou cair' a taxa de 3% e aceitou que o pagamento fosse feito ao câmbio do Banco Nacional de Angola, Mas, de então para cá, os moradores não pagaram e aguardam mais explicações da entidade gestora. E reivindicam a aplicação de uma taxa de conversão de 100 Kz por cada dólar que, diz o coordenador, era a que estava em vigor à datada assinatura dos contratos.

O Expansão contactou a Sonip, através da Comunicação e Imagem da Sonangol, - a petrolífera detém a entidade gestora -que reencaminhou o nosso correio electrónico para a imobiliária, mas não houve resposta até ao fecho da edição, na madrugada de quarta-feira, dia 15 de Junho.

A nova Lei do Arrendamento Urbano (LAU), em vigor desde 22 de Janeiro deste ano, recorde-se, impõe a obrigatoriedade de fixação de rendas em kwanzas em todos os contratos. Contudo, a LAU não esclarece qual a taxa de referência a aplicar aos contratos celebrados antes da data da sua entrada em vigor com rendas fixadas em moeda estrangeira.

A Sonip começou em 2012 a venda de habitações no Condomínio Vida Pacífica. As vendas foram processadas em Regime de renda resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, num horizonte de 15 a 20 anos.

Na condição de renda resolúvel estão aproximadamente 650 apartamentos.

6.7 Ministério realiza Conselho Consultivo

Jornal de Angola

22 De Junho de 2016

O Ministério do Urbanismo e Habitação realiza sexta-feira, em Luanda, o seu Conselho Consultivo que vai servir para fazer o balanço das actividades desenvolvidas no primeiro semestre deste ano e apresentar outras para o segundo.

A reunião é orientada pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, conta com a intervenção do governador da província de Luanda, Higinio Carneiro, e a presença dos secretários de Estado do Urbanismo e da Habitação, Nhangá de Assunção e Joaquim Silvestre.

O conselho decorrer sob o lema "A gestão fundiária na diversificação da economia" e são abordados temas como "Meio urbano como fonte de diversificação da economia" e "Os mecanismos e procedimentos técnicos e administrativos relativos ao licenciamento de operações urbanísticas". São também apresentadas a "Visão, missão e objectivos do projecto Blue Ocean", em implementação em Benguela, e a "Experiência de gestão fundiária da Edurb na urbanização de Talatona - Luanda Sul". O evento tem participação de vice-governadores provinciais, directores nacionais e responsáveis de instituições tuteladas pelo Ministério do Urbanismo e Habitação.

Recentemente, o director nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo, Manuel Zangui, anunciou em Luanda que a elaboração do diagnóstico prospectivo sobre o ordenamento do território e urbanismo, iniciado no âmbito do acordo de cooperação com a UNHabitat, deve ser concluída em breve.

Manuel Zangui disse que vão ser identificadas acções que devem traduzir -se em projectos no futuro. Depois segue-se a fase de discussão com as instituições afins para validar a informação, seguido da fase de apresentação da estratégia e modelo de desenvolvimento da política que deve dar lugar à discussão pública. Angola está a elaborar igualmente o Estudo da Política Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo.

"Na habitação não estamos bem, porque ainda existem problemas por resolver. Mas deu para acudir

àquelas situações mais alarmantes que reclamavam soluções imediatas. Falo das centralidades e do sub-programa do urbanismo e habitação que consiste na implantação de 200 casas por município. Penso que deu para aliviar a pressão", disse.

6.8 Moradores desalojados da ilha de Luanda continuam em tenda

Jornal A República
24 De Junho de 2016

Mais de três mil Famílias levadas para uma zona descampada, no Zango 1, em Luanda, há sete anos continuam a viver em tendas, apesar das promessas do Governo de que iriam receber casas em apenas 90 dias.

Agora, os antigos moradores da zona nobre da Ilha do Cabo dizem ter perdido a esperança de voltarem a morar numa casa condigna.

Nem mesmo a intervenção dos deputados da 10.ª Comissão da Assembleia Nacional há um ano serviu para resolver este problema "Partiram as nossas casas, prometeram-nos que em 90 dias teríamos as nossas casas e até hoje nunca mais se falou no assunto, lamenta Manuel Correia, ex - morador da Ilha do Cabo que em 2009 viu a sua casa demolida.

Na altura, Correia foi levado num camião com a família para a zona do Zango 1, para viverem numa tenda.

Juvenal Kiambí, outro antigo habitante do bairro Lello na Ilha de Luanda, chefe de uma família de 12 membros, considera injusto ter sido retirado de uma casa de construção definitiva para ser colocado numa tenda, com capacidade para seis pessoas.

6.9 Urbanismo e Construção avalia novas acções

Jornal de Angola
27 De Junho de 2016

Os programas e acções na área do Urbanismo e Construção em Angola são avaliados hoje em Luanda durante o conselho consultivo do sector, que vai também fazer o balanço das actividades desenvolvidas no primeiro semestre e perspectivar o segundo.

A reunião, que conta com a presença dos governadores provinciais, realiza-se numa altura em

que o Ministério do Urbanismo e Construção garante promover mais estudo sobre a situação habitacional no país e formular propostas e medidas políticas legislativas e regulamentares, de acordo com a Política de Habitação e os Planos de Ordenamento do Território e Urbanístico.

O conselho decorre sob o lema "A gestão fundiária na diversificação da economia" e são abordados temas como "Meio urbano como fonte de diversificação da economia", "Os mecanismos e procedimentos técnicos e administrativos relativos ao licenciamento de operações urbanísticas", "Visão, missão e objectivos do projecto Blue Ocean", em implementação em Benguela, e a "Experiência de gestão fundiária da Edurb na urbanização de talatona Luanda-Sul.

A reunião é orientada pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, e conta com a intervenção do governador da província de Luanda, Higinio Carneiro, e a presença dos secretários do Estado do Urbanismo e da Habitação, Nhanga de Assunção e Joaquim Silvestre.

O Ministério anunciou que vai continuar a orientar a execução das políticas de gestão, alienação e conversão do património habitacional do Estado nos termos da lei e promover a participação das cooperativas, os promotores privados e a população no desenvolvimento enalinhado. O plano nacional existente, bem como participar na preparação de medidas financeiras e fiscais para habitação social.

O director nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo, Manuel Zangui, anunciou recentemente em Luanda que a elaboração do diagnóstico prospectivo sobre o ordenamento do território e urbanismo, iniciado no âmbito do acordo de cooperação com a UN-Habitat, deve ser concluída em breve. Manuel Zangui disse que vão ser identificadas acções que devem traduzir-se em projectos no futuro. Depois segue-se a fase de discussão com as instituições afins para validar a informação, seguida da fase de apresentação da estratégia e modelo de desenvolvimento da política que deve dar lugar à discussão pública.

Angola está a elaborar igualmente Estudo da Política Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo. "Na habitação não estamos bem, porque ainda existem problemas por resolver. Mas deu para acudir àquelas situações mais alarmantes que reclamavam soluções imediatas. Falo das centralidades e do sub-programa do urbanismo e habitação que consiste na implantação de 200 casas por município. Penso que deu para aliviar a pressão" disse.

7. JULHO

7.1 Faltou fiscalização nas centralidades

Novo Jornal

01 De Junho de 2016

Texto: Hortêncio Sebastião

Já que tocamos nas centralidades, apesar de não serem propriamente casas sociais, em termos arquitectónicos, a qualidade das obras satisfaz? Tem-se questionado muito a qualidade das obras. Acredito que poderia estar melhor ou deveria haver maior fiscalização e supervisão. Estávamos, na altura, a correr contra o tempo. Foram feitos muitos prédios em tão curto espaço de tempo. Estamos a falar de 700 prédios. São muitos, logo esta questão da rapidez trouxe alguns contratemplos e falhas. Isso resume-se ao acompanhamento e fiscalização, que não houve. Obviamente é um contra, mas tem também os seus prós. O preço dos apartamentos estava muito acessível e o modelo da renda resolúvel também ajudou muita gente a aceder à habitação. Mas é o momento de aprendermos com algumas falhas e melhorar.

A baixa da cidade de Luanda está a crescer mais em termos de altura, com arranha-céus. Isso é salutar?

Não é salutar. Luanda tem características geológicas e infra-estruturais muito próprias, com argilas expansivas em toda a sua superfície, logo só por si as construções em altura tornam-se muito onerosas, isto por um lado. Por outro lado, as infra-estruturas existentes, que são do tempo colonial, foram dimensionadas para edifícios de cinco e até seis pisos, e não mais altos. Hoje, principalmente na baixa de Luanda, vão nascendo torres de vidro. Primeiro, são as infra-estruturas que não aguentam, muitos edifícios funcionam à base de geradores, têm fossas sépticas incorporadas e sistemas alternativos de infra-estruturas que não foram dimensionadas para esse propósito.

Já que proliferam os edifícios altos, a solução é fazer-se um trabalho profundo de actualização das infra-estruturas. Passa por trocar tudo, como, por exemplo, na área do saneamento grande parte do sistema é unitário, isto é, no mesmo colectador tanto passa a drenagem pluvial das chuvas, como a drenagem residual dos esgotos. E isso é um handicap. Com estes prédios novos, a carga é muito maior e esta infra-estrutura está obsoleta.

O plano Director que foi aprovado, antes não havia esta ferramenta regulamentar de controlo, vem agora regular, ordenar e permitir um crescimento sustentável. É uma ferramenta útil que todos deveremos abraçar e até tentar melhorar.

Há uma parte histórica de Luanda que está a desaparecer. Haverá alguma solução alternativa?

Existem correntes, e voltando ao plano Director de Luanda, do qual tenho conhecimento, há um capítulo que fala da protecção do património e da criação de um perímetro histórico de Luanda. Estão previstos projectos de reabilitação e requalificação do casco histórico, que começa na zona dos Coqueiros, na Fortaleza, e passa pela rua rainha Ginga, Igreja dos Remédios e a rua dos Mercadores, todo um perímetro que deverá ser requalificado e revitalizado. Hoje, o casco histórico, durante o dia, tem muita vida e actividade, mas à noite fica desértico. Tem que se inverter este cenário e criar um conjunto de soluções nestas zonas, dando outros usos, de hotelaria, restauração, entre outros, para à noite também ter vida, pois o turista que cá vier tem de sentir-se integrado e saber da história de Luanda. Algumas vias devem ser pedonais, para o uso exclusivo dos peões.

7.2 Plano de Luanda considerado um exemplo

Jornal de Angola

06 De Julho de 2016

Texto: Yara Simão

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, elogiou ontem, em Luanda, O Plano de Urbanização da província de Luanda para 2030.

"Não podemos deixar de assinalar o bom exemplo que constitui o plano provincial de Luanda para 2030, uma vez que Angola não se afasta da tendência mundial de rápida urbanização, como o demonstrou o censo de 20 14, que certifica que mais de 60 por cento dos angolanos já vivem em cidades", afirmou o ministro, na abertura da Conferência sobre Desenvolvimento Urbano, realizada no quadro da Nova Agenda Urbana das Nações Unidas, que orienta as políticas urbanas nacionais para a gestão sustentável das cidades.

A Nova Agenda Urbana da ONU vai ser lançada na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável "Habitat III", a decorrer na cidade de Quito, Equador, de 17 a 20 de Outubro deste ano.

Bornito de Sousa anunciou, a propósito, que está em curso a elaboração do Plano Nacional de Ordenamento do Território (POT) e lembrou que o pacote legislativo sobre a organização do território que integra o calendário de tarefas essenciais para a preparação das eleições gerais de 2017 e das futuras eleições autárquicas, já foi aprovado na generalidade pela Assembleia nacional.

O pacote contempla políticas e programas nacionais de habitação e território e a elaboração dos planos de desenvolvimento municipais, pelo Ministério do Urbanismo e Habitação, fundamentais para evitar a reprodução de áreas de habitação precária e informal na periferia das cidades, ou dispersas em zonas rurais, nas quais se torna difícil a prestação dos serviços básicos e se potenciam a marginalidade, de emprego, doença e pobreza, incluindo o fluxo migratório das áreas rurais para as cidades.

A conferência Habitat II decorreu em 1996, na cidade de Istambul, Turquia, enquanto a Habitat I se realizou em 1976, na cidade de Vancouver, Canadá.

Bornito de Sousa disse que a nova Agenda Urbana está alinhada com os objectivos de desenvolvimento sustentável, que propõe aos Estados garantir até 2030 o acesso dos cidadãos à habitação segura, adequada e a preço acessível.

Proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros e sustentáveis. Aumentar a urbanização inclusiva e Sustentável, reduzir de forma significativa o número de pessoas afectadas por catástrofes, melhorar a qualidade e sustentabilidade ambiental, proporcionar o acesso universal aos espaços públicos seguros e inclusivos, e salvaguardar o património cultural, são outros objectivos alinhados na Nova Agenda Urbana.

O ministro advertiu ainda que a nova Agenda Urbana em preparação, a par do PLANEAT 2030, deve tomar as cidades e outros assentamentos humanos como uma rede de serviços com a finalidade de servir os cidadãos, as famílias, as comunidades e as empresas.

A ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, disse que a conferência tem lugar num momento crucial para a formulação. De novas linhas directoras para a gestão das cidades.

O objectivo é colher contribuições sobre os desafios futuros da política urbana nacional, numa visão partilhada e alinhada com a demanda do crescimento urbano mundial e do continente africano em particular. Nas próximas décadas a população

urbana vai dobrar o número, representando quase três quartos da população global.

7.3 Nova linha de transportes serve Kilamba e Sequele

Jornal De Angola

09 De Julho de 2016

Texto: Edivaldo Cristóvão

Os moradores das centrais idades do Kilamba e do Sequele, que trabalham na Baixa de Luanda ou que para lá se deslocam em negócios e outras actividades, têm mais uma opção em termos de mobilidade, com o lançamento de uma linha de transporte colectivo denominada "São Francisco".

O percurso começa das centralidades até ao Porto de Luanda, com horário entre as 5h00 e as 21h00.

O novo serviço teve início há mais de um mês na Central idade do Kilamba e há mais de duas semanas no Sequele.

Além das centralidades do Kilamba e do Sequele, a São Francisco faz também o trajecto Urbanização Nova Vida I Porto de Luanda e, futuramente, vai ser lançada a linha Vila Pacífica/Porto de Luanda. A São Francisco é uma empresa dedicada à prestação de serviços no

Segmento de transporte colectivo de passageiros. Tem uma frota de veículos capaz de atender ao crescimento da cidade capital e apresenta uma solução na mobilidade urbana, sem descuidar do conforto e do bem-estar.

A empresa criou uma ferramenta de gestão e de desenvolvimento de recursos que possibilita saber o perfil dos passageiros e outros serviços disponíveis, como a definição dos pontos de partida.

O São Francisco tem também disponíveis serviços para empresas ou grupos que pretendam recorrer ao pagamento mensal. As viaturas são de 18 a 30 lugares e estão equipadas por GPS, Car-Fi e Catering a bordo, onde são fornecidos lanches, disponibilidade de serviços de banda larga e garantia de segurança preventiva. E reservado ainda, em cada viatura, um lugar para idosos maiores de 65 anos e para crianças até aos 12 anos.

7.4 Plano metropolitano, entre outras obras não são do conhecimento da ordem

Jornal Grades Notícias
15 De Julho de 2016

A existência de escolas irregulares de arquitectura, a ilegalidade no exercício da profissão, a qualidade do ensino da arquitectura, a estética arquitectónica e a ausência do verde nas urbanizações de Luanda são assuntos que o presidente da Ordem dos Arquitectos de Angola (OAA), Leonel Victor, abordou numa entrevista à Angop que, com a devida vénia, o Grandes Notícias retoma nesta edição.

Pergunta (P) - Senhor presidente, quando é que se formaram os primeiros arquitectos angolanos na pós-independência?

Resposta (R) - Depois da independência, fez-se a primeira escola pública de arquitectura na Universidade Agostinho Neto. O primeiro grupo formou-se em 1984 e em 1990 criou-se a Associação de Arquitectos, depois, em 2004, a Ordem dos Arquitectos. Em 2006, realizaram-se as primeiras eleições e a partir daí a ordem começou a funcionar. O primeiro grupo devia ter menos de 20 pessoas. Quando se cria a associação em 1990, devia ter menos de 100 arquitectos. Em 2006, quando houve as primeiras eleições na ordem, éramos cerca de 300 arquitectos e, neste momento, passados 10 anos, somos 1000 arquitectos inscritos.

P - Quando é que surgiram as primeiras escolas privadas de arquitectura em Angola?

R - A partir de 2002, com a paz, começam a surgir várias escolas de arquitectura, não só públicas como privadas. Isto mostra muito bem que a arquitectura é um negócio de paz. Então com este advento, começam a aparecer, de uma forma rápida demais, escolas de arquitectura. Para se ter uma ideia, nós controlamos 18/19 escolas de arquitectura, mas oficialmente o Ministério do Ensino Superior mandou para nós uma lista de apenas 12 escolas de arquitectura.

P - Isto quer dizer que as outras seis ou sete são ilegais, quais são as acções que a ordem enceta, nesses casos, para que se acabem com estas situações?

R - As instituições têm que saber que ao funcionarem à revelia do ministério os estudantes depois não podem exercer. Portanto, eles precisam de perceber que há uma ordem, há lei. Isto é transversal à vida do estudante depois de terminar. Essas escolas deveriam

até ser criminalizadas, porque estão a gastar dinheiro e o tempo dos estudantes. Ficar 4 ou 5 anos a estudar e depois não poder exercer? Acho um caso de polícia, se calhar de procuradoria, porque é um crime público. Não podem estar a cobrar dinheiro, dando a entender que está tudo ok. Eu acho que o Ministério do Ensino Superior, regularmente, deve publicar a lista das instituições que estão legais e publicitar em todos os jornais, para que, caso o estudante for para uma não autorizada, a responsabilidade seja dele, já não do Ensino Superior. Veja que nós temos tantas escolas ou mais escolas que todos os países africanos de língua francesa juntos.

P - Mas este número tem um resultado inverso em termos qualitativos?

R - Não, nem por isto. A nossa qualidade é boa. É aceitável

P - Mas há "vozes" que afirmam que a qualidade do ensino está abaixo de outras instituições de África...

R - Não é verdade! Eu conheço, na qualidade de vice-presidente da União Africana de Arquitectos, muitos países da região e sei que, a nível da arquitectura, a maior parte dos arquitectos dos países francófonos foram formados em França, não nos seus países. Daí dizer que, em termos numéricos, a quantidade de escolas de arquitectura em África nos países francófonos é inferior às que temos cá em Angola. O ano passado, fui convidado a fazer parte do júri do primeiro grupo que se formou nos Camarões. Convidaram pessoas de cinco países diferentes para avaliar os trabalhos dos finalistas e constatei que os Camarões têm uma escola de arquitectura, a Cote d'Ivoire não tem, as pessoas formam-se no Togo; os anglófonos sim, possuem várias escolas, o Magreb também. Aliás, em termos de números, os países do norte de África estão em melhor posição, com mais de 100, no seu conjunto, depois vêm os países anglófonos, a seguir os de expressão de língua portuguesa, só depois é que estão os francófonos. Nesses, de língua portuguesa, Moçambique possui duas escolas, Cabo Verde tem duas escolas, em São Tomé não há, na Guiné-Bissau também não. Portanto é Angola que está à frente.

P - Então a formação de arquitectos em Angola é satisfatória, do ponto de vista quantitativo e qualitativo?

R - É satisfatória, na medida em que os programas que as instituições de ensino cá usam estão em conexão com universidades estrangeiras, o programa curricular é um pouco similar com a universidade em que ela se espelha. Daí que, em termos curriculares, a matéria é a mesma. Agora em questões da qualidade

dos docentes isto poderia ser mais discutível, mas dentro daquilo que é possível fazer já se consegue passar ao estudante. Eu acredito que é aceitável.

P - Neste sentido, pode-se dizer que nos projectos urbanísticos executados em Angola já existe traços de uma arquitectura angolana?

R - Ainda não!

P - O que falta para que tenha?

R - Falta darmos o sentido da angolanidade aos nossos projectos. Arquitectura, no sentido mais lato do termo, é urna das manifestações culturais que um povo tem. Dou um exemplo: Nós, enquanto seres humanos, temos a mesma necessidade. Precisamos de dormir, comer, conviver, fazer necessidades. Se nós transformarmos isto, estas nossas necessidades, numa habitação, tudo é igual, o que difere é a cultura de cada um. Ao olhar para a casa que o chinês faz, digo, aquela casa é chinesa; olho para a casa do árabe e digo, aquela casa é árabe; olho para a casa europeia e afirmo, aquela casa é europeia. Tanto no traço interior como exterior, eu sinto aquela característica; os adornos que vão dar às paredes, vejo os adornos e identifico a origem da sua concepção. Muitas vezes, nas casas chinesas, asiáticas' numa forma geral, há a mesa no chão. Sentam-se no chão. Quer dizer, ao tratamento que eles dão à madeira, sente-se que é asiático. Isto aqui é chinês, mas é a sala, é o quarto ou a casa de banho. Portanto, sai da necessidade natural humana e passa para necessidade cultural humana. Isto é arquitectura, é cultura. Nós temos, a nível da ordem, incentivado os arquitectos a fazer pesquisa e a puxar, cada vez mais, daquilo que são os nossos elementos culturais, os nossos motivos culturais. Por exemplo, qualquer angolano consegue identificar um pano do Congo, porque tem características próprias.

P - Mas muitos deles não são feitos no Congo?

R - Eu sei, mas as características são nossas. Por exemplo, eu posso conseguir imitar a casa chinesa, com a mesma característica, mas haverá um detalhe que faria um chinês nativo dizer aqui falharam num ponto e apercebe-se não ter sido um chinês a fazer. É o que acontece com o pano do Congo, quem não prestar muita atenção vai pensar ser original, diferente daquele, em nível têxtil, em que conseguiram vincar urna personalidade cultural facilmente identificável. Então é preciso vincar isto a nível da arquitectura. Aquela simbologia tem que existir nas nossas casas, nas nossas fachadas. Precisamos pôr simbolismos angolanos e nós temos, na nossa tradição, muitos. Desde o Pensador a Mwana Puo e outros que não se manifestam em termos culturais, mas bem interessantes. Então são

estes elementos que nós precisamos colocar nos nossos edifícios.

P - Para que isto aconteça, é necessário o quê?

R - Nós temos estado a organizar fóruns nacionais e internacionais, nos quais vamos passando esta mensagem aos arquitectos. Primeiro é necessário que as pessoas tenham conhecimento que é assim que se faz e onde ir buscar essas informações. Vamos ao Museu do Dundo e temos informações enormíssimas. Aliás, nem precisamos chegar lá. Numa aldeia qualquer angolana, encontramos informações enormíssimas da nossa pintura. Vemos as nossas pinturas, quando há grupos culturais, grupos de dança. A maneira como são pintados serve de referência à nossa arquitectura. Nós temos tentado incentivar os arquitectos a perceber isto, para que consigam exaltar este elemento cultural presente nas nossas máscaras, nos nossos panos, nas nossas pinturas e que transportem para os edifícios. Quando os arquitectos, cada vez mais, começarem a ter consciência disto, e alguns já começaram, então se vai começar, inicialmente com alguma timidez, depois com alguma frequência e seriedade, a pôr estes elementos nos nossos edifícios, mas este é um processo que precisa começar.

P - No caso, como avalia a inserção dos arquitectos no mercado angolano?

R - Nós temos, digamos, uma luta intensa, porque infelizmente o maior contratador cá no país é o estado, é o governo, e muitas vezes os projectos são feitos por arquitectos estrangeiros legais ou ilegais. Eu até compreendo aqueles casos em que um projecto público de grande dimensão, que se quer com alguma urgência, ou que por força de algum acordo internacional, é entregue a estrangeiros, mas outros não se justificam. A qualidade de qualquer profissional ganha-se fazendo. Há um slogan que diz: o caminho faz-se caminhado. Se nós não caminharmos, nunca vamos fazer. Então o arquitecto vai ser bom à medida que for trabalhando cada vez mais, se não há oportunidade de fazer, não há oportunidade de ser experiente. Há países que têm arquitectos que só fazem arquitecturas de hospitais, porque ele especializou-se em arquitectura de hospitais. Fez dois, três ou quatro hospitais e transformou-se no maior especialista em hospitais, então, sempre que alguém quiser fazer um hospital, contrata-o como consultor ou como próprio arquitecto, mas nós, infelizmente, por não haver trabalho, fazemos o que aparece. Faço um hospital hoje, amanhã uma creche, depois uma escola. Quer dizer, não me especializo porque não há trabalhos.

P - Quantos são os arquitectos que trabalham à margem da ordem?

R - Nós temos controlado mais ou menos 100 arquitectos estrangeiros e nacionais que exercem de forma ilegal.

P - Como é possível?

R - Vejamos, se alguém é arquitecto e é nomeado para director nacional, sem se levar em consideração se ele está registado na ordem ou não, corre-se o risco de ir contra a lei. É preciso saber se ele pode exercer arquitectura, e para isto é a Ordem dos Arquitectos quem informa. Não me refiro só aos arquitectos estrangeiros, também aos nacionais. Há alguns em sector público e outros em privado que não podem exercer. Estes são a minoria em relação aos estrangeiros. Eu diria uns 30 nacionais para 70 estrangeiros. O estrangeiro vem para aqui, pode exercer se estiver legal e inscrito na ordem, mas se não estiver não pode exercer, porém, muitas vezes, nós vemos esse estrangeiro a ir para o concurso público.

P - Mas há casos, e a ordem não tem formas de acabar com a situação?

R - Não! O que nós podemos fazer é chamar atenção para quem decide.

P - Então, dentro deste quadro, é possível que projectos para Angola sejam feitos no estrangeiro, sem o vosso conhecimento?

R - Há muitos!

P - Pode enumerar alguns?

R - Não, é melhor não! Há dois perigos aqui perante esta prática. Um deles é a responsabilização, porque se acontecer alguma coisa com aquele projecto é preciso que o técnico seja responsabilizado. Se ele não está cá, se ele nem nacional é, nunca esteve inscrito aqui, que medida é que a ordem vai tomar, nós não sabemos se ele existe, como vamos responsabilizar esse arquitecto? Por outro, é a fuga de capital. Nós pagamos a esse arquitecto e, às vezes paga-se bem, para fazer um determinado projecto, é claro que ele não vai guardar o seu dinheiro cá nem construir a sua casa aqui no Marçal. Vai levar o dinheiro para a terra dele, por transferência bancária ou em mão, mas ele vai levar. Além de pagar impostos, ele poderia fazer investimentos cá, mas como ele não é nacional, vai fazer investimentos na sua terra de origem, depois nós vemos que o país fica sem dinheiro. Claro!

P - Neste caso, os arquitectos estrangeiros também deveriam estar inscritos na ordem?

R - Eles têm de estar inscrito na ordem! Muitas vezes, o que acontece aqui é que as pessoas têm visto de trabalho, mesmo sem poder exercer. Então como é que o visto é atribuído se ele não tem inscrição na ordem? O primeiro requisito, para obtenção do visto deveria ser a inscrição na ordem e para estar inscrito na ordem, uma das obrigações, é que viva em Angola há mais de 15 anos, outro critério é que tenha estudado cá, assim como o da reciprocidade. Se nós não podemos exercer no país deles, eles também não o podem fazer cá. Então como é que eles aqui podem ter visto de trabalho sem ir para ordem? Não faz sentido, O que se deve dizer às empresas que queiram contratar arquitectos é que o façam somente no mercado nacional.

P - E quem deve impor esta situação?

R - É o gabinete para quem eles escrevem. Os vários órgãos ministeriais a quem essas empresas escrevem a solicitar. Todos que se envolvem no mercado da construção civil.

P - Então está a sugerir haver falta de controlo dos órgãos afins?

R - O que eu aconselho é o Ministério do Interior a rejeitar solicitações de vistos de trabalho a arquitectos que não tenham nos seus expedientes o parecer da Ordem dos Arquitectos Angolanos.

P - A ordem tem autonomia para inspeccionar uma obra para verificar a condição do arquitecto projectista e, caso este não esteja regularizado, mandar suspender os trabalhos?

R - Nós ainda não chegamos a este ponto. Vamos chegar lá. Estamos na fase da educação' de sensibilização às várias entidades governamentais. Nós podemos partir para uma acção mais coerciva, mas primeiro estamos a aconselhar a quem atribui obras a essas pessoas, a essas empresas. É preciso perceber essencialmente a responsabilização das acções. Nós somos poucos. Angola tem mil arquitectos, Portugal 23 mil arquitectos, Brasil 130 mil. Se esses não nos deixam exercer lá, não somos nós que vamos abrir para 130 mil, não somos nós que vamos abrir para 23 mil, seria um rombo para o país.

P - Porque é que se exige os 15 anos ao estrangeiro para pertencer a Ordem dos Arquitectos em Angola?

R - Porque uma pessoa em 15 anos aqui aprende a cultura nacional, consegue compreender a cultura

nacional. Ele está há tempo suficiente para perceber as nuances da nossa cultura. Esse sim, está à vontade para fazer projectos aqui, um indivíduo que estudou cá, que teve contacto com várias sensibilidades da nossa cultura, então está á vontade.

P - Afinal quantos arquitectos estrangeiros têm legalizados?

R - O número é muito pouco, temos aí entre dez a vinte.

P - Poderia falar dos detalhes do Plano Metropolitano de Luanda, caso tenha tomado contacto com ele?

R - Não. Não tive!

P - Como foi possível, existir um plano metropolitano sem a ordem ter tomado contacto?

R - É uma lacuna grande, mas infelizmente foi isto que aconteceu. Mas o que devemos realçar aqui é que o plano é necessário, isto não se discute. A empresa que elaborou o plano, acredito que tenha conhecimentos suficientes para isto. O que deveria ter acontecido é que nós déssemos a nossa opinião a respeito dos resultados. Por incrível que pareça, fez-se consultas a nível de localidades, a nível de escolas e outros sectores da sociedade, mas um dos sectores importantes como a Ordem dos Arquitectos não foi consultado. Então, nós, a este respeito, não podemos dar opinião porque não conhecemos sequer o projecto.

P - Como avalia o salto urbanístico que se deu no país. As novas centralidades obedecem aos padrões universais de habitabilidade ou merecem correcções?

R - No meu ponto de vista, principalmente as do Kilamba, do Zango e do Sequele, eram necessárias no pós-guerra.

P - Porquê?

R - Se repararmos, agora vou fazer uma incursão histórica, nós de 1975 até 1992, a guerra que tivemos cá, aconteceu nas aldeias, fora das cidades. O migrante que fugia da guerra para as grandes cidades, normalmente era alguém que chegava e construía em volta das cidades, daí o crescimento que os nossos musseques tiveram. Não havia aquela preocupação de se instalar no centro. Nesse período até 1992, praticamente as únicas habitações feitas foram as dos "cubanos": mas num número irrisório. Não sei qual era a taxa de crescimento naquela altura, depois de 1992, o fenómeno foi outro, porque a guerra não foi nas aldeias. A guerra foi nas cidades, e o indivíduo que fugiu da guerra já não construiu nos arredores da

urbe, porque ele é muito urbano, não tem vivência rural sequer. Quando chega, fica na cidade.

Foi o que vimos. De repente, o número de pessoas nas nossas casas passa de cinco ou 10 para 20-30, porque estas não estão à vontade no meio rural, não estão à vontade no meio peri-urbano, então eles preferiam ficar em habitações de famílias, que, muitas vezes, ficavam abarrotadas, já não havia sequer espaço para as pessoas viverem e era necessário o governo dar uma resposta com urgência. Começou-se a dar alguma resposta com as 500 casas, depois o projecto morar, Q projecto Luanda Sul Mas quando veio a paz, percebeu-se que os empresários estrangeiros começaram a invadir Angola, no bom sentido, para negócios. Os preços dos hotéis triplicaram, os preços das habitações triplicaram. Num apartamento, sem condições nenhuma, por um quarto pagava-se 10 mil dólares. Quer dizer, era uma situação em que se precisava por mão, daí que as centralidades foram um mal necessário. Normalmente, todos os países saídos de uma guerra tiveram este tipo de resposta. A qualidade em termos de edifício é muito interessante? Não é, num pós-guerra, mas não é isto que preocupa! Do ponto de vista urbano, digo isto sem receio nenhum, o Kilamba está melhor que o Talatona. No Talatona não se passeia, não há espaço nem passeios. Não é um sítio onde as pessoas passeiam à cidade. No Kilamba, as pessoas passeiam à cidade.

P - Então o Kilamba só pode pecar na estética?

R - Como eu disse, com respostas em massa, corre-se sempre este risco da qualidade da imagem, mas eu já vi projectos, que também foram respostas dos pós-guerras em que a qualidade da imagem é pior que a do Kilamba. O Kilamba e outras cidades feitas foram uma resposta muito corajosa e até segura. Nós vimos como o preço da habitação caiu. Foi mais ou menos para a normalidade. Agora se me perguntarem sobre a necessidade das outras centralidades do país eu digo que não, já não se precisava.

P - Mas, porquê?

R - Porque a pressão populacional já não era tão intensa. Haverá muitas casas vazias. É necessário, claro, já que as outras províncias também tiveram essa necessidade, mas não com a mesma dimensão que foram feitas. Avaliou-se mal as necessidades dessas províncias. Deveriam ser feitas centralidades, mas com um número mais reduzido de edifícios e não com aquela intensidade.

P - Então, como vê a estética no desenvolvimento urbanístico em Angola?

R - Agora precisamos fazer com calma, porque a pressão que houve já passou. Agora nós precisamos encarar com alguma calma essa questão do desenvolvimento das cidades. Nós olhamos para os desenhos, para as habitações que são feitas, por exemplo, no Benfica e vimos muita boa qualidade no traçado das habitações. Então as respostas que estão a ser dadas já são com alguma qualidade, e ainda bem que existe o Plano Director de Luanda, porque vai encaminhar as realizações para os locais mais correctos. A vantagem do plano director é que não se faz só por fazer em áreas eventualmente não realizáveis. Vai pôr um pouco de ordem nesse desenvolvimento e com isso vamos conseguir perceber e até nos antecipar, em termos arquitectónicos, sobre a tendência da construção habitacional, a tendência da construção industrial, a tendência da construção de um serviço qualquer que vai ser prestado. O plano director tem esta vantagem. Mas isto passa por uma outra questão, que é a da documentação. É preciso que a nível nacional se comece a dar documentos aos terrenos. As pessoas precisam de ter documentação. Qualquer terreno que se ocupe tem de ter documento, só assim vamos poder evitar que população construa em zonas de risco. Por outro lado, esta população precisa começar a pagar imposto sobre o espaço onde vive. Todos nós, o governo está a perder dinheiro em impostos. Se alguém ocupa um terreno, em vez de ser desalojado deve ser cadastrado e pagar. Se for de forma ilegal, pior ainda, paga pela infracção, pela documentação que o legaliza, e depois um valor constante que pode ser mensal ou anual. Por exemplo, o equivalente a dez mil dólares por ano. É preciso que o governo arrecade dinheiro. Nós temos esta luta dos terrenos porque não se dá documentos, não se paga. Todo mundo ocupa os terrenos, mas não tem documentos, depois vem outro ocupa, também não tem documento, vem outro e assim adiante. Neste processo, há revenda, mas ninguém tem documentos.

P - O verde é tido como o pulmão dos grandes centros urbanos, qual é a sua opinião sobre a conservação desses espaços na cidade velha, ou a sua criação nos novos centros urbanos?

R - Não temos verde em Luanda, infelizmente. Aqui em Luanda tínhamos a floresta da ilha e a zona verde, mas estão num estado que ninguém consegue explicar o que se passa. E temos algumas arborizações. As que existem na cidade não são suficientes para absorver o dióxido de carbono que é emitido diariamente em todos os cantos. Então, a qualidade do ambiente, do ar que respiramos é má. Vemos o Kilamba, não há espaço só verde onde as pessoas deveriam ir e encontrar só o verde, mas o Kilamba não é um bom exemplo, porque foi feita em

situação de emergência. É preciso que se arborize a cidade.

P - Quais são as consequências da falta do verde?

R - As doenças, torna-se uma situação de saúde pública, então vamos ver uma vez mais os hospitais cheios, porque não há verde, a qualidade do ar não é boa.

P - O que pode falar sobre o aproveitamento das tecnologias ambientais para a construção, para o aproveitamento, por exemplo da luz natural, arejamento e outros benefícios?

R Qualquer arquitecto aprende na escola de arquitectura a sustentabilidade. Nós, de acordo com o hemisfério em que estamos, precisamos de proteger do sol a fachada que mais raios solares apanha e deixarmos descoberta aquelas parte em que o sol não incide tanto, isto é, indirectamente, portanto é mais luz do que sol. Nós vemos muitos destes exemplares de edifícios aqui com um resultado muito bem feito, nomeadamente o Ministério da Construção, com uma dupla fachada. Uma para protecção, e lá para trás tudo é completamente vidro, mas este vidro não sofre insolação, está completamente protegido. São soluções que se conseguem e fazem com que o ambiente no interior seja cada vez mais ameno. O que acontece neste momento, é que os edifícios actuais estão ser a projectados por arquitectos pouco preocupados com as características de cá. Pega e põe uma série de vidros. O vidro mais inclinado, menos inclinado, mais para a direita, só que para se ter um conforto interior, se gasta muita energia eléctrica que vem por barragem ou por gerador. O gerador, normalmente, é a gasóleo e manda uma série de dióxido de carbono para o ambiente. Se o vidro recebe a insolação directa, cria um efeito estufa no interior, aquilo é um aquecimento infernal. Então é preferível usar um vidro simples, mas que a fachada esteja protegida, aí, o preço da construção cai e sobra dinheiro para outras coisas.

P - No mercado angolano coabitam materiais de construção nacionais e estrangeiros, pode comentar o seu uso, sobretudo na construção civil tendo em conta a longevidade da obra e defesa do meio ambiente?

R - Sobre isto eu chamo atenção do "perigo de se entregar obras a estrangeiros. Lembremo-nos que por trás de um arquitecto está sempre uma indústria de construção, não tenhamos ilusões: 90 por cento do material de construção envolvido na edificação do Kilamba é chinês. Porquê? Porque os projectistas foram chineses. 90 por cento do material que está no nova vida é da África do Sul, porque os projectistas

foram sul-africanos. Outros tantos porcentos do material no Talatona é brasileiro, porque os projectistas são brasileiros, igualmente o material nas edificações da baixa de Luanda é europeu, porque os projectistas foram europeus. Então o denominador comum está na origem do arquitecto que define os materiais usados. Se nós quisermos dinamizar a nossa economia, se quisermos que a nossa indústria de matérias de construção se desenvolva, então precisamos fazer lobbies com os arquitectos nacionais. Há necessidade de eles conhecerem os projectos que estão a ser feitos. Por exemplo, sabemos que na zona económica especial há muito material, mas nós arquitectos não conhecemos as referências desses materiais para poderemos indicar nos nossos projectos. Uma loja pode ter o material feito na zona económica, mas se o arquitecto não o referenciar no projecto, dificilmente a procura será alta. Ele pode ter uma fechadura muito bonita, mas se o arquitecto não a conhecer vai pegar num catálogo de materiais estrangeiro e recomendar este. Eu já fui a feiras internacionais a convite de instituições estrangeiras como membro da União Africana de Arquitectos. Eles vêm para África para fazer lobbies com os arquitectos e nós, muitas vezes, deixamos isto em mãos alheias. Porque os arquitectos não sabem o que está a ser feito no país, não têm como referenciar estes materiais em seus projectos.

P - Então há qualidade nos materiais de construção fabricados em Angola para dar resposta aos projectos em execução?

R - Alguns até têm, mas nós não conhecemos. Ao que me estou a referir é que os arquitectos conhecem pouco da indústria de construção aqui, porque essa indústria não faz o lobbies com os arquitectos, fecham-se quando deviam abrir-se aos arquitectos. Casos os arquitectos conhecessem bem os materiais fabricados na Zona Económica Especial, poderiam referencia-los nos seus projectos e ajudar a subir as encomendas. Naturalmente que se houver sempre o esgotamento dos stocks, essas indústrias aumentariam a produção, e isto daria mais emprego, aumentaria a quantidade de materiais fabricados e depois, quem sabe, começariam a exportar para países vizinhos. Nós estamos mais preocupados com as Feiras Internacionais de vendas daquilo que é produzido fora em detrimento do que é feito cá. Os nossos produtos não precisam de ir para as férias só para fazer publicidade, têm que contactar as instituições, no caso a ordem e os gabinetes de arquitectura para que se possa, cada vez mais, colocar esses produtos nacionais nos seus projectos.

P - Falou do vidro em Angola. Dada a realidade angolana, quais são os melhores matérias de

construção ou métodos de construção melhores para Angola, o tijolo cerâmico ou bloco de cimento; a cofragem ou a estrutura tradicional; a construção vertical ou as residências normais?

R - Há muitos factores, porque Angola tem uma série de regiões climáticas: por exemplo, para Luanda ou outras zonas mais quentes no litoral, eu aconselharia o tijolo. O espaço feito por este material acaba por ser mais fresco que o elaborado em betão. Em questões térmicas, o tijolo deixa passar mais ar, o bloco resiste à passagem do calor e acaba por o fazer mais tarde, à noite, por aí. Aqui, à noite, nós precisamos frescura, mas já no interior, casos do Huambo, Cuando Cubango e Huíla, eventualmente, o bloco poderia funcionar melhor, porque, do ponto de vista do trabalho térmico, apanha a insolação de dia e à noite, quando o calor já está a entrar para o edifício, a temperatura está a baixar e torna o ambiente mais agradável. Então, o uso do bloco e do tijolo depende da região em que se vai construir. Agora, a cofragem (estrutura de ferro) depende da opção de quem vai construir. Quanto à construção vertical ou horizontal, depende muito daquilo que é o espaço que nós precisamos. Normalmente, os países misturam no centro escritórios, serviços e habitação, mas nas periferias não precisam desta pressão. Os espaços para serem usados em altura são aqueles que a própria dinâmica da sociedade obriga e depois, nos outros espaços mais periféricos, a construção é feita mais baixa, na horizontal. Não é por acaso que os bairros foram nascendo, porque a vida fora do Centro' nos bairros, é feita um pouco com mais calma, com os serviços de proximidade. O ambiente no bairro, até, é mais de província.

P - Pode sugerir edificações de Angola que podem ser indicados como patrimónios locais e depois universais?

R - Nós temos, por exemplo, as nossas maravilhas de Angola, precisamos classifica-las como património nacional e, sem medo de errar, digo que parte delas não está ou todas não estão. Quando nós catalogarmos e considerarmos os nossos patrimónios, serão considerados um bem público que ninguém mais pode mexer, para a sua preservação, mas não temos nenhum património registado na Unesco, quer dizer nós não entregamos nada à humanidade.

P - Mas temos o caso de Mbanza Congo?

R - É que está no processo, foi bom termos este início e é preciso que venham outras.

P - Mas é precisamente isto que queremos saber) sobretudo em edifícios) se temos algum que mereça ser indicado para património universal?

R - Temos edifícios classificados cá, a baixa de Luanda, a rua dos mercadores por exemplo. É património nacional, mas não é da humanidade, poderíamos propor que fosse património da humanidade. Há uma série de edifícios aqui na baixa de Luanda, com valor patrimonial que estão a ser mandados abaixo. Mas se além de património nacional, passassem a da humanidade não seriam demolidos.

P - E a cidade do Dondo?

R - Não só a cidade do Dondo, eu visitei a cidade do Tombwa e fiquei abismado, o Tombwa praticamente é tudo património. Nós estamos ricos em termos de património que pode ser oferecido à humanidade. Quando a humanidade recebe, quando a Unesco recebe como património é ela quem paga as intervenções, porque deixa de pertencer a nós, depois fomenta o turismo científico. Há muita gente que passa a vida com a página do património da humanidade para estudar, sai do seu país e diz: quero estudar este tipo de património. Quero estudar arquitectura colonial portuguesa. Onde eu encontro arquitectura colonial portuguesa, património da humanidade? Ele vai ver na Unesco e encontra, sai do seu país e vai até ao Dondo ao Tombwa e à baixa de Luanda para estudar aquele património, mas nós não estamos a divulgar, nem sequer estamos a incentivar para que este turismo científico seja feito. Então há muito trabalho pela frente para nós que estamos mais directamente ligados a isto. As instituições ministeriais, as ordens e as instituições afins têm que trabalhar nisto.

P - Qual o ponto de vista do presidente da OAA sobre a história da arquitectura angolana?

R - Em Angola com a chegada dos portugueses em termos de habitação e urbanismo os portugueses, à medida que foram tomando mais espaço dentro dos territórios, construíram as suas habitações, primeiro, moradias colectivas, depois moradias individuais e sempre naturalmente com aquilo que se fazia na Europa, nomeadamente Portugal. Era uma réplica do que se fazia em Portugal.

A imagem da baixa de Luanda, a Imagem da cidade velha de cabo Verde, a imagem de Maputo, todas as cidades coloniais portuguesas têm mais ou menos a mesma característica arquitectónica, daí que este tipo de casa ficou conhecida como habitação do tipo colonial.

Foi feita nesse período da colonização. Mais tarde começou-se a fazer edifícios mais imponentes. No início eram edificações mais pequenas e depois começaram a aparecer os palácios com mais

envergaduras. Nos finais do sec XIX, quando surge a arquitectura moderna a nível do mundo, apareceram já casas projectadas por arquitectos, não por construtores, passaram a ser arquitectos a intervir mesmo. As colónias passaram a ter muitos arquitectos, porque foi um processo em que a colonização foi um bocadinho mais intensiva em termos de ocupação de espaços, foi mais coerente em termos da maneira de fazer, Já não era fazer por fazer, mas espaços mais urbanizados. Surgiram vários projectos urbanos. Começaram a aparecer edifícios da arquitectura moderna, como os que se faziam lá fora, na Europa.

Naquela altura, começou-se a fazer arquitectura moderna cá, com uma característica ligeiramente diferente: é que os arquitectos portugueses ou angolanos cá iniciaram a fazer a arquitectura moderna, mas com a característica de Angola, respeitando o ambiente. Muitos edifícios que eram feitos na Europa cumpriam o rigor do clima europeu, os arquitectos cá adaptaram as edificações ao rigor do clima angolano, africano numa forma geral, porque foram as mesmas respostas dadas em Moçambique e Cabo Verde, "bebeu-se" muito do esplendor da arquitectura que estava a ser feita no Brasil, mas conseguiu-se pôr uma característica mesmo nossa e conseguiram-se bons resultados. Depois veio a independência e muito dos arquitectos (90 por cento) saíram do país, Angola viu-se a braços com uma guerra, sem quase arquitectos nenhuns, foi preciso uma coragem muito grande, porque, naquela altura, pensar-se em criar uma escola de arquitectura era quase um paradoxo em termos de determinação, e teve-se esta coragem.

7.5 “As Centralidades foram um mal necessário, hoje os preços das casas baixaram”

Jornal Expansão

01 De Julho de 2016

Texto: Félix Abias

A caminho do segundo mandato a bastonário da Ordem dos Arquitectos de Angola (OAA), por conta da ausência de concorrentes nas eleições que acontecem em Julho deste ano, Victor Leonel António diz-se preocupado com a classe, nomeadamente no tocante à formação e ao trabalho. Mas afirma que Luanda, por exemplo, tem mais arquitectos e escolas de arquitectura do que o necessário. Defende a reclassificação do património do País e, dos projectos habitacionais existentes, diz que as novas centralidades são um "mal necessário",

pois levaram a que os preços do imobiliário baixassem.

Quais as grandes preocupações dos arquitectos?

A formação e o trabalho. A formação no sentido de termos noção daquilo que queremos. Considero que o nível de formação que está a ser feito cá, é aceitável, mas é preciso muito mais. Há alguns aspectos na nossa formação que deveriam ser melhorados, como a cultural. É preciso que leccionemos disciplinas que tenham a ver com a 'casa angolana'. Por outro lado, o trabalho está mal distribuído. Há os que têm muitos trabalhos e os que quase não têm. A União dos Arquitectos Internacionais aconselha que os concursos de projectos que os governos organizam devam ser feitos nas 'ordens'.

Quer explicar melhor?

Se um determinado Ministério quiser promover um concurso público para a construção de um hospital, trabalha com a Ordem, que conhece os arquitectos. A transparência é feita a partir daqui e, se houver alguma irregularidade, a culpa é da Ordem. Isso ainda não acontece.

Cada Ministério organiza os seus concursos?

Sim. E muitas vezes há reclamações e acusações de que os que ganharam o concurso nem são arquitectos, ou são mas não estão inscritos na Ordem.

Os arquitectos nacionais reclamam que são preteridos em detrimento dos estrangeiros. Isto é verdade?

Constatamos isso. Se os concursos públicos fossem feitos na Ordem, a primeira coisa era saber se estavam inscritos. Se for estrangeiro e estiver inscrito, vai trabalhar. Mas se não estiver, não vai. O que nós vemos é que, muitas vezes, os estrangeiros são apontados a dedo. Por exemplo, se eu quero um arquitecto e indico este ou aquele, independentemente de estar inscrito ou não, é chamado. Há muitos que estão a exercer a actividade de forma ilegal, mas são convidados. Temos que acabar com isso.

Como é que são vistos os arquitectos?

O Estado encara-nos com respeito e com muita responsabilidade. Há órgãos ministeriais que percebem qual é a função da Ordem, e respeitam, e há outros que nem fazem a mínima ideia do que é uma ordem. E muitas vezes quando encaramos situações em que é preciso discutir situações, acham que a Ordem é uma associação - e as pessoas reúnem

porque têm vontade "e não uma instituição de utilidade pública.

Como tem sido o diálogo?

Temos debatido isto, mas é um processo. O País não vai estar perfeito repentinamente a todos os níveis e temos consciência que melhorou muito de há alguns anos para cá. Mas tenhamos consciência de que há problemas antigos. Outro problema tem a ver com os vistos de trabalho dos estrangeiros. Eles vêm por uma empresa, mas muitas vezes vêm de um País que não permite que exerça cá.

Há países já identificados cujos arquitectos não podem exercer actividade aqui?

Assinámos acordos com Portugal, Brasil e Cabo Verde. Mas assinamos um 'acordo guarda-chuva'. É um acordo do qual depois vêm outros acordos mais específicos. Mas, neste momento, ainda não podem exercer em Angola. O que existe no nosso regulamento é a reciprocidade. E com os outros países nem sequer acordos temos. Os estrangeiros podem exercer se viverem aqui há mais de 15 anos ou se estudaram cá. Se não estudou cá, nem 'vive cá há mais de 15 anos, vamos para a reciprocidade. Significa que é preciso que o seu país também nos permita exercer lá. Isso não acontece em nenhum dos países.

O que falta?

Não nos interessa dar o passo seguinte, porque queremos proteger os nacionais. Por exemplo, o Brasil tem cerca de 130 mil arquitectos e Angola tem cerca de 1.000. Se 1% dos brasileiros vem para cá, ultrapassa o número de angolanos. Temos que ter cuidado.

Quantos arquitectos estrangeiros temos neste momento registado na ordem?

Cerca de 2% dos arquitectos que existem no País.

Quantos não inscritos?

, Andam à volta de 100 arquitectos.

Como avalia a qualidade das centralidades?

As centralidades foram um mal necessário. Se olharmos para os países que passaram por guerras, viveram isso. É preciso rapidamente resolver o problema da habitação e muitas vezes atropelam-se princípios. Nós olhamos para o parque imobiliário antes e depois das centralidades, e a diferença é abismal. Tínhamos apartamentos de um quarto a custar 5 mil USD. Era horrível. Angola era dos países

mais caros do mundo. Ainda o é, mas em grande parte por causa da imobiliária. Neste momento, os preços caíram. A habitação está mais 'pacífica' e os preços estão mais de acordo com o que se faz a nível internacional.

Quer esclarecer melhor "mal necessário"?

Precisamos de estudar o que são as nuances angolanas. Por outro lado, estamos a falar de construção em massa. Qualquer repetição em grande escala é enjoativa. Mesmo que fosse a casa angolana ser repetida vezes sem conta, seria enjoativa. Mas vejamos uma coisa. Olhemos para o Kilamba - e estou a falar de um projecto cuja construção foi feita em massa - e olhemos para o Talatona - que foi feito com calma. Do ponto de vista urbano, o Kilamba dá 10 a O ao Talatona. Talatona não tem urbanização nenhuma.

Se o Kilamba tivesse sido feito tendo em conta a cultura angolana, como seria?

O que se passa é que quando queres resolver um problema urgente e dentro de um prazo muito curto e com custo baixo, as soluções são muito difíceis. Hoje alguém poderia dizer que faria melhor, mas isso é muito discutível.

Qual seria a casa que atenderia à cultura angolana? Depende do contexto. Mas vemos em Luanda pessoas que têm dinheiro e assumem-se angolanos e não vemos a identidade angolana reproduzida nas suas casas. É preciso que se estude a casa angolana. Olhar para a arquitectura como tecnologia. A arquitectura é essencialmente cultura. Enquanto seres humanos, temos as mesmas necessidades e, obviamente, precisamos de uma casa. Agora, a maneira como faço a cozinha, a sala e outros compartimentos, depende da minha cultura. Eu quando vou fazer um desenho da casa tenho de olhar para a cultura das pessoas que vão habitar nela. Não só em termos de plantas ou outros aspectos, mas também em termos de fachadas. Olhamos para a casa chinesa e identificamos nela traços chineses. Porque a imagem que tem é de uma casa chinesa. E conseguimos identificar uma casa árabe, porque ele, passa à sua casa a imagem da sua cultura. É isso que é necessário fazermos.

Há algum projecto habitacional com imagem angolana?

Não conheço em Angola projectos que tenham imagem angolana. Um projecto que vi e que consegui de alguma forma representá-la e percebe-se que tem alguma angolidade - foi o pavilhão de Angola na Expo da Itália. Mas os projectos aqui não têm nada a ver.

Não é um contraste lá fora passar-se a imagem de angolidade e cá não?

Esse é o risco que se corre quando não se põem arquitectos angolanos a fazerem. Cá, quem está a fazer, são os arquitectos estrangeiros. E o resultado está aí.

7.6 "O património tem que ter utilidade, senão fica abandonado"

Jornal Expansão
01 De Julho de 2016

Diz-se que, em Luanda, a 'cidade velha' vai desaparecendo. Perderam-se o Kinaxixi, a Dona Ana Joaquina, entre outros espaços do património angolano...

Temos que encarar os problemas de frente e isso não está a acontecer. Temos edifícios que têm algum valor arquitectónico e classificados, ou que tinham algum valor simbólico no tempo colonial. Mas não sei que edifícios têm sido classificados depois de 1975.

Qual é o caminho?

É necessário mantermos o que tem valor e o reservemos. O património tem que ter utilidade senão ficam abandonado, tal como estão' alguns, e daqui a pouco para recuperá-los, vai precisar-se de um balúrdio. Se não se dá uma função para que o edifício seja útil, não vale apenas estarmos a classificá-lo. Precisamos de rever os edifícios, incluir outros que nem sequer estão na lista. Porque o Kinaxixi, por exemplo, nem estava na lista do património - e deveria estar. Houve uma luta intensa quando foi a demolição do Kinaxixi, mas também pelo facto de não ter sido classificado, a luta foi inglória.

Há edifícios que deveriam sair da lista?

Alguns devem ser demolidos e outros devem entrar. O centro histórico de Luanda deve ser preservado.

Como tem encarado o debate à volta da demolição do Elinga?

Aquilo tem um proprietário. Pelo que ouvi, quem quer demolir é o Ministério da Cultura. Em muitos países, o estudo para que um edifício tenha valor patrimonial é feito a nível das ordens, com elementos de outras áreas do saber, e não tanto o Governo. O Governo deve ser neutro, porque este é um problema técnico e não político.

Há quem fala de contrastes em Luanda. Continuam a crescer torres no centro?

Luanda está a transformar-se numa grande metrópole. O custo do terreno nas grandes metrópoles é alto. As grandes metrópoles exploram ao máximo o seu espaço. Agora, é preciso que os serviços essenciais às pessoas se expandam a nível dos municípios, se eu precisar de um serviço público, não preciso de vir à baixa de Luanda. Até há alguns anos, só tínhamos um local para fazer um registo automóvel. É horrível.

Diz-se que as novas urbanizações não têm ambiente...

Sim. Luanda não tem espaços verdes. Em alguns casos, acredito que haja boas intenções. Por exemplo, os espaços criados para a prática de exercício ou outro desporto, na Samba, no 10 de Maio e noutros pontos, é um crime. Aquelas pessoas todas vão ter 'tensão alta'. Não há árvore nenhuma. Não pode ser meia-dúzia de árvores que às vezes colocam, como é o caso da Nova Marginal.

Temos um Plano Metropolitano de Luanda...

É um instrumento importante, que vai direccionar o crescimento da cidade e fazer com que saibamos o que queremos. E aí discute-se se é bom ou não.

O que a Ordem recomendou neste plano?

A Ordem até há bem pouco tempo não tinha tido contacto com o Plano Metropolitano de Luanda.

Não foi consultada?

A Ordem não precisa deter conhecimento no processo de concepção. Precisa de ter conhecimento no processo de revisão, para ver se as situações que envolvem todos nós estão a ser preservadas ou não. E não tivemos conhecimento. A informação que tenho é que houve várias apresentações do Plano Metropolitano de Luanda, mais de 200, e por incrível que pareça nenhuma delas foi na Ordem. Não sei o que se passou, mas não me cabe a mim dizer.

7.7 Programas habitacionais devem reflectir realidade urbanística de cada região *01 De Julho de 2016* *Jornal Economia e Finanças*

A ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, afirmou, na passada segunda-feira (27), em Luanda, que a ausência de planos

urbanísticos tem desorientado as populações que, não encontrando resposta às suas necessidades básicas de habitação, no sistema de planeamento, enveredam por práticas de construções clandestinas.

A governante fez este pronunciamento quando discursava na abertura do VI conselho consultivo alargado do Ministério do Urbanismo e Habitação, que decorreu sob o lema "A gestão fundiária na diversificação da economia".

Na sua óptica, é urgente confrontar o planeamento com a gestão fundiária, de forma geral e em particular, com a formação do preço do solo.

Fez saber que se deve obedecer ao conceito de valor justo de rendimento e com o valor patrimonial, decomposto em duas partes fundamentais, a dos custos de investimento em todas as operações envolvidas no processo de adaptação, construção e comercialização, e a correspondente ao valor do solo.

Um outro aspecto a ter em conta neste processo, de acordo com a governante, é o da clarificação do direito de urbanizar, que deverá ser uma prerrogativa exclusiva dos municípios, dentro dos perímetros urbanos.

Segundo disse, estes espaços podem ser empreendimentos turísticos, pelo que deve ser determinado por planos de pormenor ou tratado de forma casuística, com critérios decorrentes da estruturação do povoamento, associado à actividade agrícola ou florestal.

Considerou que os investimentos em infra-estruturas de base, como redes de estrada, telecomunicações, energia, água, saneamento, entre outros, criam as bases para a actividade económica se expandir de forma competitiva e sustentável.

Programas dirigidos

Na ocasião, o vice-governador para a Área Económica da província de Luanda, José Cerqueira, que falava na cerimónia de abertura, destacou a importância do lema do evento, pelo terna da diversificação, que é a ordem do dia, bem como pela cidade de Luanda, que sofre uma pressão demográfica em relação às outras 17 províncias.

Durante o encontro foi apresentado o programa de acções para o ano de 2016, bem como temas relacionados com o "meio urbano como fonte de diversificação da economia", "os mecanismos e procedimentos técnicos e administrativos relativos ao licenciamento de operações urbanísticas".

Foram também feitas "apresentação da visão, missão e objectivos do projecto Blue Ocean em Benguela", "apresentação da experiência de gestão fundiária na urbanização de Talatona" e o "ordenamento da cidade e o seu desenvolvimento sustentável".

No conselho consultivo participam vice-governadores provinciais, directores nacionais e responsáveis de instituições tuteladas pelo Ministério do Urbanismo e Habitação.

7.8 Mais de três dezenas de pessoas ao relento

Jornal o Crime

02 De Julho de 2016

Texto: Osvaldo de Nascimento

Ilha Seca, Zango. Rua movimentada e devidamente estruturada, Quem chega pela primeira vez naquela zona do território da capital deparar-se-á com residências de várias índoles, desde primeiro andar ao rés-do-chão, A zona foi construída para albergar os populares que são retirados de zonas de riscos e outras que constam em projectos do governo.

Durante a ronda nos Zango, a nossa equipa de reportagem constatou que muitas residências continuam desabitadas, enquanto outras são ocupadas por uma só família, algumas chegam a ocupar até quatro residências. O que nos chamou a atenção, no entanto, foram as dezenas de casebres construídas ao longo da estrada, no estilo de um subúrbio no meio de uma área urbanizada.

Em tom de brincadeira, chamamos uma criança e perguntamos porque viviam naquela zona se existem outras casas desabitadas. A resposta foi peremptória: "o governo não nos gostá".

Catarina João Francisco, dona de um dos casebres, explicou que é ela a pessoa que tem andado "atrás do governo" desde a primeira hora que foram "atirados para aí", e já perdeu a esperança de tanto ser abandonada.

"Desde 2012 até agora é muito tempo, não há nenhum ministério onde não passamos para explicar a nossa situação, até na Cidade Alta, no gabinete do secretário do Presidente da República deixamos um documento a explicar a nossa inquietação. Os nossos filhos estão a sofrer, vivemos na estrada, sem o mínimo de dignidade. As crianças, volta e meia, são atropeladas porque os carros que passam por aqui, mesmo vendo que residem pessoas não respeitam. Há velhos e crianças a morrer e ninguém quer saber

de nós", lamentou. Por sua vez, Deolindo Pedro, que vive numa casa de chapa repartida por um pano que perfaz um quarto e sala, explicou à nossa equipa que é desempregado e sobrevive da venda de bebidas quentes. "1\ Pessoa vive humilhada, temos que fazer as necessidades em sacos plásticos. Se for de dia, guardamos no interior da residência para deitar no período nocturno e a poucos metros das casas", explicou. Ao redor das cubatas, amontoados de lixo, água parada, mau cheiro, moscas é o ambiente onde mais de duas dezenas de pessoas vivem desconfortavelmente em casas de chapa de zinco, sem água, energia eléctrica ou casas de banho, num estreito de aproximadamente 50 metros.

"Nem parece que somos angolanos.

Eu vivia aqui com a minha mãe que morreu de desgosto. Somos mais de trinta famílias a sofrer, desde velhos e crianças. Outras pessoas que são demolidas as suas moradas em menos de 24 horas recebem casas, que mal é que nós fizemos para merecermos isso?", questionou, apontando as casas amarelas como sendo as beneficiadas dos moradores dos bairros, Irão, Iraque e Cintura Verde.

Existe uma escola a escassos metros das barracas, mas, disseram os entrevistados, nenhuma criança faz parte da lista de alunos daquele ensino. "Os coordenadores de bairros pediram-nos dinheiro para inserir as crianças na escola, mas da maneira que vivemos ninguém consegue sequer ter dois mil kwanzas, quanto mais 20 mil para pagar na escola", revelou, alertando que os petizes estão a crescer analfabetos. A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA

A luta pelo "pão de cada dia" é feita através de venda de garrafas, que são comercializadas a 5 kwanzas por garrafa, o mesmo valor para cada pedaço de ferro recuperado nas lixeiras e que é pesado e revendido nos cidadãos oeste-africanos. Os mais velhos preocupam-se em carregar o lixo das casas vizinhas e recebem pedaços de pão como pagamento.

As senhoras, de vez em quando, são chamadas em casas dos "vizinhos" (residências bem estruturadas) para lavar a roupa e/ou arrumar a casa e recebem mil kwanzas pelo trabalho. O consumo de álcool excessivo tem sido o refúgio dos adultos, "não temos o que fazer, trabalho não existe, dignidade não temos, então..." , rematou um jovem de aproximadamente 27 anos, com uma imagem desgastada pelo excesso de consumo de estupefaciente e álcool que, em segredo, contou-nos uma jovem que diz ser sua mulher.

O período chuvoso tem sido desalento dos residentes, que falam com angústia dos casos constantes de mortes e doenças por causa do

ambiente em que se vive. "Quando chove é o caos, fugimos das tendas e nos abrigamos nas varandas das casas".

ONDE PARA O DINHEIRO PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS?

Procura-se 93 milhões de dólares que seriam investidos pelo Executivo, até fim deste ano, para construção e distribuição de 3.200 casas, no Zango 4, para as famílias que vivem em zonas de risco em Luanda.

O despacho presidencial, de 23 de Março de 2015, confirma o contrato de fornecimento de 4.000 casas evolutivas a instalar na zona do Zango 4, no modelo "chave na mão". Deste total, 800 casas estavam previstas para distribuição em 2014, 1.600 em 2015 e 1.600 este ano. "Com anecessidade de se proceder ao realojamento dos habitantes provenientes de zonas consideradas de risco, na cidade de Luanda, e garantir-lhes condições de habitabilidade numa área urbanizada e com serviços primários, tais como escolas e hospitais", justifica o mesmo despacho, assinado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos. O despacho recorda ainda que estes 4.000 fogos habitacionais se destinam também ao realojamento de moradores "no âmbito do processo de reconversão das áreas e bairros degradados" da cidade de Luanda, "assim como a criação de novos espaços urbanos e a melhoria da qualidade de vida urbana".

O contrato que envolvia o Executivo e a empresa Alfermetal SA foi avaliado, de acordo com o mesmo documento, em kz 10 mil milhões de kwanzas correspondente a USD 93 milhões.

7.9 Novas construções invadem cemitérios no Huambo

Jornal De Angola
06 De Julho de 2016

O crescimento do bairro de Tchitutura, com uma das Cavilhas, na cidade do Huambo, está a acarretar o desaparecimento do antigo cemitério, que, outrora, serviu também como alternativa ao Cemitério Municipal de São Pedro.

Localizado na região sul da cidade, o cemitério também servia os bairros circunvizinhos, mas a sua invasão pelas novas construções está a causar dificuldades aos moradores daquela zona da cidade.

A reportagem do Jornal de Angola constatou que várias campas já se encontram em quintais vedados,

ou em terrenos prontos para a construção de residências. O mestre de uma das obras invasoras, António Agostinho Ngola, reprova a prática de invasão do campo santo, por ser o lugar de descanso eterno para os mortos, porém, continua a fazer o seu trabalho, porque foi mandatado pelo proprietário.

"Nós continuamos a fazer o nosso trabalho, porque fomos mandatados pelo dono da obra e, por outro lado, também não temos outra alternativa de emprego; por isso, só seguimos o que nos solicitam", lamentou.

António Agostinho afirmou que as construções no perímetro do cemitério reduziram de um tempo a esta parte e algumas pararam depois da intervenção do soba da área. Ainda assim, constatam-se algumas obras de proprietários, no perímetro reservado para o cemitério, que, mesmo com o apelo do soberano da região, insistem nesta prática.

"Construir junto do cemitério não é aconselhável, desde o tempo passado, e agora as pessoas perderam o medo das coisas sérias. Nem sabemos aonde vamos parar com esta situação", lamentou o mestre de obra.

António Manuel um dos moradores do bairro, lamentou igualmente o facto de muita gente utilizar o lugar de descanso eterno com coisas indevidas, considerando que há muito terreno ao redor da cidade do Huambo e não tem nenhum interesse devastar um cemitério para a construção de qualquer edifício. "Quem não conseguiu terreno no Tchitutura pode conseguir num outro bairro,

Basta procurar bem e legalizar-se", sublinhou. As obras estão a ser levantadas, muitas já em fase de finalização, mas o que não se sabe é se são legais ou ilegais, porque os seus donos não dão a cara. Uns limitam-se a visitar os empreendimentos nas horas em que não circula ninguém na área, para evitar serem importunados. Além de casas já levantadas, a reportagem do Jornal de Angola constatou também que muitos terrenos ainda continuam ocupados com montes de areia, pedras e burgau, mas ninguém sabe quem são os verdadeiros donos.

António Manuel queixa-se também do problema de saneamento básico. O lixo está a progredir no cemitério; por isso, pede aos vizinhos para não atirarem mais lixo no campo santo.

Quanto à ocupação de terrenos, há uma estratégia muito especial. O cidadão simula um canteiro para a plantação de hortícolas, porque o perímetro está situado na baixa de um pequeno riacho chamado Sacaála, do qual se pode aproveitar a humidade para a prática de qualquer actividade agrícola, e em seguida

começa a colocar pedras e areia, terminando com a vedação do espaço e o levantamento da residência.

A pequena Avozinha, acompanhada da irmã, brincava calmamente junto de uma campã que se encontra ao lado da sua casa. Elas vivem no bairro há mais de três anos e confessaram que não têm medo de viver perto do cemitério, porque já estão habituadas. A exemplo do que acontece no bairro de Tchitutula, o fenómeno não é diferente nas outras zonas da cidade do Huambo em que as pessoas continuam a desprestigiar ou mesmo a vandalizar os cemitérios, perseguindo fins particulares diversos e colocando em risco a saúde pública.

7.10 Secretário visita o local

Jornal de Angola

09 De Julho de 2016

Texto: Domingos Calucipa

O secretário de Estado da Construção constatou ontem, em Ondjiva, o curso de um projecto de construção de 2.500 casas sociais e as obras de reabilitação de importantes vias que ligam a cidade capital às restantes localidades da província do Cunene, no quadro do programa nacional de melhoria da circulação entre a cidade e o campo.

António Flores, que se encontra de visita à província do Cunene, desde quinta-feira, deslocou-se, logo à sua chegada, ao bairro Kashila 11, onde estão a ser erguidas 2.500 casas da tipologia T3 geminadas, cujas obras estão paralisadas há vários meses por 'Constrangimentos financeiros'.

No local, o secretário de Estado recebeu informações sobre o estado físico das obras, cuja primeira fase encontra-se em conclusão, tendo sido já entregues 364 moradias unifamiliares geminadas, com armamentos e energia. Cada moradia ocupa uma área de noventa metros quadrados, incluindo a construída. O dirigente visitou igualmente a via Ondjiva/Caiundo, no Cuando-Cubango, muito degradada e em vias de ser reabilitada, a estrada Ondjiva/Santa-Clara, o troço Ondjiva/Cuamato, em recuperação, bem como as obras do novo edifício do governo provincial e da praça Rei Mandume.

As visitas estenderam-se às obras de reabilitação do troço Xangongo/Calueque, um importante eixo de 60 quilómetros, que vai ligar o centro urbano à principal zona de produção agro-alimentar da província, localizada nas margens do rio Cunene. António Flores disse que a visita tem como finalidade avaliar o grau de execução das obras em curso na província.

7.11 Venda de casas tem de ser declarada

Jornal de Angola

09 De Julho de 2016

Sempre que venderem uma casa por um valor superior a 15 mil dólares (2,5 milhões de kwanzas), as empresas Imobiliárias são obrigadas a declarar a operação à Unidade de Informação Financeira (UIF) do Banco Nacional de Angola, avisou ontem a directora desses serviços.

Francisca de Brito, que falava no VI Fórum Banca sobre o "Combate à lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo", considerou que apesar dos serviços que dirige terem a responsabilidade de evitar a ocorrência desse tipo de crimes, deve ser do interesse de outros organismos institucionais e empresas pensar nas formas de enfrentar este fenómeno. "Nós somos uma instituição que pensa em branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, mas penso que outras instituições financeiras e não só também pensam em como terminar com este fenómeno em Angola", disse Francisca de Brito.

A directora declarou que uma das principais metas da Unidade de Informação Financeira é contribuir para que se criem condições para que o circuito financeiro ilegal se integre no sistema formal da economia, onde há mais transparência e maior conformidade legal sobre as transacções.

A Unidade de Informação Financeira considera, contudo, que deve haver incentivos para que as pessoas que ainda desenvolvem actividade financeira ilegal o façam de forma legal, disse Francisca de Brito, e é muito importante que as instituições financeiras reguladas estejam em condições e em conformidade, para que depois os reguladores, como principal parceiro do Estado, apoiem as ilegais no processo de passagem para o sistema formal. Em Fevereiro, disse, Angola saiu da "lista cinzenta" por preencher os requisitos exigidos para ser avaliada como estando contra a lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, o que se resume ainda à criação de legislação, mas 'falta a implementação rigorosa das leis'.

"O facto de termos saído da 'lista cinzenta' não significa que devemos ficar de braços cruzados, porque agora temos que aplicar as leis que foram criadas para que continuemos fora dessa lista", frisou.

Em Fevereiro, o Ministério das Finanças anunciou que Angola tinha sido retirada da "lista cinzenta" do intergovernamental Grupo de Acção Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo (GAFI), depois de, no decurso de 2015, os correspondentes estrangeiros cortarem a venda de divisas aos bancos angolanos devido às suspeitas que envolviam o sistema financeiro nacional. A decisão do GAFI dizia que, para proteger o sistema financeiro internacional e encorajar o cumprimento dos padrões, foram identificadas jurisdições que possuem deficiências estratégicas, entre as quais Angola, Afeganistão, Argélia, Bósnia-Herzegovina, Iraque, Guiana, Panamá, Papua Nova Guiné, Síria, Uganda e Yemen.

Por altura da decisão, esses países não cumpriam as 40+9 recomendações do GAFI e não estavam incluídos nas chamadas "jurisdições equivalentes" da União Europeia, o que limitava a actuação da banca no mercado financeiro internacional.

A reabilitação de Angola surgiu depois de uma visita ao país, em finais de Janeiro, de um grupo de trabalho do GAFI. Os auditores analisaram a capacidade do sistema financeiro angolano em cumprir os pressupostos legais no combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

A legislação aprovada para a reabilitação de Angola no GAFI incluía a Lei da Criminalização das Infracções Subjacentes ao Branqueamento de Capitais e a Lei Reguladora das Revistas, Buscas e Apreensões, aprovadas em 28 de Janeiro.

Em Janeiro, o ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Rui Magueira, apresentou em Paris, ao GAFI, o pacote relativo ao branqueamento de capitais.

7.12 O ciclo vicioso dos realojamentos em Luanda

Jornal PAÍS

13 De Julho de 2016

Em todo o lado, cidades ou países, a deslocação de moradores de uma zona para outra, em decorrência de situações que podem estar relacionadas com valorizações imobiliárias; riscos de aluimento de terras; construção de infraestruturas como estradas, caminhos - de - ferro ou linhas de transporte de energia; catástrofes ou outras razões de força maior, é um fenómeno extraordinário que nunca é desenhado para ter réplicas em períodos de tempo curtos.

Na cidade capital do país, Luanda, há anos que se anda às voltas com o problema de famílias que têm de ser movimentadas de um para outro, num desgastante esforço do Estado que parece não ter fim à vista. Desde as barrocas do Miramar, que até serviram para criar heróis populares à custa de uma certa onda conspiratória anti-governo, às calemas da Ilha do Cabo e estendendo-se aos dias de hoje, que não há memória de um só ano sem episódios desta natureza.

As notícias mais recentes desta novela com remakes sucessivos vêm do município do Cazenga, onde umas trinta famílias que construíram em zona de risco sobre a vala do Cariango, estão agora a ser transferidas para o Zango III. As Rádios, as TVs, os jornais, as redes sociais e em toda a parte onde a informação flui, lá se ouvem e se vêem vozes e rostos felizes pois agora é que vai, está tudo nos trinques porque o Executivo tirou-nos do mal e colocou-nos no bem-bom. Ficámos todos com aquela reacção meio patética, em que não sabemos se nos alegramos ou nos entristecemos.

Não há coisa pior para um cidadão que ter a percepção de que se vive num ciclo vicioso, que se age mas não há movimento, que rodamos sobre nós mesmos sem avançar um passo que seja. Os realojamentos de Luanda, em mais de 90% dos casos, são uma dramática constatação de que não saímos do mesmo lugar e que, se pretendemos mudar alguma coisa, teremos de abandonar um modo de abordagem com anos de testes.

É verdade que a crise financeira que nos tolhe movimentos e sonhos não nos deixa com grandes margens para agir no imediato. Mas não é menos certo que começa a ficar claro que nos falta coragem e engenho para mudar de paradigma, em busca de uma resposta duradoira no tempo, eficaz nos efeitos e sensata na opção. Luanda tem de ser salva fora dos seus limites, como nas boas acções defensivas na guerra, em que o inimigo que nos espreita é desbaratado no seu próprio território.

Ou o país se fixa ou a actual mobilidade rumo ao litoral à capital, mais do que tudo - criará condições para a multiplicação exponencial dos realojamentos, até ao dia em que as finanças públicas estarão exauridas e as pessoas serão largadas à sua sorte, tenham elas erguido habitações precárias em valas, em encostas, em linhas de passagem de águas pluviais, em terrenos movediços, em lugares ameaçados por ravinas, seja onde for.

Não há razões para continuarmos a investir numa solução que todos sabemos teria de ser pontual, aplicada a casos em que a Natureza nos tenha

surpreendido (chuvas torrenciais, aluimentos de terras, etc.). Os realojamentos são uma maneira de se fixar habilmente em Luanda, segundo uma lógica simples e perversa: "vou, construo numa zona de risco, o Estado aparece, tira-nos dali e dá - me casa num lugar seguro que até já sei onde é: Zango".

As assimetrias inundam Luanda de novos habitantes que não se movem porque despertam um dia com o sonho da vida na capital. Vêm assegurar a existência, a sua e a dos membros das suas famílias, numa atitude legítima que não tem ponta de contestação. O que há a fazer é criar condições fora da capital, nos lugares onde os cidadãos residem, para ali concretizarem os seus sonhos de jovens, de pais, de homens e mulheres de um país esplendoroso em potencial de riqueza. O debate tem de ser este. Não vamos lá com os realojamentos que nunca mais têm fim!

7.13 9.12 Bom Jesus casas

Sociais

Jornal O PAÍS

14 De Julho de 2016

Durante os últimos anos, o País investiu fundos financeiros no âmbito de vários programas de investimentos públicos em Angola, para beneficiar as comunidades carenciadas, sobretudo as residentes no meio rural.

Alguns desses investimentos públicos não são postos à disposição das populações carenciada, apesar de terem sido declarados como os principais alvos na fase da elaboração dos respectivos programas.

Tal é o caso de dezenas de casas sócias construídas em 2009 na sede da comuna do Bom Jesus, que volvido este tempo, continuam à sua sorte.

Sem olhar a fundo os fins pelos quais as mesmas foram construídas (políticos, partidários, governamentais, caridade, publicitários etc.), ou critérios considerados viáveis ou fiáveis para a sua atribuição, e de que programa ou investimento público, atendendo o facto de ter sido Gasto avultadas somas de dinheiro cuja fonte é sem dúvidas o OGE, elas, não devem servir de habitat para répteis, ratos, ou espaços para o surgimento de plantas, nem que sejam medicinais, como estão as referidas casas. Alguma já sem portas, nem janelas e sem cobertura, tudo isso porque quem decide sobre o seu destino, continua em silêncio. Dizer que não existem necessitados para nelas residir, seria ingenuidade. Pois, a sede de Bom Jesus possui quadros, inclusive funcionários da Administração

local, enfermeiros do Centro de Saúde, professores, técnicos do gabinete de irrigação do Minader, que trabalham naquela sede e que residem nos diversos municípios de Luanda, para além das comunidades que residem em zonas de risco na periferia.

Não teria maior impacto social acomodá-los e daí, se calhar, teriam mais produtividade nas Instituições onde laboram?

Ainda que tenham sido usados fundos de uma linha de crédito, o seu destino não seria este, e se se considerar que qualquer linha de financiamento ou de crédito, nunca é a custo zero...

Espero que os órgãos de direito e de decisão, quer ao nível central ou provincial que tiveram atitude, competência, circunstâncias e autoridade para conceber a construção das referidas casas, o façam de igual modo para servirem os interesses da população, evitando repetir gastos (inevitáveis) na sua reabilitação, dada a degradação a que elas estão a ser sujeitas.

7.14 Imogestim nega morosidade nas vendas

Jornal de Angola

14 De Julho de 2016

Texto: Joaquim Suami

O Conselho de Administração da Imogestim desmentiu ontem, em Cabinda, informações que estão a circular nas redes sociais, segundo as quais, a empresa gestora de comercialização de habitações em Angola está a criar morosidade na venda das vivendas da urbanização 4 de Abril, em Cabinda.

O assessor jurídico e porta-voz da Imogestim, Mário Guerra, em conferência de imprensa, disse que tais informações são infundadas e que não existe morosidade no processo de comercialização das habitações da Urbanização 4 de Abril, construída no quadro do plano estratégico do Executivo. "Não existe morosidade no processo de comercialização das habitações da Urbanização 4 de Abril. A Urbanização já é habitada há algum tempo e se forem à loja da Imogestim há-de ver muita movimentação e a população de Cabinda tem-se deslocado para as nossas instalações para saber das condições de pagamento e as possibilidades de pagamento. Não há nada de anormal, as vendas são livres e se o cidadão tem rendimentos como é que a Imogestim vai impedir um candidato de adquirir uma habitação? Não faz sentido. Aliás, se provar que o cidadão tem dinheiro, entregamos a. Habitação", explicou. Mário Guerra esclareceu que o processo de

comercialização das habitações da Urbanização 4 de Abril ocorre em três regimes. Primeiro, tem a ver com a venda à função pública, que é canalizada através do Governo da província de Cabinda, que faz chegar à Imogestim os candidatos aceitáveis para adquirirem as vivendas.

Depois de a Imogestim receber as listas dos candidatos da função pública, no quadro do regime de renda resolúvel, existe uma fase de análise dos processos dos mesmos para se apurar se têm capacidade financeira ou não para adquirirem as casas, o que está a acontecer de forma normal. "Se há morosidade, tem a ver com alguns organismos da função pública que têm as suas candidaturas a provadas para comercialização e pedem para não entregar imediatamente as habitações, porque' não querem que os seus funcionários fiquem no mesmo edifício e muitas vezes não há disponibilidade imediata para entregar as habitações para os candidatos", disse Mário Guerra.

7.15 "Abandonam as casas e voltam a queixar-se"

Jornal O PAÍS

15 De Julho de 2016

O administrador municipal de Icolo e Bengo, Adriano Mendes de Carvalho, esclareceu que o problema não era da administração, mas dos beneficiados que, depois de acomodados nas novas residências, regressavam à antiga Caxicane.

"Não compete à administração resolver o problema, compete a eles próprios, que abandonam as casas novas e voltam a morar nas antigas para logo a seguir se queixarem de não terem recebido residências", aclarou Adriano Mendes de Carvalho, tendo adiantado que os supostos habitantes da aldeia não correspondiam aos dados apresentados pelo coordenador.

Outra situação apontada pelo administrador tem a ver com o facto de haver pessoas que residem noutros municípios de Luanda que vão instalar-se, temporariamente, na vila ribeirinha para constarem como beneficiários, apresentando-se na condição de herdeiros ou familiares de antigos residentes.

Adriano Mendes de Carvalho questionou a existência dos tão propalados oito bairros que, segundo ele, nem se encontravam separados mais de mil metros, tendo preferido classificar apenas a área como aldeia de Caxicane.

Finalmente, contrastou os dados apresentados pelo coordenador Cândido Gomes, tendo adiantado que as famílias de Caxicane não passavam de 200.

"O facto de se ter anunciado a construção de 600 casas motivou o crescimento da população da aldeia", observou, tendo aclarado que as residências não seriam única e simplesmente para os conterrâneos de Neto, mas também para outros habitantes instalados no corredor entre Catete e Cabala.

7.16 Cinco anos depois os elogios e as críticas à Cidade do Kilamba

Jornal O PAÍS

15 De Julho de 2016

Texto: André Mussamo

Cláudia, Jusira, Sílvia e Cris são 4 alegres adolescentes, estudantes da 10 classe, que nesta Quarta-feira, 13, desfrutavam dos encantos do lago artificial da cidade do Kilamba. Três das 4 são moradoras da centralidade.

Saídas de diferentes musseques da grande urbe luandina, revelam que gostam do "sossego, conforto, eficiência da sua nova escola e o sentimento de segurança que sentem na cidade nova".

Para elas, ficaram para trás as arrelias de procurar água de manhã cedo, estudar à luz de velas e sofrer o incómodo das abundantes roulottes com música alta como era habitual no Prenda e bairro Popular, de onde são provenientes.

Gostam da cidade, mas gostariam que ela oferecesse mais diversão e entretenimento "a cidade parece um pouco morta. Também carece de jardinagem".

Jandira André, mãe de 3 filhos e funcionária da Administração-Geral Tributária, nem por isso vê os mesmos 'encantos' que delicias as 4 adolescentes. Questionada sobre o que gosta mais entre a nova cidade e a antiga casa de renda no Marçal, confessa que, "tirando a sensação de ter casa própria, tudo resto é um martírio".

Revela que de Segunda a Sexta-feira acorda invariavelmente às 3 horas. "Começo por adiantar a comida enquanto as crianças dormem. Às quatro horas início a maratona de preparação dos pequenos ainda sonolentos, e às 5 horas em ponto tenho que me pôr a andar para chegar à casa do avô às 6 horas".

Jandira conta com ajuda da irmã que redistribui os pequenos, levando um deles às 7 horas até à creche e

o outro, às 8 horas, até à escola. Esta rotina representa um custo financeiro muito alto para a família, segundo conta Jandira, porque quase sempre a família inteira come fora de casa.

Quando o parceiro, que trabalha fora de Luanda, vem de visita, às vezes Jandira quebra a rotina fatigante contando com a ajuda dele. A funcionária confessa que "o Kilamba lhe parece uma ilha distante", não obstante a centralidade ficar apenas a cerca de 30 quilómetros a Sul do centro da capital, Luanda.

A cidade foi concebida para se desenvolver em três fases, com um total de 82 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados. A primeira pedra do empreendimento foi lançada no dia 31 de Agosto de 2008.

A primeira fase deste empreendimento foi prevista para alojar cerca de dezanove mil pessoas em 115 edifícios, num total de 3.800 apartamentos, erguidos em padrão urbano com serviços públicos integrados, como escolas e instituições. O escopo inicial do empreendimento compreende 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias, oito secundárias e cinquenta quilómetros de estradas. O objectivo primário da sua concepção é reduzir o défice habitacional no país. Kilamba foi pensado para albergar às portas de Luanda cerca de meio milhão de pessoas.

Maravilha para uns, nem tanto para outros. Domingos Neto beneficiário de um apartamento na centralidade ainda não se mudou para a mesma, apesar de estar em casa de renda. Diz que a nova realidade socioeconómica não permite a uma pessoa com os seus rendimentos ousar a 'aventura' de morar no Kilamba.

Louva a iniciativa do projecto mas critica alguns conceitos. Por exemplo, gostaria de ver uma verdadeira florestação da cidade. Por outro lado, critica a falta de cultura de condomínio que persiste em muitos moradores da mesma.

"Parece um contra censo um prédio com mais de uma dezena de moradores e apenas uns tantos se disponibilizarem a pagar a contribuição para a manutenção da infra-estrutura e outros serviços", refere ele como sendo isso mais uma infuncionalidade do projecto.

Domingos Neto reparte as culpas pelas incongruências entre cidadãos e autoridades. "Eu penso que a autoridade político-administrativa tem uma quota de 55% de responsabilidade por muitas disfunções do Kilamba. Os restantes 45% são de inteira responsabilidade dos cidadãos. O jovem, que

entretanto este ano promete mudar-se para a centralidade, reconhece que a multiplicidade de origens dos actuais habitantes do Kilamba funciona como um ponto de estrangulamento na engrenagem que, à partida, se supunha tivesse funcionamento, senão perfeito, ao menos ordinário.

Acredita que, aos poucos, se pode melhorar a cidade. Uma fiscalização policial no trânsito e segurança pública, um sistema de semáforos melhor do que o actual e uma mudança de mentalidade dos beneficiários da infra-estrutura são algumas das recomendações que faz. Para ele o Kilamba não deve ser encarado apenas como a cidade onde "moram alguns, mas um cartão-de-visita, uma atracção turística e orgulho de todos nós" refere.

7.17 CITIC construction coloca em risco a vida dos moradores da centralidade do Kilamba

Jornal República

15 De Julho de 2016

Fonte: Club-k.net

É sabido que a humidade e ambientes com bolor podem causar diversos efeitos sobre a saúde. Alguns moradores da centralidade do Kilamba são sensíveis aos bolores que podem causar obstrução nasal, irritação na garganta, tosse ou pie ira, irritação nos olhos ou, em alguns casos, irritação cutânea.

«As pessoas, particularmente crianças, com alergias ao bolor podem ter reacções mais graves. As pessoas com imunidade comprometida e as pessoas com doenças pulmonares crónicas, tais como a doença pulmonar obstrutiva, podem sofrer infecções graves nos pulmões quando estão expostas ao bolor»: explicou, em anonimato, um médico angolano' especialista em saúde pública, à reportagem deste portal.

«Seria melhor que os moradores da centralidade do Kilamba que se encontram a viver nestas situações de vulnerabilidade abandonassem os seus apartamentos no sentido de proteger o bem maior que é a vida até que a empresa chinesa (CITIC Construction) superasse este problema preocupante" aconselhou.

Sobre a referida patologia (a humidade), a nossa reportagem ouviu igualmente um técnico de construção civil que alertou aos moradores que os edifícios erguidos pela construtora chinesa CITIC Construction apresentam problemas nos quesitos de

durabilidade, conforto e segurança' devido à humidade.

«Por isso há necessidade da CITIC Construction procurar urgentemente soluções para os moradores e melhorar as condições dos edifícios': recomendou o técnico que preferiu igualmente falar em anonimato, garantindo que «este tipo de situação está relacionado com a falta de estudos e pesquisas".

A nossa fonte acrescenta ainda que as características construtivas modernas favorecem muito o aparecimento de patologias nas edificações. «Hoje, as empresas chinesas em Angola, sempre estão à procura de construções que sejam realizadas com o máximo de economia, reduzindo a qualidade dos materiais deixando a Deus dar a segurança dos moradores': frisou.

De acordo com a nossa fonte, «a vida útil de uma construção irá depender e ser relacionada, assim como o ser humano, aos cuidados que forem tomados na fase de projecto, execução e na sua manutenção': concluiu.

De realçar que a empreiteira chinesa «CITIC Construction" tem estado a violar propositadamente as leis angolanas, sem, no entanto, ser chamada a razão pelos órgãos competentes.

Esta empresa que opera em Angola já há um bom tempo, tem estado a efectuar cobranças ilegais aos moradores da centralidade do Kilamba no que tange à reparação dos danos, sobretudo causados pela humidade.

A «CITIC Construction" segundo apuramos, tem estado a fugir da sua responsabilidade conforme espelha a lei 15/03 no que tange à reparação dos danos causados pela má construção da maior parte dos edifícios da centralidade de Kilamba que apresentam fissuras graves no seu interior.

Sabe-se que, sempre que é chamada para reparar os danos dos seus imóveis, a «CITIC Construction" faz a questão de cobrar somas avultadas, enriquecendo-se (art.v 473º do Código Civil) assim as custas do sofrimento dos moradores desesperados que somente exigem os seus direitos.

A Lei de Defesa do Consumidor no seu artigo 5º, nº3 esclarece que «o consumidor tem direito a uma garantia mínima de cinco anos para os imóveis".

Razão pela qual é ilógica que a empresa chinesa CITIC Construction exige alguns valores aos moradores da centralidade do Kilamba para a reparação de erros de construção.

A norma jurídica em questão reforça ainda que o consumidor/morador tem direito à reparação dos danos (a custo zero), ou até a substituição de um outro bem de igual ou maior valor (o imóvel) sem custo adicional, independente da existência de culpa, por defeitos decorrentes do projecto, fabricação, construção, montagem ou até manipulação (artigo 10º/1 da LDC).

Só para se ter uma noção, as relações Jurídicas de Consumo contêm a proibição das cláusulas que limitem ou, por qualquer forma, alterem as obrigações assumidas na contratação directamente por quem as proponha ou pelo seu representante (al. a do art= 13º da Lei nº04/02, de 18 de Fevereiro).

Convidado a reagir sobre o facto, a Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC) diz que a CITIC Construction tem apetência ao lucro fácil. Razão pela qual tem vindo a extorquir monetariamente, de uma maneira garimpeira, os moradores da centralidade do Kilamba, mesmo sabendo das suas obrigações objectivas e de restituição.

Neste contexto, a AADIC alerta a todos os moradores que se encontram nesta situação a recorrer aos seus escritórios de forma a exigirem uma indemnização por danos patrimoniais e morais.

A AADIC lança o repto ao Ministério Público a fim de apurar os factos nos termos da al) do art- 186º e nº 1 do art 185º, ambos da CRA, no sentido de responsabilizar a empresa chinesa CITIC Construction civil e criminalmente.

7.18 'Estou satisfeito com os moradores pela sua participação'

Journal O PAÍS
15 De Julho de 2016

Joaquim Israel Baltazar de Oliveira Marques, presidente da cidade do Kilamba, está consciente das críticas dos moradores, mas prefere valorizar o grau de participação e assumpção da cidadania no seio dos moradores.

Joaquim Israel Baltazar de Oliveira Marques refere que a cidade poderia funcionar melhor se a cidadania fosse assumida em pleno por todos.

Quanto a uma certa crítica de que a cidade tem pouca oferta no sector de serviços, o presidente da centralidade defende que é preciso proteger os comerciantes licenciados, pelo que não se pode

permitir que a anarquia de venda que pulula um pouco por Luanda se instale na cidade.

Quanto à acusação de eventualmente existirem redes de tráfico de droga e prostituição, aquele responsável disse não dominar os meandros destes fenómenos, mas recomenda que de uma forma geral, a ser verdade, são temas que devem ser tratados pelas autoridades competentes nomeadamente os órgãos policiais.

Israel referiu-se ainda à invasão de terrenos como um fenómeno que literalmente "cercou" a centralidade e pouco ou quase nada mais pode fazer. "Ao nosso nível tentamos travar o fenómeno, mas este é um problema que deve ser equacionado nas macro-soluções que estão a ser gizadas ao nível da requalificação da província de Luanda.

O presidente da centralidade do Kilamba promete continuar a trabalhar para o bem-estar dos moradores e visitantes da cidade, apesar dos ventos actuais não serem favoráveis.

7.19 Governo devia fazer habitação social e não casa de lixo

Jornal O PAÍS
15 De Julho de 2016

O engenheiro António Venâncio reconhece como herança do Kilamba apenas o surgimento de mais um aglomerado habitacional e nada mais. Se alguma lição pode ser tirada deste projecto é "aprender com os erros".

Segundo António Venâncio, o país perdeu a oportunidade de desenvolver o sector da industria de construção ao ter optado, fazendo analogia com a indústria têxtil, pelo conceito de "roupa pronto a vestir".

O especialista defende que a indústria de materiais de construção, a qualificação dos trabalhadores do ramo, a aquisição de experiências no ramo das engenharias, foram áreas que passaram ao lado da grande obra que foi a construção da centralidade do Kilamba.

Critica o facto de o Estado ter "ido longe demais" no que toca à construção de habitação. "A prática no mundo é que os governos se engajam na habitação social e na infra-estruturação e loteamento de terrenos, deixando que seja o sector privado a fazer a habitação" lembra António Venâncio.

Para ele "apartamentos com paredes e tectos estucados como os do Kilamba são um luxo aventureiro no qual o Governo nunca devia ter embarcado".

7.20 Populares de Caxicane queixam-se de não receberem casa

Jornal O PAÍS
15 De Julho de 2016
Texto: Alberto Bambi

Mais de uma centena de famílias de Caxicane, município de Icolo e Bengo, em Luanda, receiam não poderem ser transferidas da antiga vila ribeirinha para a ova Caxicane, como também é conhecida a zona habitacional situada próximo da estrada que liga Catete à comuna da Cabala.

Trata-se dos moradores de três dos oito bairros que compõem a referida localidade, à beira do rio Kwanza, nomeadamente MBanza MBombo, Caxicane e Luís Miguel, onde existem, respectivamente, 7 famílias, 33 e mais de 48, além de outras 20 que, na altura do registo, não foram cadastradas por se encontrarem fora da zona.

Importa referir que as famílias que residiam nos subúrbios de Vuanga, Quimdemba, Passos Diogo, Jinganga e uma parte da antiga sede de Caxicane já moram no novo centro habitacional há mais de três anos.

Os referidos moradores, que pediram para seus nomes não serem citados nesta reportagem, por temerem represálias, justificaram a sua desconfiança no que tange a paralisação das obras do segundo bairro, vulgarmente conhecido como "casas vermelhas", uma situação, que segundo eles já dura há mais de um ano.

"Estamos à espera de ser transferidos desde 2014, até agora só nos dizem que a crise fez parar a construção das casas, o que não sabemos é quando será que esta crise vai acabar", lamentaram, adiantando que o projecto de construção das residências tinha começado muito antes dos problemas financeiros que o país enfrenta. A passagem dos vizinhos dos bairros Luís Miguel e MBanza MBombo, segundo eles, ocorrida em Fevereiro de 2015, aumentou ainda mais a desconfiança dos reclamantes, que se asseguraram do facto de os mesmos terem ocupado todas as habitações que estavam concluídas.

Importa referir que nesse centro habitacional das "casas vermelhas" existem oito residências inacabadas.

Não são poucos os moradores da antiga vila que, sentindo-se agastados, já manifestaram o desejo de cobrir as referidas residências, conforme contou um dos habitantes das terras de Neto, para quem a prioridade devia ser para as mulheres grávidas e viúvas.

Coordenação acusada de conivência

Cândido João Gomes é o coordenador geral dos habitantes de Caxicane e já vive no novo centro habitacional há três anos. Ele diz que a situação em que se encontram os seus vizinhos na antiga vila é de total pressão, uma vez que as pessoas com quem conviviam se encontram fora do seu ciclo.

"Por isso, era bom que as autoridades se apressassem a resolver este caso, para nós não sermos apontados como coniventes", apelou Cândido Gomes.

Quanto às razões' da paralisação das obras, o coordenador disse que havia recebido informação das instâncias superiores que apontavam o interregno como sendo de curto prazo, devido à situação financeira que o país vive.

Mas recordou ter ouvido das mesmas entidades a garantia de a obra ter sido paga, na apresentação do projecto que visava a construção de 600 casas. De acordo com o coordenador, até 2015, o registo de casas era de mais de 400.'

7.21 Beneficiários da Nova Caxicane arrendam suas casas

Jornal O PAÍS

21 De Julho de 2016

Alberto Bambi

Depois de terem sido transferidos da antiga para a Nova Caxicane, alguns beneficiários decidiram arrendar as suas casas, sujeitando-se, deste modo, a regressar para a zona de origem.

Segundo apurou O PAÍS dos novos senhorios, as dificuldades por que passam diariamente, sobretudo no que diz respeito à aquisição de água e alimentos, estão na base da tomada dessa decisão.

Outra motivação invocada pelos proprietários tem a ver com o alegado facto de verem tais necessidades

satisfeitas próximo das antigas residências, onde possuem as lavras e o rio.

"No princípio, quando viemos para aqui, tínhamos, quase todos os dias, o camião-cisterna da Administração Municipal que distribuía água para nós, mas, com o andar do tempo, passamos a comprar água a viaturas particulares que chegam ao novo bairro", relatou um dos beneficiários, tendo revelado que compravam o bidão de 20 litros a 75 ou cem kwanzas.

O entrevistado declarou que para não passar por essas e outras privações decidiu arrendar a casa. De acordo com o mesmo, é grave seria vender a residência.

Um outro revelou que o encarregado de educação com quem vivia faleceu e, ao ver-se desamparado, decidiu arrendar habitação, mas, tão logo encontrou apoio de alguma familiar idóneo, voltará a habitar na residência doada.

Acasá número 76, uma entre outras do quarteirão pertencente aos antigos moradores da antiga sede de Caxicane, é actualmente habitada por Conceição Mário, de 40 anos de idade, o marido e os quatro filhos.

"Apercebemo-nos de que aqui havia casas para alugar por intermédio de uma colega de negócios e viemos ter com os donos", esclareceu Conceição Mário, tendo informado que pagava mensalmente uma renda de cinco mil Kwanzas.

A inquilina detalhou que o pagamento era feito de seis em seis meses, o que a obrigava renovar o contrato, remunerando o senhorio com uma quantia de 30 mil. A próxima prestação da arrendatária, que vive aí há cerca de três anos, está para Agosto próximo.

Antes de se instalarem na localidade de Caxicane, ela e os seus familiares viviam no bairro Benfica, município de Belas.

"Apesar de ser distante e difícil a aquisição de comida e água, a senhora decidiu viver aí por ser uma zona calma, compatível ao ambiente de que seu marido, padecente de uma doença que considerou estranha, precisa para ir recuperando. Como ela, outros inquilinos, que estão envolvidos no negócio do bagre, cacusso, pepino e tomate, residem na área. O interesse de habitar na ova Caxicane é ainda manifestado por outros populares de outros municípios de Luanda que passam pela aldeia, a caminho da cabala ou Muxima.

"Este local é muito cobiçado pelos homens de negócio e peregrinos habitués da Muxima, assim como por alguns turistas, realçou o soba grande de Caxicane, Andrade Mendes.

7.22 Casas Sociais no Quimbele Entregues nos Próximos Dias

Jornal De Angola

21 De Julho De 2016

Texto: António Capitão

As primeiras 70 casas concluídas no âmbito do projecto de construção de 200 moradias na vila municipal do Quimbele, na província do Uíge, começam a ser ocupadas nos próximos dias pelos munícipes, sobretudo funcionários públicos em serviço na circunscrição, anunciou ontem o administrador municipal.

Manuel João, que balanceava as actividades realizadas em torno das festividades dos 78 anos da fundação da vila do Quimbele, que decorreram sob o lema "Quimbele, relançar a produção agrícola para contribuir para a diversificação da economia do país", afirmou que as residências vão contribuir significativamente para a melhoria das condições de habitabilidade dos cidadãos residentes, principalmente dos jovens que pretendem constituir família.

Avançou que as moradias em causa estão concluídas e prontas para serem entregues aos interessados, que as vão pagar durante um período de 20 anos e na modalidade de renda resolúvel.

Manuel João afirmou que todos os aspectos técnicos e outros necessários para que as residências; Sejam habitadas já foram analisados, aguardando-se apenas pela conclusão dos procedimentos legais entre a administração municipal e os candidatos, para que, nos próximos dias, as mesmas sejam entregues aos seus proprietários. O administrador Manuel João disse que a aposta da administração municipal do Quimbele é continuar a implementar programas e projectos que visam melhorar as condições de vida da população, garantindo o progresso da região.

Na liderança e gestão do município há menos de um mês, o novo administrador do Quimbele sublinhou que as suas principais linhas de força vão centrar-se no melhoramento dos serviços de saúde e educação e na conclusão das obras sociais inacabadas, como o hospital municipal, pequenos sistemas de captação e abastecimento de água potável e na recuperação da central

térmica de 600 kva, para garantir o fornecimento e a expansão da energia eléctrica na vila municipal.

"Já foi efectuado o pagamento à Jembas para a reparação do gerador, para garantir o fornecimento de energia eléctrica à vila municipal e a Bairros periféricos, para que a população tenha melhores condições de vida", disse o administrador.

Durante as festividades do município, que decorreram de 15 a 19 de Julho, foram realizadas várias actividades músico-culturais, palestras, conferências, actividades desportivas, de recreação e de lazer. Algumas barracas de comes e bebes foram colocadas ao longo de diversas artérias da municipalidade.

7.23 Cidade do Kilamba Comemorou cinco anos

Jornal O PAÍS

21 De Julho de 2016

A cidade do Kilamba completou cinco anos de existência. Os mais cépticos diziam que era o limite de tempo da sua vivência, pois nunca tinham visto construção tão imponente em tão pouco tempo e feita pelos chineses. Os mais pessimistas diziam até que as estruturas poderiam desabar a qualquer momento, as inundações resultantes do entupimento dos esgotos causariam um caos total.

Eu nunca acreditei nessas falácias, aliás, sou optimista por natureza, por vezes exageradamente. Defeito ou virtude, só Deus sabe. Sou morador do Kilamba e com muito orgulho, a cidade majestosa está de pé e é uma grande conquista do Executivo liderado pelo Pai da Nação, o engenheiro José Eduardo dos Santos, só não o reconhece quem tiver má fé.

O Kilamba tem coisas boas, mas também más. Partindo dos seus equipamentos sociais, as estradas vastas permitem um trânsito automóvel fluído. Não é permitida a circulação de camiões, salvo raras excepções. O abastecimento de água e da luz são permanentes e já lá vai o tempo das falhas no sistema, a não ser por razões de manutenção. Existem escolas aos diversos níveis, creches, etc.

O funcionamento destas infra-estruturas e outras dão aos Seus habitantes uma sensação de bem-estar, mas, mesmo assim, ainda não podemos afirmar que isto já signifique qualidade de vida, ainda há muito trabalho a fazer e grandes realizações, se quisermos manter este grandioso empreendimento e sermos dignos de habitar-mos nele. Vejamos, a cidade não possui até agora uma estação de tratamento de águas residuais,

um hospital ou clínica de referência aonde possamos tratar convenientemente da nossa saúde, não há um local apropriado para juntarmos os nossos entes queridos quando chega o último dia de cada um de nós, já que o velório de algum falecido é quase proibido nos apartamentos. A segurança é um grande problema, a tranquilidade é quase abalada pelos amigos do alheio e seria exaustivo e talvez inoportuno descrever aqui os casos de assaltos, roubos e imoralidades já registados nesta circunscrição, embora existam esquadras da Polícia, mas o patrulhamento apeado é quase inexistente. Que tal voltarmos ao tempo das Brigadas Populares de Vigilância?

Como vemos, falar dos prós e contra desta cidade caberia num livro. Entretanto só se passaram cinco anos.

Considerando que devo também sugerir, tenho a dizer que devese-á apostar na educação ambiental dos moradores, pois vêm-se papéis, garrafas, sacos de plástico e farrapos em canteiros para flores, nos parques de diversão e de estacionamento. No Kilamba funcionam dois Institutos do Ministério do Ambiente ligados a matéria, a Administração deve estreitar os laços com estas instituições, pois os especialistas estão lá.

Dentre outras iniciativas, deve-se investir na criação de florestas plantadas, os espaços para tal abundam nela e estaríamos assim em presença de um grande pulmão verde de que Luanda tanto necessita. Eis as minhas modestas contribuições e faço questão de resistir para ver o que será esta imponente cidade daqui a mais um quinquénio.

7.24 Distribuídos lotes para autoconstrução

Jornal de Angola

21 De Julho de 2016

Texto: Elautério Silipuleni

A Administração Municipal de Ombadja começou a entregar à população, no último fim-de-semana, lotes de terreno no bairro Okalmo, em Xangongo, para a autoconstrução dirigida, no âmbito do programa de requalificação, reabilitação e valorização dos centros urbanos e rurais.

O administrador municipal de Ombadja, Manuel Domingos Taby, presente no acto de entrega, disse que a iniciativa vai possibilitar a fixação ordenada das populações, assim como dinamização e interacção de

espaços, com a disponibilização de terrenos legalizados às famílias que pretendem construir casa própria.

Manuel Domingos Taby sublinhou que a Administração local já entregou cerca de 200 lotes dos 400 previstos na urbanização de Okaimo, onde uma reserva de 240 hectares está em preparação, para a expansão da vila.

Viúvas, jovens e antigos combatentes, num total de 2.125 pessoas, beneficiaram de lotes de 600 e 1.000 metros quadrados, desde o arranque do processo, no ano passado, disse o administrador municipal.

Manuel Domingos Taby reconheceu que o número de cidadãos, sobretudo jovens, que precisam de construir a sua habitação no município de Ombadja tem vindo a crescer significativamente, por esta razão o gabinete técnico e infra-estruturas da Administração Municipal está a trabalhar para distribuir, até final do ano, mais lotes nas urbanizações do município. Garantiu que o processo de distribuição de terrenos para a auto-construção dirigida

é célere, esclarecendo que o cidadão só precisa de dirigir um requerimento ao administrador municipal e efectuar o pagamento do direito de concessão da parcela de terra.

Os beneficiários têm o prazo legal de três meses para o início das obras e três anos para a conclusão.

A construção de residências obedece à estrutura arquitectónica autorizada pela Administração Municipal, visando assegurar a harmonia e comodidade.

Com objectivo de pôr fim à construção anárquica, que se regista a nível do município de Ombadja, principalmente nos centros urbanos, o Governo Provincial implementou o programa de requalificação e urbanização de lotes de terreno, de modo a edificarem-se habitações modernas. A tipologia de construção depende da Administração Municipal, que orienta o tipo de construção a ser feita em determinadas zonas, explicou, para acrescentar que a iniciativa está a trazer muitas vantagens, uma vez que, através desta estratégia, as zonas têm várias infra-estruturas, com destaque para energia eléctrica, água potável e vias de comunicação.

7.25 Hora de colocar de lado o espírito de rico"

Jornal Economia e Finanças

22 De Julho de 2016

Texto: Agostinho Chitata

As crises, por natureza, são cíclicas. Estas decorrem, em geral, após um certo período de estabilidade. Sete inóritos, serve para lembrar que Angola está a passar por um momento de crise financeira e com destaque à cambial, depois de ter vivido um longo período de estabilidade nestas duas vertentes.

Entretanto, parece já consensual, os momentos de crise são importantes porque dão a oportunidade de avaliarmos as nossas capacidades de adaptação as situações "inesperadas" que ocorrem na vida. A importância da crise também resulta do facto de dar a possibilidade de implementar a nossa capacidade criativa para se fazer face aos seus efeitos.

Quer-se dizer com isto que, partindo destes pressupostos, somos obrigados a aferir que os momentos de crise nos permitem avaliar os níveis de consumo das famílias que integram as sociedades ou, se calhar, algumas que integram a nossa sociedade. Destacamos, se nos permitam, aquelas famílias mais "afortunadas". Será que estas consomem aquilo que é estritamente necessário para o seu bem-estar, ou estendem para além do necessário? Se olharmos para alguma "quantidade e qualidade" dos resíduos sólidos produzidos parece indiciar os níveis de consumo de famílias que residem em determinadas zonas com a alguma notoriedade e não só.

Sendo mais concretos, não seria de espantar que nos chegassem informações Segundo as quais as centralidades espalhadas pelo país, pontificando-se a capital, a quantidade de resíduos produzidos serem desproporcionais ao número de habitantes aí residentes. E o que geralmente compõem o lixo? Segundo observou alguém que visitou Angola, concretamente Luanda, são sacos de plástico das compras e alimentos que, na sua óptica, ainda poderiam ser consumidos se conservados.

Comparando com a cidade onde vive (lá fora), disse que no seu complexo habitacional, o lixo é recolhido de uma em uma semana. Nas nossas centralidades, pelo volume produzido diariamente, esta teria de ser, pelo menos, de dois em dois dias. Pelo que constitui a nossa realidade no que somos em termos de natureza consumista, grosso modo, quase pouco temos de adversar perante tal observação.

Isto serve para dizer que em momentos de crise, as famílias sobretudo devem ser apeladas ao exercício de utilização dos seus bens, pois, e é do conhecimento, face à escassez de divisas, os preços das coisas e dos alimentos tendem a aumentar de forma desproporcional aos rendimentos familiares. Logo, há

necessidade de adopção de novos hábitos de consumo.

À guisa de exemplo, um casal esteve muito dividido se compraria outras cadeiras da sua mesa de jantar ou se mandaria estofar novos assentos já que os originais danificaram. A opção foi reparar. Hoje voltaram a ter as seis cadeiras com menos custos e com a qualidade reposta.

A parte que não quis acabou por gostar e percebeu que não era tão bem assim caracterizar o gesto como "espírito de pobre".

Entretanto, dá para perceber, e poderíamos citar outro exemplo, que em altura de "não-crise", parece que tudo valia. Esbanjar à grande e à francesa era uma rotina e completamente normal. Aliás, tínhamos a fama de "mwangoles" porque dispúnhamos sem apelo nem agravo, estivéssemos onde estivéssemos. Sem querermos ferir susceptibilidades, como se comenta, não impúnhamos limites nas despesas. Agíamos como quem tivesse perdido a noção de que o futuro é imprevisível.

A confirmar, está o quadro actual que requer de todas as famílias, e não apenas, mudanças de atitude nos comportamentos no que o consumo excessivo diz respeito. Hoje, já somos mais racionais nos cortes financeiros às delegações desportivas que vão competir no exterior.

Já vamos ao supermercado com uma lista previamente elaborada. Já valorizamos mais as escolas públicas para os nossos filhos. Já optamos mais por autocarros nas ligações provinciais em detrimento dos aviões. Queimais oneram. Já preferimos a garrafa de água de 5 litros do que comprar a embalagem de 6 de um litro cada e mais cara. Já vamos mais para o pão cacete do que o pequeno, enfim.

Falando mesmo em aviões, vamos percebendo de que companhias áreas, por causa do exercício de contenção, tornam a "económica classe" num espaço de mais conforto e melhor assistência para continuar a manter o nível de serviço para quem e não só sempre teve a executiva como preferência e que hoje, dadas as limitações, tem de recuar para outra mais inferior. Para manter o nível de procura e não quebrar expectativas, o mercado tenta criativamente encontrar outras soluções. Dando respostas a quem opte pela racionalização.

Nunca é de mais lembrar Einstein ao falar da crise:

"Não pretendemos que as coisas mudem, se sempre fazemos o mesmo. A crise é a melhor bênção que pode ocorrer com as pessoas e países, porque a crise

traz progressos. A criatividade nasce da angústia, como o dia nasce da noite escura. É na crise que nascem as invenções, os descobrimentos e as grandes estratégias".

Sendo assim, pensamos, a criatividade deve bater a porta das famílias, entrar pela casa adentro e influenciar estas a ponderarem nos seus comportamentos e atitudes, evitando, se tal sucede, os gastos excessivos e se enverede por posturas racionais.

Dizia alguém que os donos das lojas podem não gostar destas sugestões mas pensamos que devem ser estes os primeiros a aconselhar aos seus consumidores, que somos todos nós claramente, aos não desperdícios. À contenção e moderação nas despesas e poupar sempre e cada vez mais. Compre sim mas o necessário.

7.26 Angola no encontro de análise da Nova Agenda Urbana

Jornal O PAIS

27 De Julho De 2016

Texto: Branca do Espírito Santo

Representantes de 120 países estão a analisar desde segunda-feira, na cidade de Surabaia, Indonésia, o projecto da Nova Agenda urbana Mundial, que será apropriado na próxima Cimeira das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III).

Angola faz-se representar na delegação chefiada pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, enteadada pelos directores nacionais) Ordenamento do Território Urbanismo e de Intercâmbio, respectivamente, Manuel Zangui e Eunice Inglês.

A directora do Intercâmbio do ministério do Urbanismo e Habitação disse que a reunião designa-se Prep Come III (sessão preparatória da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Urbano Sustentável) e terá a duração de três dias, com uma agenda que inclui debates e painéis sobre questões de interesse global, sendo esta a última oportunidade de apreciação do projecto da Nova Agenda Urbana.

Explicou que a cimeira Habitat III decorrerá na cidade de Quito, Equador, de 17 a 20 Outubro próximo e visa engajar os estados no desafio de urbanização, para fazer face ao impacto global do

movimento de populações do meio rural para as cidades.

A primeira sessão preparatória da Cimeira das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) foi em nova York (EUA), em Setembro de 2014, enquanto a segunda decorreu em Fevereiro último, na cidade de Abuja (Nigéria).

A realização da Conferência Habitat III decorre da resolução 66/207, que visa dinamizar o compromisso global de urbanização sustentável, para a implementação de uma Nova Agenda Urbana. As Conferências da ONU sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano realizam-se a cada 20 anos.

A Habitat I, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, realizou-se na cidade de Vancouver (Canadá), de 31 Maio a 11 de Junho de 1976. A Habitat II, a segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, foi realizada em Istambul (Turquia), de 3 a 14 de Junho de 1996.

A Conferência Habitat III será marco global das Nações unidas, que constituirá o compromisso dos Estados para a adopção da Nova Agenda urbana pós-2030 e os objectivos de Desenvolvimento sustentável.

Historial das Conferências

A Assembleia Geral das Nações Unidas convocou a Conferência Habitat I em Vancouver em 1976, quando os governos começaram a reconhecer a necessidade de assentamentos humanos sustentável e as consequências da rápida urbanização, especialmente nos países em desenvolvimento. Naquela época, a urbanização e os seus impactos não eram nem meramente considerados pela comunidade internacional, mas o mundo estava a começar a testemunhar a maior e a mais rápida migração de pessoas para as cidades da história, bem como a ascensão da população urbana através do crescimento natural resultante dos avanços da medicina.

Os compromissos de Vancouver foram confirmados 20 anos depois na conferência Habitat II, em Istambul, Turquia.

Líderes mundiais adoptaram a Agenda Habitat II como um Plano de Acção Global para abrigos adequados para todos, com a noção de assentamentos humanos sustentáveis, oferecendo desenvolvimento a um mundo urbanizado.

Quarenta anos depois, há consenso de que as estruturas das cidades' formas e funcionalidades precisam de ser transformadas na mesma medida em

que a sociedade se transforma. O legado da cidade do século XX, em termos de padrões espaciais, é de que ela cresça além das suas fronteiras para cidades satélites ou dormitórios e subúrbios. As cidades têm se desenvolvido para além de suas áreas peri - urbanas, muitas vezes por conta de factores tais como o seu fraco planeamento urbano, pobre gerenciamento urbano, crises de regulação fundiária e especulação imobiliária. Em 2010, o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Urbanos (UN-HABITAT) reportou que mais de 827 milhões de pessoas vivem em más condições de habitabilidade.

Os assentamentos urbanos informais são espontâneas formas de urbanização, consistindo numa série de estratégias de sobrevivência praticadas pelos mais pobres, muitas vezes nascidos na pobreza e na exclusão.

7.27 6.26 Nova agenda urbana em análise

Jornal de Angola

27 De Julho de 2016

Representantes de 120 países estão a analisar desde segunda-feira, na cidade de Surabaia, Indonésia, o projecto da Nova Agenda Urbana Mundial, que é aprovado na próxima Cimeira das Nações Unidas sobre o desenvolvimento urbano sustentável (Habitat III), que se realiza em Outubro deste ano em Quito, no Equador.

Angola faz-se representar por uma delegação dirigida pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, e integrada pelos directores nacionais do Ordenamento do Território e Urbanismo, Manuel Zangui, e do Intercâmbio, Eunice Inglês.

A directora do Intercâmbio disse que a reunião se designa "PrepCome III" (sessão preparatória da conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento urbano sustentável), tem a duração de três dias e inclui debates e painéis sobre questões de interesse global, sendo a última sobre "Oportunidade de apreciação do projecto da nova agenda urbana." A cimeira Habitat III, disse Eunice Inglês, pretende engajar os Estados para o desafio de urbanização, para fazer face ao impacto global do movimento de populações do meio rural para as cidades. A primeira sessão preparatória da Cimeira da ONU..

8. AGOSTO

8.1 Programa de Redução da pobreza beneficia 500 famílias

Jornal O PAÍS

01 De Agosto de 2016

Texto: Maria Teixeira

O programa visa sensibilizar famílias angolanas a adoptarem novos hábitos e comportamento face ao actual contexto económico e social do país, de modo a se auto-sustentarem. Trata-se de um grupo considerado o dos "pobres dos mais pobres", que vivia em zonas consideradas de risco, nos arredores do bairro do Golfe 2, município de Belas e que agora fazem parte do Programa Experimental de Redução da Pobreza.

Segundo a presidente daquela associação de beneficência, Bebiana de Almeida, o projecto está a ajudar centenas de famílias.

"As famílias que residiam nos barrancos da lixeira do Golfe II estão a mudar as suas vidas desde o momento em que foram realojadas no Zango, onde contam com o apoio permanente da Associação de Profissionais e Amigos do Combate à Pobreza (APACP)", disse.

Uma das beneficiárias é a cidadã Luzia Dala, de 45 anos, que hoje mora com a família no Zango. Na conversa com O PAÍS, contou que sempre viveu no Golfe 2, por trás do conhecido bairro da "Lixeira", uma zona degradada e com péssimas condições para a vida humana.

"No bairro onde vivíamos, as pessoas não tinham medo de pegar numa garrafa e alvejar alguém", conta.

A família de Luzia Dala e mais outras 500, saíram do "inferno" e agora vivem em melhores condições de vida. A vida, aos poucos ganha sentido e Luzia Dala está feliz porque já é capaz de sonhar.

"Nas barrocas onde vivíamos perdemos o medo, drogávamo-nos, bebíamos e fazíamos tantas coisas erradas", afirma dona Luzia.

Acrescentou que eram pessoas abandonadas pelo mundo ao seu redor, a imundície do lixo e a pobreza não os deixavam dormir. "Um dia, apareceu a senhora Bebiana, como anjo nos ajudou e mudou a nossa vida. Hoje, recebemos terrenos, mas com as

condições de construir casas de bloco e ficar na Luanda Limpa (Zango IV)", conta.

Disse ainda que vive há 10 anos no Zango IV, num terreno dado pela dona Bebiana, porque eram refugiados numa autêntica lixeira.

"Não temos dinheiro para sobreviver e saímos do bairro da lixeira no Golf II em condições piores, nesta zona, quando cai chuva entra água e muitas crianças acabam morrendo", declarou.

Já um outro morador, Mateus Rogério, disse que a dona Bebiana é a pessoa que sempre os ajudou e lhes deu terrenos para a construção de casas de blocos.

"Estou com o terreno há três anos e vivo no bairro há 10 anos, era refugiado e vivia em péssimas

condições, por causa do lixo, do fumo e dos bandidos. Hoje estou aqui graças à bondade da dona Bebiana", afirmou Mateus Rogério.

O gestor do Fundo de Apoio Social (FAS) e empreiteiro das obras, Gilberto Miranda João, disse estar no projecto desde 2002 e que quando começaram foram rejeitados pela população, que os consideravam pessoas de risco.

Actualmente, a associação trabalha com 24 jovens no FAS, 48 na construção de casas, 24 na construção da creche e 12 homens na construção de muros e da escola.

"Eles ajudam no desenvolvimento da microempresa que produz vassouras recicladas, no desenvolvimento e melhoramento das escolas e ajudam a Comunidade Piloto CPFV (Associação Força de Vontade) a avançar em alguns dos seus projectos sustentáveis", declarou.

O responsável disse ainda que eram famílias completamente abandonadas por tudo e todos, grande parte das quais pouco ou nada sabiam sobre comportamentos morais ou normas e regras de cidadania aceitáveis em sociedade e viviam dos restos de alimentos deitados na lixeira.

Como surgiu o Projecto de Combate à Pobreza

Fruto da experiência acumulada durante 14 anos, Deolinda Bebiana de Almeida, ex - funcionária das Nações Unidas, disse em exclusivo a O PAÍS, que ao regressar a Angola, em 2002, decidiu lançar um 'Programa Experimental de Redução da Pobreza'.

Bebiana de Almeida, que coordena o Programa da Associação de Profissionais e Amigos de Combate à Pobreza, tinha como propósito trabalhar com

peças que vivem em extrema pobreza. A responsável, que trabalhou para a maior tribuna política mundial exercendo posições de alto nível, tais como Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas e Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a mentora do projecto.

Bebiana contou que depois de regressar ao nosso país teve que negociar com o Ministério das Relações Exteriores (MIREX) para libertá-la das actividades no gabinete e realizar essa experiência.

"Foi assim que depois de algumas negociações consegui, mas ainda sou um quadro do MIREX, emprestada a um projecto de combate à pobreza no país", disse.

Na experiência, Bebiana de Almeida seleccionou um grupo alvo que considerou sendo os "pobres dos mais pobres", que viviam no lixo e do lixo, numa das grandes lixeiras da cidade capital de Luanda, no Golf II, Município do Kilamba Kiayi.

Para efectivar o projecto juntaram-se muitas pessoas e começaram essa experiência. "A nossa maior preocupação sempre foi encontrar populações que vivessem em extrema pobreza, porque queria lidar com famílias que estivessem nessa situação. Então foi nesta lixeira que nós trabalhamos durante três anos, de 2002 a 2005, com as famílias que viviam naquela fumaça e lixo", disse.

Segundo a responsável, os primeiros encontros com os elementos do grupo alvo foram assustadores e, em algumas ocasiões ameaçadores, tanto assim que os elementos dá sua pequena equipa de trabalho foram, nesses primeiros encontros, intensamente apedrejados por esse mesmo grupo que os consideravam intrusos, tal como tantos outros que por ali passavam.

"Escolhemos e decidimos trabalhar com 500 famílias, mas começámos com números pequenos e paulatinamente, porque o maior problema foi encontrar espaço suficientemente vasto para reassentar as tais famílias. O Governo Provincial de Luanda (GPL) iria ajudar-nos", esclareceu.

Explicou que à Associação de Profissionais e Amigos de Combate à Pobreza (APACP) ajuda a enquadrar as famílias de emergência' às quais oferecem comida e acompanham nas, na mudança de comportamento, sempre na esperança de ter um lugar para levá-las, "Numa primeira fase, fomos levados a um outro lado, onde a maioria das pessoas ainda vive em casas de chapas e outras em papelão, enquanto preparávamos o bairro piloto 'Força de Vontade' I e também o II,

em que estão já construídas 40 casas, 39 das quais já estão habitadas", explicou.

Fez saber que o projecto alberga três metas importantes de actuação, sendo a primeira o espaço suficientemente amplo para residências e equipamentos sociais, a segunda a água e a luz, e, por último, casas que poderão ser construídas e entregues aos futuros utentes.

Contou também que tudo é um processo e que as famílias que saíram da lixeira para o Zango depois passarão para o bairro piloto Força de Vontade. "Quando se trata de um trabalho com a ideia de se levar pessoas bastante carentes a um desenvolvimento auto-sustentado é aconselhável fazê-lo por fases e, entre elas, a criação da auto-estima do próprio denominado pobre e depois responsabilizá-lo por aquilo que compra que é a sua vontade de querer mudar de comportamento", explicou.

Disse ainda que estão a fazer uma fábrica artesanal de vassouras recicladas a partir de garrafas de água mineral, e neste momento têm 14 casas feitas e 78 anexos na Força de Vontade I. A localidade vai albergar 460 casas porque têm 500 famílias para abrigar, para as quais 40 foram feitas e 39 já estão habitadas na Força de Vontade II, uma contribuição dada pelo Programa Combate à Pobreza.

Por essa razão, disse Bebiana de Almeida, também há o Fundo de Apoio Social (FAS) composto pelo grupo de jovens Betão Forte que veio da lixeira do Golf 2 e agora constroem as escolas. "O nosso espaço tem equipamentos sociais como escolas primárias e do segundo ciclo, áreas de lazer, centro de saúde e creches", fez saber.

8.2 A imagem do Kilamba

Jornal O PAÍS

02 De Agosto de 2016

Prezado director do OPAÍS. Votos de bem-estar para todos os trabalhadores do jornal.

Escrevo porque estou triste e zangada com a imagem a cidade do Kilamba está a ganhar, de uma cidade de prostituição.

Muitos jornais escrevem notícias tristes sobre as prostitutas do Kilamba. Algumas nem aqui vivem e alugam-lhes os apartamentos. Outras, não sei como conseguiram os apartamentos. São mulheres solteiras, sem marido nem emprego. A culpa é de quem lhes vendeu os apartamentos.

Agora, parece que todas as mulheres do Kilamba são prostitutas, isso é muito triste. Acho que a Administração do Kilamba podia fazer alguma coisa. Se as pessoas de fora sabem onde estão essas moças, como é que a Administração e a Polícia não sabem? Parece ser um negócio que interessa a muitos.

Há sim senhora prostitutas no Kilamba. Mas porquê que só falam do Kilamba, se a prostituição existe em todo o mundo?

Porquê que não falam das prostitutas do Marginal, do Talatona ou do do Nova Vida? Será que lá não há prostitutas?

Acho que a nossa Administração deve fazer mais para defender a imagem do Kilamba e dos moradores. Assim vai parecer que somos todas prostitutas. Um dia teremos de dizer que moramos noutros sítios. Dor causa da vergonha.

Acho que os jornalistas também deviam falar das coisas positivas, das famílias sérias e de alguns jardins que alguns moradores fazem e que são muito bonitos. No Kilamba não há só prostitutas.

Bem haja, Sónia Santos

Cidade do Kilamba, Luanda

8.3 Mais casas no Cuvango

Jornal de Angola
04 De Agosto de 2016

Vinte casas sociais construídas no âmbito do projecto de 200 fogos habitacionais por município foram concluídas no município do Cuvango, na província da Huíla, e serão entregues este ano aos beneficiários.

Em declarações à Angop, o administrador municipal do Lubango, Miguel Luís, salientou que as residências fazem parte da primeira fase do projecto iniciado em 2014, que contemplaria 40 casas, cifra que não atingida por questões técnicas e orçamentais.

"Estamos agora a trabalhar para a distribuição das casas que já estão prontas, cuja prioridade vai para funcionários públicos, com 70 por cento, e outros 30 por cento destinados aos jovens", explicou Habitação na Cahama Um conjunto habitacional de 100 casas sociais do tipo T3 foi inaugurado na semana finda, na Cahama, província do Cunene, pelo vice-governador para a esfera Económica, António Candeeiro.

Erguidas por oito empresas angolanas de construção civil, num período de seis meses, as habitações custaram ao Estado 543 milhões e 473 mil kwanzas.

No acto inaugural, António Candeeiro disse que a entrega destas habitações, que fazem parte da segunda fase de construção dos 200 fogos habitacionais por município, reflecte o compromisso assumido pelo Executivo em melhorar as condições de vida das populações.

As moradias foram construídas em duas comunas, sendo 72 em Cahama e 28 em Otchindjao.

8.4 AADIC quer punição severa contra administradores das centralidades do Kilamba e Sequele

Jornal Manchete
05 De Agosto de 2016
Texto: Orlando Hochoa

A Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC), solicitou recentemente, às autoridades afins no sentido de sancionarem severamente, os administradores das Centralidades do Kilamba e Sequele, em Luanda, ou puni-los com base aos artgs. 7º, 19º da Lei nº3/10 de 29 de Março - Lei da Probidade Pública, que remete para as aIs). b, d, m do art. 21º, 23º, nº 1, 3 do 39º ambos da CRA ; e outras legislações avulsas.

A intenção vem expressa na carta que esta organização endereçou à ministra do Ambiente, Fátima Jardim, na qual aborda questões inerentes ao "Desequilíbrio Ambiental na Relação do Consumo".

De acordo com o documento, a AADIC tem vindo a constatar a materialização por dolo na feitura de queimadas ou fogo posto nos espaços verdes das Central idades do Kilamba e do Sequele, prática aceite pelos administradores das referidas cidades.

Para a organização, tal acta além de devastar a cintura verde da cidade; coloca em risco de vida os Moradores (Consumidores), visto que a prior circulam e estaciona-se viaturas todos os dias dos utentes (Consumidores).

"Ainda assim; tais queimadas têm vindo a danificar as árvores colocadas pelo Estado Angolano; que ao nosso entender as mesmas equilibram o ecossistema e o Meio Ambiente.", sublinha.

Adiante, apresenta uma argumentação jurídica, segundo a qual, todos têm direito de viver num ambiente sadio e não poluído, bem como o dever de o defender e preservar. "A Lei pune os actos que ponham em perigo ou lesem a preservação do Ambiente (ns" 1,3 do art.39º da CRA).", defende a AADIC no seu documento, no qual acrescenta que "Entendemos que o Consumidor que aderiu a este projecto, não só pagou pela moradia; mas como tal para os espaços verdes, estacionamento, áreas de lazer, etc. Sendo relevante os princípios fundamentais disposto no art. 89º aI). b nº1 da CRA que assenta: A organização e regulação das actividades económicas assentam na Garantia Geral dos Direitos e liberdades económicas em geral, na valorização do trabalho, na dignidade humana e na justiça social, em conformidade com os seguintes princípios fundamentais a defesa do Consumidor e do Ambiente."

Qualidade de vida precária

Ainda de acordo com a AADIC, tendo como acção a queima de capim e o abate indiscriminado de árvores (estas violações desvirtuam o plano de plantação, arborizações e jardinagem da urbanização) sem a sua substituição conforme determina a Lei de base do Ambiente Lei nº5/98 de 19 de Julho nos seus artgs. 6º,9º, 12º, 13º, 14º, 19º,21º; a qualidade de vida dos habitantes será vaiado ou mesmo precária.

Defende, por outro lado, que o meio ambiente é um recurso escasso, razão porque se deve sempre ter em conta o seu uso racional, aplicar desenvolvimento sustentável, preservar o bem, para as gerações vindouras (art. 5º ai). a, b, da Lei nº 5/98 de 19 de Junho).

Ainda no que respeita à alegada punição aos administradores das central idades acima referenciadas, a AADIC é de opinião de que haja a intervenção Direita do Ministério Público nos termos da ai). d do art. 186º da CRA, bem como o asseguração da justiça, pelo Provedor de Justiça.

Proposta

Perante os actos acima mencionados, aquela organização dos direitos dos consumidores propõe no documento que temos vindo a citar, a criação de Gabinetes a nível destas Urbanizações para maior fiscalização e controlo, bem como que se faça divulgação ambiental para conhecimento público (Consumidores) e a aplicação de multas para as entidades Públicas e Privadas que praticam actos lesivos ao Meio Ambiente.

"Que ao invés de queimar o capim, optassem em cortar atempadamente solicitando apoio aos Moradores (Consumidores) no âmbito do bem-estar em comum e convocar os moradores das referidas centralidades para que se faça campanhas de plantações de árvores."

Sem desdramatizar, AADIC pensa ser um acto medíocre queima de capim - por parte de quem tem o dever, obrigação e responsabilidade em manter o espaço verde ou se assim for a cintura verde em vigor nestas Centralidades.

"Profundamente, contristar-nos senão houver uma intervenção telegrafa e urgente por parte da entidade de Direito, teremos a breve trecho Centralidades cuja aparência será de um campo de futebol (Estádio 11 de Novembro) que no caso desvirtuaria o plano arquitectónico e urbanístico, para o qual foram concebidas."

A terminar a AADIC diz não haver justificação plausível para tão Diabólico acto.

De recordar que o dossier em causa é, igualmente, do conhecimento do Procurador-Geral da República de Angola, Provedor de Justiça, Governador de Luanda, Directora Geral do INADEC, bem como os administradores das respectivas Centralidades.

8.5 Angola, o maior beneficiário da juda financeira da China e da África

Jornal A República

05 De Setembro de 2016

Texto: Lusa

O principal recetor das linhas de crédito abertas por Pequim foi o sector transporte e armazenagem, que absorveu 20% do montante global, detalha aquela pesquisa.

Logo a seguir, surge a produção e abastecimento de energia, que recebeu 18% do crédito chinês.

Governo e sociedade civil, comunicações e abastecimento de água e saneamento, que, no conjunto, acederam a 667 milhões de dólares (600 milhões de euros), surgem no fim da lista.

Depois de a guerra civil em Angola ter acabado, em 2002, a China tornou-se um dos principais atores da reconstrução do país, nomeadamente das suas estradas, caminhos-de-ferro e outras infra-estruturas.

Em troca, o país asiático "obteve condições favoráveis para a exploração de minérios" no país africano, lê-se na pesquisa conduzida pela jornalista de investigação espanhola Eva Constantaras.

A China é hoje o maior importador do petróleo angolano, mas, devido à queda do preço daquela matéria-prima, o valor das exportações angolanas para o mercado chinês diminuiu cerca de 50%, em 2015, para 15,98 mil milhões de dólares (14,3 mil milhões de euros).

Entre as nações africanas mais beneficiadas pelos empréstimos do país asiático surgem ainda o Sudão, Gana e Etiópia.

"A maioria dos principais recetores são países ricos em recursos naturais - incluindo petróleo, diamantes e ouro e muita da ajuda chinesa serve para tornar essa riqueza acessível para exportar": aponta o estudo.

País mais populoso do mundo, com cerca de 1.375 milhões de habitantes, a China registou nas últimas três décadas um ritmo médio de crescimento económico de 10% ao ano, transformando-se no maior consumidor de quase todo o tipo de matérias-primas.

Desde 2009, o "gigante" asiático tornou-se o principal parceiro comercial do continente africano.

Moçambique surge em 11.º na lista da ChinaAid, que calcula que o país recebeu, desde o início do milénio, quase 5.800 milhões de dólares de Pequim.

Neste caso, o sector transporte e armazenagem foi o grande beneficiário, tendo absorvido 45% do montante total concedido pela China. A banca

e os serviços financeiros ficaram com 36%.

Entre as áreas menos beneficiadas surgem a saúde, comunicações e produção e abastecimento de energia.

Já na Guiné Equatorial, que em 2014 foi admitida na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), foi o segundo maior beneficiário 'per capita' do apoio financeiro chinês a África.

Nos últimos 15 anos, o terceiro maior produtor de petróleo da Africa subsaariana recebeu de Pequim quase 2.000 dólares por cada um dos seus 740.000 habitantes.

Este fluxo de investimento foi destinado, quase na totalidade, a projetos do sector energético, detalha a ChinaAid.

A pesquisa calcula que, desde 2000, os países africanos receberam de Pequim quase 100 mil milhões de dólares (90 mil milhões de euros).

Aquele valor coloca o país asiático lado a lado com os Estados Unidos da América, cuja assistência financeira ao continente africano, durante o mesmo período de tempo, ascendeu a quase 105 mil milhões de dólares (94,5 mil milhões de euros).

A China Aid revela ainda que muito do dinheiro chinês é investido nas cidades de origem dos chefes de Estados dos respectivo países, ou em regiões habitadas pelo grupo étnico do líder político.

Ainda assim, rejeita que Pequim tenha uma estratégia focada em tirar partido do clientelismo político no continente, atribuindo aquela tendência à competição por influência entre diferentes agentes do Governo chinês.

Em Dezembro passado, o Presidente chinês, Xi Jinping, anunciou em Joanesburgo que vai conceder 60 mil milhões de dólares (54 mil milhões de euros) em assistência e empréstimos aos países africanos, nos próximos anos.

Segundo estimativas ocidentais, vivem em Africa um milhão de chineses, dos quais um quarto - 250.000 - em Angola.

8.6 Crise em Angola afecta sector imobiliário da Namíbia

Jornal O PAÍS

5 De Agosto de 2016

Texto: Hélder Caculo

O actual cenário macroeconómico de Angola, fruto da baixa do preço do petróleo nos mercados internacionais, com forte impacto nos níveis de inflação no mercado interno, está a produzir efeitos agravados no sector imobiliário da Namíbia. Aquele país vizinho vem registando uma saída considerável angolanos que alegam falta de divisas para pagar despesas com o alojamento.

Segundo a imprensa local, a situação afecta sobretudo angolanos instalados na capital, Windhoek, alguns dos quais já foram forçados a desocupar apartamentos devido às rendas em atraso, enquanto outros proprietários passaram a aceitar pagamentos em kwanzas, através de depósitos em contas bancárias em Angola.

Estudantes angolanos em colégios e instituições de ensino superior são os mais afectados pela situação, segundo o jornal "The Namibian", com meses de rendas em atraso, porque as famílias não conseguem enviar divisas para o país vizinho.

Estudante numa universidade local, Silvestre de Oliveira de 24 anos, admite ter que voltar a Angola em breve porque não tem dinheiro para pagar o aluguer do seu apartamento de dois quartos, em Windhoek Ocidente, que partilha com um primo, pelo qual paga 7 mil dólares namibianos ao mês. "Ele já está há dois meses sem receber qualquer dinheiro em casa", disse ao jornal namibiano o estudante, admitindo a pressão dos proprietários para receberem as rendas.

"Os meus amigos estão a regressar Angola e acho que seguirei eu em breve", lamentou. Dorado Park, Windhoek Oeste, Norte e Windhoek Hochland Park, são algumas zonas da capital namibiana afectadas pela debandada angolana, que também passa pela procura de apartamentos a preços mais acessíveis.

"A maioria dos meus clientes eram angolanos. Tem sido muito difícil ultimamente", confirmou o agente imobiliário Esther Nicodemos.

Angola vive, desde finais de 2014, uma profunda crise financeira e económica decorrente da quebra para metade das suas receitas, que reduziu igualmente a entrada e a disponibilidade de divisas.

Essas divisas são necessárias para o pagamento dos arrendamentos na Namíbia, sendo que os inquilinos angolanos, descritos pela imprensa local como "disponíveis para pagar qualquer valor que fosse exigido pelos senhorios" antes da crise, são acusados de terem feito subir fortemente o valor das rendas, pela procura e negociação.

Em Dezembro de 2015, Angola e Namíbia retomaram o Acordo de Conversão Monetária entre os bancos Nacional de Angola (BNA) e da Namíbia (BON), que havia sido suspenso temporariamente no mesmo ano, por causa da elevada massa monetária

No acordo inicial, cada cidadão residente cambial podia viajar para o país vizinho (e efectuar transacções) com entre Kz 150.000 e Kz 500.000, entre menores e maiores de idade, respectivamente, quantias que só podiam ser trocadas nas casas de câmbio ou instituições bancárias das duas localidades namibianas.

8.7 Toda "Tramoia" do GPL e de Rui Cruz

Jornal A República
5 De Agosto de 2016
Texto: João Diala

É devido à uma pseudo expropriação, ou o tal usucapião, ou ainda a chamada requalificação como argumentação efetuada pela ré Prominvest no processo nº 793/D que decorre na 2ª Secção do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda que o jornal A REPÚBLICA se debruçou na investigação de todo o processo inquinado logo a partir do Governo Provincial de Luanda (GPL), na altura, isto é, em 2006, a Governadora Provincial de Luanda, Francisca do Espírito Santo, e Augusto Inglês, como Diretor do Gabinete Jurídico do GPL, onde começou a "marosca".

Tudo indica que foi o GPL quem atribuiu e/ou vendeu os terrenos do largo Lumeji a Imogestin, num acto deliberado de trapaça, porque, de facto, nunca existiu expropriação por utilidade pública, as pessoas foram enganadas e esbulhadas, pois não receberam a devida indemnização sob procedimento judicial que devia ter como referência o pagamento de uma justa compensação. Ou seja, o GPL atribuiu ou vendeu os terrenos do largo

Lumeji a Imogestin, esta, por sua vez, terá cedido ou vendido à Prominvest. Ou seja, Rui Cruz, na qualidade de PCA da Imogestin, terá comprado os terrenos ao GPL e, mais tarde, vendeu o mesmo a ele próprio, uma vez que ele é representante da Prominvest.

Portanto, estamos perante os factos que, de alguma forma, perturbam a percepção de qualquer Angolano. Se juntarmos o facto de que Rui Cruz é o PCA da Imogestin, SA, empresa que foi designada pelo Governo Angolano para, em sua representação, proceder a gestão da construção e das vendas ou outras formas de transmissão de habitações, espaços comerciais e outros activos imobiliários, a serem integrados no plano de desenvolvimento construtivo e comercial de alguns projetos habitacionais, de acordo com o Decreto Presidencial nº 329/14, de 29 de Dezembro. É também representante da Prominvest Promoção e Investimentos Imobiliários Limitada, onde, de facto, os interesses colidem, tornando óbvia a colocação das seguintes questões: Entre a Prominvest e a Imogestin, qual é a empresa que Rui Cruz prioriza na defesa dos seus interesses?

A quem quis o Governo Angolano beneficiar, ao tornar a Imogestin numa empresa monopolista do ponto de vista de mercado? Claramente que mais

uma vez vamos assistir, não tarda, ao descalabro da Imogestín, pois não se consegue conceber, do ponto de vista funcional, que uma empresa gerencie todas as Centralidades habitacionais de um País! Isto é inconcebível, seja do ponto de vista funcional como económico, não tem como, será rutura total, mais tarde ou mais cedo, aliás, podemos constatar as muitas reclamações dos moradores das Centralidades do Kilamba e do Sequel, reclamações estas que a Imogestín não consegue satisfazer. Voltando ao principal assunto, o do pseudo processo de expropriação, outras vezes alegando o usucapião e requalificação quer pelo GPL quer a Imogestín bem como a ré no processo, a Prominvest, nunca foi cumprida a devida indemnização, principalmente ao beneficiário Carlos Alberto da Silva Ramos, indivíduo herdeiro legítimo das habitações que sempre debateu-se para a devida compensação, sendo que esta habilitação de herdeiros (de 1992) foi feita à cautela, pois, no ano de 1969 já haviam obtido, junto da autoridade colonial da época, uma declaração de óbitos para efeitos orfanológicos.

É mais que notório a perversidade de Rui Cruz, em não querer resolver a situação em causa, deixando correr um processo que de antemão sabe que está perdido, mas que, de facto, tenta arrastá-lo causando enormes prejuízos e danos psicológicos para o malgrado Cidadão.

8.8 Seminário hoje sobre as cidades

Jornal de Angola
10 De Agosto de 2016
Texto: Edna Dala

Um seminário com a finalidade de abordar as experiências intencionais sobre cidade inteligente decorre hoje, em Luanda, no anfiteatro do Instituto Nacional de Estatística (INE), para as inalar o Dia Africano da Descentralização e d Desenvolvimento Local.

A actividade conta com a presença de representante de vários do paramentos ministerial e de instituições académicas, incluindo prelectores internacionais que vão transmitir a experiência da cidades de Barcelona (Espanha) e Moscovo (Rússia), na perspectiva do Movimento Internacional das Cidades Inteligente.

O seminário, uma organização conjunta do Instituto de Formação da Administração Local e do Ministério da Administração do Território, decorre sob o lema: "Género equidade e promoção da mulher como chave para atingir as metas preconizadas pela agenda

2063 da União Africana e os objectivos de desenvolvimento sustentável".

O Dia Africano da Descentralização e do Desenvolvimento Local foi instituído pela União Africana como uma ocasião de reflexão sobre as alterações positivas que ocorrem nos países africanos, resultado da implementação de processos os de descentralização e de envolvimento local.

O Ministério da Administração do Território realizou em Janeiro último um seminário idêntico, que contou com a participação do especialista em desenvolvimento de planos de negócios regionais e internacionais, Djamel Embarek. No evento, foi apresentada a experiência de Barcelona na gestão integrada e inteligente de cidades. A experiência pode ser aproveitada por outras cidades, como Luanda.

8.9 Venda de apartamentos e residências nos Zangos 'O' e 'I' à espera da água e da luz

Jornal Expansão
12 De Agosto de 2016
Texto: Maurício Vieira Dias

"Neste momento não há vendas no Zango O e I, embora exista habitação construída. Não há condições de habitabilidade, porque as residências não têm abastecimento de água nem energia eléctrica", avançou ao Expansão o porta-voz da Imogestín, Mário Guerra.

O interlocutor afiançou, sem avançar data, que a empresa tem a expectativa que os dois problemas serão resolvidos ainda este semestre. "Talvez agora, com a entrada em funcionamento da turbina de Cambambe, o problema da energia eléctrica para as habitações do Zango fique resolvido. Quanto à água, sabemos também que é um trabalho que já está a ser executado pela EP AL".

O porta-voz garantiu que, tão logo se tenha energia e água, a Imogestín iniciará o processo de venda de apartamentos do Zango O, também conhecido por Vida Pacífica, e das residências do Zango I

Na Vida Pacífica, há quase 3 mil apartamentos já construídos, informa Mário Guerra. Já no Zango I existem mais de oito mil habitações.

Questionado sobre os preços, o porta-voz da Imogestín respondeu: "Neste momento ainda não lhe

posso adiantar os preços. É um projecto do Estado. Os apartamentos são maiores, com mais divisórias.

O que lhe posso adiantar é que no Vida Pacífica os preços dos apartamentos serão mais elevados do que os praticados no Kilamba", garantiu.

Em média, os apartamentos habitados no Vida Pacífica custaram o equivalente a 90 mil USD, com prazos de pagamento até 20 anos.

"É preciso encontrar um equilíbrio entre os objectivos sociais que se pretendem atingir com o programa de habitação do Estado e alguma sustentabilidade económica, para permitir que o programa não termine".

A Imogestin é entidade gestora dos projectos do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, responsável pela comercialização e arrendamento dos activos imobiliários criados nas diversas províncias nos últimos tempos pelo governo.

8.10 Dezenas de casas para pensionistas foram concluídas

Jornal de Angola
13 De Agosto de 2016

Um total de 50 das 310 residências do projecto habitacional da Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas (FAA), erguidas no município de Saurimo, província da Lunda Sul, estão concluídas e devem ser entregues no final do ano em curso.

A informação foi avançada, na cidade de Saurimo, pelo director provincial da Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas (FAA), Francisco Muandumba, quando falava à Angop, a propósito dos projectos de reintegração dos ex -militares em curso naquela região do país.

Francisco Muandumba informou que a primeira fase do projecto, que contempla 50 casas do condomínio, situado no bairro Muangueji, está concluída, acrescentando que nesta altura está a se fazer a recepção dos documentos dos candidatos.

Francisco Muandumba fez saber que o projecto que abrangerá não só os pensionistas, mas também pessoas singulares interessadas, contempla mais 50 residências da mesma tipologia, na segunda fase.

A Angop apurou que o projecto orçado em 15 milhões de dólares, teve início em Janeiro de 2014 e inclui ainda a construção de equipamentos sociais,

como escola e centro médico, além de áreas de lazer e espaços verdes.

De referir que na região estão em curso diversos projectos de impacto social, para melhorar o nível de vida da população, com destaque para abras nos sectores da Saúde e da Educação, como escolas e unidades sanitárias.

8.11 General Wala

Jornal O Crime
13 De Agosto 2016

o general Simão Carlitos 'Wala', tido e havido como um "herói", pelo facto de, em 2002, aos 33 anos, ter supostamente posto fim à vida de Jonas Savimbi, originando, dessa forma, o alcance da tão almejada paz, é apontado como o responsável das forças militares que mataram Rufino António, 14 anos, a tiro na cabeça, quando protestava contra a demolição ilegal da residência dos seus pais.

O partido do general Wala', MPLA, prometeu um milhão de casas, mas demole três milhões, mostrando, claramente, que não está à altura de governar este nobre país. Apela-se, já agora, às autoridades para procederem a detenção desse general responsável pelo assassinato a tiro do adolescente Rufino Marciano António, morto por ter questionado a demolição da residência onde morava com os papás.

A atitude "bandidesca" do bando de 'Wala' põe, sem sombras de dúvidas, em questão a seriedade das Forças Armadas Angolanas e, conseqüentemente, a autoridade do seu comandante-em-chefe, José Eduardo dos Santos.

Num país sério, o general a esta altura estaria apeado do cargo, despromovido e a caminho de uma cela e, preferencialmente, na CCL, mas como estamos em Angola o mesmo corre sérios riscos de passar de fininho como se nada fez. Isto é Angola, onde filho de camponês é capim.

8.12 José Eduardo Dos Santos

Jornal O Crime
13 De Agosto de 2016

O presidente do MPLA e também da República, José Eduardo dos Santos, discursando à margem da abertura da III Conferência do partido dos "camaradas", em 2008, prometeu-nos que o seu partido construiria cerca de um milhão de casas em

todas as províncias, das quais meio milhão seriam construídas nas áreas rurais.

Essa promessa estava bem delineada no programa de governo do 'm', para o quadriénio 2009-2012, apresentado ao eleitorado durante as eleições de 2008 que valeram a maioria qualificada, mas até então o partido de José Eduardo dos Santos não cumpriu a referida promessa.

O MPLA, definitivamente, não é sério! Ainda não cumpriu a promessa de um milhão de casas e, paradoxal e incompreensivelmente, militares afectos ao partido demoliram mais de 600 residências do projecto habitacional da FOBIS, no Zango III.

Rufino António, um rapaz de 14 anos, acabou morto quando reivindicava a demolição, sem qualquer aviso prévio, da casa dos seus pais, pois receava viver ao relento.

Sinceramente, senhor presidente, ao menos finja um pouco que tenha algum sentimento por este povo "burro", que teima em se deixar ser (des) governado, enganado, humilhado por si.

8.13 Fórum recomenda novo impulso ao programa

Jornal de Angola

15 De Agosto de 2016

O Governo Provincial do Cuanza Norte foi aconselhado a dar maior impulso ao programa de autoconstrução dirigida, com vista a colmatar as dificuldades habitacionais com que se debatem os jovens da região, apelou a primeira conferência provincial da juventude, que decorreu em Ndalatando.

O encontro, realizado sob orientação do presidente do Conselho Provincial da Juventude (CPJ) do Cuanza Norte, Anselmo Manhy José, debateu os problemas que afligem os jovens, principalmente nas questões ligadas à habitação.

No fórum, que contou com a presença do governador provincial José Maria dos Santos, os participantes recomendaram ainda que os concursos públicos de ingresso na função pública sejam realizados nos respectivos municípios, priorizado os jovens locais, como forma de reter localmente os quadros.

A abertura de bancos nos municípios' a falta de instalações próprias para o funcionamento dos

conselhos provinciais e municipais da juventude, reabilitação de estradas que ligam as sedes municipais e o fornecimento de energia eléctrica em Banga, Bolongongo, Quiculungo e Ngonguambo foram outras das preocupações apresentadas pelos jovens no encontro.

Os 150 jovens participantes no encontro recomendaram a revisão dos currículos do ensino técnico-profissional e das categorias dos funcionários do Estado manifestaram também preocupação face à discriminação de que têm sido alvos alguns jovens, por causa de questões políticas.

Os participantes encorajam o Governo a prosseguir os programas de construção de escolas, de bibliotecas e de laboratórios escolares, de modo a descongestionar as salas de aulas e melhorar a qualidade de ensino.

Ao longo da conferência, os participantes foram unânimes em afirmar o apoio incondicional às iniciativas das autoridades locais, que assentam na governação participativa e desenvolvimento da base da produção agrícola.

A conferência, realizada sob o lema "Estrada para 2030, Erradicar a Pobreza, Alcançar a Produção e Consumo Sustentável", contou com a participação de representantes de diversas associações juvenis dos dez municípios da província.

Ontem, as delegações presentes ao fórum participaram numa campanha de doação de sangue aos hospitais provincial e municipal do Cazengo.

Centro de Reabilitação Física O Centro de Reabilitação Física do Cuanza Norte necessita de uma ambulância, para o transporte de pacientes com dificuldades fitoterapêuticas, informou, em Ndalatando, o responsável da instituição.

Edmar de Jesus adiantou que o centro de Reabilitação Física carece também de oito especialistas em fisioterapia, de forma a melhorar a qualidade no atendimento dos pacientes que afluem a unidade. "Além da falta de uma ambulância para o transporte de pacientes e do reduzido número de técnicos, o centro carece também de obras de ampliação e modernização, com vista a proporcionar melhor serviço aos utentes", disse Edmar de Jesus, que sublinhou que a unidade, a única na região, atende diariamente perto de 30 pacientes, entre crianças, jovens e adultos, em consultas e sessões de fisioterapia, vindos dos dez municípios do Cuanza Norte e das províncias de Luanda, Malanje, Uíge e Cuanza Sul, o que clarifica a qualidade da assistência ali prestada.

Com uma capacidade de atendimento de 33 pacientes por dia, o Centro de Reabilitação Física do Cuanza Norte, inaugurado em 2013, funciona com três técnicos, entre fisioterapeutas, enfermeiros e pessoal de apoio, auxiliados por alunos finalistas do curso de fisioterapia da Escola Técnica de Saúde "Armanda Faria".

Edmar de Jesus classificou a unidade sanitária que dirige como urna referência a nível da região, quando as questões tiverem a ver com tratamento e recuperação física de vítimas de acidentes vasculares cerebrais e de viação.

8.14 Auto-construção com vários lotes para distribuição

Jornal de Angola

17 De Agosto de 2016

O bairro São José, arredores da cidade do Cuito, dispõe de 100 lotes destinados à auto-construção dirigida, essencialmente para jovens que ainda não tenham casa própria.

Em declarações quinta-feira à Angop, no Cuito, o governador Boavida Neto disse que o terreno foi reservado para jovens com possibilidades de construir suas próprias moradias, tendo salientado que as parcelas estão sob tutela do Conselho Provincial da Juventude.

Além dos lotes e das residências erguidas no bairro São José (Cuito), a juventude vai ter igualmente apartamentos nas centralidades do Cuito e Andulo. Casas sociais para a juventude estão também reservadas nos municípios de Nharêa, Camacupa, Cata bola, Cuemba, Chinguar, Chitembo e Cunhinga, no âmbito da construção de 200 fogos habitacionais por cada localidade.

Na província do Bié 136 jovens beneficiaram esta semana de residências sociais no bairro São José, no âmbito do programa Angola Jovem, tutelado pelo Governo.

A entrega simbólica da primeira chave coube ao governador Boavida Neto, na presença do secretário de Estado da Habitação, Joaquim Silvestre.

O secretário do Conselho Provincial da Juventude no Bié, Afonso Belo, disse que a acção demonstra o desejo do Governo em ajudar os jovens a realizarem o sonho de conseguir casa própria. O presente gesto, assegurou, servirá de incentivo para a afirmação e participação da juventude na vida da região.

8.15 Kilamba "Village" nasce a Sul da cidade de Luanda

Jornal Economia e Finanças

19 De Agosto de 2016

texto: Adérito Velo

A esar do actual conexto económico e financeiro ser difícil, os promotores imoiliários têm estado a encontrar fórmulas para continuarem a desenvolver os seus projectos habitacionais no mercado nacional.

É o caso da empresa Gavilo Empreendimentos Su, Lda, que começou a desenvolver o projecto Kilamba "Village" (vilas), no município de Belas, em Luanda, num espaço de 69 hectares, dos quais 64 serão para a construção de cinco condomínios de alto e médio padrão, num investimento de 180 milhões de dólares norte-americanos, a serem financiados por capitais próprios e um consórcio bancário nacional. A ser erguido num período de sete anos, o projecto urbanístico e habitacional, que dista a escassos quilómetros da centralidade do Kilamba, contará com 850 habitações com diversas tipologias (T3, T3+1, T 4 e T 4+1). Além da Gavilo Empreendimentos, como dona da obra, a iniciativa será erguida pela construtora Gotobe, tendo como fiscal de obra a empresa Eng &Arq- consultoria e a firma Gestim (gestão imobiliária) para a comercialização das casas.

O projecto habitacional prevê espaços para a construção de instituições bancárias, escritórios, bombas de combustíveis, escolas, clínica, supermercados, lojas, campos polidesportivos, restaurantes e outros serviços.

Projecto urbanístico Em declarações ao JE, o director técnico do projecto, Gauthier Silveira, disse que, actualmente, já estão em fase conclusiva algumas casas modelos. A fonte revelou que numa primeira fase serão construídas 149 casas (de todas tipologias previs-tas para o projecto), num espaço de 7,8 hectares.

O aglomerado compreenderá vários condomínios, desígnadamente Kilamba Prernium, a ser construído numa área de seis hectares, o Prestige (7,8), Oasis do Kilamba (9.4), Cantares do Kilamba (11,6) e Brises do Kilamba (11,34).

O gestor assegurou que 800 residências serão de médio padrão e 50 destinadas para o alto.

Segundo avançou, os preços vão de 266 mil dólares a 899 mil, as mais caras, e estão a medida daqueles que se comprometerem.

Arquitecto Gauthier Silveira "O projecto não é virado para casas sociais, mas sim, com um foco muito definido que é o de médio e alto padrão", disse, depois de revelar que a aposta na região prende-se com localização estratégica do perímetro, por estar próximo à centralidade do Kilamba.

Para o gestor, nesta fase económica e financeira que se está a atravessar, a empresa pretende "mergulhar" em desafios que contribuam para que se encontrem soluções para o sector imobiliário.

"Nós os operadores do sector imobiliário temos de alguma forma, ajudar o Governo angolano, a encontrar soluções. É exactamente este o nosso desafio, de encontrar fórmulas para atender os vários segmentos que procuram soluções no mero caso", destacou.

Mão-de-obra Um dos grandes desafios dos promotores do projecto urbanístico prende-se com a criação de postos de trabalho, medida que poderá ajudar várias famílias angolanas.

Na visão do também arquitecto, de 38 anos, formado pela universidade Agostinho Neto, há 11 anos, a aposta recai para força de trabalho nacional, maioritariamente jovens, nos mais variados segmentos da cadeia de construção do Kilamba Village.

O responsável revelou que para o bom andamento das obras, grande parte dos técnicos, com realce para os engenheiros civis, topógrafos e arquitectos são angolanos.

"A empresa que está na orientação construtiva da empreitada é de gestão portuguesa e de mão-de-obra chinesa, mas é também nossa filosofia que integre também nacionais, porque amanhã quem irá fazer o suporte da manutenção do projecto terão de ser os nacionais", salientou depois de precisar que "dar empregos a vários jovens é a nossa grande aposta".

8.16 Sequele terá casas sociais

Jornal Economia e Finanças
19 De Agosto de 2016

Um total de 500 casas sociais, entre T3 e T2, serão construídas até Dezembro deste ano, numa área adjacente aos limites da centralidade do Sequele, em Luanda, num projecto do Ministério da Construção. O projecto orçado em mais de 137,3 milhões de dólares iniciou este mês, com a criação de áreas de apoio à construção e deverá ficar concluído em Fevereiro de 2018.

Até à sua fase final, em 2018, serão construídas 3 mil casas sociais, numa área de 160 hectares, para beneficiar famílias que serão retiradas da zona da Boavista, no âmbito da requalificação do município do Sambizanga.

Construção

O programa prevê a construção de 2 mil casas T3 e mil 12, rede de abastecimento de água potável e luz eléctrica, assim como sistema de drenagem de água, além da rede viária.

Estes dados foram apresentados, na semana passada, ao secretário de Estado da Construção, António Flor, durante uma visita ao local, no município de Cacuaco, acompanhado pelo vice-governador de Luanda para os Serviços Técnicos, Joaquim Maliche.

António Flor disse estar satisfeito com o estágio actual do projecto que envolveu o desmatamento do terreno, desminagem e construção de estaleiros.

O responsável adiantou que o centro habitacional terá uma escola com 12 salas aulas para o ensino de base e um posto médico, assim como outras infra-estruturas sociais fundamentais.

8.17 Técnicos projectam casas com custo máximo de 32 mil USD

Jornal Expansão
19 De Agosto de 2016
Texto: Maurício Vieira Dias

O preço por metro quadrado dos projectos vencedores da primeira edição do prémio Imogestim "Kubikuz 2015", nas categorias de "habitação social urbana" e "habitação social rural", é o equivalente a 400 e 300 USD, respectivamente, sendo que o valor máximo das casas não ultrapassa os 32 mil USD e 24 mil USD.

No caso concreto da habitação social urbana, o projecto foi concebido para ser implementado em musseques, sobretudo em zonas como Cazenga e Golf que, no entanto, são regiões de grande densidade populacional.

O arquitecto Ilídio Daio, vencedor da categoria, explicou ao *Expansão* que a maquete do projecto habitacional social urbano é composta por um conjunto de edifícios de baixo custo, sendo que esta racionalização de custos só será possível apostando na produção internado material de construção,

Para o efeito, segundo o arquitecto, o material para construção das moradias será obtido através das casas já existentes que serão demolidas para dar lugar a novas residências modernas com vantagens económicas, sociais e ambientais.

"Com a montagem de uma fábrica de reciclagem de entulho tudo será aproveitado. Por exemplo, uma parte do entulho será reciclado e daí sairão painéis pré-fabricados de betão armado, blocos de cimento e outros produtos.

Ou seja, a partir do entulho resolver-se-á a problemática do material de construção local e também se conseguirá algum emprego local", especificou Ilídio Daio. -

Quanto às habitações sociais rurais, o engenheiro vencedor, Angelino Quissonde declarou que a sua maquete teve em conta a forma como vivem as diversas populações rurais espalhadas por Angola, sendo que o foco essencial foi a adopção de engenharia que permita que estas vivam de forma mais confortável.

O projecto foi elaborado pensando-se numa construção faseada e evolutiva, em função da pouca disponibilidade financeira de cada morador.

"Vamos levar o conceito de latrina seca que possui vantagens, porque separará as fezes da urina. A residência possuirá um sistema simples de recolha e armazenamento das águas das chuvas e, quando necessário, o utente irá usá-lo através de uma bomba manual".

"Projectos são sustentáveis" Ilídio Daio classificou os dois projectos como sendo sustentáveis tanto do ponto de vista económico como social ou ambiental, pois, permitem que as famílias que venham a beneficiar dos apartamentos e das casas rurais façam o pagamento com mão-de-obra, desde que comprovem que não conseguem fazê-lo através da renda resolúvel.

O público-alvo do projecto são as populações mais desfavorecidas, por isso, de acordo com Ilídio Dário, foram tidos em conta os custos e a dimensão dos apartamentos. "São espaços mínimos para também economizar. Quanto mais pequeno mais acessível se torna financiamento", revela.

Os apartamentos T3, por exemplo, terão a dimensão máxima de 80 metros quadrados, os T2 possuirão um espaço limite de 51 metros quadrados, ao passo que as casas T1 terão a dimensão de 38 metros quadrados. "Os promotores imobiliários e empresas de construção civil devem apostar nos nossos projectos,

porque este nicho de mercado é favorável e garante retorno do capital aplicado", declarou o arquitecto.

Angelino Quissonde, por sua vez, explicou que as casas rurais previstas no projecto vencedor permitem que se pratique agricultura familiar de forma mais organizada, lembrando que a maquete permite a sua implementação em diversas zonas rurais com o custo por metro quadrado de 300 USD. .

"Os nossos projectos apresentam as soluções que o sector privado precisa olhar com olhos de ver, porque este é um negócio que permite que haja uma oferta de habitação social para a classe social mais desfavorecida", garantiu Angelino Quissonde.

O arquitecto Ilídio Daio, vencedor na categoria da habitação social urbana, e o engenheiro Angelino Quissonde, que triunfou no segmento de casas rurais, receberam, cada um, mais de 2 milhões e 500 mil kwanzas.

O prémio "Kubikuz 2015" é uma iniciativa da Imogestim com o objectivo de incentivar os arquitectos, engenheiros e empresas de construção civil a contribuírem para a concepção de casas urbanas e rurais sustentáveis.

8.18 Chinesa Sinohydro recebe novas obras em Angola

Jornal O PAÍS
24 De Agosto de 2016

O grupo chinês Sinohydro foi contratado pelo governo de Angola para proceder à reparação de três troços de estrada nas províncias do Cuanza Sul, Cuanza Norte e Malanje por USD 127,7 milhões, de acordo com despachos presidenciais.

O mesmo despacho adjudicou mais cinco obras públicas a empresas chinesas por USD 163,5 milhões, sendo todas elas financiadas pela linha de crédito aberta pela China a favor de Angola.

Duas das adjudicações foram feitas à China National Machinery Industry Corporation Group [Sinomach] para empreitadas de construção de redes de abastecimento de água nas províncias do Huambo e do Bié, com um custo de USD 35,8 milhões.

Desde Maio foram adjudicadas pelo Governo a empresas da China 74 empreitadas públicas, num montante que excede USD 3.955 milhões.

A linha de crédito da China vai financiar 155 projectos em Angola com USD 5,2 mil milhões, a

executar por empresas chinesas, que terão de subcontratar empresas angolanas.

O plano operacional da linha de crédito da China, elaborado pelo Governo de Angola com as obras a realizar pelas empresas chinesas ao abrigo do financiamento concedido, inclui uma lista com 37 empresas chinesas "recomendadas para o mercado angolano." Um estudo re-vela que Angola beneficiou de USD 21,2 mil milhões da China nos últimos anos. Entre os países africanos de língua oficial portuguesa, Moçambique está na posição imediata com USD 1,86 mil milhões recebidos.

Angola recebeu um quarto dos empréstimos concedidos pela China a países africanos nos últimos 15 anos.

Um estudo feito por académicos norte-americanos indica que 84% do crédito concedido à indústria extractiva ficou com a Sonangol, As conclusões do estudo do China Africa Research Initiative (CARI), da universidade norte americana Johns Hopkins, foram apresentadas em Junho, ao fim de 9 anos de trabalho, pelos investigadores Jyhjong Hwang, Deborah Brautigam e Janet Eom.

8.19 Censo mostra habitações

Jornal Economia e Finanças
26 De Agosto de 2016

Cinco milhões 544 mil e 834 é o número de unidades habitacionais registadas no país, segundo dados definitivos do Censo Geral da População e Habitação realizado em 2014, pelo Instituto Nacional de Estatística (INH)

Segundo o relatório final do estudo, cerca de 69,7 por cento das habitações estão ocupadas pelos proprietários e 19,2 são arrendadas.

O estudo realça que a proporção de agregados familiares, segundo o regime de ocupação da habitação é de 69,7 por cento construída pelo próprio, 18,5 arrendada ao privado, 4,3 cedida por privado, 3,5 totalmente paga, 2,2 em processo de compra, 7 arrendada ao Estado e dois não declarado.

Características

Cada habitação possui, de acordo com o documento, em média três divisões, sendo o número médio de quartos para dormir, por habitação, de 1,6 e o de pessoas para o mesmo cómodo de 2,9.

Dados definitivos do Censo Geral indicam que a população angolana é estimada em 25 milhões 789 e

24 habitantes, dos quais 13 milhões e 289 são mulheres, o que representa 52 por cento, e 12 milhões e 499 são homens, equivalente a 48 por cento.

O Recenseamento Geral da população e habitação realizou-se de 16 a 31 de Maio de 2014, denominado "Censo 2014", à luz da lei 3/11 de 14 de Janeiro, da Lei do Sistema Estatístico Nacional, a nível do território nacional.

8.20 Empresas chinesas garantem mais cinco obras de 163,5 milhões USD

Jornal Expansão
26 De Agosto de 2016
Texto: Expansão/Lusa

O Governo adjudicou a empresas chinesas, por despachos do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, mais cinco obras públicas, no valor de 163,5 milhões USD, investimento financiado pela Linha de Crédito da China (LCC).

Desde Maio e até ao momento, foram adjudicadas pelo Governo angolano a empresas chinesas, pelo menos 74 empreitadas públicas, no âmbito da LCC, e que ascendem já a mais de 3.955 milhões USD.

Estas novas obras referem-se à contratação da China National Machinery Industry Corporation Group (Sinomach) para duas empreitadas de construção de sistemas de abastecimento de água nas províncias do Huambo e do Bié, ao todo por 35,8 milhões USD.

Outras três empreitadas, para reabilitação de estradas no Cuanza Sul, Cuanza Norte e Malanje foram contratadas à Sinohydro Group, por 127,7 milhões USD.

A informação consta de despachos presidenciais desta semana, aos quais a Lusa teve acesso, aprovando as respectivas propostas de adjudicação das empreitadas a empresas chinesas e prevendo a subcontratação de algumas empresas angolanas:

Os concursos, pode ler-se nos documentos, foram limitados "por prévia qualificação" das empresas, no âmbito desta linha de financiamento.

Já a 21 de Janeiro, a L usa tinha noticiado que a LCC vai financiar 155 projectos em Angola com 5,2 mil milhões USD, a executar por empresas chinesas, estimando o Governo a criação de quase 365.000 empregos.

No plano operacional da LCC, elaborado pelo Governo angolano com as obras a realizar pelas empresas chinesas ao abrigo deste financiamento, o sector da energia e águas lidera, em termos dos montantes a investir, entre nove sectores, com 2.174.238.412 USD alocados para 34 projectos.

O sector da construção, incluindo a reabilitação de estradas, contará com 33 projectos, mobilizando 1.644.282.124 USD.

A educação concentra o maior número de projectos, num total de 55, sobretudo a construção de escolas, num investimento global de 373.348.412 USD.

O documento é acompanhado por uma lista com 37 em- presas chinesas "recomendadas para o mercado angolano", ao abrigo da LCC.

Os pagamentos directos aos empreiteiros e aos fornecedores chineses são a forma do acordo-quadro que rege as relações financeiras entre Angola e a China.

Mesmo os trabalhos locais, ou as subcontratações que são feitas pelos empreiteiros chineses, têm de ser pagos a partir de fundos disponibilizados pelo EximBank como utilização de financiamento ao abrigo dos contratos em execução.

A dívida angolana

As relações financeiras entre Angola e a China são reguladas por um acordo-quadro rubricado em 28 de Novembro de 2003 pelos ministérios das Finanças de Angola e do Comércio Externo e da Cooperação Internacional da China. O crédito contraído por Angola nunca foi revelado oficialmente.

Dados divulgados o ano passado apontavam que o montante de empréstimos e linhas de crédito da China rondava os 15 mil milhões USD.

Sabe-se também que o MinFin assinou com o Eximbank da China três acordos de crédito. O primeiro, de 2 mil milhões USD, no dia 2 de Março de 2004; o segundo, de 500 milhões USD, a 19 de Julho de 2007; o terceiro, de 2 mil milhões USD, a 28 de Setembro de 2007.

Um quarto empréstimo, assinado em Março/Abril de 2005, no valor de 2,9 mil milhões USD, foi angariado pelo China International Fund (CIF).

Segundo o MinFin, o CIF é uma entidade privada constituída em 2005 em Hong-Kong, com o propósito específico de criar facilidades ou linhas de crédito para financiar projectos no âmbito do Gabinete de reconstrução Nacional (GRN),

8.21 Trabalhadores ameaçam vandalizar centralidade”

Jornal O Novo Jornal

26 De Agosto de 2016

Texto: António Paulo

Um mês depois da reportagem do Novo Jornal, o subempreiteiro e dono da empresa Anjomeco, António Cosme, reafirmou esta semana que as obras na centralidade do Cazenga continuam paradas e que a empresa Força-TEC teima em não pagar àquela construtora uma dívida estimada em quatro milhões e 150 mil kwanzas, referentes ao pagamento de 10 meses de ordenados.

A Força-TEC, empresa contratada pela dona da empreitada, a Kora-Angola, já recebeu todos os pagamentos por parte da empresa que coordena os trabalhos naquela urbanização, facto confirmado ao Novo Jornal por um responsável da Kora-Angola.

"Tenho, no total, quatro milhões e 150 mil kwanzas por receber. É pouco dinheiro, mas é meu e é com este valor que vou pagar ao pessoal que trabalhou comigo no projecto. Aparecem na televisão a dizer que as obras estão feitas, quando na realidade não foram eles que as fizeram. Paguem apenas o meu dinheiro e deixo de ter problemas com os meus colaboradores", atirou.

A falta de pagamento está a provocar a fúria entre os trabalhadores da Anjomeco. De acordo com o proprietário da empresa, os seus colaboradores tencionam praticar actos de vandalismo com vista a "destruir" as residências que foram por eles erguidas. "A minha empresa já fez 32 casas neste projecto. Nestes 12 meses em que aqui estou, recebemos apenas duas vezes. O meu pessoal está insatisfeito porque a Força- Tec não dá nenhuma explicação sobre a falta de pagamento. Tive de tirar dinheiro do meu bolso para aguentar o pessoal até ao momento", desabafou o jovem empreiteiro.

Para António Cosme, a postura da contratante é anormal, uma vez que a Kora-Angola, a dona da obra, já pagou à Força- TEC por todos os serviços executados e os que estão em vias de execução.

O administrador da Força-TEC, segundo disse o interlocutor, há muito que deixou de frequentar a centralidade e nem atende as chamadas telefónicas. "Devido a esta situação, chegámos mesmo a barrar um dia inteiro a permanência da Kora-Angola no interior da centralidade para ver se pressionava a Força- TEC a aparecer no local, mas nem com isso tive-mos sucesso", explicou António Cosme.

«A Kora Angola não tem dívidas para connosco, mas sim a Força- Tec»

"A Kora Angola não tem dívidas para connosco, mas sim a Força- TEC, que foi contratada pela Kora Angola, empresa israelita que primeiro investe o seu capital para depois tirar dividendos. Ela vende obras ao Estado. A Força-TEC gastou todo o dinheiro que recebeu em dólares e agora não sabe como nos pagar. São, pelo menos, 72 casas que eu, mais o subempreiteiro Filipe, construímos. A Força- TEC apenas fez 16 casas, o resto foi feito pelos chineses. Dizem que as obras estão adiantadas, mas não foi a Força-TEC quem as construiu", acusou.

António Cosme, que contou ter recebido várias ameaças via telefone por parte do administrador da Força- TEC, diz temer pela sua vida, pelo facto de os seus trabalhadores também o ameaçarem por falta de salários.

“ O senhor Ilídio não atende as minhas chamadas e quando as retorna é para fazer ameaças. Isto é muito desagradável.

Tenho dinheiro investido e, por má gestão do administrador da Força-TEC, não consigo reavê-lo. Os rapazes com quem r estão sempre a chatear-me a cabeça, cobrando-me o dinheiro deles.

Há um ano, falou-se de um subempreiteiro e da sua família que foram mortos à martelada por causa de uma dívida. Se calhar, ele também estava à espera que lhe pagassem e os rapazes não quiseram entender. Agora, também estou nesta situação e posso ser vítima", denunciou, receando as consequências da dívida.

António Cosme diz estar perplexo com facto de, até ao momento, nenhuma autoridade se dignar a ajudar na resolução do conflito que opõe as duas empresas, uma vez que julga que as suas reclamações são ouvidas através da imprensa. Na empresa Força-TEC ninguém se dignou dar explicações ao Novo Jornal.

8.22 Trabalho & Política

Jornal Expansão
26 De Agosto de 2016

É comum, em alguns países, misturar trabalho com política. Alguns governos empenham-se em realizar obras e esquecem-se da sua manutenção, "deixam para lá". Política é assim mesmo. Mas o cidadão que vota espera sempre mais. Aliás, o compromisso dos governos é verem os seus povos satisfeitos com o trabalho que desenvolvem.

Porém, o estranho é perceber que durante longos períodos todos falam dos problemas e ninguém se preocupa.

Os trabalhos que, nos últimos dias, têm vindo a ser realizados na Via Expressa parecem responder à inquietação dos luandenses.

Desde a sua construção esta importantíssima via da província de Luanda carecia de manutenção e reabilitação em todo o seu percurso. Foram várias as vezes que se levantaram. Volvidos tantos anos, os trabalhos tiveram início. Homens e máquinas têm estado efectuar a limpeza das valas, da área interior entre os dois sentidos do trânsito, das bermas, e a recolocar as barras de protecção.

Este trabalho merece elogios. Porém, coincidência ou não, nos últimos anos, estamos habituados a ver obras em ruas, passeios, lancis e jardins, principalmente no casco urbano, em períodos pré-eleitorais.

Por isso, há quem enquadre todo este trabalho nesse contexto eleitoralista. E assim, acredita-se por aí que a beleza de algumas zonas da Cidade não augura períodos áureos a seguir. Por este motivo, não se criam grandes expectativas.

Porque, passada a euforia eleitoral, tem de se esperar por uma nova eleição para se voltar à beleza das nossas ruas e jardins. Essa dinâmica da administração leva-nos ao empobrecimento da credibilidade das instituições.

Criam-se expectativas e elas não se realizam. Daí a necessidade de se transcender a essa lógica, estabelecendo uma dinâmica oposta, na qual o Executivo responda de forma distinta, encaminhada para credibilizar a sua acção descolada do eleitoralismo, da lógica determinada não pela política do que é necessário, mas pela vontade política de realizar o trabalho para o bem do cidadão.

Isso faz-se com a reversão das políticas derivadas de uma prévia planificação. Isso faz-se por meio da gestão que temo bem-estar social em primeira instância. Evitando a análise das fragilidades estruturais por aquilo que se faz olhando para objectivos políticos, em troca de indicadores económicos de bem-estar e satisfação dos anseios dos cidadãos.

Por aquilo que nos é dado a ver, percebe-se claramente que as políticas de manutenção responsáveis para que, de facto, a Via Expressa ou outras estradas e infra-estruturas perdurem, deixam muito a desejar. A manutenção da Via Expressa gerou uma grande ansiedade na de manda que, não

tardaria, se expressaria em degradação ainda pior e em abandono.

Os indícios de estrangulamentos do trânsito registados na época chuvosa anterior, não poderiam transitar para a chegada da nova época. O lixo nas valas, o capim e o estado lastimável da via provavelmente transformá-la-iam num grande obstáculo à fluidez do tráfego automóvel.

Daí que o trabalho em curso, mesmo não sendo perfeito, é já uma grande reversão ao estado calamitoso em que se encontrava. Esta é a grande contribuição que o Estado pode dar à tranquilidade de quem utiliza aquela estrada. É preciso manter esta rotina e quebrar a impunidade dos que não fazem o trabalho como deviam ou dos que destroem o património colectivo.

Num momento difícil em que aperto nas contas do Estado e do cidadão deixam o ambiente político à flor da pele, isto mostra, não só a preocupação com o alívio das tensões, como também por onde orientar as acções que as desanuviam. Elas requerem uma grande mudança, Trabalho é trabalho. E preciso alterar a visão redutora do pensamento que não permite a ex-posição de visões alternativas para lá da política para que não caminhemos de mal a pior.

8.23 Vias urbanas em reabilitação

Jornal de Angola

30 De Agosto de 2016

Texto: Victor Mayala

A segunda fase do programa de reabilitação de vias urbanas das sedes dos seis municípios da província do Zaire começou na semana passada com uma cerimónia oficial realizada no bairro 11 de Novembro, na cidade de Mbanza Congo.

O programa, financiado pela Espanha, deve ser concluído em oito meses. Na sede provincial, as obras envolvem cerca de 70 jovens locais. Na primeira fase, foram reabilitados mais de três quilómetros desde a Central Eléctrica de Kianganga até à zona do Nfumu, no bairro 11 de Novembro.

Iniciado em 2014, o programa contempla a reabilitação e a pavimentação de dez quilómetros de vias urbanas, dos bairros 11 de Novembro, Álvaro Buta, Martins Kidito e Sagrada Esperança.

O governador do Zaire, que orientou a cerimónia, disse orgulhar-se dos resultados obtidos, com

mudanças na imagem das sedes municipais, que têm recebido aplausos da população do Zaire.

Joanes André, que realçou a "valiosa contribuição" do Presidente da República na execução do programa, disse que este vai abranger, nos próximos anos, todas as ruas dos bairros periféricos de Mbanza Congo. Uma componente importante dos projectos é a construção de redes técnicas de energia eléctrica, que, como referiu o governador, é uma garantia para o desenvolvimento dos diferentes sectores económicos.

O governante disse que o desenvolvimento do Zaire é uma certeza com a conclusão dos vários projectos em curso, dentre os quais destacou o Angola LNG, com a sua fábrica de gás liquefeito, e o arranque, em 2017, do Ciclo Combinado do Soyo, que vão incentivar os investimentos privados na agricultura, indústria, pesca e turismo.

Assistiram também à cerimónia, realizada no bairro 11 de Novembro, o bispo da Diocese de Mbanza Congo, Dom Vicente Carlos Kiaziku, o presidente da Associação dos Cristãos de Angola, Zeferino Estêvão Juliana, entidades religiosas e tradicionais, políticos, membros do Governo e da sociedade civil.

Intervenção nas ruas

O director provincial das Obras Públicas do Zaire, Eduardo Chilembo, disse que, nesta segunda fase, vão ser reabilitadas as ruas da Igreja Kimbanguista, a cabeceira da pista do aeroporto e a rotunda do Nsongo até às 15 casas, além da via do bairro Uíge em direcção à localidade do Nfumu.

As obras incluem a construção de redes de distribuição de água potável, iluminação pública e telecomunicações, além de colectores de águas pluviais e escoamento das residuais, passeios e lancis, sinalização vertical e horizontal. As ruas devem ter 11 metros de largura, com duas faixas de rodagem.

Satisfação dos municípios

O bispo da Diocese de Mbanza Congo, Dom Vicente Kiaziku, considerou o programa de reabilitação das vias urbanas um avanço no processo de desenvolvimento de Mbanza Congo. O prelado católico disse esperar que a empresa encarregada das obras aposte na qualidade, de modo a garantir a sua durabilidade.

Miguel Ângelo, 31 anos, demonstrou satisfação com a reabilitação das vias urbanas de Mbanza Congo. O município construiu uma casa no bairro 4 de Fevereiro, conhecido por Nsongo, cujas ruas vão ser asfaltadas em breve. "Estou muito satisfeito com os trabalhos de asfaltamento que o Governo está a levar

a cabo aqui em Mbanza Congo e noutros municípios da província. Vão conferir maior comodidade na circulação de veículos e peões, além de acabar com a poeira no tempo do Cacimbo e a lama na época chuvosa", disse. Para ele, a iluminação pública é uma das principais valências do programa.

O jovem encorajou as autoridades a darem seguimento às acções, apesar do contexto económico, por trazerem grandes benefícios para a vida dos moradores.

Graça Violeta, 40 anos, afirmou que a reabilitação das vias urbanas de Mbanza Congo, além de trazer melhorias do ponto de vista da circulação de automóveis e peões, vai conferir um novo aspecto urbanístico à cidade, proposta pelo Executivo para património da humanidade da Unesco. "Estes trabalhos que o Governo está a realizar vão também contribuir para melhorar o saneamento básico", notou Graça Violeta, para quem as obras são uma prova da preocupação do Executivo na resolução dos principais problemas que afectam os cidadãos.

Homenagem póstuma

O nome do primeiro bispo da Diocese de Mbanza Congo, Dom Afonso Nteka, passou a constar da toponímia da cidade de Mbanza Congo, uma decisão do Governo Provincial do Zaire tornada pública numa homenagem a esta figura da Igreja Católica, que faleceu num acidente aéreo a 10 de Agosto de 1991, na vila fronteiriça do Nóqui.

Durante a cerimónia, em que fiéis católicos, autoridades governamentais e membros da sociedade civil lembraram a vida e obra do malogrado, o governador do Zaire anunciou que a rua que parte da Central Eléctrica de Kianganga até à zona do Mfumu passa a designar-se Dom Afonso Nteka. O Governo do Zaire outorgou, a título póstumo, um diploma de mérito ao malogrado, considerando-o "bispo da caridade".

"Dom Afonso Nteka foi um homem de grande inteligência e defensor da sua cultura", recordou Vicente Carlos Kiaziku, ao intervir no acto, realizado no anfiteatro do edifício II do governo local.

A homenagem foi antecedida de uma missa eucarística, celebrada pelo bispo da Diocese de Mbanza Congo, Dom Afonso Carlos Kiaziku, na Sé Catedral local.

Dom Afonso Nteka nasceu no dia 13 de Março de 1940, na localidade de Kazumbi, a 20 quilómetros da sede municipal da Damba, província do Uíge e foi ordenado padre capuchinho em 1971, depois da sua formação na Itália e na Bélgica.

Foi nomeado bispo da Diocese de Mbanza Congo, em 1984, tendo exercido antes as funções de padre superior das dioceses do Uíge e de Mbanza Congo.

Dom Afonso Nteka morreu a 10 de Agosto de 1991, vítima de um acidente de aviação, quando um helicóptero da Força Aérea Nacional, que transportava uma comitiva mista (Governo/Igreja), para a vila do Nóqui, para assinar um acordo com as autoridades do Congo Democrático sobre o repatriamento dos refugiados angolanos neste país vizinho, se despenhou..

9. SETEMBRO

9.1 Projetos de habitação garante melhor qualidade de vida á população

Jornal de Angola

07 De Setembro de 2016

Texto: Edvaldo Cristóvão

Esta situação causou um crescimento descontrolado na construção de casas, causando uma baixa qualidade do ambiente e de uma estrutura urbana condigna, no que toca a infra estruturas, equipamentos e serviços. Dados do censo populacional realizado em 2014 apontam que o país tem mais de 25 milhões de habitantes. O regime de propriedade das habitações familiares para casa própria é de 76 por cento, o de arrendada 19 e o de ocupada ou cedida é de cinco.

Para mudar o quadro, o Executivo definiu uma estratégia para estancar as construções irregulares (anárquicas) nas cidades do país. Onde existe ocupação do solo, está a ser implementada a requalificação ou renovação (melhoria das condições de habitabilidade).

Onde não existe ocupação do solo, tem sido projetada a construção de novas urbanizações e cidades por todo o país.

Existe ainda a implementação de 88 projetos, de constituição e de marcação de terrenos como reservas fundiárias do Estado para fins habitacionais. Nas capitais das 18 províncias, estão disponíveis 100.000 hectares para 18 projetos urbanos que incluem rede de infra estruturas e equipamentos coletivos.

Estão em curso 164 projetos urbanos em todos os municípios. O programa pretende assegurar a disponibilização de material de construção a preços acessíveis para beneficiar cerca de 685.000 famílias, nas zonas urbanas e rurais.

O Executivo tem construído modelos de casas com padrão económico pré-definido em regime de custos controlados. Realojamentos induzidos por obras de requalificação e dotação de infra-estruturas básicas de cidades, destinadas a antigos combatentes, juventude, funcionários públicos, em especial para jovens recém-formados.

O modelo de aquisição ou de pagamento para as residências destes projetos é através de renda resolúvel ou de arrendamento.

O Executivo tem incentivado a autoconstrução de habitações nos termos da Lei de Bases do Fomento Habitacional (LBFH), através das seguintes opções: políticas de concessão de terrenos urbanos a baixo preço e oferta de projetos diversificados; programa de orientação e apoio técnico assistencial na execução de projetos de habitações rurais, com a incorporação dos materiais locais e melhoria da qualidade das edificações rurais tradicionais, bem como das condições de sanidade, sem causar prejuízo ao modelo arquitetónico e aos valores das culturas tradicionais.

Esses projetos de habitação de custos controlados são executados através de operações de loteamentos urbanos e de construção de obras de urbanização de carácter evolutivo, em regime de parceria público-privada e providas de equipamentos sociais (Educação, Saúde). Nestes perímetros, estão também a ser dadas oportunidades de integração nos investimentos habitacionais privados e das cooperativas, correspondentes às ofertas de níveis médio, médio alto e alto, destinados ao mercado livre.

O Jornal de Angola esteve na Centralidade do Mussungue, no Dundo, Lunda Norte, um projeto que teve início em 2009, considerado um dos principais programas para solucionar o défice habitacional no país e marca o ponto de partida do processo de urbanização da província.

O projeto urbanístico melhorou significativamente a vida de milhares de angolanos, dando-lhes maior dignidade e conforto. Até ao momento, vivem na Centralidade do Mussungue cerca de seis mil famílias, mas a cidade terá capacidade para alojar 30 mil. Além de promover o acesso a uma habitação condigna, a centralidade foi projetada com a finalidade de dar corpo ao processo de urbanização da cidade capital da Lunda Norte (Dundo).

A Centralidade do Mussungue está habitada em cerca de 45 por cento, a segunda fase de construção para mais residências sociais começa no segundo semestre de 2016.

Nesta primeira fase, a cidade comporta 5.004 apartamentos e foi construída numa área de 116 hectares, dispondo de 419 prédios que vão de cinco a 18 andares, com apartamentos do tipo T3, T4 e T5. Quanto aos equipamentos sociais, estão concluídos o hospital geral, com capacidade para internar 95

pacientes, creche para acolher 900 crianças e uma escola primária com 50 salas de aula.

O projeto urbanístico contempla centros comerciais, postos de revenda de combustível, esquadra da Polícia, parques de estacionamento, sistemas de tratamento e abastecimento de água e de drenagem de águas residuais e pluviais, assim o administrador da cidade do Dundo, Alteres Malenga, considerou a Centralidade do Mussungue um projeto estruturante que veio para solucionar o problema do défice habitacional que muitas famílias enfrentam na Lunda Norte.

Nesta fase, afirmou, estão concluídas as obras de infra estruturas públicas. O programa habitacional da circunscrição foi concebido em quatro fases e prevê a construção de 20 mil apartamentos nos próximos dez anos.

O padrão urbanístico de construção da central idade corresponde às exigências internacionais previstas no quadro da estratégia da nova estrutura organizacional da capital da província da Lunda Norte, referiu, garantindo a expansão, renovação e o reordenamento urbano, com vista a reforçar as ações de melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

A central idade dispõe de todos os serviços públicos e garante conforto e segurança para uma melhor acomodação dos moradores. Tem um sistema de abastecimento de água moderno, capacitada para bombear 20 mil metros cúbicos de água por dia, desde o tratamento a bruto para o potável, tendo em conta a regulamentação da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Dispõe também de uma estação de tratamento de águas residuais, sujeitas a um tratamento químico e depois biológico para o seu reaproveitamento. A centralidade termelétrica tem capacidade para gerar 30 megawatts de energia.

A segurança é garantida pela 3ª Esquadra da Polícia Nacional do Mussungue e, desde que a centralidade passou a receber os primeiros moradores, não há registo de casos graves de infrações.

A central idade foi projetada para ser construída em três fases, esta primeira dispõe de 419 edifícios habitacionais que totalizam 5.004 apartamentos, com perspectivas de atingir os 20 mil apartamentos nas próximas fases de construção.

Para os edifícios de cinco pisos, a centralidade tem construídos 365, sustentável e envolver as comunidades na resolução dos problemas urbanísticos para se evitar as construções desordenadas.

O Programa Nacional do Urbanismo e Habitação tem impressionado dirigentes africanos que já visitaram o país. O reconhecimento do projeto do Executivo foi abordado durante o fórum ministerial africano sobre habitação e desenvolvimento urbano, realizado recentemente em Marrocos, onde Angola apresentou vários projetos urbanísticos e habitacionais em curso, com destaque para os programas do Governo relacionados com a requalificação de zonas críticas, o reassentamento humano e a construção de mais habitações.

A experiência de Angola já era conhecida pelos demais países africanos, na altura da organização da conferência africana sobre infra estruturas em 2015, onde algumas entidades visitaram o Kilamba e notaram o esforço que o Executivo tem feito para garantir uma habitação condigna à população, realizando o sonho da casa própria.

9.2 Vamos lançar um sistema de endereço de números

Jorna Economia e Finanças

09 De Setembro de 2016

Texto: Gaspar Micolo

As inúmeras oportunidades que o mercado imobiliário em Angola dispõe continuam a despertar o interesse e o espírito criativo de vários investidores. Entre nacionais e estrangeiros, a disputa nesse, às vezes, "luxuoso" segmento volta-se à oferta de melhores produtos e serviços a preços competitivos. O empreendedor João Manisel é exemplo da vontade os nacionais ocuparem o lugar de destaque nesse concorrido mercado.

Sim. E continuo. Fiz parte da formação de uma empresa criada em 2000 e que ergueu o primeiro empreendimento no Benfica, o condomínio Oceanos. Depois realizamos mais três projetos entre 2001 a 2002. E por questões pessoais acabei por abandonar a empresa e criei o grupo Sólida, que até 2004 realizou 19 empreendimentos, onde comecei como administrador executivo e depois passei a presidente do conselho executivo. Por conveniência dos acionistas o grupo Sólida foi separado e criei agora a Oceans Management, que iniciou a actividades em Julho de 2014 e já conta com dois empreendimentos, no Benfica. Um loteamento de 904, onde será feita a infra-estrutura e depois as pessoas definem os imóveis que querem. E elas próprias constroem por via de um conjunto de construtoras que se associam ao projeto. O nosso trabalho é cuidar das infra-estruturas e ajudar na definição do padrão

arquitetónico. E isso permite que as pessoas construam de acordo com as suas possibilidades.

Não. Podem fazê-lo quando tiverem recursos. Não são obrigados a construir na altura em que compram o lote. No Atlantic City e no Sun City nós damos créditos. As pessoas compram os terrenos a crédito, não admira que o Atlantic City esteja todo vendido, encontrando-se o Sun City na fase inicial. Geralmente o crédito é de 30 anos, sendo que a pessoa paga 850 dólares por mês, nos primeiros oito anos e a partir do oitavo ano paga apenas 250 dólares /mês até o fim do período. Portanto, e respondendo à sua primeira questão, é um percurso que ainda continuo a trilhar.

Existem muitos desafios que precisam de ser ultrapassados. Isto por si já é motivo suficiente para que pessoas com um determinado nível de conhecimento se envolvam no processo sistemático de busca de soluções ou de alternativas de soluções. As pesquisas são a fonte de resolução dos mais diversos problemas humanos em todas as épocas e em todos os lugares. É por meio de pesquisas que podemos conhecer melhor os contornos de uma determinada situação ou fenómeno em concreto, de modo que ao nos concentrarmos nele somos capazes de encontrar as melhores maneiras para lhe fazer frente.

Eu atuo no ramo imobiliário como empresário e sou também um pesquisador, pois sou doutorado em negócios. E estando ligado a esta área, procuro avaliar as oportunidades existentes no mercado que não são aproveitadas. Foi assim que no mundo dos negócios desenvolvi uma solução que é o correspondente bancário. Em alguns países quando existe pouca disseminação dos bancos nas comunidades, as instituições socorrem-se de todos os equipamentos sociais que existem para os usar como correspondente bancário, nomeadamente, lojas de conveniência, farmácia, postos de gasolina. É para aumentar a capilaridade dos bancos, pois poderia custar muito a um banco construir uma agência numa pequena comunidade, como nós temos 60 por cento da nossa economia informal significa que 60 por cento do fluxo financeiro circula fora do banco. Qual a consequência? Há uma grande massa monetária que devia estar no banco a financiar a economia. Assim, o correspondente bancário traz a população que está informal e formaliza-a.

O correspondente bancário pode ser feito por meio físico ou eletrónico. A solução que eu adotei foi a tecnologia You, que na verdade se trata de um aplicativo que se comunica com um cofre inteligente. Assim, instala-se um cofre inteligente numa loja de conveniência e se a pessoa for pagar a água coloca os Kwanzas na máquina e o cofre manda para o

telemóvel a informação de pagamento. E este valor é utilizado na rede You. Por exemplo, nós hoje temos um problema com o fornecimento de água potável por que a empresa não tem o número suficiente de fiscais para fazer cobranças e cortes. É assim que também criamos um contador que se comunica com o cofre inteligente ligado à rede You, sendo que depois de efectuar o pagamento, basta encostar o telemóvel no contador e o mesmo ativa-se automaticamente.

Depende do número de pessoas e da capilaridade que se quer atingir. E depende sobretudo do estudo que se faz da região.

Claro. Temos também já concebido o cofre e o contador inteligente. Deixa dizer que a tecnologia sempre cria um certo receio no princípio. Repara que nós estamos a utilizar o telemóvel há pouco mais de 20 anos e mesmo quando se falava em Internet as pessoas nem faziam a mínima ideia do que era. E hoje as pessoas utilizam comumente telemóvel e nele também fazem uso da Internet. Ora, as nossas soluções vão também no sentido de educar a população para a tecnologia,

Não. A ideia não é vender. É simplesmente que o operador assine um contrato para que a empresa possa prestar o serviço de cobrança. Hoje, o problema é que a EPAL não consegue cobrar a água por não ter fiscais suficientes para o efeito. A solução tecnológica trata de tudo. Interrompe o fornecimento sempre que não se paga e ativa depois do pagamento. É o que hoje já acontece com a energia; compra-se um caro tão cujo número se coloca no contador e automaticamente liga-se a energia.

Sim. Por exemplo, em 2013 desenvolvemos uma solução que ainda está a ser trabalhada em protótipo e que visa aproveitar a energia potencial gravitacional de um elemento de peso que é elevado para provocar movimento cinético, que já está patenteado no Instituto Internacional de Patentes, Genebra, e em Angola, na Índia, Canadá e no Brasil. Ora, qualquer objecto que se levante adquire uma energia chamada potencial gravitacional, que vai ser diretamente proporcional à massa pela altura. Quanto maior for a massa, maior será a energia que vai resultar da queda do objecto. Estamos num mundo onde precisamos de eficiência energética. Os combustíveis fósseis têm perfil de esgotamento e também um forte potencial sobre os efeitos nocivos ao ambiente. E há hoje no mundo inteiro uma busca para soluções limpas. É uma tentativa de encontrar soluções para as energias limpas. É importante considerar que não se tem a pretensão de que esta tecnologia gere grandes quantidades de energia para as cidades, mas podem ser utilizadas para fazendas, regiões remotas onde é

difícil fazer chegar energia elétrica às fábricas. Ainda não é uma solução em teste.

Não. Neste momento nós estamos com um protótipo, que está a ser montado no Brasil, e os componentes vieram da Índia. O gerador é especial pois trabalha a uma velocidade 250 rotações por minuto, que é bastante lenta. Ora só depois dos testes é que traremos a solução para Angola.

O sistema de energia potencial gravitacional pela queda de um elemento de peso já vai na sua terceira versão. As duas primeiras falharam. E até agora já foram gastos cerca de dois milhões de dólares. Não tenho a pretensão de fabricar esta solução. Mas sim de vender a patente, pois tenho consciência do país que temos onde não se produz ainda muita coisa.

Sou eu quem concebe as ideias iniciasse avaliar uma ideia que me interesse, procuro entendê-la, desde o funcionamento ao estado da situação, e a partir daí começo a procurar soluções que podem completar a minha deficiência, Obviamente não sou engenheiro mas conheço o funcionamento básico da energia e para as soluções complexas contrato técnicos especializados.

Dentro de 30 dias vamos lançar o Código Local de Endereço e Propriedade (CLEP), que é um aplicativo que ajuda na localização de endereço. O Clep é assim um sistema de codificação numérica de imóveis que foi desenvolvido para um contexto de complexidade urbana no qual muitos imóveis e ruas não possuem numeração, algo que torna difícil a organização social em diversos aspetos. Devido ao meu trabalho no sector imobiliário, sei que cada ponto no planeta tem uma coordenada geográfica longitude e latitude, que é dado pelo GPS. Ora se todos os pontos no Planeta têm números próprios então cada casa que está construída em Luanda também. Por via do GPS e do Google Earth, podemos trazer a posição de latitude e longitude para o telemóvel. No caso do Clep, bastará que seja instalado. Nós temos quase sete milhões de habitantes em Luanda que precisam de ter residência identificável, para que as entidades públicas e privadas consigam prestar serviço às populações, sobretudo as que residem em zonas de difícil acesso e localização. Hoje ainda temos endereços cujas casas não possuem número. Como se chega a esta residência? Com muita dificuldade. O número do Clep será a solução.

É muito simples. Basta baixar o aplicativo. Ficar no local em que pretendemos ser encontrados. E no registo inserir determinados dados, tratando-se de residência ou escritório. Com base nisto o aplicativo gera um número Clep que partilha com outros usuários sempre que for do seu interesse que estes

localizem a sua residência ou escritório. Sempre que queremos que alguém nos visite, temos dificuldade em dar o endereço da nossa residência. Com o Clep, bastará que o nosso visitante receba o nosso número Clep e coloque no aplicativo do telemóvel que indicará o ponto da residência. É o mesmo sistema que se utiliza para fazer a localização de viatura.

Claro. É um número privado. Damos o número do nosso Clep quando queremos que alguém encontre o nosso escritório, empresa ou residência.

Da mesma maneira que se rentabiliza o Whatsapp ou o Facebook, são ferramentas grátis. Deverá ocorrer o mesmo com o Clep, Inicialmente é uma aplicação grátis mas existem espaços para anúncio. A empresa responsável pelo lançamento, a Iota Toma, Lda, que foi constituída para esta solução de mobilidade, já acautelou esta questão.

O maior investimento nesta solução poderá ser a divulgação...

Sim. Vamos disponibilizar um vídeo promocional e promover bastante nas redes sociais.

Procuro separar em duas situações: uma tem a ver com o aumento da produção interna, que significa produzirmos internamente os bens que hoje são importados. Esta situação evita a pressão sobre os cambiais e reduz a dependência externa. A outra questão tem a ver com a diversificação das exportações, ou seja, das fontes de obtenção de receitas em divisas, que serve para aumentar a disponibilidade das mesmas e que torna a nossa economia mais robusta e resistente aos choques externos. Para estas duas situações existem estratégias diferentes porque nem todo o produto que necessitamos de produzir internamente tem condições competitivas e potenciais para ser exportado.

Por exemplo, não temos condições de competir vendendo certos tipos de cereais no mercado internacional batalhando contra a Índia, o Brasil ou Estados Unidos porque não temos as condições internas, a curto prazo, para fazer uma produção em grande escala que seja capaz de ser altamente competitiva. Contudo, embora não tenhamos esta capacidade, ainda assim, devemos produzir estes bens como um modo a evitar, a medida do possível a sua importação, o que também evita a pressão e a saída de divisas.

A mensagem é a mesma que tem sido passada pelo nosso Governo. Que vivemos um período económico cíclico, com efeitos negativos fruto de um choque externo. Mas lembrar que já vivemos outros

momentos igualmente difíceis e os vencemos. Por isso, não há razões para esmorecer, apesar dos grandes desafios que estamos a enfrentar. Que não tenhamos um medo irracional ao ponto de nos paralisarmos, porque estão a ser pensadas todas as soluções e tomadas as medidas possíveis para reduzir os piores efeitos da atual crise, da qual certamente sairemos mais fortes.

9.3 Consultora imobiliária angolana distinguida pela Euromoney

Jornal O PAÍS
15 De Setembro de 2016

A Proprime, resultante de uma parceria entre a Prime Yield e a Progest, foi distinguida pela prestigiada publicação financeira internacional Euromoney como a principal consultora imobiliária a operar no mercado angolano.

A distinção é atribuída anualmente pela Euromoney que, no âmbito dos Real Estate Awards, publica um ranking global com as melhores empresas de serviços imobiliários em cada país.

Este é já o terceiro ano consecutivo em que a Proprime conquista em Angola esta distinção internacional, refere uma nota de imprensa da Prime Yield.

Também em Moçambique, foi atribuído pelo segundo ano consecutivo à Prime Yield MZ o galardão que distingue a melhor operadora imobiliária a actuar no mercado.

Tanto a consultora angolana como a moçambicana, além de serem eleitas como as melhores empresas na categoria geral de consultoria imobiliária, foram ainda distinguidas nas subcategorias de research e avaliações.

A Prime Yield foi criada em 2005 e iniciou o seu processo de internacionalização em 2007, com a operação em Angola, expandindo-se depois para o Brasil e Cabo Verde, e, por último, Moçambique, em 2011. Operando nos diversos mercados com empresas de direito local, a empresa presta serviços a um leque alargado de clientes, entre os quais se incluem entidades institucionais, promotores e investidores imobiliários, multinacionais e banca.

A Euromoney é uma revista de referência internacional na área financeira criada em 1969, que inclui informação especializada sobre os mercados de capitais e investimento estrangeiro, entre outros, e

tem uma cobertura global e atenção aos mercados regionais. Além da publicação de informação, a Euromoney realiza regularmente inquéritos e prémios que têm como objectivos ser 'benchmarks' da indústria, entre os quais os Real Estate Awards. Estes prémios são atribuídos com base num inquérito realizado junto de consultores, promotores, gestores de investimento, utilizadores corporativos e bancos em todo o mundo, que identificam as empresas que consideram ser as melhores na prestação de serviços imobiliários no seu mercado nos últimos 12 meses.

'Além de ser um motivo de orgulho para a empresa, porque reflete a perceção dos nossos clientes e parceiros nos mercados onde estamos presentes, este tipo de rankings são também um passo importante para a profissionalização de mercados como o de Angola e Moçambique', refere Nelson Rêgo, CEO da Prime Yield, citado na nota.

9.4 Nova urbanização da Quiçama recebe primeiros moradores

Jornal O PAÍS
19 De Setembro de 2016
Texto: Paulo Sérgio e Stela Cambambe

A cinco quilómetros da vila da Quiçama, logo à direita, no sentido de quem vai ao Cabo Ledo, está um novo projeto habitacional, designado Bairro 2 de Julho, que não passa despercebido aos olhos de viajantes. Isto pela paz e a harmonia entre o homem e a natureza que reina no local.

O projeto de 10 residências do tipo T2 está situado numa zona de fácil acesso, tem as ruas asfaltadas e limpas, postes de iluminação pública, um mercado. e tem ainda alguns espaços reservados para a sua ampliação. Apesar de ainda não terem água canalizada, a construtora deixou já instalada as ligações domiciliares. As tampas das sargetas indicando "pontos de esgotos", "sistemas de comunicação". A distância entre as casas e os pavimentos' bem como a inclinação existentes nas vias indicam aos moradores que não terão problemas de inundações.

Segundo apurou OPAÍS, os imóveis já foram entregues aos seus proprietários, sendo na maioria funcionários públicos destacados no município e alguns moradores da área circunvizinha ao Santuário da Nossa Senhora da Muxima.

No local, na manhã do dia 3 de Setembro, estavam alguns funcionários da empresa construtora a concluir alguns trabalhos nas cabines de eletricidade, cobertas de plásticos, situadas em determinadas ruas.

Elisa José Cipriano, uma das moradoras, classificou a urbanização como o melhor local para se viver no município da Quiçama, pelas condições da infra-estrutura e de saneamento básico. Embora reconheça, neste momento, a falta de água potável e de energia eléctrica nas residências, porque a iluminação pública funciona na perfeição, como desafios a que a Administração Municipal ou o Governo provincial de Luanda têm por ultrapassar.

"Dentro de pouco tempo teremos essa situação resolvida, tendo em conta que os trabalhos ainda não estão concluídos. A construtora trabalha de segunda a segunda para ultrapassar essas dificuldades que os moradores atualmente enfrentam", esclareceu Elisa Cipriano.

Para ultrapassar essa situação, a Administração da Quiçama fornece água todos os dias por intermédio de um camião cisterna que abastece dois reservatórios instalados nas imediações do mercado e do único mini mercado aí existente.

De realçar que apesar das condições de acomodação existentes no mercado informal, as vendedoras ambulantes preferem permanecer nas imediações do Santuário por causa, alegadamente, da clientela.

9.5 Supervisor da ONU-Habitat em Angola

Jornal de Angola

22 De Setembro de 2016

Texto: Nbuchá Júnior

A ONU-Habitat perspectiva abrir em Angola um escritório sub-regional para a África lusófona, um a unto que vai ser abordado hoje" tarde, em Luanda, entre a ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, e o oficial sénior para os Assentamentos Humanos do Escritório Regional para África da ONU-Habitat.

Mathias Spaliviero chega às 8h30 de hoje a Luanda para uma visita de trabalho de 24 horas a Angola, de onde parte, na tarde de amanhã, para o Quênia, com o mesmo objectivo.

A informação foi ontem avançada ao Jornal de Angola por Euclides Saldanha, oficial de programas da representação da ONU-Habitat em Angola, que disse estar a visita de Mathias Spaliviero inserida na monitorização e avaliação das actividades da ONU-Habitat em curso em Angola.

Mathias Spaliviero, que é supervisor de 14 países, um dos quais Angola, tem, às 9h00 de hoje, um encontro

com o representante da ONU-Habitat em Angola, Thomaz Ramalho, e, à tarde, é recebido, em audiência, pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, com quem vai abordar também a Política Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo e a finalização do "Programa País da ONU-Habitat para Angola" para o período 2016- 2019.0 supervisor da ONU-Habitat para 14 países africanos aborda com a ministra do Urbanismo e Habitação a perspectiva de diversificação das fontes de financiamento para a permanência da ONU-Habitat em Angola.

Euclides Saldanha lembrou que, actualmente, a ONU-Habitat tem projectos activos nos países lusófonos, daí ter a agência especializada das Nações Unidas identificado Angola como potencial sede de um escritório sub-regional para a África lusófona.

Mathias Spaliviero na sua breve estada em Angola tem ainda encontros com funcionários seniores do Ministério do Urbanismo e Habitação e com alguns potenciais financiadores e parceiros na implementação de projectos em Angola.

A visita de Mathias Spaliviero a Angola acontece a 26 dias da realização da terceira conferência das Nações Unidas para a Habitação e o Desenvolvimento Urbano Sustentável, a realizar-se, de 17 a 20 de Outubro, na cidade de Quito, capital do Equador, onde é lançada a Nova Agenda Urbana.

Na conferência, que é promovida pela ONU-Habitat e realizada a cada vinte anos, vão estar presentes Chefes de Estado e de Governo, autoridades locais e regionais, instituições académicas, organizações da sociedade civil e outros actores internacionais interessados na problemática das políticas urbanas e

De habitação. Um documento do Ministério do Urbanismo e Habitação, enviado há dias ao Jornal de Angola, refere que Angola foi convidada a participar no evento ao mais alto nível e informa que o país tem acompanhado todos os processos preparatórios e criou as condições técnicas e administrativas para estar presente na conferência, que vai ser realizada sob o lema "Declaração de Quito sobre cidades e assentamentos sustentáveis para to, dos". O objectivo da Nova Agenda Urbana é ajudar cidades e assentamentos urbanos a erradicarem a Pobreza em todas as suas formas e dimensões, reduzir as desigualdades promover o crescimento inclusivo e atingir o desenvolvimento sustentável A primeira conferência foi realizada, em 1976, na cidade canadiana Vancouver e a segunda, em Istambul, na Turquia, em 1996.

9.6 A ADIC acusa administração da Centralidade do Sequele de violar a Lei 15/03

Jornal Manchete

23 De Setembro 2016

Texto: Orlando Honcha

A Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC) considerou, esta semana, de abusivo e um acto que se configura numa prática paradoxal e ditatorial, a cobrança - ilegal que está a ser efectuada pela direcção da Centralidade de Sequele (de 380 kwanzas) aos moradores, para a cedência de espaço de estacionamento das viaturas dos mesmos.

De acordo com a missiva endereçada pela AADIC, à administradora da Centralidade do Sequele, Nzila de Carvalho, que começa por parafrasear o Prof. Grandão Ramos que manifesta dizendo o "conhecimento pessoal não deve por si só fundamentar uma decisão condenatória", aquela associação diz que "considerando que os Direitos do Consumidor é inviolável e tem sustentabilidade constitucional no art.º 78º, AADIC contrista-se em saber que à Administração da Centralidade do Sequele, tem vindo a cobrar 380.00 kz (Trezentos e Oitenta Kwanzas), para a cedência de um espaço de estacionamento "para as viaturas"; dos Moradores (Consumidores) desta Centralidade. Mediante de um juízo de valores centrado". De seguida e perante este cenário a AADIC questiona a gestora:

"Não se(ria)rá obrigação de quem de direito fosse; na feita desses edifícios e na entrega dos mesmos, ser pré-estabelecido lugares fixos para os estacionamentos de viaturas dos Moradores (Consumidores) e de visitantes, a par ou igual a outras Centralidades?", adiante, a associação diz ser "Evidente e é lógico, que na aquisição dos referidos apartamentos é suposto estar inclusos os parques de estacionamento por edifícios, como as zonas de lazer etc., etc. ou senão, subentende-se que o morador que possua uma viatura teria que simplesmente aguardar "estacionar" dentro dos seus imóveis "apartamentos.

Para a AADIC, este acto abusivo configura-se numa prática paradoxal e ditatorial porque fere o 311.º 15/4; als).d, i do art.º 22º ambos da Lei nº 15/03 de 22 de Julho. Socorrendo a LDC e para elucidarnos, importa transcrever às disposições mencionadas neste parágrafo "É vedado ao fornecedor "neste caso à Administração do Sequele" de bens ou serviços, dentre outras práticas abusivas que prevaleça

fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista a sua idade, saúde, conhecimento ou condição social para impor-lhe os bens ou serviços ou aielear sem justa causa os preços de bens e serviços".

Não satisfeita, a AADIC na missiva que temos vindo a citar, volta a questionar a administradora da Centralidade do Sequele: "Esta cobrança é legal? Em nossa leitura sabemos que são moradores "consumidores" e não comerciantes."

Sublinha, por outro lado que, estes consumidores adquiriram os imóveis através da Imobiliária Imogestin S.A assim, perante a matéria fáctica apurada e comprovada e para que esta Administração não caia num acto ilegítimo como abuso de direito (artgs.º 334º, 269º, todos da c.C) que resvala para um enriquecimento sem causa (art.º 473º c.C) e outras disposições de âmbito Cível e Penal; cumpre-nos o dever de propor que:

Seja orientada de imediato o cancelamento completo e de definitivo destas cobranças;

Devolva-se os valores dos Consumidores que já pagaram a Taxa dos espaços para estacionamento;

Atribua-se os espaços a Custo Zero a favor do Consumidor; Criem-se zonas específicas ou seja pavimentadas para o efeito.

AADIC, diz ainda o documento, alicerça nos seguintes termos: O Estado reconhece como invioláveis os direitos e liberdades fundamentais consagrados na Constituição e cria as condições políticas, económicas, sociais, culturais, de paz e estabilidade que garantam a sua efectivação e protecção, nos termos da constituição e da lei. Todas as autoridades públicas têm o dever de respeitar e de garantir o livre exercício dos direitos e das liberdades fundamentais e o cumprimento dos deveres constitucionais e legais (art.º 56º CRA). Todo o cidadão tem direito à habitação e à qualidade de Vida (art. 85º CRA).

Ressalta, igualmente, a missiva, que os impostos só podem ser criados por lei, que determina a sua incidência, a taxa, os benefícios fiscais e as garantias dos contribuintes. A criação de impostos de que sejam sujeitos activos os órgãos do poder local, bem como a competência para a sua arrecadação, são determinadas por lei. (art.102º/1,3 CRA).

"Por fim; sem existir o contra-senso na nossa humilde preocupação; aproveitamos parabenizar à S/Excia na tomada de decisão em proibir os municípios a estacionarem as suas viaturas nos espaços verdes e a venda de bebidas alcoólicas nos apartamentos do rés-do-chão facto vivenciado no

bloco 6. Veemente esta Organização está a inteira disposição para ajudar a suscitar qualquer dúvida que lese os Direitos do Consumidor, postulando que "todos nós somos Consumidores o inverso não existe" não (nem) existe(rá) mais de 25 milhões de fornecedores." No entanto, até a hora do fecho da presente edição a administradora da Centralidade do Sequele, Nzila de Carvalho não se pronunciou sobre o assunto, pelo menos publicamente.

9.7 Aida Cristina" constrói mais de 300 condomínio

Jornal Liberdade

23 De Setembro de 2016

Texto: Marcos Filhos

A nova infraestrutura com mais de trezentas casas, é um projecto imobiliário privado da empresa Afritrack e está a ser erguida no Zango-3, em Viana, Luanda. A responsável da empresa, Sabena Yoannes, esclarece que, o projecto contempla igualmente zonas verdes e de lazeres, está ao alcance de qualquer pessoa e enquadra-se no contributo dos investidores privados a resolução do problema habitacional da população. A Presidente do Conselho de Administração (PCA) da empresa Afritrack disse que trata-se de um "condomínio de luxo" que vai contemplar vários serviços sociais, entre os quais um Shopping, quadras multiuso, uma Escola Internacional, para além de creches, centros infantis, biblioteca e é "um condomínio de classe média alta": "Criamos todas as condições necessárias para que os moradores vivam em condições confortáveis não sentirão falta daquilo que se pode ter dentro de um condomínio com água, luz e muito mais disse Sabena Yoannes à imprensa.

Segundo a PCA da Afritrack, os luandenses "estão diante de um condomínio verde, com ambiente agradável: "Era nosso sonho erguer uma obra de construção dessa dimensão"sublinhou Sabena Yoannes, que na ocasião anunciou que o "Condomínio Aida Cristina "apresenta quatro tipos logias. De acordo a Sebe na, as residências do tipo-A, estão orçadas em 199 mil dólares norte-americanos, as de tipologia-B, vão ser vendidas a preço de 129 mil dólares. Para as do tipo-C, segundo revelou à imprensa, vão custar aos bolsos dos Interessados aos imóveis cerca de 299 mil dólares, enquanto as de classe- D, vão ser comercializadas no valor de 399 mil dólares. Sabena Yoannes, garante que não vai desistir do projecto e que a sua empresa conta com 95 por cento da mão-de-obra nacional. A responsável da empresa Afritrack diz que o projecto habitacional "Aida Cristina" custou aos cofres da instituição mais de 60 milhões de dólares. Apesar da

crise económica e financeira que assola igualmente o sector imobiliário em que os materiais de construção civil, de acordo ela, estão cada vez mais altos, pensa "levar o mesmo projecto às outras províncias do país que estiverem interessadas: pois entende que "sendo parceiro do Estado angolano e dos angolanos, a Afritrack deve dar o seu contributo neste e noutros sectores com vista o bem estar das populações disse.

A Presidente do Conselho de Administração (PCA) da referida construtora, acredita que o momento "menos" bom que o país atravessa tendo em conta a conjuntura económica e financeira será ultrapassada com as políticas que estão a ser gizadas pelo executivo angolano. Para Sabena Yoannes, "essa é uma fase apenas, a crise está em todo o mundo e tenho fé que será ultrapassada" Quanto a construção do projecto habitacional "Aida Cristina" nas proximidades do novo aeroporto internacional, que segundo as autoridades angolanas, entra em funcionamento a partir de 2017, Sabena Yoannes Considerou ser vantajoso, porquanto a "infraestrutura vai ser mais valorizada e permitirá a troca de negócios", acredita a PCA da Afritrack, para quem "todos os interessados aos imóveis podem solicitar a direcção da empresa" Refira-se que a construtora Afritrack já opera em Angola há vários anos, país, construiu várias infraestruturas rodoviárias habitacionais, escolas, hospitais e outras obras de impacto socioeconómico.

9.8 Casas sociais são entregues

Jornal de Angola

23 De Setembro de 2016

Texto: Quinito Kanhameni

Habitantes da cidade de Ondjiva beneficiaram de casas sociais do tipo unifamiliar e T3, no quadro da segunda fase do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, em cerimónia orientada pelo vice-governador para o sector Político e Social, José do Nascimento Veyelenge. O projecto residencial, localizado no bairro de Ekuma 11, tem.77 casas, 46 das quais concluídas, além de contar com serviços de energia eléctrica, água, armamento em terraplenado, entre outros, todos financiados com o orçamento do governo provincial.

A construção das casas, que durou cinco meses, esteve a cargo de uma empresa nacional e orçou em mais de 172 milhões de kwanzas. Além dos beneficiários de casas, antigos combatentes e veteranos da pátria receberam motorizadas de três rodas, uma iniciativa destinada a facilitar o transporte de mercadorias. O vice-governador avançou que estão em curso na província projectos nos domínios

da saúde, educação e da energia e águas. O acto contou com a presença de uma delegação namibiana encabeçada por Katrina Shimbulu, administradora de Oshakati, que referiu que os namibianos jamais esquecerão a ajuda prestada pelo Governo de Angola para a conquista da independência do seu país.

9.9 Luanda com capacidade para ser cidade inteligente

Novo Jornal
Jornal Grandes Notícias
23 De Setembro 2016

Luanda, capital angolana, tem quase todas as condições para ser uma das cidades inteligentes de África, por utilizar 80 por cento dos recursos tecnológicos. Esta constatação é do director-geral do Building Research Establishment (BRE), Orivaldo Barros, que falava no Workshop sobre os desafios de Angola em criar cidades inteligentes.

Angola já está preparada para enfrentar os desafios que as cidades inteligentes apresentam, entre os quais a construção de casas sociais e infra-estruturas necessárias capazes de enfrentar as necessidades das populações, disse Orivaldo Barros.

Para que Luanda e as outras cidades do país se tornem completamente inteligentes é necessária a criação de parcerias público-privadas para acelerar o crescimento das tecnologias de informação.

Neste momento, Angola está preparada para ter uma visão de cidade sustentável e inteligente que se quer ter nas próximas décadas e construir os caminhos com as acções e instrumentos necessários para que isso possa acontecer, disse.

Com o grande crescimento da população, referiu o responsável, a cada dia aumentam as preocupações com o meio ambiente, além dos problemas relacionados ao crescimento urbano, daí a necessidade do desenvolvimento de tecnologias e recursos para suportar tais condições, além de evitar maiores impactos sobre o planeta.

Para ajudar Angola a criar cidades inteligentes, o director revelou que o Reino Unido, através do BRE, está a oferecer parcerias com entidades angolanas para acelerar o crescimento das urbes, bem como ajudar o seu desenvolvimento socioeconómico.

Em termos de desenvolvimento e inovação, Orivaldo Barros salientou que as cidades europeias e norte-americanas estão muito à frente de muitas de outras partes do mundo.

Uma comunidade Inteligente é a que faz um esforço consciente para usar a Tecnologia de Informação a fim de transformar a vida e o trabalho dentro do seu território de uma forma significativa e fundamental, em vez de seguir uma forma incremental. Cidades Inteligentes, acrescentou, devem ser baseadas em um crescimento inteligente e planeado, por meio das TIC.

9.10 Linha férrea em Luanda vai finalmente avançar

Jornal
Jornal Grandes Notícias
23 De Setembro de 2016

Um crédito adicional de 3,3 milhões de dólares foi autorizado por decreto presidencial ao Ministério dos Transportes para despesas do projecto. O governo vai abrir um crédito em 2016 para avançar com a duplicação da linha-férrea na capital, conforme decreto presidencial.

De acordo com o documento, datado de 15 de Setembro, é autorizada a abertura de um crédito adicional ao Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2016, no montante de Kz 545,3 milhões (3,3 milhões de dólares) para "pagamento das despesas" relacionadas com o projecto de construção da segunda linha ferroviária entre Bungo e Baía. Este crédito adicional aberto fica afecto ao Ministério dos Transportes, ao que se soma um outro, aprovado no mesmo decreto presidencial, de Kz 645,2 milhões (3,74 milhões de dólares), para garantir um projecto de compra de 1.000 mini-autocarros, mas sem especificar para que fins servirão. Já a duplicação da linha ferroviária na capital deveria ter avançado este ano num troço de 36 quilómetros a partir do centro da cidade, conforme anunciou, em Dezembro último, o presidente do Caminho de Ferro de Luanda (CFL), Celso Rosa. Além dos levantamentos no terreno, avançaram entretanto a construção dos estaleiros de apoio à empreitada. Segundo informação então prestada por Celso Rosa, a duplicação da linha entre as estações do Bungo (Luanda) e de Baía, na periferia, é uma das medidas que visam dar competitividade à empresa pública que assegura o transporte ferroviário na zona suburbana da capital e até à província de Malanje.

"Se tudo correr bem, em 2017 teremos mais uma linha concluída, facilitando o nosso desempenho em termos de circulação de comboios, melhorando os nossos serviços suburbanos", explicou na altura o presidente do conselho de administração do CFL. "Diariamente são efectuadas 27 frequências no

serviço suburbano de passageiros, onde são realizados 41 cruzamentos de comboios nas estações de via única, que urge a sua eliminação, por forma a permitir uma substancial fluidez do tráfego ferroviário, aumentando assim a disponibilidade da via para a movimentação de mercadorias': sustentou Celso Rosa.

Além da duplicação da linha até à estação de Baía, deste ponto da periferia avançará igualmente a construção de uma nova linha, de 15 quilómetros, para ligar ao futuro aeroporto internacional de Luanda, em construção no município de Icolo e Bengo.

9.11 Cacucaco tem a maior taxa de desemprego

Jornal de Angola

27 De Setembro de 2016

Texto: Edna Dala

O município de Cacucaco apresenta a taxa mais elevada de desemprego na província de Luanda, com 41 por cento, seguindo-se o de Viana, com 33 por cento.

De acordo com os resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação, os municípios da Quiçama e de Icolo e Bengo apresentaram as taxas de desemprego mais baixas, com 23 por cento e 24 por cento.

O estudo revela que a maioria das pessoas trabalha por conta própria, e mesmo as que não contam com um posto de trabalho, praticam algumas actividades para a sua subsistência e do seu agregado familiar.

Os registos apontam que na globalidade, em 2014, altura em que foi realizado o censo, o número de desempregados na província de Luanda era de 672.649 habitantes, representando uma taxa de desemprego na ordem de 33 por cento.

De acordo com os resultados do censo, o desemprego atinge maioritariamente jovens com idades compreendidas entre 15 e 24 anos e a predominância recai sobre as mulheres.

Sobre o saneamento básico, os dados mostram que 91 por cento dos agregados familiares em Luanda usam um local apropriado para defecar. Os resultados definitivos mostram que foram observadas realidades diferentes entre os municípios no que toca ao uso de instalações sanitárias apropriadas, onde o município do Cazenga registou o valor mais elevado com 97 por cento. Em contrapartida, os municípios do Icolo

Bengo e Quiçama apresentam as taxas mais baixas, respectivamente com 20 e 28 por cento.

Habitação O estudo concluiu que em toda a província o número de "unidades habitacionais" é de 1.484.350, sendo 34 por cento casas arrendadas privadas ou do Estado e apenas nove por cento vive em casas compradas. Destes, apenas cinco por cento têm a conta totalmente paga e quatro por cento em processo de compra.

As estatísticas apontam que a maioria das habitações familiares ocupadas é do tipo convencional, com cerca de 89 por cento, seguindo-se as casas do tipo cubata que representam quatro por cento da população e os apartamentos por apenas três por cento.

A dimensão das habitações familiares ocupadas a nível da província de Luanda indica que cada residência possui em média três divisões.

A idade média da população de Luanda é de 21,1 anos, enquanto apenas 1,5 por cento dos habitantes têm mais de 65 anos.

O censo geral de 2014 permitiu recensear 6.945.386 pessoas residentes na província de Luanda, das quais 6.919.613 residiam em habitações familiares e 23.460 em habitações colectivas como creches, lares de idosos, orfanatos ou unidades religiosas, enquanto 2.313 não tinham habitação. Entre as pessoas sem habitação, 28 por cento (quase 650) são crianças com menos de 15 anos, referem as conclusões do censo. Nível provincial, 18 por cento dos agregados familiares são constituídos por sete membros, mas a média não chega a cinco.

Agricultura e pesca Os dados revelam que, em 2014, cerca de 12 por cento dos agregados familiares na província de Luanda praticavam actividade agrícola como a horticultura, cereal cultura, fruticultura e silvicultura.

O município de Icolo Bengo, com 53 por cento, representa a maior proporção de agregados com actividades agrícolas e o do Cazenga representa a menor proporção com oito por cento.

No sector pesqueiro, os resultados do censo indicam que cerca de dois por cento dos agregados pratica actividades piscatórias.

9.12 Milhares de casas são construídos em Caluapanda

Jornal Expansão

Jornal de Angola
 27 De Setembro de 2016
 Texto: Matias Da Costa

Mais de duas mil moradias de diferentes tipologias vão ser construídas, na reserva fundiária de Caluapanda, no município do Cuito, anunciou ontem o vice-governador provincial para o Sector Político e Social do Bié.

Carlos Ulombe da Silva falava durante a certificação de 300 hectares de terras clarificadas do Pólo Industrial do Cunhinga, de áreas de produção agrícola em Camacupa e da reserva de Caluapanda, e disse que o processo é possível graças à desminagem das terras.

O vice-governador provincial do Bié salientou que as zonas clarificadas abrem oportunidades para se desenvolverem projectos sociais, reforçar a cadeia alimentar e equilibrar a balança económica da província. Carlos Ulombe da Silva convidou empresários nacionais e estrangeiros para apostarem no investimento nos pólos industriais da província e noutros sectores, que estão completamente clarificados e declarados prontos para sua exploração.

O responsável de operações da Comissão Nacional Intersectorial de Desminagem e Ajuda Humanitária (CNIDAH), Barnabé Frederico, informou que o trabalho de clarificação decorreu num período de nove meses.

Durante o referido período, esclareceu Barnabé Frederico, foram destruídos um total de 304 engenhos explosivos.

9.13 Afritrack cria projecto imobiliário Aida Cristina

Jornal Continente
 30 De Setembro de 2016
 Texto: Luís Caetano

A presidente do Conselho de Administração da Afritrack, Sabena Yoannes, disse que, de modo a proporcionar maior conforto e comodidade aos seus habitantes, procurou agregar no espaço diversos serviços sociais e de padrão internacional.

Empresa do direito angolano Afritrack Angola, criou cerca de 700 empregos directos, dos quais 97 por cento são jovens angolanos residentes nas imediações, o projecto ocupa uma zona de 11 hectares.

O complexo residencial, dista cinco quilómetros do novo aeroporto de Luanda, comporta 310 residências do tipo T3, T4 e T5 possui uma escola internacional do I e II ciclos de ensino, que vai ministrar aulas em português, francês, inglês e quimbundo, bem como uma clínica, spam, centro infantil, auditório, biblioteca, bancos, campo multiuso, cinemas, restaurantes, ginásio, estufa, um shopping center e outros serviços sociais.

No que toca o preço, a responsável, informou que as residências, de modelo média-alta, estão orçadas em USD 199 a 399 mil (um dólar equivale a 166.717 kwanzas) e sublinhou ainda que, todo interessado que fizer ao pagamento na totalidade ou tenha 30 por cento do valor e garantia bancária, vai receber de imediato as chaves e toda documentação de titularidade do imóvel, entre os quais a escritura e direito de superfície. O projecto residencial previamente concebido cerca de 80 por cento, está a ser construído com o material fabricado em Angola, a referida construtora, está em negociações com o Executivo, para sua participação na construção da estrada que vai ligar a avenida principal do Zango /complexo Aida Cristina e novo aeroporto de Luanda. Para a garantir a durabilidade, terá uma rede interna de 11 quilómetros em betão.

A Afritrack Angola é uma empresa de capital angolana e está vocacionada na construção civil e edificação de imóveis, bem como construção de estradas em betão, obras públicas, fabricação de artefactos de betão para uso múltiplos, e está em Angola, há 20 anos.

Em jeito de remate final, Sabena Yoannes, disse aos presentes que, mesmo em tempo de crise os angolanos continuam a trabalhar para o crescimento do país! Para esta grande empreitada, a Afritrack, conta com 42 empresas, e aguarda mais 40, até a inauguração em 2017. A obra que teve início em 2011 está já à 80% avançada.

9.14 Novas Casas das Centralidades com Fissuras... E outras Sem Luz Nem Água.

Jornal: República
 30 De Setembro de 2016

Que as centralidades habitacionais não são nenhum paraíso, sabe-se desde o princípio. Como nos nossos musseques, nas novas cidades a luz também falha, o que provoca encravamento de elevadores, o lixo às vezes não é recolhido tempo e dá lugar, um

amontoado de resíduos sólidos em parques públicos junto aos contentores, além de outros problemas de gestão urbana que se juntam aos actos de vandalismo e roubos de viatura amplamente reportados.

Entretanto, a confirmar as críticas de especialistas quanto à qualidade das construções, alguns edifícios novos das centralidades do Kilamba e do Sequele já vão apresentando fissuras e inflamações de betume, segundo uma reportagem do Nova Gazeta. Enquanto isso, na Huíla, a construção da centralidade já tem mais de dois anos de atraso... e as residências já prontas desde Janeiro último não podem ser comercializadas pela Imogestim porque ainda falta a instalação de electricidade e água. De resto, esse é mais um problema que se vem juntar aos constantes atrasos de entrega de residências a clientes que já pagaram as suas moradias, alguns na totalidade, mas ainda são obrigado a viver em casas de renda. Mas quando se mudarem, de certeza que não irão a nenhum paraíso.

9.15 Habitantes clamam pela construção de centralidades

Jornal Liberdade

30 De Setembro 2016

Texto: António Ndonga Dizeye

Os habitantes da província do Zaire, clamam do governo central, a construção das centralidades de Mbanza-Kongo e Soyo, a luz do plano de subordinação central que já havia sido aprovado pelo Executivo para o efeito.

Os populares alegam que, se na região sul do país, em certas localidades foram erguidas centralidades, não há razão para que no Zaire, o mesmo não possa acontecer.

Por outro lado, a construção do novo aeroporto de Mbanza-Kongo, como capital da província, é também um assunto que os preocupa de maneira a dar azo a insistente e desenquadrada publicidade da televisão pública de Angola, segundo a qual, em cada província há um aeroporto novo construído 01) reabilitado, o que não corresponde com a realidade dos factos.

Para eles, Mbanza-Kongo é a única capital de província onde não existe infraestruturas aeroportuárias adequadas, a semelhança das restantes do país como se esta cidade não fizesse parte de Angola.

Aliás, como reconheceram, em Mbanza-Kongo não existe nenhum aeroporto propriamente dito. Há sim, um campo de aviação construído pelos portugueses na década de 1960 tão logo que eclodiu a guerra de libertação nacional desencadeada pela UPNA organização que mais tarde passou a designar-se UPA.

Segundo apurou o Jornal Liberdade, os habitantes inconformados com a marginalização pelo que passa a sua cidade, pedem igualmente ao Executivo Central a necessidade da construção de uma mediateca em Mbanza-Kongo. Tal como o fez nas restantes capitais de províncias do país.

Os nossos interlocutores, manifestaram também os seus descontentamentos pela forma desigual pelo que passa Mbanza-Kongo em todos os aspectos, situação criada pelos colonos portugueses, cujas pegadas deram e continuam a dar sequência pela actual governação do país que vê esta terra e sua gente como lixo..

10. OUTUBRO

10.1 Conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável ministra representa o chefe de estado

Jornal de Angola
13 De Outubro de 2016

Um comunicado do Ministério do Urbanismo e Habitação refere que Branca do Espírito Santo representa no encontro o Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

No evento, são definidos os compromissos para a Nova Agenda Urbana que vai dirigir as realizações da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especialmente o objectivo 11, que consiste em tomar as cidades e assentamentos humanos mais inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis, bem como estabelecer um novo mandato e plano de acção para a agência ONU-Habitat.

A agência pretende reafirmar o compromisso no trabalho com as autoridades locais para fomentar a coesão social, estimular a inovação, o emprego e assegurar a sustentabilidade ambiental.

Antes da conferência foram realizados eventos temáticos globais e regionais e três sessões preparatórias, designadamente em Setembro de 2014, em Nova Iorque, em Abril de 2015, em Nairobi (Quénia) e em Julho do ano em curso, na cidade de Surabaya (Indonésia). A delegação angolana é integrada por representantes dos ministérios da Administração do Território, da Justiça e dos Direitos Humanos, Família e Promoção da Mulher, directores nacionais do Ministério do Urbanismo e Habitação e de institutos públicos.

A conferência organizada pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), deve contar com a presença de chefes de Estado e de governo, ministros, autoridades locais e regionais, organizações da sociedade civil, representantes do sector privado, da comunidade técnica e académica, entre outros interessados na problemática das políticas urbanas e de habitação.

A primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I) realizou-se em Vancouver, no Canadá, em 1976, e constituiu o primeiro pilar do compromisso global dos Estados

para a melhoria de vida de milhões de habitantes em zonas urbanas.

Em 1996, Istambul, na Turquia, acolheu a segunda conferência, durante a qual foi estabelecida a Agenda Habitat II, cujas metas universais foram assentes na garantia de habitação adequada para todos, assentamentos humanos mais seguros, contribuições de mulheres e grupos sociais vulneráveis e cidades mais saudáveis e habitáveis.

10.2 Luanda moderniza vias alternativas

Jornal Economia e Finanças
14 De Outubro de 2016
Texto: António Eugénio

A recuperação e manutenção das estradas secundária e terciárias, nos Bairros de Luanda, está a proporcionar a fluidez na circulação de pessoas e bens, assim como a mudar a imagem da cidade capital do país.

Na execução dos projectos está também contemplada a drenagem das águas, sinalização, asfaltamento a recuperação das infra-estruturas integradas e redesenho da paisagem urbana dos principais corredores viários.

A iniciativa do Executivo angolano inclui ainda a implantação de redes de drenagem, redes técnicas, pavimentação, calçadas, áreas verdes e iluminação pública.

No percurso realizado pelo JE, pode-se constatar que, nas ruas do Bairro Morro Bento, a Estrada dos Comandos, assim como o troço que liga São Paulo/Hoji-ya-Hendá e desemboca no Bairro Kicolo, registam-se uma fluidez no trânsito, face ao trabalho que está a ser feito.

O programa sobre a égide do Governo Provincial de Luanda abrange a revitalização e ampliação contínua das avenidas, ruas e áreas funcionais, para dar urna qualidade devida melhor aos moradores da capital.

O projecto já abrangeu um total de 250 quilómetros de vias secundárias e terciárias, nas zonas do Mártires do Kifangondo, Cassenda, Palanca, Kilamba Kiayi, Rangel, Sambizanga, Ingombota e Maianga.

A digressão da nossa reportagem atingiu também as ruas Rainha Ginga, Índia, Massangano, Soba Mandume, Suba, Brigada, Hoji Ya Renda, Estremadura, Alentejo, Machado Saldanha, assim

corno o Laboratório de Engenharia de Angola até ao Lote 22, no distrito urbano da Maianga.

Execução

Na zona Sul de Luanda, a construtora Odebrecht implantou mais de 64 quilómetros do sistema viário e 225 de rede de energia eléctrica, além da iluminação pública, drenagem, abastecimento de água e sistema de esgoto.

Segundo um documento, o programa "Vias de Luanda", sob responsabilidade da Odebrecht, foi idealizado para permitir a recuperação das infra-estruturas e o redesenho da paisagem urbana dos principais corredores viários da cidade, num acordo assinado em 2007.

Actualmente, a construtora Meta- Engil tem estado a recuperar várias ruas e ruelas da cidade capital, numa empreitada com intervenções que incidem em 100 quilómetros de ruas e avenidas.

A empreitada visa a reparação de buracos, passeios e lancis, além da reposição ou a colocação de placas de sinalização de trânsito, tampas em falta nas caixas colectoras de saneamento, pintura de lancis e sinalização de trânsito (horizontal e vertical) envolvendo cerca de 250 trabalhadores.

Infra-estruturas integradas

A par destes projectos, a Direcção Nacional de Infra-estruturas Públicas, órgão afecto ao Ministério da Construção, está a desenvolver um projecto que visa a requalificação, protecção e estabilização das encostas da Boavista, no distrito urbano do Sambizanga.

A iniciativa abarcará uma área infra-estruturada de cerca de 70 hectares, beneficiando mais de 10 mil habitantes.

As obras irão facilitar a mobilidade do tráfego automóvel, desde a zona da Boavista com ligações às áreas do Miramar, Largo do Ambiente, São Paulo e zona da Cuca. A referida empreitada visa a requalificação desta área, no quadro do programa de desenvolvimento do Executivo, extensivo a todo país.

Os investimentos feitos nas encostas da Boavista estão avaliados em 85,6 milhões de dólares norte-americanos.

O projecto prevê igualmente melhorar os acessos ao Porto de Luanda, estrada da Sonils, a ligação desta com o Kifangondo, estrada Kima Kienda e a construção de duas pontes na rotunda da Boavista (a

duplicação da passagem superior do caminho-de-ferro) e a travessia da ponte do canal do Soroca.

Serão realojados um total de 4.500 famílias, das quais cerca de 860 estão directamente relacionadas com o traçado das vias em curso.

No que toca aos trabalhos de contenção das encostas da Boavista, definiu-se como zona prioritária a rotunda da Boavista, constante ainda da primeira fase do projecto, para se reduzir os desabamentos de terra que acontecem frequentemente na Avenida Kima Kienda.

No município de Viana, na mesma perspectiva, foram reabilitados 35 km, beneficiando cerca de 120 mil habitantes. O projecto prevê o escoamento de águas residuais e drenagem de águas pluviais.

No Bairro Largo Patriota, a construção de infra-estruturas integradas prevê beneficiar 120 mil pessoas..

10.3 Municípes da Nova Urbanização dão lição a Carlos Cavukila

Jornal Liberdade

14 De Outubro de 2016

Segundo os moradores, as contribuições foram feitas entre vizinhos para se efectuar o trabalho, "porque se aproximam as chuvas": disseram acrescentando que quando chove os cidadãos, têm tido dificuldades de se deslocar porque esta área é argilosa, não tem esgotos e a administração não faz nada para minimizar a situação.

"Com os nossos meios, já mandamos terraplenar a rua principal que liga a via expresso ao Salão de festas Domante e não só, temos mandado tirar o lixo que produzimos e estamos para criar condições para comprarmos um transformador que aguenta distribuir energia eléctrica para todos que contribuírem para este bem comum": disse uma fonte.

Para José Coelho, morador do referido bairro "a terraplanagem da via gastou se mais de oitocentos mil Kwanzas, e contratou-se a empresa "JOB \$ FILHOS" para a efectivação da mesma hoje já se circula a vontade nesta rua, aqui encontra-se o espaço da futura instalações da Direcção Nacional de Viação e Transito, é só para ver que não há vontade política de quem governa.

Gostaríamos que a administração municipal de Cacucaco dê sequencia naquilo que temos feito para o

bem da comunidade, porque cabe a responsabilidade das autoridades municipais satisfazerem as necessidades da população porque recebem do orçamento do Estado o dinheiro de todos nós, e não se admite que uma área seja mais privilegiada que outras enquanto que somos todos angolanos¹:

Por seu turno, Nelson Martins, acrescentou que no bairro "não temos energia eléctrica e no calar da noite o medo e os marginais tomam conta da área, e algumas residências que têm possibilidade sobrevivem de geradores porque a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE), em Cacuaco não faz nada para o benefício da população da Nova Urbanização".

Nelson, acusou ainda o administrador Carlos Cavukila de estar a fazer separação no que diz respeito ao fornecimento de energia eléctrica, água potável, saneamento básico, segundo o interlocutor, uma parte da Nova Urbanização é beneficiada de diversos serviços e outro lado vive em péssimas condições.

Empresa abandona reabilitação das vias da vila cede de Cacuaco. Uma empresa contratada pelas autoridades administrativas do município do Cacuaco, abandonou há mas de dois meses a reabilitação das vias da Cede do município mas a norte de Luanda, por razões até agora não identificadas.

Segundo os moradores da Vila de Cacuaco, a empresa começou a fazer a reabilitação das ruas do município quando se aproximava as festas dos setenta e seis anos de existência do município.

As ruas estão todas esburacadas e, não sabemos porque é que tudo parou se no município tem um órgão de Comunicação Social que apelava sempre que estão a requalificar a Vila e agora que interromperam com as obras porque que não dizem ao povo o motivo da paralisação dos trabalhos, isso é o cúmulo da pouca vergonha, disse Alberto Camassa, morador do Bairro dos pescadores.

Alberto, foi mas além acusando o administrador Carlos Cavukila, de ser um dos que mas fala e pouco faz, e exemplo disso é quando discursou nas festas do município que iria prender todos aqueles que deitarem lixo no chão vão ser penalizados em pagar multas e aquelas que não conseguirem pagar as referidas multas seriam levados ao Cemitério da Funda para capinarem, e de lá para cá nunca ouvimos alguém que foi detido.

E o que temos visto diariamente é o fraco saneamento básico no interior dos bairros e as

empresas a abandonarem os serviços que têm prestado a administração do Cacuaco e o administrador Carlos Cavukila nunca saiu ao público para vir assumir o que ele promete e que não se efectiva, disse.

Nós reconhecemos que o município de Cacuaco é grande, mas há políticas que servem para se governar bem e com responsabilidade, e defendo que haja mesmo as eleições autárquicas para que a população escolha os seus líderes capazes de resolverem as suas necessidades, porque com um governante com o que temos aqui, nunca O Cacuaco vai dar aos seus munícipes melhores condições.

10.4 Projecto de desenvolvimento urbano do Mussulo apresentado em Conselho de Ministros

Jornal O PAÍS

14 De Outubro de 2016

De acordo com o director do Gabinete Técnico de Gestão da Requalificação e Desenvolvimento Urbano do Perímetro Costeiro da Cidade de Luanda, Futungo de Belas e Mussulo, Rodrigo dos Santos, o projecto contempla as vertentes do desenvolvimento ambiental, infra-estruturas de índole social e da sua sustentabilidade económica.

Nas suas declarações à imprensa, após ter apresentado o plano de empreitada, no encontro orientado pelo Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, o responsável referiu que no concernente ao realojamento da população aí residente, os mesmos serão transferidos para outras zonas, no âmbito da requalificação urbana do perímetro. O reassentamento da população destina-se a permitir que os habitantes tenham habitações com um nível e qualidade melhor, em detrimento das actuais.

Sem avançar o número de famílias que serão movimentadas para outras zonas da cidade de Luanda, o director técnico referiu que têm levado a cabo um trabalho de coordenação com entidades da administração e autoridades tradicionais local, no sentido de se reconhecer as pessoas que habitam na Ilha do Mussulo.

Segundo o responsável, pretende-se transformar a península do Mussulo, cujas obras iniciam em Dezembro deste ano, num local turístico, no sentido de dar resposta ao turismo na capital, na perspectiva de atender a demanda regional e internacional. Deste

modo, clarificou, serão proporcionadas melhores condições de vida, protecção ecológica e desenvolvimento urbano regrado.

Na última quarta-feira, foi feita a apresentação oficial da equipa de trabalho e do plano director de requalificação do Mussulo.

O plano é um processo em elaboração, razão pela qual está a ser feita uma consulta pública, de forma a se ter em conta os contributos dos cidadãos, para que o resultado e as soluções tomadas propiciem o desenvolvimento harmonioso e adequado, benefício de todos os residentes de Luanda, em especial no Mussulo.

Ainda ontem, as comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros analisaram a Proposta de Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado (OGE) 2017, a Proposta de Lei sobre a Dívida Pública e o Plano de Acção do Ministério da Agricultura para 2016/2017.

A Comissão Económica do Conselho de Ministros tem como incumbência tratar da agenda macroeconómica do Executivo e assegurar a condução da gestão macroeconómica em harmonia com os objectivos e as prioridades económicas do Programa de Governação do Presidente da República.

Já a Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros é o órgão técnico de apoio ao Titular do Poder Executivo na formulação, execução e condução da política de fomento do sector produtivo.

Assegura a gestão do fomento de produção e das empresas, de harmonia com os objectivos e as prioridades do sector produtivo, constantes do Programa de Governação do Presidente da República.

10.5 “Temos que estar preparados para urbanização dos musseques”

Jornal de Angola

16 De Outubro de 2016

Texto: Nhuca Júnior

É a segunda grande entrevista que concede a um órgão de informação nacional desde que chegou a Angola, em Outubro do ano passado; para representar a ONU-Habitat, uma agência que está no país a convite do Executivo para o assessorar, por intermédio do Ministério do Urbanismo e Habitação,

na execução da Política Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo e em questões relacionadas com o vasto domínio do habitat. A entrevista é uma autêntica aula sobre assentamentos humanos e desenvolvimento urbano sustentável, assunto sobre o qual Thomaz Ramalho, arquitecto urbanista brasileiro, actualmente com 36 anos, fala com paixão, por ser um tema que está no centro das prioridades dos decisores políticos mundiais, com o objectivo de tornarem o planeta Terra um lugar para se viver cada vez melhor e de forma inclusiva. À procura do sonho global, a ONU-Habitat, em parceria com os países-membros das Nações Unidas, discute a Nova Agenda Urbana, documento programático que vai ser adoptado na terceira Conferência sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, também conhecida por Habitat 11I, que a capital do Equador, Quito, alberga durante quatro dias, a partir de amanhã. O importante encontro mundial está na origem da entrevista concedida ao Jornal de Angola por Thomaz Ramalho na sua residência, onde nos recebeu com a cordialidade própria dos brasileiros.

Jornal de Angola - Tem sido enriquecedor, para o seu percurso profissional, trabalhar em Angola?

Thomaz Ramalho - Sem dúvida. Eu vim para Angola muito jovem. Agora tenho 36 anos, mas, quando vim pela primeira vez, tinha 25 anos. Angola é a minha segunda missão internacional profissional depois do Camboja. Quando cheguei a Angola pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), fui para a província do Uíge trabalhar num projecto sobre descentralização e governação local. Por causa do trabalho desenvolvido, regresssei a Luanda, de onde levei a experiência que tive no Uíge para o resto do país, com o apoio do Ministério da Administração do Território. O então vice-ministro da Administração do Território, Mota Liz, liderava na altura o processo de descentralização, que esteve na origem da criação da Lei nº 17/1 O de 29 de Julho, que trata das orgânicas das administrações municipais, a fim de serem transformadas futuramente em autarquias. Naquela altura, envolvi-me também no sector do ensino em Angola. Em relação à minha experiência profissional, devo bastante a Angola. Tenho a sorte de trabalhar num país que tem muitos laços com o meu país de origem, o Brasil.

Jornal de Angola - O Mundo está preparado para alcançar até 2030 o objectivo 11 da Agenda de Desenvolvimento Sustentável, que é "tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis"?

Thomaz Ramalho - O objectivo de desenvolvimento sustentável número 11 foi uma conquista. Muitos

chamam também ao objectivo 11 de objectivo de desenvolvimento sustentável urbano, porque trata das cidades especificamente e de todas as suas metas. É um objectivo bastante ambicioso. Tem de haver uma concertação muito grande da comunidade internacional para que consigamos terminar com os musseques, os chamados assentamentos informais, diminuir os riscos das cidades a catástrofes, que é uma das questões para a resiliência, tornar as cidades mais seguras, com melhor segurança para todos os cidadãos, e sobretudo mais inclusivas, sem as diferenças sociais e de assentamentos que existem hoje. Eu sou optimista.

Parte do trabalho da ONU-Habitat é apoiar os governos na materialização deste objectivo mais específico. Eu pretendo, nos próximos 15 anos de carreira profissional, apoiar não só Angola como outros países na materialização deste objectivo. É de facto um objectivo bastante ambicioso.

Jornal de Angola - Quando diz que o objectivo é acabar com os musseques, este processo passa pela sua requalificação ou pela construção de uma nova área habitacional?

Thomaz Ramalho - Tem que se ter uma visão muito integral sobre a erradicação dos musseques. A ONU-Habitat defende duas abordagens. Temos que ter uma abordagem preventiva, que não permita que surjam novos musseques, e uma abordagem correctiva. Dentro da abordagem preventiva está a construção de moradias de interesse social, para os segmentos mais pobres da sociedade, que não têm capacidade de poupança para entrarem nos mecanismos formais de aquisição de habitação. Essas pessoas poupam muito pouco por mês e não conseguem um empréstimo bancário para comprar uma casa. Tem que haver um tratamento especial para essa camada da população, por ter um nível de pobreza ou incapacidade de poupança. Sobre a abordagem correctiva, já chegámos à conclusão de que a melhor maneira não é o realojamento em novas áreas, mas sim a manutenção nas próprias áreas.

Jornal de Angola - Porquê?

Thomaz Ramalho - Há uma inteligência quando as pessoas se localizam num determinado território. Todo o mundo tenta otimizar algumas questões. A questão essencial para a capacidade de poupança, principalmente dos mais pobres, é o que eles gastam com o transporte. Muitas vezes, quando se resolve um problema de moradia de uma pessoa mais pobre, que é realojada no Zango, onde recebe uma casa com melhores condições do que o casebre que tinha, por exemplo, na Ilha de Luanda, ela fica com a vida complicada, porque agora passa a gastar, digamos,

cinco "candongueiros" para vir e cinco para voltar, o que dá mais ou menos 1.500 kwanzas, que, se forem multiplicados por vinte dias úteis, vão dar trinta mil kwanzas, que é maior do que o salário mínimo nacional. Fica complicada a capacidade de poupança das pessoas, quando são retiradas de um lugar onde inicialmente escolheram para viver, porque há uma inteligência naquela escolha.

Jornal de Angola - O que faz exactamente a ONU-Habitat nos países onde tem representação?

Thomaz Ramalho - Apoiamos os governos, de uma maneira geral, nas questões que estão intrínsecas ao nosso mandato. Estão intrínsecas ao nosso mandato as questões ligadas ao território e à urbanização, em todos os seus aspectos e dimensões. Sabemos que a urbanização é um processo complexo e amplo, com ligações, por exemplo, à economia, à sociologia e à geografia. Nós temos um mandato que, na realidade, em termos de temas, é bastante amplo, mas sempre circunscrito à questão territorial, da planificação e da urbanização. O nosso mandato, definido há vinte anos no Habitat II, era "garantia de moradia digna para todos e promover o desenvolvimento urbano sustentável". Não é à toa que o nome do Habitat III é Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável. O Habitat II teve como designação Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos.

Jornal de Angola - Não é uma utopia pensar-se em desenvolvimento urbano sustentável quando sabemos que o Mundo ainda está cheio de contrastes sociais e económicos?

Thomaz Ramalho - É uma utopia de facto, porque temos diversas questões para serem resolvidas. Há uma pergunta que sempre acho interessante fazer, que é a seguinte: o que é mais importante entre colocar primeiro a fibra óptica ou o esgoto? O que é mais importante entre desenvolver a Baixa de Luanda e Talatona como pólos económicos e melhorar os musseques? Na verdade, não há uma resposta concreta. As duas coisas têm que ser feitas em paralelo, em cidades dos países em desenvolvimento como Angola, Brasil e boa parte da Ásia. Na realidade, temos que ir à procura do desenvolvimento urbano sustentável, ao mesmo tempo em que melhoramos os assentamentos informais, que são extremamente precários. Uma coisa não anula necessariamente a outra. A abordagem tem que ser conjunta.

Jornal de Angola - Como a ONU-Habitat avalia o grau de execução do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação?

Thomaz Ramalho - O Programa Nacional de Urbanismo e Habitação é bastante ambicioso e corajoso. A meta de um milhão de casas, anunciada pelo Presidente José Eduardo dos Santos, em 2008, no Dia Mundial do Habitat, é bastante ambiciosa. Em termos quantitativos, o programa foi muito bem executado na sua componente de habitação produzida pelo Governo. A construção de habitação pelo Estado já ultrapassou inclusive a meta. O que falta ainda no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação é uma maior produção de habitação pelo sector privado, com o concurso dos bancos, que infelizmente não aderiram para o financiamento como se esperava. Há necessidade de haver um quadro legal para que os bancos se sintam seguros para fazer empréstimos. Esse é o grande constrangimento. A segunda componente tem a ver com a auto-construção dirigida, que deveria ser a maior parte de habitações. Essa componente ainda não arrancou de maneira efectiva. Nós, ONU-Habitat, vamos continuar a apoiar o Governo através da assessoria técnica.

Jornal de Angola - A ONU-Habitat afirmou publicamente que o projecto de construção de um milhão de casas em Angola é um exemplo para África. Qual é a realidade de África no que toca à habitação?

Thomaz Ramalho - Estamos presentes em vários países africanos. A semelhança de Angola, a Etiópia e a África do Sul também investiram seriamente na habitação nos últimos anos. Nós consideramos sempre o exemplo de Angola, da Etiópia e da África do Sul como possibilidades concretas para todo o continente africano se espelhar e colocar a urbanização e a habitação no centro da sua agenda de desenvolvimento. O programa de construção de um milhão de casas representa um investimento concreto na parte habitacional, ainda que não tenha beneficiado, na nossa visão, os mais pobres. Resolveu uma questão habitacional para a juventude, que conseguiu adquirir moradias nas novas urbanizações. Angola é um país estratégico para a questão da habitação e urbanização em África. Queremos continuar em Angola. A nossa intenção é que Angola funcione como uma espécie de escritório sub-regional para a África Lusófona.

Jornal de Angola - Quando se fala em desenvolvimento urbano sustentável, fico, como leigo, com a impressão de que os decisores políticos no Mundo colocam num plano secundário os direitos das pessoas do meio rural. O que se entende, afinal, por desenvolvimento urbano sustentável?

Thomaz Ramalho - Quando falamos em direito à cidade e em desenvolvimento urbano sustentável,

pensa-se sempre no meio rural. Por que não investir nas zonas rurais para as pessoas continuarem ali? A gente considera que esse investimento nas áreas rurais, na melhoria da qualidade de vida das populações rurais, também é extremamente importante. Mas o que a gente percebe é que a tendência de urbanização é contínua, até que os países atinjam um patamar de 80 a 85 por cento, às vezes um pouco menos ou, às vezes, um pouco mais, a depender da estrutura rural. Por exemplo, se há ou não estruturas tradicionais nas zonas rurais e o que é se considera como cidade. A urbanização é um passo sem volta. Todos os países do Mundo se urbanizaram. Toda a Europa se urbanizou em patamares elevados. Toda a América Latina se urbanizou em patamares elevados. Os países mais desenvolvidos da Ásia já se urbanizaram em patamares elevados. A urbanização é um fim em si mesmo, porque as pessoas, quando vão para as cidades, vão atrás dos seus sonhos. E nas cidades onde estão as melhores oportunidades de emprego, as melhores oportunidades de educação, as melhores oportunidades de relações sociais. E nas cidades onde está a diversidade, onde está a tolerância. Uma pessoa encontra um ambiente muito mais tolerante culturalmente na cidade do que nas zonas rurais. A migração para as cidades não é um fenómeno que acontece só em Angola, nem em África. Acontece em todos os países do Mundo.

Jornal de Angola - Temos que estar preparados para a urbanização?

Thomaz Ramalho - A urbanização é uma realidade. Temos, sim, que estar preparados para a urbanização. Por mais que invistamos na área rural, as pessoas vão continuar a migrar, porque ninguém pára os sonhos. Mesmo países como a China, que criaram bilhetes para compras no mercado local, não conseguiram refrear a urbanização. O desenvolvimento urbano sustentável significa pensar que essa urbanização tem que ser planificada e têm que ser mitigados os efeitos adversos. A sustentabilidade, a inclusão, a segurança e a resiliência são exactamente os quatro pontos que tornam a urbanização sustentável a longo prazo.

Jornal de Angola - Há exemplos de assentamentos humanos sustentáveis?

Thomaz Ramalho - Nada é perfeitamente sustentável. Mas há cidades que são mais sustentáveis do que outras. O que é para nós uma urbanização sustentável? Ela tem que ter uma certa densidade, não pode ser uma urbanização que se espraia pelo território e que crie densidades muito baixas, onde fica insustentável ter um transporte de massa. Outro aspecto de sustentabilidade na urbanização é as pessoas poderem andar a pé, terem um excelente

sistema de transporte, que faz com que abdicuem do carro próprio. Acho importante que as pessoas tenham carro próprio; mas que não o usem na hora de ponta, para não termos cidades congestionadas e poluidoras. São diversos os aspectos que compõem a urbanização sustentável. Posso dizer que, por exemplo, Manhattan [em Nova Iorque] é um exemplo de urbanização sustentável. A área mais central de Paris também é um exemplo de urbanização sustentável. Um exemplo de urbanização insustentável é Los Angeles, uma cidade que se locomove principalmente pelo automóvel e cria áreas super-complicadas para o pedestre e para o passeio das pessoas. Detroit é outro exemplo de urbanização insustentável. A insustentabilidade pode ser encontrada inclusive nos países mais ricos.

Jornal de Angola - Em Angola, onde está o melhor exemplo de cidade sustentável?

Thomaz Ramalho - Em Angola, a urbanização mais sustentável é a do Huambo, de acordo com o nosso estudo. É uma urbanização que, nos últimos anos, não se expandiu tanto em termos de mancha urbana. E a mais insustentável em Angola é a urbanização de Luanda, onde houve uma dispersão urbana. A mancha urbana de Luanda cresceu, de 1980 a 2008, pouco menos de duas vezes e meia. Foram 28 anos, dos quais 22 de guerra, o que provocou uma grande pressão migratória para Luanda. De 2008 a 2014, período em que houve investimentos maciços e reinvestimentos, a urbanização de Luanda cresceu duas vezes e meia. Cresceu mais num período de seis anos de paz do que nos 28 anos anteriores. Esse padrão é completamente insustentável, por criar, entre outras coisas, a função moradia longe da função trabalho, por criar necessidades de deslocamentos e congestionamentos.

Jornal de Angola - Tecnicamente, qual é a solução para Luanda?

Thomaz Ramalho - A principal maneira de tornar Luanda sustentável é agora adensar o centro. Tentar criar também nas áreas centrais "mix-social", que é a mistura de diferentes níveis de renda. A produção de habitações sociais não pode ser restrita só ao Zango. Ela tem que ser feita também nas áreas próximas dos centros. A produção de estruturas de transporte de massa é outra maneira de melhorar Luanda. E o Plano Metropolitano Geral da Cidade de Luanda já trabalha alguns aspectos do que estou a falar.

Jornal de Angola - As nações mais pobres do Mundo nunca vão atingir o desenvolvimento urbano sustentável sem a ajuda internacional. O que se prevê na Nova Agenda Urbana, cujo esboço foi publicado em Junho deste ano?

Thomaz Ramalho - A Nova Agenda Urbana tem uma componente que fala dos critérios de implementação, da função da ONU-Habitat como agência de assistência técnica, dos mecanismos de financiamentos necessários e de mobilização de recursos. São aspectos que são levados em conta. Hoje em dia, há um consenso da União Africana sobre o que deseja para a Nova Agenda Urbana. Há uma disputa de interesses. Os países mais ricos têm a sua própria agenda. Há uma ideia do fortalecimento da ONU-Habitat por parte dos países mais pobres e uma ideia de que esse fortalecimento precisa de ser feito com mais calma por parte dos países ricos. Para os países menos desenvolvidos, é muito importante o fortalecimento do papel da ONU-Habitat. Na COP-21, Conferência sobre o Clima, realizada em Paris, em 2015, Angola foi líder dos países menos desenvolvidos. Agora, eu espero que Angola também tome a liderança para o fortalecimento do papel da ONU-Habitat e dos mecanismos de financiamento e de cooperação internacional, para o apoio aos países mais pobres na materialização dos objectivos ligados à Nova Agenda Urbana.

Jornal de Angola - O desenvolvimento urbano sustentável deve estar adequado à realidade social e económica de cada país ou defende um único paradigma?

Thomaz Ramalho - É uma questão fundamental. Há uma "internalização" da Nova Agenda Urbana por cada país, porque os países têm realidades distintas. Por isso, a Nova Agenda Urbana trabalha nos princípios gerais e cita a importância de se levar em conta os aspectos culturais, as realidades locais, sociais, económicas e étnicas.

Jornal de Angola - Quando a expansão das zonas urbanas não é acompanhada pela criação de serviços básicos à altura do seu crescimento, como os ligados aos transportes e à segurança pública, pode causar um caos social. A segurança das cidades é também um elemento chave para o desenvolvimento urbano sustentável?

Thomaz Ramalho - Sim. É por isso que a segurança está dentro do objectivo de desenvolvimento sustentável número 11. Sobre a questão da segurança, entendemos que a solução não é a fragmentação urbana, não é a proliferação de "shopping centers", de centros comerciais fechados ou de condomínios residenciais fechados como têm sido feitos em diversos países, inclusive em Angola, com Talatona como principal modelo. A ONU-Habitat defende o resgate do espaço público, porque é no espaço público onde há mediação dos diversos conflitos das classes sociais. É no espaço público onde vão as crianças que querem jogar futebol, os casais que

querem namorar e ali eles são obrigados a conhecer-se, a mediar os conflitos e a conviver. Convivendo, as pessoas conhecem-se e, conhecendo-se, não estereotipam as outras. Sempre que a Humanidade criou muros, seja a Grande Muralha da China, seja o Muro de Berlim, seja o muro que se levanta entre israelitas e palestinos, as cisões e conflitos aumentaram ao invés de diminuir.

Jornal de Angola - Acha que, em Angola, os programas curriculares dos cursos de Engenharia Civil, de Arquitectura e Urbanismo são feitos na perspectiva do desenvolvimento urbano sustentável?

Thomaz Ramalho - As universidades Metodista, Agostinho Neto e Lusíada de Angola já conversaram conosco. Já tivemos uma reunião conjunta. Eu percebo que está muito clara hoje a ideia de que o desenvolvimento urbano sustentável deve fazer parte dos programas curriculares.

Jornal de Angola - Como a arquitectura pode contribuir para a redução das emissões de gases com efeito de estufa?

Thomaz Ramalho - De diversas maneiras. A construção em si já pode ser mais sustentável se forem utilizados materiais mais adequados, locais e com certificação de sustentabilidade. O próprio projecto de arquitectura pode reduzir os custos de energia e seu impacto no ambiente.

Jornal de Angola - Já leu o livro "Ecologizando a Cidade e o Planeta", de autoria de Maurício Andrés Ribeiro, seu conterrâneo?

Thomaz Ramalho - Já ouvi falar do livro, mas ainda não tive a oportunidade de o ler.

Jornal de Angola - Se já tivesse lido, perguntar-lhe-ia qual é a contribuição que o livro traz à discussão sobre o desenvolvimento urbano sustentável.

Thomaz Ramalho - A grande discussão hoje sobre o desenvolvimento urbano sustentável tem diversas escolas de pensamento. A escola de pensamento da ONU-Habitat tem como lema "Prosperidade das Cidades". Criámos, inclusive, o Índice de Prosperidade das Cidades, um dos projectos que queremos implementar em Angola. No índice, vemos as seis dimensões da prosperidade: Produtividade, Qualidade de vida, Desenvolvimento de infra-estruturas, Inclusão social e equidade, Sustentabilidade ambiental e Governança urbana e legislação. Outro tema de debate, que tem o nome de "Cidades para as pessoas", desenvolvido por Jan Gehl, um dinamarquês, promove a bicicleta, a densidade e o uso pedonal. Temos também uma linha de pensamento criado pela Universidade de Harvard,

que se chama "Urbanismo ecológico" e temos ainda a linha do Novo Urbanismo' que é o "Manual do Crescimento Inteligente", de Andrés Duany. Essas são as grandes linhas mestras que há hoje na discussão sobre o urbanismo e cada uma trata da questão do desenvolvimento urbano sustentável na sua diferente dimensão. A ONU-Habitat tem uma dimensão mais integradora. Mas todas as linhas de pensamento se complementam.

Jornal de Angola - Com que impressão ficou de Angola quando veio pela primeira vez, aos 25 anos, e qual é a impressão actual?

Thomaz Ramalho - Quando cheguei a Angola fiquei muito impressionado com o preço dos alugueres. A minha primeira viagem ao Uíge, por estrada, durou doze horas. A estrada ainda não estava feita. Lembrome que passar pela Pedra Verde, como é chamada pela população, era bastante complicado em épocas de chuva. Fui testemunha do salto de desenvolvimento registado não só em Luanda como também nas outras províncias nos últimos dez anos. Angola deu um salto nos últimos anos, mas agora tem um grande desafio, com a nova realidade resultante da crise. A questão da diversificação económica tem que entrar na agenda. Não dá mais para ter dependência do petróleo. O Brasil também teve uma crise, exactamente 'pela questão da dependência das "commodities" .

Jornal de Angola - O que é que gostaria de acrescentar?

Thomaz Ramalho - A ONU-Habitat tem a intenção de ficar, porque quer ter uma relação de longo prazo com Angola. Que venham outros representantes depois de mim. Que não aconteça o que aconteceu na década de 90, em que o escritório teve que ser fechado para, só depois de 20 anos, ser reaberto.

10.6 Nova Agenda Urbana Mundo à procura de uma sociedade justa e inclusiva Angola apresenta em Quito resultados do Programa Nacional de Habitação e Urbanismo

Jornal de Angola

17 De Outubro de 2016

Texto: Nhuca Júnior

As consequências da rápida urbanização, sobretudo nos países em desenvolvimento, fizeram com que os governos reconhecessem a necessidade de haver assentamentos humanos sustentáveis. Foi no âmbito dessa perspectiva que a Assembleia-Geral das Nações Unidas convocou a primeira conferência sobre habitação e desenvolvimento urbano sustentável, genericamente denominada por Habitat I, realizada em Vancouver, no Canadá, em 1976.

Angola, um país que acabava de alcançar a sua Independência, marcou presença, dando um claro sinal ao conjunto das nações de que o problema estava nas prioridades da agenda das autoridades do mais novo Estado africano, na ocasião.

À semelhança de 1976, Angola participou, vinte anos depois, na Habitat 11, realizada em Istambul, na Turquia, num momento particularmente difícil, pois a guerra pós-eleitoral adiou mais uma vez a materialização de um programa sustentável de urbanismo e habitação. Em Istambul, os governos adoptaram a Agenda Habitat 11 como Plano de Acção Global para Abrigos Adequados para Todos, com a noção de assentamentos humanos sustentáveis.

Angola chega à conferência Habitat III, que começa hoje na cidade de Quito, capital do Equador, com um discurso completamente diferente em relação aos das edições anteriores, que é resultante da estabilidade política que se vive desde 2002. Os benefícios da paz vão sobressair na comunicação que Angola apresenta na reunião mundial, a primeira conferência global após a Agenda de Desenvolvimento 2015, aprovada em Setembro do ano passado.

A ministra do Urbanismo e Habitação' Branca do Espírito Santo, está desde quinta-feira em Quito para representar o Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, à frente de uma delegação multisectorial, que vai divulgar os resultados que o restabelecimento da paz trouxe a Angola nos sectores da Construção e do Urbanismo e Habitação.

A conferência, um encontro de partilha de conhecimentos e experiências, vai discutir e adoptar uma Nova Agenda Urbana para os próximos 20 anos, tendo como uma das linhas de força o direito humano à cidade.

Fonte de desenvolvimento

O secretário-geral da conferência, Joan Cios, afirmou, num encontro preparatório do evento, realizado em Montreal, no Canadá, que a urbanização é a força motriz e uma fonte de desenvolvimento com poder de mudar e melhorar vidas.

Para Joan Cios, os governos, através da Nova Agenda Urbana, devem promover um novo modelo de desenvolvimento urbano capaz de integrar todas as facetas do desenvolvimento sustentável para promover a equidade, o bem-estar e a prosperidade partilhada. A casa da cultura equatoriana Benjamim Carrion é o local escolhido para a realização das oito sessões plenárias da conferência, sendo duas por dia. A sessão de abertura está prevista para as 10 horas locais, devendo terminar às 13.

Um espaço com nome de Pavilhão ONU foi criado para a realização de eventos paralelos, centrados no desenvolvimento urbano sustentável. Localizado junto à casa de cultura Benjamim Carrion, o espaço vai sediar eventos e exposições do sistema das Nações Unidas, envolvendo organizações da sociedade civil, académicos, político, especialistas em arquitectura e urbanismo e empresários do sector imobiliário. Embora a abertura oficial aconteça hoje, quatro actividades foram realizadas no sábado e ontem. Trata-se das assembleias da juventude, das mulheres, de negócios e de governadores, sendo que a última foi realizada com o objectivo de identificar as prioridades da Nova Agenda Urbana.

A assembleia de negócios foi incluída no programa porque a Organização das Nações Unidas considera que o mundo corporativo é um parceiro essencial na implementação da Nova Agenda Urbana. A assembleia de negócios reuniu líderes do sector privado 6 representantes das principais redes de negócio, que se comprometeram a apresentar inovações e modelos de negócios com o poder de gerar mudança e acelerar as acções de urbanização sustentável.

A assembleia de mulheres foi realizada pela necessidade de reforçar a igualdade de género nas políticas e programas quando os países aplicarem a Nova Agenda Urbana, enquanto a assembleia juvenil foi agendada para proporcionar aos jovens de todo o Mundo a oportunidade de discutirem e deliberarem sobre a aplicação desse programa global.

A ideia de inclusão está subjacente ao documento

10.7 Urbanismo e sustentabilidade

Jornal de Angola

20 De Outubro de 2016

Termina hoje na cidade de Quito, capital do Equador, a III conferência sobre a Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, também conhecida como Habitat III, em que Angola participou com uma delegação multi-sectorial,

chefiada pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo. A governante, que representou o Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, liderou uma equipa vasta que esteve naquela importante conferência numa altura em que Angola dá passos seguros na materialização da Política Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo.

Naquele encontro internacional, a delegação angolana levou experiências já acumuladas nos últimos anos, em matéria de construção e gestão urbanística, em que sobressai também a excelente parceria com a ONU-Habitat. A referida agência das Nações Unidas, que se encontra em Angola a convite do Executivo para ajudar na materialização da política habitacional e transformar-se num importante centro regional em África, tem sido instrumental na ajuda para passarmos a encarar a questão territorial, a planificação, a urbanização. Angola precisa de contar com a presença desta importante agência da ONU, cuja Nova Agenda Urbana contém aspectos que muito interessam ao país, às suas cidades e espaços reservados para novas edificações.

Independentemente de espaços que carecem de intervenções para os adequar ao formato de assentamentos urbanos modernos, não há dúvidas de que vamos ainda a tempo de fazer as correcções que se impõem para dar sustentabilidade aos mesmos. Podemos ainda conter, dentro dos assentamentos urbanos que surgem, os indicadores próprios das cidades insustentáveis como pobreza extrema, desigualdades e crescimento pouco inclusivo, entre outros. Quando se trata de esforços para a construção de cidades sustentáveis, Angola possui condições para começar em largas parcelas do seu território e fazer as devidas correcções ali onde haja essa necessidade.

O fundamental é que nesta nova abordagem, como consta do documento guia que serviu de base aos trabalhos desta III conferência, nomeadamente a "Declaração de Quito sobre as cidades e

assentamentos sustentáveis para todos", todos os segmentos da população estejam integrados. Como defendeu o urbanista brasileiro e representante da ONU -Habitat no nosso país, Thomaz Ramalho, em entrevista ao Jornal de Angola, "temos que ir em busca do desenvolvimento urbano sustentável, ao mesmo tempo em que melhoramos os assentamentos informais, que são extremamente precários."

Contrariamente à ideia de que a modernização passa necessária e obrigatoriamente pela eliminação dos

"musseques", a ONU-Habitat defende uma visão mais integral com uma dupla abordagem, nomeadamente a correctiva e a preventiva. O especialista ouvido por este diário desmistificou a ideia de que os musseques devem ser erradicados, ao defender que os mesmos podem conhecer processos de urbanização.

Não basta olharmos para os chamados assentamentos informais como alvo a abater no processo de urbanização, desalojamento e realojamento da população, mas fazer correcções com moradias económica e socialmente viáveis para as famílias. Prevenir o surgimento de novas construções desordenadas, sim, deve ser a aposta, desencorajada, combatida e, preferencialmente, com medidas que não onerem a economia das famílias.

Atendendo à complexidade que envolve o processo de urbanização, é preciso colher os melhores procedimentos no que ao ordenamento, urbanismo e habitação diz respeito para bem da sustentabilidade que toda a sociedade angolana aspira agora e depois. Esperamos que as recomendações e decisões saídas da III conferência sobre a Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável contribuam para que os Estados africanos em geral e Angola em particular reforcem políticas habitacionais inclusivas e sustentáveis.

Acreditamos que com a materialização da Política Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo do Executivo, ao lado da relevante parceria com a representação da ONU -Habitat no país, vamos ser capazes de dar sustentabilidade às zonas urbanas que nascem, às zonas rurais e termos uma visão diferente sobre os musseques.

10.8 Taxa urbana é satisfatória

Jornal da Economia e Finanças

21 De Outubro de 2016

Angola regista uma taxa de urbanização de 4,8 por cento e perto 62 por cento da sua população vive nas zonas urbanas, informou, passado dia 19, em Quito, Equador a ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santos.

10.9 Luanda cresce duas vezes mais depressa que Angola

Jornal O País

26 De Outubro de 2016

Texto: Milton Manança

Província de Luanda cresceu duas vezes mais depressa que Angola o seu conjunto, nas últimas décadas, resultantes das migrações internas e externas não controladas, de acordo o investigador e docente universitário Luís Filipe Colaço.

O académico fez esta revelação ontem, durante o VI Colóquio da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (UAN) que decorre sob o lema "Os desafios da sociedade Angolana no Século XXI, população, dinâmicas sociais e fluxos migratórios".

Luís Caloço disse que este crescimento de Luanda que "asfixia" o das restantes províncias tem influência directa no índice de criminalidade que se tem registado nos últimos tempos na capital e na deficiente arborização dos espaços verdes.

O número de desempregados na capital é apontado como outra causa, segundo o interlocutor, tendo realçado que a maior parte dos migrantes não possui qualificações.

A enchente na capital começou a registar-se há cinco décadas, mas sofreu um aumento exponencial desde o fim da guerra civil, em 2002.

As migrações não controladas, principalmente externas, têm como principal porta de entrada as zonas transfronteiriças que, segundo o interlocutor, podem ser aferidas a partir dos resultados do Censo Populacional e da Habitação de 2014, que ilustram o crescimento da população nacional de 3% contra 6,3% de Luanda.

Esses movimentos da população decorrem da procura de melhores condições de vida que foi acrescida pela instabilidade política e a crise militar de quase 30 anos. Entretanto, importa realçar que mais de 62% da população angolana vive em áreas urbanas, contra os 37% das áreas rurais. Huíla, Benguela, Huambo, Kwanza-Sul, Uíge, Bié e Malange, para além de Luanda, são as províncias mais habitadas de acordo com o Censo de 2014.

10.10 Obras impulsionam crescimento

Jornal de Angola

01 De Outubro de 2016

Texto: Sérgio V. Dias

As várias infra-estruturas em construção na província do Bié vão impulsionar o desenvolvimento da região. O destaque vai Para a centralidade do Cuíto, a ser

erguida numa área de 300 hectares, que vai albergar seis mil apartamentos.

A empreitada tem a entrega prevista para o primeiro semestre de 2017, de acordo com o vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, José Fernando Tchatuvela, que garantiu à imprensa a alta qualidade do projecto adjudicado à construtora Cora-Angola. Com residências T3, a centralidade destina-se, sobretudo, à juventude da província. O vice-governador do Bié disse que, uma vez Concluída, a empreitada vai albergar cerca de 42 mil habitantes.

No município do Andulo, está a ser construída outra centralidade com mil apartamentos T3 e dois mil fogos, de diferentes tipos, na Reserva fundiária de Caluapanda.

No quadro das infra-estruturas, foram já certificados 300 hectares de terra para a construção do pólo industrial do Cunhinga, áreas de produção agrícola em Camacupa e a reserva fundiária de Caluapanda.

Balança económica Durante o acto de certificação, o vice-governador do Bié para Sector Político e Social, Carlos Silva, assegurou que o processo de desminagem devolve a esperança de uma vida melhor à população da província. Carlos Silva frisou que as zonas desminadas abrem oportunidades para se desenvolver projetos sociais, assim como para o reforço da cadeia alimentar e o equilíbrio da balança económica da província. O trabalho de desminagem desses espaços, feito em nove meses, registou a destruição de 304 engenhos explosivos, segundo o responsável de operações da Comissão Nacional Intersectorial de Desminagem e Ajudas Humanitárias (CNIDAH), Bernabé Frederico.

Reabilitação de estradas O Executivo está engajado na reabilitação de estradas no Bié, base para o desenvolvimento equilibrado da província. O projecto em destaque é o da via entre o Cuíto e a sede do município do Cuemba.

Dos 164 quilómetros de estradas, 20 já estão asfaltados. A recuperação do troço rodoviário, que faz parte do corredor Leste da província, integra o programa gizado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

O governador provincial do Bié, Alvaro de Boavida Neto, afirmou que as pontes ao longo do troço já foram construídas e decorre o processo de desminagem. Até ao Cuemba, a estrada passa por Catabola e Camacupa, municípios de grande importância económica para a província. A via é uma das espinhas dorsais do corredor do Lobito, que dá acesso à vizinha província do Moxico.

Enquanto o processo de asfalto não chega à sede municipal do Cuemba, o Governo Provincial do Bié assegura a circulação de pessoas e mercadorias com a terraplanagem do troço. Nesse momento, a locomotiva do Caminho-de-Ferro de Benguela, com dois serviços semanais, tem sido a alternativa para a circulação de pessoas e bens nesse corredor Leste do Bié, tendo em conta as dificuldades de acesso por estrada em muitos pontos.

O comboio do CFB, que atravessa o país do Lobito, Benguela, até ao Luau, no Moxico, passando pelo Huambo e Bié, faz a ligação desta Província com a fronteira da Zâmbia, às terças e quartas-feiras (ida) e sextas e sábados (regresso).

Um vasto programa O Governo tem um vasto programa de intervenção para as vias de acesso no Bié, num total de 360 quilómetros de estradas. Dos troços já consignados pelo Ministério da Construção, consta o que liga a comuna de Cachingues/Chicalao/Mutumbo, no município Do Chitembo, a Sul do Cuíto, num total de 116 quilómetros. O projecto da reabilitação engloba a recuperação e a pavimentação de 113 Quilómetros da estrada nacional (EN) nº 150, que liga o município de Camacupa às comunas de Ringoma e de Umpulo.

Abrange ainda a reabilitação e a pavimentação da EN nº 141, que dá acesso ao município do Andulo e à vila de Cassumbe, de 52 quilómetros, assim como da 143, que liga Nharea à comuna da Gamba, numa extensão de 43 quilómetros.

A reabilitação e a pavimentação de 147 quilómetros da EN nº 250, no troço Camacupa/Cuemba até à comuna do Munhango também fazem parte da empreitada. Para a concretização desses projetos, o Governo Provincial do Bié investiu mais de 38 mil milhões de kwanzas. A empreitada permitiu a criação de 892 empregos directos para angolanos e estrangeiros, bem como 1.340 empregos indirectos de mão-de-obra nacional.

10.11 Habitação no centro das prioridades governamentais.

Jornal de Angola

01 De Outubro de 2016

Uma conferência, com o lema "A habitação no centro", é realizada, na manhã de segunda-feira, Dia Mundial do Habitat, pelo Ministério do Urbanismo e Habitação, no anfiteatro da Faculdade de Arquitectura da Universidade Agostinho Neto.

Um documento do Ministério do Urbanismo e Habitação, enviado, ontem, ao Jornal de Angola, refere que a titular da pasta, Branca do Espírito Santo, vai presidir à cerimónia de abertura da conferência, na qual vão ser discutidos os temas "Cidades e os objectivos do desenvolvimento sustentável" e os "Direitos fundiários, obrigações tributárias e desenvolvimento sustentável." "A importância do registo imobiliário no contexto económico actual" e "A parceria público-privada e os desafios do crescimento sustentável das cidades" são outros temas para a conferência.

O Ministério do Urbanismo e Habitação convidou para oradores o representante em Angola do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU- Habitat), o arquitecto brasileiro Thomaz Ramalho, o director do Gabinete de Desenvolvimento da Economia Real do Ministério da Economia, Rui Simões, e representantes da Administração Geral Tributária e do Guiché Único.

António Gameiro e Ivo Canga, assessores da ministra do Urbanismo e Habitação, Adriano Chiwale, director do Gabinete Jurídico, e Lucas André, director do Gabinete de Estudo, Planeamento e Estatística, são os moderadores da conferência.

Ainda por ocasião da efeméride, na tarde de segunda-feira, é realizado o XI fórum de Arquitectura, na Universidade Lusíada de Angola.

Direito universal à moradia O Dia Mundial do Habitat, instituído pela Organização das Nações Unidas, é celebrado na primeira segunda-feira de Outubro. A data, comemorada desde 1986, permite que se faça uma reflexão sobre o estado das cidades e do direito à moradia adequada e um alerta para o mundo se lembrar da sua responsabilidade coletiva sobre o habitat para as gerações futuras. Sobre a efeméride, a directora do Gabinete de Intercâmbio do Ministério do Urbanismo e Habitação disse, ontem, ao Jornal de Angola que o Dia Mundial do Habitat permite focar a atenção dos atores da Agenda Urbana Nacional no reforço do compromisso e promover coesão social em torno dos graves problemas que o desenvolvimento urbano acarreta.

Eunice Jasse Inglês lembrou que mês de Outubro foi designado pelas Nações Unidas desde 2014, "Outubro urbano", por serem comemorados nesse mês duas efemérides emblemáticas: dias mundiais do Habitat, na primeira segunda-feira, e das Cidades, no último dia.

Soluções inclusivas A uma pergunta sobre o compromisso de Angola para com a Nova Agenda Urbana, a ser lançada, este mês, na cidade de Quito,

capital do Equador, na conferência da ONU sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, Eunice Jesse Inglês afirmou que o documento dita as regras mundiais para o sector, para os próximos 20 anos.

Angola tem contribuído intensamente para o novo "desenho urbano" e, desde 2014, está engajada nas decisões, tanto a nível regional, com a adoção da posição comum africana, assim como acompanha o dossier e processo de preparação da conferência Habitat III e a negociação do documento final, acentuou a alta funcionária do Ministério do Urbanismo e Habitação.

"O Governo de Angola está comprometido com a melhoria das condições de vida dos cidadãos e abraça todas as oportunidades de encontrar soluções inclusivas para o desenvolvimento económico e desenvolvimento urbano sustentável", afirmou Eunice Jesse Inglês.

Na sua opinião, a ONU-Habitat escolheu "Habitação no centro" como lema para a comemoração da Efeméride este ano, para "uma reflexão sobre as condições essenciais para o cumprimento do desiderato habitação adequada, que vai muito além de estar abrigado sob um teto e protegido por paredes." Eunice Jesse Inglês salienta que, na lista de requisitos, está a segurança da posse, que é traduzida por um conjunto de relações que vinculam as pessoas às moradias e terras que ocupam, permitindo que as pessoas vivam em suas casas com segurança, paz e dignidade.

10.12 Executivo mobiliza sector empresarial

Jornal de Angola

04 De Outubro de 2016

Texto: Yara Simão

O Executivo está a mobilizar as Instituições públicas e agentes privados para terem uma participação activa na materialização das políticas e estratégias públicas no domínio do urbanismo e habitação e garantir o êxito da construção de habitações, informou ontem, em Luanda, a ministra do Urbanismo e Habitação.

Branca do Espírito Santo, que falava na comemoração do Dia Mundial do Habitat, comemorado na primeira segunda-feira do mês de Outubro, esclareceu que a mobilização está a ser feita através do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação (PNUH). Este programa está estruturado com base nos objectivos específicos e prioritários, reflectindo os principais anseios dos diversos estratos

da sociedade angolana face à problemática habitacional, com ênfase para as classes de rendas média e baixa.

Branca do Espírito Santo explicou que consta do PNUH a produção estatal de conjuntos habitacionais baseados em modelos de casa com padrão económico pré-definido e a realizar-se em regime de custos controlados, por operações de loteamentos urbanos e de construção de obras de urbanização de carácter evolutivo, em regime de parceria público-privada e providas de equipamentos sociais.

"O objectivo é a produção baseada em modelos de casas com padrão económico pré-definido a realizar-se em regime de custos controlados", informou Branca do Espírito Santo. "Estão a ser elaborados lotes urbanizados e as operações a conduzir por iniciativa dos Governos Provinciais Têm como objectivo estabelecer mecanismos de ocupação ordeira dos espaços urbanizáveis, disponibilizando, de forma sistemática, terrenos. infra-estruturados e legalizados para o atendimento às famílias", acrescentou. Estes lotes destinam-se às famílias que pretendem construir casa própria em regime de autoconstrução dirigida, para a reintegração das famílias afetadas pelas inundações, assim como das que habitam em áreas de risco.

O Estado angolano, sublinhou Branca do Espírito Santo, é democrático e de direito e tem como um dos seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, respeito dos direitos, liberdades e garantias fundamentais do homem, quer como indivíduo, quer como membro de grupos sociais organizados, onde todo o cidadão tem direito à habitação e à qualidade de vida. Desafios do sector Como desafios a atingir, a ministra citou o melhoramento das condições de habitabilidade nos bairros de génese ilegal, a regulação do fenómeno migratório e do desenvolvimento do sistema urbano nacional, a dinamização e o incentivo à participação do sector bancário e instituições financeiras nacionais na promoção da habitação social.

Branca do Espírito Santo informou que o programa habitacional tem como objectivo obtenção favorável de qualificação do desenvolvimento do sistema urbano e parque nacional habitacional, com o fim de garantir a elevação e o bem-estar social da população e de contribuir para desenvolvimento sustentável.

"As comunidades residentes nessas áreas periurbanas vão ser chamadas a aderir ao processo de legalização criteriosa de terrenos que ocupam, de valorização económica das suas habitações e de complemento das infra-estruturas públicas e dos equipamentos sociais em falta", concluiu a ministra.

famílias afectadas pelas inundações, assim como das que habitam em áreas de risco.

O Estado angolano, sublinhou Branca do Espírito Santo, é democrático e de direito e tem como um dos seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, respeito dos direitos, liberdades e garantias fundamentais do homem, quer como indivíduo, quer como membro de grupos sociais organizados, onde todo o cidadão tem direito à habitação e à qualidade de vida.

10.13 Fomento do Programa Habitacional

Jornal Manchete

07 De Outubro de 2016

Texto: Jorge Neto

Por seu turno, a ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, disse que o Executivo está a mobilizar as instituições públicas e agentes privados para terem uma participação activa na materialização das políticas e estratégias públicas no domínio do urbanismo e habitação e garantir o êxito da construção de habitações.

Branca do Espírito Santo que falava na comemoração do Dia Mundial do Habitat, esclareceu que a mobilização está a ser feita através do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação (PNUH).

"Este programa está estruturado com base nos objectivos específicos e prioritários, reflectindo os principais anseios dos diversos estratos da sociedade angolana face à problemática habitacional, com ênfase para as classes de rendas média e baixa".

A governante explicou que consta do PNUH a produção estatal de conjuntos habitacionais baseados em modelos de casa com padrão económico pré-definido e a realizar-se em regime de custos controlados, por operações de loteamentos urbanos e de construção de obras de urbanização de carácter evolutivo, em regime de parceria público-privado e providas de equipamentos sociais.

"O objectivo é a produção baseada em modelos de casas com padrão económico pré-definido a realizar-se em regime de custos controlados", informou Branca do Espírito Santo. "Estão a ser elaborados lotes urbanizados e as operações a conduzir por iniciativa dos Governos Provinciais têm como objectivo estabelecer mecanismos de ocupação ordeira dos espaços urbanizáveis, disponibilizando, de forma sistemática, terrenos infra-estruturados e legalizados para o atendimento às famílias", acrescentou. Estes lotes destinam-se às famílias que pretendem construir casa própria em regime de autoconstrução dirigida, para a reintegração das

10.14 Jornalistas do Huambo agastados com governo

Jornal A Verdade

08 De Outubro de 2016

Um grupo de jornalistas do Huambo escreveu recentemente uma carta ao governador da província, Kundi Paihama, na qual questionam as formas pouco claras como estão a ser distribuídas as casas nas centralidades do Lossambo e Caála.

Segundo os jornalistas, a distribuição está a ser feita por via do amiguísmo e pela porta do cavalo pelo vice-governador para as infra-estruturas, Calunga Zagi Quissanga.

Arquitecto de formação e levado à governação do Huambo por Fernando Faustino Muteka, para substituir o irreverente José Alberto Cai, hoje director nacional de infra-estruturas no Ministério da Construção, Calunga Zagi Quissanga é apontado pelos jornalistas - muitos deles preferem o anonimato por medo de represálias, de estar a distribuir casas a amigos, aos escoltas do governador, a directores provinciais (muitos deles com uma ou mais imóveis nos famosos bairros dos Ministros ou da Fátima), a gerentes de bancos e ainda aos directores dos órgãos de comunicação social do Estado sediados na província, para calar a boca destes e evitar que se aliem aos seus subordinados na luta que travam com a Kora Angola para obtenção de uma residência.

Construídas com dinheiros públicos já pagos na totalidade pelo Ministério das Finanças aos grupos que trabalharam projecto, o facto é que a empresa Kora Angola, que está a comercializar as casas, exige o pronto pagamento de 11 milhões de kwanzas, caso o contrário "os jornalistas não recebem as chaves de nenhum apartamento", diz um membro do grupo de jornalistas que escreveu ao governador. Entretanto, a Kora Angola e o Governo do Huambo concederam facilidades na célebre "renda resolúvel" a alguns eleitos seus, que se vão apossando de casas no

Lossambo, mesmo sem reunirem os requisitos para o efeito.

Agastado com tal situação, um operador de câmara da delegação da Televisão Pública de Angola, de nome Vilinga, postou na sua página do Facebook, mais palavra menos palavra, o seguinte: "Quando precisam de nós para trabalhar até de madrugada chamam-nos. Mas, quando é para dar incentivos, como as casas do Lossambo, chamam-se na calada e distribuem-se entre eles. Moro no Sassonde (um musseque do Huambo), todavia, vejo-me no direito de adquirir um apartamento na tal de renda resolúvel".

Por tais escritos, o homem em causa foi chamado à pedra na sede do MPLA pelo segundo secretário Armando Capunda, e quase foi "arranhado" por Calunga Zagi Quissanga, o vice-governador que distribuiu os apartamentos.

Os jornalistas do Huambo solicitaram, na semana passada, uma audiência com Kundi Paihama, para solicitaram que fosse revista a questão, já que reúnem condições para aderir ao sistema de renda resolúvel. O pedido foi-lhes negado porque o "chefe" se encontrava em Luanda, em missão de serviço.

No processo de renda resolúvel, em que os jornalistas pretendem ser abrangidos, os contemplados pagam 39 mil kwanzas por mês, mas a Kora Angola exige deles 11 milhões de kwanzas, o valor total da casa, em uma única prestação.

10.15 Aldeia Pacata do Zaire ganha vitalidade

Jornal de Angola

8 De Outubro de 2016

Texto: Fernando Neto

Um grupo de 50 famílias residentes em zonas de risco nos bairros periféricos da cidade de Mbanza Congo foi realojado em casas evolutivas na aldeia de Mbanza Magina. Com cerca de 600 residências, a localidade adquire hoje uma nova imagem, com várias melhorias, como a colocação de iluminação pública ao longo da estrada principal.

Além de famílias residentes em zonas consideradas de risco, parte das 50 casas evolutivas, construídas em ambos os lados da estrada de acesso a Mbanza Magina, no âmbito do programa de fomento habitacional, foi distribuída a regressados da vizinha República Democrática do Congo.

A aldeia de Mbanza Magina, cujas ruas estão ainda por asfaltar, fica cinco quilómetros a noroeste da cidade de Mbanza Congo. Nos últimos 14 anos, viu estabelecido o fornecimento de electricidade e água potável e construído um posto de saúde e escolas. A população, composta na sua maioria por mulheres, reclama, sobretudo, da falta de moageiras para transformar a grande quantidade de mandioca produzida.

A romaria de mulheres e crianças que antes se assistia para acarretar água do rio Lueji terminou. Um chafariz e uma lavandaria, construídos no quadro do Programa de Combate à Fome e à Pobreza, garantem o abastecimento às famílias.

Com um reservatório de cinco mil metros cúbicos, instalado numa elevação de onde a água desce por gravidade, o chafariz é aberto duas vezes ao dia durante três horas. Um grupo gerador de 2.000 mil leva assegura o fornecimento de energia eléctrica das 17 às 8h00 do dia seguinte.

A maioria das casas é feita de adobe queimado, umas cobertas de capim e outras de chapas de zinco.

Mbanza Magina, cuja via de terra batida foi terraplanada, é uma típica aldeia angolana, onde se mistura o rústico e o moderno.

O uso de material de fabrico artesanal, como o adobe queimado, na construção de casas evolutivas, serve também para promover no seio das comunidades novos métodos de edificação de residências e outras infra-estruturas, de forma simples, mas que oferecem melhores condições de segurança e de comodidade.

Apesar dos avanços sociais registados, Mbanza Magina é uma localidade pacata, com um ambiente propício para quem procura fugir da agitação dos aglomerados humanos.

Quem ali chega de manhã, encontra casas com as portas abertas, com as famílias a prepararem-se para ir à lavoura, principal actividade económica da comunidade.

Ao cruzarem-se logo pela manhã, os aldeões saúdam-se com a habitual expressão kikongo "lwashikama?" - "acordou bem?" em português.

"Terra de xarás"

O regedor André Domingos Adriano levou a equipa de reportagem à casa do soba Sebastião Matondo, um ancião na casa dos 70 anos, que encontrámos a matabichar na companhia da mulher e de duas filhas.

À sombra de uma árvore, o velho soba contou que o local foi o escolhido por elementos do clã Kiwanga, idos de Kimpese, no município do Cuimba, comuna da Serra de Kanda, antes da chegada dos portugueses.

Magina, em kikongo, significa "xará", enquanto Mbanza, quer dizer terra. A designação "terra de xarás" advém da cadeia montanhosa que a circunda. Na vigência do antigo reino do Congo, a comunidade de Mbanza Magina granjeou o respeito do rei, que trocava, com os seus antecessores, ideias sobre vários assuntos sociais pertinentes da vida colectiva.

Sebastião Matondo disse que a aldeia registou grandes mudanças após a independência e, sobretudo, desde a conquista da paz. A população está satisfeita pelo acesso à água potável, electricidade, cuidados primários de saúde e escolas para as crianças. Os habitantes locais pedem o asfaltamento da estrada de acesso, a criação de oportunidades de emprego e a instalação de moageiras.

"O Governo deve-se preocupar em asfaltar a estrada. Os táxis que operam nesta zona são motorizadas e cobram 300 kwanzas pela corrida até Mbanza Congo", disse o regedor Domingos Adriano.

A poeira ao longo da estrada é uma das principais reclamações dos habitantes da zona. A partir das 18h00, os moto-taxistas chegam a cobrar mil kwanzas pelo transporte de passageiros, valor exorbitante para os habitantes de Mbanza Magina, cujos rendimentos provêm das lavras e da caça.

Mbanza Magina está subdividida em dez zonas, cada uma com um soba, auxiliado por um conselheiro (também tratado de século) e um secretário. As três figuras conformam a máxima estrutura do poder tradicional em cada zona, encarregada de resolver as diversas querelas nas comunidades. Problemas como violação sexual de menores, violência doméstica ou acusação de práticas de feitiçaria são encaminhados à Polícia e ao Lumbu, tribunal tradicional, que funciona numa das salas no Museu dos Reis do Congo.

Emprego e juventude o acesso ao emprego constitui uma das principais preocupações dos jovens de Mbanza Magina, que reclamam das empresas de construção civil por recrutarem pessoal a partir de Luanda.

"Alguns jovens desta região dominam a arte da alvenaria, mas são ignorados pelas empresas. Quando trabalham como ajudantes nas obras, o emprego dura pouco tempo", afirmou o regedor Domingos Adriano.

Maria Maiomona, 58 anos, pisava bombó num pilão tradicional à porta de casa. Reclamou da falta de moagens na aldeia. "Saímos da lavra já cansadas e temos de pisar o bombó para transformar em fuba e fazer funji para o jantar", referiu.

Cultura milenar

A caça de animais selvagens é uma actividade lucrativa em Mbanza Magina, mercê da abundância e da diversidade da fauna. A arte é transmitida de geração em geração, mas Domingos Adriano afirmou que alguns costumes seculares deixaram de ser observados.

Quando caçam um animal, os jovens apressam-se a telefonar para os compradores, recebem dinheiro e regressam à comunidade, o que para ele não é correcto, porque a prática tradicional da região reza que a carne deve ser partilhada com os vizinhos.

Muitas vezes, os jovens não conseguem clientes nas matas, embalam a carne e viajam clandestinamente para a cidade de Mbanza Congo, onde vendem, fugindo assim à tradicional divisão comunitária.

Ao som dos tambores

A dança é uma das expressões culturais que sobreviveu ao tempo. O exemplo disso pode ser visto através do grupo "Mbanza Magina", que já actuou noutras províncias do país.

Quando os seus membros se reúnem para ensaiar, atraem muitos vizinhos e transeuntes, que não resistem ao som dos batuques.

Outras tradicionais vão sendo deixadas para trás com o tempo. A circuncisão antes era feita numa cerimónia realizada num local discreto e distante da aldeia, onde os mancebos permaneciam recolhidos durante dois meses a receber ensinamentos necessários para a vida adulta. Hoje, os jovens recorrem aos hospitais.

10.16 Uma parte dos edifícios estão privados de energia

Jornal de Angola

11 De Outubro de 2016

Texto: Armando Sapalo

Moradores dos apartamentos das zonas três a seis da Centralidade do Mussungue, o maior projecto habitacional construído no Dundo, na Lunda Norte, estão privados do fornecimento de energia eléctrica, há alguns dias, devido à destruição, pelas chuvas, de

um dos postos de transformação (PT), informou, no sábado, o representante da empresa Imogestin na província.

António Fernandes explicou que a chuva que caiu na madrugada de quinta-feira sobre a cidade do Dundo, acompanhada de ventos fortes e granizo, causou danos substanciais em 21 disjuntores do Posto de Transformação (PT), que garante o fornecimento de energia eléctrica a algumas zonas da centralidade.

Neste momento, técnicos da empresa PAN China, responsável pela construção da centralidade, em coordenação com a Empresa Nacional de Electricidade (ENDE), estão a envidar esforços para, dentro de dias, solucionarem a situação.

O representante da Imogestin na província pediu calma aos moradores pelo dano causados e garantiu que os técnicos já trabalham na recuperação e substituição dos disjuntores afectados.

"O fornecimento de energia eléctrica é um serviço indispensável para o bem-estar das famílias e, por isso, a sua reposição acontece o mais depressa possível, a julgar pelo empenho dos técnicos da PAN China e da ENDE, que trabalham arduamente para devolver a alegria aos moradores". António Fernandes descartou a hipótese de haver danos maiores, uma vez que todas as avarias encontradas nos postos de transformação nas casas foram devidamente avaliados.

Centralidade do Dundo é abastecida através de uma central térmica, com capacidade de 30 megawatts, construída pelo Ministério de Energia e Aguas, no quadro das ações de Investimentos Públicos.

A infra-estrutura do sector eléctrico, inaugurada em Março de 2014 pelo ministro da Energia e Aguas João Baptista Borges, é assegurada por oito grupos geradores e está implantada numa área de 13.000 metros quadrados. A sua gestão está a cargo da Empresa Nacional de Produção de Electricidade (PRODEL).

O projecto foi implantado no âmbito dos programas estruturantes do Executivo, que visam garantir a modernização do sector eléctrico e melhorar os serviços essenciais às Populações da capital da Lunda Norte. A central térmica do município do Dundo, pela sua dimensão e capacidade de produção, está concebida para fornecer energia eléctrica à centralidade do Mussungue e aos distritos urbanos do Dundo e Chitato.

Centralidade do Mussungue A Centralidade do Mussungue, que conta com 5.004 apartamentos, é o maior projecto de fomento habitacional na Lunda

Norte, construído no âmbito do programa de urbanização e requalificação da cidade do Dundo.

A nova cidade do Dundo dispõe de apartamentos de várias tipologias. A meta estabelecida pelo Executivo é atingir 20.000 apartamentos, com vista a responder a grande procura e o sonho pela obtenção da casa própria. As obras são executadas em quatro fases, de acordo com a disponibilidade financeira.

O processo de comercialização das casas da Centralidade do Mussungue, por via da renda resolúvel, começou em Dezembro do ano passado, altura em que os primeiros moradores começaram a receber as chaves. Actualmente, cerca de 5.000 famílias já vivem na Centralidade do Mussungue.

No mesmo espaço foi construído um Hospital Geral com capacidade de 92 camas, uma escola com 50 salas, além de uma creche para 900 crianças.

10.17 Cartoon

Jornal de Angola

19 De Outubro de 2016



10.18 Ministra do Urbanismo na conferência Habitat III no Equador

Jornal O País

13 De Outubro de 2016

A delegação será integrada por representantes dos ministérios da Administração do Território, da Justiça, da Família e Promoção da Mulher, directores nacionais do Ministério do Urbanismo e Habitação e dos institutos por si tutelados.

A conferência, conduzida pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-

HABITAT) contará com a presença de chefes de Estado e de Governos, ministros, autoridades locais e regionais, organizações da sociedade civil, representantes do sector privado, da comunidade técnica e académica, de organizações da sociedade civil, entre outros actores interessados na problemática das políticas urbanas e de habitação.

O evento vai definir os compromissos para a Nova Agenda Urbana que vai dirigir as realizações da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especialmente o objectivo II - tornar as cidades e assentamentos humanos mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, e estabelecer um novo mandato e plano de acção para o UN - Habitat.

Para a Conferência Habitat III, foram realizadas, entre outros eventos temáticos globais e regionais, três sessões preparatórias, concretamente em Setembro de 2014 em Nova Iorque (EUA), em Abril de 2015 em Nairobi (Quênia), e em Julho de 2016 na cidade de Surabaya (Indonésia)

A primeira Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos (Habitar I) realizou-se em Vancouver, na República do Canadá, em 1976, e constituiu-se no primeiro pilar do compromisso global dos Estados para a melhoria de vida de milhões de habitantes, em zonas urbanas.

A segunda Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos ocorreu em 1996, em Istambul, Turquia, onde foi estabelecida a Agenda Habitat II, cujas metas universais foram assentes na garantia de habitação adequada para todos, assentamentos humanos mais seguros, contribuições de mulheres e grupos sociais vulneráveis e cidades mais saudáveis e habitáveis.

10.19 Governo finta pobres e constrói Centralidade para ricos

Jornal Liberdade

14 De Outubro de 2016

Texto: Escrivão José

Segundo, os populares do Distrito Urbano do Sambizanga, a construção dos apartamentos do Bairro "Markony" na Com una do Ngola Kiluanje, não vai beneficiar os pacatos cidadãos que foram retirados, porque não terão possibilidade para pagarem as referidas residências dado os magros salários que recebem mensalmente. Afonso Lopes morador do bairro São Pedro da Barra, disse que "se nós fazermos um levantamento

em todas as Centralidades do país, vamos constatar que a maioria da população que aí vive são familiares e amigos dos dirigentes do país, como é que vêm ao público dizer que as casas serão distribuídas a população enquanto são comercializadas a preços exorbitantes.

E o governo, tem pela mania expropriar a população das suas terras, muitas vezes prometendo que vão ser remunerados ou depois de serem erguidas aí já não são tidos nem achados as casas são vendidas e entregues aos que têm maior poder financeiro.

Reparemos no seguinte, uma senhora que vende peixe ou água fresca na "zunga" num dos mercados do país, terá possibilidade de pagar uma casa nestas centralidades? não!

Portanto, é melhor o governo reflectir sobre a política habitacional que se quer criar para o benefício da população e evitar que os mesmos que têm no Kilamba não possam ter no Sequele. Falando dos edifícios que estão a ser erguidos para a requalificação do Distrito Urbano do Sambizanga, os dirigentes já estão a fazer as suas manobras para entregarem as residências as suas famílias, amigos e aqueles que tiverem dinheiro para liquidar os valores das casas no bairro "Markony" na Petrangol". O Jornal Liberdade ouviu os cidadãos que foram destruídas as casas para dar Lugar ao espaço onde está a ser construído os referidos apartamentos, os mesmos afirmaram que a direcção do projecto dirigido pelo Bento Soito, coordenador de requalificação do Sambizanga e Cazenga, não tem dado um esclarecimento convincente aos munícipes sobre os principais beneficiários das residências.

João Alberto, disse que perdeu três casas no mesmo local, afirmou que as coisas não estão a ser bem claras sobre o modelo de entrega das residências aos proprietários dos espaços onde nasceu estes edifícios que hoje tem chamado atenção aos governantes que vêm aqui todos os dias fazerem vistoria sobre a qualidade dos mesmos.

"O prazo que o governo havia dado para a conclusão das obras e posteriormente ser entregue a população que havia sido desalojada, já terminou e continuam os trabalhos ao longo das ruas, e não dizem absolutamente nada aos desalojados se os primeiros beneficiários serão os ex-moradores daqueles espaços conforme haviam dito há principio.

Nós como ex-moradores do bairro markony", pedimos que o senhor Bento Soito venha à público dizer quais os primeiros beneficiários das casas que foram construídas na Markony, por que temos informações que dão conta que há elementos que não

fazem parte dos sinistrados e que vão beneficiar das residências", disse João Alberto.

Este Semanário contactou o responsável do projecto de requalificação do Distrito Urbano do Sambizanga, Bento Soito, mas sem sucesso.

10.20 Pânico na Centralidade do Dundo

Jornal Grandes Notícias
14 De Outubro de 2016

A Centralidade do Mussungue, o maior projecto habitacional construído no Dundo, Lunda Norte, foi afectada por fortes chuvas que deixaram os moradores dos apartamentos das zonas entre três a seis privados do fornecimento de energia eléctrica, devido à destruição de um dos postos de transformação (PT), informou o representante da empresa Imogestin na província.

António Fernandes explicou que a chuva que caiu na madrugada de quinta-feira passada sobre a cidade do Dundo, acompanhada de ventos fortes e granizo, causou danos substanciais em 21 disjuntores do Posto de Transformação (PT), que garante o fornecimento de energia eléctrica a algumas zonas da centralidade.

Técnicos da empresa PAN China, responsável pela construção da centralidade, em coordenação com a Empresa Nacional de Electricidade (ENDE), estão a envidar esforços para solucionarem a situação o mais rápido possível. O representante da Imogestin na província pediu calma aos moradores pelo danos causados e garantiu que os técnicos já trabalham na recuperação e substituição dos disjuntores afectados.

A Centralidade do Mussungue, que conta com 5.004 apartamentos, é o maior projecto de fomento habitacional na Lunda Norte, construído no âmbito do programa de urbanização e requalificação da cidade do Dundo.

10.21 Novo padrão de qualidade de vida nasce com a Centralidade da Quilemba

Jornal de Angola
17 De Outubro de 2016
Texto: André dos Anjos

Localizada 20 quilómetros a nordeste da cidade do Lubango, a centralidade da Quilemba é uma

combinação de moradias isoladas e geminadas e edifícios de apartamentos de dois e três pisos, propositadamente aglomeradas numa só urbanização para acolher os mais variados estratos sociais.

Aqui, a modernidade e a simplicidade estão patentes em todas as moradias, que incluem uma suite, sala comum, casa de banho, cozinha e, no caso das residências isoladas e geminadas, um quintal.

O projecto começou a ser executado em 2012, numa área de 1.100 hectares, e volvidos quatro anos evoluiu de uma simples maqueta para uma autêntica cidade, com 7.512 moradias prontas a habitar e 488 em fase de conclusão.

A par das casas por acabar, os empreiteiros esmeram-se agora na finalização de equipamentos sociais como jardins-de-infância, escolas e áreas de lazer.

É nessa fase derradeira, preenchida, em grande medida, por pequenos detalhes, como a sinalização de ruas, entretanto, já revestida de camada asfáltica, que o Jornal de Angola confirmou que a nova centralidade é aberta ao público, definitivamente, nos primeiros meses de 2017, num processo que, se sabe desde já, é conduzido pela Imogestin, empresa responsável pela gestão e comercialização das novas centralidades.

Enquanto a empreiteira chinesa que executa as obras se ocupa dos últimos detalhes, o Governo da província desdobra-se em contactos com o Ministério de Energia e Aguas para garantir o abastecimento de energia e água à centralidade, já dotada de equipamentos necessários para o efeito.

Aliás, é voz corrente que um eventual atraso na abertura ao público da nova urbanização só pode ser associada à demora na instalação destes serviços, que, de acordo com cronograma do projecto, já deviam lá estar.

Ao que Jornal de Angola apurou, atraso na instalação de energia e água junta-se a outros constrangimentos que concorreram para o alargamento do prazo inicialmente previsto para a construção da centralidade da Quilemba, de dois para pouco mais de quatro anos.

Como não podia deixar de ser, a crise financeira que se seguiu ao arranque do projecto interferiu no ritmo dos trabalhos, ao lado de outros factores como a resistência de alguns cidadãos em abrir mão dos terrenos que cultivavam ou habitavam no perímetro delineado para a nova urbanização.

Revisão de expectativas

À véspera do arranque do projecto, as autoridades gizaram um programa de realojamento das famílias que habitavam dentro do traçado do que viria a ser a nova urbanização.

Nessa altura, foram contabilizados 413 agregados para os quais foi criada uma zona residencial, nos arredores da nova cidade, com igual número de casas.

Mas há quem detinha parcelas agrícolas - e não são poucas pessoas - que se recusaram a ceder.

Em consequência disso, a nova urbanização, inicialmente prevista para acolher 66.000 habitantes num total de 11.000 residências, ficou reduzida a 8.000 moradias, com capacidade para 48.000 pessoas.

Desenvolvido em regime concepção-construção, o projecto contempla infra-estruturas internas como redes viárias, eléctrica, iluminação pública, água, esgotos, e drenagens de águas pluviais, para além de diversos equipamentos sociais, que "sobreviveram" ao redimensionamento da maquete. Por aí se vê que, no essencial, a nova urbanização preserva os traços urbanísticos originais.

Entre a população é notória a curiosidade em conhecer a nova urbanização, que, como é da praxe em obras do género, está resguardada da curiosidade pública por vedações, que não permitem senão entrever um ou outro detalhe da obra. As imagens mais pormenorizadas que lhe chegam pela televisão só aguçam ainda mais o interesse.

Um prestigiado jornalista residente na cidade do Lubango, fala de "nosso Kilamba", para se referir à urbanização da Quilema, numa clara analogia com a centralidade mais emblemática hoje da província de Luanda.

A Quilema é o maior projecto imobiliário da província da Huíla, depois da independência do país em 1975, mas não é primeira grande obra de engenharia a perfilar na senda da modernização do burgo. No quadro do CAN'2010, organizado por Angola, a cidade do Lubango foi uma das eleitas para abrigar a competição. Ganhou novas infra-estruturas e viu modernizadas outras tantas.

Sinais de progresso

É na véspera do CAN, quando se assiste à inauguração do Aeroporto Internacional de Mukanka, que a cidade - escala obrigatória de quem sai de Luanda para Namíbia ou África do Sul - emite os primeiros sinais de que queria uma maior interacção com outras geografias e povos.

Trata-se de um imponente empreendimento dotado de equipamentos ultra-modernos para voos nocturnos e com capacidade para aviões de grande porte, como o Boeng 777 ou 747 e placa de estacionamento para aeronaves, por onde se esperava um tráfego anual de passageiros na ordem de 1.75 milhão.

O estádio da Tundavala, outro "monstro de betão", também construído no âmbito do CAN 2010, não demorou a entrar para a galeria dos lugares emblemáticos da cidade, onde o Cristo Rei, a Fenda da Tundavala e a Senhora do Monte têm, seguramente, lugares cativos.

As duas infra-estruturas, o aeroporto construído numa área 350.000 metros quadrados e o estádio noutra, de 25.807 metros quadrados, na zona Tchico, deram lugar a uma: terceira empreitada não menos importante, que consistiu no alargamento e modernização da estrada que liga a cidade aos dois destinos, separados um do outro por escasso quilómetros.

Por altura do CAN, aos investimentos públicos feitos na cidade, para além da construção de um novo aeroporto e um moderno estádio de futebol, juntaram-se os privados, com particular incidência para o sector hoteleiro e turístico, mas na sua maioria de efeitos efémeros.

Do estádio da Tundavala, onde, no CAN2010 desfilaram lendas do futebol mundial como Samuel Eto'o, por exemplo, já pouco ou nada se fala. Aliás, as últimas informações sobre o empreendimento, que custou aos cofres do Estado cerca de 70 milhões de dólares, dão conta do "desaparecimento misterioso" do gerador de energia eléctrica no estádio e da degradação acentuada da relva.

E neste fase em que os moradores que falaram à reportagem do Jornal de Angola, convergem na ideia segundo a qual em determinado momento a cidade "parou no tempo" e em alguns aspectos até chega a dar alguns sinais de retrocesso, como no caso do saneamento básico, que a nova centralidade surge como uma luz do fundo do túnel, uma esperança de que nem tudo está perdido.

Maria João, estudante de Economia a residir no Lubango há 20 anos, diz que a cidade, do ponto de vista de saneamento, não tem comparação com o que era há cinco anos.

"Se o senhor percorrer as ruas vai deparar-se, em algumas, com amontoados de lixo que remetem para outras realidades que não a nossa", desabafa.

"O Lubango não está isento das dificuldades financeiras que afligem o país, mas está melhor do que muitas cidades", defende um outro morador. "Se deixou de constar entre as mais limpas do país ainda não entrou para a galeria das mais sujas", sublinha, gabando-se da sua terra natal.

Mas Clemente Gamboa, este mesmo que diz que o Lubango "ainda não entrou para a galeria das cidades mais sujas do país", reconhece ser possível fazer mais em matéria de saneamento básico e manutenção de jardins, para uma imagem mais arejada da cidade.

No essencial, a opinião comum é que o velho casco urbano da cidade do Lubango, caracterizado actualmente, por passeios esburacados, amontoados de lixo e edifícios descaracterizados, uns pelo tempo e outros por falta de manutenção, carece de uma intervenção, a vários níveis.

Recentemente, o governo da província interveio na reabilitação e asfaltagem de algumas estradas secundárias, incluindo os troços que ligam o desvio do cemitério da Mitcha ao mercado do João da Almeida, do bairro Lucrécia ao Ferrovias e do Miradouro à Senhora do Monte.

E, ainda no âmbito dos programas de investimentos públicos, a cidade conheceu avanços significativos em matéria de fornecimento de energia e água. Em 2011, o governo da província pôs em marcha um programa de reabilitação e ampliação das redes de distribuição de energia e água, cujos resultados são hoje visíveis.

Percurso da cidade

Lubango foi elevado à categoria de cidade a 31 de Maio de 1923, quando o caminho-de-ferro cruzou, pela primeira vez o deserto, superou a serra da Chela e atingiu o planalto. Pouco depois, a cidade foi baptizada por Sá da Bandeira e alcunhada por "Coimbra de Angola", devido ao desenvolvimento cultural que começou a apresentar desde muito cedo.

Durante muito tempo, Lubango só dividiu com Luanda o privilégio de albergar um liceu, que ministrava cursos até ao 7º ano do tempo colonial, o que fez com que intelectuais e políticos como Costa Andrade, Viriato da Cruz, Lúcio Lara, Aires' de Almeida Santos, Manuel Rui António Neto, tivessem passado por lá, uns na condição de estudante e outros de funcionários. Cercada de raras belezas naturais, a cidade alberga monumentos e sítios que a distinguem do panorama turístico angolano. As Fendas da Tundavala, que proporcionam um espectáculo fascinante, quando avistadas da parte alta do Lubango, constituem um exemplo disso.

Mas em matéria de monumentos e sítios, Lubango tem muito mais do que se pode imaginar. A Fenda do Alto Bambi - Barragem das Neves Cristo Rei - localizada na Ponta do Lubango, de onde se pode ver a cidade em todo seu esplendor, é um detalhe à parte.

No rol de monumentos e sítios e para não mais mencionar os mais falados, como a Senhora do Monte, surge, ainda, o Antigo Palácio do Governo, construído em 1887, onde funciona hoje o Governo Provincial, e a Catedral da Sé, situada no centro do Lubango, cujas belezas arquitectónicas são de encher as vistas.

É à volta da preservação deste património histórico, cultural e turístico que a maior parte da população apela às autoridades para intervir onde for necessário, para garantir que a cidade continue a ser uma porta para o interior da província, cuja dinâmica de desenvolvimento depende, em certa medida, do município sede.

Concebida para pouco mais de 50 mil habitantes, Lubango suporta actualmente uma população à volta de 800 mil habitantes, de acordo com dados do Censo de 2014, com todos reflexos negativos na prestação de serviços básicos, sobretudo de saneamento básico.

Ao longo dos últimos 40 anos Angola sofreu um acentuado movimento populacional à procura de segurança e melhores condições de vida nas zonas urbanas, resultando em fenómenos de ocupação desordenada das áreas peri-urbanas das principais cidades, com destaque para Luanda, Lubango e Benguela.

Das ocupações desordenadas nas áreas peri-urbanas das principais cidades resultou um crescimento não planeado do parque habitacional informal, caracterizado pela carência generalizada das infra-estruturas urbanas e equipamentos sociais, com efeitos directos sobre a degradação dos níveis de salubridade e de qualidade de vida.

Dados do Censo indicam que 97,5 por cento da população da província da Huíla, uma das que mais deslocados receberam de outras províncias, nos últimos 40 anos, vive em habitações construídas à base de material inapropriado.

E para corrigir esta situação que Executivo elaborou e colocou em marcha o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, no âmbito do qual já foram construídas várias centralidades em diferentes províncias do país. Para o Lubango coube a da Quilemba.

10.22 Executivo está a repensar o papel da banca no sector imobiliário

Jornal de Angola

19 De Outubro de 2016

Texto: Nhuca Júnior

A ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, concedeu uma entrevista ao Jornal de Angola na véspera da sua partida para Quito, capital do Equador, para onde viajou a fim de representar o Chefe de Estado na terceira conferência sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, que termina na quinta-feira, dia em que os países membros da ONU vão aprovar uma Nova Agenda Urbana, tendo como uma das linhas de força o direito humano à cidade. Na entrevista, a ministra deu ênfase aos passos que já foram dados no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação e destacou também o facto de Angola ter uma posição de liderança regional no que diz respeito às questões da urbanização e habitação.

Jornal 'de Angola - Angola está preparada para alcançar até 2030 o objectivo 11 da Agenda de Desenvolvimento Sustentável, que é "tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis?"

Branca do Espírito Santo - Angola tem envidado esforços neste sentido. De acordo com as metas do objectivo 11, tomar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis significa, entre outras questões, primeiro' garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, segundo, o acesso aos serviços básicos e à urbanização dos musseques, terceiro, a redução do impacto ambiental negativo percapita das cidades, prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais também e, finalmente, apoiar relações económicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais e o reforço do planeamento nacional e regional de desenvolvimento.

Jornal de Angola - Há uma estratégia de desenvolvimento a longo prazo?

Branca do Espírito Santo - Sim, há uma estratégia de desenvolvimento a longo prazo', que se chama "Angola 2025". A estratégia visa alcançar uma harmoniosa ocupação humana do território e uma distribuição espacial equilibrada das actividades

económicas e sociais, com base em eixos e pólos de desenvolvimento. Baseado no "Angola 2015", o Programa Nacional de Desenvolvimento (PND 2013-2017) definiu uma série de políticas nacionais para o desenvolvimento, algumas das quais relacionadas com o desenvolvimento urbano e territorial, sendo de destacar o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que prevê a construção de habitações em várias províncias, tanto pelo Estado como pelo sector privado e cooperativas. A construção de 200 fogos nas capitais municipais, a auto construção dirigida e a requalificação urbana também fazem parte das subcomponentes do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação. A construção das habitações, no âmbito do programa, contribui para o aumento do stock habitacional e permite que cada vez mais famílias tenham acesso à habitação segura e adequada. O aumento da oferta contribui para a redução da pressão sobre a procura e, actualmente, assiste-se a uma redução dos preços tanto para a aquisição como para o arrendamento. Os programas de requalificação urbana em curso têm contribuído para a urbanização dos musseques, permitindo aos munícipes o acesso aos serviços básicos. A implementação dos projectos desta subcomponente bem como a criação de capacidade das administrações locais para o planeamento e gestão dos planos territoriais vão contribuir para o aumento da urbanização inclusiva e sustentável e as capacidades para o planeamento e gestão de assentamentos humanos participativos.

Jornal de Angola - Como avalia o grau de execução desse subprograma do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação relativo à requalificação urbana, a nível nacional e, em particular, em Luanda?

Branca do Espírito Santo - Em primeiro lugar, importa referir que se entende como requalificação urbana o conjunto de acções levada a cabo com o intuito de melhorar as acessibilidades, mobilidade e os sistemas de infra-estruturas e de equipamentos sociais. Acções essas que são materializadas por projectos de infra-estruturas básicas ou integradas, quando são intervencionadas as várias redes técnicas ao mesmo tempo - rede de abastecimento de água, drenagem pluvial (escoamento de águas pluviais), drenagem das águas residuais (esgotos), electricidade (redes de média e baixa tensão e iluminação pública), telecomunicações. Em segundo lugar, reconhecemos que temos ainda muito que fazer em relação a esta matéria, mas, em função do que foi programado e dos recursos financeiros disponíveis, podemos considerar no contexto geral a avaliação deste subprograma a nível nacional como sendo positiva, pois para além das acções de âmbito central, que foram e que estão a ser executadas por vários

departamentos ministeriais, como os Ministérios do Urbanismo, Construção e Energia e Águas, li nível dos governos provinciais tem havido também outras iniciativas que concorrem para o alcance das metas preconizadas.

Jornal de Angola - Pode citar alguns projectos já executados?

Branca do Espírito Santo - Em termos de retrospectiva, pode-se fazer referência a alguns projectos de infra-estruturas integradas já executados, tais como a requalificação da estrada da Samba e do Rocha Pinto, em Luanda; projectos de infra-estruturas integradas de Mbanza Congo, Nzeto e Soyo, na província do Zaire; o projecto de infra-estruturas integradas da cidade de Malanje, na província de Malanje; o projecto de infra-estruturas integradas da cidade de Cabinda, na província de Cabinda; infra-estruturas integradas de Benguela e Lobito e infra-estruturas integradas do Cuanza-Sul (1 a fase). Por outro lado, mais recentemente, o Ministério do Urbanismo e Habitação promoveu o lançamento de alguns concursos públicos que resultaram na adjudicação das seguintes empreitadas de requalificação urbana, nomeadamente, infra-estruturas integradas da cidade de Menongue, na província do Cuando Cubango; infra-estruturas integradas da cidade de Saurimo, na província da Lunda Sul; infra-estruturas integradas do Uíge e Negage, na província do Uíge; requalificação urbana da cidade de Malanje, na província de Malanje; requalificação urbana da cidade do Dondo, na província do Cuanza Norte; requalificação urbana da cidade do Huambo, na província do Huambo.

Jornal de Angola - Há uma noção do número de pessoas que vão ser beneficiadas?

Branca do Espírito Santo - Por exemplo, os projectos de infra-estruturas integradas do Uíge e Negage, na província do Uíge, Menongue, província do Cuando Cubango, e Saurimo, províncias da Lunda-Sul, beneficiam 51.700 habitantes, sendo 45 mil no Uíge e Negage, três mil em Menongue e 3.700 em Saurimo. Os projectos de requalificação urbana de Malanje, Dondo e Huambo, onde se realizaram intervenções nas redes de drenagem pluvial e residual, nos armamentos e passeios, já beneficiam a população residente naquelas localidades.

Jornal de Angola - Como o Governo incentiva a autoconstrução dirigida?

Branca do Espírito Santo - Importa referir também que o sector está a intervir em reservas fundiárias com a execução de projectos de infra-estruturas integradas que vão permitir, após a conclusão das

infra-estruturas, incentivar a autoconstrução dirigida e o investimento privado para a construção das habitações e equipamentos sociais, colocando desse modo um número maior de terrenos infra-estruturados e aumentando a oferta de habitações para comercialização, com destaque nos seguintes: projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária da Catapa, na província do Uíge; projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária da Quiçama, na província de Luanda; projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária das Mabubas, na província do Bengo; projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária Benguela Sul, na província de Benguela; projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária do Mungo, na província do Huambo; projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária do Missombo, na província do Cuando Cubango; projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária do Chitato, na província da Lunda Norte.

Jornal de Angola - Que elementos indispensáveis de avaliação pode citar' em relação ao grau de execução do projecto de requalificação em Luanda?

Branca do Espírito Santo - No caso de Luanda, foram realizadas várias acções que levaram à requalificação dos bairros Cassenda, Mártires de Kifangondo, Bês e Cês, Lar do Patriota, Benfica, Morro Bento, Viana sede e outros. Todos estes bairros foram dotados de redes de abastecimento de água, drenagem e electricidade, incluindo iluminação pública, rede viária pavimentada e passeios requalificados. Decorrem ainda trabalhos para se requalificar outros bairros, como são o caso do Bairro Popular, Terra Nova, Rangel, Futungo de Belas. Neste seguimento, estão em curso dois grandes projectos de requalificação urbana, nomeadamente Cazenga e Sambizanga, cuja intervenção se centra numa área de cerca de 90 hectares que tem as infra-estruturas concluídas e parte das habitações previstas de um total de 2.770 habitações no Cazenga (1a fase) e 1.268 habitações no Sambizanga (1 a fase). Nestas urbanizações, já foram construídos alguns equipamentos sociais, com destaque para o SIAC e escolas primárias e secundárias.

Jornal de Angola - A avaliação é positiva a nível nacional?

Branca do Espírito Santo - Para a avaliação global, contribui ainda a execução de alguns estudos e projectos de planos urbanísticos e de infra-estruturas integradas, tendo neste capítulo sido cumpridas as metas e objectivos preconizados. A avaliação é positiva, visto que todas as províncias foram contempladas. No caso de Luanda, também foram elaborados estudos e projectos para a reconversão

urbana de grande parte dos bairros, podendo citar, como exemplos, os bairros Rangel, Prenda, Catambor, Marçal, Vila Alice, Palanca, Morro Bento, Bairro Militar, Kilamba Kiaxi, Cacuaco e Benfica.

Jornal de Angola - A crise económica e financeira que se vive no mundo, que é resultante do baixo preço do petróleo no mercado internacional, afectou também Angola, que tem no petróleo a sua principal fonte de receitas para o OGE. O Executivo não refreou o grau de execução do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação?

Branca do Espírito Santo: Infelizmente, a crise financeira, derivada da redução do preço do petróleo, afectou o grau de execução do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

Jornal de Angola - O desenvolvimento urbano sustentável deve estar adequado à realidade social e económica de cada país ou se defende um único paradigma?

Branca do Espírito Santo - O desenvolvimento urbano sustentável traduz-se na conciliação entre a necessidade de aumentar a produção e a produtividade dos factores e a preocupação de manter salvaguardadas as condições de perpetuidade e de regeneração das bases da vida (a água, o solo, o ar, a flora e a fauna), na lógica de solidariedade intergeracional as actuais gerações preocuparem-se com a qualidade de vida das futuras gerações. O desenvolvimento sustentável coloca o homem no centro das atenções e as suas necessidades socioeconómicas variam de caso para caso, de comunidade para comunidade e de sociedade para sociedade. Deve atender, em primeiro lugar, à capacidade de carga de cada aglomerado (densidade, resiliência, participação, governação), que, por arrastamento, deve beneficiar a sua população de modo equilibrado. Os aglomerados urbanos devem ser concebidos para desempenharem funções estruturantes e a sua estratégia de gestão deve permitir a materialização das mesmas.

Jornal de Angola - O Executivo tem alguma estratégia de reversão da migração do campo para a cidade por via do investimento em novas centralidades no interior do país?

Branca do Espírito Santo - Um dos subcomponentes do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação é a construção de aldeias rurais auto-sustentadas, que, associadas aos programas dos outros sectores vocacionados à melhoria de condições no meio rural, como o programa da Mulher Rural, programa, de Combate à Pobreza, programa Água para Todos,

entre outros, vão contribuir para a fixação das pessoas no meio rural.

Jornal de Angola - Mathias Spaliviero, funcionário sénior para os Assentamentos Humanos do escritório regional para África da ONU-Habitat, declarou, numa entrevista ao Jornal de Angola, que o projecto para a construção de um milhão de casas, lançado em 2008 pelo Presidente José Eduardo dos Santos, serviu de exemplo para muitos países africanos, mas também defendeu que o Governo deve avaliar já o que fez até hoje, tendo em conta a necessidade da recuperação do financiamento para a construção de mais moradias. Gostaria de ouvir o seu comentário.

Branca do Espírito Santo - O Executivo angolano, através do Plano Nacional de Urbanismo e Habitação, lançado, em 2008, pelo Presidente José Eduardo dos Santos, fez um grande esforço com a construção de habitações e respectivas infra-estruturas. As novas urbanizações e centralidades em várias províncias do país, algumas das quais já concluídas e habitadas, permitiram a realização do sonho da casa própria para muitas famílias angolanas. Uma avaliação do que já foi feito é importante, por permitir identificar os pontos fracos e fortes da metodologia até agora utilizada. Como ainda há muito a ser feito, é importante a recuperação de parte do capital investido. A forma de financiamento de projectos futuros e o papel do Estado, do sector privado e da banca têm que ser repensados.

Neste contexto, o papel do Estado é o de criar condições macroeconómicas favoráveis para o desenvolvimento do sector, o sector privado fornecedor de serviços na cadeia de valor dum projecto imobiliário e o sistema financeiro disponibilizar produtos financeiros para a habitação. As cooperativas habitacionais também são um veículo importante para o acesso das famílias à habitação e é uma forma de os beneficiários participarem na resolução do seu problema. Outra questão, muito importante, é a regularização jurídica dos imóveis, condição para o acesso ao crédito e garante da segurança no processo de transacção dum imóvel.

Jornal de Angola - A ONU-Habitat deseja abrir em Angola um escritório sub-regional para os países lusófonos, um assunto que acredito, ter sido abordado na audiência que a senhora ministra concedeu a Mathias Spaliviero, na visita que fez recentemente a Angola. Qual é a posição oficial de Angola e que ganhos pode obter se albergar um escritório sub-regional para os países lusófonos?

Branca do Espírito Santo - Angola possui uma posição geográfica central em relação à lusofonia, o

que representa uma ponte entre o Brasil e Moçambique, além da facilidade de conexão com São Tomé e Cabo Verde. Com excepção da Guiné-Bissau e Timor Leste, Angola tem voos directos para todos os países lusófonos do mundo. Angola faz parte' do actual Conselho de Governação do UN-Habitat e também do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que demonstra o desejo de assumir as responsabilidades que o seu protagonismo natural já lhe reserva. Portanto, consolida a posição de liderança regional no que diz respeito às questões da urbanização e habitação.

Jornal de Angola - Como está a decorrer a preparação de Angola para a terceira conferência da ONU sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, que vai decorrer, de 17 a 20 de Outubro, na cidade de Quito, capital do Equador?

Branca do Espírito Santo - A conferência decorre de vinte em vinte anos e a primeira teve lugar em Vancouver, no Canadá, em 1976 (Habitat I) e a segunda, em Istambul, na Turquia, em 1996, (Habitat 11). A preparação de Angola para a terceira conferência é um processo que já decorre há algum tempo e incluiu vários tipos de actividades, que vão desde a constituição da Comissão Nacional do Habitat, que teve como missão a elaboração do relatório de balanço do Habitat 11, à participação nos eventos internacionais, para a discussão e adopção da posição comum africana em relação à Nova Agenda Urbana. A realização de eventos nacionais, como o Fórum Urbano para a partilha com a sociedade do "draft zero" da Nova Agenda Urbana e a comemoração do Dia Internacional do Habitat, enquadrada nas actividades do Outubro Urbano 2016. Angola far-se-á representar por uma delegação multisectorial e representantes da sociedade civil. Participará na exposição, onde todos os países membros da ONU vão dar a conhecer ao mundo os progressos feitos desde Habitat II.

10.23 Ministra do Urbanismo e Habitação

Jornal de Angola

19 De Outubro de 2016

Texto: Nhuca Júnior

A ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, concedeu uma entrevista ao Jornal de Angola na véspera da sua partida para Quito, capital do Equador, para onde viajou a fim e representar o Chefe de Estado a terceira conferência sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, que termina na quinta-feira, dia em que os países

membros da ONU vão aprovar uma Nova Agenda Urbana, tendo como uma das linhas de força o direito humano à cidade. Na entrevista, a ministra deu ênfase aos passos que já foram dados no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação e destacou também o facto de Angola ter uma posição de liderança regional no que diz respeito às questões da urbanização e habitação.

Jornal de Angola - Angola está preparada para alcançar até 2030 objectivo 11 da Agenda de Desenvolvimento Sustentável, que é tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis?

Branca do Espírito Santo - Angola tem envidado esforços neste sentido. De acordo com as metas do objectivo 11, tomar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis significa, entre outras questões, primeiro, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, segundo, o acesso aos serviços básicos e à urbanização dos musseques, terceiro, a redução do impacto ambiental negativo per capita das cidades, prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais também e, finalmente, apoiar relações económicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais e o reforço do planeamento nacional e regional de desenvolvimento.

Jornal de Angola – Há estratégia de desenvolvimento Há a longo prazo?

Branca do Espírito Santo - Sim, há uma estratégia de desenvolvimento a longo prazo', que se chama "Angola 2025". A estratégia visa alcançar uma harmoniosa ocupação humana do território e uma distribuição espacial equilibrada das actividades económicas e sociais, com base em eixos e pólos de desenvolvimento. Baseado no "Angola 2015", o Programa Nacional de Desenvolvimento (PND 2013-2017) definiu uma série de políticas nacionais para o desenvolvimento, algumas das quais relacionadas com o desenvolvimento urbano e territorial, sendo de destacar o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que prevê a construção de habitações em várias províncias, tanto pelo Estado como pelo sector privado e cooperativas. A construção de 200 fogos nas capitais municipais, a autoconstrução dirigida e a requalificação urbana também fazem parte das subcomponentes do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação. A construção das habitações, no âmbito do programa, contribui para o aumento do stock habitacional e permite que cada vez mais famílias tenham acesso à habitação segura e adequada. O aumento da oferta contribui para a redução da pressão sobre a procura

e, actualmente, assiste-se a uma redução dos preços tanto para a aquisição como para o arrendamento. Os programas de requalificação urbana em curso têm contribuído para a urbanização dos musseques, permitindo aos munícipes o acesso aos serviços básicos. A implementação dos projectos desta subcomponente bem como a criação de capacidade das administrações locais para o planeamento e gestão dos planos territoriais vão contribuir para o aumento da urbanização inclusiva e sustentável e as capacidades para o planeamento e gestão de assentamentos humanos participativos.

Jornal de Angola - Como avalia o grau de execução desse subprograma do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação relativo à requalificação urbana, a nível nacional e, em particular, em Luanda?

Branca do Espírito Santo - Em primeiro lugar, importa referir que se entende como requalificação urbana o conjunto de acções levada a cabo com o intuito de melhorar as acessibilidades, mobilidade e os sistemas de infra-estruturas e de equipamentos sociais. Acções essas que são materializadas por projectos de infra-estruturas básicas ou integradas, quando são intervencionadas as várias redes técnicas ao mesmo tempo - rede de abastecimento de água, drenagem pluvial (escoamento de águas pluviais), drenagem das águas residuais (esgotos), electricidade (redes de média e baixa tensão e iluminação pública), telecomunicações. Em segundo lugar, reconhecemos que temos ainda muito que fazer em relação a esta matéria, mas, em função do que foi programado e dos recursos financeiros disponíveis, podemos considerar no contexto geral a avaliação deste subprograma a nível nacional como sendo positiva, pois para além das acções de âmbito central, que foram e que estão a ser executadas por vários departamentos ministeriais, como os Ministérios do Urbanismo, Construção e Energia e Águas, a nível dos governos provinciais tem havido também outras iniciativas que concorrem para o alcance das metas preconizadas.

Jornal de Angola - Pode citar alguns projectos já executados?

Branca do Espírito Santo - Em termos de retrospectiva, pode-se fazer referência a alguns projectos de infra-estruturas integradas já executados, tais como a requalificação da estrada da Samba e do Rocha Pinto, em Luanda; projectos de infra-estruturas integradas de Mbanza Congo, Nzeto e Soyo, na província do Zaire; o projecto de infra-estruturas integradas da cidade de Malanje, na província de Malanje; o projecto de infra-estruturas integradas da cidade de Cabinda na província de Cabinda; infra-estruturas integradas de Benguela e

Lobito e infra-estruturas integradas do Cuanza Sul (1ª fase). Por outro lado, mais recentemente, o Ministério do Urbanismo e Habitação promoveu o lançamento de alguns concursos públicos que resultaram na adjudicação das seguintes empreitadas de requalificação urbana, nomeadamente, infra-estruturas integradas da cidade de Menongue, na província do Cuando Cubango; infra-estruturas integradas da cidade de Saurimo, na província da Lunda Sul; infra-estruturas integradas do Uíge e Negage, na província do Uíge; requalificação urbana da cidade de Malanje, na província de Malanje; requalificação urbana da cidade do Dondo, na província do Cuanza Norte; requalificação urbana da cidade do Huambo, na província do Huambo.

Jornal de Angola - Há uma noção do número de pessoas que vão ser beneficiadas?

Branca do Espírito Santo - Por exemplo, os projectos de infra-estruturas integradas do Uíge e Negage, na província do Uíge, Menongue, província do Cuando Cubango, e Saurimo, província da Lunda Sul, beneficia 51.700 habitantes, sendo 45 mil no Uíge e Negage, três mil em Menongue e 3.700 em Saurimo. Os projectos de requalificação urbana de Malanje, Dondo e Huambo, onde se realizaram intervenções nas redes de drenagem pluvial e residual, nos arruamentos e passeios, já beneficiam a população residente naquelas localidades.

Jornal de Angola - Como o Governo incentiva a autoconstrução dirigida?

Branca do Espírito Santo - Importa referir também que o sector está a intervir em reservas fundiárias com a execução de projectos de infra-estruturas integradas que vão permitir, após a conclusão das infra-estruturas, incentivar a autoconstrução dirigida e o investimento privado para a construção das habitações e equipamentos sociais, colocando desse modo um número maior de terrenos infra-estruturados e aumentando a oferta de habitações para comercialização, com destaque nos seguintes: projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária da Catapa, na província do Uíge; projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária da Quiçama, na província de Luanda; projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária das Mabubas, na província do Bengo; projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária Benguela Sul, na província de Benguela; projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária do Mungo, na província do Huambo; projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária do Missombo, na província do Cuando Cubango; projecto de infra-estruturas integradas na reserva fundiária do Chitato, na província da Lunda Norte.

Jornal de Angola - Que elementos indispensáveis de avaliação pode citar em relação ao grau de execução do projecto de requalificação em Luanda?

Branca do Espírito Santo - No caso de Luanda, foram realizadas várias acções que levaram à requalificação dos bairros Cassenda, Mártires de Kifangondo, Bês e Cês, Lar do Patriota, Benfica, Morro Bento, Viana sede e outros. Todos estes bairros foram dotados de redes de abastecimento de água, drenagem e electricidade, incluindo iluminação pública, rede viária pavimentada e passeios requalificados. Decorrem ainda trabalhos para se requalificar outros bairros, como são o caso do Bairro Popular, Terra Nova, Rangel, Futungo de Belas. Neste seguimento, estão em curso dois grandes projectos de requalificação urbana, nomeadamente Cazenga e Sambizanga, cuja intervenção se centra numa área de cerca de 90 hectares que tem as infra-estruturas concluídas e parte das habitações previstas de um total de 2.770 habitações no Cazenga (1ª fase) e 1.268 habitações no Sambizanga (1ª fase). Nestas urbanizações, já foram construídos alguns equipamentos sociais, com destaque para o SIAC e escolas primárias e secundárias.

Jornal de Angola - A avaliação é positiva a nível nacional?

Branca do Espírito Santo - Para a avaliação global, contribui ainda a execução de alguns estudos e projectos de planos urbanísticos e de infra-estruturas integradas, tendo neste capítulo sido cumpridas as metas e objectivos preconizados. A avaliação é positiva, visto que todas as províncias foram contempladas. No caso de Luanda, também foram elaborados estudos e projectos para a reconversão urbana de grande parte dos bairros, podendo citar, como exemplos, os bairros Rangel, Prenda, Catambor, Marçal, Vila Alice, Palanca, Morro Bento, Bairro Militar, Kilamba Kiaxi, Cacuaco e Benfica.

Jornal de Angola - A crise económica e financeira que se vive no mundo, que é resultante do baixo preço do petróleo no mercado internacional, afectou também Angola, que tem no petróleo a sua principal fonte de receitas para o OGE. O Executivo não refreou o grau de execução do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação?

Branca do Espírito Santo - Infelizmente, a crise financeira, derivada da redução do preço do petróleo, afectou o grau de execução do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

Jornal de Angola - O desenvolvimento urbano sustentável deve estar adequado à realidade social e

económica de cada país ou se defende um único paradigma?

Branca do Espírito Santo - O desenvolvimento urbano sustentável traduz-se na conciliação entre a necessidade de aumentar a produção e a produtividade dos factores e a preocupação de manter salvas as condições de perpetuidade e de regeneração das bases da vida (a água, o solo, o ar, a flora e a fauna), na lógica de solidariedade intergeracional as actuais gerações preocuparem-se com a qualidade de vida das futuras gerações. O desenvolvimento sustentável coloca o homem no centro das atenções e as suas necessidades socioeconómicas variam de caso para caso, de comunidade para comunidade e de sociedade para sociedade. Deve atender, em primeiro lugar, a capacidade de carga de cada aglomerado (densidade, resiliência, participação, governação), que, por arrastamento, deve beneficiar a sua população de modo equilibrado. Os aglomerados urbanos devem ser concebidos para desempenharem funções estruturantes e a sua estratégia de gestão deve permitir a materialização das mesmas.

Jornal de Angola - O Executivo tem alguma estratégia de reversão da migração do campo para a cidade por via do investimento em novas centralidades no interior do país?

Branca do Espírito Santo - Um dos subcomponentes do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação é a construção de aldeias rurais autosustentadas, que, associadas aos programas dos outros sectores vocacionados à melhoria de condições no meio rural, como o programa da Mulher Rural, programa de Combate à Pobreza, programa Água para Todos, entre outros, vão contribuir para a fixação das pessoas no meio rural.

Jornal de Angola - Mathias Spaliviero, funcionário sénior para os Assentamentos Humanos do escritório regional para África da ONU-Habitat, declarou, numa entrevista ao Jornal de Angola, que o projecto para a construção de um milhão de casas, lançado em 2008 pelo Presidente José Eduardo dos Santos, serviu de exemplo para muitos países africanos, mas também defendeu que o Governo deve avaliar já o que fez até hoje, tendo em conta a necessidade da recuperação do financiamento para a construção de mais moradias. Gostaria de ouvir o seu comentário.

Branca do Espírito Santo - O Executivo angolano, através do Plano Nacional de Urbanismo e Habitação, lançado, em 2008, pelo Presidente José Eduardo dos Santos, fez um grande esforço com a construção de habitações e respectivas infra-estruturas. As novas urbanizações e centralidades em

várias províncias do país, algumas das quais já concluídas e habitadas, permitiram a realização do sonho da casa própria para muitas famílias angolanas. Uma avaliação do que já foi feito é importante, por permitir identificar os pontos fracos e fortes da metodologia até agora utilizada. Como ainda há muito a ser feito, é importante a recuperação de parte do capital investido. A forma de financiamento de projectos futuros e o papel do Estado, do sector privado e da banca têm que ser repensados.

Neste contexto, o papel do Estado é o de criar condições macroeconómicas favoráveis para o desenvolvimento do sector, o sector privado fornecedor de serviços na cadeia de valor dum projecto imobiliário e o sistema financeiro disponibilizar produtos financeiros para a habitação. As cooperativas habitacionais também são um veículo importante para o acesso das famílias à habitação e é uma forma de os beneficiários participarem na resolução do seu problema. Outra questão, muito importante, é a regularização jurídica dos imóveis, condição para o acesso ao crédito e garante da segurança no processo de transacção dum imóvel.

Jornal de Angola - A ONU-Habitat deseja abrir em Angola um escritório sub-regional para os países lusófonos, um assunto que acredito ter sido abordado na audiência que a senhora ministra concedeu a Mathias Spaliviero, na visita que fez recentemente a Angola. Qual é a posição oficial de Angola e que ganhos pode obter se albergar um escritório sub-regional para os países lusófonos?

Branca do Espírito Santo - Angola possui uma posição geográfica central em relação à lusofonia, o que representa uma ponte entre o Brasil e Moçambique, além da facilidade de conexão com São Tomé e Cabo Verde. Com excepção da Guiné-Bissau e Timor Leste, Angola tem voos directos para todos os países lusófonos do mundo. Angola faz parte do actual Conselho de Governação do UN-Habitat e também do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que demonstra o desejo de assumir as responsabilidades que o seu protagonismo natural já lhe reserva. Portanto, consolida a posição de liderança regional no que diz respeito às questões da urbanização e habitação.

Jornal de Angola - Como está a decorrer a preparação de Angola para a terceira conferência da ONU sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, que vai decorrer, de 17 a 20 de Outubro, na cidade de Quito, capital do Equador?

Branca do Espírito Santo - A conferência decorre de vinte em vinte anos e a primeira teve lugar em

Vancouver, no Canadá, em 1976 (Habitat I) e a segunda, em Istambul, na Turquia, em 1996, (Habitat 11). A preparação de Angola para a terceira conferência é um processo que já decorre há algum tempo e incluiu vários tipos de actividades, que vão desde a constituição da Comissão Nacional do Habitat, que teve como missão a elaboração do relatório de balanço do Habitat 11, à participação nos eventos internacionais, para a discussão e adopção da posição comum africana em relação à Nova Agenda Urbana. A realização de eventos nacionais, como o Fórum Urbano para a partilha com a sociedade do "draft zero" da Nova Agenda Urbana e a comemoração do Dia Internacional do Habitat, enquadrada nas actividades do Outubro Urbano 2016. Angola far-se-á representar por uma delegação multisectorial e representante, da sociedade civil. Participará na exposição, onde todos os países membros da ONU vão dar a conhecer ao mundo os progressos feitos desde Habitat II.

10.24 No projecto Maquis. O antigo combatente tem prioridade mas não tem capacidade de compra

Jornal Grandes Noticias

21 De Outubro de 2016

Texto: Belezê Tchimbwanlã

No mundo da política, a lei da auto gratificação impera e deve ser respeitada, porque é um facto assente: "ser político é para homens de barba rija" Não é novidade para ninguém que os políticos usam a sua grande capacidade de persuasão para induzirem outros a servi-los ou dar-lhes poder através do sistema de voto.

Uma de tais formas é convencer outros a pegar em armas e lutar por um ideal que satisfaça os interesses dos políticos.

É assim hoje, foi assim no passado e assim será no futuro, até que um dia alguém mais poderoso que os políticos tome as rédeas do destino do mundo. O Mundo já testemunhou várias guerras e suas consequências. Não precisamos nos pronunciar sobre as consequências das guerras porque para os Mwangolês o fenómeno guerra não é novidade. Uma das tristes consequências das guerras é a de deixar dezenas de milhares de ex - militares e outros tantos milhares de civis na mandimbinza (desgraça).

Para atenuar tais situações, alguns governos procuram suavizar as desgraças de tais pessoas ao proporcionar condições de habitabilidade e de empregos. Em

Angola, também temos vários exemplos de tais iniciativas. Existem programas que visam ajudar os antigos combatentes no ramo do comércio com créditos bancários e outras condições sociais.

Uma de tais condições sociais é a construção de residências para os antigos combatentes e suas famílias. Com base nesta intenção, o governo Angolano idealizou e já começou a construir casas no conhecido "Projecto Vila Maquis" onde o lema é: "O antigo combatente te prioridade":

É bom saber disto! A ideia é muito boa. Mas a questão é: será que os antigos combatentes têm capacidade financeira para comprar ou pagar as prestações de tais residências?

Por aquilo que vimos no terreno, existem três tipos de casas: as T4, T3A e T3 gémeas. São casas de grande qualidade, do estilo europeu que podem ser vistas na Alemanha e em outros países.

Por exemplo, a T4, para alguns europeus, pode ser e é considerada uma mansão. Portanto em função da qualidade das casas, os preços vão de 170 a 130 mil dólares. Portanto, em função destes preços, o antigo combatente que normalmente não ganha mais de 30 mil kwanzas, embora tenha prioridade, não pode candidatar-se para a compra.

Então podemos concluir que o projecto em causa pode continuar a ser erguido, mas não com o slogan que o antigo combatente tem prioridade. Achamos que o melhor seria construir casas mais modestas para que efectivamente o antigo combatente tenha prioridade e capacidade de compra.

10.25 Drama das famílias no

Panguila permanece

Novo Jornal

21 De Outubro de 2016

Texto: Isabel João

No próximo mês, completam-se seis anos desde que o governo da província de Luanda, na pessoa do ex-vice-governador Bento Soito, juntou três famílias numa única residência. No dia em que foram desalojados, a promessa era de que cada família iria receber uma casa.

De lá para cá, continuam a morar três famílias numa mesma casa. Ao todo, 1700 agregados foram transferidos do extinto bairro da Favela, comuna da Kinanga, para a zona do Panguila, que agora pertence à província do Bengo.

"É muito sofrimento dividir a casa com a pessoa que você não conhece e nunca viu e toda a vida". Foi com estas palavras e começou a conversa com Joaquim Gomes. Desde o dia 12 de Novembro de 2010, divide a casa com três famílias que apenas conheceu no bairro do Panguila.

Joaquim Gomes, de 54 anos, disse que residência onde vive tem apenas três quartos, uma sala e um quarto de banho. Cada família ocupa um quarto dos três existentes. "Há tantas brigas todos dias. É porque o vizinho comeu a comida do outro, ou porque tentou violar a mulher ou a filha do vizinho. É tanta coisa que estamos aqui a passar e ninguém resolve a situação. Já são muitos anos nisto", desabafa.

O interlocutor tem seis filhos e 12 netos. Três dos filhos e sete dos netos vivem com ele no bairro do Panguila. Como muitos, Joaquim considera uma humilhação a situação que dezenas de angolanos estão a viver no bairro.

"Como é que um governo faz isso às populações? Será que nós só servimos ao partido no poder quando é para votar? Seis anos é muito. Eu, no bairro da chicala, era pescador e todos os dias tinha o meu peixe para vender. Aqui nem isso tenho. Se a mulher não vender arroz, não comemos. Aqui tudo é difícil", denunciou

Francisca Kuitela, de 32 anos, que divide a casa com Joaquim Gomes, também classificou os dramas que vivem como humilhante. A jovem frisou que, devido à situação de coabitação forçada, perdeu o marido para uma das filhas do senhor Joaquim.

"Na Chicala, vivia bem como o meu marido, mas, quando fomos transferidos para cá, logo no primeiro mês, o meu ex-marido começou a namorar uma das filhas do senhor Joaquim e tivemos que nos separar. Hoje ele é casado com ela e vivemos na mesma casa. Acho que a jornalista já pode imaginar o meu sofrimento!", exclamou.

A mulher acredita que só perdeu o marido devido à situação em que o governo da província de Luanda os obrigou a viver. "As minhas filhas perderam o pai devido a essa situação. Com a casa, de um quarto e sala, que tínhamos na Chicala, éramos uma família feliz. Viemos para aqui e tudo mudou, As filhas do senhor Joaquim andam de cuecas em casa e, muitas vezes, dormiam no cadeirão com o meu marido sentado na sala. Que governo é esse que, ao invés de unir, está a separar?", interroga.

O mais doloroso para Francisca é não saber a quem reclamar, porque o bairro do Panguila deixou de

pertencer a Luanda e passou a estar, administrativamente, sob a alçada do Bengo.

Questionado se no dia em que foram retirados da Chicala não foram informados que cada residência seria dividida por três famílias, a fonte respondeu que não. "Se todas as, famílias soubessem da situação, nunca teriam arredado pé da zona da Chicala. Saímos todos convictos de que cada família ficaria na sua própria casa. Foi logo à entrada do bairro que nos informaram que ficaríamos três famílias na mesma casa, mas que era apenas por 15 dias".

De acordo com a jovem, que é mãe de quatro filhos, uma das suas grandes preocupações no Panguila são as fossas que se encontram todas entupidas, o que obriga os moradores a fazer necessidades maiores em baldes e bacias, que foram transformados em "penícos", e que cujo conteúdo depois é jogado na vala.

10.26 Angotec vai produzir mais de 100 casas contentorizadas até 2017

Jornal O País

27 De Outubro de 2016

Texto: Brenda Sambo

O novo produto denominado "Módulos", recentemente apresentado pela empresa Angoltec, assenta no princípio da reutilização de contentores marítimos que posteriormente são transformados em pequenos edifícios, que podem ser comerciais, escritórios, lojas de conveniências, habitações familiares, sanitários, hotéis e postos de combustíveis. Cada módulo pode pesar entre de 2000 a 4000 kg. Quanto à dimensão, variam de 30 a 48 metros quadrados e com estruturas fáceis de movimentar, garantem os promotores.

De acordo com director executivo da Angoltec, Rui Baía, à margem da conferência de imprensa de apresentação do produto, a empresa pretende produzir até final de 2017 cerca de 100 unidades. Neste momento, a fábrica tem capacidade para produzir duas unidades por semana e garantir a entrega num período de até quatro semanas.

"Para a criação das estruturas a Angoltec reutiliza contentores marítimos que são transformados industrialmente na sua unidade metalomecânica, aproveitando as sinergias da unidade", explicou Rui Baía. Contando com matéria-prima nacional, o responsável revelou que o produto "Made in Angola", será feito com contentores usados, madeira, vidros e

inox, tendo sido já aprovado pelo Ministério da Economia.

Nessa perspectiva, disse também que "a inovação, sustentabilidade e diversificação das áreas de negócio estiveram na base da criação deste produto, que não somente acrescenta valor ao mercado angolano, como também garante soluções práticas, viáveis e sustentáveis para os empreendimentos em Angola que até agora não dispunham deste tipo de estruturas".

Rui Baía referiu que as novas soluções podem ser provisórias ou definitivas e têm garantia de resistência e durabilidade equiparadas aos de uma casa convencional. "Cada unidade pode ser adaptada e personalizada, quer nos acabamentos interiores e exteriores, quer na combinação de tipologias, e pode evoluir para áreas de maior dimensão e de acordo com as necessidades", frisou:

Quanto aos preços, esclareceu que variam consoante a tipologia da estrutura e também o nível de acabamento que se pretende. Rui Baía realçou que em época de desaceleração da economia é importante diversificar as áreas de actividade com vista a criar postos de trabalho, garantir mais oferta e ter -se a certeza que criamos soluções sustentáveis à medida das necessidades do mercado local. "Neste momento, a fábrica conta com 54 trabalhadores, mas pretendemos aumentar para 65", rematou.

10.27 APIMA quer parques industriais para assegurar o sector imobiliário

Jornal Economia e Finanças

28 De Outubro de 2016

Texto: Xavier António

O presidente interino da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), Miguel Ribeiro afirmou, em entrevista ao JE, que as vendas no mercado imobiliário registaram uma queda de 50 por cento, face aos anos anteriores, resultante da actual crise económica e financeira.

O acesso às divisas e a falta de um parque industrial que possa ser vir às necessidades do mercado contribuíram para esta queda nas vendas.

Ainda assim, Miguel Ribeiro revelou que apesar do "grande passo" que o mercado registou, com a produção do cimento, considerado um dos importantes componentes para o sector da construção civil, precisa-se de outras matérias-primas fundamentais, cuja produção deve ser local.

Competitividade

Mesmo com o abrandamento das vendas, o país continua a ser um mercado onde há espaço para crescer, pois, segundo adiantou, existe ainda alguma procura quer por habitação como por escritórios.

Sobre os constrangimentos no seio da classe, o gestor apontou que há ainda muita informalidade, o que em muitos casos pode vir a gerar "insegurança ao investidor".

Assegurou que têm mantido encontros com outras instituições, onde são partilhados planos e objectivos que se pretendem atingir para melhorar o ambiente de negócios do mercado imobiliário e garantir uma outra visão junto do investidor externo.

A Associação aprovou alguns instrumentos jurídicos, nomeadamente a Lei da Mediação Imobiliária, do Arrendamento Urbano assim como a de Condomínio instrumentos que vão contribuir para tornar o sector mais competitivo.

Quanto as parcerias e apoios, Miguel Ribeiro sublinhou que, nesta altura, a banca comercial é o pilar do mercado imobiliário, porque um imóvel é um património que deve ter segurança, quer para quem deseja investir como para aquele que deseja comprar.

Mais oferta

No que toca ao surgimento das centralidades, o especialista considera ser positivo, uma vez que permitiu o surgimento de zonas mais infra-estruturadas e planos urbanísticos.

Por outro lado, aconselhou que se deve apostar na construção de linhas de transporte, a fim de assegurar a mobilidade das pessoas nestes novas urbanizações.

Actualmente, a Apima controla cerca de 40 associados, na sua maioria instalados na província de Luanda, sendo que é intenção alargar este número com mais empresários de outras províncias, embora reconheça que existem províncias em que o investimento no sector imobiliário "ainda não se faz sentir.

"A nossa missão tem sido incentivar investimentos imobiliários para outras províncias fora de Luanda, através de encontros de negócios", informou.

10.28 Auto-construção dirigida ganha terreno na Huíla

Jornal Economia e Finanças
28 De Outubro de 2016

Texto: Arão Martins

Um total de 30 mil lotes de terreno, foram distribuídos às populações de toda a extensão da província da Huíla, no quadro do sub-programa habitacional de auto-construção dirigida.

Segundo o vice-governador provincial da Huíla, para o sector Técnico e Infra-estruturas, Nuno Mahapi Ndala, o projecto está a proporcionar a melhoria da qualidade de vida.

"O programa de auto-construção dirigida é um vector importante, em função das políticas gizadas pelo Governo Central, que visam proporcionar conforto à população, distribuindo lotes de terreno em lugares já infra-estruturados e com os principais serviços", disse.

Esclareceu que, nos 14 municípios, o programa de auto-construção dirigida está a surtir os efeitos desejados, com um crescimento aceitável, sendo que à médio e longo prazos, os resultados serão ainda muito mais satisfatórios. Entre os municípios, o do Lubango destaca-se.

"O défice habitacional ainda é considerável. Temos vários programas, sendo que a nossa missão é continuar a dar respostas às preocupações das populações", sustentou.

Revelou que, tanto o governo local como o Executivo angolano têm estado a desenvolver projectos estruturantes para diminuir o actual défice habitacional, apostando na reabilitação e construção das estradas secundárias e terciárias, que "têm uma influência directa no fomento habitacional",

Referiu que na Huíla, a avaliação que se faz na construção de moradias, quer no âmbito do sub-programa habitacional dos 200 fogos por cada município, bem como aos projectos ligados às casas evolutivas e sociais, e ainda o da construção das centralidades da Quilemba e Eywa é considerada de "bastante positivo".

Informou que na Huíla estão igualmente em curso, projectos que estão a ser desenvolvidos por empresas privadas, que constituem uma aposta para o cumprimento dos objectivos do Plano Nacional de Desenvolvimento.

Aquisição

Sobre a aquisição dos apartamentos nas centralidades, Nuno Mahapi Ndala informou que tão logo o empreiteiro conclua os últimos trabalhos ligados à infra-estruturação do projecto, a empresa gestora vai colocar as casas à disposição da população.

O governante explicou que está também em forja um projecto urbanístico que prevê dar uma outra imagem aos "musseques", uma iniciativa que contará com o apoio de empresas ligadas ao sector da construção civil.

Apesar do actual contexto económico e financeiro, o responsável assegura que o mercado local tem vindo a crescer, em função da nova dinâmica, e cada empresa tem primado "pela inovação".

10.29 Cartoon

Jornal Economia e Finanças

28 De Outubro de 2016

Texto: Armando Pululu



10.30 Distribuição de terrenos atinge 1.412 lotes no 'Bié

Jornal Economia e Finanças

28 De Outubro de 2016

Texto: Matias da Costa

A políticas desenvolvidas pelo Governo da Província do Bié, no quadro do sub-programa habitacional de auto-construção dirigida, permitiram à milhares de famílias, realizar o sonho da "casa própria".

A nível da província, as administrações municipais procederam este ano, a distribuição de um total de 1.412 lotes de terrenos urbanizados, para a construção de moradias, sendo 300 no Cuito, Chitembo (500), Cuemba (160), Cunhinga (252), Camacupa (100) e Chinguar, a um preço fixado em 45 mil kwanzas, cada parcela, com dimensões de 600 metros quadrados.

A iniciativa, prevê também, a construção de moradias para distribuição. Neste sentido, o Governo da província do Bié projectou obras para duas mil habitações, na reserva fundiária de Caluapanda, junto a cidade do Cuito, além das residências já distribuídas a nível dos municípios e comunas no quadro do projecto dos 200 fogos.

Na sequência do projecto habitacional, no mês de Agosto, um total de 136 jovens beneficiaram de residências, no bairro São José e outros 86 na localidade de Caluapanda (Cuito), no âmbito do programa "Angola Jovem", sob responsabilidade do Ministério da Juventude e Desportos.

Satisfação

Numa ronda efectuada pela reportagem do JE, em alguns bairros construídos pelo Governo, cujos principais beneficiários são os jovens, era visível o entusiasmo dos contemplados.

Kitine Rafael, jovem contemplado com uma residência no projecto habitacional da juventude, no bairro São José, afirma que com a aquisição do imóvel vê realizada uma das principais "prioridades" da sua vida, tendo acrescentado que "assim se efectiva o sonho da "casa própria".

Por sua vez, Francisco Genivaldo, solteiro de 34 anos, encorajou os jovens que ainda não foram contemplados com terrenos para não se desesperarem e aguardarem pela sua oportunidade.

Lembrou, por outro lado, que o Governo do Bié tem desenvolvido inúmeras actividades de desminagem em várias zonas suspeitas de minas que tão logo sejam clarificadas "serão entregues à população", como realçou.

Genivaldo acredita, para o efeito, que as políticas de acesso ao crédito bancário juvenil vêm, de certo modo, facilitar a aquisição de material para construção de casas para pessoas com pouco recursos.

Mais soluções habitacionais

Na província, foram construídas nos municípios do Cuito, uma centralidade com seis mil apartamentos e outra no Andulo, que conta com mil moradias.

As centralidades das duas circunscrições, contemplam serviços sociais e foram construídas, no âmbito do projecto "Horizonte", desenvolvido pela construtora "Kora Angola".

Em entrevista ao JE, o vice-governador da província para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, José

Fernando Tchaturvela, garantiu, para até finais de 2017, a conclusão das áreas complementares, visto que os apartamentos já estão prontos para receber os futuros moradores.

José Fernando Tchaturvela anunciou que as duas centralidades (Cuito e Andulo) poderão albergar um total de 42 mil habitantes, sendo 7 mil famílias, num rácio de seis membros, em cada um dos apartamentos, com a tipologia T3.

O vice-governador explica que no Cuito, já estão prontos três mil imóveis, dos 6 mil previstos, ao passo que no Andulo estão todas concluídas.

10.31 Mais soluções habitacionais

Jornal Economia e Finanças
28 De Outubro de 2016

Nos últimos anos, o sector do Urbanismo e Habitação tem sido decisivo na busca de soluções para garantir o bem-estar das populações. O surgimento de vários "players" no mercado imobiliário nacional tem tornado o sector mais produtivo, competitivo e lucrativo.

O Executivo angolano elaborou o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação que tem sido a referência orientadora não só das políticas do Governo, mas como também do sector privado, cujo objectivo é contribuir para a resolução do; 'problemas habitacionais.

Operadores públicos e privados têm aplicado inúmeros investimentos para a construção de vários projectos urbanísticos e habitacionais, sendo que a construção das centralidades tem sido determinante e uma solução aplaudida, pois, além de ajudar na minimização do défice, tem contribuído no aumento da oferta.

Segundo dados definitivos do Censo Geral da População e Habitação, realizado em 2014, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em todo país estão registadas um total de cinco milhões 544 mil e 834 é o número de unidades habitacionais. O relatório final do estudo aponta ainda que cerca de 69,7 por cento das habitações estão ocupadas pelos proprietários e 19,2 por cento são arrendadas.

Os dados do INE indicam que a população angolana é estimada em 25 milhões 789mil e 24 habitantes, dos quais 13 milhões 289 são mulheres o que representa 52 por cento e 12 milhões e 499 são homens, equivalente a 48 por cento.

Recentemente, a ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, disse, na sessão plenária da Conferência Habitat III, realizado, em Quito, Equador; que Angola regista uma taxa de urbanização de 4,8 por cento e perto de 62 da sua população vive nas zonas urbanas.

Ainda em Quito (Equador), a ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, anunciou que a República de Angola pode fazer parte do leque de 15 países africanos escolhidas para a implementação da Nova Agenda Urbana.

Os operadores privados têm sido uma peça fundamental para a prossecução dos objectivos traçados cobrindo uma Vasta franja da sociedade angolana, disponibilizando ao mercado, diferentes produtos imobiliários.

Segundo algumas imobiliárias as limitações às importações das matérias-primas por causa do acesso às divisas tem tido influência negativa na conclusão da construção dos projectos habitacionais das empresas privadas».

Ainda assim, destacam, no que concerne à procura de imóveis para habitação pelo comprador individual, verifica-se uma grande procura no segmento da classe média. Este segmento está muito voltado para a oferta das novas centralidades.

Ainda assim, será preciso juntar sinergias para que as parcerias público-privadas continuem a responder os desafios que o mercado imobiliário impõe.

10.32 Mercado imobiliário nacional continua atractivo e dinâmica

Jornal Economia e Finanças
28 De Outubro de 2016
Texto: Adérito Veloso

O sector imobiliário tem estado a despontar desde 2004, com o surgimento de várias iniciativas públicas e privadas, unindo os esforços do Governo e promotores imobiliários privados, com vista a garantir às populações, mais opções na hora de realizar o sonho da "casa própria".

O Censo Geral da População e Habitação, realizado em 2014, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) indica que, em todo o país estão registadas um total de cinco milhões 544 mil 834 unidades habitacionais. O relatório final do estudo aponta ainda que cerca de 69,7 por cento das habitações estão ocupadas pelos proprietários e 19,2 por cento são arrendadas.

O estudo realça que a proporção de agregados familiares, segundo o regime de ocupação da habitação, é de 69,7 por cento construída pelo próprio, 18,5 arrendada ao privado, 4,3 cedida por privado, 3,5 totalmente paga, 2,2 em processo de compra, 7 arrendada ao Estado e dois não declarados.

Cada habitação possui, de acordo com o documento, em média três divisões, sendo o número médio de quartos para dormir, por habitação, de 1,6 e o de pessoas para o mesmo cómodo de 2,9.

Avanços no sector Recentemente, a ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, disse, na sessão plenária da Conferência Habitat III, realizada, em Quito, Equador, que Angola regista uma taxa de urbanização de 4,8 por cento e perto de 62 da sua população vive em zonas urbanas.

Na província de Luanda estão a nascer vários projectos urbanísticos e habitacionais, no quadro da estratégia de desenvolvimento do território nacional.

De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, o programa de desenvolvimento do território nacional reflecte as opções da estratégia "Angola 2025", procurando combater os desequilíbrios territoriais existentes.

A iniciativa será empreendida através do surgimento de uma rede de pólos de desenvolvimento, tendo em consideração os clusters considerados prioritários, nomeadamente alimentação e agro-indústria, energia e água, habitação, transportes e logística.

Luanda destaca-se

No quadro da política do Governo, para o sector urbanístico e habitacional, segundo um documento a que o JE teve acesso, estão em curso programas para a conclusão e continuidade das etapas previstas nos planos de construção e expansão urbana das cidades do Kilamba, Camama e Cacuo.

Neste sentido, foi criado o Gabinete de Coordenação para a Construção e Desenvolvimento Urbano das Cidades do Kilamba, Camama e Cacuo (GCKCC), que através de um Plano Director, estabelece o modelo de estrutura espacial, para a implementação de estratégias de desenvolvimento e ordenamento.

Cidade do Camama

Depois da construção e venda dos apartamentos das centralidades do Kilamba (primeira fase), KK 5 mil, Sequele e KM 44, a Sul de Luanda está a surgir a cidade do Camama, numa área de aproximadamente 1.200 hectares, que poderá albergar entre 150 a 180 mil habitantes.

O projecto, sob coordenação do Gckcc, tem como empresa fiscalizadora a Serve no, empreiteiro Exlibris-Angola Lda, e projectista a firma Soapro.

Já estão concluídas as infra-estruturas ligadas aos arruamentos. Iluminação pública, construção de parte da drenagem das águas residuais e pluviais e o sistema de fornecimento de energia eléctrica.

A responsabilidade do Gckcc é de garantir que as cidades cresçam dentro dos parâmetros definidos no Plano Director.

A cidade do Camama terá uma área para a construção de apartamentos (edifícios para habitação colectiva), contará também com uma zona para serem erguidas casas de média renda, bem como outra destinada para habitação de alta renda (padrão mais alto).

O projecto terá igualmente áreas ligadas aos serviços administrativos (governo), hospitais e escolas.

Parceria público-privada

Tal como os vários projectos habitacionais, a cidade do Camama visa dar resposta ao défice habitacional a nível da província de Luanda, tendo como principal foco a participação do sector privado.

O Plano Director prevê uma área residencial, onde serão construídos cerca de 30 mil fogos habitacionais, numa iniciativa público-privada. O documento sublinha que a "participação do Estado será a construção das infra-estruturas",

As propostas de investimentos a serem aplicadas por entidades privadas, indica a fonte, são analisadas pelo Gckcc, que através de esboços técnicos e estudos de viabilidade (técnica e económica) aprova ou redirecciona a actividade proposta.

A cidade do Camama conta já com vários projectos habitacionais implantados de iniciativa privada, de onde se destacam o "Parque das Acácias", "Jardim das Rosas", "Green Villas" e o residencial "Austin".

10.33 Operadores criam fórmulas
para contornar crise na
comercialização dos imóveis
Jornal Economia e Finanças
28 De Outubro de 2016
Texto: Adérito Veloso

Os vários projectos urbanísticos e habitacionais que nascem um pouco por toda a província de Luanda dão garantias de que o sector continua atractivo e

dinâmico, contribuindo desta forma, para o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, sob responsabilidade do Executivo angolano.

São exemplos, os projectos habitacionais que estão a ser desenvolvidos pelos grupos empresariais "Poltec Investimentos" e "Jefran",

Na zona Sul da cidade de Luanda está a nascer o projecto "Boa Vida", cujo promotor urbanístico e imobiliário é o grupo "Poltec Investimentos".

Lançado no mercado há mais de um ano, "Boa Vida" conta com um investimento global de 500 milhões de dólares norte-americanos, e está a ser construído numa área de 70 hectares de terra.

Segundo o presidente do Conselho de Administração e director-geral do grupo empresarial "Poltec Investimentos", Tomasz Dowbor, o projecto regista uma procura considerável, sendo que até agora, foram vendidas mais de 400 unidades (casas), de diferentes tipologias.

"Este ano já consideramos muito bom, com uma receita que vai ultrapassar os 120 milhões de dólares, resultante de uma procura constante dos nossos serviços, de mês a mês", sublinhou, depois de ter frisado que a meta é colocar à disposição do consumidor angolano, uma "urbanização com um estilo de vida moderno e serviços à altura da necessidade dos clientes".

Depois de concluída, a iniciativa contará com cinco condomínios fechados e independentes, com 150 a 205 casas e um total de 739 apartamentos, de tipologia T3, T4 e T5, de alto padrão, além de infra-estruturas sociais, culturais, financeiras e área comercial com um total de 112 lojas, supermercados, restaurantes, clínica e creches.

O PCA da "Poltec Investimentos" revelou que o sucesso das vendas permitiu mensalmente fazer o incremento da mão-de-obra, na ordem de 50 pessoas.

"Actualmente, o projecto conta com 1.600 trabalhadores, sendo que a meta é atingir 2.500 no próximo ano", sublinhou.

Tomasz Dowbor frisou que a atractividade financeira do projecto tem ajudado no sucesso das vendas das residências.

"As residências em termos de estrutura e preço vão de encontro às necessidades dos nossos clientes e

vêm dar resposta a procura que este segmento tem tido", disse.

No projecto urbanístico "Boa Vida", os preços variam entre 300 mil dólares norte-americanos ou o equivalente em kwanzas e um milhão, tendo como principais clientes a classe média e alta.

As modalidades de aquisição das residências variam, desde o pagamento a pronto, financiamento bancário e parcelamento com 50 por cento iniciais e o restante negociáveis num prazo específico, com limite até Julho de 2017.

O empresário, com cerca de 20 anos de experiência no mercado angolano destaca que, o actual contexto económico financeiro global, também afectou negativamente o sector imobiliário, daí ter defendido "ousadia" e criatividade por parte dos investidores.

Para ele, a crise serve de elemento catalisador de várias iniciativas, sendo para isso necessário que os empresários possam encontrar soluções nesta fase difícil, criando mais empregos e ajudando as pessoas a poupar cada vez mais.

Construir casas Sociais

A empresa Jefran, que actua no mercado nacional há vários anos, tem vendido um número considerável de casas de baixa e média renda, com a tipologia T3 e T4.

Os resultados da venda das residências são considerados positivos, o que deixa satisfeito o presidente do Conselho de Administração da empresa, Francisco Simão da Silva.

O gestor assegurou ao TE que, a firma continuará a apostar na construção e comercialização de casas a preços baixos, no segmento de casas sociais, medida que visa contribuir para os objectivos do Governo angolano, enquadrados no "sonho da casa própria".

"A aderência dos nossos serviços advém da facilidade no processo de aquisição das casas, já que é feita de várias maneiras, sendo a de pronto pagamento e da renda resolúvel, modalidade bastante atractiva, onde, por exemplo numa casa 'P', com o custo de dois milhões de kwanzas, as pessoas pagam 10 por cento do custo da habitação, e depois terá de pagar mensalmente até um período de 15 ou 20 anos", sublinhou.

Com várias casas já concluídas na zona Sul de Luanda (município de Belas), onde construiu projectos habitacionais, tais como "Roma", "Israel", "Sanai" e actualmente, a operadora imobiliária está a erguer a "Vila Jericó", sua principal "pérola", com uma

extensão de 10 hectares, onde prevê a construção de 820 residências.

Dada a procura e solicitação, a Jefran vai alargar os seus projectos para outras zonas do país, num programa a que o gestor chamou de "bola de neve",

O objectivo segundo avançou, é/chegar nas 18 províncias, mas numa primeira fase a prioridade recai para Cabinda, Benguela, Huíla e Huambo. As acções e contactos para a aquisição dos terrenos, onde poderão ser construídas as residências estão já adiantadas.

A Jefran pretende igualmente lançar um projecto que visa a construção de "casas rurais" (nas aldeias), cujo processo de aquisição será feito por via da troca de produtos agro-pecuários.

10.34 Seguro de habitação obrigatória

Jornal Economia e Finanças
28 De Outubro de 2016

Os residentes das diferentes centralidades do país poderão, brevemente, subscrever com carácter obrigatório o seguro' multi-riscos habitação, para mitigar a ocorrência de eventos contra a habitação.

A informação foi prestada ontem, quinta-feira (27) pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, no final da 16a reunião conjunta da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, orientado pelo Presidente da República e Titular do Poder Executivo, José Eduardo dos Santos.

O projecto que dá corpo a essa pretensão foi apreciado favoravelmente pela equipa económica do Executivo angolano e prevê, entre outros aspectos, assegurar a reparação de danos relacionados com a ocorrência de riscos de incêndios, inundações, riscos eléctricos e indemnização por furto ou roubo.

Branca do Espírito Santo falou da necessidade de se adaptar o plano de construção de novas centralidades ao actual quadro de escassez de divisas que o país enfrenta. Este facto fez com que o Ministério que dirige levasse à consideração da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, uma proposta para a reavaliação dos projectos habitacionais ainda não iniciados.

Disse, que a reavaliação deve ser feita por via de um estudo sobre a viabilidade económica e financeira da

execução, num valor inferior ao plano de construção inicial. Nesta esteira, disse estarem os projectos de construção das centralidades nas províncias do Bengo, Luanda, Cuanza Norte, Cuando Cubango, Malanje, Cunene e Zaire.

No memorando aprovado, a ministra informou estar incluído uma proposta para a actualização das prestações mensais pagas pelos moradores das centralidades no âmbito da renda resolúvel.

10.35 Seguro habitação vai ser obrigatório em centralidades

Jornal Liberdade
28 De Outubro de 2016
Texto: ANGOP

A informação foi prestada nesta quinta-feira pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, no final da 16a reunião conjunta da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros.

O projecto que dá corpo a essa pretensão foi apreciado favoravelmente pela equipa económica do Executivo angolano e prevê, entre outros aspectos, assegurar a reparação de danos relacionados com a ocorrência de riscos de incêndios, inundações, riscos eléctricos e indemnização por furto ou roubo.

Branca do Espírito Santo falou da necessidade de adaptar-se o plano de construção de novas centralidades ao actual quadro de escassez de divisas que o país enfrenta.

Este facto fez com que o Ministério que dirige levasse à consideração da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, uma proposta para a reavaliação dos projectos habitacionais ainda não iniciados.

Disse que a reavaliação deve ser feita por via de um estudo sobre a viabilidade económica e financeira da excussão, num valor inferior ao plano de construção inicial.

Nesta esteira disse estar os projectos de construção das centralidades nas províncias do Bengo, Lunda, Kuanza Norte, Cuando Kubango, Malanje, Kunene e Zaire.

No memorando aprovado, a ministra informou estar incluído uma proposta para a actualização das prestações mensais pagas pelos moradores das centralidades no âmbito da renda resolúvel.

Trata-se, prosseguiu, de medidas complementares que tem a ver com a necessidade da regularização jurídica das habitações e espaços comerciais.

Na óptica de Branca do Espírito Santo esse passo vai permitir que os bancos comerciais concedam empréstimos hipotecários, além de aumentar as receitas fiscais do país.

10.36 Seguro habitacional obrigatório para centralidades

Jornal de Angola
28 De Outubro de 2016

Os moradores das centralidades do país vão ter que subscrever o seguro multi-riscos de habitação, para mitigar a ocorrência de eventos contra o Imóvel. A medida consta de um memorando sobre a Sustentabilidade e Financiamento dos Projectos Habitacionais sob gestão da Imogestin, que foi ontem apreciado durante a reunião conjunta da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros.

Em declarações à imprensa, no final da reunião, a ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, disse que o projecto que dá corpo a essa pretensão teve parecer favorável da equipa económica do Governo e prevê, entre outros aspectos, assegurar a reparação de danos relacionados com a ocorrência de riscos de incêndios, inundações, riscos eléctricos e indemnização por furto ou roubo.

Branca do Espírito Santo falou da necessidade de se adaptar o plano de construção de novas centralidades ao actual quadro de escassez de divisas que o país enfrenta, o que motivou o Ministério do Urbanismo e Habitação a submeter à Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros uma proposta para a reavaliação dos projectos habitacionais ainda não iniciados.

Uma reavaliação que segundo a ministra do Urbanismo e Habitação, deve ser feita por via de um estudo sobre a viabilidade económica e financeira da execução, num valor inferior ao plano de construção inicial. Branca do Espírito Santo disse que o estudo inclui os projectos de construção das centralidades nas províncias do Bengo, Lundas, Cuanza Norte, Cuando Cubango, Malanje, Cunene e Zaire.

O memorando ontem aprovado inclui uma proposta para a actualização das prestações mensais pagas pelos moradores das centralidades no âmbito da renda resolúvel, como medida complementar que tem

a ver com a necessidade da regularização jurídica das habitações e espaços comerciais. Branca do Espírito Santo defendeu que essa medida vai permitir que os bancos comerciais concedam empréstimos hipotecários, além de aumentar as receitas fiscais do país.

O Memorando sobre a Sustentabilidade e Financiamento dos Projectos Habitacionais sob gestão da Imogestin, referente à primeira fase do período de Agosto de 2016 a Julho de 2017, reflecte a situação dos projectos habitacionais em execução e a iniciar, bem como uma proposta de revisão dos planos de construção, comercial e financeiro.

As medidas aprovadas ontem pelas comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros visam assegurar a sustentabilidade dos projectos habitacionais, tendo em conta o papel relevante do Estado na prossecução das políticas de fomento habitacional.

As comissões Económica e para a Economia Real aprovaram também o Relatório de Balanço do Plano de Caixa do mês de Setembro de 2016, cujas despesas foram executadas em 85 por cento do montante programado, bem como o Relatório de Balanço de Execução da Programação Financeira referente ao terceiro trimestre de 2016, que registou um saldo positivo.

Por outro lado, a reunião aprovou a proposta do Plano de Caixa referente a Novembro de 2016, que condensa o conjunto de entradas e saídas de recursos financeiros do mês em referência.

A Imogestin é a entidade que gere, em representação do Estado, a construção e as vendas ou outras formas de transmissão das habitações, espaços comerciais e outros activos imobiliários que venham a ser integrados no Plano de Desenvolvimento Construtivo e Comercial dos Projectos Habitacionais.

10.37 Vem aí seguro obrigatório multi-risco habitação

Jornal O PAÍS
28 De Outubro de 2016

Os residentes das diferentes centralidades do país poderão subscrever, com carácter obrigatório, o seguro multi-riscos habitação, para mitigar a ocorrência de eventos contra a habitação.

A informação foi prestada nesta Quinta-feira, 27, pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, no final da 16ª reunião conjunta da

Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros. O projecto que dá corpo a essa pretensão foi apreciado favoravelmente pela equipa económica do Executivo angolano e prevê, entre outros aspectos, assegurar a reparação de danos relacionados com a ocorrência de riscos de incêndios, inundações, riscos eléctricos e indemnização por furto ou roubo.

10.38 Venda das casas nas centralidades aguarda conclusão das obras externas

Jornal Economia e Finanças
28 De Outubro de 2016
Texto: Adérito Veloso

O reinício das vendas dos imóveis, nas centralidades de Luanda, Benguela, Namibe e Huíla, aguarda a conclusão das infra-estruturas externas, anunciou o porta-voz da imobiliária Imogestim, Mário Guerra.

Em declarações ao JE, o responsável informou que "o início do novo processo de abertura de candidaturas para compra de habitações, será anunciado publicamente com antecedência não inferior a 90 dias".

Actualmente, segundo avançou Mário Guerra, decorrem Porta-voz da Imogestim Mário Guerra vendas de habitações nas centralidades do Dundo, na Lunda Norte, e de Cabinda.

"Os resultados estão dentro das projecções dos planos de vendas elaborados, denotando-se uma certa retração no sector privado em função das condições económicas específicas de cada província", informou.

Garantiu que as reclamações das pessoas que haviam efectuado o pagamento na anterior gestão está praticamente solucionado.

"O processo de atendimento das reclamações de pessoas que haviam pago, mas não tinham recebido as habitações está praticamente concluído, com mais de 4 mil pessoas já atendidas. Há situações pontuais por solucionar", frisou.

Garantir mais habitação

O porta-voz da Imogestim destacou que, para se alcançar os resultados preconizados no Programa Nacional de Urbanismo 'e Habitação, as cooperativas de habitação deverão desempenhar um papel decisivo na solução dos problemas deste segmento.

Por outro lado, considera que a solução das necessidades de habitação no mercado nacional deverá ter uma participação mais activa do sector privado, cabendo ao Estado uma função mais reguladora e fiscalizadora de políticas que incentivem essa participação tanto a nível financeiro como fiscal.

Para ele, os dados apresentados pelo Censo habitacional mostram que "o parque habitacional registado ainda é insuficiente, apesar desses projectos contribuírem de forma significativa para reduzir o défice de habitação". Quanto à intervenção da banca comercial na concepção de créditos para facilitar a aquisição de habitação, Mário Guerra sublinha que este segmento tem um papel fundamental para o acesso dos cidadãos aos projectos habitacionais.

"Entendemos que a banca tem que se cingir às regras que lhe são impostas pelo Banco Nacional. Quando a banca comercial tem como taxa de juro mínima 14 por cento, os seus clientes sofrerão os impactos das taxas", disse.

Revela que o fundo de fomento habitacional é uma alternativa que em colaboração com os bancos comerciais deverá permitir que "os mutuários beneficiem de taxas de juro bonificadas cujo objectivo é o de mitigar o encargo dos mutuários em relação as taxas de juros praticadas pelas instituições bancárias, ficando o fundo responsável pelos encargos da bonificação através de recursos próprios".

10.39 Funcionários da SONIP detidos

Jornal O Crime
29 De Outubro de 2016

A burla e venda ilegal de apartamentos da parte de funcionários da Sonangol Imobiliária e Propriedades SONIP) não é de agora. Em Junho de 2014, por exemplo, sete funcionários daquela instituição, acusados de pertencerem a uma rede que se dedicava à venda ilegal de apartamento na Centralidade do Kilamba, município de Belas, teriam sido detidos pela Polícia Nacional (PN).

Na ocasião, o porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional, inspector-chefe Mateus Rodrigues, que se reservou em avançar mais pormenores, teria dito à imprensa que as investigações prosseguem, no sentido de serem apurados outros integrantes da rede.

Os mesmos eram acusados de vender, ilegalmente, mais de 100 apartamentos na Centralidade do Kilamba, cujos preços e modalidades implementadas

não chegaram a ser revelados. Todavia, não espanta que casos dessa natureza ocorram, também, noutras centralidades, como é o caso das centralidades de Cacucaco, Capari, Km 44 e Zango, como é também conhecido o Condomínio Vida Pacífica.

De referir que a Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) iniciou, em 2012, a venda de habitações nas centralidades do Kilamba, Cacucaco, Capari, Km 44 e Zango (Condomínio Vida Pacífica), tendo cessado as suas funções, por Decreto Presidencial, em 2014, ao que a IMOGESTIN assumiu tais responsabilidades.

Mais de mil apartamentos ocupados ilegalmente

Mais de mil apartamentos na Cidade do Kilamba, em Luanda, estão ocupados ilegalmente. A denúncia é da IMOGESTIN, empresa que actualmente é responsável pela comercialização dos apartamentos nas várias centralidades do país.

Segundo o porta-voz da Imobiliária, Mário Guerra, da base de dados passada pela SONIP à IMOGESTIN, constam somente o registo de apenas 18 mil, o que significa que os restantes continuam ocupados ilegalmente.

"A cidade conta com mais de 20 mil apartamentos. É que na base de dados que nos foi passada pela SONIP, há somente registo de 18 mil apartamentos, os outros foram mesmo ocupados ilegalmente", sublinhou em Janeiro do ano em curso, quando denunciava tal facto à Rádio Luanda.

Ainda de acordo com o responsável, essas pessoas serão mesmo obrigadas a deixar os apartamentos, até porque foram adquiridos ilegalmente. "Não podemos deixar que isso continue assim. Vamos, nos próximos tempos, tomar as providências necessárias", avisou.

10.40 Mais de noventa famílias sem residências

Jornal O Crime

20 De Outubro de 2016

Texto: Zeferino Salembé

Sem ter mais onde recorrer, já que até uma queixa-crime foi feita à Procuradoria-Geral da República, alguns proprietários de apartamentos dirigiram-se ao 'O Crime' para denunciar aquilo que chamam de burla da parte da Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP), a antiga responsável pelo processo de construção e comercialização das centralidades.

Os visados, que preferiram falar sob anonimato, por represálias ou retaliações da parte da SONIP ou da

IMOGESTIN, têm em mãos os contratos há mais de um ano, assim como receberam as chaves dos respectivos apartamentos. Mas, para o espanto de tudo e todos, continuam a ver navios no que diz respeito à entrada nas casas que pagaram e das quais são os legítimos proprietários.

"Tudo porque a SONIP alegava, aquando da recepção das chaves, que os apartamentos teriam sido ocupados ilegalmente por outros cidadãos, mas que, no prazo de 30 dias, iria resolver a situação", explicaram os proprietários, visivelmente inconformados com a actual situação.

E não é para menos, pois já lá vão mais de um ano desde que a situação mantém-se e, segundo disseram, tanto a SONIP como a IMOGESTIN não têm sabido dar-lhes uma resposta satisfatória, tal como retirar os ocupantes ilegais para que eles, enquanto proprietários legítimos, já que têm em posse os contratos feitos com a SONIP e toda a documentação que atesta tal facto, consigam morar nas residências que adquiriram em regime de renda resolúvel.

"Mas, até a data em que estamos, a SONIP não se pronuncia, não convoca nenhuma reunião para esclarecer o caso.

As pessoas vão para lá e não atendem ninguém", denunciaram, realçando que nem marcando, via telefónica, através de uma extensão existente no piso inferior do edifício em que funciona a SONIP, os proprietários são recebidos por algum responsável.

Para o descontentamento dos mesmos, a resposta que recebem do outro lado da linha é que há sempre inconveniência ou indisponibilidade das pessoas do gabinete para os atender.

"O pior ainda é que as pessoas que normalmente atendem o referido telefone, nunca estão a par do assunto ou, pelo menos, fazem parecer que não estão. Pelo contrário, fingem que lamentam muito a nossa situação, apontam a nossa reclamação, mas isso não passa de disfarce", sustentaram, para depois dizer que, mesmo com os dados deixados à pessoa do outro lado da linha telefónica, as coisas nunca mudam.

PGR está a ver navios?

É o que parece estar a acontecer com este caso. Tudo porque, segundo os queixosos, já abriram um processo-crime contra a SONIP na Procuradoria-Geral da República (PGR), sob o número 1042115; mas, para o seu desagrado, nem água vem nem água vai. Tudo continua em 'águas de bacalhau'.

No processo, os promitentes compradores, conforme são designados no contrato assinado entre as partes, denunciavam a situação por que estão a passar ao longo desse tempo todo e solicitavam a devida intervenção deste órgão judicial, pelo facto de os seus apartamentos encontrarem-se ocupados ilegalmente, não obstante terem em sua posse as chaves, contratos e demais documentação.

Todavia, denunciaram, nem este expediente está a surtir efeito para a reposição da legalidade e receberem o que lhes é devido, isto é, os seus apartamentos.

10.41 Moradores das centralidades serão obrigados a pagar seguro habitação

Jornal Folha8

29 De Outubro de 2016

O Executivo angolano decidiu na quinta-feira, 27, que os residentes nas diferentes centralidades do país passarão obrigatoriamente a pagar o seguro multi-riscos habitação, para mitigar a ocorrência de eventos contra a habitação.

A decisão, segundo a ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, foi tomada na 16 reunião conjunta da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros.

De acordo a agência de notícias de Angola, Angop, o projecto que dá corpo a essa pretensão foi apreciado favoravelmente pela equipa económica do Executivo angolano e prevê, entre outros aspectos, assegurar a reparação de danos relacionados com a ocorrência de riscos de incêndios, inundações, riscos eléctricos e indemnização por furto ou roubo.

A ministra Branca do Espírito Santo falou da necessidade de adaptar-se o plano de construção de novas centralidades ao actual quadro de escassez de divisas que o país enfrenta.

Segundo a mesma, este facto fez com que o Ministério que dirige levasse à consideração da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, uma proposta para a reavaliação dos projectos habitacionais ainda não iniciados.

Disse que a reavaliação deve ser feita por via de um estudo sobre a viabilidade económica e financeira da

execução, num valor inferior ao plano de construção inicial.

Nesta esteira disse estar os projectos de construção das centralidades nas províncias do Bengo, Luanda, Cuanza Norte, Cuando Cubango, Malanje, Cunene e Zaire.

No memorando aprovado, a ministra informou ainda estar incluído uma proposta para a actualização das prestações mensais pagas pelos moradores das centralidades no âmbito da renda resolúvel.

Trata-se, prosseguiu, de medidas complementares que tem a ver com a necessidade da regularização jurídica das habitações e espaços comerciais.

Na óptica de Branca do Espírito Santo esse passo vai permitir que os bancos comerciais concedam empréstimos hipotecários, além de aumentar as receitas fiscais do país.

10.42 “Os invasores vieram do prédio da Cuca”

Jornal O Crime

29 De Outubro de 2016

Segundo fizeram saber, a SONIP alega que os invasores são moradores do demolido Prédio Cuca, antes sito no Kinaxixi, e, por isso, não podem sair dos apartamentos porque já decorre, em tribunal, um processo referente a isso.

"E foi o referido tribunal que anuiu a nossa permanência nos apartamentos", rebateram, sublinhando que esta situação não lhes pode ser imputada ou prejudicá-los, porque seguiram todas as normas estabelecidas no contrato com a SONIP, cumprindo com todos os requisitos e exigências, bem como procederam ao pagamento nos mais variados bancos e, depois de um ano, ainda não viram a cor do interior dos seus apartamentos.

"Durante esse tempo todo, a nossa vida baseia-se em bailes. Vamos à SONIP esta remete-se ao silêncio; vamos à PGR, para repor a legalidade, este organismo do Estado apenas diz que vai resolver, mas os dias passam e a situação continua na mesma ou tende a piorar", constataram, para depois dizer que estão com as mãos atadas, pois não sabem mais onde recorrer para ver a sua situação resolvida.

"Muitos de nós vivemos em casas de rendas; outros, em casas dos pais, somos chefes de família e fizemos tudo para termos, cada um, os nossos próprios tectos para vivermos", disseram.

Ainda assim, solicitam a quem de direito no sentido de intervir no caso, ou seja, a fim de saber de que lado pende a verdade.

'Alguém deve-nos uma explicação e revolução deste caso. Mas, ao que parece, ninguém está a se dignar resolvê-lo. Por isso, as instituições do Estado devem vir em socorro dos cidadãos e dirimir este 'imbróglio', uma vez que nós temos a documentação em dia", resumiram, apelando uma intervenção das instituições afins, porque são noventa ou mais famílias que se encontram nesta situação.

Nem a IMOGESTIN assume

Segundo apurou este jornal, a SONIP passou todos os processos para a IMOGESTIN, a nova gestora imobiliária das centralidades. Mas, para o espanto destas famílias, a IMOGESTIN 'lavou' as mãos quanto ao caso em questão, remetendo tal resolução para a SONIP, alegando que só tomará conta do caso depois de os mesmos entrarem, efectivamente, nos apartamentos.

10.43 Projectos habitacionais

Jornal de Angola
29 De Outubro de 2016

A qualidade de vida começa invariavelmente a partir da habitação, sendo fundamental que ela e o espaço circundante tenham condições para assegurar às famílias melhor usufruto e sustentabilidade.

Ao longo de muitos anos, o parque habitacional conheceu profundas deformações, nalguns casos destruição do pouco que ainda se mantinha de pé, numa altura em que o crescimento populacional prevalecia imparável.

A procura por um espaço para abrigar famílias, no tempo do conflito armado, contribuiu para uma pressão demográfica sem precedentes na História de Angola independente. O caos urbanístico em muitas zonas, sobretudo na periferia das grandes cidades, onde milhares de famílias encontravam segurança e sossego, passou a ser inevitável durante muito tempo.

O fim do conflito armado permitiu não apenas encarar o fardo pesado da herança de destruição do parque habitacional, mas, igualmente, pôr em marcha um amplo programa de reconstrução.

As instituições do Estado, ao lado de iniciativas privadas, meteram-se em campo para promover a construção de habitações das mais variadas tipologias em todo o país.

Nos últimos anos, foram erguidos milhões de casas, por via das iniciativas já mencionadas, sendo as centralidades um exemplo de que é viável no médio e longo prazos um programa de habitação condigna para todas as famílias.

O sector imobiliário cresce e apresenta desafios que precisam de ser devidamente equacionados para que as famílias continuem a usufruir dos espaços habitacionais, para que as empresas e pessoas singulares tenham acesso, em condições, aos terrenos para fins diversos.

Para melhor fazer face aos crescentes desafios a nível do sector imobiliário, o Executivo pretende implementar um conjunto de medidas com o objectivo de garantir a sustentabilidade dos projectos habitacionais. Trata-se de um novo paradigma que surge para melhorar a perspectiva de construção de projectos habitacionais, no sentido de garantia das condições de habitabilidade e durabilidade das habitações.

O memorando sobre a Sustentabilidade e Financiamento dos Projectos Habitacionais sob gestão da Imogestin é uma iniciativa que pretende transformar o sector habitacional num instrumento que melhore não apenas a qualidade de vida, mas igualmente o equilíbrio entre a oferta e a procura.

Com a agenda preenchida por via da construção de várias centralidades, muitas outras ainda por surgirem, não há dúvidas de que o memorando sobre a Sustentabilidade e Financiamento dos Projectos Habitacionais surge numa altura adequada. Embora se trate ainda de uma proposta, cuja análise passou recentemente sob o crivo da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, acreditamos que a mesma pode jogar um papel importante na gestão do parque habitacional.

Pretendemos todos que os ocupantes das habitações erguidas nas centralidades vivam em segurança, facto que pode ser acautelado com a adesão ao futuro Seguro Habitacional Obrigatório, um expediente que servirá para acautelar custos que venham a envolver intervenções ou danos nas habitações.

Atendendo à expansão do parque habitacional, é preciso que as outras instituições públicas e privadas se envolvam no sentido de melhorias, qualidade e durabilidade dos projectos, bem como na segurança das habitações.

Com estas iniciativas, espera-se que as seguradoras e os bancos aprofundem a intervenção e o papel que deles se espera, sobretudo numa altura em que há projectos de construção de centralidades nas

províncias do Bengo, Lundas, Cuanza Norte, Cuando Cubango, Malanje, Cunene e Zaire. Trata-se de empreitadas monumentais que, para o seu sucesso, deverão envolver a entrada em cena de vários agentes.

Independentemente do papel do Estado na implementação de políticas viradas para o fomento habitacional, é inegável o contributo dos parceiros que, como se espera, devem estar à altura dos desafios. Para a frente, está um longo caminho a percorrer para que o sector imobiliário se tome num aliado fundamental na melhoria da qualidade de vida e do rendimento das famílias angolanas de Cabinda ao Cunene.

Não podemos perder de vista que Angola e os angolanos se empenham todos para que o país evolua, nos próximos tempos, para o estádio de Países de Rendimento Médio. E isso passa também pela melhoria de indicadores sociais, dentre os quais a habitação, que num meio adequado e sustentável, constitui um dos principais elementos. Fazemos votos de que, com a participação de todos, desde agentes públicos e privados, sejamos capazes de dar sustentabilidade aos projectos habitacionais.

11. NOVEMBRO

11.1 Infra-estruturas estão quase concluídas

19 De Novembro de 2016

Texto: Victorino Joaquim

A primeira fase das obras de reconversão urbana do município do Cazenga, em termos de infra-estruturas, está quase concluída, informou ontem, em Luanda, o diretor do Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga e Sambizanga (GTRUC), reconhecendo contudo existir um "ligeiro atraso" das obras para a construção de habitações.

Bento Soito falava à imprensa à margem de um seminário sobre "Modelo de gestão e manutenção dos Espaços reconvertidos", a fim de se recolher contribuição para uma melhor gestão das habitações sociais, a forma de aquisição ou arrendamento das habitações, financiamento, manutenção e supervisão de imóveis, para além das infra-estruturas, tendo como prioridade o cidadão. O director do GTRUC disse que as obras de infra-estruturas como rede elétrica, abastecimento de água, telecomunicações, rede viária, estação de tratamento e distribuição de água, tratamento de águas residuais, canal de drenagem, tanques e reservatórios de água já estão executadas em cerca de 80 por cento.

O atraso na construção das habitações' disse, deve-se aos constrangimentos resultantes da crise financeira que afecta o país, incluindo os projectos sob responsabilidade do GTRUC. Neste momento, continuou o responsável, as obras de construção de habitações estão executadas na ordem de 10 a 15 por cento.

Bento Soito mostrou-se esperançado que a situação da crise financeira seja ultrapassada para que se possa incrementar o processo de construção de habitações. "Apesar da situação, o município do Sambizanga já tem condições para que no próximo ano se comece a fazer realojamento das famílias", acrescentou. O processo de reconversão urbana do Cazenga e Sambizanga teve início em 2011 e tem a duração de 15 a 20 anos. Neste processo, estão contemplados vários projectos de construção, para além das infra-estruturas, zonas de lazer, habitações, equipamentos sociais e edifícios públicos, a fim de conferir e proporcionar melhores condições de vida para os cidadãos, principalmente os que vivem em zonas de risco. Ao discursar no acto de abertura do seminário, o secretário para os Assuntos Regionais da Casa Civil do Presidente da República, Adelino Peixoto, disse

que o tema do seminário "Modelo de gestão e manutenção dos Espaços reconvertidos" apresenta-se como actual e pertinente.

O seminário, disse Adelino Peixoto, surge como um elemento que permitirá discutir os modelos de gestão urbana a aplicar e, sobretudo, permitirá colher contribuições sobre que critérios e caminhos trilhar para a concepção de regulamentos e normas que garantam a eficiência e a eficácia da gestão das habitações sociais e das respectivas infra-estruturas.

A gestão urbana tem-se configurado como um dos desafios diários nos países em desenvolvimento, onde os instrumentos de planeamento não são interpretados com o rigor desejado, redundando na fraca capacidade de gestão, por falta de regulamentos e normas que definam, de forma clara, os campos de Acção das autoridades administrativas.

O seminário, que discute temas como "Organização e responsabilidade do Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga e Sambizanga", "Princípios da habitação social" e "Elementos de manutenção de habitação social", termina hoje. Participam no encontro responsáveis das administrações municipais e representantes da sociedade civil.

11.2 Prestações com novas modalidades

Novo Jorna

4 De Novembro de 2016

Texto: Faustino Diogo

A prestação mensal paga pelos moradores das centralidades, que estão sob a responsabilidade da Imogestin, vai ser actualizada sem ter como referência o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), conforme tinha sido anunciado no ano passado pelo Executivo.

A modalidade a ser tomada para a actualização das prestações para os cidadãos que adquiriram habitações em regime de propriedade de renda resolúvel, nas centralidades do Kilamba, Sequele, Musseque Kapari e KM44, ainda não está definida.

A certeza existente é que as prestações vão ser actualizadas, conforme garantiu a ministra do urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, no final da 16ª reunião conjunta da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, realizada na semana passada. Para já, sabe-se como vai ser feita esta actualização

que, segundo a Imogestin, é da responsabilidade do Executivo.

"Não se aplicando a actualização cambial, nem o IPC, caberá ao Executivo, com base num conjunto de critérios, entre os quais a própria actualização dos salários da função pública, determinar uma taxa de actualização das prestações", disse ao Novo Jornal o assessor para a comunicação e imagem da Imogestin, Mário Guerra.

O nosso interlocutor evitou pronunciar-se sobre a percentagem que vai ser aplicada na actualização das prestações, no entanto, afirmou que ela terá em conta os interesses dos cidadãos. "O executivo, com base numa equipa multisectorial e olhando para a situação económica do país, vai determinar uma taxa justa. Não uma taxa meramente financeira. Tem de olhar também para o aspecto social", defendeu.

As alterações no regime de propriedade de renda resolúvel chegam também às formas de venda.

O memorando aprovado vai repor a possibilidade de o cidadão comum comprar um imóvel a "prestações". Ou seja, não serão apenas os funcionários públicos a comprar em regime de renda resolúvel, conforme estava estipulado.

"A largou-se a propriedade de renda resolúvel em regime livre. O Executivo tinha eliminado isso no ano passado. Tinha definido e limitado esta modalidade apenas aos funcionários públicos", explicou Mário Guerra.

Assim, os cidadãos que não são funcionários públicos e que não estão abrangidos pelas vendas dirigidas poderão comprar em prestações em regime de renda resolúvel nas centralidades existentes no país, sob a responsabilidade do Estado.

O memorando sobre regime de propriedade de renda resolúvel, aprovado na semana passada, define também a obrigatoriedade de um seguro multirriscos habitacional, o pagamento obrigatório da taxa de condomínio e penalizações aos cidadãos que não cumprirem com o contrato na fase de aquisição dos imóveis.

11.3 Seguro habitacional multi-risco obrigatório nas centralidades

Jornal Expansão
4 De Novembro de 2016
Texto: Neusa Salgado

Os moradores das centralidades terão de subscrever, com carácter obrigatório, o seguro de habitação multi-riscos, para mitigar a ocorrência de acidentes ou calamidades que afectem a sua moradia, anunciou em Luanda a ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo.

Em declarações à imprensa no dia 27, no final da 16a reunião conjunta da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, a governante disse, sem adiantar datas de implementação., que o projecto que dá corpo a essa pretensão foi apreciado favoravelmente pela equipa económica do Executivo angolano.

Contactado pelo Expansão, o presidente da Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC), Diógenes de Oliveira concorda com esta lei, uma vez que prevê a salvaguarda dos bens dos proprietários de imóveis. No entanto, o responsável defende que é necessária mais informação para que deixe de existir especulação em relação a esta matéria. Para o responsável, este seguro obrigatório só terá vantagens, porque diante de um sinistro o bem patrimonial estará salvaguardado. "Temos que ter em atenção que o consumidor deverá ser esclarecido atempadamente sobre o prazo da restituição do bem, como será feita a mesma restituição, e se é por valores ou pelo bem perdido. Que tipo de seguro, se é contra todos os riscos, não sobre erros de construção e de materialização do imóvel", alertou.

Os proprietários de habitações consultados pelo Expansão afirmaram que, o facto de serem obrigados a pagar um seguro para a sua habitação é uma medida que vai empobrecer ainda mais estas famílias.

Para Bruno Constantino, morador da Centralidade do Kilamba, o seguro habitacional comporta muitas complicações e considerando-o uma figura jurídica estranha à realidade do País, especialmente numa fase muito delicada da nossa economia.

Constantino defendeu ainda que o seguro habitacional para os moradores do Kilamba e projectos afins, não constitui uma prioridade, e questiona mesmo a aplicação desta medida numa altura em que, considera, haveria assuntos muito mais importantes a tratar por parte do "Executivo".

11.4 China lidera importação e exportações de Angola

Jornal Manchete
10 De Novembro de 2016

China aumentou em mais de 12 por cento as compras a Angola atingindo uma quota de 49,6 por cento do total das vendas nacionais ao exterior.

A China manteve o primeiro lugar entre os destinos das exportações e na origem das importações, no primeiro trimestre de 2016, 'mas Portugal, o segundo colocado, aumentou as compras que faz a Angola em 17,1 por cento, em termos homólogos.

De acordo com um documento estatístico do comércio externo do primeiro trimestre, do Instituto Nacional de Estatística (INE), libertado apenas este mês, a China fez compras a Angola - essencialmente petróleo - de Kz 435,2 mil milhões (USD 2,5 mil milhões) naquele período.

A China aumentou em mais de 12 por cento as compras a Angola, em termos homólogos, atingindo uma quota de 49,6 por cento do total das vendas angolanas ao exterior.

Na lista das exportações surge depois a Índia, com uma quota de 7,5 por cento, e os Estados Unidos, cuja quota foi de 5,7 por cento nos primeiros três meses do ano.

Ainda neste período, Portugal reforçou as compras que faz a Angola (+17,1 por cento), que subiram assim para Kz 39.064 milhões (USD 235,9 milhões), e para uma quota de 4,4 por cento, ascendendo ao quarto destino das exportações angolanas.

A China manteve a liderança também nas importações feitas por Angola, depois de em 2015 ter já destronado Portugal do primeiro lugar.

Apesar de terem vendido menos (-22,3 por cento), as empresas chinesas conseguiram exportar para Angola bens e serviços no valor de Kz 71.420 milhões (USD 235,9 milhões), com uma quota de 15,3 por cento.

Portugal mantém o segundo lugar, com uma quota de 14,4 por cento, tendo vendido a Angola, nos primeiros três meses do ano, Kz 67,202 mil milhões (USD 405,9 milhões), uma quebra homóloga superior a 29 por cento, segundo o INE.

Os Estados Unidos da América passaram a ser o terceiro fornecedor de Angola, com uma quota de 9,4 por cento, seguidos do Brasil, com 5 por cento do total das compras ao exterior.

11.5 Preços dos terrenos estão em estudo

Jornal de Angola

13 De Novembro de 2016

O Ministério do Urbanismo e Habitação realiza amanhã, em Luanda, um seminário nacional sobre "Preços a fixar na concessão dos direitos fundiários", informa um documento do departamento ministerial.

No documento, enviado ontem ao Jornal de Angola, o Ministério do Urbanismo e Habitação refere que o objectivo do seminário é definir, de forma simples, clara e objectiva, o preço do metro quadrado dos terrenos em Angola, à luz das diversas modalidades previstas na Lei de Terras.

O seminário, que é realizado em parceria com os ministérios das Finanças e da Administração do Território, é destinado a funcionários de departamentos ministeriais, dos governos provinciais, institutos, empresas públicas, fundações e de organizações da sociedade civil.

O encontro vai recolher contribuições no âmbito da elaboração do Projecto de Decreto Executivo Conjunto dos Ministros do Urbanismo e Habitação e das Finanças, que aprova a tabela de fixação do preço do metro quadro na concessão dos direitos fundiários, à luz do Respectivo regulamento, aprovado através do Decreto nº 58/07, de 13 de Julho.

Regime jurídico das terras

A nova Lei de Terras, que estabelece as bases gerais do seu regime jurídico e o regime geral de concessão e constituição dos direitos fundiários, foi promulgada, em Diário da República, em 2004.

Com 86 artigos, a lei estabelece as bases gerais do regime jurídico das terras integradas na propriedade originária do Estado, os direitos fundiários que sobre estas podem recair e o regime geral de transmissão, constituição, exercício e extinção destes direitos, A lei aplica-se aos terrenos rurais e urbanos sobre os quais o Estado constitua algum dos direitos fundiários nela previstos, em benefício de pessoas singulares ou colectivas de direito público ou privado, com vista à prossecução de fins de exploração agrícola, pecuária ou silvícola.

O mesmo acontece em relação à exploração mineral, industrial, comercial, habitacional, de edificação urbana ou rural, de ordenamento do território, protecção do ambiente e de combate à erosão dos solos.

Nos termos da nova lei, "a terra constitui propriedade originária do Estado" pelo que se tomam nulos os negócios de transmissão ou oneração da propriedade dos terrenos integrados nesses domínios. Também não podem adquirir-se por usucapião quaisquer direitos sobre terrenos integrados no domínio

18 De Novembro de 2016

privado do Estado ou das comunidades rurais. A lei estabelece que os direitos fundiários adquiridos, transmitidos ou constituídos extinguem-se pelo seu não exercício ou pela inobservância dos índices de aproveitamento útil e efectivo durante três anos consecutivos ou seis interpolados, qualquer que seja o motivo.

O Estado respeita e protege os direitos fundiários de que sejam titulares as comunidades rurais, incluindo aqueles que se fundam nos usos ou no costume. A lei ressalta que os terrenos dessas comunidades podem ser expropriados para utilidade pública, mediante justa indemnização. No que toca ainda à expropriações, a lei refere que "ninguém pode ser privado, no todo ou em parte, do seu direito fundiário limitado" e que "o Estado e as autarquias locais podem expropriar terrenos, contanto que estes sejam utilizados para um fim específico de utilidade pública".

Comunidades rurais

O diploma também salvaguarda os direitos das comunidades rurais em terrenos reservados, às quais o Estado assegura a afectação de despesas que visem a promoção do seu bem-estar resultantes das taxas cobradas pelo acesso aos parques e pela caça, pesca ou actividades turísticas ali desenvolvidas.

No que se refere ao domínio útil consuetudinário, o Diploma reconhece às famílias que integram as comunidades rurais a ocupação, posse e os direitos de uso e fruição dos terrenos rurais comunitários por elas ocupados e aproveitados de forma útil e efectiva, segundo o costume.

O exercício deste domínio é gratuito e não prescreve, mas pode extinguir-se pelo não uso e pela livre desocupação nos termos das normas consuetudinárias. Os litígios relativos aos direitos colectivos de posse, gestão, uso e fruição e domínio útil consuetudinário dos terrenos rurais comunitários são decididos no interior das comunidades rurais, de harmonia com o costume nelas vigente.

A lei estabelece, por último, que as pessoas singulares e colectivas que ocupam, sem qualquer título, terrenos do Estado ou das autarquias locais, devem, no prazo de três anos, requerer a emissão de título de concessão.

11.6 Angola, na SADC, destaca-se com proposta económica adequada

Jornal Expansão

O que é que a Urbanização Boa Vida traz de novo ao mercado imobiliário angolano?

A Urbanização Boa Vida é um conceito habitacional com técnicas novas para a realidade angolana, diferente das experiências em condomínios residenciais que há em Angola. É um conceito nunca visto no País.

Que conceito é este?

É um conceito para integrar todos os serviços que são necessários para a manutenção de uma família e para desenvolver uma vida profissional. Resumidamente, a Urbanização Boa Vida traz, além da sua componente residencial, todos os equipamentos públicos que são necessários para ter uma vida sossegada, dentro do seu lar como no desenvolvimento da sua carreira. Temos um centro comercial composto por 102 lojas que vão garantir os serviços tanto a nível banca como a nível dos restaurantes, temos instalado no interior da urbanização um supermercado com um pequeno shopping, onde vão ser construídas lojas de grandes dimensões.

Teremos ainda seis cinemas, salas de jogo, praça de alimentação e um anfiteatro. Em Luanda faltam espaços de socialização, onde podemos ter o nosso convívio familiar e o profissional.

Para além do projecto habitacional Boa Vida, quais são os outros projectos que o grupo Poltec tem Angola?

Para responder ao apelo feito pelo Presidente da República sobre a diversificação da economia, criámos o projecto Agripolo, em Caxito, no Bengo, onde estamos a desenvolver actividades no ramo agrícola, como produção de milho e soja. Posteriormente iremos apostar na produção de ração. O projecto está avaliado em 30 milhões USD e arranca no próximo ano. Vai proporcionar 1200 empregos directos e mais de 2000 empregos indirectos.

Em termos percentuais, qual é o número de casas vendidas no projecto Urbanização Boa Vida?

Temos 1800 unidades residenciais e mais 200 estabelecimentos comerciais. Hoje, tanto na produção como na comercialização, estamos mais ou menos na metade.

O actual ambiente económico é bom para fazer negócio em Angola?

Nota-se que um bom número de expatriados tem saído do País pela dificuldade no acesso a divisas, porque eles tentam fazer transferências mas não conseguem. Da mesma forma que há dificuldades internamente, lá fora também há, podem até ser em proporções diferentes. Acho que Angola dentro do contexto da SADC, destaca-se com uma proposta política e económica adequada e equilibrada.

O que é uma proposta política e económica adequada?

É aquela que permite a realização de operações empresariais num contexto politicamente seguro. Qualquer investidor, ao olhar para o seu investimento, vai sempre analisar o risco político económico no longo prazo. É visível que há estabilidade política em Angola. O executivo transmite esta confiança de estabilidade.

A crise que o País atravessa, de um modo geral, tem afectado de forma negativa o vosso negócio na Boa Vida?

Felizmente, não. Também não aumentou mas estamos estáveis. O nosso projecto habitacional é um produto que proporciona aos clientes uma grande oportunidade de negócio.

Hoje, na busca de soluções investir o Kwanza no mercado, as propostas são muito limitadas. Ou faz uma aplicação bancária que não protege o seu dinheiro da desvalorização ou opta em investir no sector imobiliário para a obtenção de residência, porque o nosso produto é de boa qualidade e a um preço justo.

Um investimento que constitui uma oportunidade e uma garantia de que o Kwanza não vai desvalorizar e, pelo contrário, tende a duplicar o seu valor.

11.7 Hoje o mercado habitacional já não aceita preços especulativos

Jornal Expansão
18 De Novembro de 2016
Texto: Maurício Vieira

Que impacto tem a actual conjuntura económica no sector imobiliário?

Angola sofreu as consequências da baixa do petróleo no mercado internacional e, por sua vez, o público-alvo na aquisição de habitações viu reduzido o seu poder aquisitivo. Todavia, calculo que a perspectiva de médio-longo prazo é sustentável para o mercado,

porque Angola tem sustentabilidade económica e financeira de médio e longo prazo. Sendo assim, a minha avaliação ao mercado aponta que este será mais exigente, os clientes vão optar pelos produtos de alta qualidade e com preços justos. Neste segmento, o mercado vai se expandir, mas já os projectos com preços especulativos ficarão sem clientes.

Partindo deste prisma, alguns investidores poderão não obter o retorno do investimento feito neste sector, uma vez que se fala em falta de clientes e de capacidade de liquidar os empréstimos bancários... Com certeza. Hoje, o mercado habitacional é muito exigente, não aceita qualquer qualidade, não aceita preços especulativos, só vão sobreviver aqueles projectos com propostas decentes, propostas consideradas como oportunidades, tanto de investimento como residencial. Possivelmente vamos assistir a cenários em que os bancos serão forçados a ficar com projectos habitacionais, porque os investidores não conseguem liquidar a dívida contraída. Como consequência, desde que sejam salvaguardadas as condições legais, irão hipotecar os patrimónios habitacionais. o que é uma proposta decente?

Cada um de nós busca um bom negócio, uma boa oportunidade, cada um de nós busca uma boa satisfação para fazer um bom negócio. A proposta residencial não foge muito deste padrão. As propostas que vão permanecer e prevalecer no mercado imobiliário são aquelas que tiverem segurança do investimento do ponto de vista legal e do ponto de vista de produção. A qualidade deve estar associada ao preço, sem especulação. Quais são as principais vantagens que o mercado imobiliário angolano apresenta no actual contexto?

Neste momento, o mercado imobiliário de residência ainda apresenta uma grande lacuna de crescimento,

tanto na classe média como na classe média baixa. O País ainda precisa de grandes centralidades e a demanda por parte dos clientes para as casas nestes segmentos tende a crescer ainda mais; o que faz de Angola um mercado com grande potencial a longo prazo. Pela percepção do que se passa no mercado de Luanda existe necessidade de organizar a parte residencial de grande parte da capital do País.

Como se explica o facto de grande parte dos projectos imobiliários ligados ao sector privado estarem sobretudo em Luanda?

O poder de compra tem a ver com o poder das decisões e nós sabemos que Luanda é o centro de decisões empresariais e políticas do País.

Evidentemente que Luanda é um centro, mas se formos fazer uma análise aos últimos 14 anos percebe-se que as províncias cresceram, e por mais que tenham uma actividade menor do que a praticada na capital do País, elas já apresentam um nível de desenvolvimento no sector imobiliário muito maior do de há 10 anos.

Actualmente, no vosso ponto de vista, há menos burocracia no sector imobiliário angolano?

A parte legal continua a ser muito burocratizada. Para garantir a legalidade de um projecto, o investidor tem um caminho complicado para tratar de todas as licenças e alvarás, o que de alguma forma enfraquece todo o processo, assim como a sustentabilidade e segurança dos projectos. Hoje, estamos a viver uma época de dificuldade nas importações, e isto, para qualquer investidor, constitui uma ameaça na realização ou finalização do empreendimento. Por último, temos a mão-de-obra, onde nem todos têm experiência para garantir a qualidade prometida.

O processo burocrático para a legalização dos vossos projectos, em média, tem durado quanto tempo?

Nós temos sido muito eficazes porque desde o princípio percebemos que é um elemento fundamental ou essencial para garantir o sucesso de empreendimentos, portanto, nós garantimos todos os documentos exigidos na legislação angolana. Porém, há projectos já conhecidos no mercado que até hoje não conseguiram resolver a situação legal. É um processo lento que dura mais ou menos dois anos, quando lá fora é resolvido em menos de um ano.

Apesar da crise o mercado continua atractivo?

Nós somos apologistas de que a crise é um formato de enxergar e analisar o contorno. No nosso entender, a crise constitui uma grande oportunidade para nós aproveitarmos.

Sendo assim, de que forma têm aproveitado a crise?

No que toca a equipamentos, grande parte era adquirida no mercado externo, mas com as dificuldades de divisas decidimos apostar no mercado interno. Criámos alternativas. Por exemplo, as portas que anteriormente importávamos, actualmente estamos a produzir localmente, porque temos matéria-prima que nos permite essa produção. Com isso, foi possível baixar mais de 50% das necessidades de importação. Fizemos esforços no sentido de os principais produtos que podem ser produzidos localmente e com qualidade sejam comprados internamente, desde as janelas, rodapés ... Tudo que é proveniente da madeira compramos cá. Mas ainda

importamos alguns elementos significativos, como os mosaicos, elementos de acabamentos e outros.

Até que ponto a falta de divisas e a desvalorização do Kwanza têm dificultado o vosso negócio?

A falta de divisas tem dificultado a importação de equipamentos e o pagamento de salários dos expatriados. Tivemos que reduzir a nossa necessidade de importação como também reduzimos o número dos expatriados. Hoje, temos 1700 funcionários, dos quais cem são expatriados, quando no passado o número de expatriados foi mais significativo. A desvalorização do Kwanza é um processo macro-económico fruto de situações que não dependem do Governo, é um fenómeno que tem afectado mais os clientes do que os investidores do sector.

11.8 Projecto Habitacional do Mucaba

Jornal de Angola

23 De Novembro de 2016

Texto: Joaquim Júnior

Os municípios contemplados foram seleccionados pela administração municipal, mediante constituição de processos e avaliação das respectivas capacidades financeiras, tendo em conta que as referidas residências são adquiridas no sistema de renda resolúvel, cujo valor mínimo mensal é de 11 mil kwanzas, a serem liquidados em 25 anos.

O vice-governador do Uíge para o sector Técnico Infra-estruturas, Afonso Luviluco, referiu que o acto de entrega das residências acontece em resposta aos desígnios do Governo, enquadrados no Programa Nacional de Habitação, onde o município do Mucaba é um dos felizes contemplados, Afonso Luviluco disse que, apesar do momento financeiro menos bom que o país atravessa, o governo está a envidar esforços para que o bem-estar da população seja uma realidade,

"As casas que foram entregues são agora vossa propriedade patrimonial, por isso devem ser bem cuidadas e não deixem de cumprir com o pagamento das rendas", apelou o vice-governador, para quem só com o pagamento regular e pontual será possível concluir as restantes habitações. A administradora municipal do Mucaba, Maria Fernando Cavungo, disse que a entrega de residências na região é resultado do empenho do Executivo angolano, cada vez mais comprometido com a busca de soluções dos problemas que afligem a população

"A nossa alegria é enorme, por estarmos entre as localidades dos pais contempladas no projecto de 200 fogos habitacionais, permitindo que hoje alguns munícipes realizassem o sonho da casa própria. Um dos contemplados, Felgas António, funcionário da Rádio Nacional de Angola no Uíge, manifestou a sua satisfação por adquirir pela primeira vez uma casa, que vai oferecer maior dignidade à sua família.

Outro contemplado é António Muhoto, empresário, que depois de receber as chaves da nova residência disse que o plano de construção de casas sociais no Mucaba vai permitir que muitos jovens, com dificuldades, para erguer uma moradia, tenham a oportunidade de viver o sonho da casa própria.

Reconheceu que tendo em conta que o material de construção está cada vez mais caro, elevando desta forma os custos para a construção de uma residência, este projecto veio ajudar os jovens a realizarem o sonho da casa própria. Das 170 residências construídas no Mucaba, apenas 70 foram concluídas, enquanto as restantes aguardam por obras de acabamento, como reboque, pintura, colocação de tecto falso, janelas e portas.

Projecto Vila Limpa

A administração municipal lançou sábado o projecto denominado "Vila Limpa e Arborizada", que tem como objectivo a protecção e conservação do meio ambiente, através da plantação de árvores, campanhas de limpeza e educação da população, para a melhoria das condições de vida.

O vice-governador do Uíge para sector Técnico e Infra-estruturas Afonso Luviluco, que presenciou o lançamento, considerou que a iniciativa é de grande valor para a comunidade, atendendo às constantes alterações climáticas no país e na região, em particular, que requer acções direccionadas para a protecção do meio ambiente.

Afonso Luviluco reforçou a necessidade de educar-se mais a população local, que, para além das campanhas de limpeza e plantação de árvores, deve cultivar o hábito da criação de latrinas, como forma de evitar várias doenças causadas pela falta de higiene. O coordenador do projecto, Joaquim Mahungo disse que o projecto prevê plantar mais de mil espécies, entre eucaliptos, acácias rubras e palmeiras ornamentais, na vila municipal do Mucaba. "Pretendemos, com isso, contribuir para a melhoria da imagem do município", concluiu.

11.9 Proprietários de imóveis seguros de multi-risco

Jornal de Angola
26 De Novembro de 2016
Texto: Alexa Sonbi

A maioria dos proprietários de imóveis em regime horizontal, envolvendo prédios e condomínios, furta-se a pagar o seguro de incêndio e de multi-risco habitacional, em desobediência à lei que estabelece obrigatoriedade a esse instrumento financeiro, revelou ontem, em Luanda, o presidente do Conselho de Administração da ENSA.

Manuel Gonçalves, que falava à margem da conferência nacional sobre "Governação corporativa no sector segurador", lembrou que qualquer empresa ou cidadão que tiver o seu imóvel segurado é muito mais protegido em caso de um sinistro, não importando a natureza.

O PCA da ENSA disse que, na situação de crise em que o país vive, torna-se necessário que cada vez mais se fale a protecção dos activos pessoais e patrimoniais, para que, em caso de sinistro, o risco seja transferido para as seguradoras. "É importante que os cidadãos tenham garantias de que a seguradora, a que vão recorrer, em caso do sinistro, possa corresponder às expectativas, pagando as respectivas indemnizações", apelou.

Por seu turno, o director-adjunto da Academia de Seguros e Fundos de Pensões (ASFP) disse que a sua instituição está virada para a educação, formação e visa também o fomento da actividade seguradora.

Júlio Matias disse que a transparência na gestão das empresas de seguro é imprescindível para a sua sustentabilidade e a criação de uma relação de confiança entre os clientes e a seguradora de serviço, neste caso as seguradoras. "Nós acreditamos que qualquer cidadão que assistiu a esta conferência nacional de governação corporativa no sector segurador saiu mais reforçado com relação à prática de governação e boa gestão das suas empresas empresa", ressaltou.

Na conferência, que terminou ontem numa das salas da Academia BAI, foram abordados temas como a transparência como pilar fundamental para uma boa governação corporativa no sector do seguro e a importância da auditoria interna na governação corporativa no sector segurador. No evento, estiveram presentes responsáveis de seguradoras, corretores de seguros, mediadores e estudantes do curso de Marketing e Seguro.

12. DEZEMBRO

12.1 Surge um novo Sambila

Jornal Economia e Finanças
16 De Dezembro de 2016

Do B.O (Bairro Operário) ao homónimo Sambizanga, os 244 mil residentes do distrito urbano do Sambizanga, da província de Luanda, esfregam às mãos de contente. Todos aguardam a conclusão das obras de requalificação de um dos mais afamados lugares da capital, cuja a história vem desde o tempo colonial e dá azos aos sonhos de modernidade.

Ali onde já esteve o maior mercado à céu aberto de África, o lendário "Roque Santeiro", tudo está a ser preparado para a presença de edifícios e imponentes infra-estruturas. As cubatas e casebres não resistem aos novos tempos e aos poucos dão lugar a novas habitações, construídas na vertical e horizontal de uma visão cuja a encosta da Boavista faz de cartão de visita ao mar da ilha.

As obras do projecto de requalificação do Sambizanga prevêem mil268 habitações e teve início em 2014 com a construção de 30 edifícios, de quatro pisos, dos 74 que estão programados, totalizando nesta fase 468 apartamentos.

Lá estão a ser erguidos 20 edifícios com habitações do tipo TA-T2, correspondente a 64 apartamentos, outros quatro edifícios do tipo TB - T 3 (64 apartamentos) e seis edifícios do tipo Tc-T2 (84 apartamentos e 24 lojas).

Está, igualmente, em construção um centro de saúde e duas escolas, sendo uma do ensino primário e outra do secundário, com seis e 12 salas, respectivamente.

Visita do Presidente

Na sexta-feira (9), o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, realizou uma visita de trabalho ao Distrito Urbano do Sambizanga a fim de constatar o estado de execução das obras de requalificação em curso, cujas empreitadas englobam os projectos de desenvolvimento urbano na Boavista e Sambizanga, a protecção das encostas, a construção de um sistema viário integrado pelas Avenidas Kima Kienda e Lueji À Nkonde e o viaduto junto da Administração do Sambizanga. Consta ainda o realojamento das populações, através da construção de mais de 4.000 fogos.

O Presidente José Eduardo dos Santos, acompanhado de ministros dos departamentos

ministeriais intervenientes na requalificação do distrito, orientou no fim da visita a criação de um órgão de coordenação para que haja uma maior articulação entre as demais instituições que constituem parte do processo, assim como a criação de um programa integrado por forma a englobar todos os projectos existentes.

Visita ao percurso

Depois de ter percorrido de autocarro as ruas "Kima Kienda" e "Lueji À Nkonde", as zonas do campo Mário Santiago e do ex-mercado Roque Santeiro e o túnel da Boavista, o Presidente José Eduardo dos Santos considerou ser necessária uma maior articulação institucional entre os intervenientes no projecto.

Pediu, na ocasião, atenção às questões de realojamento populacional para evitar constrangimentos na implantação de infra-estruturas, lembrando que na Boavista e na zona do antigo mercado Roque Santeiro foram desenhados grandes projectos de desenvolvimento urbano e que a construção de infra-estruturas vai permitir o loteamento de espaços habitacionais, comerciais e outros.

O Chefe do Executivo falou da necessidade de se encontrar soluções para o realojamento das famílias que habitam actualmente nas zonas de implementação de projectos, em termos de localização de espaços, financeiro e de parcerias.

12.2 Executivo ordena o território nacional

Jornal de Angola
27 De Dezembro de 2016

A informação foi prestada pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, durante o balanço das actividades desenvolvidas pelo sector ao longo de 2016, no domínio do Ordenamento do Território.

A ministra falou do projecto da Cidade Aeroportuária, que está a ser desenvolvido pela empresa CIF, que iniciou a elaboração do Plano de Urbanização que deve ser acompanhado por uma comissão técnica interna do Ministério.

A par destes projectos, a ministra informou que continua a ser actualizada a base de dados dos planos territoriais e urbanísticos elaborados em todo o país, com o cadastro dos instrumentos de planeamento territorial e urbanístico.

"Estamos a proceder à divulgação a nível nacional da importância da elaboração da carta de risco, que é um instrumento que está orientado para ser elaborado na ausência do Plano Director Municipal (PDM)", explicou.

Branca do Espírito Santo informou que estão também em fase de elaboração os elementos metodológicos para a interpretação e divulgação da legislação relacionada com o sector, através do estudo de harmonização dos diplomas legais, em função da nova orgânica institucional. A ministra disse ainda que trabalha-se já na modernização do Sistema de Informação Geográfica (SIG), que permitirá uma adequada informação territorial, de forma a melhorar o cadastramento e a titulação das concessões das áreas concedidas e a conceder, também no âmbito das reservas fundiárias. Em relação às actividades do Instituto Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo (INOTU), tutelado pelo Ministério do Urbanismo e Habitação (MINUHA), Branca do Espírito Santo destacou a elaboração e entrega dos planos urbanos de Cacula e Quipungo, municípios da província da Huíla, e a promoção e execução de planos de ordenamento rural promovidos pelo Ministério. A prestação de serviços técnicos às administrações municipais, o acompanhamento dos Planos Urbanísticos (do Sector Dimuca/Sambizanga e das "Organizações Ribeirinho", a construção de 60 mil fogos no âmbito do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação), levados a cabo pelo INOTU, também mereceram a atenção da titular do sector. "Estamos a acompanhar a implementação da Urbanização Comandante Loy, em Calomboloca, e Nganga Zuze, e estamos a elaborar os termos de referência sobre o impacto social, económico, ambiental, histórico e político-administrativo das reservas fundiárias", aferiu.

A ministra revelou que estão a ser estabelecidos protocolos de cooperação com universidades e a executar a formação interna.

12.3 Reabilitação das vias urbanas da cidade comprometida por falta de verbas

Jornal de Angola

31 De Dezembro de 2016

A reabilitação das vias de acesso do casco urbano da cidade de Cabinda e parte dos projectos de abastecimento de energia e água à população não foram concretizadas em função da crise económica e

financeira que o país atravessa, tendo sido remetidas para o próximo exercício económico.

Em 2016, ficou ainda por se concluir as obras do Hospital Central de Cabinda e do município de Cacongo e também a construção de 200 fogos habitacionais por cada município.

Apesar da crise, em 2016, foram desenvolvidos esforços no sentido de manter-se os ganhos registado em 2015. Por exemplo, no sector da Saúde, os dados indicam que se registou uma baixa em termos de mortalidade infantil. Também houve uma redução considerável em termos de malária.

No que diz respeito à Educação, ensino primário registou um aumento significativo com a entrada de mais de 21 mil crianças para o processo de aprendizagem, 27 mil para o ensino secundário e mais 500 novos estudantes ingressaram nas universidades. O sector da Indústria também registou ganhos significativos, com a execução da primeira fase do Pólo Industrial do Fútila, que está a ser implementado numa extensão de 2.345 hectares para acomodar cerca de 56 empresas do ramo petrolífero e não só.

A par da indústria de produção e transformação da madeira, com grande expressão a nível do sector na província, a construção civil; a exploração asfáltica e de betão, assim como a indústria transformadora de ração animal estão a dar passos significativos. Prevê-se empregar cerca de 2.000 pessoas.

A nível da província de Cabinda, Executivo aprovou 30 projectos de impacto socioeconómico, que visam influenciar o desenvolvimento da região e melhorar o nível de vida da população.

Dos projectos, 15 são de implementação imediata, no quadro do financiamento da linha de crédito da China. Trata-se da construção do porto de águas profundas do Caio, reabilitação e ampliação do aeroporto local e da construção do quebra-mar e de um terminal marítimo. Fazem ainda parte dos projectos, a aquisição de dois navios de cabotagem para a ligação Cabinda/Soyo/Luanda, a electrificação da cidade de Cabinda, a implementação de projectos de reabilitação e o reforço da produção e do abastecimento de água potável nos municípios de Cabinda, Buco-Zau e Belize.

Também constam do caderno de encargos, a conclusão do projecto de construção do Campus Universitário, a construção das fases um e dois de infra-estruturas integradas da província e do centro político administrativo do governo provincial.

Quanto ao porto de águas profundas do Caio, o maior projecto a ser erguido na província depois da independência, este entra em funcionamento em 2017 com a conclusão da primeira fase.

Manuel Nunes Barata, da empresa Caio Porto SA, gestor do projecto, disse que, em termos de custo, o empreendimento está avaliado em cerca de dois mil milhões de dólares e informou que os trabalhos para a conclusão da infra-estrutura estão praticamente na sua recta [mal].

Os estudos bati métricos e da dinâmica das ondas e outros aspectos inerentes à sua implementação foram concluídos, o que permitiu alterar o figurino do projecto inicial por se constatar a existência, no fundo do mar, de infra-estruturas ligadas à exploração petrolífera.

Com essa alteração, disse Manuel Barata, o porto fica agora localizada a dois quilómetros da costa, o que permite reduzir os custos da dragagem e tomar menos onerosas as operações de carga e de descarga de mercadoria.

Os prazos inicialmente concebidos para a execução do projecto não serão alterados, garantiu Manuel Barata, acrescentando que, em meados de 2017, deverá atracar o primeiro navio no novo porto comercial de Cabinda, que inicialmente terá capacidade de manusear cerca de 200 mil contentores por ano.

O projecto da construção do porto do Caio obedece a três fases. A primeira, em termos de custo, está avaliada em 600 milhões de dólares e consiste na construção de um cais de atracação para receber dois navios de longo curso, bem como a construção do quebra-mar. A construção do quebra-mar afigura-se como um projecto importante para a operacionalidade da actual ponte cais e do futuro porto de Caio, já que vai mitigar as dificuldades adversas provocadas pelas correntes de Benguela e do rio Zaire e outras substâncias resultantes das calemas. O quebra-mar, de acordo com o presidente do Conselho de Administração do Porto de Cabinda, Manuel Nazareth Neto, trará mais valias para o desenvolvimento da região na medida em que vai influenciar para que o custo de vida na província baixe.

Também vai facilitar a atracação de mais navios na ponte cais e junto do próprio quebra-mar e gerar postos de trabalho para os jovens. Vai, igualmente, possibilitar o transporte de passageiros e de mercadorias por via marítima Cabinda/Soyo/Luanda e vice-versa, através de um catamarã e de outras embarcações.

A governadora provincial de Cabinda, Aldina da Lomba, considerou que tais projectos estruturantes vão dinamizar o processo de desenvolvimento e crescimento económico da província, promover o emprego e aumentar a qualidade de vida da população.

12.4 Imobiliária simplifica acesso a casas

Jornal de Angola

01 De Dezembro de 2016

Texto: Kátia Ramos

O projecto "Dicanga Imobiliário" simplificou as modalidades de acesso a casa própria para permitir que funcionários públicos e privados tenham uma residência condigna na cidade de Luanda. A construção de 238 habitações do tipo A, B e C, T3, T4 e T5, numa zona privilegiada da capital do país, foi lançado ontem, em Luanda.

Diacatte Quipuco, director comercial da imobiliária; disse ao *Jornal de Angola* que a empresa tem a finalidade de facilitar a aquisição de casa própria aos menos afortunados, incluindo pessoas que não possuem um rendimento mensal fixo.

"Dicanga Imobiliário tem o objectivo de facilitar o acesso e aquisição de uma residência social a todos os níveis pela forma mais facilitada de pagamento, tendo como público-alvo os jovens que estão a começar a vida e almejam ter a casa própria" sublinhou.

O responsável disse que a aquisição de uma residência, a ser liquidada num prazo máximo de 35 anos, A empresa está a promover uma através de uma renda resolúvel de 55 mil kwanzas por mês, inicia com uma simples entrada de 200 mil kwanzas. Com a entregados 200 mil kwanzas e depósitos de 55 mil kwanzas por mês, o cliente aguarda por um ano para a recepção da chave.

O projecto conta com a parceria dos bancos Angolano de Investimento (BAI) e Comercio e Industria (BCI). No caso de clientes encontra dificuldades na liquidação, a imobiliária intercede como avalista na aquisição da habitação.

"Não queremos ter lucros imediatos. Queremos ajudar as pessoas a adquirirem a sua residência de forma confortável e segura, quer através do capital próprio, quer através de crédito bancária", disse Diacatte Quipuco.

A empresa está a promover uma campanha de promoção, que vai até ao dia 15 de Janeiro, para o

registo dos interessados em adquirir residência na primeira fase, que vai construir 68 casas. Previstas para serem entregues nos finais de 2017, as casas erguidas em condomínio aberto denominado Moreias Residence contam com certificação de segurança e de qualidade.

O projecto vai ser executado em quatro fases, contemplando áreas de lazer e comercial, creches, farmácias, supermercado, ginásio e outros serviços. As vivendas têm rés-do-chão e primeiro andar. "Trata-se da primeira iniciativa de soluções habitacionais com padrões de qualidade e um alto nível tecnológico que inclui pessoas que não dependem de um salário, mas que exige apenas uma fonte de rendimento", aclarou.

O director da área comercial disse que a diversificação do sector está a crescer, baseado no crescimento sustentável, e conta com o apoio de uma equipa humana qualificada que, apoia na qualidade do projecto.

No âmbito da construção civil, a Dicanga Imobiliário tem desenvolvido projectos de habitabilidade, capacidade e orientação técnica comprovadas pelos demais órgãos de qualidade nacional com vasta experiência no mercado Diacatte Quipuco disse que os responsáveis da empresa têm consciência da responsabilidade social que exerce nas comunidades, tendo como filosofia de trabalho prezar por valores e ética, respeito e profissionalismo.

"Desta forma, pretendemos contribuir para a qualidade de vida do cidadão angolano", referiu.

Para o director comercial, esta é a primeira empresa a dar soluções habitacionais aos angolanos, com a aposta numa estrutura empresarial sólida no mercado nacional. A empresa está a apostar na qualidade de alto padrão, na modernização, na mão-de-obra qualificada e prima pela comunicação contínua entre os sectores envolvidos.

A imobiliária está certificada e garante processos e prática de uma organização habitacional aplicada nos sistemas de gestão e qualidade.

12.5 Casas não chegaram para todos

Novo Jornal

02 De Dezembro de 2016

Há muitos moradores do Tecto Vermelho que partilham a casa com estranhos que não foram abrangidos pelo processo de entrega de residências,

que decorreu esta semana. Alguns nomes não constam da lista em posse do responsável do Ministério do Urbanismo. Foi este o caso do jovem Carlos Diogo, de 38 anos, que se mostrou inconformado. "O meu nome não saiu, não sei porquê. Eu estou muito aflito, estou à espera desta residência há mais de seis anos. A senhora jornalista já acompanha este caso há muito tempo e eu estive sempre aqui disponível para falar. Como é que agora vão dizer que o meu nome não está na lista? Se não está, então significa que eu não vivo aqui? O que estão a fazer não é justo. Estão a dar casas a pessoas que nunca viveram aqui" denunciou, imerso em interrogações.

Lázaro Felipe, de 40 anos, é outro morador que não recebeu casa. Também ele se mostrou indignado porque, há mais de seis anos, que divide casa com Carlos Diogo. Juntos receberam a ficha que confirmava que eram moradores do Tecto Vermelho e ambos ficaram de fora nesta entrega de moradias.

"Nós os dois recebemos as fichas no mesmo dia. Agora, estão a dizer-nos que os nossos nomes não constam da lista, isto não é justo. Estou a ver aqui muita gente com grandes carros. Essas pessoas não viviam aqui e eles é que estão a receber as casas", apontou o homem, visivelmente zangado.

Os moradores do bairro da Favela, comuna da Kinanga, distrito 'da Ingombota, foram retirados da zona em Novembro de 2010, e alojados no bairro do Panguila. Muitas famílias viram-se obrigadas a dividir casa. Nalguns casos, uma moradia de três quartos, sala, cozinha e uma casa de banho era partilhada por três famílias, que se viam obrigadas a uma coabitação forçada com estranhados.

12.6 Mais de 700 residências entregues no Panguila

Novo Jornal

02 De Dezembro de 2016

Texto: Isabel João

Algumas famílias que partilhavam casa, na zona do Panguila, província do Bengo, começaram esta semana a receber as residências, seis anos depois de terem sido transferidas do bairro da Favela. A promessa, feita em 2010, era de que cada família iria receber a sua própria moradia no prazo de 15 dias. A maioria aguardou seis anos. E há ainda quem tenha de esperar melhor sorte.

Foi com a alegria estampada no rosto e gritos - "já tenho casa, já tenho casa" que Cristina de Jesus, de 32 anos, começou a conversa com o Novo Jornal.

"Estou muito feliz. Depois de tantos anos a viver naquele sofrimento, hoje, finalmente, vou ter um sono tranquilo. Só tenho de agradecer ao Executivo. Mesmo com a demora, deu-me uma casa", explicou.

Cristina faz parte das mais de 1.700 famílias que foram retiradas do bairro da Favela, na comuna da Kinanga, em Novembro de 2010, pelo Governo da Província de Luanda. A moradora, que vivia no sector 9, foi beneficiada com uma habitação do tipo T2.

Outra moradora do sector 9 que também recebeu uma residência foi Maria da Piedade, de 58 anos, que, no Panguila, dividia a casa com duas famílias, à semelhança do que acontecia com Cristina de Jesus.

A mulher mostrou-se igualmente satisfeita com a nova residência, mas foi mais contida nos festejos, porque a casa que lhe entregaram não tem energia eléctrica, nem água potável.

"Gostei da casa, mais vale esta do que dividir uma com pessoas estranhas. Mas preocupa-me por não ter luz nem água. Assim, o nosso sofrimento vai continuar, porque temos de comprar água aos chineses", disse, resignada, Maria da piedade.

A mulher mostrou-se também insatisfeita pelo facto de a residência que recebeu apresentar fissuras, para além de todas as janelas e portas estarem partidas.

De acordo com fontes do Novo Jornal, as moradias entregues aos ex-moradores da Favela foram construídas há mais de dois anos e, apesar de tão pouco tempo, apresentam fissuras na sua estrutura. A maior parte das casas não tem chão e as sanitas foram arrancadas dos quartos de banho devido à demora.

Uma fonte confidenciou que, desde o início, o Complexo Residencial do Panguila foi um projecto do Ministério da Construção e Urbanismo. A entrega das residências não tem nada a ver com o Governo da Província de Luanda, nem do Bengo, conforme muitos pensavam.

12.7 Projecto habitacional em fase de conclusão

Jornal de Angola

05 De Dezembro de 2016

Texto: Sérgio V. Dias

Os primeiros apartamentos da centralidade do Cuito, no Bié, começam ser vendidos a partir de Agosto do

próximo, disse o coordenador comercial da Kora-Angola, Crispim Costa.

O responsável da empresa de construção civil e promoção imobiliária reiterou que na imponente infra-estrutura estão em construção seis mil residências, das quais estão já concluídos 922 apartamentos, 252 moradias térreas e 611 de dois pisos.

Crispim Costa frisou que os candidatos à aquisição de moradias, quer na central idade do Cuito, quer na do município do Andulo, devem estar tranquilos em relação à política de comercialização.

Tanto na centralidade do Cuito, como na do Andulo, a cerca de 130 quilómetros a Norte da capital do Bié e que, por sua vez conta com um total de mil apartamentos, a comercialização vai abranger pessoas de todas as classes sociais.

O coordenador comercial da Kora-Angola referiu que as obras de edificação e acabamentos nas habitações da centralidade do Cuito estão a decorrer a bom ritmo, tendo acrescentado, para o efeito, a construção de outras componentes complementares. Crispim Costa destacou, no entanto, que o empreendimento em execução inclui serviços sociais, construídos no âmbito do projecto "Horizonte", desenvolvidos pela construtora Kora-Angola.

Para o efeito, realçou a construção dos sistemas de abastecimento de água potável e de tratamento de águas residuais, além dos da energia eléctrica e das vias de acesso à imponente infra-estrutura, que vai colmatar o défice habitacional da população local.

A semelhança da central idade do Andulo, a do Cuito conta também com prédios de quatro pisos com oito apartamentos cada e moradias de dois e um piso. Uma vez concluídas, as duas centralidades vão beneficiar sete mil famílias.

Casa própria

As políticas desenvolvidas pelo Governo do Bié, no quadro do programa habitacional de autoconstrução dirigida, garantiram a milhares de famílias de poucos recursos a realização do sonho da casa própria.

No Bié, as administrações municipais procederam este ano à distribuição global de 1.412 lotes de terrenos urbanizados para construção de moradias, sendo 300 no Cuito, 500 Chitembo, 160" no Cuemba, 252 Cunhinga, 100 em Camacupa e Chinguar a um preço fixado em 45 mil kwanzas por cada parcela com de 600 metros quadrados.

Além das centralidades do Cuito e do Andulo, onde foram executados um total de sete mil apartamentos de tipologia T3, está ainda projectada a construção de mais de dois mil fogos habitacionais na reserva fundiária de Caluapanda,

Nesse contexto, em Setembro último ocorreu no Cuito a certificação de trezentos hectares de terras clarificadas do pólo industrial do Cunhinga, áreas de produção agrícola em Camacupa e na reserva fundiária de Caluapanda.

Um total de 130 jovens beneficiaram, em Agosto último, de residências no bairro São José e outros 86 na localidade de Caluapanda, no Cuito, no âmbito do "Programa Angola Jovem".

12.8 Novos bairros conferem dignidade a moradores

Jornal de Angola
06 De Dezembro de 2016
Texto: João Lubaco

No princípio, surgiu entre os moradores o receio de serem atirados à sua sorte. À reportagem do Jornal de Angola, queixam-se de algumas dificuldades no que concerne aos serviços sociais básicos, mas mostram-se "orgulhosos" do que ganharam, sobretudo, com a extensão dos terrenos', que lhes permite construir a casa dos sonhos.

"O Governo está empenhado na criação de condições para satisfazer as necessidades de energia, água canalizada e outros serviços sociais, tais como a segurança policial para banir a delinquência", disse o coordenador da zona da Chimucua, Henriques Tchijamba.

Joana Ventura, professora do ensino primário, reside desde Março de 2010 na Chimucua. Tinha a casa anterior numa zona de risco e recebeu do Governo um terreno de mil metros quadrados. Apressa-se a mostrar aos jornalistas a nova casa: três quartos, salas de jantar e de visitas, marquise, cozinha ampla e casa de banho.

Para ela, que tem quatro filhos, o projecto "é uma bênção", pois permitiu a realização de um velho sonho. "Hoje, tenho a minha casa, com quintal vasto, onde posso gozar de um lazer tranquilo e sem limitações", frisou.

Ao Governo, pediu apenas que acelere a implantação das infra-estruturas que faltam. A água vem dos camiões-cisterna e a electricidade dos pequenos geradores. Tudo isso onera gastos da casa. A

moradora da Chimucua queixa-se também dos buracos na estrada principal que dá acesso à centralidade e desencorajam os taxistas, tornando assim difícil esta actividade. "Gostaríamos que o Governo resolvesse o mais rápido possível estas insuficiências para não estragar este bem-estar que nos proporciona e poupar-nos os esforços que fazemos na gestão do orçamento familiar", disse.

Para a moradora da Chimucua, é também importante a construção de escolas. "Os nossos filhos têm de apanhar quatro ou cinco táxis todos os dias para irem à escola, o que não é fácil para nós", afirma.

Também é importante criar-se um mercado na zona. Os frescos são comprados longe e, devido à falta de electricidade, é preciso fazê-lo todos os dias. "Devido à escuridão, não podemos chegar um pouco tarde a casa, para evitar os assaltos", afirma.

"Pedimos que acelerem as obras que estão em marcha para melhorar, o nosso bem-estar nesta zona", rogou Joana Ventura.

Crise atrasa obras

No âmbito do programa de Combate à Fome e à Pobreza, o Governo projectou para a zona da Chimucua e do Kuawa, a instalação de várias infra-estruturas sociais que "só estão atrasadas devido à crise global", afirmou o coordenador da zona da Chimucua, Henriques Tchijamba.

O coordenador reconheceu existir "um ligeiro atraso" na instalação de alguns serviços básicos na região, o que afecta os moradores aí instalados há seis anos. Água e electricidade são os pontos realçados, além da falta de segurança.

As localidades da Chimucua e do Kuawa estão abrangidas por projectos do programa "Água para Todos", disse. O mesmo acontece em relação à electricidade, com a instalação de postes de iluminação e transportação. "Tão logo sejam concluídos estes projectos, vamos ter o abastecimento", assegurou. "Os fontanários com energia solar são um milagre", garantiu.

Henriques Tchijamba elogiou a instalação de fontanários com fonte de energia solar em cada bloco de moradores, que, nos primeiros anos, deram um grande contributo no abastecimento à população assentada, num projecto desenvolvido pela Direcção Provincial das Águas.

"Devido ao aumento do número de habitantes e à irregularidade das chuvas, nos últimos anos, estamos com dificuldades para tirar água, porque o lençol freático baixou muito e, em certas horas, os

fontanários não jorram água, provocando longas filas", frisou.

Pedi que, doravante, sejam instalados fontanários à manivela, porque os actuais, com sistema solar, não correspondem aos anseios da comunidade, por pararem às primeiras horas do dia, ao pôr do sol e nos períodos com o céu coberto.

Saúde e Educação

O actual centro médico, construído num espaço de cerca de dois mil metros quadrados para atender as centralidades do Kuawa e da Chimucua deixou de corresponder às necessidades, afirmou o coordenador da Chimucua. O centro "já não suporta" a actual procura e, quando "aparecem casos de vulto", os hospitais de maior capacidade "estão muito distante", disse Henriques Tchijamba.

Em relação à Educação, é preciso instalar o segundo ciclo de ensino, porque os estudantes, depois de terminarem a nona classe, são obrigados a procurar os institutos, que ficam muito longe da sua zona de residência.

Estrada esburacada

A via que liga a cidade do Lubango às duas localidades está por ser intervencionada. "A estrada mantém-se de terra-batida e está muito esburacada", disse o coordenador. Ao atingir o asfalto, no desvio para a Matala, regista-se um grande afunilamento devido às construções anárquicas, face à passividade da administração do bairro, denunciou o coordenador da Chimucua.

"Quando denunciámos, o fiscal vem, mas não nos contacta, fala com o transgressor, entendem-se e, 48 horas depois, o indivíduo continua a construir no meio da estrada", alertou.

Delinquência cresce

O coordenador da Chimucua falou da insegurança nos dois bairros, situação para a qual tem chamado a atenção das autoridades com informações constantes e que, como afirmou, tem semelhança com o que ocorre noutras áreas da cidade do Lubango.

"Frequentemente, deparamo-nos com indivíduos que se fazem rebocar com três pessoas numa mota só. Um armado, outro para carregar os objectos e o condutor. Em colaboração com os seus cúmplices, que são jovens destes bairros, realizam assaltos a residências, subtraem artigos de valor, como botijas de gás e outros de fácil venda nos mercados informais", contou.

Para combater essas acções, as autoridades contam com o apoio dos moradores, com denúncias, assim como com a intervenção do Comando Municipal da Polícia Nacional do Lubango. "Há um patrulhamento da Polícia em algumas horas do dia e da noite, o que fez com que o grau de insegurança pública baixasse um pouco", assegurou.

As comunidades gizaram uma estratégia que consiste no mapeamento dos marginais e depois realizam encontros profiláticos. "É preciso ter sempre a colaboração dos moradores, porque a esquadra policial existe, mas não é suficiente para controlar a área" precisou o coordenador. Henriques Tchijamba lamentou o facto de que quando são apanhados e entregues às autoridades, os marginais apenas recebem conselhos e são soltos, por se considerarem tais práticas de pequena dimensão, protagonizadas por indivíduos de menor idade.

"Notamos certo descontentamento da comunidade, quando constata que os marginais voltam, pouco tempo depois, a cometer as acções", queixou-se. O coordenador pediu também que os moradores deixem de proteger esses meliantes. Dessa forma, disse, "criam inimizades com os vizinhos e problemas com as autoridades."

Administração esclarece

A chefe da secretaria da Administração do bairro Nambambe, Helena Mande, disse que, com os fiscais da administração municipal, combatem as construções anárquicas nos terrenos e ao longo da estrada que vai às zonas do Kuawa e da Chimucua.

Helena Mande desmentiu as denúncias feitas à actuação dos fiscais. "O nosso fiscal não se tem a poupado esforços, pois trabalha de forma rigorosa para combater as irregularidades que se têm registado", afirmou. A funcionária lamentou a venda, pelos próprios moradores, de terrenos marcados pela administração, situação para a qual os fiscais têm sido chamados a actuar.

Os moradores do Kuawa e da Chimucua queixam-se também da morosidade no tratamento de documentos, pareceres e cobrança de emolumentos. A chefe de secretaria explicou que o prazo de entrega aos requerentes tem sido de 48 horas. No caso de pagamentos, os preços são os publicados no despacho da administração municipal, que estipula 352 kwanzas para a declaração e dois mil para o parecer.

"Não temos muita demora ao atribuir os documentos ou pareceres aos requerentes que acorrem aos nossos serviços. Tendo em conta a complexidade na

centralidade, temos todo o cuidado quando alguém pretende legalizar um espaço naquela zona, porque há terrenos que, no momento do loteamento, já foram atribuídos a outras pessoas", afirmou.

Para a emissão de qualquer parecer, é necessário contactar os coordenadores dos bairros e, quando não há litígio, o documento é respondido em 48 horas. Helena Mande desmentiu também a cobrança de valores - 20 mil kwanzas ou mais - para a obtenção de documentos naquela administração.

A chefe de secretaria da Administração do Nambambe disse ainda que o Governo "está empenhado" em garantir o fornecimento de água e electricidade a Kuawa e a Chimucua, sem adiantar datas. A reabilitação da estrada foi já atribuída a uma empresa local.

12.9 Arrecadamos à volta de 500 milhões kz por mês de rendas nas centralidades

Jornal Expansão
09 De Dezembro de 2016

Chegou a dizer que as pessoas deveriam pagar duas prestações mensais até à liquidação de dívidas de 2014, mas depois mudou de ideias ... Quando corrigimos a primeira afirmação, feita com base num estudo que foi divulgado na comunicação social sobre a desindexação do valor das prestações ao dólar, duas prestações eram inferiores a uma prestação anterior. Mesmo assim, apercebemo-nos da degradação do contexto económico e do rendimento das pessoas, fruto da inflação e da desvalorização da moeda nacional. Portanto, a perda do poder de compra causou precaridade económica, e por isto discutiu-se uma nova proposta para que este valor em atraso fosse repartido por um tempo mais dilatado, que era inicialmente pensado em 12 meses, mas passou para 5 anos.

Quanto é que à Imogestin recebe de rendas mensais nas centralidades e projectos habitacionais que gere?

Posso dizer que o valor arrecadado andarà à volta dos 400 a 500 milhões de Kwanzas por mês, em projectos habitacionais como Kilamba, Sequele, Dundo e de Cabinda. Isto em arrendamento e vendas.

As habitações de Sequele e Kilamba foram todas negociadas?

Quando a SONIP transferiu o processo para a Imogestin todas as casas já estavam vendidas e arrendadas. Nós não vendemos nenhuma casa no Kilamba nem no Sequele. Vendemos no KK 5 000,

um bairro que integra o Kilamba, ou seja, é uma zona residencial complementar do Kilamba.

Portanto todos os apartamentos do Sequele e Kilamba já têm proprietários?

É o que a SONIP nos tinha dito inicialmente, mas depois constatámos que não, porque havia centenas de casas que tinham sido ocupadas ilegalmente. Tivemos que fazer um trabalho no sentido de regularizar a ocupação ilegal.

Essas pessoas abandonaram as casas?

Umás sim, porque reconheceram, outras estão em processo de negociação e algumas até em processo de notificação porque não estavam a habitar nelas e não tínhamos forma de contactar os ocupantes.

Como têm resolvido os processos dos apartamentos onde há dois proprietários com documentos autenticados?

Este é um problema muito sério que a SONIP deixou. Aparecem pessoas que invocam ter títulos legítimos emitidos pela mesma empresa em períodos diferentes, reivindicando terem direito ao mesmo imóvel. A única coisa que fazemos é informar as autoridades, que por sua vez, instruem processos de investigação criminal.

Mas a SONIP passou-vos a base de dados das vendas e arrendamentos.

Sim. Nós dizemos de quem é o nome que está na base de dados. Agora, isto não quer dizer que os nomes que estão na base de dados são, efectivamente, os legítimos. Se houver dois documentos que sejam legalmente validos só os tribunais é que decidem quem é o proprietário. Mas deve-se ter atenção que não fomos nós que vendemos. Muitas vezes estes nomes coincidem com pessoas que ocuparam primeiro, outros não. Estamos convencidos que é um problema que vai acabar sempre nas barras dos tribunais, porque se alguém vendeu a casa a duas pessoas. Mas também há casos de títulos falsos.

Estes casos também ocorrem nos projectos habitacionais do interior do País?

Não. Só em Luanda. A capital do País é o principal foco destes problemas, especialmente no Kilamba com centenas de casos e alguns no Sequele. No Kilamba são cerca de 500 casos para um universo de 20 mil habitações e no Sequele perto de 300 apartamentos para um universo de 9 mil habitações.

O programa habitacional do Estado é sustentável? Evidentemente que este programa a longo prazo não seja sustentável, nenhum Estado do mundo é capaz de criar programas financeiramente suportados pelo Estado para resolver o problema da população, só as pessoas de baixo rendimento devem ter maior apoio do Estado para resolver assuntos de carácter habitacionais, enquanto o segmento da média e alta classe devem ter outros tipos de apoios mas não podem ser iguais para as pessoas de baixo rendimento.

12.10 Não haverá venda física

Jornal Expansão

09 De Dezembro de 2016

Texto: Maurício Vieira Dias

Já têm um modelo de vendas identificado? Dividimos o segmento dos candidatos em três grupos.

No primeiro grupo estarão os funcionários do Estado, no segundo os funcionários de empresas públicas e privadas de dimensão significativa e noutro serão a venda ao público livre. Recentemente, na reunião da Comissão Económica, foi estendida a trabalhadores que se candidatam à venda livre, regime de renda resolúvel tal como é aplicada à função pública, enquanto no segmento de venda dirigida a grandes empresas públicas ou privadas os trabalhadores devem pagar a totalidade num prazo até 5 anos com dinheiro próprio ou com créditos feitos aos bancos com apoio das empresas.

O risco de verificar enchentes como na primeira fase está acautelado?

Não haverá venda física, as empresas e a função pública vão escolher. O executivo aprovará a quota de habitações por sector, a partir daí há uma percentagem de 40% para a função pública, 30% para a venda dirigida e 30% para a venda livre. As empresas irão indicar os trabalhadores que terão acesso. Por exemplo, se o Porto de Luanda beneficiar de 50 casas ou a Movicel ou Unitel com 30 ou 40 casas, será a própria empresa que vai indicar os nomes dos trabalhadores que vão beneficiar e ver se o rendimento é compatível com o valor do pagamento mensal do imóvel. Haverá candidaturas internas dentro das próprias empresas.

Quais serão os valores dos apartamentos?

Será efectuado um plano de afectação. Imaginemos que temos mil casas para empresas públicas, temos que ver quais são as empresas que terão acesso, ver se têm mais de vinte empresas com mais de 500

trabalhadores poderemos contemplar cada uma com 50 casas. Vamos fazer isto com ajuda do Ministério do Urbanismo.

E a venda livre ...

O cidadão concorre por via da internet. Serão seleccionadas as pessoas que estiverem em condições para tal. É preciso que as pessoas trabalhem e tenham contribuição para a segurança social.

O rendimento mínimo necessário estará à volta dos 30 a 40 mil Kwanzas mês para a classe mais baixa. Se a taxa de esforço não for superior a 30%, quer dizer que as pessoas devem auferir um salário acima dos 100, 110 mil kwanzas mês.

12.11 Protecção dos imóveis

Jornal Economia e Finanças

09 De Dezembro de 2016

Adquirir a casa própria é o sonho de muitas pessoas, para o qual exige muito trabalho e sacrifício, Por isso, é um investimento que, contra toda e qualquer objecção, vale a pena proteger de uma eventual fatalidade, De contrário, é colocar o bem a risco descoberto.

Ora, o risco é o acontecimento futuro, aleatório, incerto e não controlável pela vontade humana, contra o qual o segurado (proprietário ou locatário de um imóvel) deseja precaver-se. Assim, quando realizamos um investimento como a compra de uma casa, o risco está imediatamente a espreita. Entretanto, num dia Imprevisível, fazendo uso ou não do imóvel, o risco poderá manifestar-se através de uma inundação ou incêndio que podem causar a destruição total do seu imóvel e prejuízos aos vizinhos.

Reza a história, que no dia 2 de Setembro de 1666, o fogo originado numa padaria de Londres propagou-se com tal rapidez e intensidade que foram precisos quatro dias para o dominar, o qual destruiu como consequência, mais de 13,000 casas, construídas em 400 ruas, repartidas por 175 hectares de terreno. Como consequência deste acontecimento, e dada a sua importância, nasceu, no final do século XVII, o seguro de incêndio, previsto nas ordens jurídicas de muitos países.

No nosso país, note-se, apesar de não estar regulamentado em lei específica, o seguro de incêndio é obrigatório. O art. ° 1429° do Código Civil determina que "é obrigatório o seguro de edifício contra o risco de incêndio". Por meio desta norma, o legislador angolano impõe que devem ser

asseguradas, quer as partes comuns, quer as fracções autónomas (apartamentos), dos prédios constituídos em regime de propriedade horizontal, nos termos dos arts 1414.º e 1415.º do Código Civil, incluindo, os condomínios de fracções unifamiliares.

Assim, o proprietário ou locatário, poderá tomar uma de duas decisões: assumir o risco ou transferi-lo a uma seguradora, Assumir o risco, implica ter de poupar dinheiro para reparar prejuízos caso o risco se manifeste.

Como há-de observar, não é economicamente o comportamento mais eficiente, porque deixa de investir aquele dinheiro noutros projectos, que gerariam mais riqueza e satisfariam outras necessidades.

Por outro, a transferência do risco a uma seguradora implica apenas o pagamento de uma quantia certa e inferior e obtém, como contrapartida, a garantia de indemnização dos danos sofridos e causados, até ao limite do capital seguro correspondente. Através do seguro, adquire uma dupla protecção, isto é, protege o seu património e o do outro.

Adicionalmente, o risco de uma perda económica, aleatória e incerta, é salvaguardado por uma seguradora. É a existência desse garante que vai reestabelecer o bem-estar e o conforto do segurado (proprietário ou locatário), ocorrendo o sinistro.

Não obstante os benefícios referidos, algumas pessoas defendem que o Estado não devia regular essas situações, mas deixá-las ao cuidado das partes envolvidas. Porém, coloca-se a questão de saber como se resolveria a situação, na qual o causador, também vítima dinheiro para pagar. Como seriam indemnizados os lesados? Na verdade, ressalte-se que, num quadro como este, os custos de transacção tais como quantificação das perdas, custos com peritos, advogados, tempo de negociação e outros, tornariam o processo moroso, agravavam-se os danos, geravam-se conflitos e clamava-se pela intervenção do Estado.

Assim, visando garantir que a reparação desses danos não dependam da capacidade financeira do causador e evitar a ocorrência de conflitos que perturbem a paz social, o Estado optou pela obrigatoriedade do seguro de incêndio. Por este meio, pretende que os proprietários ou locatários de imóveis expostos aos mesmos riscos, contribuam com quantias certas (prémio de seguro) para um fundo comum, detido e gerido por uma seguradora, para, na eventualidade de um sinistro previsto na apólice, àquela reparar os prejuízos até ao limite do capital seguro. Deste modo, reparte-se o mal pelas aldeias, isto é, o risco, entre os membros da comunidade.

Importa sinalizar que quando adquirimos um bem, o risco de um dano sobre este e com eventual impacto a terceiros, está à espreita. Logo, deixar um investimento como o da casa própria, na convicção de que a desgraça nunca “ baterá o nosso regaço”, não é economicamente o comportamento racional e eficiente que se deve adoptar, pois, mais vale um (seguro) na mão, do que dois a voar.

12.12 Venda das habitações nas centralidades arranca no 2º semestre de 2017

Jornal Expansão

09 De Dezembro de 2016

Texto: Maurício Vieira Dias

Como se encontra o processo de cobrança das prestações das habitações nas centralidades geridas pela Imogestim?

Tem corrido bem, acima do que se previa. Temos taxas de pagamento à volta dos 60 a 70%. Em Luanda está à volta dos 60%, ao passo que fora de Luanda ronda os 70%. De um modo geral, o quadro melhorou significativamente, as pessoas perceberam que pagar uma casa ao preço a que o Estado a vendeu é uma oportunidade. Não pagando estariam a correr o risco de nunca ser donos da residência. Portanto, ganhar ou perder, tudo depende do ocupante da casa, porque em termos contratuais se a pessoa honrar o compromisso que assumiu com o Estado, de comprar a casa a um preço muito mais baixo do valor real do mercado, é uma oportunidade para ele. Se não o fizer, o prejuízo também é para ele, porque perde a casa.

Há casos de pessoas que tenham sido "despejadas" por incumprimento no pagamento das rendas?

Não. Não temos casos do género.

Mas há muitas ocupações ilegais de apartamentos em centralidades como Kilamba e Sequele..

Sim. Temos casos de pessoas que são ocupantes ilegais, que sem qualquer título, sem qualquer documento que lhe dê o direito de ocupar a casa mas nela habita.

Mas quando são confrontados com outros que têm documentos legais, que fizeram contrato com a SONIP, anterior gestora das centralidades construídas pelo Estado, não conseguem justificar como lá foram parar.

Pode quantificar o número de casos específicos?

Os casos passam pela Polícia, não passam por nós.

Mas é na Imogestín, enquanto gestora das centralidades, onde inicialmente os compradores das casas se vão queixar ... Nós temos conhecimento de alguns casos de ocupações ilegais, algumas centenas no Kilamba e no Sequele. Temos, portanto, procurado com que algumas pessoas evidenciem como é que acederam às casas, mas é a Polícia quem acompanha posteriormente o processo todo.

Os resultados dos pagamentos das prestações das casas via multicaixa são os desejados? Uma boa parte das pessoas paga as prestações através dos multicaixas. Mesmo assim não nos livramos de riscos de falsificação, pois também há formas de ludibriar aqueles que não estão, atentos, mostrando-se documentos de consulta de preços em vez de pagamentos. Já registámos alguns casos. A capacidade de imaginação para falsificar é muito fértil para algumas pessoas. Em Luanda, temos uma rede de pessoas que se fazem passar por funcionários da Imogestín para enganarem as pessoas, pedindo dinheiro, depósitos em contas em troca de facilidades para aderirem às casas, mostrando a pessoas casas de amigos, dizendo que foram adquiridas da mesma forma e temos que alertar as pessoas a isto. Nós temos escritórios no Kilamba e no Sequele e antes de fazer uma operação é melhor certificar se aquele bem existe.

No geral, quantos projectos habitacionais controlam? Controlamos 30 projectos habitacionais do Estado, dos quais, 23 já estão desenvolvidos e sete vão surgir na segunda fase, nas províncias onde não houve projectos iniciais. A segunda fase vai abranger também a conclusão dos projectos que estão em fase terminal, nomeadamente as habitações que estão praticamente concluídas. Estamos a falar de cerca de 26.700 residências em quatro províncias, designadamente em Luanda, Benguela, Huíla e Namibe, das quais 50% estão em Luanda e passarão a ser comercializadas a partir do próximo ano.

Quando concretamente?

Isto está a depender de infra-estruturas externas, a responsabilidade dos departamentos comerciais e dos recursos do Orçamento Geral do Estado para isto, as infra-estruturas externas estão numa fase quase concluída.

Mas não há uma data concreta para o arranque das vendas?

Devemos iniciar as vendas deste conjunto de habitações a partir do início do segundo semestre do próximo ano. No caso de Luanda, temos o Zango O, conhecido por Vila Pacífica, onde há 2.400

habitações. Ainda no Zango, próximo do novo aeroporto internacional, temos 8 mil habitações, no Kapari temos 2.400 apartamentos e no Km44 1.600 habitações.

Dos 30 projectos, em termos globais, qual é o número de residências?

Inicialmente era para ter cerca de 80 mil habitações, depois foi reduzindo em função daquilo que é o momento que o País vive.

Portanto, além das cerca de 40 mil habitações já construídas, estimamos colocar no mercado mais 26 mil, que totalizará 66 mil habitações colocadas no mercado até final do próximo ano.

As vendas das habitações serão efectuadas em todo País?

Não. A segunda fase tem a ver com as províncias que inicialmente não tiveram projectos, no caso de Malanje, Zaire, Lunda Sul, Cunene, Cuando Cubango e Cuanza Norte, podemos dizer também no Kapari, estes projectos é que são da segunda fase, os outros não terão segunda fase como nos moldes da primeira fase porque não está definido segunda fase para estes projectos.

Os preços das residências estão em estudo ou já tem preços definidos?

Os preços estão alinhados com aquilo que se praticou no Kilamba e no Sequele, o Estado resolveu estender a nível do País, naturalmente que há ajustamentos em alguns casos no sentido que haja mais pessoas incluídas nestes projectos ou imóveis.

E quanto ao processo de venda ou entrega das casas sociais/vivenda do Kilamba?

As casas daquele projecto pertencem à China Internacional Fund Limited (CIF), é um projecto privado, as casas foram vendidas ao Ministério das Finanças. No total são 200 residências. Inicialmente havia a ideia de um acordo para que depois fossem colocadas no projecto de vendas. O que é verdade é que o projecto parou porque houve problemas com a CIF e as vivendas foram vendidas ao Ministério das Finanças para os seus trabalhadores.

12.13SOS Habitat fala de 6 mil
casas demolidas este ano

Jornal O País

12 De Dezembro de 2016

Texto: Domingos Bento

Aquela organização da sociedade civil, que trabalha na defesa da habitação como um direito, considera que o direito à moradia tem sido um dos mais violados no país, acusando o Governo e certos grupos economicamente fortes como sendo os principais violadores deste pressuposto indispensável à vida humana.

De acordo com André Augusto, coordenador adjunto da SOS-Habitat, o Governo, que devia ser o principal promotor e defensor do direito à habitação, é o mesmo que promove a todo o instante desalojamentos e demolições arbitrárias que forçam centenas de famílias a virem em condições precárias.

Conforme revelou, de Janeiro a Dezembro deste ano mais de seis mil residências foram demolidas nas províncias de Benguela, Huíla, Cunene e Luanda. Esta última, registou perto de cinco mil casas destruídas nas zonas dos Zangos, Cacuaco e Belas. Segundo André Augusto, todas estas demolições tiveram como propósito beneficiar determinados projectos privados cujo impacto não tem reflexo na melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Para aquele activista social, que falava ao OPAIS por ocasião do Internacional dos Direitos Humanos, que se comemorou no último Sábado, 10, o Governo aproveita-se da lei que confere a terra como sua propriedade, para demolir milhares de residências e desapropriar as respectivas famílias sem o mínimo de respeito pela vida humana.

Actualmente, fruto de demolições anteriores, o coordenador adjunto da SOS-Habitat deu a conhecer que a sua organização trabalha com um total de 69 comunidades, num universo de 150 mil famílias. Destas, cerca de 50 mil vivem em tendas ou em habitações precárias porque as suas casas foram demolidas e até ao momento o Governo não conseguiu solucionar os diferendos.

"Temos registado que o facto de a Constituição definir a terra como propriedade do Estado, muitos governantes aproveitam-se disso para passarem por cima dos direitos das pessoas, violando grosseiramente o direito à habitação. Por esta via é que temos vindo a notar que o número de famílias desalojadas e sem tecto tem vindo a aumentar todos os dias. O que é mau", lamentou. André Augusto deu a conhecer que o Estado angolano ratificou vários pactos internacionais que visam o respeito pelos direitos humanos. Ao não honrá-los, estará a andar na contramão dos princípios internacionais. Para ele, não é justo que o Estado, que deve ser uma entidade de bem, seja o promotor de conflitos no que toca ao sector habitacional que ainda tem muito por caminhar, apesar de nos últimos anos

construir-se centralidades e outros projectos habitacionais que não respondem às reais necessidades das populações.

De acordo com a fonte, ao demolir habitações sem apresentar alternativas viáveis que possam salvaguardar a vida das pessoas, o Estado nada mais faz se não criar problemas que podem "danificar" a harmonia e a paz social. "Quando se parte a casa de um cidadão violam-se outros direitos como, por exemplo, o direito à educação, o direito à saúde e o direito ao emprego. É que a pessoa é retirada de uma zona onde tem todas estas condições criadas para outra área sem o mínimo de condições. Logo, aquilo que devia ser apenas a violação de um direito alarga-se e torna o problema maior ainda". Todavia, de forma a dirimir os conflitos, André Augusto apelou ao Estado para uma maior sensibilidade, apostando sempre no bom senso quando for demolir uma determinada comunidade. "Não somos contra as demolições. Somos sim é contra as demolições arbitrárias. O Estado quando pretende elaborar um determinado projecto deve antes criar as condições básicas para que as pessoas não se sintam frustradas. Não se pode partir a casa do cidadão e deixá-lo à mercê da sua sorte. Não é justo".

12.14 China garante financiamento a projectos económicos

Jornal de Angola

14 De Dezembro de 2016

Texto: Cândido Bessa

Na mensagem, entregue pelo embaixador chinês, Cui Aimin, o Presidente Xi Jinping manifesta "firme confiança no país e garante" continuar a apoiar o desenvolvimento de Angola", que considera um grande parceiro.

O voto de confiança da China acontece numa altura em que Angola regista uma redução de recursos para financiar projectos importantes, resultado da baixa dos preços das principais matérias-primas, com destaque para o petróleo, primeiro produto de exportação e mais importante fonte de receita do Estado.

Como consequência da crise, o Executivo reduziu a estimativa de crescimento da economia este ano de 3,3 por cento para 1,3 por cento e cortou seis mil milhões de dólares nas despesas, já que o cenário apontava para uma redução de 6,4 mil milhões de dólares nas receitas. Vários projectos foram adiados e outros cortados, aguardando por uma melhoria na economia

mundial, principalmente nos preços do petróleo no mercado internacional.

Outro exemplo da prontidão da China aconteceu há duas semanas, quando o Banco Comercial e Industrial da China concedeu um financiamento no valor de 4,5 mil milhões de dólares para a construção da barragem de Caculo Cabaça, que vai ser a de maior potência do país. O ministro das Finanças, Archer Mangureira, foi o signatário pela parte angolana.

Os sectores do comércio, agricultura, transportes, comunicações, saúde, educação e tecnologias de informação são as áreas estratégicas que predominam nas relações de cooperação mútua e vantajosa para ambos os países, que têm feito concertações periódicas ao mais alto nível, inseridas no reforço das relações de amizade e cooperação datadas de longos anos. Cui Aimin afirmou recentemente que os dois países estão a implementar os consensos estabelecidos pelos Presidentes Xi Jinping e José Eduardo dos Santos, explorando com robustez as cooperações de vários sectores.

O diplomata garantiu que o novo círculo da cooperação de financiamento em grande escala entre os dois países já arrancou e que várias dezenas de projectos de infra-estrutura e de subsistência já começaram a ser implementados, o que vai favorecer o desenvolvimento económico de Angola e a melhoria do bem-estar da população.

"O bom desenvolvimento da cooperação sino-angolana é inseparável da participação e apoio das empresas dos dois países", disse o diplomata, satisfeito pelas "políticas abertas e inclusivas adoptadas pelo Governo angolano, na cooperação externa, e pelos seus esforços em criar um ambiente e condições favoráveis para os investidores chineses e de todos os países poderem investir e operar em Angola". O diplomata afirmou que o Governo chinês vai continuar a apoiar e incentivar as empresas chinesas a esforçarem-se para ultrapassar as dificuldades e resolver os problemas surgidos no caminho do avanço, com visão de desenvolvimento e medidas de inovação. "As empresas chinesas em Angola vão continuar a consolidar a confiança e adaptar-se à transformação e reforma da economia angolana, além de participarem activamente no processo da diversificação da economia angolana e assegurar a localização e internacionalização de negócios", disse, sem esquecer o cumprimento, com seriedade, das responsabilidades sociais.

As autoridades chinesas preparam, para breve, a abertura em Luanda da sucursal do Banco da China, para apoiar o comércio entre os dois países.

Dados oficiais chineses divulgados pelo Fórum de Macau indicam que, nos primeiros nove meses deste ano, Angola foi o segundo maior parceiro do grupo, em termos de valores, com as trocas comerciais a totalizarem 11.786 milhões de dólares, reflectindo uma redução de 24,28 por cento. O país apenas perde para o Brasil, com 51.673 milhões de dólares.

12.15 Centralidade do Lossambo no Huambo “ Aquisição de residências com novo modelo”

Jornal de Angola

16 De Dezembro de 2016

Texto: Tatiana Marta

O novo modelo de aquisição de residências na centralidade do Lossambo, arredores da cidade do Huambo, entra em vigor a partir de Janeiro, anunciou o vice-governador provincial para área Técnica e Infra-estruturas.

Francisco Calunga Quissanga disse que contrariamente ao que estava determinado, agora, para a renda resolúvel, podem concorrer todos os interessados, entre funcionários públicos e privados.

De acordo o vice-governador, no quadro da estratégia de actuação, o Governo da província fez diversas concertações com o Ministério do Urbanismo para que todo o funcionário possa ter acesso à residência na centralidade, bastando ter possibilidades financeiras.

O vice-governador sublinhou que a partir de Janeiro de 2017 começa o novo modelo de venda das residências e fruto desse figurino, para os funcionários públicos, com salários superiores a 40.000.00 e inferiores a 97.500.00 kzs, estão cabimentados 50 apartamentos.

Para a venda ao público e empresas públicas estão disponíveis 90 apartamentos.

"Também temos vendas dirigidas às empresas públicas e privadas ou parceiras e neste regime o funcionário pode fazer o pagamento de 50 por cento de 11 milhões e o restante montante pode ser pago em cinco anos. Estão disponíveis 210 unidades habitacionais", disse responsável.

Para o público em geral e funcionários que têm o salário abaixo de 97.500 kzs estão reservadas 198 unidades habitacionais, a serem pagas em regime de arrendamento, no valor de 12.000 Kwanzas por mês.

Francisco Quissanga disse que na primeira fase do processo foram entregues mais de 800 residências em regime de renda resolúvel, em que beneficiaram apenas funcionários públicos, que passam a ser descontados 38.000 kzs mensalmente.

O governante reconheceu que a procura é maior que a oferta, por isso alerta aos cidadãos a não se deixarem enganar por indivíduos que se fazem passar por funcionários do Governo da província, sob pena de perderem tempo e dinheiro.

12.16 Famílias que partilham a mesma casa excluídas das novas

Jornal O País

16 De Dezembro de 2016

Texto: Milton Manaça

Seis anos depois de conviver com outras duas famílias debaixo do mesmo tecto, Francisca Moisés, 32 anos, mãe de sete filhos, exultava de alegria ao ser informada de que estaria entre os desalojados da antiga "Favela" da Praia do Bispo, em Luanda, que receberiam uma das 900 casas do novo projecto.

Para sua tristeza, tudo não passou de um sonho. Apesar de o nome do seu esposo (falecido em 2015) constar na lista de beneficiários, a comissão responsável pelo processo de atribuição dos imóveis recusa-se a entregar-lhe a residência.

"Todos nós, que fomos retirados da Favela, nos conhecemos e suportamos o mesmo sofrimento aqui desde 2010. Hoje, há casas novas e o que vemos é outras pessoas a receber casas no nosso lugar", lamentava Francisca, a lacrimejar.

Na sua condição, estão centenas de famílias das cerca de mil desalojados da antiga Favela, que alegam terem sido excluídas do processo de entrega das "900 casas gémeas" construídas para os albergar. Por conta disso, alguns deles atiram -se contra os membros da comissão criada para a distribuição das mesmas e acusam-nos de terem substituído os seus nomes por pessoas alheias ao processo.

A interlocutora diz que o seu nome consta na lista dos beneficiários, mas os responsáveis pela distribuição de casas alegam que a casa apenas deve ser entregue a pessoa cujo nome consta no cadastro inicial, no caso o seu esposo já falecido.

"Na Favela não existia ninguém com viaturas V8, mas a maioria das casas cor de rosas estão ocupadas por pessoas de grandes carros que nunca foram vistas

aqui", reclamou a anciã Amélia Albertina, 78 anos, que também foi excluída do processo.

Ela diz que a sua casa foi registada em nome do seu filho que faleceu em 2011. Segundo ela, mesmo com a apresentação do boletim de óbito, os responsáveis pelo realojamento recusaram-se a dar um parecer positivo.

Também por razões de morte, Rosária Morais, 20 anos, e os seus sete irmãos foram afastados da lista de beneficiários pelo facto de os seus progenitores, cujos nomes constavam na lista, já não fazerem parte do mundo dos vivos.

"Se a promessa era nos darem novas casas no mesmo ano (2010), passados seis anos não podem impedir os órfãos de as receberem. É preciso terem em conta que muitas pessoas morreram por causa das condições em que viveram".

A maioria das pessoas que não foram contempladas estão concentradas no sector 9. Por conta disso, criou-se um grande alvoroço e instalou-se o sentimento de revolta que forçou a interrupção das actividades laborais de vários chefes de família que, durante as duas últimas semanas, tentam, sem sucesso, obter explicações sobre o facto de o seu nome não figurar na lista dos beneficiários.

Segundo constatou a nossa equipa de reportagem, a maioria deles dizem ter perdido a esperança de sair do marasmo em que se encontram nos últimos seis anos, alegam que todas as residências que lhes seriam destinadas já estão ocupadas.

"Temos beneficiários infiltrados"

Já o cidadão José da Graça, um dos desalojados da favela, teve mais sorte. No momento em que foi interpelado pela nossa equipa de reportagem, na manhã de Quarta-feira, estava a arrumar os restos dos móveis da casa que partilhou com mais duas famílias nos últimos seis anos, a fim de trasladá-los para os seus novos aposentos.

Confirmou que entre os beneficiários há "pessoas infiltradas que jamais foram vistos a partilhar residências com os demais no Panguila, nos momentos mais críticos".

A presença da nossa equipa de reportagem despertou a atenção de muitos moradores que pretendiam manifestar o seu descontentamento. Alguns deles afirmaram ter visto e ouvido cidadãos a negociar com os membros da comissão de realojamento a venda de imóveis, mas não apresentaram nada que comprovasse tal acusação.

Neste momento, algumas das famílias que continuam a partilhar casas desconhecem qual será o seu destino. A única certeza que têm é que continuarão a viver nas mesmas condições, caso o GPL e a Polícia Nacional não desmantelem" os alegados infractores e reponham a legalidade.

12.17 Novo projecto habitacional beneficia jovens do Cuito

Jornal de Angola
19 De Dezembro de 2016
Texto: Delfina Victorino

O novo projecto habitacional do município do Cuito, na província do Bié, vai beneficiar centenas de jovens, afirmou ontem o administrador municipal adjunto para a Área Técnica e Infra-Estruturas.

Edilson Watunga referiu que está igualmente prevista a entrega de parcelas de terreno na zona Leste do município do Cuito, devido ao elevado número de cidadãos que pretendem construir as suas próprias casas.

O administrador municipal adjunto do município do Cuito assegurou que foram já distribuídas 618 parcelas para a construção de residências nas zonas de Cavanga e Caluapanda 1 e 2.

Edilson Watunga lembrou que sector da desminagem é um dos parceiros principais das administrações municipais, para a certificação e entrega dos terrenos às populações.

"A distribuição de terrenos está em bom ritmo nas três comunas do Cuito, designadamente Trumba, Chicala e Cambândua, dentro do plano de loteamento da administração", disse o administrador adjunto. A distribuição de parcelas é feita sempre que for solicitada pelos cidadãos, sem distinção ou discriminação, conforme o crescimento da população, adiantou.

Quanto aos terrenos abandonados pela população, a Administração Municipal garante tomar medidas severas dentro do prazo estabelecido, seis meses após a entrega.

Edilson Watunga esclareceu que existem muitos cidadãos que possuem mais de três terrenos em áreas diferentes, mas, referiu, não constroem, facilitando o aumento da criminalidade nas novas zonas de urbanização.

Construção de obra

Segundo o administrador municipal adjunto do Cuito para a Área Técnica, existe um contrato-promessa que determina um tempo determinado para a construção de obras, a partir da data da concessão dos terrenos.

Edilson Watunga reforçou o apelo aos cidadãos que possuem parcelas em várias localidades no sentido de efectuarem obras e ajudarem a Administração Municipal na urbanização dos novos bairros.

O responsável lamentou o facto de nem metade das 618 parcelas de terrenos entregues, através de solicitação, terem casas construídas ou um projecto social.

O preço estabelecido por parcela de 600 metros quadrados ascende a 63.400 kwanzas, abrangendo todos os emolumentos necessários para a sua legalização.

12.18 Carta do Leitor “ assim não dá...”

Jornal O País
20 De Dezembro de 2016

Prezado director do jornal OPAÍS, escrevo esta carta na esperança de que a mesma seja publicada no vosso jornal. E se puder, espero que seja publicada com urgência, mesmo ultrapassando outras que tenham chegado antes dela.

Tal como muitos outros moradores do Projecto Nova Vida, estou bastante aflita. Estamos sem água há várias semanas e não sabemos mais o que fazer. Não é a primeira vez que isso acontece. Mas isso não significa que não sintamos a aflição de todos os dias ter que subir com água aos potes, vasilhas e bacias, deixando as escadas do prédio todas sujas. Imundas. Ter que desenrascar electrobombas, e como se bastasse, viver sempre aflita com a saúde das crianças. Assim como os meus vizinhos, tenho filhos pequenos e acho que ao menos devemos proporcionar-lhes um meio ambiente e condições saudáveis. Agora, viver sempre com o coração nas mãos por causa das más condições que lhes rodeiam ou que simplesmente não existem.

É que não sei o que se passa. Nunca sabemos, porque nunca nos explicam nada. Não se dialoga, nem se comunica. Acho que desta vez, a situação está muito grave. Mais grave que a luz, sua parceira, que, pelo menos durante estes dias, tem falhado menos. Felizmente.

Se os dirigentes deste país lêem os jornais, então sabem como andamos. Não precisamos que nos dêem respostas pela rádio, pela televisão, ou pelo jornal. Apenas queremos que nos resolvam concretamente a situação. Porque assim não dá. Isso não é vida. Não é digno ...

Bem hajam. Espero que este jornal seja lido e sejamos ouvidos então.

12.19 Lotes do Prenda deixam descontes moradores

Jornal O País

21 De Dezembro de 2016

Texto: Milton Manaça

Projectados na década de 60 para acolher parte da população dos musseques, o estado actual da maioria Lotes do Prenda, localizados no distrito urbano da Maianga, em Luanda, está a preocupar os seus habitantes.

O lote 8, por exemplo, é dos que maiores problemas apresenta e os seus moradores queixam-se da falta de organização entre a vizinhança, segundo relatou Josefa de Almeida, residente no edifício desde 1989. A escuridão tomou conta dos corredores e o lixo é avistado logo a partir da entrada, impedindo a circulação de pessoas. As escadas que dão acesso até ao 12º andar estão sem corrimão e paredes reclamam por uma nova pintura.

A área reservada para o estacionamento de viaturas foi ocupada por casotas que foram construídas para o acondicionamento de reservatórios de água e de geradores, o que, segundo a nossa interlocutora tem impedido a circulação do ar.

Josefa de Almeida diz que os seus vizinhos furtam-se do pagamento da taxa de condómino e alguns fazem "puxadas" de luz para as suas residências a partir do cabo que alimenta as lâmpadas dos corredores.

Uma das moradoras mais antigas dos lotes é a anciã Ana Pascoal, de 72 anos, residente no Prenda desde 1976. Ela corrobora opinião da primeira interlocutora sobre a falta de colaboração e o não pagamento da taxa de condómino acrescentando que nos primeiros anos da sua existência esta zona do Prenda granjeava o mesmo prestígio que tem hoje o Kilamba.

"Os lotes do Prenda foram o Kilamba do antigamente. Tinham jardins, água e energia a funcionar 24 horas ao dia, mas hoje as caixas de

correio estão transformados em residências", disse a anciã.

A poucos dias para termina ano, Ana Pascoal recordou-se dos tempos em que havia uma comemoração conjunta entre toda a vizinhança que vivia como uma família.

A arquitectura dos edifícios não contemplou a construção rampas e os elevadores há muito que deixaram de funcionar. E situação dificulta principalmente os deficientes que se vêm obrigados a fazer grande esforço para se locomoverem no interior do prédios.

Em 2008, o Governo Provincial de Luanda, por via do seu Instituto de Planificação e Gestão Urbana, anunciou a renovação urbana baseado na demolição dos lotes que teria início em 2009, mas tal nunca veio a acontecer.

12.20 Temos o prédio mais organizado do Prenda

Jornal O País

21 De Dezembro de 2016

O lote 11, também conhecido como prédio dos cooperantes, parece estar a margem de todos os problemas vividos nos demais prédios percorridos pela equipa de reportagem de OPAÍS. OS moradores adquiriram um único gerador para abastecer o edifício público a fim de evitar a construção de casotas ao redor do lote. O mesmo aconteceu com a água onde foi construído um tanque comum. Além disso, o lote 11 tem um parque de estacionamento privativo e vigiado por seguranças, para uso exclusivo de moradores. A limpeza é feita por um grupo de pessoas que recebe uma remuneração mensal pelo serviço prestado. O seu coordenador, Castro Cambolo, afirmou que a base do sucesso é a colaboração de todos, pelo que não tem receio de afirmar que a base do sucesso é o envolvimento das 84 famílias residentes no edifício. " Não temos dúvidas de que somos o lote mais organizado, em comparação com os outros do Prenda", disse Castro Cambolo, acrescentando que o principal desafio é a recuperação do elevador que facilitaria principalmente os deficientes.

O lote 11 é chamado de prédio dos cooperantes pelo facto de no princípio ter sido habitado por funcionários expatriados.

12.21 Venda de casas com regras mais flexíveis

Jornal de Angola

22 De Dezembro de 2016

Texto: Alberto Cafussa

Luanda e Benguela são as províncias que mais casas vão entregar devido ao baixo poder de compra registado na primeira fase do projecto o processo de venda de casas nos projectos habitacionais do Estado, que retoma no próximo ano com 26.790 apartamentos (e não 35 mil como noticiámos ontem), está simplificado e aberto a todos os cidadãos que tenham algum rendimento para fazer face aos custos de aquisição ou de renda resolúvel, afirmou ontem o porta-voz da Imogestín.

Mário Guerra assegurou que, com a aprovação da proposta da Imogestín pela Comissão Económica do Conselho de Ministros em finais de Outubro, o regime de venda em propriedade resolúvel ao segmento de venda livre à população tomou-se mais inclusivo. Com esta medida, podem adquirir habitações nas centralidades, nessa modalidade, não apenas os funcionários públicos, mas também os cidadãos que se candidatem individualmente.

Comprometida com um maior equilíbrio financeiro do projecto, cujas habitações são vendidas a um preço abaixo do seu custo de construção, a entidade gestora está a tomar medidas que permitam a redução dos custos das empreitadas sempre que possível.

A nível da comercialização dos activos imobiliários, as lojas passam todas a ser vendidas, estando, afastada a modalidade de arrendamento, medida que, no entender da Imogestín, vai permitir mobilizar recursos financeiros que sejam aportados à construção de novos projectos habitacionais.

O segmento da venda dirigida, que contempla empresas públicas e privadas ao qual não se aplica a propriedade resolúvel, permite do mesmo modo aumentar a captação de recursos financeiros destinados aos novos projectos. Mário Guerra precisou que a venda das novas habitações ocorre a partir do segundo trimestre do próximo ano, estando dependente da execução das infra-estruturas externas, cuja responsabilidade compete ao Estado, conforme o disposto no art. o 50 do Decreto Presidencial 168/15 de 25 de Agosto.

O processo de vendas vai ser realizado em datas a divulgar, com uma antecedência mínima de 60 dias, nos meios de comunicação social e no website da Imogestín.

Luanda, com mais de 14 mil habitações, e Benguela, com 5.984, são as províncias que mais casas vão entregar no próximo ano e não a Lunda Norte (através da centralidade do Dundo) que, devido ao baixo poder de compra registado na primeira fase do projecto, se limita aos cinco mil apartamentos já construídos, maioritariamente vendidos à entidades colectivas (empresas).

A província do Namibe vem em terceiro lugar, com quatro mil habitações, nos projectos 5 de Abril (2.000 casas) e Praia Amélia (2.000). O Bengo vai entregar 3.504 casas. Já a Huíla (projecto Quilemba), com mais de 8.000 habitações, fica nas 854, aguardando que as demais casas sejam entregues nos anos posteriores, tão logo sejam resolvidas as insuficiências nas infra-estruturas básicas (água e luz). Na província de Luanda, o projecto KM44 tem prontas 1.984 casas para entregar no próximo ano, o Zango 8.000 e o Zango O (Vida Pacífica) 2.464. Na província de Benguela, a Baía Farta entrega mil, o Lobito 2.984 e o Luhongo duas mil casas.

A Imogestín anuncia, para o próximo ano, o início da construção de habitações nos projectos não iniciados, integrados do Estado, sob gestão da Imogestín. Numa primeira fase, prevê-se a construção de 1.400 habitações, distribuídas pelas províncias do Bengo, Cuando Cubango, Cuanza Norte, Cunene, Lunda Sul, Malanje e Zaire. O início da construção das 1.400 habitações nessas províncias fica condicionado à apresentação, pela Imogestín, de demonstrações financeiras que permitam a sua execução com recurso a financiamento da banca nacional.

12.22 Programa habitacional vai disponibilizar casas

Jornal Economia e Finanças

23 De Dezembro de 2016

A partir do próximo ano, a Imogestín prevê começar a comercializar um total de 14 mil habitações, segundo fez saber o presidente do Conselho de Administração, Rui Cruz.

Falando no programa "Grande entrevista", da Televisão Pública de Angola, que abordou o tema "Projectos imobiliários sob gestão da Imogestín", o responsável informou que as casas serão comercializadas nos projectos Zango 8 000, Vila Pacífica, Capari e Km 44, no quadro do programa habitacional, levado a cabo pelo Executivo angolano.

Do número total de casas disponíveis, Rui Cruz disse que, 30 por cento serão destinados à juventude.

Referiu ainda que a inscrição das casas poderá ser feita via internet.

Por outro lado, o presidente do Conselho de Administração informou que outras 800 casas serão comercializadas no próximo ano, na província da Huíla.

Explicou que as outras mais de sete mil habitações, erguidas na província, estará disponíveis numa segunda fase, devido a questões que se prendem com o fornecimento de energia e água que estão a ser solucionadas pelo Ministério do Urbanismo e Habitação.

12.23 Mais moradias para agentes de ordem

Jornal de Angola
25 De Dezembro de 2016

A informação foi avançada na sexta-feira à Angop, em Luanda, pelo director do Gabinete de Comunicação Institucional do Cofre, Pedro Makoka, que disse estar a ser elaborado um plano de distribuição de mais moradias na Vila Azul e Oásis do Zango IH, urbanizações localizadas no município de Viana, província de Luanda.

Além disso, o responsável anunciou a construção de uma creche e de uma clínica para o atendimento dos associados e dos seus familiares e a integração dos órfãos e viúvas nos projectos geradores de receitas, a fim de serem potenciados com meios de subsistência.

A promoção de acções de formação destinadas aos associados, aos seus dependentes e também aos funcionários' é outra tarefa que o Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional, actualmente com 115 mil sócios, tem para o ano de 2017.

Pedro Makoka disse que a materialização dos projectos traçados para o próximo ano depende, em grande medida, da melhoria da situação económica e financeira do país.

O Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional tem a missão de garantir uma pensão de reforma complementar, que, como disse Pedro Makoka, permite ao associado "um descanso feliz e mais desejável depois de trabalhar durante anos".

"O Cofre é uma associação de utilidade pública, de âmbito nacional, dotada de autonomia administrativa; financeira e patrimonial, criada à luz do Decreto n.º 1/99, de 12 de Março, tendo como finalidade geral a

expressão organizada da solidariedade e justiça entre os indivíduos, assegurando a protecção social e complementar", salientou Pedro Makoka.

O Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional foi criado em 1933, mas, no período colonial, era denominado Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia de Segurança Pública de Angola.

Depois da proclamação da Independência Nacional, em 1975, o Cofre conheceu um período de estagnação, tendo sido revitalizado em 2004, quando a Polícia Nacional desenvolveu um projecto de reestruturação, adoptando o nome com que é conhecido hoje. O Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional concede pensão de reforma por velhice ou por invalidez, pensão de sobrevivência, subsídio de maternidade, empréstimos aos associados no activo e na reforma e subsídio por morte aos familiares dos associados.

A estratégia de desenvolvimento da instituição, conseguiu atrair, em pouco tempo, um número expressivo de associados, espalhados por todo o país. O Prémio Azul, uma distinção que é atribuída anualmente aos melhores agentes, é uma iniciativa do Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional.

12.24 Imposto Predial Urbano a pagamento em Janeiro

Jornal de Angola
29 De Dezembro de 2016

A cobrança da primeira prestação do Imposto Predial Urbano (IPU), contribuição anual que o cidadão deve pagar ao Estado pela posse ou usufruto de "uma casa, apartamento, moradia ou terreno, decorre de 1 a 31 de Janeiro de 2017, anunciou ontem, em comunicado, a Administração Geral Tributária (AGT).

O imposto incide sobre o valor patrimonial do imóvel ou sobre o rendimento gerado pelo seu arrendamento. Caso pretendam pagar em duas prestações, devem repetir o processo durante o mês de Julho.

Os contribuintes devem dirigir-se para a repartição fiscal da área de localização dos imóveis.

Para os imóveis não inscritos, os titulares devem apresentar a declaração modelo 5 de IPU, para que possam proceder à sua inscrição. Sempre que possível, a declaração deve ser acompanhada de documentos que auxiliem na descrição do imóvel, como a memória descritiva, planta do imóvel,

certidão ou título de propriedade horizontal, contrato promessa de compra e venda, ou ainda termo de quitação. A ausência dos referidos documentos não impede a inscrição do imóvel, podendo o titular juntar posteriormente. Os imóveis com valor até cinco milhões de kwanzas estão isentos do pagamento do Imposto Predial Urbano. Acima deste valor, e apenas sobre a diferença, aplica-se uma taxa de 0,5 por cento.

Para que a AGT avalie o valor patrimonial do imóvel, são necessários factores como localização, idade, disponibilidade de serviços (água, luz e saneamento básico) e ainda área de construção do imóvel. A junção destes coeficientes determina o resultado da avaliação (acima ou abaixo de cinco milhões de kwanzas).

Caso não se proceda à liquidação do Imposto Predial Urbano, os contribuintes acumulam dívidas fiscais, que podem dar origem à instauração de um processo de execução fiscal, levando o Estado a cobrar de forma coerciva o imposto em falta.

Igualmente, começou no dia 1 de deste mês o pagamento da taxa de circulação e fiscalização do trânsito referente ao ano de 2016. A cobrança da taxa de circulação vai até ao dia 31 de Março de 2017 e a AGT prevê arrecadar cerca de quatro mil milhões de kwanzas, com a venda de 800 mil selos em todo o território nacional.

12.25 Imposto Predial Urbano vai ser pago em Janeiro de 2017

Jornal O PAIS
29 De Dezembro de 2016

Trata-se de um imposto que incide sobre o valor patrimonial do imóvel ou sobre o rendimento gerado pelo seu arrendamento.

Para o pagamento do referido imposto, de acordo com uma nota da AGT, os contribuintes devem dirigir-se para a repartição fiscal da área de localização dos imóveis.

Caso pretendam pagar em duas prestações, deverão repetir o processo durante o mês de Julho, informa a AGI num comunicado noticiado ontem pela Angop.

Para os imóveis não inscritos, os titulares devem apresentar a declaração modelo 5 de IPU, de modo a que possam proceder à sua inscrição.

Segundo a AGI, sempre que possível, a declaração deverá ser acompanhada de documentos que auxiliem

na descrição do imóvel, nomeadamente, memória descritiva, planta do imóvel, certidão ou título de propriedade horizontal, contrato promessa de compra e venda, ou ainda termo de quitação.

Refere a nota, que a ausência dos referidos documentos não impede a inscrição do imóvel, podendo o titular juntar posteriormente.

Importa ressaltar, que os imóveis com valor até cinco milhões de kwanzas estão isentos do pagamento do Imposto Predial Urbano. Acima deste valor, e apenas sobre a diferença, aplica-se uma taxa de 0,5%.

Para que a Administração Geral Tributária avalie o valor patrimonial do imóvel, são necessários determinados factores, nomeadamente, localização, idade, disponibilidade de serviços (água, luz e saneamento básico) e ainda área de construção do imóvel.

A junção destes coeficientes, prossegue o documento, determina o resultado da avaliação (acima ou abaixo de cinco milhões de kwanzas. Caso não se proceda à liquidação do Imposto Predial Urbano, os contribuintes acumulam dívidas fiscais, que podem dar origem à instauração de um processo de execução fiscal, levando o Estado a cobrar de forma coerciva o imposto em falta.

12.26 Mais de 170 mil casas disponíveis no próximo ano

Jornal de Angola
30 De Dezembro de 2016

A ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, anunciou que, no quadro do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação (PNUH), está já em conclusão a construção de mais de 170 mil casas sociais em todo o país, materializando, assim, o compromisso assumido pelo Executivo, de forma clara e inequívoca, na componente da habitação social como sua responsabilidade.

Branca do Espírito Santo procedeu a um balanço das actividades desenvolvidas pelo Ministério do Urbanismo e Habitação e institutos por si tutelados em 2016, tendo considerado de positivas. Assim, disse a ministra em cerimónia presenciada pelos secretários de Estado do Urbanismo e da Habitação, respectivamente, Nhanga de Assunção e Joaquim Silvestre, existem 62.415 habitações construídas pela Imogestim, 16.577 pela Kora Angola, 10.480 construídas no quadro dos "200 fogos" por

municípios e 88.698 habitações pela promoção pública privada, privada e cooperativa.

A ministra falou da cedência de mais de 104.000 lotes de terrenos para a autoconstrução dirigida e garantiu que 15.756 cidadãos angolanos conseguiram empregos, na sequência da execução destas habitações, e não só. Na sua intervenção, Branca do Espírito Santo explicou que das 15 centralidades iniciadas, sob gestão da Imogestin, foram concluídas sete e estão em curso oito nas províncias de Luanda, Cabinda, Benguela, Bengo, Lunda Norte, Namibe e Huíla.

"Das oito centralidades iniciadas pela Kora, nas províncias do Uíge, Cuanza Sul, Huambo, Bié e Moxico, foram concluídas três e estão em curso cinco", referiu a ministra, para quem estão em fase de comercialização as centralidades do Lossambo (Huambo), do Dundo (Lunda Norte) e do Chibodo 1 (Cabinda).

Branca do Espírito Santo informou que estão em curso e em fase avançada as obras de infra-estruturas externas das centralidades de Benguela (Catumbela, Lobito e Baía Farta), da Huíla (Quilemba), de Luanda (Zango Zero e Zango 5-8.000), do Namibe (5 de Abril e Praia Amélia) e Capari (no Bengo), sob gestão da Imogestin, do Uíge (Quilomoço), do Cuanza Sul (Sumbe), do Bié (Cuito), do Huambo (Caála e Bailundo) e do Moxico (Luená), sob responsabilidade da KoraAngola.

Para a ministra, as centralidades do Kilamba e do Sequele (Luanda), que já são uma sólida realidade, com as habitações totalmente ocupadas, e todas as centralidades em construção pelo país demonstram ser uma opção acertada e feliz, na senda das realizações em curso.

No domínio da Habitação, foram elaborados e aguardam pela aprovação final um conjunto de instrumentos legais para facilitar o acesso do cidadão ao crédito habitacional e a normalização dos procedimentos por parte de quem busca a oportunidade de ter a casa própria.

"São instrumentos cujo surgimento acompanham a dinâmica do sector da Habitação que vê crescer, de forma acelerada, a oferta de habitação no nosso país, apesar de ainda registar défices assinaláveis neste domínio", afirmou.